

**ELITES POLÍTICAS DE LEIRIA: 1910-2000**  
**(VOL.I)**

**ACÁCIO FERNANDO DOS SANTOS LOPES DE SOUSA**

**Tese de Doutoramento em Ciência Política/Elites e Pensamento Político**

**Orientador: Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida**

**Setembro, 2013**



**Aluno nº: a 15023**

**ACÁCIO FERNANDO DOS SANTOS LOPES DE SOUSA**

**Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciência Política/Elites e Pensamento Político sob a orientação científica de: Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida**

**Setembro, 2013**



(...) O verdadeiro desenvolvimento não depende automaticamente da concentração do poder político, do poder económico ou do poder técnico nas mãos de alguns, mas da sabedoria com que eles os administrarem e souberem pôr ao serviço da comunidade (...).

- José Mattoso. *Levantar o céu: os labirintos da sabedoria*, 2012

(...) Entre tantos nacionalismos que se ostentam, marcham à militar e saúdam à romana, ainda se não lobriga o nacionalismo militante da Linguagem, a legião dos que jurariam falar e escrever *português* (...)

- Afonso Lopes Vieira. *Nova demanda do Graal*, CN.1942



## AGRADECIMENTOS

Agradeço a quem não me deixou esmorecer perante as múltiplas ocorrências que permiti que colidissem no tempo com este trabalho, em especial à Joaquina, ao Alexandre e à Ana Rita.

Ao Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida o meu muito sincero agradecimento pela admirável fleuma, paciência, resistência e incentivo que não me permitiram que abandonasse.

Também agradeço aos meus pais e amigos que perguntavam e insistiam e aos que deram achegas e sugeriram correções.

Em relação ao Arquivo Distrital de Leiria, onde assentou grande parte da pesquisa, sobretudo para o meu trabalho aos fins de semana, enquanto pertenci aos seus quadros, e depois de sair, sempre que precisei de confirmações, o meu agradecimento à disponibilidade sempre mostrada pelas trabalhadoras, assim como aos meus colegas de outros Arquivos, em particular, do Arquivo Geral da Universidade de Coimbra e do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Leiria.

Depois, aos últimos guardiões da documentação da Grémio Literário de Leiria, do Ateneu, do Turismo, das várias associações de Leiria, umas já extintas, outras com profícuo trabalho nos dias de hoje, para além daqueles que, mais particularmente me transmitiram preciosas informações, como o meu pai, o Dr. Tomás de Oliveira Dias, o Engº Ricardo Charters d’Azevedo, o Engº João Eliseu e o Sr. Mário Matias, entre outros.





# **ELITES POLÍTICAS DE LEIRIA: 1910-2000**

**(VOL.I)**

**Tese de Doutoramento em Ciência Política/Elites e Pensamento Político**

**ACÁCIO FERNANDO DOS SANTOS LOPES DE SOUSA**

**PALAVRAS-CHAVE:** Leiria; elites políticas; república; democracia; regime autoritário; I República; parlamento; governadores civis; Câmara Municipal de Leiria; deputados; presidentes de Câmara; imprensa local;

**KEYWORDS:** Leiria; political elites; republic; democracy; authoritarian regime; First Republic; parliament; civil governors; Municipality of Leiria; deputies; mayors; local press;

## **RESUMO**

Após a queda do regime dinástico, o Estado liberal continuou a manter a mesma estrutura na I República portuguesa, entre 1910 e 1926. Findou a transição familiar da Coroa e mudaram os destinatários do recrutamento político, mas mantiveram-se os mecanismos de carreira, o voto capacitário e, sobretudo, a instabilidade política. Leiria foi um espelho muito próximo da realidade nacional, no que toca a continuidades e descontinuidades dos protagonistas e das práticas políticas.

Com a mudança para o regime autoritário, entre 1926 e 1974, Leiria continuou a acompanhar as lógicas de recrutamento e de ação da generalidade do País, com uma nova particularidade que passava pela proximidade geográfica de Fátima, cujo impacto popular não deixou de influenciar, de forma marcante, as elites leirienses que, mesmo com as possibilidades de desenvolvimento surgidas na década de sessenta, não se conseguiram autonomizar com projetos alternativos e representativos de largos estratos da população.

Também com o regime democrático, depois de 1974, a influência inicial da Igreja Católica foi visível, assim como a transferência de parte de “aparelho” partidário da Ação Nacional Popular para os novos Partido Popular Democrático e Centro

Democrático Social. Por outro lado, só na década de noventa, a participação feminina começou a ser efetiva na política e nos centros de decisão locais.

Excetuando, contudo, uma ou outra particularidade, até ao final do séc. XX, Leiria não terá fugido ao retrato geral das cidades médias de província, tal como poderemos observar nas suas elites políticas, através dos seus representantes parlamentares, dos governadores civis e dos presidentes das Câmara, ao longo de 90 anos de República. Contudo, as particularidades existentes e diferenciadoras, merecerão uma atenção e análise especiais.

### **ABSTRACT**

After the fall of the dynastic regime, the liberal state continued to maintain the same structure in the Portuguese First Republic, between 1910 and 1926. Ended the transition of the Crown family and changed the recipients of political recruitment, but remained mechanisms career, voting capacity and especially political instability. Leiria was a very close mirror of the national reality in matter of the continuities and discontinuities of the protagonists and political practices.

With the move to the authoritarian regime, between 1926 and 1974, Leiria continued to follow the logic of recruitment and action of most of the country, with a new particularity due to geographical proximity of Fatima, which popular impact kept influencing Leiria's elites, in a major way, that even with the potential development emerged in the sixties, couldn't empower themselves with alternative and representative projects of large segments of the population.

Also with the democratic regime, after 1974, the initial influence of the Catholic Church was notable, as well as the transfer of part of partisan "mechanism" of the National People's Action for the new Popular Democratic Party and Social Democratic Center. On the other hand, only in the nineties, women's participation began to be effective in politics and in decision-making locations.

Except, however, one or another feature, till the end of the 20<sup>th</sup> century, Leiria didn't diverge from the general picture of medium-sized cities of the province, as we can observe in their political elites, through their parliamentary representatives, their civil governors and mayors, over 90 years of the Republic. However, the particularities will deserve a special analysis.

## ÍNDICE GERAL

<b>ÍNDICE GERAL</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
O OBJETO DE ESTUDO E AS QUESTÕES DE PARTIDA.....	15
<b>Conceitos prévios</b> .....	15
<b>O objeto de estudo</b> .....	19
<b>A delimitação temporal</b> .....	20
<b>Questões de partida</b> .....	20
<b>Uma particularidade</b> .....	21
<b>ESTRUTURA, METODOLOGIA E FONTES</b> .....	23
<b>A estrutura do trabalho</b> .....	23
<b>Tipologia das fontes</b> .....	26
<b>CAP. I - A I REPÚBLICA E AS NOVAS ELITES POLÍTICAS</b> .....	31
<b>A POLÍTICA E A SOCIEDADE</b> .....	31
<b>LEGITIMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DO PODER</b> .....	34
<b>O RECRUTAMENTO DOS QUADROS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS</b> ....	36
<b>O PROCESSO ELEITORAL</b> .....	38
<b>O voto capacitário</b> .....	38
<b>O processo censitário e o patrocínio</b> .....	40
<b>A I REPÚBLICA EM LEIRIA</b> .....	43
<b>Aspetos económicos e sociais no advento da República</b> .....	43
<b>Formas de representação das elites leirienses: dos fins da Monarquia aos primeiros anos da República</b> .....	47
- <i>A imprensa</i> .....	47
- <i>As relações sociais</i> .....	50
- <i>O 5 de Outubro e as mudanças operadas</i> .....	56
- <i>Novos aspetos sociais e as organizações de interesses</i> .....	62
- <i>O regionalismo</i> .....	67
- <i>As diversas formas de representação das elites republicanas e as dissensões</i> ....	68
<b>AS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO</b> .....	74
<b>Os Partidos políticos</b> .....	75
<b>Os deputados</b> .....	78
- <i>O perfil etário</i> .....	78
- <i>Duração das carreiras parlamentares</i> .....	79
- <i>O nível de ensino dos deputados</i> .....	82
- <i>Os perfis profissionais dos deputados</i> .....	83
- <i>Candidatos oriundos do exterior aos círculos políticos que os elegeram</i> .....	85
- <i>cursus honorum</i> .....	87
<b>Os deputados: em conclusão</b> .....	89
<b>OS GOVERNADORES CIVIS</b> .....	90
<b>A CÂMARA MUNICIPAL</b> .....	100
<b>A República e os municípios</b> .....	100
<b>Em Leiria</b> .....	102
<b>Os protagonistas e a prosopografia</b> .....	106
- <i>Os presidentes</i> .....	106
- <i>As vereações</i> .....	108

a) <i>A Primeira Comissão Administrativa (1910-1913)</i> .....	108
b) <i>Primeira Câmara eleita (1914-1915)</i> .....	109
c) <i>Segunda Comissão Administrativa (1915)</i> .....	111
d) <i>Retorno da primeira Câmara eleita (1915-1917)</i> .....	111
e) <i>Terceira Comissão Administrativa (1918)</i> .....	112
f) <i>Quarta Comissão Administrativa (1918-1919)</i> .....	113
g) <i>Quinta Comissão Administrativa (1919)</i> .....	113
h) <i>Terceira Câmara eleita (1919-1922)</i> .....	114
i) <i>Quarta Câmara eleita (1922-1925)</i> .....	115
j) <i>Quinta Câmara eleita (1925-1926)</i> .....	116
<b>As Câmaras: em resumo</b> .....	116
<b>CAP. II - O REGIME AUTORITÁRIO E AS ELITES</b> .....	119
<b>O PAÍS E O REGIME AUTORITÁRIO</b> .....	119
<b>O ambiente em Leiria</b> .....	128
<b>A DITADURA MILITAR (1926-1933)</b> .....	131
<b>OS GOVERNADORES CIVIS NO PERÍODO MILITAR</b> .....	141
<b>A PRESENÇA MILITAR NA CÂMARA MUNICIPAL</b> .....	144
<b>O ESTADO NOVO</b> .....	147
<b>O Estado Novo e a representação social das elites, em Leiria</b> .....	159
- <i>A imprensa</i> .....	164
<b>As eleições para a Assembleia Nacional</b> .....	165
- <i>O recrutamento dos deputados</i> .....	165
- <i>Os partidos políticos</i> .....	171
- <i>Prosopografia dos deputados</i> .....	175
a) <i>A proveniência profissional</i> .....	175
b) <i>A idade e a duração nos cargos</i> .....	179
c) <i>A naturalidade</i> .....	182
d) <i>O trabalho parlamentar</i> .....	182
<b>A CÂMARA CORPORATIVA</b> .....	184
<b>OS GOVERNADORES CIVIS</b> .....	186
<b>A unidade nacional, os distritos e as querelas regionais</b> .....	186
- <i>Prosopografia dos Governadores Civis</i> .....	192
a) <i>A permanência no cargo</i> .....	192
b) <i>O percurso</i> .....	193
c) <i>As profissões e habilitações académicas</i> .....	194
d) <i>A naturalidade e a média de idades</i> .....	195
<b>A CÂMARA MUNICIPAL</b> .....	195
<b>O Estado Novo e os Municípios</b> .....	195
<b>A Câmara Municipal e os anos da consolidação do regime</b> .....	201
<b>Dos anos sessenta ao fim do regime</b> .....	207
<b>A prosopografia</b> .....	210
<b>CAP. III - O REGIME DEMOCRÁTICO (1974- 2000)</b> .....	213
<b>UM NOVO REGIME DEMOCRÁTICO</b> .....	213
<b>Democracia direta e democracia representativa</b> .....	213
<b>LEIRIA: TRANSIÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS ENTRE O REGIME AUTORITÁRIO E O REGIME DEMOCRÁTICO</b> .....	218
<b>O 25 de Abril na imprensa de Leiria</b> .....	222
<b>Elites de Leiria: Representações sociais e representações políticas</b> .....	231
- <i>Leiria: um mapa das organizações de interesses</i> .....	231
- <i>Outras representações sociais e políticas</i> .....	236

- Elites eclesiásticas .....	237
- A Maçonaria.....	238
- A Imprensa .....	239
<b>A Região e o regionalismo.....</b>	<b>241</b>
- A divisão administrativa do território: uma velha querela.....	241
- O regionalismo na imprensa local .....	244
- Regionalismo institucional e nas organizações de interesses.....	247
<b>O PARLAMENTO .....</b>	<b>254</b>
<b>O recrutamento dos parlamentares .....</b>	<b>254</b>
<b>Os atos eleitorais .....</b>	<b>255</b>
<b>Os deputados do círculo eleitoral de Leiria .....</b>	<b>275</b>
<b>OS GOVERNADORES CIVIS .....</b>	<b>277</b>
<b>Governadores civis: prosopografia .....</b>	<b>286</b>
<b>A CÂMARA DE LEIRIA NO REGIME DEMOCRÁTICO .....</b>	<b>288</b>
<b>A transição .....</b>	<b>288</b>
<b>A Comissão Administrativa Municipal .....</b>	<b>294</b>
<b>A primeira Câmara eleita .....</b>	<b>295</b>
<b>A segunda Câmara .....</b>	<b>297</b>
<b>A terceira Câmara .....</b>	<b>298</b>
<b>A quarta Câmara.....</b>	<b>301</b>
<b>A quinta Câmara .....</b>	<b>304</b>
<b>A sexta Câmara.....</b>	<b>307</b>
<b>A sétima Câmara .....</b>	<b>308</b>
<b>As Câmaras no regime democrático (1974-2000): conclusão .....</b>	<b>311</b>
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>317</b>
<b>O RECRUTAMENTO .....</b>	<b>318</b>
<b>A questão do género .....</b>	<b>318</b>
<b>Das redes pessoais aos interesses coletivos .....</b>	<b>319</b>
<b>O peso das carreiras políticas.....</b>	<b>321</b>
<b>Continuidades e discontinuidades .....</b>	<b>323</b>
<b>ELITES POLÍTICAS DE LEIRIA: O DESEMPENHO E OS PADRÕES DE</b>	
<b>CONDUTA.....</b>	<b>326</b>
<b>No desenvolvimento local.....</b>	<b>326</b>
<b>A “tenaz” regionalista .....</b>	<b>328</b>
<b>A imprensa .....</b>	<b>332</b>
<b>ELITES NUMA CIDADE MÉDIA DE PROVÍNCIA. LEIRIA, UM CASO DE</b>	
<b>ESTUDO?.....</b>	<b>333</b>
<b>FONTES E BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>337</b>
<b>Abreviaturas: .....</b>	<b>337</b>
<b>Documentação arquivística: .....</b>	<b>338</b>
<b>Imprensa local (hemeroteca do Arquivo Distrital de Leiria):.....</b>	<b>340</b>
<b>Bibliografia e webgrafia de referência geral: .....</b>	<b>341</b>
<b>Bibliografia sobre Portugal contemporâneo:.....</b>	<b>343</b>
<b>Bibliografia sobre teoria e elites políticas em geral:.....</b>	<b>345</b>
<b>Bibliografia sobre elites em Portugal: .....</b>	<b>346</b>
<b>Bibliografia de âmbito local: .....</b>	<b>348</b>
<b>ÍNDICE DE GRÁFICOS .....</b>	<b>351</b>



## INTRODUÇÃO

### O OBJETO DE ESTUDO E AS QUESTÕES DE PARTIDA

#### Conceitos prévios

Ao procurar evidenciar que as atividades política e social são duas faces da mesma realidade, Philippe Garraud constatava não se tratar, apenas da simples visão do trabalho político como resultado dos amplos interesses sociais mas, acima de tudo, questionava a autonomia das decisões face aos interesses de alguns grupos sociais ou até a dependência deles. Sendo assim, tornam-se múltiplas as interpretações sobre a atividade política, mantendo-se um traço comum e permanente entre elas, que é a existência de alguma desconfiança por parte dos eleitores<sup>1</sup>.

Este ceticismo evolui entre o que é entendido como complexas causas relacionadas com o exercício do poder e a percepção de constrangimentos impostos aos atores políticos por compromissos diversos. O afastamento dos cidadãos de uma participação mais ativa será consequência da desilusão, quando comparam as promessas feitas com aquilo que verdadeiramente se faz<sup>2</sup>.

Isto verifica-se, sobretudo, quando escasseia a correta noção sobre a principal função da política, que passará pela produção e distribuição dos bens colectivos<sup>3</sup>, e se sobreleva uma ação tolhida em compromissos diversos dedicados sobretudo à captação do voto. Esta última perspectiva desvirtua a primeira, pois o conjunto dos eleitores é visto como “mercado” político, cuja conquista passa por uma atitude empreendedora de

---

<sup>1</sup> GARRAUD, Philippe, *Profession: homme politique, la carrière politique des maires urbains*, Paris, L'Harmattan, 1989, p. 17. O autor destaca a ideia de que o político aproveita a autonomia do trabalho técnico em relação à responsabilidade política, não exatamente para valorizar o primeiro, mas para absorver quando é conveniente, ou para alienar responsabilidades quando se torna inconveniente. Esta atitude tem analogia com a aproximação ou afastamento a diversos grupos sociais, o que leva à desconfiança dos eleitores.

<sup>2</sup> INNERARITY, Daniel, *A transformação da política*, Lx, Teorema, 2005, pp. 7 e 8. O autor refere a desilusão crescente com a atividade política, declarando o descrédito desta devido à rotina discursiva de anúncios não exequíveis, do que propriamente a desvios provocados pelos atores políticos.

<sup>3</sup> Idem, *ibidem*. p.11. O autor avança com esta ideia a partir de uma citação de Hannah Arendt quando questionava: “a política tem algum sentido?” .

cariz empresarial, onde a estratégia primordial é a detenção dos recursos necessários para o controlo e a consequente redução da esfera de ação da concorrência<sup>4</sup>.

Uma atitude política cada vez mais vocacionada para a conquista de “mercado” do que para a realização de projectos coletivos, era a razão do conhecido pessimismo de Mosei Ostrogorski quando falava nos políticos à mercê dos *wire-pullers*, os manobradores, ativando assim o *spoil-system*, isto é, os votos em troca de favores, acabando mesmo por defender o fim dos partidos e a elevação de movimentos cívicos temporários que defendessem causas específicas<sup>5</sup>.

Numa cidade de província, como em Leiria, sem estudos anteriores nesta área, não se poderá teorizar antes de se perceber quais os modelos concretos de ascensão de grupos ou de protagonistas e que equilíbrios são desenhados à medida que emergem novos atores, tentando perceber como se adaptam às novas funções para as quais são chamados, ou como a cidade e o concelho se adequam a novos modelos de governação, modelos esses que serão ou não decisivos para o desenvolvimento e para o progresso<sup>6</sup>.

Face a estes pressupostos, também aqui a problemática da política passa, em termos gerais, pela legitimação dos detentores dos cargos, pela relação entre o seu desempenho e o desenvolvimento das terras que representam, pela existência de verdadeiro pluralismo político e pela real possibilidade da intervenção dos cidadãos sobre as decisões nas políticas públicas, ou o estímulo que lhes é dado para as julgar

---

<sup>4</sup> GARRAUD, Philippe, *op.cit.*, p.13, compara a estratégia política à estratégia empresarial para a conquista de mercados.

<sup>5</sup> Esta perspetiva é realçada por MARTINS, Manuel A. Meirinho. “Mosei Ostrogorski: a sobrevivência dos partidos”, in BESSA, António Marques (coord.), *Elites e Poder*, Lx, ISCSP, pp. 68-69. A noção de *spoil system* é recorrente desde diversas análises sobre a política americana do séc. XIX. No entanto, para o caso português vários autores a referem, em particular, para as lógicas eleitorais e de recrutamento vindas desde o Estado liberal a partir de ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1860-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, pp.129-135. O autor dissecou exaustivamente este conceito de distribuição de favores de altruísmo aparente, mas de fidelidades obrigatórias.

<sup>6</sup> DAHL, Robert, *Qui gouverne?*, (trad. Pierre Birman e Pierre Birnbaum, *Who governs? Democracy and power in an American city*), Paris, Armand Colin, 1971, Introd., pp.V, VI. Esta obra torna-se num modelo de análise ao querermos avançar com um trabalho sobre elites políticas numa cidade portuguesa de província. O autor, a propósito do estudo das elites políticas na cidade americana de New Heaven, insiste no modelo científico que deve começar pela observação dos factos antes da teorização, atendendo a que se tratava de um universo que poderia não justificar uma representação global. Antes mesmo de falar em pluralismo partidário nas diversas representações políticas, prefere falar em poliarquia, um sistema que entende que assenta em grupos sociais alternativos. Também AGULHON, Maurice. *La République au village*, Paris, Plon, 1970, reed. Seuil, 1979, reflete, na generalidade desta obra, a necessidade de adaptação e conquista de popularidade pelas novas elites políticas numa aldeia em mudança entre a Revolução e a República, recriando e implantando iniciativas, tanto ao gosto popular como com sinais de novidade urbana e dos novos tempos.



através do voto. É isto que leva à necessidade de serem percebidas as elites de onde emergem os protagonistas políticos.

Robert Dahl fala, igualmente, na dualidade com que se confrontam os políticos ao pretenderem influenciar o sentido do voto mas dependerem em simultâneo da satisfação do “Povo”, obrigando-os, sobretudo nos regimes democráticos ocidentais, a uma metodologia de trabalho para a ocupação do poder, diferente dos regimes autoritários e muito mais do clássico modelo de *O Príncipe*, de Maquiavel<sup>7</sup>.

Aliás, a permanente ambivalência - ora de tensão, ora de procura de apoios, em estratégias alternadas de primazia ostensiva ou de sobrevivência - entre as próprias elites, como entre estas e o “Povo”, é em rigor a característica dos avanços e dos retrocessos sociais, económicos e políticos, com todos os dramas e triunfos próprios da evolução das sociedades.

Contudo, é precisamente essa a visão que qualquer análise no âmbito da Teoria Política procura assumir para se perceber até que ponto o recrutamento das elites políticas revela como um sistema político se relaciona com a sociedade.

Os pequenos coletivos denominados castas, vanguardas, grupos dirigentes, ou elites, nunca deixaram de ser admitidos pelas Ciências Sociais, pois sempre se destacaram do geral pelo modo como gerem o seu ascendente económico, político, ou intelectual, na relação que estabelecem com os grupos sociais de onde emergem e na interpretação das conjunturas que ajudam a construir, comandando-as por vezes, claudicando outras.

Ora, com mais ou menos evidência, sempre foram as elites dominantes num qualquer setor da sociedade que geraram as que se viriam a perfilar para as substituir. Torna-se isto bem visível quando são estimulados viveiros de “delfins” para dar continuidade à obra dos patronos, ou quando, inconscientemente, a pressão das elites sobre as massas anónimas despertam nestas um sinal contrário de onde resultam turbulentos períodos de consciência revolucionária.

No Antigo Regime, seria fácil constatar que o processo de recrutamento estava absolutamente ligado ao estatuto social, mantendo durante uma ou duas gerações a tradição familiar, garantindo com isto o epíteto de famílias tradicionais. Caídas as

---

<sup>7</sup> DAHL, Robert, *op. cit.*, Introd., VII. O autor, sem negar a estratégia maquinal para a manutenção do poder, considera a necessidade da satisfação de estratos alargados do eleitorado, numa forma que não acontecia no aconselhamento de Maquiavel a César Borgia.

oligarquias de tendência aristocrática, valerá a pena questionar até que ponto as situações de crise permitem a ascensão de um novo pessoal político oriundo das classes mais baixas ou se, nestes universos locais, apesar das novas entradas nas classes dirigentes devido aos processos de renovação, não permanecem elementos ligados a esse anterior estatuto socio-económico. Isto é, sabendo-se que nas comunidades mais antigas e pequenas os poderes económico e político tendiam para a concentração, assente nas grandes famílias tradicionais, em que momentos se terá verificado a emergência de grupos sociais intermédios que adquiriram conhecimentos e meios para contestar o poder tradicional?<sup>8</sup>.

Num regime autoritário a diferenciação social é mais definida, mantendo-se um padrão de governo com alterações pouco visíveis, e no que toca à governação local, esta é absolutamente dependente da governação central. Já perante aquilo que poderia ser uma expectativa de democratização gradual, deveremos questionar a razão do reaparecimento de desigualdades que reconvertem os novos políticos em ascensão num grupo recém-formado que rapidamente assume o anterior estatuto de destaque em relação ao universo de onde emergiu.

Na transposição das diversas conjunturas, a relação entre as elites e sistemas políticos revela sempre continuidades e descontinuidades conforme os ambientes e as personalidades, isto é, tanto nas problemáticas inerentes aos próprios sistemas políticos, como na caracterização dos perfis pessoais.

A adaptação do homem político à confrontação entre as suas ideias e as vontades dos grupos de interesses ou eleitores que o suportam, tal como Robert Dahl diz, levou a que a tradição fosse ficando carente de meios e de popularidade e que aos novos empreendedores não lhes viesse a bastar os recursos ao dispôr, mesmo quando recriam novos rituais de casta.

A popularidade passou a ser um terceiro factor de recrutamento essencial, apesar do desgaste público que isso pode trazer. Dahl, aqui, dá suporte às premissas de Garraud que referimos anteriormente e aponta que, à medida que essa popularidade se vai tornando fulcral para a liderança política, os líderes sociais e económicos vão-se retirando da primeira linha de desgaste, tocando na política com uma aparência

---

<sup>8</sup> Idem, *ibidem*, pp. 21 a 23 e 32 a 37. O autor estabelece que nas mudanças em oligarquias, os “patricios”, as fortunas e a ocupação de altos cargos podem rodar, mas sem ruturas assinaláveis, o que efetivamente acontece com a ascensão dos “empreendedores”, grupos com novas características de operacionalidade que acabam por reclamar o poder.

ocasional e, por vezes, sobranceira, apesar da gestão dessa política nunca lhes ser indiferente<sup>9</sup>.

## **O objeto de estudo**

O motivo deste trabalho foi, assim, a expectativa de continuar a haver espaço para novas abordagens, sobretudo de incidência local, que permitam a perceção de realidades concretas do país para a elaboração de novas sínteses globais. O objeto em análise é perceber numa cidade média de província como, entre outras, é o caso de Leiria, quais os pressupostos que se traduzem na perceção da estrutura do poder; quem o assume e como; quais as teias de relações que ao longo dos vários momentos significam redes de influência e um lastro de apoio ao exercício do poder, permitindo continuidades ou levando a descontinuidades na sua evolução.

Este estudo aborda as elites políticas de Leiria, uma capital de distrito, no exercício de mandatos nos dois órgãos mais relevantes em termos locais - a Câmara Municipal e o Governo Civil –, bem como o Parlamento, tendo em atenção um espaço temporal em que a figura dos governadores civis ainda existia. Nesse tipo de enquadramento, os autarcas e os governadores civis assumiam a delegação para o exercício da governação próxima das comunidades; os parlamentares representam um círculo de eleitores na arena institucional onde é produzida legislação de aplicação nacional.

Temos, por isso, duas vertentes de análise neste trabalho. Uma será sobre a caracterização, modelos de recrutamento e carreiras das próprias elites; outra sobre a legitimidade da sua representação e também o seu desempenho.

Quer isto também dizer que os problemas inerentes à representatividade e à legitimidade do exercício de mandatos levantam questões concetuais que, podendo ter uma matriz semelhante, não podem deixar de levar em atenção as diferenças no âmbito jurisdicional, a nível da governação central e a nível da governação local, assim como o enquadramento temporal e a essência dos três regimes políticos a estudar, por que as formas de governar são condicionadas pelos objetivos planeados.

---

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*, pp. 37 e 76 a 87.

## **A delimitação temporal**

Tendo sido o séc. XX português atravessado por quatro regimes políticos: Monarquia Constitucional até 1910; Ciclo Liberal Republicano até 1926; Republicanismo autoritário até 1974; e a partir daqui, a Democracia Parlamentar, a incidência deste trabalho cairá em todo o período republicano até ao ano 2000, sem deixar de levar em conta a conjuntura social e política do período final do regime monárquico herdada pela República.

Apesar da persistência de uma ordem liberal entre a Monarquia e a 1ª República, considerámos que o colapso do regime dinástico significou um importante momento de descontinuidade, sendo esta a razão pela qual estabelecemos como fronteira temporal mais remota o ano da revolução republicana, 1910.

Todavia, estando em discussão as elites locais, muitos dos atores políticos e sociais, que ganharam protagonismo em cada um dos regimes, não foram visíveis, apenas, em cada um desses momentos. Uns merecem ser identificados na fase final do regime monárquico e na integração que vieram a ter ao longo da República, acontecendo o mesmo a outros nas transições entre a 1ª República e a Ditadura Militar e o Estado Novo, assim como entre este e o regime democrático.

Vindo o modelo republicano desde 1910 até aos dias de hoje, estabelecemos a data limite mais recente para o ano 2000, apenas para termos no conjunto uma referência cronológica com alguma unidade, que será o séc. XX. É, pois, nesta unidade de várias diversidades políticas e sociais verificadas ao longo de 90 anos que interpretaremos o que vier a ser detetável, percebendo os contextos nacionais que enquadrarão as realidades locais.

## **Questões de partida**

Ainda no caso de Leiria, entre estas várias formas de observar, interessa clarificar o seguinte:

- se as diferentes elites foram, claramente, agentes do progresso e da promoção da região, assumindo-se como autoras de projetos sociais e políticos alternativos entre si e de interesse para largos e diferenciados estratos das populações;

- se, pelo contrário, a predominância se mantinha na estratégia de sobrevivência partilhada e de aliança nas opções de fundo, mesmo quando existiam conflitos de interesses entre si;

- qual o poder negocial das elites locais, a sua circulação e a ação nas mudanças societais perante as continuidades ou descontinuidades próprias das ruturas políticas.

Estas serão, então, as principais tendências de análise.

Assim, ao fixarmos este trabalho em noventa anos da República, entre os anos de 1910 a 2000, entendemos que valerá a pena serem estudados os três sistemas de governo que, naquele espaço de tempo, atravessaram a República. Perceber-se-á até que ponto Leiria é ou não um modelo diferenciado no que respeita aos processos de recrutamento e ascensão das suas elites políticas, às estratégias destas na manutenção e na projeção no poder, ao seu desempenho e aos percursos verificados nas diversas organizações de interesses.

Para este caso local, os trabalhos de âmbito historiográfico e sociológico para o séc. XX são escassos, mantendo-se deserto o espaço de análise no campo da politologia. Esta será a eventual oportunidade deste trabalho.

### **Uma particularidade**

O caso de Leiria ganhou uma particularidade especial, devido ao fenómeno de Fátima. As faldas da Serra de Aire onde se situa a Cova de Iria, apesar de pertencerem ao distrito de Santarém, ficam apenas a cerca de 20 km da cidade de Leiria. Desde sempre as dinâmicas económicas e sociais de Ourém/Fátima tenderam mais para aqui do que para a sua longínqua capital de distrito.

A diocese leiriense havia sido extinta na segunda metade do séc. XIX, havendo uma grande movimentação para a sua restauração, que incluía alguns elementos republicanos mesmo antes de 1910. Este movimento continuou, ainda mais com a

reação do clero à nova política e o aparecimento, em 1914, de um jornal afeto à Igreja Católica<sup>10</sup>.

Em 1917 surgiam os acontecimentos de Fátima, tendo a diocese sido restaurada em 1918, entrando o bispo dois anos mais tarde. Curiosamente, o episcopado veio a integrar, logo na altura, a aldeia de Fátima que, do ponto de vista civil, pertencia a um distrito diferente.

O empolgamento dos reconstrutores da diocese levaria a que esta fosse identificada imediatamente com Fátima que, logo, se tornou um extraordinário fenómeno popular. Não só as elites políticas da Primeira República se passaram a confrontar, bem perto, com um centro espiritual resistente aos princípios e práticas do regime, como toda a região ao longo do séc. XX ficaria marcada pela profunda influência do clero diocesano, como veremos ao longo do trabalho<sup>11</sup>.

Também com a passagem do regime autoritário para a Democracia, Leiria foi um caso particular. Pese embora a agitação revolucionária, os saneamentos de chefias, de administradores ou de patrões verificados em alguns serviços, escolas e administrações fabris, tudo isto se sentiu muito mais na operária e vizinha Marinha Grande do que na área do município leiriense.

Não havendo o ascendente de um proletariado, no sentido marxista do termo, pois grande parte dos operários das fábricas de Leiria pertenciam a uma população rural com as suas courelas ou outros expedientes para alargamento das economias familiares, e tendo muitos deles grande proximidade aos patrões, o impacto revolucionário teve contornos mais brandos que noutras partes do País.

Na população rural continuava a fazer-se sentir uma grande influência da Igreja Católica, conservadora, que mantinha aqui um clero muito ativo e com forte presença. Fátima era, de facto, o ponto de encontro de múltiplas manifestações de devoção e de

---

<sup>10</sup> O padre José Ferreira de Lacerda, homem culto e monárquico convicto, fundou em 1914 *O Mensageiro*, jornal extinto já em 2013 e que, na altura, se tornou um arauto no combate à República e na defesa da restauração da diocese. É interessante ver como, sendo monárquico, este padre se ofereceu como voluntário para o *front* da Guerra na Flandres, numa genuína atitude humanitária como capelão junto dos soldados e na ligação com as famílias da região de Leiria, sendo aí um verdadeiro mensageiro e ganhando autoridade, na sua perspetiva como antibelicista, para o aproveitamento que sempre fez na denúncia veemente, sobre as razões da entrada de Portugal na guerra.

<sup>11</sup> A causa da restauração da diocese moveu católicos conservadores, mas também vários vultos republicanos locais. O bispo da restauração, D. José Alves Correia da Silva, teria no padre Ferreira de Lacerda um dos principais entusiastas, não só nessa reinstalação como na projeção dos acontecimentos de Fátima. Um outro jovem padre que, pouco depois, regressaria dos estudos em Roma, José Galamba de Oliveira, tornar-se-ia no homem de confiança do bispo nesta obra, assim como o padre Nunes Formigão.

desagravo e o Santuário já tinha a sua própria imprensa, a *Voz de Fátima*, que chegava a todos os lugares, pelo menos, do concelho de Ourém (distrito de Santarém) e do concelho de Leiria<sup>12</sup>. Aqui, dos três jornais existentes, apenas um, até finais de 1974, tinha uma tradição liberalizante, o *Região de Leiria*. Os outros dois, eram o *Mensageiro*, católico, defensor das ideias mais conservadoras e direcionado para um público citadino, enquanto o *Voz do Domingo*, também católico, acentuava a mensagem pastoral com a subliminar mensagem política direcionada, sobretudo, para a população rural.

## ESTRUTURA, METODOLOGIA E FONTES

### A estrutura do trabalho

Os estudos políticos valem pela revelação do significado do momento abordado, não devendo o investigador permitir o seu envolvimento emotivo no processo mas, antes, perceber as razões que levaram diferentes grupos a confluir para esta ou aquela causa política. Este é o objeto da Ciência Política e é o enquadramento científico deste trabalho.

Cada um dos três sistemas de governo do regime republicano corresponderá a um capítulo cujo tratamento será diferente, apenas, no que toca às especificidades de cada período. No que respeita às estruturas sociais, aos mecanismos de recrutamento e de seleção, tanto para a governação local como para a representação parlamentar, merece que se distinga o período autoritário dos períodos democráticos. Assim, abordaremos cada um dos sistemas políticos tendo em vista a municipalidade, a representação do governo central e o Parlamento, percebendo sobretudo o perfil global das maiorias municipais e parlamentares.

O fecho tendencial das elites políticas sobre si próprias, obrigarão a comparar as formas de constituição das oligarquias autoritárias com aquelas que se possam caracterizar, paradoxalmente, como “oligarquias democráticas”. A definição das

---

<sup>12</sup> Não há coincidência entre a circunscrição eclesiástica e a civil. Fátima integra o concelho de Ourém e apesar de ambas estarem a pouco mais de 20 km de Leiria, pertencem ao distrito de Santarém. No entanto, na circunscrição eclesiástica, ambas pertencem à diocese de Leiria.

modalidades e dos perfis nas carreiras políticas levará a uma redefinição da tipologia das elites e esclarecerá se, para além dos actores, ou protagonistas apresentados numa primeira linha, existem outras menos visíveis, com as quais as primeiras possam estar comprometidas.

Os momentos de estabilidade e de rutura serão analisados na perspetiva de se perceber quais as condicionantes que levaram às mudanças políticas, se se verificou a manutenção, ou a substituição e qual destino das elites que detinham o poder.

Num outro tipo de abordagem, teremos em conta a legitimação do poder no regime autoritário, não deixando de a observar igualmente nos períodos liberal e democrático, face à insuficiência de respostas das democracias representativas e à crescente complexidade social.

A relação entre os eleitos e eleitores, as estratégias postas em prática, a relação dos chamados três poderes liberais com os atuais sistemas políticos, tornam mais premente clarificar quem legitima e quem representam os detentores de mandatos nas autarquias e no parlamento, ainda mais com os novos desafios postos aos regimes democráticos tradicionais que passam pelo impacto da informação globalizada, pela sofisticação dos aparelhos partidários e pela propaganda e marketing políticos. A tudo isto junta-se, ainda, o ciclo de vida das elites políticas e o impacto que ao longo desse ciclo produzem nas sociedades.

Para melhor caracterizar a emergência dos protagonistas políticos em Leiria, após uma breve caracterização da cidade e da região em cada um dos períodos temporais que vamos abordar, identificaremos as principais organizações de interesses, as organizações cívicas e os poderes social e económico que todas elas refletiam ao longo de 90 anos, no ciclo liberal, no regime autoritário e na democracia representativa.

Serão, igualmente, importantes instrumentos de observação as famílias que, em dado momento, dentro do período que aqui trabalhamos, assumiram proeminência. A identificação de quem constituía os grupos das elites políticas locais, nesses mesmos três regimes, entre os detentores de mandatos como presidentes e vereadores da Câmara Municipal, governadores civis e parlamentares eleitos pelo círculo de Leiria, será o momento seguinte com as respetivas abordagens prosopográficas, o que nos permitirá uma caracterização geral.



A abordagem prosopográfica revelará não só as áreas de recrutamento, como os percursos dos diversos atores políticos, num perfil que nos mostrará condições preferenciais ou de dificuldades. Será esta perspectiva o ponto fulcral de ligação à realidade de Leiria, no que toca às elites, ao poder e aos eleitores. Estes elementos são resultantes do levantamento dos percursos de algumas centenas de figuras que assumiram alguma intervenção pública na cidade de Leiria, tal como as apresentamos nos quadros anexos para podermos perceber o *cursus honorum* de cada um.

Todavia, no que toca ao critério das personalidades seleccionadas, quanto aos deputados apenas são referidos os que se apresentaram no círculo de Leiria ou, para o caso da 1ª República, os que sendo oriundos desta cidade, se candidataram por Alcobaça, o outro círculo do distrito. Por outro lado, aceitámos como elites políticas leirienses os governadores civis que, mesmo fugazmente, passaram por aqui. No entanto, houve leirienses com algum relevo que tiveram intervenção política noutras localidades, por lá se terem radicado, mas sem intervenção direta na terra de naturalidade e por esse motivo não foram, agora, considerados.

Podendo ser consideradas especificidades diferenciadas conforme o modelo de abordagem que seja feito aos percursos das elites, o que nos importa nesta pesquisa, insistimos, é fixar Leiria e os detentores de cargos políticos na presidência e na vereação da Câmara Municipal, no Governo Civil e no Parlamento em representação do Círculo respetivo.

O comportamento dos eleitores perante as diversas conjunturas levará igualmente à deteção das disfunções do sistema político-administrativo local e à evolução do “caciquismo”, retratado no velho período liberal, para novas formas de captação do voto. As relações entre eleitores e eleitos num micro-espço podem levar a uma caraterização mais específica da utilização dos recursos políticos, da repartição dos interesses e dos modelos de influência. A longevidade política, sendo uma ambição da generalidade dos detentores de mandatos, poderá obedecer a estratégias muito particulares. A análise dos percursos de cada um, para os cargos aqui analisados e em diferentes regimes, permitirá também caracterizar localmente os mecanismos do uso dos mandatos, de retribuições e das relações com o “mercado” eleitoral.

Por fim, nas conclusões, procuraremos traçar um retrato das elites políticas numa cidade de província como Leiria, perspetivando a possibilidade desta localidade ser

tomada como um caso, numa linha de estudo comum às cidades portuguesas de média dimensão.

### **Tipologia das fontes**

A escolha das leituras torna-se, assim, de extrema importância, sabendo que a averiguação que se pretende levanta inicialmente questões que não trazem completas novidades, por já terem sido tratadas por outros, noutros contextos. A novidade estará na junção de uma outra realidade, tendo, neste caso, as elites de Leiria como objeto.

Nesta perspetiva, os trabalhos já publicados com afinidades temáticas deverão ser selecionados tendo em conta que as razões ganhas pela História Contemporânea, pela Sociologia e pela Ciência Política, ao centralizarem a atenção do estudo nos tempos que ainda nos tocam, garantem novas motivações para análises sistémicas e especializadas sobre sociedades com um âmbito geográfico restrito, mas decisivas nas análises comparativas que levam à elaboração de sínteses gerais.

Observando-se já alguma tradição no estudo de elites políticas, o espaço a nível local deixa ainda uma larga margem nas fontes de informação por levantar e interpretar, o que continua a permitir a possibilidade de nos confrontarmos com situações originais que tragam novos elementos esclarecedores ou reforcem o que já é conhecido sobre a formação, o recrutamento e a ascensão dos quadros políticos locais. A partir da adequação de conceitos definidos por estudiosos de referência às situações locais, procuraremos confirmar ou reinterpretar ocorrências com condicionantes específicas.

Em primeira análise, teremos, então, que procurar identificar quais os quadros concetuais já traçados sobre este tema. No entanto, é natural que em muita bibliografia de especialidade se encontrem repetições de raciocínios, pelo que as obras de síntese também poderão dar perspectivas mais alargadas, corretas e menos repetitivas.

Por outro lado, a atenção à publicação de artigos, tanto em revistas de carácter científico, como na própria imprensa, podem revelar textos mais incisivos nas reflexões despoletadas, sobretudo quando se trata de produção escrita de autores que apontam para dados concretos cuja credibilidade os tornaram referências incontornáveis.

Já a parca produção bibliográfica a nível regional para o séc. XX sugere-nos, por um lado, que podemos trazer, de facto, alguma coisa de novo. Por outro, sendo pouca, será sempre uma fonte de informação, merecendo uma leitura crítica para detetarmos se a informação transmitida é apresentada numa perspetiva objetiva e verídica, ou apenas verosímil pela carga subjectiva dos autores, nos afectos ou desafetos locais, o que implicará um trabalho de atualização e de sistematização ou, na pior das hipóteses, a confirmação de que não deve ser considerada.

O mesmo se passa com o recurso à imprensa regional, cuja inegável importância não deve levar a menosprezar possíveis redes de influência e outros interesses que toquem estes órgãos de comunicação, cuja pressão é tanto mais forte quanto mais restrito é o espaço geográfico onde coexistem esses mesmos interesses.

Quanto às fontes primárias, apesar do recurso a alguns arquivos de âmbito nacional, procurar-se-ão primordialmente nos arquivos locais, podendo-nos defrontar, no entanto, com dificuldades de acesso naqueles que não estarão ainda organizados de forma sistematizada, ou nas lacunas que possam apresentar devido a perdas ao longo de anos de incúria.

Na verdade, enquanto os fundos arquivísticos anteriores ao séc. XX, ainda que apresentem limitações, estão genericamente identificados nos diversos arquivos históricos, no que toca aos acervos dos serviços públicos do século passado, o panorama é dramático, devido à exponencial produção documental nos últimos cem anos, com um displicente cuidado arquivístico, que só começou a revelar alguns vacilantes sinais de inversão neste processo mesmo ao fechar a centúria. Isto levou a uma enorme massa documental acumulada, sem organização ou reconhecimento de conteúdos, com intervenções seletivas perigosamente aleatórias, umas vezes feitas por mão humana, outras pela deterioração natural de suportes de informação não tratados, ou outras ainda pela sujeição a outros fenómenos destrutivos.

O investigador, muitas vezes, intui a existência de informação mas não lhe consegue aceder; noutras, confronta-se com uma multiplicidade informativa sobre a mesma situação, por vezes contraditória e pouco consistente; enquanto noutras ainda se depara com lacunas surpreendentes<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> PEREIRA, Maria Halpern; e HENRIQUES, Maria de Lourdes Lima (coords.), *Diagnóstico dos arquivos intermédios da Administração Central*, Lx, IAN/TT, OAC, 2003. Este diagnóstico, coproduzido pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e pelo Observatório as Actividades Culturais,

De qualquer modo, temos nos arquivos públicos repositórios informativos de caráter formal. Tanto estes como outros mais informais que poderão passar por alguns arquivos pessoais e de instituições associativas em situação de não comunicabilidade, de não descrição, ou de risco de perda, levar-nos-ão à responsabilidade de uma primeira avaliação documental que permita a pesquisa, ou até de sensibilização para a respectiva preservação.

Nesta sequência, o recurso a fontes orais permitirá, igualmente, o cruzamento de dados com todas as outras fontes referidas atrás e a sua validação, numa permanente atitude heurística. Poderemos, assim, agregar novos elementos de reflexão carregados por testemunhas privilegiadas que alargam, retificam ou ratificam o campo da investigação delineado pelas leituras, trazendo mesmo aspectos que antes não tinham sido detetados.

No entanto, sabemos que a entrevista acede a uma fonte de informação que não verifica as hipóteses e apenas atesta perceções. São quase sempre carregadas de grande subjetividade e apenas ajudam a abrir ou a concluir novas pistas e não a dar respostas em definitivo. É esta atitude que deve criar resistências ao entusiasmo do entrevistado ou procurar superar as reservas mais tenazes que também pode apresentar. Deve atender, sobretudo, se este anseia a algum protagonismo, tanto de ostentação informativa como de obstinada omissão ou se, por ser raramente solicitado, a inibição o leva a estruturar deficitariamente as respostas. Seja como for, teremos que estar preparados para reconstruir o pensamento a partir de uma análise objetiva da informação recolhida.

A formação teórica dada pelas leituras, com a informação proveniente das fontes primárias, ao que se juntam as entrevistas, confluem para a abordagem ao objeto de estudo deste trabalho. Se as duas últimas poderão validar a primeira, esta, se estiver bem relacionada com a questão de partida, sustentará as pistas a seguir com uma argumentação estruturada e amadurecida nas análises comparativas que identificam as concordâncias e as discordâncias entre os vários autores lidos ou, tão só, as complementaridades entre eles.

---

procurou, por amostragem, estimar os metros lineares de documentação acumulada, sem qualquer tratamento, nos depósitos dos serviços da Administração Central. Mesmo por amostragem e com as dificuldades normais na obtenção de respostas fidedignas, foram estimados mais de mil quilómetros. Não foi considerada, neste caso a Administração Local.

Sendo esta a metodologia que levará à construção da investigação, o que terá de prevalecer será a ineficácia daquilo que alguns autores chamam “conceituaria”, isto é, de critérios que encaminhem, forçando a pesquisa para resultados pré-intuídos.



## **CAP. I - A I REPÚBLICA E AS NOVAS ELITES POLÍTICAS**

### **A POLÍTICA E A SOCIEDADE**

Quando se questiona o advento da I República em Portugal, a opinião que percorre o imaginário popular anda à volta de dois arquétipos tradicionais. Por um lado, a tradição que associa este primeiro ensaio de democracia a uma ideia quase pura de “governo do Povo”, ainda muito alimentada pela ideologia liberal oitocentista e que justifica a sua debilidade no humanismo inibidor da autoridade do Estado. Por outro, surgem ainda os argumentos de desgoverno e de interesses demasiado partidarizados, ideia muito alimentada durante quase 50 anos de Estado Novo, o que poderá levar a uma perceção demasiado linear sobre os verdadeiros princípios republicanos.

O que se passou em Leiria foi pouco diferente do restante País político, se entendermos os factos à devida escala e o próprio ambiente social de uma pequena cidade de província. Assim, nenhuma daquelas análises será razoável em absoluto. Havia nobres ideias, muitas vezes utópicas, tal como havia perspectivas pragmáticas de administração e de poder, às quais também muitas vezes se juntavam os interesses pessoais.

Sendo uma frente de combate anti-monárquico, o Partido Republicano Português (PRP) ao longo dos mais de 20 anos em que se estruturou, até chegar à implantação da República, veio a congregar um grande número de sensibilidades diversificadas, umas mais radicais e outras mais moderadas, que tinham como ponto comum apenas um lato ideal republicano. Terão sido essas as principais razões para as dissensões que se começaram a desenhar logo que foi necessário assumir o poder, dando forma à nova governação e consequentemente ao novo regime.

A grande flexibilidade do próprio programa do Partido seria, igualmente, não só consequência da verdadeira “constelação” das sensibilidades políticas que o compunham, como a razão das dificuldades reais em optar por uma filosofia governativa pré-determinada. Aliás, perante princípios ideológicos tão abertos e generosos, contrapunha-se a realidade do País quando se passava além das fronteiras

dos centros urbanos de Lisboa e do Porto, o que veio a conferir à realidade nacional, após 1910, uma ideia de *mimic democracy*<sup>14</sup>.

Este panorama remete diretamente para outra questão muito discutida à volta da 1ª República, a “adesivagem”. Na verdade, perante a dificuldade em manter a Administração funcional no caso de se operar uma renovação geral dos quadros administrativos, os que haviam prestado serviços no anterior regime continuaram na generalidade das situações, numa perspectiva de assegurar de imediato alguma viabilidade governativa. No que tocava ao pessoal político, a realidade foi diferente, sendo nestes sectores e, sobretudo, no recrutamento parlamentar e ministerial que a mudança foi bem mais visível.

Havendo casos de reconversão a curto prazo de alguns quadros da administração monárquica, no entanto, foi um considerável número de republicanos, oriundos das classes médias letradas, que viria a constituir o grosso de uma nova elite política<sup>15</sup>.

Também em Leiria, se verificariam estas continuidades e descontinuidades. Praticamente todo o quadro administrativo da Câmara se manteve entre 1909 e 1913, tal como no Governo Civil o secretário-geral continuou, assim como os principais amanuenses e o tesoureiro.

Quanto ao pessoal político, tivemos na Câmara a curiosidade de o primeiro presidente republicano eleito, João Correia Mateus, apresentado nas listas do PRP, ter sido o último presidente ao tempo da Monarquia. No entanto, os Administradores do Concelho já foram mudando conforme os vários governos, tal como do lado do Governo Civil os titulares de confiança política foram sofrendo alterações sucessivas<sup>16</sup>. No recrutamento de candidatos para o Parlamento, a renovação foi quase total.

---

<sup>14</sup> PINTO, António da Costa, “Portugal Contemporâneo: uma introdução”, in Idem (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Lx, D. Quixote, 2004, p. 15. O autor chama para o caso português este conceito, refletindo o profundo atraso da economia e das mentalidades, o que impediria uma consciencialização participativa num processo democrático e de progresso. Sendo assim, não se poderia falar em democracia plena mas, tão só, numa aproximação.

<sup>15</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; e SANTOS, Marta Carvalho dos, “Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico”, in CATROGA, Fernando (dir.), *Revista de História das Ideias*, vol.27 (separata), Coimbra, IHTI/FLUC, Dez.2006, pp. 399-417. Neste estudo os autores evidenciam as descontinuidades patentes entre os parlamentares monárquicos e os da I República, apontando a diferente proveniência social destes últimos.

<sup>16</sup> Para ambas as situações foram consultados, CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA/ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL (CMLRA/AH)/B/BA, *Câmara e Administração do Concelho: Registo de folhas de pagamentos, 1904-1913*, (s/cota) e ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA (ADLRA)/GCLRA/B/001, *Termos de juramento*, (1906-1936).



Isto é, nas estruturas administrativas, por prudência na gestão ou por carência de meios humanos, ou até pela inexperiência dos empregáveis oriundos do meio republicano, optou-se por não se fazer o corte radical com o aparelho vindo do regime anterior, dando continuidade aos mecanismos intermédios, readaptando-os à medida que ia sendo necessário. Por outro lado, operaram-se mudanças, tanto a nível parlamentar como dos decisores políticos locais, com a ascensão do sector terciário e das classes médias. Não só as tendências menos moderadas do Partido apelavam a um corte radical com o passado, como os expectantes recebedores de compensações pela mobilização e outros serviços operados em prol da República se mostravam ávidos nas querelas fratricidas sobre a atribuição de lugares.

Era verdade que a elite republicana tinha mais capacidade de penetração nos bairros e nas pequenas comunidades urbanas, mas não só essa capacidade parecia fracassar no mundo rural, como o distanciamento social era mais evidente nos períodos que mediavam entre as várias campanhas de propaganda, os discursos e as atitudes eram diferentes. A abertura do leque social à participação política era um slogan com alguns exemplos visíveis, mas as elites republicanas eram primordialmente constituídas por profissionais livres, comerciantes ou funcionários com formação universitária, integrando, com o andar dos tempos, outros produtores de bens e serviços, o que dava razão à análise feita por Pere Gabriel no caso da experiência republicana em Espanha, quando dizia: (...) *há que ter em conta que estes profissionais tinham consciência do papel director e ordenador da sociedade* (...), aspeto que, aliás, ainda poderá ser observado a qualquer tempo em vários setores. As camadas populares seguiam, depois, por catequização ou clientelismo<sup>17</sup>.

Entronca esta observação na ordem geral do recrutamento de elites políticas onde, entre o regime deposto e o novo, a sucessão dos que exerciam a política com base na fortuna ou na posição social, isto é, o “governo dos patrícios” dominante na monarquia, se seguiu o “governo dos empreendedores” para quem o negócio ou a instrução era independente da origem familiar<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> GABRIEL, Pere, “Elite y Republica. Sobre las elites profesionales y económicas en el republicanismo español del siglo XIX”, in *Historia Contemporanea, Nuevos Estudios sobre las elites*, 2001(II), nº 23, Barcelona, UAB, pp. 535 e 536.

<sup>18</sup> Trata-se de um aspeto do mecanismo na sucessão das elites proposto por DAHL, Robert, *op.cit.*, pp. 36 e 37.

Em Leiria, levando em atenção as observações e as especificidades da terra, o processo de recrutamento e apuramento das novas elites republicanas seguiu a matriz dominante para o caso nacional, como se constatará nas abordagens prosopográficas que mais adiante se darão conta.

## LEGITIMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO DO PODER

Num governo formado com alguma pressa, sem um amadurecimento acautelado, os republicanos procuraram camuflar confrontos pessoais e de pensamento satisfazendo um pouco cada uma das tendências, desde os radicais carbonários aos maçons, passando por aqueles que eram simplesmente engajados do ponto de vista ideológico, até aos moderados.

Estes diversos entendimentos da República mal escondiam as divergências entre as principais personagens que começariam logo, em 1911, a cavar a primeira cisão no PRP e levariam imediatamente, após o 1º Congresso do agora baptizado Partido Democrático, aos afastamentos de António José de Almeida e de Brito Camacho com a criação, respetivamente, dos Partidos Evolucionista e da União Republicana.

Estas clivagens numa agremiação política em fase de arranque na administração do País e ainda tão debilitada em termos organizativos e de representatividade popular, garantiram protagonismos, mas feriram profundamente o jovem regime. Enquanto a laicização levou a um tratamento agressivo aos Católicos, assim entendido pelo mundo rural, também o distanciamento das elites republicanas em relação ao operariado permitiu que os sindicatos desencadeassem novos problemas com uma sucessão de greves e outra conflitualidade laboral, à qual não seria alheio o Partido Socialista.

As eleições para a Assembleia Constituinte passaram a ser um bom observatório da construção de uma democracia assente em bases precárias. Dos 50 círculos eleitorais, só em 26 se apresentaram listas em condições de serem votadas, atendendo à rigidez regulamentar imposta pelo PRP. Na verdade, só candidatos propostos por este Partido foram votados, podendo-se assim falar em parlamentares que foram mais plebiscitados

do que eleitos, como atestam os cerca de 97,8% de deputados do PRP escolhidos pela maioria de 250.000 votantes num universo de 846.801 recenseados<sup>19</sup>.

O distrito de Leiria foi dividido em dois círculos que, não sendo uninominais, ficavam num patamar intermédio que permitia um controlo mais direto dos eleitores, sabendo que para a Câmara Alta, o Senado, a eleição se verificava entre os próprios deputados.

O círculo de Leiria vinha de Castanheira de Pera, na ponta norte do distrito, até à latitude da Batalha/Porto de Mós, a sul da cidade, enquanto o de Alcobaça vinha desde este concelho até ao Bombarral. Cada um destes dois círculos elegia três deputados, sendo os núcleos de maior concentração republicana, a norte, Leiria, Pombal e Ansião, tal como a sul seriam Alcobaça, Caldas da Rainha e Peniche<sup>20</sup>.

Era por aqui que os maçons locais circulavam, confluindo para as influentes Loja Gomes Freire, em Leiria, a Trindade Leitão, em Alcobaça, ou outras que foram abrindo. O facto de, naquelas localidades, existirem dois núcleos fortes, para além de ser ali que se verificavam os mais altos índices de escolaridade, seriam as razões para a criação destes dois círculos eleitorais, por onde também se candidatavam os mesmos notáveis, ora num ora noutro, conforme a necessidade de preenchimento de lugares ou de colocação de “excedentários”. Esta foi, igualmente, a razão porque optámos neste trabalho por tomar os dois círculos em conjunto, verificando-se neles uma grande similitude com os resultados nacionais.

Contudo, perante a definição restrita da capacidade de voto levantava-se a questão da legitimidade eleitoral. O corpo eleitoral confirmava a legitimidade democrática ou, tão só, uma legitimidade republicana dentro do espírito imbuído pelo PRP, traduzida no voluntarismo de Afonso Costa quando afirmava que a República defenderia o Povo mesmo que fosse contra a vontade do Povo?

---

<sup>19</sup> Sendo uma informação profusamente publicada, podemos encontrá-la, entre outros, em MARQUES, A.H. de Oliveira, *História de Portugal*, 2º vol., Lisboa, Palas ed., 1973, pp.240-263 e em ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Materiais para a História eleitoral e parlamentar, 1820-1926*, <http://purl.pt/5854/1/resultados-eleitorais.html>.

<sup>20</sup> Segundo os censos de 1911, Pombal era o concelho mais populoso do distrito, sendo, no entanto, o de maior índice de analfabetismo. Por isso perdia para outros concelhos em número de eleitores. Mesmo assim, sendo uma terra com um núcleo republicano bastante aguerrido, foi muita a pressão para ser sede de um círculo eleitoral, chegando a ameaçar com o boicote às eleições para a Constituinte e para a Presidência da República, o que não se chegou a verificar, não deixando de ser, contudo, o concelho do distrito de Leiria com maior taxa de absentismo. Vd. PINTO, Fernanda, *As vereações de Pombal, 1812-1926, ou memórias para a sua História*, Pombal, CMP, 2010.

Na verdade, referem diversos autores que a vontade popular não coincidiria, forçosamente, com a vontade da maioria vencedora, o que seria próprio de uma lógica revolucionária onde a legitimidade do poder não era devida ao sufrágio universal mas, tão só, à obediência republicana. Apenas com a “República Nova” de Sidónio houve um primeiro arremedo de sufrágio universal com a admissão de listas católicas e monárquicas, apesar da intenção ser a disseminação do voto que levaria ao reforço dos sidonistas do Partido Nacional Republicano.

Se entendermos por legitimação do poder a ratificação popular do direito de acesso dos diversos grupos sociais às instituições políticas, o certo é que os idealistas republicanos com a suas imposições de restrição eleitoral, acabaram por legitimar aquele direito, apenas, virtualmente. Isto levou autores, como Fernando Farelo Lopes, a argumentar sobre as dificuldades nesse mesmo acesso, adiantando que a blindagem das pequenas elites republicanas passava pelo “condomínio político”, distribuindo o partido hegemónico cargos pelos que acediam participar nos momentos apropriados. Este condomínio ia das formas mais explícitas, como no caso da União Sagrada entre democráticos e evolucionistas quando da guerra, a formas menos claras na distribuição de lugares de relevo na Administração<sup>21</sup>.

Todo este retrato passou por Leiria, como veremos na análise da imprensa da altura, com os relatos da convivência e dos confrontos, como ainda nas formas de recrutamento e no perfil do pessoal político recrutado.

## O RECRUTAMENTO DOS QUADROS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS

Na Monarquia já tínhamos um regime parlamentar, mas o rei podia dissolver o Parlamento. Na 1ª República, pelo contrário, o Parlamento não podia ser dissolvido, ganhando ainda primazia sobre o Chefe do Estado porque este era votado nas duas Câmaras, Parlamento e Senado, onde eram aprovadas as leis, ficando ele obrigado a promulgá-las.

Quanto ao governo, este era nomeado pelo Presidente da República, mas podia ser destituído por 2/3 dos deputados. Ao Presidente bastaria (...) *ter uma caneta de tinta*

---

<sup>21</sup> LOPES, Fernando Farelo, *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, pp 65-70.

*permanente para assinar os decretos e chapéu alto para as cerimónias oficiais (...), afirmava, de forma mordaz, João Telles de Magalhães Colaço*<sup>22</sup>.

Esta forma de parlamentarismo absoluto foi interrompida com Sidónio Pais que criou as condições para o presidencialismo. Depois dele, o parlamentarismo voltaria, mas com novos problemas, não só com as sequelas do sidonismo, como as da guerra, como também com a saída de cena dos líderes carismáticos e um maior fracionamento republicano com duas novas frentes de preocupação: o comunismo e o fascismo, cujas doutrinas já alastravam pela Europa.

Após a morte de Sidónio em Dezembro de 1918, e resolvidos os problemas com a “Traulitânea” ou Monarquia do Norte, acelerou-se o processo de reajustamento dos poderes, trazendo a revisão constitucional de 1919 um reforço da arbitragem com novos poderes presidenciais, entre os quais o da dissolução do Parlamento.

Contudo, nos anos seguintes com a perda dos “pais da Pátria” e as saídas do País de Afonso Costa e de Bernardino Machado, a ida de Brito Camacho para as colónias, e a morte de Machado dos Santos, Carlos da Maia e António Granjo na “noite sangrenta” em 1921, tudo isto levou a nova fragmentação partidária.

O Partido Democrático cindia-se à direita com os Católicos e à esquerda com a Esquerda Democrática, fundiam-se os evolucionistas e os unionistas no Partido Liberal, fixava-se o sidonista Partido Nacional Republicano, adivinhava-se a emergência do Partido Comunista, para além dos movimentos anarco-sindicalistas, do Integralismo Lusitano, da União dos Interesses Económicos e de muitos outros que se agitavam, mesmo quando a representatividade era quase nula. A luta por um lugar era, de facto, acesa.

Com as mudanças, o lastro de recrutamento dos decisores políticos poderia não ser tão alterado a nível local por virem eles, sobretudo, do setor terciário. Contudo, para as elites constituídas por ministros e deputados, cujas funções se desenvolviam na capital, a Universidade de Coimbra fazia sentir a sua presença como viveiro dos mais recentes quadros.

Por outro lado, no Parlamento constatava-se a rarefação de deputados independentes, o que era um sintoma do papel dos partidos na arregimentação, não

---

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*, p.56. É uma citação jocosa atribuída a João T.M.Collaço para mostrar o papel decorativo do presidente da República.

sobrando espaço para carreiras promissoras fora daquelas organizações. Todavia, para as eleições locais as necessidades de mobilização já eram outras o que levava, tanto antes como depois da “República Nova”, à chamada de independentes ou à cohabitação partidária. Tanto nestes casos de “condomínio”, como na chamada de independentes, isto traria o pressuposto que a “adesivagem” era um processo de sobrevivência político-administrativo, evitando ao mesmo tempo ainda maior instabilidade política a nível local, o que poderia ocorrer se se verificasse um processo de sucessivas “degolas” no aparelho administrativo. Esta precária manutenção de quadros era, por um lado, de interesse para os “sobreviventes” e, por outro, uma necessidade em manter o sistema em funcionamento face à insuficiência de quadros intermédios republicanos. Era ainda uma distribuição de cargos na tentativa de adormecimento dos adversários.

Já a nível nacional, as ruturas em relação aos quadros políticos tradicionais foram bem mais visíveis e o Partido Democrático, apesar da constante instabilidade, manteve uma continuidade de presença no palco político, onde garantiu a longevidade apenas aos indefetíveis à obediência partidária.

## O PROCESSO ELEITORAL

### **O voto capacitário**

Enquanto nos primeiros governos republicanos a incidência ministerial se verificava em professores universitários e em profissionais liberais, a ala mais jovem oriunda de Coimbra fazia sentir a sua força no Parlamento logo a partir da Constituinte. Sendo Medicina, Direito e a Escola do Exército os setores com maior presença inicial, isto era consequência do prestígio e da ascendência sobre as camadas populares, tal como a qualidade discursiva também estaria na origem destes perfis<sup>23</sup>. Nesta análise não deixa de ser importante perceber que, sendo os mesmos corpos eleitorais, tanto para as eleições legislativas como a partir de 1913 para os municípios, as bases de recrutamento para detentores de cargos políticos viriam a ser progressivamente diferentes.

---

<sup>23</sup> Estes dados encontramos-os em ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; e SANTOS, Marta Carvalho dos, *op.cit.*, p.409.

Em Leiria/Alcobaça confirmava-se a correspondência com a globalidade do Parlamento com militares de patente superior, médicos e advogados a distribuírem entre si as maiores percentagens de presença. Confirmava-se também que na academia coimbrã e nas classes médias urbanas havia um profícuo trabalho de divulgação republicana.

Como já dissemos, o Parlamento revelava-se um observatório social de deputados cujo perfil revelava um parlamentar ainda jovem, confirmando-se apenas 19% acima dos 60 anos de idade.

Apesar de ser um dos grandes argumentos contra a Monarquia, os republicanos não concretizaram o sufrágio universal, com a exceção aparente do período sidonista. Controlando o processo de recenseamento e adotando um critério de voto capacitário, o poder legislativo sobrepunha-se ao poder executivo, enquanto o presidencial era meramente simbólico.

Em termos nacionais, a hegemonia do PRP/Partido Democrático foi bem visível nas primeiras legislaturas, mantendo folgadas maiorias até ao governo de Sidónio Pais. Em Leiria/Alcobaça, para um total de seis mandatos, registaram-se maiorias equivalentes às do país, com a conquista da totalidade dos seis mandatos na primeira e de cinco na segunda. Foi no círculo de Leiria que os evolucionistas elegeram um deputado na 2ª legislatura.

Para isto, contribuía decisivamente a restrição imposta à capacidade de voto que era apenas possível a homens maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, ou a chefes de família, mesmo analfabetos, há mais de um ano. As mulheres ficavam omissas, mas face às condições de acesso e à tradição, não eram tidas como capacitárias<sup>24</sup>.

Assim, logo em 1911, com as limitações verificadas para a constituição das listas, com a presença quase exclusiva de “históricos”, com uma oposição condicionada e a validação de círculos eleitorais de nomeação e não de eleição de candidatos quando estes eram em número inferior aos lugares disponíveis, isto gerou praticamente uma lista única do PRP para 26 círculos, ficando outros 29 sem eleições. Apenas em Lisboa e no Porto as eleições se sujeitaram ao método de Hondt.

---

<sup>24</sup> Carolina Beatriz Ângelo, viúva, invocando o estatuto de chefe de família, ficou conhecida pela sua irreverência feminista, tendo conseguido confirmar o seu recenseamento e ver reconhecida a sua capacidade de votar.

O voto limitado e condicionado não só pela capacidade eleitoral prescrita por lei, como pelo próprio desenho dos círculos, viria a ter no Código Eleitoral de 1913 ainda uma maior restrição a essa capacidade. Não só ficava explícita a incapacidade de voto feminina e deixavam de votar os chefes de família analfabetos, o que inibiu ainda mais o voto rural, levando mesmo a um decréscimo do número de recenseados, situação que se manteve durante quatro anos até ao golpe sidonista<sup>25</sup>.

## **O processo censitário e o patrocínio**

Entre 1911 e 1917, se excetuarmos os períodos de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, vemos a presença quase constante do PRP no Governo e a sua forte implantação no Parlamento. Mais do que a instabilidade na manutenção do poder, o que se verificou foi a instabilidade partidária. O controlo do país estava em Lisboa e a partir daqui os democráticos estabeleciam importantes focos por toda a linha do Tejo até Espanha, ou em bolsas pelo litoral até Alcobaça, ou ainda na zona do Porto e num ou outro ponto do norte e do interior.

Na verdade, entre 1910 e 1926, com mais de dezena e meia de governos monopartidários, mais de duas dezenas de coligações e três governos militares, o Partido Republicano/ Democrático esteve presente na maior parte deles.

Estabelecido o voto capacitário, era primordial perceber o desenho dos círculos eleitorais e o perfil de quem neles era recenseado para se poderem fazer previamente as contas dos votos que seriam confirmados depois. O PRP manteve assim pequenos círculos que, não sendo claramente uninominais, se aproximavam desse modelo de tal forma que mesmo quando Pimenta de Castro quis fazer coincidir os círculos aos distritos administrativos, não só não teve apoios que o sustentassem como, passado pouco tempo, ele próprio deixaria o governo.

---

<sup>25</sup> LOPES, Fernando Farelo, “Clientelismo, crise de participação e deslegitimação na 1ª República” in *Análise Social*, vol. XXVI (III), Lx, ICS, 1991, pp. 401-415. O autor explica a *dificuldade de acesso* às instituições políticas na 1ª República, começando pelas limitações ao direito de voto que, sendo capacitário, isso se devia à conjugação de interesses das elites dominantes, na distribuição de cargos, assim como à ineficácia reivindicativa dos cidadãos, tal como se poderá ver em ALMEIDA, Pedro Tavares de, “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910) in *Análise Social*, vol. XXI (85), Lx, ICS, 1985, pp.111-152, que este autor já havia apontado para a mesma situação durante a Monarquia liberal.



Em círculos pequenos, a prática de ilícitos nos recenseamentos era permanente, cabendo aos governadores civis o estabelecimento de pactos clientelares com homens de mão que iam dos administradores do concelho aos regedores, aos cabos de polícia e a outros nas áreas rurais, o que permitiu aos Democráticos virem a controlar o processo, apesar das oposições<sup>26</sup>. Os próprios presidentes das assembleias de voto eram nomeados pelos governadores civis por proposta dos administradores dos concelhos, o que levava muitas vezes às “chapeladas” que ficaram no imaginário populares.

No que tocava aos concelhos, só em 1913 se verificaram as primeiras eleições municipais do período republicano, havendo assim tempo para o controlo da maior parte dos municípios do País, exercido pelas Comissões Administrativas. Estas eram precisamente nomeadas pelos governadores civis.

A República nascente era, na verdade, centralizadora pela necessidade de controlo de um País que não estava garantido à partida o que, no processo de recenseamento, levava à ascensão de um caciquismo burocrático por troca de favores administrativos, o *spoil system* que Pedro Tavares de Almeida também tem identificado<sup>27</sup>.

Com a falta de compensações materiais diretas, a “máquina eleitoral” ganhava eficácia no pressuposto de os partidos, organizados a partir das cúpulas mas deficitários nas bases, poderem contar com a Administração do Estado para os notáveis se sentirem confortáveis nas promessas aos caciques locais e estes aos seus homens de mão - favores, empregos ou estatuto social - a troca da lealdade e número de votos, na proporção da sua categoria nesta rede de vassalagens e da importância dos votos angariados.

No caso dos deputados de Leiria/Alcobaça, será sintomático o facto de quase todos terem progredido na carreira político-profissional após a passagem pelo Parlamento. Mesmo no caso dos deputados sidonistas é interessante verificar que, passando a ser figuras não gratas para os democratas, vieram a colher compensações, posteriormente, com o Estado Novo.

---

<sup>26</sup> Aspetos da relação entre satisfação dos anseios populares, a ordem pública e o controlo eleitoral por galopins e caciques, também os vemos em CATROGA, Fernando, “O poder “paroquial” como polícia no séc. XIX português”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de; e MARQUES, Tiago Pires (coord.), *Lei e Ordem: justiça penal, criminalidade e polícia-séculos XIX-XX*, Lisboa, Horizonte, 2006, p. 116.

<sup>27</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1860-1890)*, cit.

O “condomínio” político, sendo uma outra estratégia do poder central, levava a que aquelas redes alargassem a malha entre os partidos principais favorecendo o clientelismo, numa República que se queria democrática, à proveitosa obediência de voto e ao não menos proveitoso retardamento de uma opinião pública crítica.

A República, afinal, não acabou com a lógica das redes clientelares que tanto combateu no regime anterior. O que aconteceu foi aproveitar os mesmos esquemas para superar todas as fragilidades que a caracterizavam, optando pela justificação do atraso da sociedade e da necessidade de o combater, mesmo através das formas menos transparentes.

O poder do cacique era a capacidade de distribuição de favores por grupos cujo testemunho de gratidão era o seguidismo. Esta “amizade instrumental” ou patrocínio era competitivo entre os patronos, na tentativa de cada qual apresentar o melhor apetrechamento de “milícias” eleitorais que lhes dariam força dentro do partido<sup>28</sup>.

Aliás, este processo poderá ter vindo a perdurar do séc. XIX até hoje. Interessante é verificar que uma das primeiras preocupações dos actuais dirigentes locais num qualquer momento eleitoral é contar com a boa vontade dos presidentes das Juntas de Freguesia, os órgãos autárquicos “mais próximos do Povo”, assim como de outros notáveis empregadores ou associativos.

Abre-se, assim, uma cadeia hierárquica numa pirâmide do topo para a base sem confronto de ideias, garantindo apenas fidelidades a troco de empregabilidade, representações, ou promoções na escala política ou administrativa. Nas zonas urbanas a promessa assenta sempre nestas ofertas que se foram estendendo às zonas rurais, onde também têm grande aceitação os melhoramentos infra-estruturais.

Ao percorremos a imprensa leiriense do primeiro quartel do séc. XX, encontramos todos estes exemplos com acusações entre jornais muito comprometidos partidariamente, enquanto o tipo de patrocínio burocrático que, para a I República também ficou chamado “caciquismo do Terreiro do Paço”, também foi bem visível a uma escala local num “clientelismo de transição” ao vermos personagens em trânsito de uns lugares para outros, cujas contrapartidas estavam no erário público e não na bolsa do patrono. No capítulo seguinte serão identificadas algumas destas situações.

---

<sup>28</sup> Para este parágrafo e seguintes vd. LOPES, Fernando Farelo, *Poder político e caciquismo... cit.*, pp.128-135. O autor define as formas de implantação desta “amizade instrumental” e as consequências.

Quem se dispunha a fazer a intermediação de favores detinha um poder acrescido ao circular na órbita do poder político. É uma forma de retirar autonomia aos grupos que deveriam representar a sociedade civil e de manter nas elites dependências que obrigam a interesses convergentes, limitando a assunção de interesses opostos ou alternativos. Quando é assim, o clientelismo acaba por ser o principal factor da organização social.

À crise de eficácia do regime, a que se juntaram as clivagens e a guerra, a I República foi acumulando graves problemas gerando “fontes de deslegitimação” como era o caso do patrocínio eleitoral. Por tudo isto, não surpreendem as novas legitimidades argumentadas pelos golpes militares, como o de Sidónio Pais até chegar ao de Gomes da Costa, Sinel de Cordes e do desiludido Mendes Cabeçadas. Soprando novos ventos autoritários na Europa, mais do que a substituição do governo, passou-se à reconversão autoritária do regime.

Quanto a Leiria, esta seguiu a par e passo o andamento nacional.

## A I REPÚBLICA EM LEIRIA

### **Aspetos económicos e sociais no advento da República**

No início do séc. XX Leiria não seria exatamente uma *aldeola sertaneja* como os republicanos locais a caracterizavam ao acusarem a administração monárquica na Câmara, mas era uma pequena cidade centrada pouco mais do que nos pequenos quarteirões situados na base do morro do castelo.

Por outro lado, o concelho era enorme face à dimensão da cidade. Mais de duas dezenas de freguesias que incluíam, ainda, o atual concelho da Marinha Grande, davam a predominância à atividade agrícola, enquanto a faina piscatória se fazia sentir na Vieira e a indústria vidreira, precisamente, na Marinha Grande. A restante indústria era irrelevante, com uma máquina de transformação de margas na Maceira, uns fornos de

cal aqui e ali, uma outra máquina de transformação de barro vermelho, três manufaturas de cortumes, uma de louça e uma de fiação à beira da cidade<sup>29</sup>.

Já o comércio leiriense tinha uma atividade bem visível. Os muitos aldeãos que aqui se dirigiam às feiras semanais eram clientes certos, assim como os empregados citadinos, enquanto uma meia dúzia de famílias nobilitadas e outros cidadãos bem sucedidos, obrigavam alguns comerciantes a estar na linha da frente das novidades, não perdendo as que se passavam em Lisboa<sup>30</sup>.

Tratava-se, assim, de uma cidade ruralizada, cujo censo de 1911 apontava para pouco mais de 4 600 habitantes, sendo cerca de metade letrados, com uma curiosidade: 1 290 homens e, apenas um pouco menos, 1 020 mulheres. No concelho haveria cerca de 59 000 habitantes. À volta de 63,4% trabalhavam no campo; 23% na indústria; 3,9% no comércio; 1,6% na força pública; 1,4% eram proprietários; 1,4% eram profissionais liberais; 1% encontravam-se em serviços de transportes; 0,5% eram funcionários públicos; e 2,8% eram considerados “improdutivos” onde se incluía o clero. Os restantes não tinham expressão em números<sup>31</sup>.

Quanto à Igreja Católica, a diocese tinha sido extinta em 1881, levando à retirada de cônegos e outros clérigos. Contudo, para além de um bom número de sacerdotes nas freguesias e na própria cidade, havia aqui um convento de franciscanos e ainda um outro de freiras de recolhimento de meninas orfãs.

Apesar das dificuldades, não seria das piores zonas do País para se viver. Mesmo com grande parte da população rural a viver em níveis de pobreza muito acentuados,

---

<sup>29</sup> FILIPE, Alda Maria Mourão; e SERRÃO, Maria Isabel Costa, “Leiria: imagens da vida urbana através da imprensa local (1854-1910)”, in *Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região-Actas*, Leiria, CML, 1991, pp. 387-388. Na Maceira, a grande Fábrica de Cimentos, sob a gestão de Henrique Sommer, iniciou a produção em Maio de 1923. No Arquivo Distrital de Leiria, no fundo de Narciso Costa, encontra-se também um convite para a inauguração, vd. ADLRA/PSS/NC, vol. 14.

<sup>30</sup> Para além de algumas famílias frequentarem com alguma regularidade a capital, ficou na memória da cidade, durante longos anos, a figura de Alfredo Martins que se passeava em Leiria, vestido por uma das melhores casas da moda de Lisboa, como autêntico manequim vivo. Lembrando-nos, ainda vagamente, daquele vulto que saía fora da normalidade citadina, apesar da idade que já teria, também a filha, D. Aida Martins, nos falou deste aspeto em 1989, como não desmentiu alguma tradição oral acerca do pai ter sido um dos republicanos mais operativos antes de 1910, podendo mesmo ter sido o carbonário mais visível.

<sup>31</sup> COELHO, José Dias, *Leiria entre 1920 e 1940: sociabilidade e vida quotidiana*, Leiria, Magno, 1999, pp. 30-31; vd. também *Estatística Demográfica: censo da população portuguesa, 1911; Parte IV-Censo das povoações*, Lx, Imp.Nac., 1917.

como era comum em Portugal e que levou a altos índices de emigração, sobretudo para o Brasil, em 10 anos a população teria crescido 5,3%<sup>32</sup>.

A filoxera, logo à entrada do século, fizera razias nas vinhas da região, mas o vinho continuava a ser uma base de produção com saída para Lisboa e para quem detinha quintas ou courelas, o azeite era abundante, assim como o milho e a fruta. O peixe da Vieira, da Nazaré e mesmo de Peniche ia aparecendo e só era verdadeiramente dramático no inverno para os próprios pescadores que deixavam a faina, ou arriscavam a vida. A criação de animais, uns de trabalho outros de capoeira, nas aldeias, apesar da parcimónia, dava para a venda na cidade e para a mesa em dias de festa ou de doença. (...) *Morria-se pouco* (...) em Leiria, como dizia o jornal *Leiria Ilustrada*, em 1 de Agosto de 1907<sup>33</sup>.

Não sendo Portugal servido por uma rede viária satisfatória, Leiria, no corredor entre Lisboa e Coimbra, acabava por ter uma circulação de pessoas e de produtos razoável, a que se juntava o caminho de ferro que corria todo este litoral oeste.

Todavia, a imprensa local relatava com frequência os naufrágios e o abandono a que eram votados os pescadores e as famílias das praias da região que, a partir de 1908, ainda passaram a ter que pagar contribuição pelos terrenos alagadiços arroteados. Da mesma forma, clamava-se contra as péssimas estradas à volta da cidade, a inexistência de condições para fazer chegar a Instrução aos que quisessem e a falta de apoio aos agricultores, com os campos fustigados por pragas e impostos e sem qualquer apoio financeiro do Estado<sup>34</sup>.

Em Leiria, começaram cedo as manifestações de descontentamento, coincidindo com tudo aquilo que favoreceu o crescimento do Partido Republicano. Reportando-nos à emblemática questão do *ultimatum* inglês, logo em 23 de Janeiro de 1890, onze dias depois do problema, o governador civil, Visconde de S. Sebastião, alertava o comissário

---

<sup>32</sup> Nos primeiros 10 anos do séc. XX, para além dos clandestinos, saíram legalmente para o Brasil, no concelho de Leiria, 321 crianças menores de 15 anos, 2016 homens e 186 mulheres, o que era um número bem elevado atendendo à população existente. Estas referências encontram-se em ADLRA/GCLRA/E/006-002, *Correspondência sobre emigração*, (1900-1910) e SOUSA, Acácio Fernando de, “De Leiria ao Brasil: pobreza e sonhos de riqueza na primeira década do séc. XX”, in *IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região (História Contemporânea): Actas*, Leiria, CML, 2005, pp.37-41.

<sup>33</sup> SOUSA, Acácio Fernando de, “A Câmara de Leiria da Monarquia à República”, in *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região-Actas*, Leiria, CML. 1991, pp.22-23. Neste pequeno artigo foi feito um levantamento da imprensa para, através dela, ser retratada a cidade no advento da República.

<sup>34</sup> A sucessão de queixas e apelos encontram-se na generalidade da imprensa local, mas o regenerador *O Districto de Leiria* de 25 Abr. e 18 de Jul. de 1908, ou de 12 de Jun. de 1909, assim como o republicano *Leiria Ilustrada* de 17 de Jun. de 1908, referem-se explicitamente a estas questões.

da Polícia para quaisquer atos perturbadores da ordem pública devido: (...) *à irritação com a Inglaterra*<sup>35</sup>.

A 10 de Fevereiro, as reações ao *ultimatum* e a aproximação de eleições, em abril, levavam ainda o mesmo governador civil a ordenar o envio de destacamentos militares para algumas localidades, como era o caso de Óbidos<sup>36</sup>, enquanto em Leiria, a 22 do mesmo mês e na mesma onda de reações, era realizada uma *récita patriótica* no Teatro D. Maria Pia, contra a *infame Inglaterra*, segundo o jornal *O Districto de Leiria*.

Ainda nesse ano de 1890, a 29 de março, tínhamos a primeira notícia no jornal progressista *Opinião*, de uma candidatura republicana no círculo de Leiria para as eleições às Cortes. Tratava-se do advogado Manuel António de Sousa. Cinco dias depois, o mesmo jornal dava a primeira notícia conhecida, de forma enfatizada, que fora instalado na cidade: (...) *o maior centro republicano do distrito*. Manuel António de Sousa não foi eleito, mas colheu 1420 votos no distrito de Leiria, tendo obtido neste concelho 98 votos distribuídos, segundo aquele jornal, por 75 na freguesia dos Milagres e 23 na Barosa<sup>37</sup>.

Um outro semanário, que se denominava *progressista liberal*, o *Collippo*, no ano seguinte, levantava a bandeira anti-britânica apelando, em 8 de Janeiro, a manifestações contra o *ultimatum*, fazendo sair no dia 11 um número especial por ser: (...) *a data da infâmia, da pilhagem e da vergonha!*. Não se coibia este título de raiz monárquica, quatro dias depois, de noticiar o Congresso Republicano do Porto, chamando-lhe Congresso Operário, e salientar em contraponto com as dificuldades que o País atravessava os 43 contos de réis pagos por: (...) *três wagons encomendados em Espanha, para Sua Magestade passear*.

A 5 de Julho de 1896 era iniciada a publicação do primeiro jornal republicano de Leiria, *A Integridade*, que se manteria cerca de dois anos. Assumindo o compromisso editorial anti-monárquico, apresentava como editor um homem do Valado de Frades, Jacinto Bento de Paiva. Nunca viria a referir outros nomes de republicanos leirienses e mesmo os articulistas pareciam assinar com pseudónimos, exceptuando, já na fase final, os poemas do jovem promissor Ribeiro de Carvalho.

---

<sup>35</sup> ADLRA/GCLRA/D/008, *Correspondência com autoridades diferentes do distrito*, (1887-1915).

<sup>36</sup> Idem/D/036, *Registo de telegramas recebidos*, livº 1882-1892, tanto para este como para as referências seguintes a outros telegramas recebidos e enviados.

<sup>37</sup> Poderá ter havido um lapso nesta contagem de votos publicada por este jornal. É difícil crer que todos os votos republicanos se esgotassem em duas freguesias rurais, sem haver outros números para a cidade. No entanto, não foi possível confirmar esta informação de outra forma.

A questão colonial e a submissão do rei, dos governos e dos parlamentares com assento no *solar dos barrigas*, aos abusos da Inglaterra, seria uma constante. Não deixava de ser interessante como a 26 de mesmo mês aquele jornal clamava contra: (...) *as principais causas da subserviência do cidadão (...) como acabar com este estado de coisas?(...) implantando a república descentralista ou democrática, como a da Suíça*. Noticiava ainda o Congresso Internacional Socialista, em Londres, que tinha a brilhante representação portuguesa com Azedo Gneco.

No ano seguinte, a 18 de julho, aquele semanário republicano anunciava a eleição de uma nova Comissão Municipal Republicana, mas não identificava ninguém. Acrescentava que: (...) *de há muito existe nesta cidade uma Comissão Municipal Republicana (...)*, sem dizer desde quando nem com quem. Agora, os novos princípios seriam: (...) *castigar os vícios, os atropelos, pugnar pelas liberdades conquistadas*.

Anos mais tarde, já em 1907, ainda o *Leiria Ilustrada*, ao longo de vários números, voltava a referir a existência da mesma Comissão na cidade, continuando no entanto, sem referir nomes.

### **Formas de representação das elites leirienses: dos fins da Monarquia aos primeiros anos da República**

#### *- A imprensa*

Tendo o primeiro jornal republicano, o *Integridade*, tido uma vida curta ainda no séc. XIX, até meados da primeira década do séc. XX quatro títulos traziam notícias e outras diatribes a esta pequena urbe. Todos eles empenhados politicamente, *O Districto de Leiria* assumia-se regenerador, *O Leiriense* progressista, o *Echos do Liz* conservador católico, enquanto o *Leiria Ilustrada* se declarava republicano com uns laivos socialistas e de propaganda maçónica. Apresentando tiragens entre os 600 e 650 exemplares, resta saber quem os leria<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> A indicação das tiragens surge de forma descontinuada na correspondência dos administradores dos concelhos para o governador civil, em listas que indicavam os títulos, as orientações editoriais, as periodicidades e as tiragens. Vd. ADLRA/GCLRA/D/032, *Correspondência recebida de Administradores do Concelho*, (1910-1937).

Se a clivagem entre monárquicos e republicanos era, a nível da imprensa, aparentemente insanável, também os próprios monárquicos se combatiam. Na cidade as acusações não passavam da “guerra de caneta”, mas nos arredores tornavam-se usuais os distúrbios motivados por vinganças entre os diferentes caciques locais, sobretudo nas feiras ou em festas de arraial, digladiando-se *O Leiriense* e *O Districto de Leiria* nas acusações das causas dos motins e da sua repressão, sendo comum que, tanto dirigentes monárquicos opositoristas como republicanos, se envolvessem entre si e todos contra as forças no poder<sup>39</sup>.

No entanto, tendo *O Leiriense* sofrido alguma intermitência desde 1905, também o *Leiria Ilustrada* acabaria por se auto-suspender em dezembro de 1909, entrando apenas dois títulos em 1910: o *Echos do Liz* sempre coerente com o seu compromisso editorial; e *O Districto de Leiria* que, após 1908, mudara de proprietário passando a assumir-se independente.

É fácil detetar nos cabeçalhos os proprietários e diretores com notoriedade partidária ou de cargos públicos, como o Visconde de S. Sebastião, governador civil em 1908 e proprietário de *O Districto de Leiria*.

Na verdade, num pequeno burgo como este, uma pequena elite procurava a sobrevivência do seu estatuto mantendo um verbalismo panfletário nos jornais, diluído depois pelas relações de parentesco, de vizinhança, de negócio, ou mesmo de obrigações de caráter social, isto é, num conjunto de outros interesses comuns que inibiam a autonomia plena entre uns e outros. Na cidade, os grandes acontecimentos eram acompanhados à distância e o fervor ideológico resumia-se a um debate entre cavalheiros, por vezes ríspido, mas com regras bem explícitas.

Já na Marinha Grande, os problemas ganhavam uma outra dimensão. A crise continuada na Real Fábrica de Vidros, o desemprego, a falta de pagamentos e a fome, criavam ali uma situação verdadeiramente dramática e explosiva. As ações humanitárias, por iniciativa de monárquicos e republicanos, para além de boas vontades sinceras, motivavam ora apelos, ora críticas ao governo.

A este propósito, o *Leiria Ilustrada* denunciava as: (...) *conesias rendosas e traficâncias várias dos regeneradores no poder* (...), aproveitando para apelidar *O*

---

<sup>39</sup> *O Districto de Leiria*, 18 de janeiro 1908. Este número é um exemplo das trocas de acusações entre uns e outros.



*Districto de Leiria* como: (...) *um dos órgãos mais reaccionários do País* (...) Estas trocas de acusações, logo após o regicídio em fevereiro de 1908, iriam crescer exponencialmente até à queda do regime<sup>40</sup>. Tanto assim era que a imprensa hostil ao governo não tardou a queixar-se de ameaças à liberdade de informação, nem tardou que o próprio *O Districto de Leiria*, ainda em julho de 1908, prudentemente, mudasse de mãos e deixasse de se declarar regenerador para registar em cabeçalho que era um *semanário independente*.

Entre os finais da Monarquia e o advento da República, as elites leirienses eram muito reduzidas, endógenas em termos familiares e sociais, constituídas por alguns nobilitados dos tempos liberais, por uns poucos professores dos Ensinos Primário, Liceal e Comercial, alguns profissionais livres e alguns proprietários. Eram bem demarcadas politicamente, com raízes na cidade mas com as naturais extensões ao mundo rural através das relações forjadas pelos bens próprios que ali possuíam, ou através das “hierarquias” nas relações políticas.

Tendo clientelas bem definidas, os líderes com maior capacidade económica tornavam-se proprietários de cada um dos jornais locais, que correspondiam a cada uma das facções em presença, apresentando como diretores ou editores políticos os ideólogos mais proeminentes nas delegações partidárias da terra.

Com um elevado número de títulos da imprensa escrita face aos números exíguos da população, a abundante publicidade em todos eles confirmava alguns aspetos já aqui apontados. Aproveitando uma dinâmica comercial notável, os anúncios eram o suporte económico que ajudava a colmatar o investimento do proprietário, para além dos benefícios indirectos, como sempre, com o poder de influência exercido. Os assinaláveis indicadores de leitura, eventualmente em circuitos de pequena curiosidade ou maledicência de bairro, mostravam a relação de interesses mútuos entre os líderes políticos e aqueles que estabeleciam um contacto direto com a população.

Na fase final da Monarquia tínhamos os quatro títulos já indicados. Contudo, logo depois do 5 de outubro de 1910 caíam uns e apareciam outros. O *Leiria Ilustrada* que tinha encerrado uns meses antes da queda do regime monárquico, no dia 6 de outubro reaparecia com uma edição especial a dar conta do casal de Ourém que veio de automóvel de Lisboa e chegou a Leiria às 3h da manhã desse dia com a notícia dos

---

<sup>40</sup> Para estes dois parágrafos, vd. *O Districto de Leiria* de 11, 18 e 25 de abril de 1908 e *Leiria Ilustrada*, de 25 de abril do mesmo ano.

acontecimentos. A partir daí voltaria à regularidade de edição, agora com novo fôlego em defesa do novo regime até 1916, sempre afeto ao Partido Republicano.

Reajustado como independente, *O Districto de Leiria* manter-se-ia, mudando de propriedade por mais uns meses. Os monárquicos *O Leiriense* e *Echos do Liz* fecharam. No entanto, no final de 1910 surgia o *O Rebelde* com uma aproximação cética ao PRP e alguns traços de propaganda socialista, mudando de título e de proprietário ao fim de um ano, passando a intitular-se *O Radical* que, com Joaquim Ribeiro de Carvalho, defenderia António José de Almeida e o Partido Evolucionista até à chegada do governo sidonista. O *Despertar* apareceria fugazmente, em 1914, como órgão dos operários e assumidamente socialista. Em 1914 ia ao prelo o monárquico e católico *Mensageiro* e em 1917 apareceria ainda o *Jornal de Leiria*, nova voz do PRP, substituto do *Leiria Ilustrada*.

#### - As relações sociais

Noutra vertente de análise, é sabido que, pese embora o enquadramento ideológico e social, a monarquia liberal não erradicou o tradicional estatuto da velha nobreza, estendendo-o até às novas elites enriquecidas a troco de vários favores.

Mantendo-se durante algum tempo uma linha de fronteira histórica entre as velhas e as novas estirpes, ela acabava por se diluir progressivamente nos cruzamentos entre si numa perspetiva de sobrevivência financeira e política para os primeiros, e de dourar o nome de família para os segundos. Perdiam-se sempre alguns dos notáveis nas mudanças de regime, mas na verdade aquele fenómeno foi-se verificando não só até à República, como acaba por ser característico em qualquer mudança de regime.

Em Leiria também, com as mudanças de regime, verificava-se a necessidade de reciclar os símbolos de superior estatuto social naqueles que surgiam colados aos novos poderes. A ruralidade da região mais acentuava a fragilidade de uma mentalidade burguesa, transmitindo às elites emergentes a ambição de adquirirem para si o modelo

aristocrático. Para situações destas, os casamentos eram um passo quase sempre incontornável<sup>41</sup>.

No antigo período liberal mantinham-se, assim e muitas vezes, as tenências fundiárias acrescentadas, sempre que possível, por cargos de influência burocrática e política, graças à expansão da própria Administração Pública. Foi o que se verificou também em Leiria, tanto na ascensão nobiliárquica de algumas famílias ao longo do séc. XIX, como na viragem para o regime republicano. A recuperação dos símbolos familiares mais emblemáticos tornava-se visível, assumindo-se estes como âncoras de representação social, apesar da substituição de protagonistas como efetivamente acontecia.

Por cá, o liberalismo manteve os velhos pergaminhos das famílias Ataíde e Soares de Albergaria, enquanto outras entravam em decadência, ou saíam mesmo da cidade. Em contrapartida, foram nobilitados, entre outros, os Costa Guerra, os Estrela e os Oriol Pena, uns ou outros cruzando descendentes com os antigos, mantendo-se, igualmente, num patamar de evidência social e de detenção de bens, os Charters, os Zúquete, os Azevedo e os Telles. Todos eles se caracterizavam pelas suas vastas propriedades rurais, trazendo a lavoura até às suas casas solarengas dentro da própria cidade, não se esquivando as gerações mais novas às incursões no comércio e sobretudo na ocupação de cargos administrativos. Donos de razoáveis fortunas, financiavam a Coroa e os partidos, sendo usual encontrar membros da mesma família disseminados pelas diversas organizações políticas presentes na cidade. Quase todos confluíam para os mesmos locais de manifestação social, não perdendo a noção de condições de diferenciação como pequena casta<sup>42</sup>.

No entanto, tanto os monárquicos, nas suas diversas simpatias partidárias, liderados pelo Barão de Salgueiro e pelo Visconde de S. Sebastião, com o presidente da Câmara, João Correia Mateus, o advogado Paulino da Costa Santos, a família Ataíde e a família Zúquete, como os republicanos Tito Larcher, Gaudêncio Pires de Campos,

---

<sup>41</sup> LIMA, Maria Antónia Pedroso de, *Portugal de perto: grandes famílias, grandes empresas*, Lx, D. Quixote, 2003, pp. 120 e seguintes. A autora aponta as classes médias, marcadas mais pela ruralidade do que pela mentalidade urbana, que buscam uma identidade do passado para legitimar a imagem pública e esbater o que poderia diferenciar as famílias novas das antigas, acentuando para esta estratégia social os casamentos (vd. p. 175). Também caracteriza as elites como uma casta de “marginalidade superior”, por deterem património material, mas também simbólico, relacional e de influência. As novas elites emergentes acabam por ter também estas referências como objetivos (vd. p. 308).

<sup>42</sup> COELHO, José Dias, *op.cit.*, pp.203-216. Apesar deste trabalho se centrar nas décadas de vinte e trinta, o autor faz a chamada aos anos anteriores. Vd. também SOUSA, Acácio Fernando de, “A Câmara de Leiria: da monarquia à República” *cit.*

Inácio Veríssimo de Azevedo, João Soares e outros que tomavam assento na Loja Gomes Freire, digladiavam-se nos jornais e conviviam em família, nas festas da cidade, na Assembleia Leiriense, ou no Grémio Literário e Recreativo<sup>43</sup>.

Esta convivência chegava à filial de Leiria da Liga Nacional de Instrução, aberta em 2 de janeiro de 1908, onde pontificavam destacados republicanos locais, mas também alguns monárquicos.

A boa relação pessoal entre opositores políticos teve o seu paradigma na amizade com gente de Leiria do dirigente nacional do PRP, Bernardino Machado, afinal também ele filho dos barões de Joane e ex-ministro pelo Partido Regenerador (monárquico). Bernardino Machado, nos tempos de Coimbra, partilhara casa com Luis de Ataíde, com Correia Mateus, futuro presidente da Câmara de Leiria e convivera com Costa Guerra, visconde da Barreira e ainda com Luis Charters, visconde de S. Sebastião.

Foi ainda de uma relação com uma jovem conimbricense, irmã daquela que viria a ser a companheira de João Correia Mateus, que Bernardino Machado tivera uma filha, tendo sido aquele ex-sacerdote, formado em direito, que seria o protetor da filha de Bernardino Machado, Beatriz, nascida em 1902, já depois de Correia Mateus fazer política em Leiria pelo Partido Regenerador, apesar de mais tarde se converter ao republicanismo e ser um eminente líder local do PRP<sup>44</sup>.

O ourives Inácio Veríssimo de Azevedo com outros comerciantes e dirigentes da Associação Comercial de Leiria, João Miranda e José Carlos Afonso, foram os homens que dirigiram o PRP local na sua fase de estruturação<sup>45</sup>. Todos eles passaram pela Loja Gomes Greire.

---

<sup>43</sup> Além das notícias diversas e de alguns documentos reveladores do envolvimento maçónico de Tito Larcher, existentes no seu espólio no Arquivo Distrital de Leiria, também a D. Dulcina de Azevedo, filha de Inácio Veríssimo de Azevedo, nos contou em 1989, quem eram os companheiros (e “irmãos”) do pai, que era venerável da Loja em 1910. Por informação oral do Prof. Doutor António Ventura, do Grémio Lusitano, Tito Larcher consta dos registos como iniciado na Loja Trindade Leitão, de Alcobaça.

<sup>44</sup> Já exilado em Paris, em 1939, Bernardino Machado escrevia à tia de sua filha Beatriz, que tinha sido a companheira de Correia Mateus, e viviam em Leiria, descrevendo nostalgicamente estas recordações. Esta filha viria a ser perfilhada pelo pai, em 1942. A carta referida está na posse do neto daquele estadista republicano, Dr. Manuel Sá Marques, e o assento de batismo com o averbamento da perfilhação de Beatriz Machado está no Arquivo Distrital de Leiria, ADLRA/PRQ /PLRA/12/1/23, *Livros de baptismos, freguesia de Leiria, 1902*.

<sup>45</sup> MOREIRA, Maria da Luz e OLIVEIRA, Vera, *ACILIS, Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós: 100 anos, 1902-2002*, Leiria, Acilis, 2002, p. 93. As autores identificam-nos, de forma documentada, como dirigentes desta influente associação.

Na verdade, em junho de 1907, o Grande Oriente Lusitano Unido instituiu, pelo Decreto nº 34, a “Loja Gomes Freire a Oriente de Leiria”, que se iria caracterizar ao longo da sua vigência até ao “abatimento de colunas” talvez na década de vinte ou em 1933, pela iniciação de funcionários, comerciantes, militares e alguns profissionais livres. Os fundadores da Loja maçónica de Leiria foram Gaudêncio Pires de Campos, farmacêutico; José Pires Cunha, oficial do Exército; Joaquim Coelho Palma, comerciante; Joaquim Nunes Sequeira, comerciante; António Maria da Silva Barreto, professor; Tomás Costa Santos, funcionário público; Eduardo Pedroso Silva, funcionário público; Manuel Assumpção, pintor; e António Oliveira Mendes Cavaleiro, oficial do Exército. Este último militar deverá ter sido o inspirador da Loja Gomes Freire, atendendo que já nesta altura tinha atingido o grau máximo (33º), com certeza proveniente de outras Lojas por onde tenha passado na sua vida militar.

Tito de Sousa Larcher, que atingiria o grau 29º em 1917, integraria o quadro da Loja de Leiria, ainda em 1907, mas não como iniciado e sim como regularizado, o que pressupõe a sua iniciação anterior noutro local. Outros notáveis republicanos de Leiria passariam por esta Loja durante a sua primeira década de existência como, entre outros: Ernesto Korrodi, Inácio Veríssimo de Azevedo, José Carlos Afonso, Carlos Varela Lopes, Teófilo Braga da Costa Santos, Tomás da Silva Pereira Roldão, João Miranda, Sebastião Lopes Pessoa de Oliveira, José Cortez Pinto, Júlio José Laje, Honorato Estrela, Alípio Pedro Mesquita. João Correia Mateus terá sido iniciado em Coimbra, por influência de Bernardino Machado<sup>46</sup>.

Alguns destes homens viriam a ter divergências, tanto entre eles como em relação aos conservadores. Todavia, nos textos que iam surgindo na imprensa e onde uns e outros se atacavam duramente, eram referidos os cargos mas não se identificavam os nomes, e quando surgia o tratamento nominal, chegava mesmo a ser reverencial e de elogio às suas relações ou atitudes sociais. Dentro da mesma regra cavalheiresca, tanto chegavam a criticar os panfletos atentatórios da dignidade pessoal dos adversários políticos, como se poderia ver o republicano Ernesto Korrodi a tratar do luto da Sé quando D. Carlos foi assassinado, ou a engalanar a cidade quando, em outubro de 1909, o rei D. Manuel visitou Leiria<sup>47</sup>.

---

<sup>46</sup> Esta informação sobre Correia Mateus foi adiantada, como segura, pelo neto de Bernardino Machado, Dr. Manuel de Sá Machado.

<sup>47</sup> O ato de civismo em não confundir o ataque pessoal com o combate político era visível em vários números dos jornais da cidade, como no *Leiria Ilustrada* de 19.03.1908. Por outro lado, apesar de haver

Este foi um outro momento consensual. No dia 9 já se preparava com afã a recepção à visita prevista para o dia 11 seguinte. *O Districto de Leiria* relatava o encontro de preparação na Câmara Municipal com o secretário de Sua Majestade, salientando a participação de Gaudêncio Pires de Campos que negou boatos sobre a eventual nota discordante que o PRP iria apresentar. Esta declaração foi: (...) *simpaticamente acolhida por toda a assistência*. Certo era que a Comissão de notáveis para a recepção ao rei integrava uma representação do Grémio Gomes Freire ligado à Loja Maçónica.

No dia 11 acontecia a visita triunfal em Leiria, com milhares de pessoas a receberem o monarca a quem foi oferecido um banquete no antigo paço episcopal. Os arcos triunfais foram entregues ao cuidado do arquiteto Augusto Romão, enquanto o Governo Civil e o teatro foram engalanados por Ernesto Korrodi.

Passados quatro dias, o *Leiria Ilustrada* dava eco da petição entregue a *Suas Excelências* em que era solicitado um novo aquartelamento para o Regimento de Infantaria 7 e a ligação entre as linhas ferroviárias do Oeste e do Norte. Um notável conjunto de dignitários assinava o documento: Correia Mateus, presidente da Câmara; Adolfo Augusto Leitão, presidente da Associação Comercial; Barão de Salgueiro, presidente da Assembleia Leiriense e da Associação dos Pobres; Manuel Nogueira, presidente da Associação de Instrução Operária Leiriense; Anastácio Assis Gomes, presidente da Associação de Classe dos Caixeiros Leirienses; padre José Fernandes de Carvalho Maia, presidente da Junta de Paróquia; Joaquim Jorge da Silva Teixeira, provedor do Hospital da Misericórdia; Benvindo do Carmo Leal Guimarães, presidente da filial da Liga Nacional de Instrução; António Maria da Silva Barreto, vice-presidente do Grémio Gomes Freire, braço visível da Loja Maçónica do mesmo nome; Honorato Alfredo Pina Sá Mendonça Estrela, presidente dos Bombeiros Voluntários; José Maria Adrião, diretor de *O Districto de Leiria*; Tito Larcher, diretor do *Leiria Ilustrada*; Ivo Xavier Fernandes, diretor do *Echos do Liz*.

---

momentos em que se reconhece que o antagonismo político se estendia para o campo pessoal, eram usuais as situações em que a “gente de bem” da cidade se unia, numa pretensão exemplar de defesa da terra. Podemos referir, entre outros, quando monárquicos e republicanos (mesmo alguns históricos do PRP) defendiam, em conjunto, a restauração da diocese e o suíço Ernesto Korrodi, que lecionava em Leiria e havia de se confirmar um arquiteto de referência no País, havendo notícias da sua filiação maçónica interveio na Sé e iniciaria o seu processo de naturalização, simbolicamente, logo após a implantação da República. Para isto vd. ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx.49.

Só passado mais de um mês, o mesmo jornal republicano, a 18 de novembro, voltava a tomar a visita real como tema para publicar um *manifesto ao Povo Republicano*.

Quanto ao ambiente político fora da cidade, excetuando alguns núcleos de simpatizantes republicanos na Praia da Vieira e os operários da Marinha Grande, os proprietários agrícolas acompanhados pelos párocos garantiam um ambiente profundamente conservador, através da população que na sua grande maioria não tinha condições de voto.

Na verdade, o clero, apesar da extinção da diocese no séc. XIX, mantinha dois conventos na cidade e era claramente conservador e de simpatias monárquicas, com elementos muito ativos, como os padres Sebastião da Costa Brites, Joaquim José de Carvalho, José Margalhau, António Faustino, José Ferreira Lacerda e Manuel Combina.

Apesar disso, pelo menos dois clérigos de maior evidência viriam a transferir-se para as hostes republicanas: os padres Correia Mateus e João Lopes Soares, este professor em Lisboa. Joaquim Ribeiro de Carvalho chegara a andar no Seminário, mas não professara, enquanto outros, como o tio deste último, Joaquim José de Carvalho e Alfredo Pereira Lavos chegaram a aproximar-se do Partido Evolucionista, mas tê-lo-ão sido numa perspetiva meramente tática, tendo ambos um passado político monárquico.

Os três primeiros enveredaram por uma longa carreira política. João Soares veio a ser governador civil em três distritos, ministro e deputado, vindo a ser Correia Mateus o primeiro presidente do município republicano, eleito em novembro de 1913 e empossado em janeiro de 1914. Ribeiro de Carvalho tornou-se proprietário de um novo jornal e “evoluiu” para o Partido Evolucionista e daqui para o Partido Liberal, mantendo-se, com exceção do período sidonista, como deputado desde a Constituinte até à última legislatura republicana.

O certo é que, como com qualquer mudança de regime, com a chegada da República, uns notáveis tradicionais deixaram de estar na primeira linha de protagonismo social, enquanto alguns outros recuaram apenas temporariamente, dando prioridade à manutenção de cargos e bens sem suscitar confrontos que se viessem a revelar lesivos não só do seu património simbólico, como também do efetivo. Na verdade, vamos encontrar a continuidade de algumas figuras ou parentes na posse das

principais quintas, nos serviços, no tecido associativo leiriense, ou mesmo na detenção de cargos políticos.

O estatuto social circulava, mas era comum que os protagonistas anteriores aceitassem as novas elites e lhes transmitissem bens mais voláteis, como o nome ou o título, muitas vezes através de casamentos, por serem reconhecidos e influentes, cultivando e prolongando sempre uma relação patrono/cliente, graças ao poder social que lhes era reconhecido<sup>48</sup>.

Estes ambientes que levam a questionar qual o limiar entre a ascensão e a queda de algumas elites, ou tão só a sua renovação, afastavam de facto algumas figuras, colocavam em adormecimento temporário outras e “miscigenavam” outras ainda. Quanto às elites emergentes, oriundas do comércio, do ensino e das profissões liberais, sobretudo da advocacia e da medicina, com o advento da República lançavam os nomes de Leitão, Pires de Campos, Pereira Dias, Costa Santos, Korrodi, Larcher e outros que, rapidamente, criaram núcleos relacionais próprios, aos quais se viriam a juntar elementos reconvertidos das famílias anteriormente influentes.

Não só a possibilidade de distribuição de cargos e a supremacia na influência do voto, como ainda o domínio de títulos da imprensa regional e a presença nas várias organizações de interesse locais, continuavam a ser estas as características da nova elite republicana, cuja diferença em relação à anterior assentava apenas numa rendibilidade mais volátil que a fundiária, mas eficaz, apesar de também ansiarem por apresentar as suas quintas, muitas vezes associadas aos casamentos.

No que tocava a centros partidários, antes de 1910, para além das delegações dos partidos monárquicos, o Centro Distrital, Municipal e Paroquial Republicano vinha já desde 1905, congregando todos os “históricos”, quase todos maçons.

#### *- O 5 de Outubro e as mudanças operadas*

O desnorte monárquico nos últimos anos do regime era visível no confronto entre os próprios elementos dos partidos rotativistas. No entanto, e apesar disso, as

---

<sup>48</sup> ARAÚJO, António de, “Mandarins, senhores da terra e políticos” in PINTO, António Costa; e FREIRE, André (org.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras, Celta, 2003, pp.140-141 e ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Eleições e caciquismo...*, cit., p.132 e 136.



elites conservadoras, numa cidade tão ruralizada, mantinham interesses inamovíveis e comuns que eram o lastro unificador do espírito anti-republicano na Região.

Nas eleições de março de 1908, os republicanos apresentaram como cabeça de lista em Leiria um ilustre chefe do Partido, Bernardino Machado, que tinha fortes afinidades com a terra. Mesmo assim, a tremenda derrota levou à ridicularização pública e à resposta acusatória de: (...) *corrupções, ameaças, imposições, promessas falsas* (...) e apesar do (...) *patetinha de baixo se esganiçar com a vitória, o resultado foi lisonjeiro face às burlas e às chapeladas campesinas e de alguns empregados da fiscalização dos impostos, apesar da pouca campanha feita* (...) pelos republicanos. Afinal, o PRP ganhara nas principais cidades do país, Lisboa e Porto, e no distrito, no Bombarral e em Alcobaça, sendo os quatro grandes focos da reação, Braga, Viseu, Guarda e Leiria<sup>49</sup>.

O exemplo das redes de galopins e outros caciques apresentava-se aqui perfeitamente retratado, assim como apareciam bem testemunhadas tanto as zonas de penetração como aquelas que eram de dificuldades para os republicanos.

O ano de 1909 abria com a perspectiva de agravamento da crise de mercado. Toda a imprensa falava na subida dos preços, nos produtos que escasseavam e nos açambarcadores que se aproximavam com o pressentimento da derrocada do regime. No entanto, a 8 de maio *O Districto de Leiria* exaltava as comemorações do 1º de maio, feitas em conjunto por figuras apoiantes do governo e por oposicionistas. Já na primeira quinzena de junho, um comício republicano (...) *teve uma aderência fraquíssima*<sup>50</sup>.

Em janeiro de 1910, o mesmo *O Districto de Leiria* lamentava a anunciada auto-suspensão do *Leiria Ilustrada* e alertava para a possível onda de vingança da Maçonaria e da Carbonária face às imprudentes prisões de Bernardino Machado e de Afonso Costa. Receava, mesmo, que existissem bombas escondidas em Leiria. O prenúncio assustador e justiceiro da passagem do cometa Halley lá para maio, não seria alheio à desordem do País.

---

<sup>49</sup> Testemunhos pessoais recolhidos em 1989 junto da D. Dulcina Azevedo já citada e também do Dr. Bento Machado, sobrinho-bisneto de Bernardino Machado, hoje a exercer advocacia em Leiria, confirmaram as vindas com alguma frequência a Leiria daquele velho republicano, amigo pessoal de alguns notáveis da terra, como João Soares, Inácio Veríssimo de Azevedo e Gaudêncio Pires de Campos, havendo também algumas ligações familiares. Os comentários reativos a mais uma derrota eleitoral vinham do republicano *Leiria Ilustrada* de 9 e 16 de abril de 1908, vizinho do franquista *Echos do Liz*, o *patetinha de baixo* como impiedosamente era apelidado.

<sup>50</sup> Era o próprio *Leiria Ilustrada*, republicano, de 17 de junho de 1909 que, sem embandeirar em frases enfáticas e irreais, reconhecia a incapacidade de mobilização popular.

Em março, já este jornal tinha voltado a mudar de proprietário, reafirmando-se ainda mais independente, e no dia 12 era pedido veementemente ao clero para elucidar o Povo quanto ao Halley e não o induzirem em erro ou provocarem o pânico. Aproveitava para denunciar a esterilidade das sessões parlamentares, as intrigas entre monárquicos e as calúnias lançadas pelos republicanos, o que apenas desassossegava o País.

Novas eleições estavam marcadas para 28 de agosto e *O Districto de Leiria* continuava o seu distanciamento moralizador das querelas partidárias. Em 27 de julho procurava instruir no espírito da “acalmção nacional”, dizendo que a campanha eleitoral por aqui: (...) *decorre pacatamente e sem ruído (...) excepto em duas ou três povoações (...) a política não tem aqui aquele carácter absorvente e pessoal que tão antipática a torna (...) mas, na mesma sequência de texto, derivava para caminho oposto por ser: (...) de lamentar a política geral e de lamentar o papel dado ao Povo perante a proximidade do acto eleitoral. Se ganha o governo, a ignóbil porcaria serve às mil maravilhas o poder (...) ganhe quem ganhar, é o abastardamento moral da sociedade portuguesa!*

Perante um texto que demonstrava tal desilusão com a política, a desmotivação e o incentivo à não participação popular eram, claramente, o centro da questão. O certo é que a dois meses da revolução, apesar dos monárquicos se encontrarem divididos em duas listas, numa cidade com cerca de 1500 votantes, seria o gáudio para os “franquistas” o flagrante revês dos republicanos que não foram além de um total de 113 votos no concelho.

Já sem imprensa adversa ao regime, com o fecho da *Leiria Ilustrada* no final de dezembro de 1909, os jornais criticavam a Câmara presidida por Correia Mateus pela vergonha da iluminação pública, apesar da eletrificação estar em marcha, mas também pelas contas e por um rol de coisas como era costume. Contudo, a cidade culta continuava a saciar a sua bisbilhotice nos saraus do Café Central, nas verbenas do jardim, nas récitas e no animatógrafo do teatro, nas notícias das famílias que chegavam dos banhos da Nazaré e da Vieira, aparentemente longe da turbulência política e do que se preparava para o dia 5 de outubro seguinte.

Na véspera da revolução, pelo Governo Civil nada fazia transparecer preocupações de maior, a não ser a possibilidade de fuga de presos da cadeia de Porto de Mós, que se permitiam sair à noite por sua iniciativa e regressar<sup>51</sup>.

Se a notícia chegou por telegrama ainda nesse dia 5, com informação dos acontecimentos de Lisboa, não seria de estranhar, mas nada na cidade o indicou. Apenas foram detetados os telegramas que continuavam entre o governador civil, Santos Baião, e o administrador do concelho de Porto de Mós, a propósito das condições da cadeia. Todavia, o rápido alinhamento dos vultos republicanos nos novos cargos que se seguiriam poderia indiciar um entendimento prévio. A notícia foi confirmada durante a noite do dia 5 para o dia 6, com a chegada de viajantes vindos de automóvel desde Lisboa, conforme noticiou o *Leiria Ilustrada*, em reaparecimento extraordinário, e o alcobacense José Eduardo Raposo de Magalhães recebeu a nomeação por telegrama às 11,45 horas da manhã do dia 6<sup>52</sup>. Neste dia, muita gente saiu à rua. Uns com grande entusiasmo, como os que vinham dos bastiões republicanos de Alcobaça e de S. Martinho do Porto, mas também de Porto de Mós, da Nazaré, de Ansião e da Marinha Grande.

O anterior governador civil, monárquico, ainda pedira reforço militar para segurança do Governo Civil<sup>53</sup>, mas tudo mudaria com a entrada em funções, logo nesse dia 6, de Raposo de Magalhães, apesar de tomar posse apenas a 10. Manter-se-ia no cargo até 1 de junho de 1911<sup>54</sup>.

Logo no dia 7, o novo governador civil, mesmo sem a formalização da posse, nomeava a Comissão Administrativa Municipal que reuniu de imediato, inaugurando os novos Paços do Concelho, e elegendo para presidente o venerável da Loja Maçónica Gomes Freire, Inácio Veríssimo de Azevedo, enquanto para a Junta de Paróquia seria destacado o “histórico” comerciante José Carlos Afonso, nomeado pelo governador. Estas nomeações, óbvias, terão no entanto sido precedidas de uma calculada e preventiva proposta do presidente da Câmara cessante, Correia Mateus, também ele, afinal, iniciado maçom<sup>55</sup>.

---

<sup>51</sup>ADLRA/GCLRA/D/008, *Correspondência com autoridades diferentes do distrito*, (1887-1915), cx.1.

<sup>52</sup> *Leiria Ilustrada*, de 6 Outubro 1910 e ADLRA/GCLRA/D/036, *registo de telegramas recebidos*, livº 1904-1912.

<sup>53</sup> Idem/D/008, *Correspondência com autoridades diferentes do distrito*, (1887-1915), cx.1.

<sup>54</sup> Idem/D/036, *Registo de telegramas cit.*

<sup>55</sup> *O Districto de Leiria*, de 15 outubro de 1910. Este jornal, rapidamente e enquanto sobreviveu, foi-se reajustando aos novos tempos, com entusiásticas saudações à República. Quanto a Correia Mateus, dentro

O novo governador civil dispensava o reforço militar pedido pelo antecessor, na véspera<sup>56</sup>, para a Administração do Concelho era nomeado ainda um outro maçon, o farmacêutico Gaudêncio Pires de Campos, e a Comissão Administrativa Municipal inauguraria, ainda neste dia, os novos Paços do Concelho encomendados pelos monárquicos, projetados por Ernesto Korrodi e inaugurados pelos republicanos em reunião no salão nobre.

Curiosamente, seria o próprio presidente cessante da Câmara monárquica, Correia Mateus, a fazer a proclamação da República, às 16h, a partir da janela do novo edifício camarário, entregando de seguida as chaves do edifício a Gaudêncio Pires de Campos.

A partir de agora, suceder-se-iam as eleições para os novos corpos gerentes na Associação Comercial, na Associação dos Operários e Caixeiros, na Assembleia Leiriense, no Grémio Literário, assim como dos regedores. O governador civil mandou, ainda, abrir de imediato sindicâncias a várias Câmaras e Misericórdias, entre as quais a de Leiria. Começavam, igualmente, a chegar telegramas de vários administradores dos concelhos a pedir a exoneração dos cargos para os quais estavam nomeados<sup>57</sup>.

No dia 8, o semanário *O Districto de Leiria*, até aqui independente de pendor monárquico, saía pela primeira vez após a implantação do novo regime e em grandes parangonas declarava em título: *Pela Pátria! Pela República!* Rapidamente reconvertido, ao longo do texto concluía: (...) *assim caía a monarquia quase abandonada dos seus amigos e apaniguados* (...) confirmando o que o *Leiria Ilustrada* já havia dito sobre a forma como a notícia chegou a Leiria. Ainda neste dia, Raposo de Magalhães telegrafava ao general comandante da 5ª Divisão Militar dizendo que: (...) *havendo sossego nesta cidade mande suspender a prevenção em Infantaria* 7<sup>58</sup>.

No dia 12 eram feitos os primeiros anúncios de benefícios às populações dados pelo regime republicano. Foi anunciada a construção da estrada Peniche-Geraldes<sup>59</sup>. No dia 15, *O Districto de Leiria* anunciava um largo rol das novas medidas, entre as quais a oferta de excursões a Lisboa, as promessas de construção de um mercado fechado, de

---

de pouco tempo, estaria nas fileiras do PRP/Partido Democrático. A nomeação de José Carlos Afonso é, igualmente, referida em GOMES, Saúl António e MOREIRA, Maria da Luz, *Junta de Freguesia de Leiria: percursos de uma instituição*, Leiria, JFL, 2003, pp. 23 e 51.

<sup>56</sup> ADLRA/GCLRA/D/008, *Correspondência com autoridades diferentes do distrito*, (1887-1915), cx. 3.

<sup>57</sup> Idem//036, *Registo de telegramas cit.*

<sup>58</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>59</sup> Idem,/D/008, *Correspondência com autoridades diferentes do distrito*, (1887-1915), cx. 3.

saneamento e iluminação pública extensiva a várias freguesias rurais, o aproveitamento dos edifícios dos conventos fechados para escolas, uma de formação de professores, o anúncio de uma Biblioteca Pública com a promessa da oferta de Tito Larcher da sua livraria privada, e ainda os anúncios do Registo Civil obrigatório e da jornada de trabalho de 8 horas.

Ainda neste dia, em que foi decretado o fim dos títulos nobiliárquicos, nada disso transparecia em Leiria, a não ser a coincidência de assaltos a algumas quintas, entre as quais a do Amparo, pertença da família Barba Alardo. Contudo, cinco dias antes, já havia saído o decreto da extinção das ordens religiosas e o mesmo jornal adiantava que se tratava da reposição da velha lei pombalina, estando já avisadas as religiosas que ainda se encontravam em Stº Estevão e Sant'Ana, tendo os franciscanos já abandonado a Portela. Em termos de declaração de fé e tentativa de realinhamento político afirmava: (...) *pode turvar-nos ainda a alma (...) a saudade amarga e profunda por ideias que nos acalentaram a vida inteira (...) mas acima de tudo está a vontade soberana do Povo (...).*

Os meses de outubro e novembro foram de preparação no reposicionamento das elites. A partir deste último mês, com a sucessão de eleições nas diversas associações profissionais (Comercial e dos Operários de Leiria) e mesmo recreativas (Assembleia e Grémio), ascenderam uns, reciclaram-se outros, sendo ainda substituídos o administrador do concelho e os regedores.

As sindicâncias abertas ao Governo Civil, à Câmara, à Misericórdia e a outras confrarias, não colidiram com os funcionários e outros responsáveis superiores que, na generalidade, se mantiveram. Alguns outros, dos serviços públicos como dos telégrafos e das estradas, chegaram a ser saneados, vindo a ser recuperados mais tarde, com menções laudatórias na imprensa. Confirmavam-se as carências republicanas de pessoal especializado, a “adesivagem”, ou o “condomínio político” que garantia a administração das coisas.

Tal como já referimos, como característica do novo regime implantado, observamos uma nova elite constituída por republicanos e outros funcionários das instituições monárquicas que sobreviveram à “degola” e substituíram os senhores em queda.

De facto, não só a máquina administrativa não parou, como ganhou novo fôlego com as medidas que tinham que ser tomadas desde logo. Por um lado, era necessário desativar de forma pedagógica qualquer possibilidade de reação negativa do campo pela mão do clero e, quase ao mesmo tempo que se anunciava o fecho dos conventos e do seminário, promoviam-se excursões a Lisboa, propunha-se a construção de um mercado fechado, obras de saneamento e de iluminação extensiva a algumas freguesias rurais, para além de reforçar as promessas das escolas e outras medidas já anunciadas e ainda, para breve, a jornada de 8 horas de trabalho<sup>60</sup>.

Com o conforto de um relacionamento muito chegado entre os líderes locais e o diretório do Partido e mesmo com o novo governo, os republicanos de Leiria pareciam convencidos que iriam inverter o tradicional conservadorismo da Região. Não só Bernardino Machado era um amigo, como João Soares e outros que viviam em Lisboa frequentavam o círculo restrito da cúpula partidária, o que se confirmaria pelos cargos que viriam a exercer. Também mais tarde, as relações de amizade entre o menos moderado Tito Larcher com Júlio Dantas trariam para Leiria alguns equipamentos culturais.

#### *- Novos aspetos sociais e as organizações de interesses*

A proximidade social das elites leirienses tornava-se mais nítida através de um elo comum que era o tradicionalismo católico que já se fizera sentir, por exemplo, no séc. XIX, com a união dos notáveis nas queixas relativas à extinção da diocese, tal como voltaria a acontecer nas vésperas de 1918, com a surpreendente conjugação de esforços entre republicanos, católicos e monárquicos à volta da restauração da mesma diocese. Aconteceria, ainda, pouco depois com a euforia conservadora em relação às manifestações de fé em Fátima, onde foi evidente a prudência republicana acerca desta questão.

É interessante verificar estes acantonamentos ideológico-sociais em Leiria que, em momentos de decisão sobre interesses comuns, não hesitavam em se associar. Entre outros, temos um claro exemplo em 3 de janeiro de 1915 quando um grupo de notáveis,

---

<sup>60</sup> *O Districto de Leiria*, 15 outubro de 1910 e também MOREIRA, Maria da Luz; e OLIVEIRA, Vera, *op.cit.*, pp.84 e 90.

uns abastados proprietários fundiários e monárquicos, outros republicanos com experiência na Administração, davam forma a longas negociações anteriores e assinavam a escritura de fundação da Caixa de Crédito Agrícola de Leiria. Era uma resposta concertada, para preservação e manutenção do património familiar, face à mudança de protagonistas políticos e à instabilidade vivida<sup>61</sup>. O próprio governo republicano decretara já e aconselhara a criação deste tipo de instituições mutualistas e bancárias.

Como já vimos, a profusão de títulos de imprensa publicados entre 1910 e 1926 era largamente dominada pelo PRP-Partido Republicano Português, com uma presença prolongada dos evolucionistas e dos católicos monárquicos, sendo fugazes os títulos afetos aos restantes partidos resultantes do fracionamento republicano. De qualquer modo, sendo os democráticos esmagadores em todos eles, os proprietários, diretores ou editores eram figuras de proa da sociedade e das tendências partidárias em presença.

Da mesma forma, na distribuição de empregos administrativos era nítido o ascendente democrático. No entanto, sempre que se verificava a emergência governativa de outro grupo, davam-se novas colocações de coloração política correspondente, para além dos óbvios cargos políticos.

Os democráticos passaram a dominar, logo a partir de 1910 e ao longo de toda a I República, organizações de influência social, como a Misericórdia, que a partir dos estatutos de 1911, deixou de se denominar Santa Casa para ser, tão só, Irmandade Humanitária de Misericórdia. Durante 16 anos, em todos os cargos de gestão passaram a estar republicanos dos mais destacados.

Na poderosa Associação Comercial este domínio republicano já vinha desde os últimos anos da monarquia, e o seletor Grémio Recreativo e Literário, após 1910, passou a ser um centro de tertúlia lúdica e intelectual republicana. Por sua vez, a vetusta Assembleia Leiriense, de pergaminhos queirosianos, acoitava os outros ilustres, os acossados católicos e monárquicos<sup>62</sup>.

---

<sup>61</sup> ADLRA/NOT/CNLRA6/1-1/62, *Actos Notariais*, (1915). Trata-se da escritura de fundação desta cooperativa bancária que, ainda hoje, existe.

<sup>62</sup> Acerca da Assembleia Leiriense, há alguns livros dispersos no atual Ateneu Desportivo de Leiria, mas nenhum correspondente a este período. Contudo, alguns ainda existem e a tradição oral que foi ficando, parece legitimar esta afirmação. A nota queirosiana leva em conta o facto de Eça de Queiroz ter sido associado, entre 1870 e 1871, quando foi administrador do concelho em Leiria. Tendo nós tido visto, em tempos, o livro de actas com o registo de admissão deste escritor, esse livro também está dado como perdido, apesar de circularem fotocópias do registo daquele escritor como sócio da Assembleia Leiriense.

Da Associação Operária Leiriense, que após o sidonismo chegou a tomar uma índole socialista, e da Associação de Classe dos Caixeiros de Leiria, republicana democrática, não foram detetados quaisquer arquivos, havendo apenas algumas referências na imprensa. As coletividades desportivas que entretanto surgiram, aglomeravam os republicanos, apesar da maior flexibilidade quanto às diversas tendências partidárias representadas nos órgãos sociais.

No entanto, foi pelo radicalismo de alguns, como Joaquim Ribeiro de Carvalho, que o novo Partido Republicano Evolucionista chegou a Leiria, exatamente com o jornal *O Radical*, afastando-se e arrastando consigo alguns outros democráticos a quem, anteriormente, chegaram a rotular de traidores da República.

Ribeiro de Carvalho sendo de Leiria, estava estabelecido em Lisboa e foi aqui que abriu, em 1913, o Centro Republicano Evolucionista *Ribeiro de Carvalho*, aceitando e gerindo as inscrições dos leirienses interessados. Posteriormente, viria a aderir à União Republicana e ao Partido Liberal qual camaleão político que sobreviveu a quase todas as mudanças. Mais tarde ainda, estaria na fundação dos jornais lisboetas, *República* e *Diário da Tarde*.

Já o tio, Joaquim José de Carvalho, um dos eminentes clérigos conservadores locais, foi presidente da Câmara ainda no regime monárquico, voltando a sê-lo com a recuperação feita pelo sidonismo. Outros tiveram também relevância, Sebastião da Costa Brites liderou um motim anti-republicano em 1912, nos arrabaldes da cidade, os padres Margalhau e Faustino eram fortes líderes e mentores do descontentamento campesino e quanto a José Ferreira de Lacerda, fundaria em 1914 o jornal *O Mensageiro* que, conjuntamente com o padre Júlio Pereira Roque, utilizariam como meio de combate à República e em particular a Afonso Costa, mas também como meio de pressão tendo em vista a restauração da diocese. Este jornal serviria ainda em 1917 de testemunho direto dos soldados da Região que estavam no *front* da Flandres, sempre numa perspetiva anti-belicista ou, também a partir desse mesmo ano, de amplificação apologética do fenómeno de Fátima<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> *O Mensageiro*, extinto já em 2013, como já foi dito, foi o título mais duradouro de Leiria, sendo nos últimos anos um jornal diocesano fundiu-se com outro jornal da diocese e assumiu um título diferente, ao fim de 99 anos. Lacerda apenas não conseguiu restaurar a Monarquia, mas recusou entregar ao Estado os livros arrolados na sua paróquia (Milagres) e conseguiu mobilizar quase todos os notáveis da Região para restaurar a diocese em 1918. Com o novo bispo, deu profundidade popular aos acontecimentos de 1917 em Fátima.



Não deixa de ser motivo de atenção o posicionamento dos conservadores e dos católicos. Discretos até 1914, ganharam uma forte voz a partir desta altura com o padre Ferreira Lacerda e o jornal *O Mensageiro*. Por outro lado, enquanto não tiveram capacidade para constituir listas próprias, vários católicos posicionavam-se como independentes integrados em listas republicanas que não os hostilizavam e com eles poderiam angariar mais votos nas freguesias rurais.

A partir da “República Nova” encontramo-los já assumindo-se como católicos, ora com os mesmos democráticos, ora com os monárquicos. Só em 1924, estes viriam a formar o seu primeiro Centro Partidário da Causa Monárquica do Distrito.

Estas alianças, mais sociais do que partidárias, também as tínhamos observado na fundação da Liga dos Amigos do Castelo de Leiria, da iniciativa de Ernesto Korrodi e de Tito Larcher, tendo em vista a reconstrução a partir das ruínas existentes, para o que conseguiram agregar toda a nata social oriunda das mais variadas conotações ideológicas. Tito Larcher era republicano e maçom, tendo derivado à entrada da década de vinte para o Partido Socialista, e o suíço Ernesto Korrodi, sendo igualmente maçom, naturalizou-se português logo após a implantação da República.

Com a Guerra, também as senhoras se organizaram no papel caritativo e de apoio aos militares e famílias, muitas vezes analfabetas e sem saberem para onde os jovens mancebos tinham partido. Em 6 de maio de 1916 era fundada, em reunião na Assembleia Leiriense, a Sub-Cruzada das Mulheres Portuguesas de Leiria, por empenho do governador civil que indicou para presidente local a esposa do visconde de S. Sebastião, Maria Laura Charters d’Azevedo Lopes Vieira de Oliveira<sup>64</sup>.

Movimentos idênticos assistiram-se também nas petições para a restauração da diocese, o que se viria a concretizar em 1918 e, dois anos depois, na faustosa receção ao novo bispo, D. José Alves Correia da Silva, onde vários republicanos se associaram aos católicos, apesar das reservas postas na imprensa, acabando o prelado por entrar em 2 de agosto de 1920 perante a euforia dos católicos e o aplauso circunspeto e reconhecedor da sua inteligência, por parte dos republicanos.

---

<sup>64</sup> VINAGRE, Ana Bela da Silva, *A Cruzada das Mulheres Portuguesas de Leiria*, Leiria, Folheto ed., 2008, p. 37 e seguintes. Também para este caso, ADLRA/ASS/SCMPLRA, *Correspondência*. Curiosamente, a presidente nacional era a esposa de Bernardino Machado, Elvira Dantas Machado, homem que tinha uma filha natural em Leiria. A vice-presidente era Ana de Castro Osório.

Também a partir de 1921, a mesma confluência aconteceu nas coletas lançadas pelo jornal *O Mensageiro* e na constituição da comissão executiva para o monumento aos mortos da Grande Guerra.

Os anteriores e influentes monárquicos afidalgados foram vendo parentes a circularem pelos diversos partidos republicanos, tendo alguns deles também “adesivado”, para além de se defenderem em 1915 com a criação da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo. Faziam, igualmente, tertúlia na Assembleia e a partir de 1924 ressurgiam claramente com a instalação do Centro Partidário Monárquico e a chamada dos nomes sonantes que se haviam afastado depois de 1910.

Foi a partir de 1920 que floresceram as organizações desportivas em Leiria. Aqui, a associação ou a rivalidade não passava pelas filiações político-partidárias, mas antes pelo estatuto social. Neste ano, a partir de um bairro popular da cidade surgiu o *Gymnásio Sportivo Liz*, o clube dos *broas*, enquanto no ano seguinte, professores, militares e outros profissionais liberais criaram o *Leiria Gymnásio Club*, passando a ser conhecidos pelos *papo-secos*<sup>65</sup>.

Em Dezembro de 1925 foi instalada a Comissão de Iniciativa de Leiria, cuja *função primacial* era (...) *a constante propaganda da nossa estância de Turismo*. O presidente era Eduardo de Azevedo Monteiro e os vogais Ernesto Korrodi e Luis Brandão de Melo Pereira. Foi, talvez, o último momento de confluência de esforços entre personalidades com ideários políticos diferentes. Mesmo após a instauração da ditadura militar e até 1935, quando foi extinta, manteve um assumido republicano, Horácio Eliseu, na direção<sup>66</sup>.

Por fim e no que tocava aos centros partidários, importa confirmar que o Centro Distrital, Municipal e Paroquial Republicano, ou Centro Democrático, vinha já desde 1905, congregando todos os “históricos”, quase todos maçons.

Quanto à participação feminina nas diversas organizações de interesses, na I República as senhoras de famílias tradicionais e outras esposas de destacados republicanos juntaram-se na Sub-Cruzada de Leiria das Mulheres Portuguesas, no apoio

---

<sup>65</sup> Apesar destas rivalidades citadinas, levantavam-se já outras com algumas freguesias circundantes, no velho confronto cidade/campo. Os clubes de Leiria não tinham campo de jogos próprio e foi na freguesia de Marrazes que, em 1924, o Marrazes Sporting Club inaugurava o seu próprio campo, facto claramente “vexatório” para os clubes citadinos.

<sup>66</sup> *Comissão de Iniciativa de Leiria em 10 anos de vigência: relatório em 31 de Dezembro de 1935*. Leiria, Mendes Barata, 1936.

às famílias dos soldados na Grande Guerra, ou na organização de verbenas para angariação de fundos. Para além do Ensino, com algumas professoras, não encontramos outros elementos femininos nas diversas organizações políticas ou sociais. Era um tempo de evidente subalternidade, evidente nas Leis eleitorais.

#### - *O regionalismo*

Não deixa de ser importante, igualmente, a discussão regionalista sempre patente desde a criação dos distritos, em 1835. Este foi um tema que, na cidade de Leiria, sempre uniu diferentes forças políticas mas, sempre as desuniu com as do norte e sobretudo as do sul do distrito.

Sendo, então, um território mal servido por vias de comunicação, administrativamente o norte do distrito sempre se sentiu atraído por Coimbra, enquanto o sul, com a facilidade da linha férrea do Oeste, sempre se sentiu autónomo, ou mais próximo de Lisboa. Por outro lado, a ponta norte do distrito de Santarém, geograficamente, sempre sentiu mais afinidades com Leiria do que com a sua capital distrital.

Em 1 de novembro de 1896, já *A Integridade* contestava o novo Código Administrativo porque, mais uma vez, excluía Ourém do território distrital leiriense. Mais tarde, o regenerador *O Distrito de Leiria* justificava o título ao definir-se como um jornal regionalista que apelava à integração de Ourém, e a partir de 1905 o republicano *Leiria Ilustrada*, de novo, assumia a cidade como um pólo agregador de uma vasta região, ultrapassando o distrito até ao concelho ourensense, “ilustrando-a” com a novidade das fotografias semanais de personalidades e sítios diversos, divulgando tanto os vultos como as belezas regionais.

Nesta mesma ordem de ideias, logo na primeira reunião republicana, em novembro de 1910, da Junta de Paróquia do Olival, do concelho de Vila Nova de Ourém, era aprovada uma moção para ser apresentada superiormente, exigindo que a paróquia e o concelho fossem integrados no distrito de Leiria<sup>67</sup>.

---

<sup>67</sup> JUNTA DE FREGUESIA DO OLIVAL (JFO), *Junta de Paróquia/Livros de Actas, Novembro 1910*.

Implantada a República, ninguém contestou a notícia de 22 de abril de 1911, do *Leiria Ilustrada*, sobre a vinda a Leiria no mês seguinte de 100 excursionistas, participantes no Congresso de Turismo em Lisboa, situação para a qual, a propósito do almoço que lhes seria oferecido pela Comissão Municipal, aquele jornal (...) *muito desejava que o facto fosse compreendido por todos os leirienses*. Igualmente, a partir deste ano surgia o evolucionista *Radical* que apostava fortemente no argumento regionalista com uma larga e atrativa profusão de imagens de todo o distrito. A 12 de junho trazia uma nova proposta alternativa da Comissão de Melhoramentos de Leiria à *linha turística Tomar – Batalha – Alcobaça – Nazaré* sugerida pelo governo de Afonso Costa, exigindo a passagem pela cidade de Leiria para criar um circuito entre a grande monumentalidade da região centro e o recanto muito especial da Nazaré.

No entanto, após 1914, com o cariz conservador de *O Mensageiro*, passou também a ser este jornal um defensor acérrimo do distrito e dos valores da Região, em várias crónicas publicadas e mesmo com o *Guia Ilustrado do Viajante em Leiria*, o primeiro roteiro turístico local que editou em 1916.

#### - As diversas formas de representação das elites republicanas e as dissensões

Todavia, em poucos meses, esta frente de boas vontades viria a desmoronar-se, acompanhando as várias vicissitudes ocorridas em termos nacionais, ao longo de toda a I República. Para além do mal-estar, visível na imprensa, ocasionado por algumas nomeações locais, as eleições para a Constituinte foram o primeiro grande percalço, dando de imediato origem à discussão sobre a inclusão nas listas de “históricos” e “não históricos” e às divergências sobre a queda do ministério de Augusto de Vasconcelos e a ascensão de Duarte Leite<sup>68</sup>.

Contudo, desde cedo começaram os pretextos para as divergências. Não estando ainda oficializada a nova bandeira nacional, o *Rebelde*, jornal de uma linha que dizia ser a mais “pura”, no dia 18 de dezembro, e face aos abaixo-assinados que corriam em

---

<sup>68</sup> *O Radical*, de 29 de junho de 1911. Entre outros, este jornal, temporariamente dirigido por José Carlos Afonso, prolongava para além das eleições de 28 de maio último, a polémica acerca da constituição das listas.

Leiria e à adesão de alguns “históricos” à proposta de Guerra Junqueiro para a manutenção de azul e branco, abria o debate sobre as cores que deveria ter<sup>69</sup>.

Por outro lado, citava a publicação *República Portuguesa*, de Lisboa, que dizia estar: (...) *Leiria absorvida por ex-monárquicos, até o Dr. Paulino quer ser governador civil*. Tratava-se do antigo regenerador Paulino da Costa Santos que, surpreendentemente, na semana seguinte logo mereceria defesa feita pelo mesmo jornal, que acabava por admitir: (...) *teria sido teixeirista, mas no interior é um republicano convicto*. Na verdade, tanto este jornal como o que lhe sucedeu, o *Radical*, foram os que mais denunciaram a “adesivagem” local, acabando no entanto por ser o Partido Evolucionista, linha para onde convergiram, que acabaria por integrar vários reconvertidos, como foi o caso do próprio Paulino da Costa Santos. Tudo se agravaria com o processo eleitoral para a Assembleia Constituinte e para a presidência da República.

Apesar de pedir a renúncia daí a dois meses, Raposo de Magalhães, logo em abril, mostrava já o seu desânimo nas funções de governador civil. Não só era já habitual a assinatura do substituto em vários expedientes como, no dia 12, tínhamos telegramas assinados pelo governador civil titular e por Inácio Veríssimo de Azevedo, que o substituiria pouco tempo depois<sup>70</sup>.

José Eduardo Raposo de Magalhães, ofendido com as querelas que levaram à constituição das listas de candidatos para a Constituinte, em particular em Alcobaça, recolheu de imediato à sua quinta e retirou-se da política. No dia seguinte, o *Leiria Ilustrada* ainda lamentava as desconsiderações a que Raposo de Magalhães fora sujeito, denunciando ainda o afastamento da linha democrática dos homens do *Radical* graças aos conluíus e “adesivagens” no processo eleitoral, chamando-lhes ironicamente: (...) *os republicanos modernos são também históricos no apoio que sempre deram a todos os governos...mesmo antes da República...desta vez acertou o patetinha* (...) A 2 de junho, o comerciante Eduardo Martins da Cruz assumia a interinidade do cargo até ao dia 28 do mesmo mês.

Iam-se clarificando os campos entre democráticos e evolucionistas, em Leiria, com muita mágoa e azedume. O “histórico” Inácio Veríssimo de Azevedo passava da

---

<sup>69</sup> A farmácia de Gaudêncio Pires de Campos era um dos locais onde eram recolhidas assinaturas de apoio à manutenção do azul e branco na bandeira. Vd. ADLRA/PSS/TBLSL/ A/021, *Panfletos republicanos*.

<sup>70</sup> Idem/GCLRA/D/036, *Registo de telegramas cit.*

Câmara para o Governo Civil e afastava-se também da linha oficial do PRP. A sua *nefasta acção* não tardaria a ser criticada, logo em 12 de agosto pelo *Leiria Ilustrada* que, voltando à liça com Paulino da Costa Santos, dizia: (...) *de progressista passou a regenerador, afinal não era monárquico, era republicano não filiado, mas agora é evolucionista (monárquico)*(...). Ficava assim traçada a linha de separação em relação aos que se iam aproximando das ideias de António José de Almeida, cuja ação em Leiria se devia, sobretudo, a Joaquim Ribeiro de Carvalho. Este, já deputado, era proprietário de *O Radical* onde, em 24 de agosto, também mostrava que o seu percurso pelo PRP poderia ser efémero chamando a toda a primeira página António José de Almeida.

Eleito Manuel de Arriaga para presidente, passados dois dias o *Leiria Ilustrada* congratulava-se com a vitória e animado com isso, pela mão de Gaudêncio Pires de Campos, denunciava ferozmente o revigor caciqueiro nas eleições para a Constituinte, o que levou à mobilização de votos não afetos à linha ortodoxa do PRP e à própria demissão do governador civil, Raposo de Magalhães, personalidade até há pouco intocável, mas que se mostrara incapaz de controlar os acontecimentos. Joaquim Ribeiro de Carvalho tinha sido, precisamente, um dos eleitos.

A partir daqui, nada seria como antes. O governo de João Chagas seria recebido com benevolência cautelosa pelos velhos republicanos, enquanto o grupo dos que ameaçavam dissidência o apoiavam claramente devido ao “bloco” governativo que havia sido formado, apesar da intolerância e reacionarismo dos verdadeiros *talassas* como eram agora apelidados Afonso Costa e Bernardino Machado<sup>71</sup>.

O mesmo grupo que se movimentava à volta de Ribeiro de Carvalho, durante o mês de novembro criticava as alterações ministeriais perante a saída de ministros afetos, chamando às novas nomeações (...) *combinação agoirenta de nomes de pouca vida* (...), graças às movimentações de Afonso Costa para acabar com o “bloco”. José da Silva Nogueira já previa a necessidade de novos partidos que acolhessem todos os desiludidos que sentiam a necessidade de uma verdadeira República.

---

<sup>71</sup> Para este parágrafo e os próximos, seguimos a leitura dos textos de Joaquim Ribeiro Carvalho que aproveitava o seu próprio jornal para acusar de caciquismo os adversários. Sem condições para atestarmos a veracidade destas denúncias, cada uma por si, tratam-se no entanto de textos “incendiários” reveladores de uma perfeita lógica clientelar, chegando ao ponto de apelidar, alguns dos “pais” da República com o epíteto que costumava ser lançado sobre os monárquicos. Vd. *O Radical* de 7 de setembro de 1911, também de 9 novembro de 1911 e ainda de 15 e 30 março de 1916.

O ponto crítico aconteceu com o motim monárquico, no ano seguinte, em julho de 1912 e que ficou conhecido como a *Revolta da Azóia*. Numa freguesia próxima da cidade, alguns republicanos foram sequestrados por elementos de vulto da área monárquica local e da Igreja Católica, numa tentativa de forçar uma situação nunca devidamente esclarecida. Aliás, democráticos e evolucionistas acabariam por trocar graves acusações entre si, acabando por se verificar a grande brandura sancionatória em relação aos autores da façanha.

No dia 11 desse mês de julho, o jornal evolucionista *O Radical* chamava a título: *Em Leiria os paivantes tentam restaurar a monarchia na Azóia (...) mas fogem cobardemente*. Relatava o alarme que se verificara na cidade e a exemplar atitude do governador civil, Inácio Veríssimo de Azevedo que, recentemente, aderira ao Partido Evolucionista. Identificava os conspiradores, entre outros, António Emílio de Sousa Lopes, proprietário e em cuja casa estaria instalado o quartel-general; Francisco Teixeira Sampaio d'Albuquerque, proprietário; Gaspar de Matos, conservador do registo predial; José Bento, funcionário de Finanças; Torreira Santos, cobrador de impostos; António Lalanda dos Santos, professor na Barosa; padre Sebastião da Costa Brites, a que se juntavam outros, incluindo gente da Nazaré.

A capacidade de decisão do governador civil e a ação das tropas de Infantaria 7, comandadas pelo capitão José Pires, de anteriores provas já dadas à República, foram decisivas, sendo suspeitas as queixas feitas ao Ministro do Interior pelo não claramente identificado: (...) *imbecil negociante de vinhos do Bombarral* (...), acerca de uma possível ligação de Inácio Veríssimo de Azevedo aos revoltosos. Na semana seguinte, apesar de ter sido aparentemente desmantelado o motim da Azóia, adivinhava-se a exoneração do governador civil, fazendo-lhe o *Radical* a defesa da honra, o que não bastaria, pois a 17 de agosto, Inácio Veríssimo de Azevedo deixava as funções, confirmando-se a sua demissão.

Até à União Sagrada, em março de 1916, passaram a ser constantes os ataques entre os democráticos do PRP, liderados por Gaudêncio Pires de Campos, os evolucionistas de Joaquim Ribeiro de Carvalho e os católicos que, a partir de 1914, ganharam nova voz com José Ferreira de Lacerda. Os unionistas pouca expressão revelaram em Leiria.

Com a declaração de guerra feita por Berlim a Lisboa, após o apresamento dos barcos germânicos estacionados em portos portugueses, Portugal, através dos Partidos

Democrático e Evolucionista e na perspectiva de dividendos futuros, não só conseguiu a aceitação da Inglaterra para a entrada na guerra, como conseguiu uma aliança interna temporária. Ribeiro de Carvalho exultava com a União Sagrada, não só porque integrava três ministros evolucionistas, como ele próprio fora convidado para chefe de gabinete do ministro do Fomento, Fernandes Costa.

Contudo, esta União duraria apenas um ano. As acusações entre os dois partidos deixaram de ser surdas e voltaram a ter eco público, o que se tornou bem visível em Leiria, sendo o governo de Afonso Costa, entre abril e dezembro de 1917 o alvo de *O Mensageiro* do padre Lacerda que, a par da crise do País, jogava com novas realidades: os portugueses na Flandres; os acontecimentos de Fátima; a restauração da diocese; e a revolução soviética.

O agravamento dos conflitos sociais que, nesse ano, se verificaram em Lisboa e em outras das principais cidades, não chegou a Leiria, mas a tomada do poder por Sidónio Pais, em dezembro, suscitou divisões. Por um lado, levou ao aplauso dos apoiantes de Ribeiro de Carvalho e dos Católicos, com Ferreira Lacerda entusiasmado; por outro, levou à denúncia feita pelos democráticos de Leiria que receavam, tal como nos tempos de Pimenta de Castro, a censura à liberdade de imprensa. De facto, não se enganaram, pois passaram a ser frequentes os espaços em branco nos jornais com a indicação: *proibido pela censura*.

Após a morte de Sidónio e de ter soçobrado o governo de Tamagnini Barbosa, o ambiente político no País e em Leiria invertera-se. Calhava, agora, a *O Mensageiro* ser suspenso, mas toda a redação reaparecia a 19 de março de 1919, num número único de *O Leiriense*, cujo título foi recuperado momentaneamente. Isso mesmo era explicado em editorial, referindo a: (...) *supressão brusca de toda a imprensa que não comunga dos ideais do regime. Ignora-se o motivo da suspensão do “Mensageiro”*(...).

O novo administrador do concelho, Adriano Cândido Magalhães, era anunciado como: (...) *ex-presó político e amanuense do Governo Civil* (...), dizia em tom amesquinhante. Informava ainda que as eleições seriam a 1 de junho, dando indicações sobre as alterações no recenseamento e à capacidade de voto, dizendo que só poderia votar quem estivesse inscrito antes do governo de Sidónio Pais. Falava na política do (...) *crê ou morres* (...) para os funcionários públicos, com a campanha de intimidação que dizia existir sobre os monárquicos de que não deveriam receber salários de um Estado republicano.



Todas estas querelas ganhariam ainda outras aparências com o atentado a tiro, na estação de caminhos de ferro de Leiria, contra o industrial Alfredo da Silva, em 11 de outubro de 1921. O atentado e a forma desajeitada como foi socorrido nunca tiveram justificação clara. No entanto, um ano depois, *O Mensageiro* diria que as investigações só aconteceram porque foram pagas pela própria empresa do fundador da CUF- Companhia União Fabril, tendo levado à prisão, em finais do ano seguinte, de alguns elementos, afirmando os republicanos que o incidente não foi mais do que um ato de marginalidade delinquente. A 9 de setembro de 1922, a este propósito e perante a prisão de alguns militares e funcionários dos caminhos de ferro, voltava aquele jornal a ameaçar que: (...) *sabia muito bem o que se tinha passado, podendo ainda dizer muito mais.*

A sequência dos acontecimentos políticos nacionais, até 1926, tiveram um perfeito reflexo local através de uma pequena elite republicana constituída por funcionários, comerciantes, profissionais liberais e alguns proprietários que, tal como os monárquicos antes de 1910, se mostraram divididos entre si e mentores de campanhas de arregimentação que nada ficaram a dever aos modelos clientelares anteriores. Os resultados eleitorais, na sequência do voto capacitário e das formas de captação de clientelas eleitorais, visavam garantir uma legitimidade republicana e revolucionária e não tanto uma legitimidade democrática.

Em Leiria houve ainda um outro setor da elite que submergira em 1910 e que reapareceu antes de 1926 com uma pujança talvez mais nítida do que nos restantes principais centros urbanos do País. Tratou-se do clero.

Na verdade, apesar de apenas na 3ª Legislatura ter conseguido eleger um deputado Católico em listas próprias, a Igreja Católica soube-se reestruturar em pleno período do republicanismo liberal. Para tanto, muito valeu a figura de José Ferreira de Lacerda que, apoiado na ruralidade conservadora do concelho e na sua própria participação na guerra da Flandres como capelão, ganhou autoridade e conseguiu levar a tomadas de posição comuns entre as diferentes fações locais com vista à restauração da diocese, o que aconteceu em 1918. Era o período do governo sidonista e a nova diocese coincidia com os acontecimentos de Fátima e com as notícias da revolução russa, o que mais viria a unir os Católicos, levando a médio prazo o eixo Leiria-Fátima a reforçar-se como reduto conservador.

## AS ELEIÇÕES PARA O PARLAMENTO

Com a República, como já foi dito, foram constituídos dois círculos eleitorais no distrito, elegendo três deputados cada um deles<sup>72</sup>. Leiria captava todo o norte e em particular Ansião, onde havia um grupo de históricos muito aguerridos. A sul, Alcobaça veio a contar, nos vários momentos eleitorais, com candidatos que não caberiam nas listas de Leiria e que se juntavam aos que vinham da própria vila, aos da Nazaré, de Caldas da Rainha, de Peniche e do Bombarral, terras onde havia elementos muito ativos.

Sendo assim, ao encontrarmos ao longo das várias legislaturas candidatos que ora se apresentavam por um dos círculos, ora pelo outro, vamos considerá-los em conjunto neste trabalho.

A redução do distrito a estes dois círculos onde a tradição republicana era mais evidente, garantia um melhor controlo dos recenseados. Os pequenos círculos em todo o País tinham também esse objetivo. O domínio quase continuado dos democráticos, apenas foi interrompido no período sidonista quando a reformulação do corpo de deputados foi total, e em 1921, na 5ª Legislatura onde apesar da presença democrática, o Partido Liberal ganhou ascendente, tanto em termos nacionais como em Leiria<sup>73</sup>. Será por isso importante caracterizar os deputados de Leiria/Alcobaça no Parlamento, entre 1910 e 1926, em comparação com os indicadores nacionais quando isso se justificar, percebendo desta forma até que ponto o recrutamento das elites parlamentares e os processos eleitorais correspondiam em Leiria à globalidade dos eleitos para o Parlamento<sup>74</sup>.

---

<sup>72</sup> *Decreto-lei de 20 de abril de 1911*. No entanto, alguns dirigentes republicanos de Pombal terão sugerido um boicote às eleições de 1911 por aquela vila ter sido preterida a favor de Alcobaça. Na verdade, ali, o número de votantes foi extraordinariamente baixo e pesem embora os entendimentos de bastidores e o peso político de alguns protagonistas, Pombal era um dos concelhos mais populosos do distrito de Leiria, tendo o próprio núcleo urbano mais população que a cidade de Leiria ou que a vila de Alcobaça. No entanto, eram estas duas terras que tinham os índices de alfabetização mais elevados, enquanto Pombal era a que apresentava os índices mais baixos em todo o distrito. Além dos *Censos de 1911*, vd. também PINTO, Fernanda, *op. cit.*

<sup>73</sup> Joaquim Ribeiro de Carvalho afastar-se-ia do Partido Evolucionista ao longo do governo de Sidónio e seria recuperado pelo novo Partido Liberal, no pós-guerra.

<sup>74</sup> Estes dados que adiante serão analisados numa perspectiva prosopográfica, foram retirados, sucessivamente, de ARQUIVO HISTÓRICO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (AHAR)/ *Livro de Registo do Pessoal Político da Assembleia Nacional Constituinte e Câmara dos Deputados: 1911-1915; Livro Político, 2ª Legislatura (1915-1916), Câmara dos Deputados B.A.N.; ibidem – 3ª Legislatura (1918-1919); ibidem-4ª Legislatura (1919-1921); ibidem-5ª Legislatura (1921-1922); ibidem-6ª Legislatura*

Tomaremos também, em termos de contagem estatística, a Constituinte e a 1ª Legislatura em conjunto, atendendo à continuidade dos eleitos em ambas, apesar de algumas substituições por renovação, ou por eleição interna de alguns dos deputados para senadores. Neste sentido, iremos considerar a totalidade dos candidatos que chegaram a ter assento no Parlamento e não apenas o número de mandatos correspondentes a estes círculos.

Quanto ao PRP-Partido Republicano Português, depois chamado Democrático, utilizaremos a sigla inicial e também utilizaremos para os vários resultados percentuais o conjunto dos deputados que tomaram assento no Parlamento, incluindo os que entraram em substituição, e não apenas o número de mandatos<sup>75</sup>.

## **Os Partidos políticos**

Dos pouco mais de 40.000 alfabetizados em todo o distrito, menos de metade tinha capacidade de voto, atendendo que muitos daqueles eram homens solteiros e cerca de 13.000 eram mulheres, condições que retiravam genericamente aquela capacidade. Assim, para os dois círculos havia entre 15 a 17 mil recenseados, o que significava cerca de 5% a 6% dos eleitores do País<sup>76</sup>.

No caso de Leiria ao longo de toda a I República, a representação partidária no Parlamento aproximou-se quase sempre daquilo que caracterizava o panorama nacional.

Também por cá, o PRP/Partido Democrático, absoluto e unificador na Constituinte e na 1ª Legislatura, apesar das querelas fracionárias que logo se seguiram, manteve uma visível presença, com exceção do período sidonista (3ª Legislatura) em que os Nacionais Republicanos, ao recuperarem os Monárquicos e os Católicos, viriam a dominar. De igual modo, ainda na saída desta fase em que se confirmou o abalo provocado com a passagem de Sidónio Pais pelo governo e com as sequelas da Grande Guerra, o PRP revelou dificuldades nas eleições para a 4ª Legislatura e permitiu na

---

(1922-1923); *ibidem*-7ª Legislatura (1923-1926). Foi ainda consultado MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Parlamentares e ministros da 1ª República*, Lisboa, A.R./Afrontamento, 2000. Para os dados comparativos nacionais, recorremos a ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; e SANTOS, Marta Carvalho dos, *op.cit.*

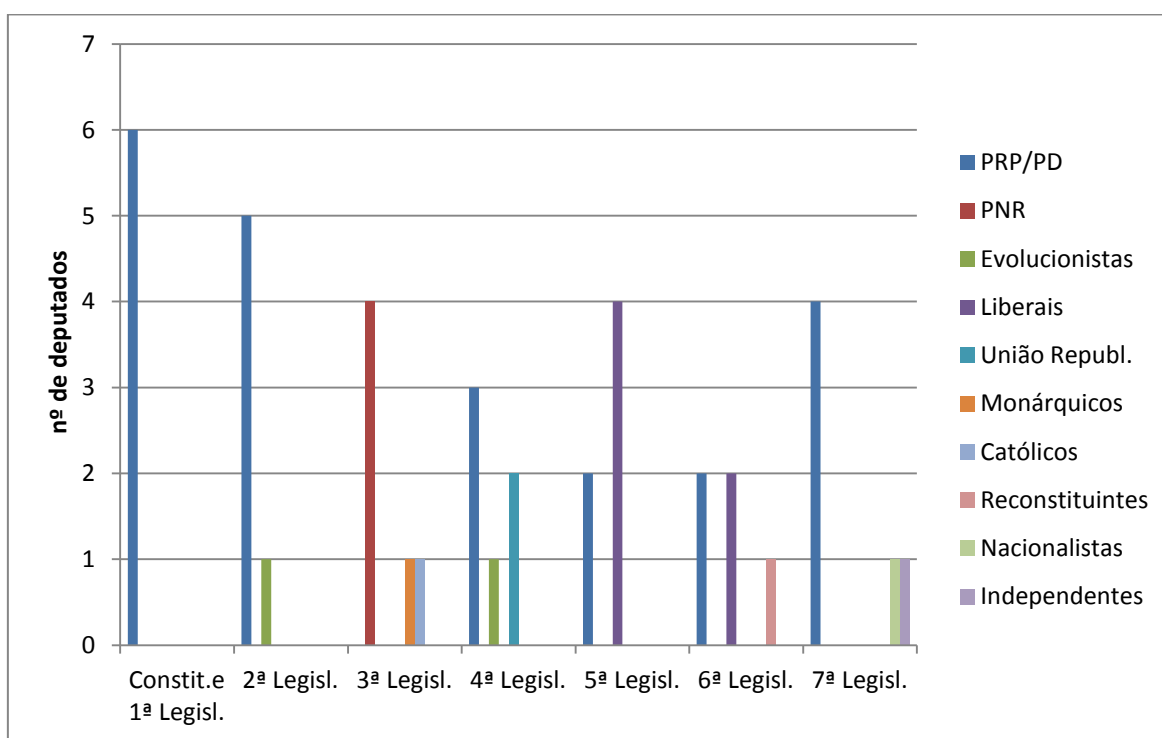
<sup>75</sup> Dos 29 deputados de Leiria/Alcobaça, apenas em relação a dois, Luís Pinto Gonçalves Marinha (4ª Legislatura) e António Carreira (5ª Legislatura), não foram encontrados quaisquer dados biográficos.

<sup>76</sup> Comparação em relação ao quadro apresentado por PINTO, António da Costa, *Portugal Contemporâneo cit.*, p.16.

quinta a vitória dos Liberais. A partir daqui, contudo, voltaria a recuperar para níveis mais habituais.

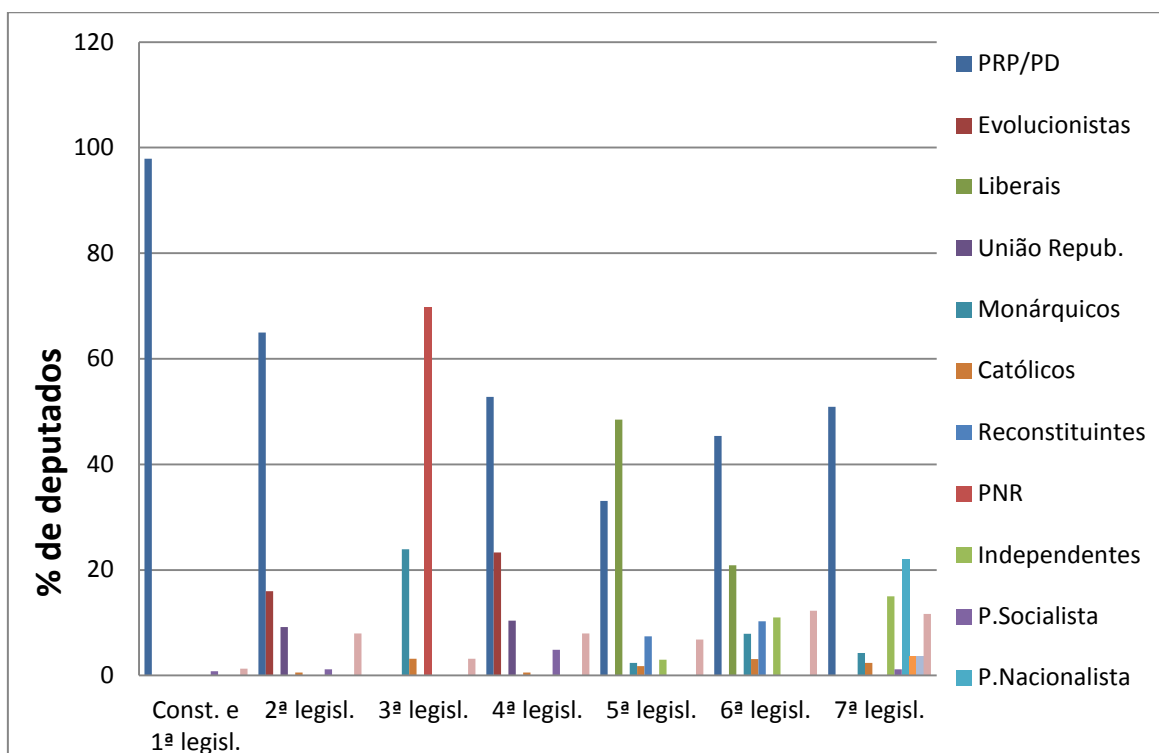
No entanto, apesar da clara maioria na 1ª Legislatura, logo em 1912 as brechas abertas nos Democráticos com o afastamento de António José de Almeida e de Brito Camacho levaram a um alargamento da representatividade partidária. Na verdade, também em Leiria, os confrontos entre personalidades proeminentes que anteriormente eram próximas, levaram-nas a adotar novos figurinos partidários, apesar dos novos partidos não convencerem o eleitorado republicano, mais confiante num aparelho partidário que exibia durabilidade ou fiabilidade e, sobretudo, já teria tido mais oportunidades de distribuir favores localmente.

gráfico 1: Distribuição partidária por Legislatura dos deputados eleitos nos círculos de Leiria/Alcobaça: 1911-1926<sup>77</sup>



<sup>77</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.*..Vd. também Quadro A/1, vol.II do presente trabalho (Anexos)

gráfico 2: Distribuição partidária dos deputados, por Legislatura, a nível nacional: 1911-1926<sup>78</sup>



Nota-se, através dos gráficos relativos à distribuição partidária, a forte presença do PRP, excepto na 3ª e na 5ª Legislaturas, com um movimento ondulatório aproximado ao que é conhecido em termos nacionais. No distrito de Leiria, apenas se verifica uma menor abertura do leque partidário, o que tem a ver com a limitação de mandatos (3+3) atribuídos a estes dois círculos eleitorais.

<sup>78</sup> No gráfico apresentado sobre a distribuição partidária nacional, só incluímos os partidos que conseguiram mandatos em Leiria/Alcobaça. Tratam-se de dados a partir de ALMEIDA, Pedro Tavares de, *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar cit.*

## Os deputados

### *- O perfil etário*

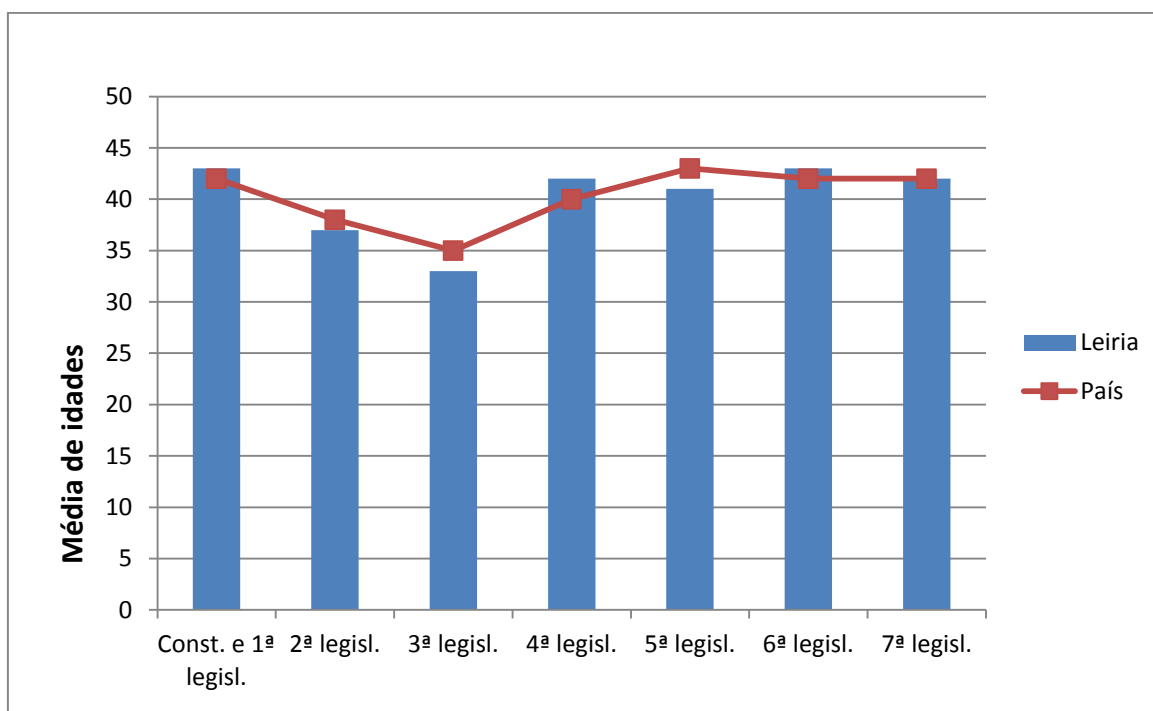
Uma das características mais nítidas era a relativa juventude dos deputados numa República assente em quadros partidários de formação relativamente recente. Sendo a média de idades nos dois círculos do distrito inferior aos 45 anos, isto correspondia ao perfil médio da generalidade dos quadros políticos do regime.

A curva média de idades dos deputados de Leiria/Alcobaça é, assim, similar à curva média nacional. Na 1ª Legislatura foram recrutados homens já com a maturidade adquirida no combate anti-monárquico, verificando-se um rejuvenescimento na 2ª Legislatura, o que é um indicador que se deve a vários factores: a fragmentação do PRP; a própria renovação deste após a saída de alguns históricos; algumas passagens a senadores; a ocupação de cargos políticos ainda por outros; ou mesmo o apelo a uma nova geração de gente habilitada com mais competências académicas.

Já a notória descida de idades na 3ª Legislatura corresponde à rutura criada com a ascensão sidonista e a busca de candidatos com um perfil radicalmente diferente, não se verificando nos círculos locais continuidades vindas dos mandatos anteriores.

Ao regressar a uma média na casa dos 40 anos após a 4ª Legislatura, foram recuperados alguns experientes veteranos do Parlamento, enquanto a nova abertura do leque partidário implicou algum equilíbrio, impedindo o envelhecimento médio com a entrada gradual de quadros mais jovens até 1926.

gráfico 3: média etária dos deputados a nível nacional e pelos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926<sup>79</sup>



#### - Duração das carreiras parlamentares

Observando o gráfico seguinte, a silhueta da curva correspondente às carreiras parlamentares, nos círculos de Leiria/Alcobaça, confirma o quadro anterior no que toca a um perfil idêntico à globalidade do Parlamento, apesar das diferenças de valores.

A grande maioria dos deputados teve uma carreira curta. As dissensões nos partidos, a instabilidade dos governos a que se juntava a progressiva descredibilização dos cargos e da prática dos partidos, e por conseguinte de vários eleitos, levavam a renovações permanentes.

Contudo, é visível, mesmo assim, que os partidos procuravam manter um elo de continuidade e de experiência através de um ou outro elemento que serviria de fio condutor. No PRP isto está bem patente com o oficial do Exército natural da pequena mas muito republicana vila de Ansião, Vitorino Henriques Godinho que, excetuando a 3ª Legislatura, apenas não foi igualmente eleito na sétima<sup>a</sup>, tendo no entanto ascendido a funções ministeriais. Ainda nesta linha de continuidade e no PRP, apesar de ter sido

<sup>79</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.*. Vd. também Quadro A/1 cit. (Anexos).

deputado apenas na 1ª Legislatura, o professor radicado em Leiria, António Maria da Silva Barreto, excetuando o também período sidonista, manteve-se como senador em todas as outras legislaturas, até 1926.

Por outro lado, mais persistente ao longo de seis legislaturas, porque não surgiu apenas em 1918-1919, Joaquim Ribeiro de Carvalho revelou-se um autêntico sobrevivente político. Vindo de uma formação religiosa, integrou inicialmente as listas do PRP, mas ainda antes da magistratura de Sidónio Pais aderiu ao Partido Evolucionista, tendo nas 5ª e na 6ª Legislaturas sido vital para a captação de votos para o recente Partido Liberal. Depois desvinculando-se dos partidos, que dizia estarem desacreditados, apresentou-se na sétima como independente ainda capaz de se fazer eleger.

Sendo a renovação dos candidatos o aspeto mais evidente, foi na 4ª Legislatura que se mostrou mais clara a necessidade de recuperar alguns dos anteriores elementos conhecedores do meio parlamentar. No entanto, foram apenas seis deputados que foram além de dois mandatos, nesta sequência:

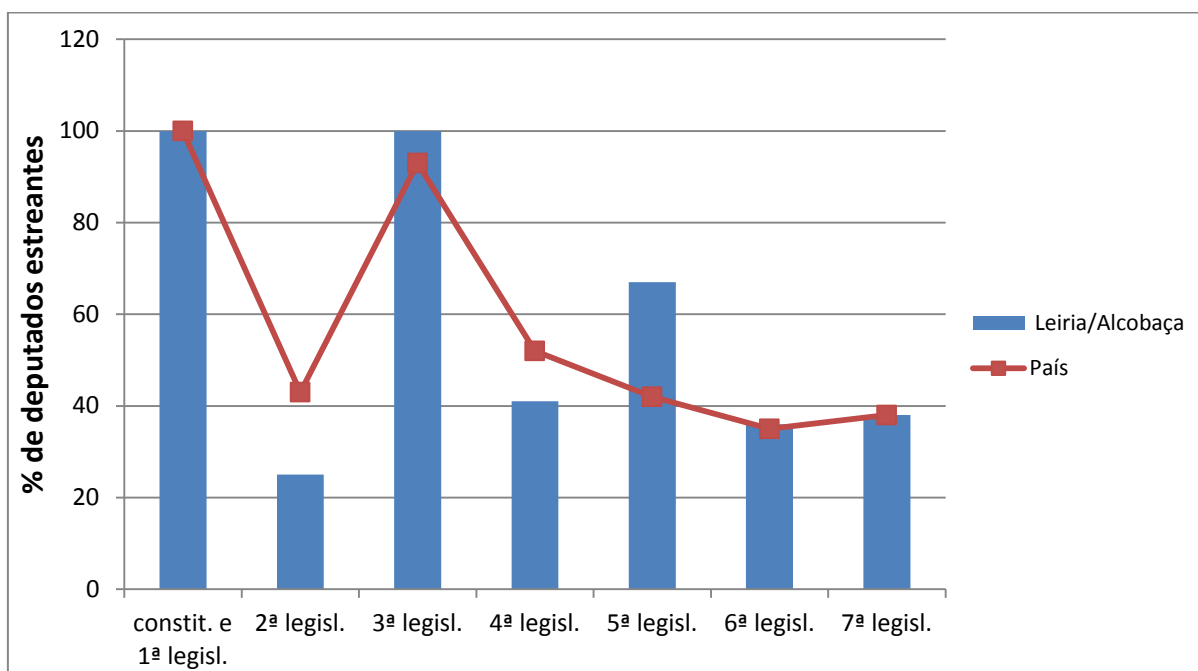
**Mandatos repetidos por deputados: 1911-1926**

<u>Nº de mandatos</u>	<u>Deputados (num total de 29)</u>	
	<u>Nº</u>	<u>%</u>
6	2	6,89
5	2	6,89
3	2	6,89
2	6	20,68
1	17	58,62



Como reflexo, os parlamentares estreantes de Leiria/Alcobaça, confirmavam a duração das carreiras, com o mesmo perfil dos estreantes para a generalidade do Parlamento:

gráfico 4: Deputados estreantes por Legislatura, 1911-1926: comparação dos dados nacionais com os círculos de Leiria/Alcobaça<sup>80</sup>



I República : deputados (nº de assentos) de Leiria/Alcobaça estreantes por legislatura		
	Total	Estreantes
Constit.+1ª legisl.	9	9
2ª legisl.	8	2
3ª legisl.	6	6
4ª legisl.	7	3
5ª legisl.	6	4
6ª legisl.	6	2
7ª legisl.	8	3

<sup>80</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.*. Vd. também Quadro A/1 cit. (Anexos).

- O nível de ensino dos deputados

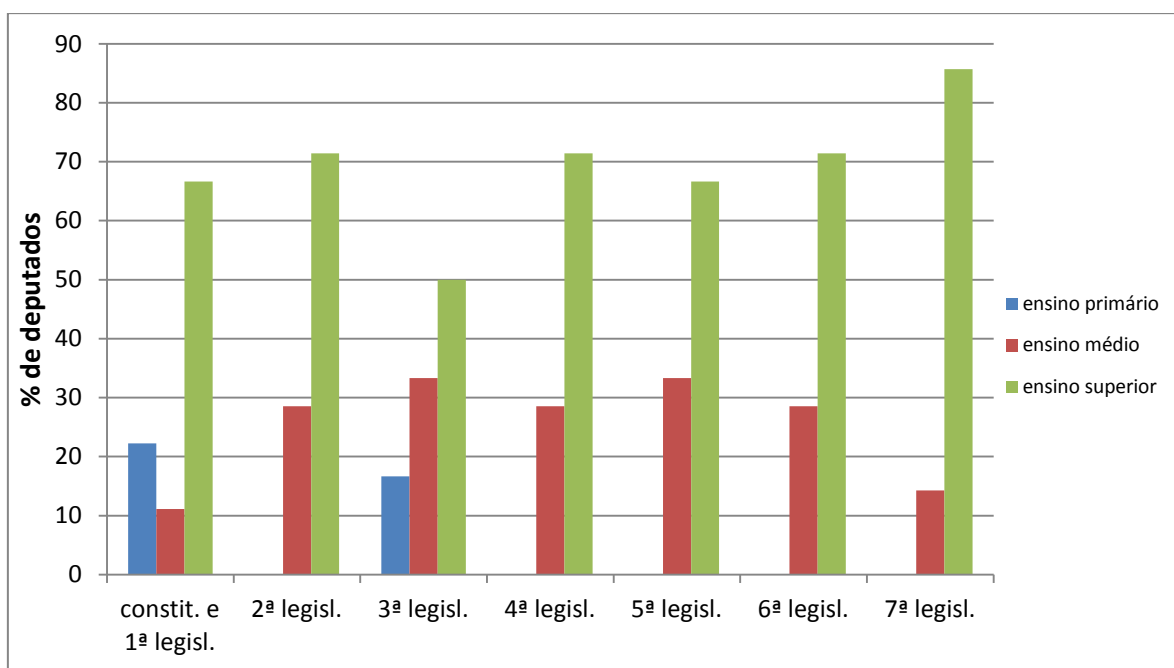
O espectro geral das qualificações académicas dos deputados na I República mostra-nos claramente a matriz urbana e erudita dos eleitos.

Tendo o movimento republicano tido por base os simpatizantes citadinos, muitos deles operários, pequenos comerciantes e funcionários, na verdade veio a tornar-se nítido o filtro social para apuramento das novas elites com o recurso a pessoal que pudesse garantir o combate argumentativo.

Em Leiria/Alcobaça a situação foi idêntica. Na 1ª Legislatura, o PRP ainda apresentou dois candidatos apenas habilitados com o ensino primário, mas eram dois “históricos”.

Todavia, só na 3ª Legislatura, o PNR-Partido Nacionalista Republicano recorreria a outro candidato com o mesmo nível de ensino, sendo aqui o abastado proprietário José das Neves Leal. Em todas as outras legislaturas tornou-se predominante o recurso a habilitados com formação superior, incluindo-se aqui tanto os que vinham da área universitária, como da área teológica em Seminários Maiores, como ainda oficiais diplomados na Escola do Exército.

gráfico 5: Nível de instrução dos deputados pelos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926<sup>81</sup>



<sup>81</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.*, para o conjunto de eleitos substituídos e em substituição. Vd. também Quadro A/1 cit. (Anexos).

- *Os perfis profissionais dos deputados*

O leque profissional mostra-nos um nível de literacia elevado, reflexo da ascensão de novos elementos da classe média letrada, com o reaproveitamento de alguns quadros políticos e administrativos anteriores. Inicialmente, o recrutamento assentava nos conhecedores do aparelho administrativo do Estado e nos homens que, sendo popularmente reconhecidos, maior facilidade pudessem ter para trabalhar legislação.

Nesse sentido, o pequeno número de deputados de Leiria/Alcobaça mostrava mais nitidamente o recurso a advogados, médicos, funcionários e farmacêuticos. Quanto aos militares, tratava-se da manutenção de dois “históricos” militares republicanos, sendo interessante assinalar que a Região não forneceu nenhum oficial de confiança ao Parlamento sidonista, como veremos a seguir.

A partir da 4ª Legislatura, afirmaram-se, então, os perfis de popularidade e de conhecimentos administrativos com a eleição de médicos e de funcionários públicos que passaram a ter assento permanente.

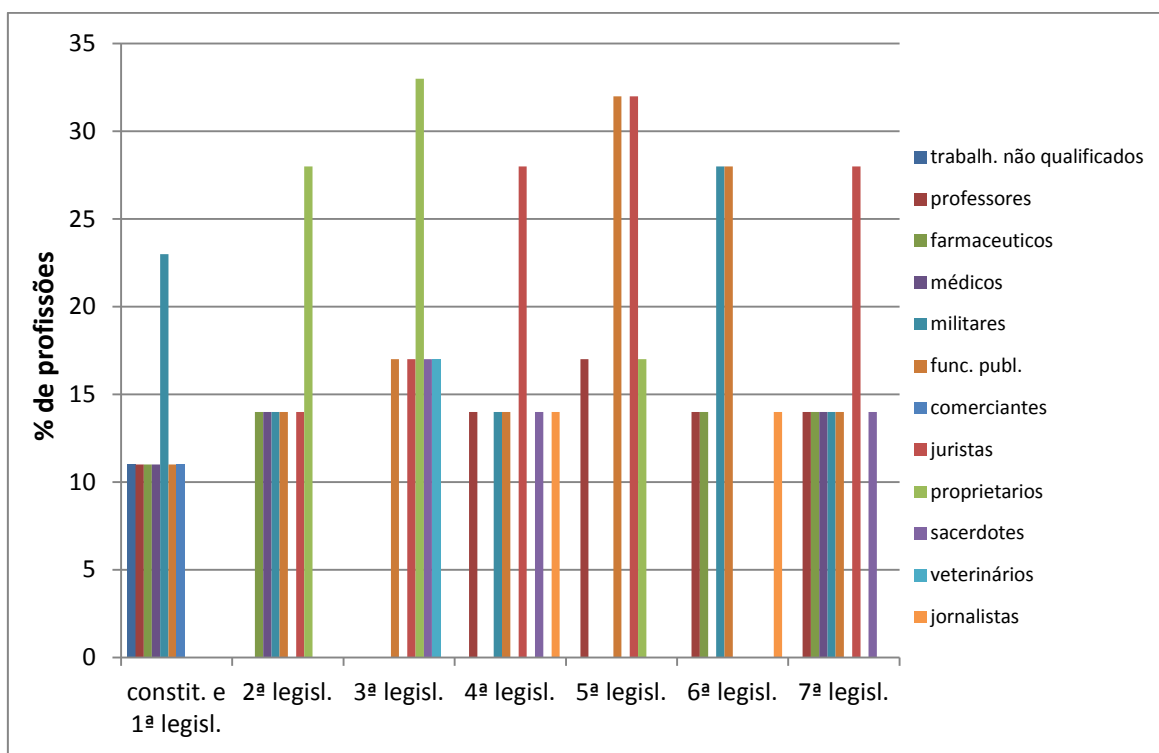
Todas as outras profissões representadas ao longo dos vários mandatos, reflectiam a abertura do leque partidário dentro de estratos sociais mais relevantes, ou pelo prestígio profissional, ou pelas redes de influência que poderiam estabelecer atendendo às relações sociais e ao poder económico.

A presença de um padre na 3ª Legislatura não é alheia a esta perspetiva, ainda mais óbvia com o retorno dos Católicos. A presença de outro sacerdote noutras legislaturas reporta a uma personalidade de grande relevo na história do PRP, que mais tarde acabaria por vir a resignar ao sacerdócio. No que toca a este, João Soares, Oliveira Marques assinala mesmo a sua iniciação maçónica<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Parlamentares e ministros da 1ª República*. Lisboa: Assembleia da República/Afrontamento, 2000, pp. 412 e 413.

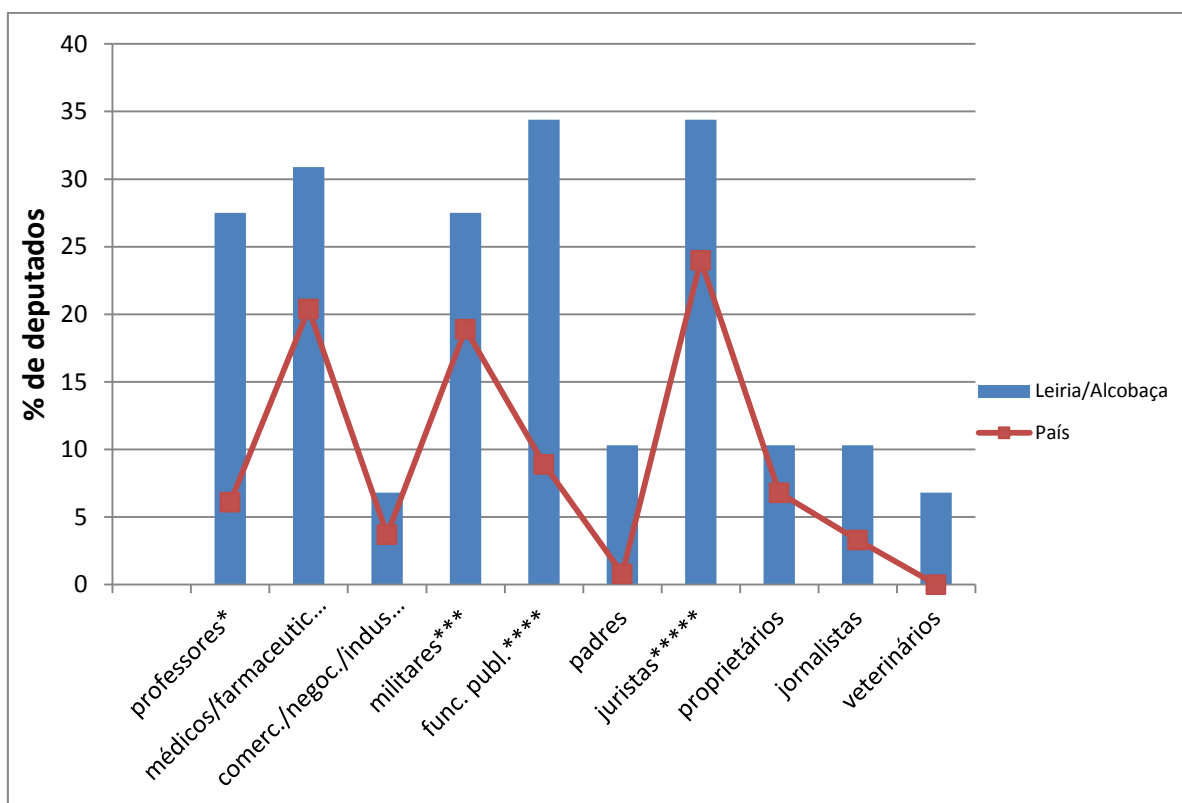
gráfico 6: Distribuição das profissões dos deputados por Legislatura, nos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926<sup>83</sup>



Em termos comparativos com o Parlamento, o leque profissional dos deputados eleitos por Leiria/Alcobaça parece ter uma menor abertura local que nacional. Globalmente, houve outras áreas de recrutamento de candidatos que não cabiam no limitado número de eleitos nestes dois círculos. Por estas razões, o peso percentual das profissões dos deputados locais é maior que cada uma em termos nacionais.

<sup>83</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.*, para o conjunto de eleitos substituídos e em substituição. Vd. também Quadro A/1 cit. (Anexos).

gráfico 7: Distribuição das profissões dos deputados dos círculos de Leiria/Alcobaça em comparação com os dados nacionais, 1911-1926<sup>84</sup>



\*inclui professores de todos os graus de ensino; \*\* refere todo o pessoal com formação superior na área da saúde, incluindo pessoal militar; \*\*\* militares dos dois ramos, Exército e Marinha; \*\*\*\*inclui quadros médios e superiores; \*\*\*\*\*inclui advogados, notários e juizes

- *Candidatos oriundos do exterior aos círculos políticos que os elegeram*

A fragilidade dos partidos constatava-se com a presença quase permanente de deputados cabeças de lista, oriundos do exterior, o que atingiu o ponto máximo no período sidonista.

Neste período, contrariando o que era largamente publicitado pela propaganda anti-republicana, o facto de terem sido recrutados fora destes círculos 50% dos eleitos parece refletir a dificuldade num bom recrutamento local, pela grande incipiência do

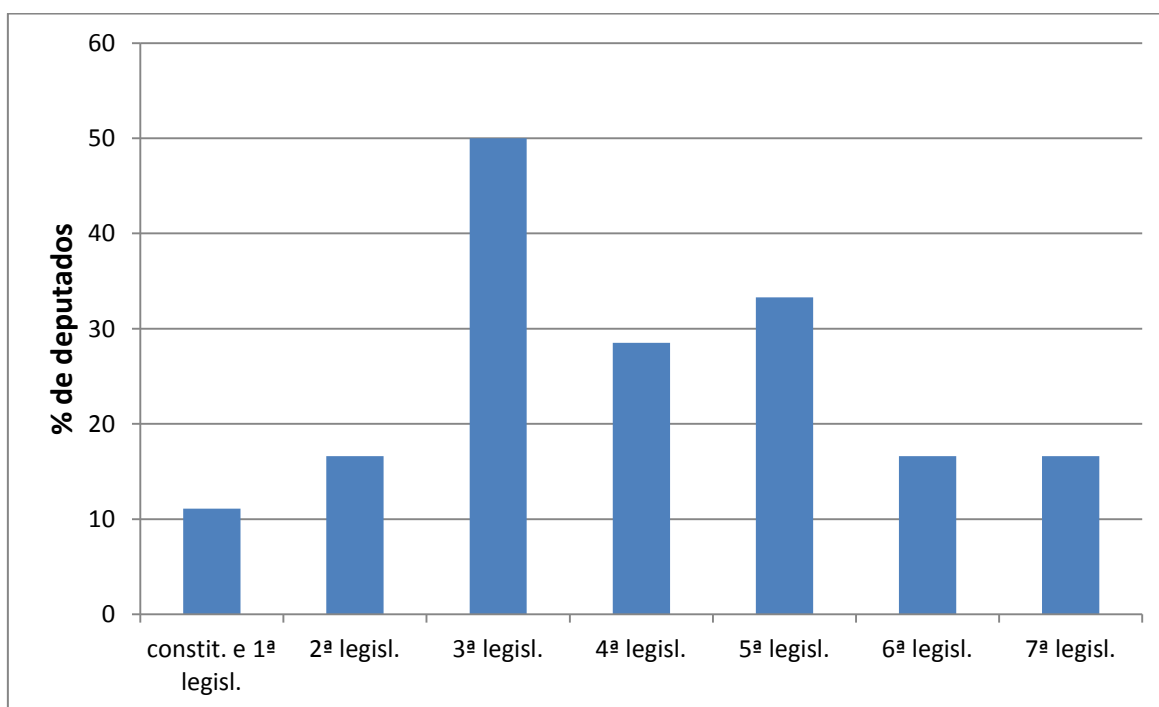
<sup>84</sup> AHAR, *Livro de Registo do Pessoal Político cit.* Para os dados nacionais adaptámos o levantamento também feito por ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; e SANTOS, Marta Carvalho dos, “Os deputados da 1ª República: inquérito prosopográfico” in *Revista de História das Ideias*, vol. 27, separata, Coimbra, FLUC, 2006, pp.408-411.

PNR em Leiria a que se juntava a necessidade de não permitir uma grande ascensão dos tolerados Católicos e Monárquicos. Isto foi conseguido, não tendo estes ido além de um deputado cada.

Pedro Tavares de Almeida ao fazer uma amostragem, a partir do Parlamento, com as segunda e sétima legislaturas, aponta uma quebra de 9% de deputados sem vínculo territorial aos círculos que os elegeram, entre aqueles dois momentos. Em Leiria/Alcobaça, o que se notou foi um crescimento destes recrutamentos exteriores a partir da 3ª Legislatura, voltando a baixar na sexta e na sétima como reflexo da estabilização no recrutamento do PRP.

Nem todos os recrutados de naturalidade exterior ao distrito seriam estranhos à realidade regional. De facto, alguns destes tinham-se já radicado por cá, assumindo aquilo que poderíamos chamar “legitimidade autóctone”. Mesmo assim, havia candidatos impostos pelos diretórios nacionais de modo a satisfazer aqueles que reclamavam direitos partidários e não tinham lugar certo nas listas das terras de origem. No entanto, foi na legislatura sidonista e nas posteriores que foi necessário impôr primeiro, e reequilibrar e pacificar depois, as hostes locais, buscando gente que, sendo criticada por ser de fora, não estava envolvida nas querelas internas a nível local.

gráfico 8: Distribuição de deputados eleitos pelos círculos de Leiria/Alcobaça sem vínculos locais, 1911-1926<sup>85</sup>



<sup>85</sup> AHAR, *Livro de registo do Pessoal político cit.*. Vd. também Quadro A/1 cit. (Anexos).

<b>I República : deputados (nº de assentos) de Leiria/Alcobaça oriundos do exterior, por legislatura</b>		
	<b>Total</b>	<b>Exterior</b>
Constit.+1ª legisl.	9	1
2ª legisl.	6	1
3ª legisl.	6	3
4ª legisl.	7	2
5ª legisl.	6	2
6ª legisl.	6	1
7ª legisl.	6	1

- *cursus honorum*

A última legislatura da I República foi a única em que alguns deputados não deram continuidade a cargos político-profissionais, o que foi natural perante as rupturas efetuadas. Mesmo assim, alguns vieram a aproveitar oportunidades no Estado Novo, a partir de uma readaptação política, ou como resultado profissional de investimentos feitos durante as suas carreiras políticas.

Já as restantes legislaturas dão indicações claras de progressão nas carreiras político-profissionais após os mandatos parlamentares da grande maioria.

No que se refere ao campo de recrutamento, eram privilegiados os quadros com provas dadas nos Partidos e com grande visibilidade, quase todos com “história” na participação pública e na luta pela implantação da República. A aprendizagem política anterior aos processos de candidatura era um fator de grande importância.

Contudo, tal como para o conjunto nacional, a mudança a nível local em relação ao regime monárquico foi quase absoluta no que tocou aos eleitos para o Parlamento, contrariamente ao que se passaria noutros setores político-administrativos leirienses.

Na 1ª Legislatura, e vindo da Monarquia, apenas o “forasteiro” readaptado aos ideais republicanos, Francisco Joaquim Ferreira do Amaral, tinha exercido cargos relevantes nas Colónias e chegado a ser Presidente do Conselho de Ministros logo após o regicídio. Na terceira, o nacional republicano Artur Augusto de Figueiroa Rego, havia sido governador civil de Beja e Eduardo Mascarenhas Valdez Pinto da Cunha fora jornalista e havia de ser parceiro de Paiva Couceiro na resistência monárquica. Na 5ª Legislatura, o deputado liberal Mário Correia Carvalho de Aguiar havia já sido Presidente da Câmara de Pombal, enquanto na sétima, o nacionalista José Moura das Neves exercera anteriormente funções de inspetor no Hospital Rainha D. Leonor, em Caldas da Rainha. Em 29 eleitos nos dois círculos do distrito, o envolvimento político ou em funções profissionais de confiança política no anterior regime parece resumir-se a estes cinco.

Noutra perspetiva, que poderia transportar para a influência maçónica a possibilidade de recrutamento das novas elites republicanas, sabe-se da atividade da Loja de Leiria que agregava maçons da terra, de Alcobaça e de Ansião e que, posteriormente, ocupariam diversos cargos relevantes. No entanto, quanto aos parlamentares locais, Oliveira Marques identifica sete entre os 29 eleitos, colocando três na Constituinte e na 1ª Legislatura. A partir daqui a influência maçónica parecia diluir-se<sup>86</sup>.

Por fim, quanto à integração no sistema pós-republicano de três deputados sidonistas, estes acabariam por ter um trajeto compensador no regime autoritário. Adelino da Cunha Mendes, durante largos anos seria chefe de redação do jornal *O Século*, Artur Augusto Figueiroa Rego veio a ser Secretário de Estado da Agricultura, e Eduardo Valdez Pinto da Cunha veio a ser diretor da Emissora Nacional. Para além destes, o liberal Mário Carvalho de Aguiar, eleito na 5ª Legislatura, viria a ser presidente da Companhia Eléctrica das Beiras e juiz no Tribunal Internacional de Haia. Alguns outros ainda, sendo indubitavelmente oposicionistas ao regime saído da revolução de 1926, prosperaram no campo dos negócios.

---

<sup>86</sup> A referências às passagens de alguns eleitos pelas Lojas maçónicas estão em MARQUES, A.H. de Oliveira (coord.), *Parlamentares e ministros da 1ª República cit.*



## **Os deputados: em conclusão**

Tendo sido apeada dos cargos políticos uma elite de linhagem e com suporte nos bens fundiários, ascendeu de seguida o grupo oriundo do sector terciário que reaproveitou, no entanto, um razoável conjunto de quadros da classe média anterior, para o preenchimento de lacunas nos “mapas” administrativo e da política local.

Citadinos, co-habitantes num espaço reduzido, onde a pressão de vizinhança se faria sentir, e com grande dificuldade de penetração no mundo rural predominante, acabaram por ter necessidade de tornear as divergências políticas em acordos de cavalheiros, nas áreas dos negócios e da sociabilidade, não sendo assim verdadeiramente autónomos e alternativos. A circulação de alguns notáveis pelos vários partidos, depois das primeiras cisões do PRP, era reveladora disso mesmo, assumindo mesmo alguma vulgaridade.

Por outro lado, a passagem de candidatos do distrito ao Parlamento, ora pelo círculo de Leiria, ora pelo de Alcobaça, tinha o significado de controlo e de colocação de “excedentários” que vinham com a imposição de Lisboa para a candidatura de notáveis não radicados na Região.

A renovação assentava no recrutamento a partir de estratos relativamente jovens, letrados e com aprendizagem política feita.

Por outro lado, a dificuldade de penetração nas freguesias rurais levou, antes de se ter passado um ano sobre a Revolução, à retoma de táticas caciqueiras tão combatidas anteriormente. As mesmas razões levariam à facilidade do reaparecimento de uma elite eclesiástica, menos de cinco anos passados.

Por fim, a hegemonia eleitoral democrática na contagem dos votos terá sido ajudada pelas condicionantes das regras eleitorais e pelo alheamento “sugerido”, em termos de participação ativa na política, das populações cuja defesa a República apregoava.

## OS GOVERNADORES CIVIS

No que toca às representações distritais, antes de falarmos nos perfis das personalidades teremos que nos reportar ao Decreto de 18 de julho de 1835 que implantou os distritos, e ao Código Administrativo de 1878 que, apesar daqueles que foram publicados em 1885, 1895 e 1896, foi reposto pela República com algumas adequações.

Aquela divisão administrativa do território estava prevista desde 1822, mas de facto só pela Lei de 25 de abril de 1835 e consequente Decreto de 18 de julho já referido, os distritos foram instituídos. Com várias flutuações ora mais ora menos centralizadoras, vários Códigos Administrativos perpassaram o séc. XIX, entendendo sempre o regime liberal monárquico a delegação de competências em três níveis de autarquias: Juntas Distritais, Câmaras Municipais e Juntas de Paróquias.

Implantada a República, a Lei nº 88 de agosto de 1911 limitou-se, apenas, a recuperar o Código de 1878 para contrariar o Código franquista de 1896, tendo como adaptação mais notória a eleição de procuradores às Juntas Gerais dos Distritos que se mantiveram até ao Código Administrativo de 1936, já em pleno Estado Novo.

Restauradas as Juntas que tinham existido na Monarquia, estas eram um dos três corpos administrativos, conjuntamente com as Câmaras Municipais e as Paróquias civis, detendo atribuições de gestão do património desconcentrado do Estado e funções consultivas junto do governador civil. Este era um magistrado administrativo que representava localmente o governo central, zelando assim pela aplicação das leis e tutelando as demais “autoridades subalternas” e outras instituições.

Pedro Tavares de Almeida, ao caracterizar o cargo para o séc. XIX, diz que lhes competia (...) *superintender e coordenar a acção da máquina administrativa periférica do Estado (...) zelando pelas decisões do Governo junto das corporações locais*<sup>87</sup>. No séc. XX esta competência básica mantinha-se, levando que, na I República e ainda em continuidade do século anterior, o detentor do cargo acabasse por ser um delegado do partido que detinha o poder para controlar as ações adversárias.

---

<sup>87</sup> ALMEIDA, Pedro Tavares de, *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890): dissertação de doutoramento em Sociologia Política*, Lx, FCSH, repositório online da UNL, pp.166-167.

Contudo, conforme a capacidade de influência junto às populações, e em particular juntos às elites locais, o governador civil intermediava e arbitrava contenciosos, chegando também a representar interesses regionais junto ao governo central.

Quanto às atribuições, as Juntas Distritais pareciam ter condições para um impacto mais direto nas comunidades locais atendendo aos recursos financeiros e patrimoniais que geriam. No entanto, no caso de Leiria, este papel passava discretamente na imprensa da terra, tanto antes como depois da mudança de regime.

Já quanto ao governador civil, o impacto público sendo grande até 1910, na I República era claramente desvalorizado em comparação com o regime monárquico, onde a representação do governo central ganhava uma maior projeção e um nítido eco por parte da imprensa, sobretudo quando se dedicava às causas locais.

Um bom exemplo disso, em 1907, foi a criação da Liga dos Interesses de Leiria sob o patrocínio do governador civil José Jardim, que reuniu na mesma assembleia todo o escol monárquico e republicano, apelando tanto ao bom senso da Câmara regeneradora como do Governo de João Franco para diversas questões infraestruturais do concelho<sup>88</sup>.

Nada disto se viria a passar após 1910. As ocasiões em que monárquicos e republicanos das diversas facções se reuniram em trabalho ao longo da I República nunca foram patrocinadas pelo representante do governo, porque as condições de convivência partidária deixaram de o permitir.

Por outro lado, o cargo parece ter-se banalizado, sobretudo após 1914, quando se abriu a discussão em torno da criação das Províncias em detrimento dos distritos. Todavia, estes acabariam por se manter com o reforço das competências policiais e fiscalizadoras do governador, ou como delegado do governo junto a autarquias instáveis ou pouco submissas e que, por isso, eram entendidas como fontes potenciais de desequilíbrios.

---

<sup>88</sup> *Leiria Ilustrada*, de 10 outubro 1907. Este jornal, dirigido pelo republicano Tito Larcher, exaltava neste número o empenho do governador civil, que era oriundo de Aveiro, no desenvolvimento de Leiria. O apelo à adesão dos notáveis de Leiria a esta causa da abertura de novas vias, construção de pontes e abastecimento de água, era dirigido a individualidades de todo o leque partidário. José Jardim, governador ao tempo do odiado João Franco, pelo menos na forma como era tratado na imprensa local, acabou por criar uma imagem de simpatia entre os próprios republicanos que, já ao tempo da República, o receberiam sempre com as maiores honras sempre que se deslocou a Leiria, para além de abrirem um importante arruamento na cidade ao qual deram o seu nome.

As dificuldades em articular o governo central com os municípios terão sido uma das causas para manter a solução dos distritos com uma sede, o governo civil, que seria o posto intermédio e de irradiação das diretivas centrais. Nesta sequência, os partidos nas suas estruturas continuaram a decalcar esta organização territorial, fazendo caber os círculos eleitorais em cada um daqueles territórios administrativos, mesmo quando em cada um deles havia mais do que um círculo.

Era, assim, clara a extensão às diversas regiões do poder sedado em Lisboa, com o governador civil a deter competências de auditoria face às situações de despesismo autárquico, para além de garantir a fidelidade republicana das Câmaras.

Com o retorno confirmado das Juntas Gerais do Distrito, em 1913, estas eram as únicas que localmente poderiam limitar a ação do governador. No entanto, elas voltavam com o anátema de terem sido extintas em 1892 por desregulamento das despesas e acabavam agora por estar muito em sintonia, de forma subalterna, com o próprio magistrado administrativo<sup>89</sup>.

O governador civil subordinava-se, sobretudo, aos ditames do governo e do partido que o destacara, razão pela qual se verificava uma extraordinária rotatividade no cargo, procurando cada um, no pouco tempo de estadia, conseguir agremiar vontades e mostrar serviço, em função dos interesses para os quais estava mandatado. Na verdade, tornando-se um cargo aparentemente desvalorizado, acabava por ser um posto de influência temporária e seria visto por vários dos nomeados como um degrau que os poderia catapultar para um patamar político superior.

Talvez por causa desta ideia de extensão do poder central passassem a ser menos respeitados publicamente e muito mais encarados como meros comissários políticos, numa constante rotação ao sabor das mudanças governativas o que fez com que, por vezes, nem à chegada nem à partida merecessem uma nota de pé de página nalguns títulos da imprensa. A visibilidade jornalística ganhava um tom positivo nos títulos da mesma coloração partidária, sendo desacreditados ou então ignorados nos títulos que não tivessem afinidades políticas com o nomeado.

É sintomático, neste aspeto, o que o jornal monárquico e católico *O Mensageiro*, dizia em 21 de março de 1925, logo após a demissão do governador civil democrático

---

<sup>89</sup> SERRA, João Bonifácio, “Os poderes locais: administração e política no 1º quartel do séc. XIX” in OLIVEIRA, César de (dir.) *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lx, Circ.Leit., 1995, pp. 267 e 268

*Aurélio Neto: (...) um governador civil tem menos importância que um çapateiro (...) com ç (...) actualmente tem menos importância que um antigo cabo d'ordens ou regedor de aldeia (...) agora aguardamos a vinda de outro para este lugar decorativo. Não decide, é um comissário (...).*

Em dezasseis anos, o distrito de Leiria teve 27 governadores civis enquanto o País teve 45 governos com 40 primeiros-ministros. Para além daqueles, assumiram ainda funções interinas quatro governadores civis substitutos, enquanto um governador, Aurélio Neto, assumiu funções duas vezes e outros dois foram colocados no lugar em ações amotinadas. Foram estes os casos de António Pimentel, entre maio e junho de 1915, colocado pelos partidários de Paiva Couceiro, e Plínio Ventura, por um dia em 19 de fevereiro de 1919, aclamado pelos republicanos após derrota da “monarquia do norte”.

Por outro lado, registaram-se dois abandonos do lugar. O primeiro foi Abílio Barreiros, na fase do fracionamento do Partido Republicano em 1914 com as querelas que caracterizaram a instabilidade ao longo do segundo governo de Afonso Costa e dos de Bernardino Machado, que levariam Manuel de Arriga a nomear Pimenta de Castro 1º ministro. O governador civil seguinte, José Afonso Baeta das Neves, acabaria também por abandonar o cargo, com o “movimento das espadas” e a queda daquele presidente do Conselho de Ministros.

Este mesmo Baeta das Neves, evolucionista, governador ao tempo da ditadura de Pimenta de Castro, entre 1913 e 1914, seria o único entre os 27 governadores que explicitamente não era correligionário do chefe do governo, sabendo-se, no entanto, dos entendimentos entre o partido de António José de Almeida e o governo em funções.

Quanto a todos os outros, os tempos de permanência nos lugares aproximaram-se dos tempos dos governos que os nomearam, assim como coincidiam as suas conotações partidárias. Alguns, passaram dois governos, apesar dos períodos muito curtos, porque se manteve o mesmo espectro partidário. Excetuaram-se João Salema de Carvalho Pereira que, entre Junho de 1915 e Dezembro de 1917, passou por quatro governos em plena vigência da União Sagrada; Correia Mateus também durante sete meses e quatro governos em 1920; e Augusto Crespo, este durante quatro meses e três governos, em 1921, quando o período pós-sidonista levou a novas clivagens internas do PRP.

As formas de nomeação, a instabilidade na permanência e o facto da grande maioria serem “comissários” oriundos de outras regiões e não do distrito, tudo isto contribuía para a vulgaridade do cargo, tanto mais que nestas condições era escassa a obra feita. Apesar de serem representantes do governo central, o que as populações desde sempre esperaram foi que eles as ouvissem, arbitrassem os diferentes interesses e levassem o governo a investir na terra.

Consultado o expediente do Governo Civil de Leiria, pese embora nada se ter encontrado da correspondência cifrada e a corrente tratar de meros atos administrativos, a confidencial que sobreviveu às vicissitudes do tempo sobreleva questões como: atualizações de cifras com o Ministério do Interior face às frequentes fugas de informação; diretivas aos administradores dos concelhos face aos desacatos de ordem pública por mera delinquência, por confrontos partidários, ou ainda por sonegação de bens alimentares por parte de agricultores por motivos de confisco para racionamento; manifestos de produção agrícola e de escassez de bens, tendo em vista medidas de distribuição e de racionamento entre 1916 e 1918; diretivas aos administradores sobre a identificação de desertores, no mesmo período; e medidas de polícia<sup>90</sup>.

Na verdade, a intermediação do governador entre os governos centrais e as organizações sociais ou partidárias não são visíveis para além disto, não sendo despidendo reafirmar as grandes lacunas existentes neste fundo arquivístico, entre as quais a totalidade da correspondência cifrada, apesar de alguns códigos de decifração terem sido preservados<sup>91</sup>.

O papel de intermediário entre o governo e as populações diluía-se no papel de comissário político, isto é, no jogo entre o apaziguamento dos adversários e dos que manifestavam objetivas necessidades, por um lado, e na centralização de informações e também de poderes, por outro, tudo isto num território onde se apregoava a liberalização política, mas onde os meios de comunicação eram extraordinariamente precários entre o governo central e a província.

Assim, como já foi dito, para além da visibilidade pública no controlo crucial dos atos eleitorais, também era visível a sua atuação no controlo das actividades económicas e dos preços dos bens de consumo primários, ou dos costumes, da ordem e

---

<sup>90</sup> ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx. 5 (1905-1919). Estas medidas autoritárias foram visíveis ao tempo das ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, mas também com o governo da “União Sagrada” durante a Grande Guerra.

<sup>91</sup> Idem, *ibidem*.

da polícia, da regulação da migração para o exterior ou dos poucos que chegavam. Todavia, com as suas funções apoucadas pelos adversários, apenas tiveram as competências claramente reforçadas com Pimenta de Castro e Sidónio Pais, onde tinham também poderes de censura, aliás como em toda a altura da Guerra e em particular em 1916 com a criação das freguesias civis<sup>92</sup>.

Aliás, com a Grande Guerra passou também a ganhar proeminência o papel da Comissão Distrital das Subsistências que, em 1916, já exercia um apertado controlo sobre a produção agrícola, a falta de géneros, os preços dos bens essenciais, a proibição de vendas fora dos locais para isso licenciados, ou mesmo o abate de animais para o consumo<sup>93</sup>.

Com hipóteses de manutenção muito precárias, no entanto o cargo era ambicionado como etapa de *cursus honorum*. A maior parte dos nomeados não era neófita nas coisas da política, apresentando mesmo percursos políticos de grande atividade. Na verdade, quase todos eles vinham de uma classe média ligada às profissões liberais, reconhecidos publicamente pelos cargos que exerciam, muitas vezes circulavam entre funções semelhantes em diversos distritos, ou outras de maior relevo, pelo menos em relação às que detinham antes.

Perante os estudos conhecidos sobre governadores civis de outros distritos, os perfis dos que passaram por Leiria não diferem, nos aspetos gerais, da generalidade do País<sup>94</sup>. De qualquer modo, interessa esclarecer que a dificuldade em confirmar dados de alguns governadores para uma abordagem prosopográfica, apenas permite obter uma amostra de indicadores que, ainda assim, não terá um desvio em relação à generalidade que deturpe uma leitura próxima da realidade<sup>95</sup>.

---

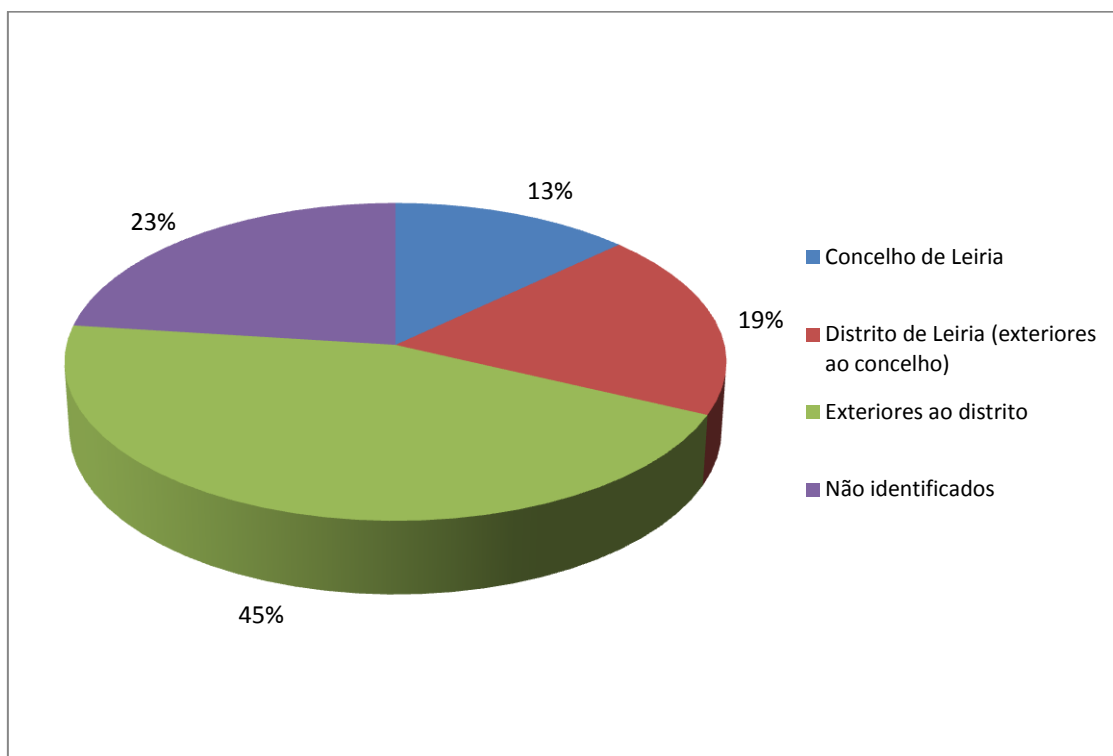
<sup>92</sup> TENGARRINHA, José, *História do Governo Civil de Lisboa*, vol I, Lx, Gov.Civ., 2002, pgs 217 e seguintes. Quanto à criação das freguesias civis vd. *Lei nº 621/16*, de 23 de Junho de 1916

<sup>93</sup> A correspondência confidencial do Governo Civil, nesta altura sobre o assunto, é abundante. Chega mesmo a haver uma directiva de proibição de abate de reses novas para não arruinar as indústrias de laticínios. Vd. ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx. 5 (1905-1919).

<sup>94</sup> São escassos os estudos biográficos ou sobre a actividade dos governadores civis portugueses. Limitámo-nos aqui a comparar com TENGARRINHA, José, *op. cit.*, e SOUSA, Fernando de e GONÇALVES, Silva, *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*, Vila Real, Gov. Civ., 2002.

<sup>95</sup> Na pesquisa de dados sobre os governadores civis de Leiria, para a I República, deparámo-nos com a inexistência de qualquer processo ou de registos de tomadas de posse no fundo arquivístico do Governo Civil incorporado no Arquivo Distrital. Para além da consulta feita na imprensa local, consultámos ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR (AHM)/*Listas Gerais de Antiguidades dos Oficiais/Almanaque do Exército*, 1930-1950; Idem/DIV/3/7, *procs.2432,1352,2832,1633,3717,3746,2254 e 3690* e, igualmente PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*, Porto, Manuel Barreira, 1952; e LAPA, Albino, *Governadores Civis de Portugal*, Lx, ed.autor, 1962. Nem sempre coincidem entre aqueles autores as datas de tomada de posse, ou até a sequência de nomes. Nestes casos,

gráfico 9: Naturalidades dos Governadores Civis de Leiria, 1910-1926<sup>96</sup>



Um dado relevante é o facto de a grande maioria dos governadores civis ser oriunda do exterior do distrito. Nos primeiros anos o PRP ainda colocou destacadas figuras locais no cargo, mas as dissensões e consequentes pressões, mais sentidas devido à proximidade de vizinhança, levaram ao recrutamento de elementos alheios às querelas locais na perspectiva de um maior distanciamento e melhor gestão das dificuldades.

Na “República Velha” apenas a União Republicana ensaiou um governador civil, José Baptista Frazão que, não sendo natural do concelho, era natural do distrito, de Peniche. Mesmo este modelo de colocar elementos naturais do distrito, mas não de Leiria, só voltaria após a “República Nova”, em 1919.

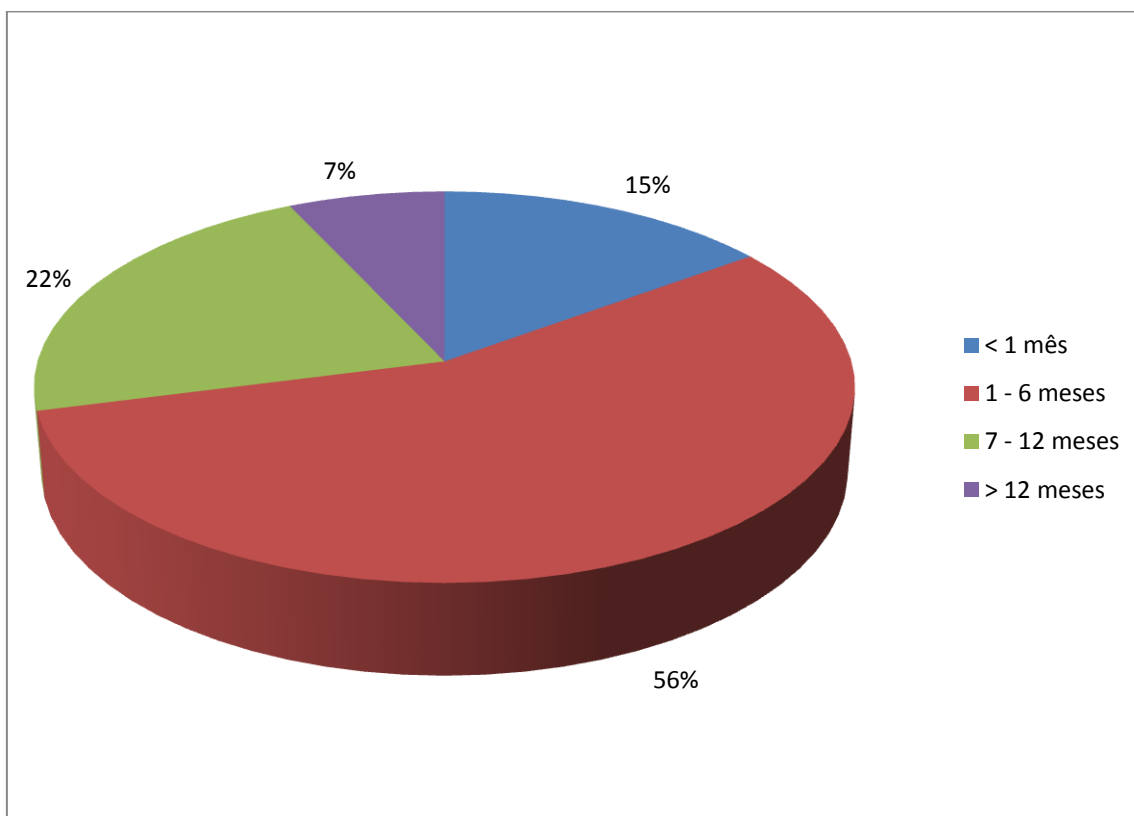
---

os relatos da imprensa local arbitraram as disparidades. Para dados biográficos foram ainda recolhidos dados no Arquivo da Universidade de Coimbra, para portadores de habilitação superior, e o Arquivo Histórico Militar, para os militares.

<sup>96</sup> LAPA, Albino, *op.cit.*. Vd. também Quadro A/3, vol.II do presente trabalho (Anexos).



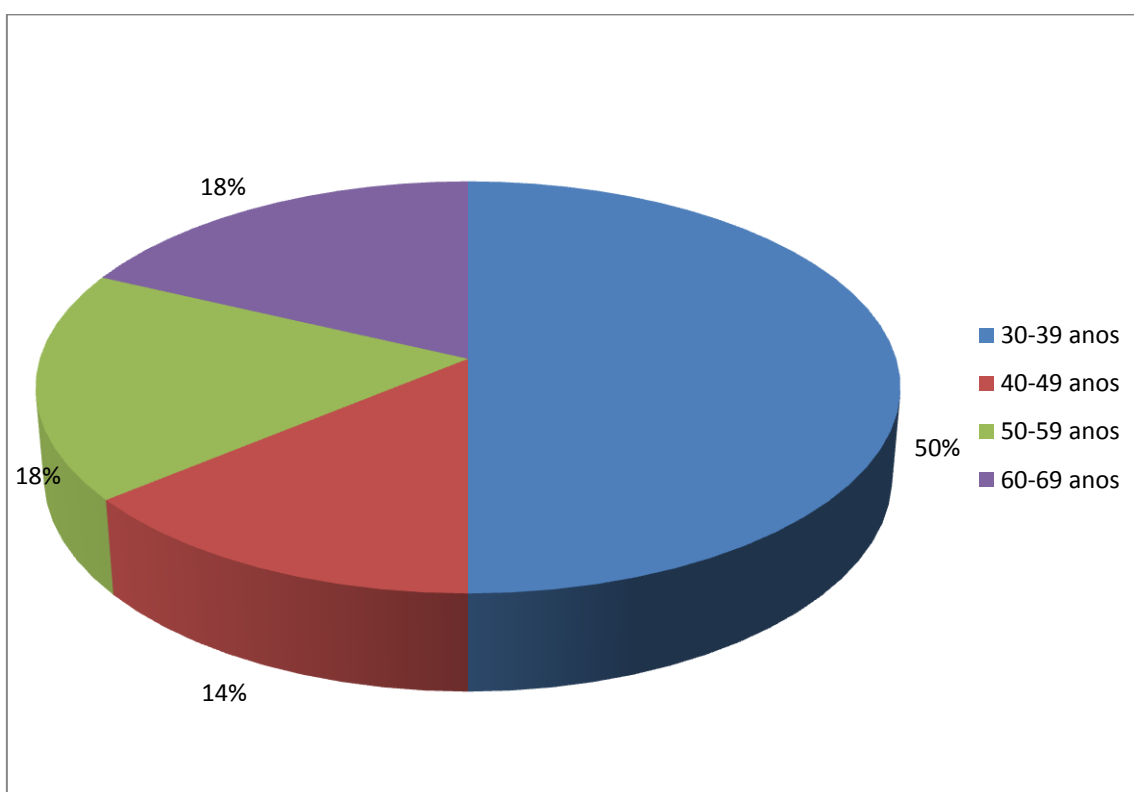
gráfico 10: Duração dos mandatos dos Governadores Cíveis de Leiria, 1910-1926<sup>97</sup>



Todavia, não era o pretendido distanciamento de origem que levava a uma maior estabilidade desta magistratura política. Na verdade, a grande maioria (70%) não se conseguia fixar mais de seis meses. Acima de um ano, só o conseguiram os históricos do PRP, João Salema de Sousa Abreu Carvalho Pereira que antecedeu o período sidonista, e Adolfo Figueiredo. A instabilidade dependia da rotatividade governativa e das campanhas de descrédito que eram sistematicamente lançadas, localmente, a partir dos grupos adversários.

<sup>97</sup> LAPA, Albino, *op.cit.*. Vd. também Quadro A/2, vol. II do presente trabalho (Anexos).

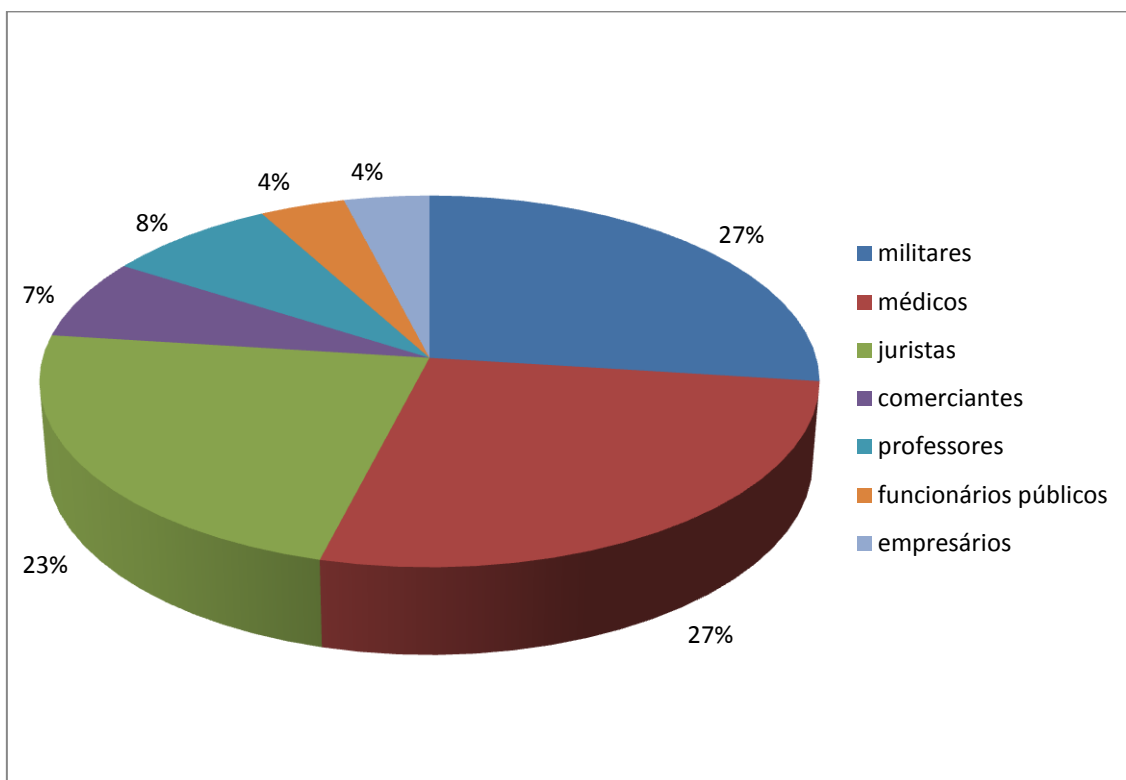
gráfico 11: Perfil etário dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926<sup>98</sup>



A instabilidade no cargo não coincidia com o que deveria ser uma maturidade ativa dada pelas faixas etárias predominantes. Metade tinha menos de 40 anos de idade e 64% menos de 50 anos. De qualquer modo, a maior juventude ou a maior maturidade não tinham qualquer relação direta com a gestão de conflitos e o tempo de permanência no lugar.

<sup>98</sup> LAPA, Albino, *op.cit.*. Vd. também Quadro A/3 cit. (Anexos).

gráfico 12: Profissões dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926<sup>99</sup>



A formação superior da grande maioria dos nomeados passaria pela respeitabilidade que os governantes republicanos queriam para contrariar a vulgarização do cargo o que, com a experiência profissional que detinham, poderia levar a uma maior robustez nos confrontos locais, coisa sempre esperada e tantas vezes frustrada. Para além disto, estaria também a necessidade de colocar em lugares de algum relevo notáveis que não caberiam noutros grupos de notoriedade política, isto é, candidatos excedentários nos corredores do poder governativo, na Assembleia, nas Câmaras, ou noutras funções públicas de alta cotação.

Gente relativamente nova, ilustrada, com relações sociais intensas derivadas das profissões liberais ou da atividade comercial que exercia, era esta a caracterização dos republicanos que lideravam o novo regime, num País onde a grande massa populacional era analfabeta e temente dos poderes, fossem eles o religioso, ou o dos influentes locais.

---

<sup>99</sup> Idem, *ibidem*.

## A CÂMARA MUNICIPAL

### A República e os municípios

Após o 5 de outubro de 1910, os republicanos tiveram que decidir rapidamente o que fazer nas Câmaras do País. Em 1908 tinha havido eleições municipais, mas a demissão dos Executivos monárquicos tornava-se urgente para tornar possível a aplicação local de uma política nova e de rutura com a política anterior.

Assim, até ao momento de novas eleições, o que viria a acontecer apenas em 1913, o Partido Republicano decidiu manter as Câmaras de maioria republicana e nomear Comissões Administrativas de “vontade popular” para substituírem os outros Executivos que deveriam pedir, de imediato, a demissão. A 13 de outubro de 1911 saíria, então, o decreto que revogava o Código Administrativo de 1896, da inspiração de João Franco, e repunha “transitoriamente” o de 1878. Os governadores civis acabados de instalar passavam a ter legitimidade para demitir e nomear as Câmaras onde se revelassem dificuldades na transição de regimes.

No dizer de César Oliveira, não se verificaria ainda assim um corte absoluto com o modelo de gestão anterior. Tornava-se necessário evitar problemas insolúveis às novas vereações que aproveitaram, na maioria das vezes, o pessoal administrativo já existente ou mesmo a proximidade com anteriores dignitários municipais. Isto acontecia por interesse de ambas as partes, por sobrevivência política ou profissional de uns e por aprendizagem de outros, o que levou ao confronto de “históricos” e “não históricos” e às acusações de “adesivagem” que se tornaria num dos argumentos daqueles que se afastavam, como foi o caso dos evolucionistas e dos unionistas<sup>100</sup>.

Só em 1913, a Lei nº 88 viria a definir os corpos administrativos republicanos criando Câmaras de 1ª, 2ª e 3ª ordens com um número diferente de vereadores conforme a classificação o que, afinal, já acontecia antes. Criavam-se nas Câmaras uma Junta de acompanhamento e de fiscalização e uma Comissão Executiva que detinha a operacionalidade das políticas camarárias. Preparada a base legal para as eleições locais,

---

<sup>100</sup> OLIVEIRA, César, *op.cit.*, p. 272.

era ainda prescrito que o corpo eleitoral municipal era o mesmo que fora recenseado para as eleições legislativas, ou “políticas” como também eram chamadas.

No mesmo ano, o decreto nº 158, de 13 de outubro, estipulava o princípio de representação das minorias com a apresentação de listas incompletas, garantindo uma aparência de democraticidade, apesar do ascendente esmagador do PRP nos primeiros anos. No caso de Leiria, atendendo ao conhecimento mais próximo dos candidatos locais com os eleitores e a outros contatos influentes, este partido conseguia impedir uma viragem nos resultados entre as eleições legislativas e as municipais, ao contrário do que acontecia em muitas outras localidades.

Pese embora a aparência legislativa, a questão da representação das minorias nunca foi pacífica, mesmo entre os partidos que tinham cindido com o Republicano. Aliás, é conhecido o abandono do Parlamento dos deputados da União Republicana em desacordo com os evolucionistas, a propósito disto mesmo.

A República prometera maior autonomia aos municípios, mas chegou a ser apontada a possibilidade dos municípios serem integrados em Regiões, também elas geridas por um governo setorial. Na verdade isto não veio a acontecer, verificando-se, pelo contrário, uma tutela bem evidente do poder central através dos governadores civis.

Mantendo-se a base da divisão distrital onde se integravam os concelhos, os partidos estruturam-se segundo esta lógica, em redes propícias ao caciquismo por promessa de empregos, tanto mais quanto os eleitores se iam desligando do ato de votar, o que levava a que os candidatos deixassem de ser predominantemente funcionários ou pequenos comerciantes e passassem a ser oriundos de elites com grande poder económico e influência, acabando por garantir, com esta particularidade, uma continuidade entre regimes<sup>101</sup>.

---

<sup>101</sup> No caso de Leiria, com o progressivo desgaste dos candidatos tradicionais republicanos, sobretudo após o período sidonista, não só as listas conservadoras, como os próprios democráticos começaram a recrutar fora da cidade, sobretudo proprietários de relevante capacidade económica.

## Em Leiria

No caso da Câmara de Leiria, tratava-se de um corpo administrativo de 1ª ordem, podendo assim eleger nove vereadores para a Comissão Executiva. Viria a incluir 23 freguesias, entre as quais as do atual concelho da Marinha Grande.

O ano de 1910 foi ingrato para os monárquicos, não só pelo derrube do regime mas porque, localmente e apesar das críticas na imprensa, a Câmara fazia obra pela mão do eminente sacerdote, advogado e professor João António Correia Mateus que havia ganho as eleições de 1908 por larguíssima margem<sup>102</sup>. Este, não só assegurava uma respeitabilidade notável que se viria a confirmar nos anos seguintes, como, entre as diversas obras em curso, se preparava para inaugurar os novos Paços do Concelho que integravam o Tribunal e a Fazenda Pública e cujo traço arquitetónico tinha sido entregue ao republicano Ernesto Korrodi<sup>103</sup>.

Contudo, a 7 de outubro de 1910, Correia Mateus renunciava com toda a sua vereação e os homens da Comissão Administrativa Municipal Republicana apresentaram-se para uma reunião imediata onde escolheriam o venerável da Loja Maçónica Gomes Freire, Inácio Veríssimo de Azevedo, para presidir àquela Comissão Administrativa<sup>104</sup>. Este primeiro encontro de trabalho viria a decorrer já no novo edifício que ainda ia a tempo de ganhar as marcas da República liberal na iconografia decorativa do teto do salão nobre e nas palavras de ordem gravadas nos umbrais das portadas que lhe dão acesso<sup>105</sup>.

Com a Lei nº 88 de 1913, as Câmaras de 1ª ordem teriam que reunir ordinária e obrigatoriamente quatro vezes por ano. O certo é que, três anos antes, a Câmara leiriense começou por reunir semanalmente numa azáfama de preocupações em dois sentidos: servir a República, isto é, o novo governo, e cativar uma população de grande

---

<sup>102</sup> SOUSA, Acácio Fernando de, “A Câmara de Leiria: da Monarquia à República” *cit.*

<sup>103</sup> Ernesto Korrodi era suíço e professor na Escola Industrial de Leiria. Republicano, ainda no final de 1910 pediu a naturalização portuguesa. Sendo originário do centro da Europa, onde o descanso semanal já estava aceite há muito, foi um dos principais divulgadores desta medida que só veio a ser instituída em Leiria em 1911, apesar do Decreto de João Franco que o promulgava já em agosto de 1907. Vd. *idem*, *ibidem* e também CMLRA/AH/B/BA/01, *Actas das sessões (1910-1913)*, ata de 22 de fevereiro de 1911.

<sup>104</sup> CMLRA/AH/B/BA/01, *Actas cit.*, ata da sessão de 7 de outubro de 1910.

<sup>105</sup> Excetuando o baixo-relevo mais tardio, de Luís Fernandes, os estuques do teto do salão nobre da Câmara refletem motivos vegetalistas muito próximos do imaginário liberal e maçónico. Por cima de cada uma das três portas surgem inscritas as palavras: *Liberdade*; *Igualdade*; *Fraternidade*. Durante todo o regime do Estado Novo, estas palavras estiveram cobertas por reposteiros.

peso rural e conservador. Assim, o Executivo camarário desdobrava-se em contactos, ora diretos com os ministérios, ora com o governador civil. Nos dois primeiros anos de exercício do mandato, a correspondência para estas entidades insistia na disponibilidade de colaboração para sindicâncias à anterior gestão municipal, na apresentação de contas de gerência, na necessidade de controlo de preços, nos índices de consumo de carne, no controlo das diversas atividades económicas assim como de feiras e mercados, no apoio a crianças desvalidas, ou na necessidade de empréstimos e do bom acolhimento do governo central no que tocava à construção e apetrechamento de escolas, melhoramentos diversos, ou no reforço do corpo de polícia para assegurar a ordem pública<sup>106</sup>.

Para além de questões simbólicas, como era a reformulação da toponímia das ruas da cidade, as sessões camarárias empenhavam-se em infraestruturas de modernização, com o traçado de novos arruamentos ou o arranjo dos antigos, com a negociação para deliberação definitiva do descanso semanal, com o insistente pedido para o perigo de rutura de *stocks* de cereais ou outros produtos agrícolas, no apelo à identificação de boa-fé de credores da edilidade, na organização de cortejos de oferendas para as famílias das vítimas republicanas que se sacrificaram pela Revolução e a novos campos de batalha que durariam anos e passavam pela eletrificação da cidade e dos serviços e pela cedência à Câmara de edifícios arrolados pelo Estado à Igreja, para instalação de escolas, de um asilo, de uma biblioteca, de um arquivo e de um museu<sup>107</sup>.

Esta mediação entre os interesses da população e os decisores governamentais está atestada não só pela recorrente discussão nas sessões de Câmara, como pelo aumento do volume de expediente em relação ao do anterior mandato monárquico uma vez que, entre janeiro e outubro de 1910, se tinam verificado menos de 200 registos de correspondência expedida. Se o volume desta correspondência expedida puder ser tomado como um indicador nesta mediação, então este número passou para 406 em 1911, subindo vertiginosamente para 604 em 1912, voltando a estabilizar na casa dos trezentos até 1919. O período pós-sidonista, com o reacerto de políticas, voltou a elevar

---

<sup>106</sup> ADLRA/GCLRA/D/034, *correspondência com das Câmaras Municipais do distrito, (1911-1912)*.

<sup>107</sup> Todas estas questões são levantadas na correspondência da Câmara para o Governo Civil em Idem/*ibidem.*, tal como em CMLRA/AH/B/BA/01, *Actas das sessões 1910-1912*. Também para a identificação de credores e a tentativa de recepção de edifícios arrolados à Igreja pelo Estado, vd. *inter alia*, CMLRA/AH/C/E/10, *Registo de correspondência expedida/Livº 1910-1913, ofícios nºs 1555, de 17 Out. 1910 e nº 1563, de 2 de Nov. 1910*, ambos dirigidos ao escrivão da Fazenda Pública.

a correspondência expedida para 607 registos, passando para cerca de quinhentos e poucos a partir de 1920<sup>108</sup>.

Na verdade, num concelho rural e pobre onde os índices de emigração legal para o Brasil tinha andado à volta dos 5% da população na década anterior, no arranque do regime verificou-se um aumento de cuidados no que tocava à gestão municipal, não só pelas novas prioridades inerentes aos princípios ideológicos, como o ensino, mas também para marcar a diferença em relação ao estado de coisas anterior. Era importante, também, aproveitar a necessidade do novo regime, através de investimentos da Administração Central, para cativar os interesses locais<sup>109</sup>.

Não se tendo verificado o colapso da gestão interna, graças ao aproveitamento dos funcionários já antes em serviço, também a proximidade do anterior presidente Correia Mateus permitiria uma continuidade nesta gestão, que ainda mais se confrontava com a transferência física dos próprios serviços<sup>110</sup>. Aliás, em tom diferente da frieza dos cortes legislativos com interesses do passado, vindos do governo e da Assembleia em Lisboa, em Leiria era visível o cuidado em atacar ideologicamente, mas evitando o acinte pessoal, havendo mesmo críticas a um ou outro desmando mais precipitado.

A panóplia de pedidos ao poder central abrandou após a primeira Câmara eleita. No entanto, algumas insistências são notórias conforme os períodos. Entre 1913 e 1916 a Câmara mediava entre o governo e a população a agitação à volta da publicação da Lei da Separação entre a Igreja e o Estado e eram constantes os pedidos para instalação de um comissariado de polícia e de um posto da Guarda Nacional Republicana<sup>111</sup>.

Entre 1917 e 1918 sucediam-se os apelos ao Ministério das Subsistências e ao Governo Civil por causa da escassez de víveres, mas a Câmara modernizava-se e aprovava as primeiras ligações telefónicas particulares, e no próprio edifício camarário

---

<sup>108</sup> CMLRA/AH/C/E/10, *Registo de correspondência expedida/Livros 1910-1913; 1914-1917; 1917-1922; 1922-1925*.

<sup>109</sup> Para os valores da emigração para o Brasil vd. SOUSA, Acácio Fernando, “De Leiria ao Brasil: pobreza e sonhos de riqueza” *cit.*

<sup>110</sup> Correia Mateus rapidamente viria a aderir ao PRP, continuando a ser ao longo da República a grande eminência da política local. Pelo contrário, os vereadores monárquicos afastar-se-iam e alguns só ressurgiriam após a ditadura de Pimenta de Castro, ganhando visibilidade com a reorganização dos Católicos e dos monárquicos, sobretudo nos períodos sidonista e posterior, aproveitando bem a restauração da diocese de Leiria e fenómeno religioso de Fátima, como já dissemos.

<sup>111</sup> É abundante a correspondência neste sentido entre a Câmara e o Governo Civil, sobretudo na preparação e resultados do lançamento de inquéritos à população a este propósito. Vd. ADLRA/GCLRA/D/034, *correspondência com das Câmaras Municipais do distrito, (1913-1916)*.



surgia a primeira proposta de saneamento com a construção de esgotos na cidade, começando também a surgir propostas de fornecimento público de água canalizada, o que viria a ser deliberado na Câmara, experimentalmente, em julho de 1921. A partir de 1920, requeria-se veementemente ao governo, através do governador civil, autorização para a instalação de um Asilo Distrital num dos edifícios do Estado devolutos, assim como a reinstalação da Escola Industrial e da Infantaria 7, como ainda a vinda de um novo quartel de artilharia<sup>112</sup>.

Quanto às vereações, no que tocava à primeira, a rotação dos nomeados foi bem visível entre outubro de 1910 e janeiro de 1914, quando tomou posse a primeira Câmara eleita, com 25 individualidades a exercerem nove mandatos. Dos nove elementos iniciais, uns viriam a ser chamados para outras funções ao longo do primeiro ano de mandato, e outros afastaram-se, graças às dissensões que se adivinhavam. O próprio presidente da Comissão Administrativa, Inácio Veríssimo de Azevedo, viria a ser nomeado governador civil e substituído na Câmara por Adriano José Rodrigues.

De qualquer modo, a grande profusão e sucessão de nomes seria uma característica em todas as vereações constituídas na I República. Em 16 anos, entre Câmaras eleitas e Comissões Administrativas, tomaram posse oito presidentes o que, sendo um número muito reduzido quando comparado com o dos governadores civis, não deixa de indicar períodos de instabilidade num órgão de poder local que, em princípio, teria alguma autonomia em relação ao poder central.

Excetuando o ressurgimento prolongado de João Correia Mateus que, com Adriano José Rodrigues, permitiram que a média geral de permanência passasse os dois anos, todos os outros foram efémeros. Foram constituídas quatro Comissões Administrativas: em 1910-1913 antes das primeiras eleições; em 1914-1915 ao tempo do governo de Pimenta de Castro; em 1917-1918 com Sidónio Pais; em 1919 entre o fim do sidonismo e as novas eleições. Quanto a atos eleitorais, foram quatro, em 1913, em 1915, em 1919, em 1922 e em 1925. Foi isto que levou a toda essa movimentação de nomes com sete indivíduos nomeados presidentes e outros 87 que passaram pela totalidade das vereações.

---

<sup>112</sup> Para estas questões Vd. ADLRA/GCLRA/D/034, *correspondência com das Câmaras Municipais do distrito, (1920-1922)* e CMLRA/AH/B/BA/01, *Actas das sessões (1918-1920)*.

## Os protagonistas e a prosopografia

### - Os presidentes

Diz Philippe Garraud que são quatro categorias profissionais as mais solicitadas para recrutamento dos presidentes das Câmaras Municipais: profissões liberais; quadros médios e superiores; e proprietários. As menos solicitadas serão os artesãos, os pequenos comerciantes, os empregados e os operários. Diz ainda que o processo de recrutamento aponta, sobretudo, para os estratos sociais privilegiados, nem sempre pela fortuna, mas também pelos estatutos de família, ou sócioprofissional<sup>113</sup>.

No caso de regimes de ideologia marcadamente popular, de incidência liberal ou democrata, haverá ainda uma evolução entre os primeiros anos e a sua fase mais amadurecida. Inicialmente, o recrutamento poderá ser feito dentro de figuras mais ligadas aos ofícios ou outras atividades de relação muito próxima com o cidadão anónimo mas, geralmente, enquadradas por alguma elites intelectuais locais que lhes emprestam a moldura ideológica.

Ao longo da I República isto era bem visível em Leiria com a tipologia dos candidatos dos primeiros anos, enquanto na segunda metade do regime reapareciam nomes oriundos de famílias tradicionais, ou outros detentores de razoáveis capacidades económicas.

Naturalmente, quando há continuidade nos cargos o pequeno estatuto económico vai sendo reforçado pelo prestígio, notoriedade e poder decisório, o que acaba igualmente por ser interessante para os que optam por estes cargos quando sabem que vão auferir uma remuneração menor da que teriam antes, ou quando nem sequer a auferem. A profissionalização progressiva é uma tendência que se verifica naqueles para quem o desempenho no cargo lhes traz essa notoriedade e prestígio públicos, o que também se passou com uma ou outra figura em Leiria.

As escolas de aprendizagem e de recrutamento eram o trabalho associativo, o desempenho de funções relevantes, ou o trabalho partidário. A disponibilidade e o reconhecimento público eram uma forma de avaliação das competências que passariam

---

<sup>113</sup> GARRAUD, Philippe, *op.cit.*, pp. 45-65.

pelas funções, pelas relações e pelos atributos, desde que tudo confluísse para um requisito principal: a boa reputação.

Nesta perspetiva, Garraud aponta dois tipos de eleitos. Os que são partidariamente obedientes e aqueles que, pelo estatuto detido, condicionam os partidos pela necessidade destes recorrerem àqueles. Criam-se assim três sub-tipos: os militantes empenhados que exercem funções públicas de relevo com quem é estabelecido um acordo equilibrado entre interesses mútuos; os “independentes” que exercem uma atividade de reconhecido impacto público, aos quais os partidos solicitam os préstimos em momentos de dificuldade; os detentores de recursos económicos que, geralmente, aparentam sobrançeria em relação à atividade política e a quem os partidos, em momentos críticos, oferecem cargos públicos de prestígio social, por bastar o nome sem demasiada carga de trabalho, para modelar a opinião pública e para mediar entre os interesses partidários e os dos eleitores<sup>114</sup>.

Em Leiria, dos oito presidentes, um era comerciante (ourives), dois funcionários superiores da Administração (um conservador do Registo Civil e outro funcionário da Junta Geral do Distrito e administrador do concelho), um funcionário administrativo, um engenheiro também professor, um advogado também professor, um sacerdote e ainda um militar. As habilitações académicas superiores apenas não eram visíveis no primeiro presidente da primeira Comissão Administrativa, Inácio Veríssimo de Azevedo. No entanto, este ainda viria a lecionar algum tempo no liceu.

Apenas dois presidentes não eram naturais de Leiria, apesar de um se ter aqui radicado há muito e o outro ser oriundo de famílias tradicionais locais. João Correia Mateus era natural do concelho de Condeixa e estabelecera-se em Leiria há vários anos; Afonso Veríssimo d’Azevedo Zúquete, natural do Porto, era filho de leirienses e viria a ser presidente da Câmara no período sidonista. Era ainda parente de Inácio e já se radicara por aqui em funções públicas.

O recrutamento era sobretudo local, excetuando aquele período de remodelação das estruturas do Estado com Sidónio Pais. Quer isto dizer que as bases desse recrutamento tinham em conta o empenho partidário, mas também a visibilidade pública dos candidatos a presidente. Tendo perdido importância, transitoriamente, o nome de família, contudo é visível a disseminação dos parentes das famílias Zúquete e Veríssimo

---

<sup>114</sup> Para estes parágrafos, vd. a análise feita em Idem, *ibidem*, pp. 71-78

d'Azevedo que já tinham ganho preponderância no regime monárquico, tal como os Charters e outros que voltavam na República.

Antes da nomeação para presidentes do Município, dois já o tinham sido no regime anterior e três já tinham sido vereadores. Dos oito, também dois já tinham estado ligados à imprensa local, outros dois à influente Associação Comercial, e quatro tinham funções públicas de grande visibilidade.

Por outro lado, a passagem pela presidência acabou por ser uma gratificante catapulta social ou profissional para a generalidade deles. Dois viriam a ser nomeados governadores civis, um seria eleito deputado, outro seria empossado em funções superiores da Administração e a outros três ser-lhes-ia reconhecida liderança social, assumindo um a provedoria da Misericórdia e outros dois a direção do Grémio Literário. Neste *cursus honorum*, o PRP, que lançara quatro presidentes, reconheceu quem lhe prestou bons serviços.

- *As vereações*<sup>115</sup>

#### *a) A Primeira Comissão Administrativa (1910-1913)*

No que tocava à globalidade das vereações, sendo possível listar os nomes, as lacunas quanto às identificações profissionais, ou até nalguns casos quanto aos compromissos partidários, não permitem uma quantificação sistematizada dos diversos indicadores biográficos.

No entanto, da primeira Comissão Administrativa (1910-1913), com o surgimento das primeiras dissensões, ou com a chamada de alguns para colmatar a urgência de outras funções, veio-se a criar uma rotação entre 25 personagens para os nove mandatos iniciais. Sendo inicialmente todos do PRP, verifica-se que destes, pelo menos, cinco viriam mais tarde a aderir ao Partido Evolucionista.

Após a passagem pelo Executivo, viriam uns a ter funções diretivas na Associação Comercial, no Grémio Literário, na Liga dos Amigos do Castelo e na

---

<sup>115</sup> Para os presidentes, vd. Quadros A/4 e A/5, vol. II do presente trabalho (Anexos).

Misericórdia, enquanto um outro veio a ser presidente da Junta de Freguesia de Leiria, e ainda outro administrador do concelho. Quanto às áreas profissionais, foram identificados sete comerciantes e três funcionários públicos.

Os tempos eram conturbados, tanto pela necessidade de assegurar a gestão municipal e o controlo dos eleitores que iriam ser chamados às primeiras eleições locais republicanas, como pelas divisões que se foram acentuando no partido, como ainda pelos afloramentos revoltosos dos monárquicos, como aconteceu em 1912 na freguesia da Azóia, liderados pelos proeminentes Francisco Sampaio de Albuquerque e o padre Sebastião da Costa Brites, que acabariam temporariamente presos, não voltando a surgir nas lides políticas dos anos seguintes<sup>116</sup>.

#### *b) Primeira Câmara eleita (1914-1915)*

Tendo sido o primeiro ato eleitoral para as Câmaras, em novembro de 1913, após uma longa gestação “democrática” nas Comissões Administrativas, o processo de recenseamento e de recrutamento tinha sido apurado, apesar do fracionamento do Partido Republicano, sobretudo com os evolucionistas de António José de Almeida e os unionistas de Brito Camacho.

Em Leiria, o Partido Evolucionista ganhou voz, transitando vários republicanos “históricos” para o novo partido, com uma freguesia, Maceira Lis, a ter neste aspeto claro ascendente, sobretudo com Joaquim Ribeiro de Carvalho e José de Sousa Birne.

O primeiro, natural daquela localidade, não só investiu fortemente na imprensa local com o *Radical*, vindo a “evoluir” partidariamente e a manter-se como deputado entre 1910 e 1926, exceto durante o governo de Sidónio. O segundo, engenheiro e quadro superior da Administração Pública, viria a ser um técnico influente no arranque da empresa de cimentos que ali se viria a estabelecer.

Todavia, o Partido Evolucionista que, em Leiria, chegou a anunciar como cabeça de lista à Câmara o prestigiado advogado e secretário do Governo Civil, Paulino da

---

<sup>116</sup> Para além da tradição oral que perdurou até aos dias de hoje, também CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*, vol I, 2ª ed. Leiria, CML, 1993, p. 72, refere o episódio de forma um pouco romanesca. No entanto, encontramos a identificação dos revoltosos em ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx. 49.

Costa Santos, anteriormente um destacado monárquico, acabaria por desistir de se apresentar a votos alegando as sabotagens no recenseamento por parte dos “democráticos”.

Retaliações, perseguições, dificuldades no recenseamento e mudanças de sedes das assembleias eleitorais em localidades pouco favoráveis aos democráticos, era com estas acusações de caciquismo que os evolucionistas justificavam a incapacidade previamente detetada de conseguirem um bom resultado eleitoral: (...) *Se o Partido Evolucionista fosse às urnas e ganhasse as maiorias, o Partido Democrático havia de gritar que tinha querido espalhar por todo o concelho grandes melhoramentos (...) mas não o tinham deixado. Se ganhasse apenas as minorias, ainda o Partido Democrático não fazendo coisa alguma, viria a atirar as culpas para cima dessa minoria evolucionista*<sup>117</sup>.

Assim, o Partido Republicano arrecadou uma maioria absoluta, não se coibindo de chamar para liderar esta nova Câmara o antigo presidente monárquico João António Correia Mateus, que viria a fazer uma longa caminhada republicana até 1925.

Desta vez, durante um ano de vigência deste Executivo, passaram onze militantes republicanos, sabendo-se que cinco eram comerciantes, um industrial, um sacerdote e um professor que também era advogado. Mudou um pouco a base de recrutamento no que tocava às atividades profissionais, confirmando-se a Associação Comercial como uma incubadora de políticos, parecendo que seria de grande interesse dos comerciantes estarem próximos das boas graças do poder instituído.

No entanto, alguns deste nomes passariam para o Partido Evolucionista, como o Padre Alfredo Pereira Lavos que, integrando como vogal a Comissão Administrativa nomeada pelo governo ditatorial de Pimenta de Castro, apareceria mais tarde nas listas monárquicas.

Se a visibilidade dos eleitos passava pelas suas anteriores ligações à imprensa local, à Junta de Paróquia, ao comércio e ao sacerdócio, teriam na vereação uma valorização social, sendo vários chamados para novos mandatos, ou para a Misericórdia,

---

<sup>117</sup> O *Radical*, de 9 outubro de 1913, jornal do evolucionista Joaquim Ribeiro de Carvalho, anunciava a candidatura de Paulino da Costa Santos. Em 27 de Novembro seguinte, acusava os “democráticos” dos maiores atropelos legais no processo de recrutamento e da constituição das assembleias eleitorais, para os quais (...) *deixa em campo, perfeitamente à vontade, com maiorias e minorias, o Partido Democrático para saborearem um vitória imoral* (...).

para a administração do concelho, para funções públicas, ou para coletividades prestigiadas na cidade.

*c) Segunda Comissão Administrativa (1915)*

Com a chegada ao poder de Pimenta de Castro, em 1915, as Câmaras foram destituídas, sendo nomeadas novas Comissões Administrativas. Leiria passava, agora, a ter um general a presidir, Luis António Benevides, que se manteria, apenas, entre abril e maio daquele ano.

A 17 de abril, o senado municipal de Leiria recusava acatar ordens da ditadura, não lhe reconhecendo legitimidade governativa e Luis António Fonseca Benevides foi, de imediato, nomeado por telegrama presidente da Comissão Administrativa Municipal. Ao dar entrada no momento em que a Câmara era ocupada pela tropa, acabaria por dar voz de prisão ao resistente democrático, José Carlos Afonso, tal como relatou o *Leiria Ilustrada* de 1 de maio seguinte.

Em breve, era também anunciado o regresso dos monárquicos com a instalação, na cidade, do Centro Monárquico que tinha na direção José Pinho Soares de Albergaria, José Zúquete, Sousa Lopes e Manuel Jordão, todos grandes proprietários agrícolas, preferindo outros manterem, ainda, uma atitude discreta.

Nesta breve período ditatorial, os militares ganharam predominância, sendo nomeados quatro entre os nove edis. Os proprietários, com dois nomeados, ressurgiam agora dando voz ao conservadorismo fundiário, sendo igualmente nomeados um comerciante, o sacerdote Alfredo Pereira Lavos e pela primeira vez um industrial, Guilherme Pereira Roldão, aparecendo os dois últimos como evolucionistas.

*d) Retorno da primeira Câmara eleita (1915-1917)*

*Viva a República!* Era como, a 17 de maio de 1915, o semanário republicano *Leiria Ilustrada*, enchia toda a primeira página com a notícia da queda de Pimenta de Castro. O general Benevides fora *convidado a sair* das instalações camarárias e a

Câmara voltara a reunir, não reconhecendo quaisquer decisões anteriores dos *bolêtos*<sup>118</sup>. Um outro leiriense, Almeida Henriques, tomava assento no novo governo, com a pasta da Marinha.

Reposta a legalidade democrática, Correia Mateus e a sua vereação regressaram à Câmara não reconhecendo nenhum ato da Comissão anterior. Em breve estaríamos no tempo da União Sagrada, na gestão do período da guerra, da escassez de víveres e do envio de jovens para o *front* na Flandres. Avançava também a campanha para a restauração da diocese, com a reorganização dos católicos e monárquicos, coincidindo o último ano de mandato com o dos acontecimentos de Fátima que viriam a ter um impacto popular antes impensado.

#### *e) Terceira Comissão Administrativa (1918)*

Com o sidonismo, mais uma vez a Câmara foi demitida, surgindo em janeiro nova Comissão Administrativa liderada por Afonso Veríssimo d’Azevedo Zúquete, tendo passado por ali onze personalidades ao longo deste ano. Os mais destacados vultos republicanos locais foram presos e enviados para o Aljube e para S. Julião da Barra, em Lisboa, permitindo assim uma inflamada campanha que, apesar da censura, era perceptível nos jornais republicanos contra a ditadura e contra o reforço das pretensões monárquicas<sup>119</sup>.

Quatro independentes compunham os perfis da vereação com quatro unionistas que se viriam a declarar monárquicos, dois republicanos e um evolucionista, dos quais quatro eram professores, três comerciantes, um proprietário, um artesão, um padre e um funcionário superior.

Será interessante perceber que algumas destas figuras gradas do sidonismo seriam recuperadas de forma relevante após 1926, com o Estado Novo. Joaquim José de Carvalho, Joaquim José de Sousa, José de Sousa Birne, Afonso Veríssimo d’Azevedo

---

<sup>118</sup> O termo *bolêto* era o epíteto com que os democráticos mimoseavam os partidários do general Joaquim Pimenta de Castro. Na sequência do “movimento das espadas”, era assim que a imprensa republicana de Leiria injuriava, a toda a largura da 1ª página, os que eram depostos.

<sup>119</sup> *Jornal de Leiria*, republicano, em vários números ao longo do ano denunciava a prisão de notáveis democráticos locais, apesar dos frequentes cortes pela censura.



Zúquete, Narciso Casimiro Costa, José Saraiva e Júlio Cortez Pinto foram exemplos que voltaremos a encontrar anos à frente.

Era o tempo da censura, ostentando a imprensa os espaços em branco com textos truncados sem qualquer explicação, a não ser a intenção de criar ideias que fossem subentendidas pelos leitores. No final de outubro de 1918, esta Comissão Administrativa pediria em conjunto, a demissão *por causa da intriga* que lavrava<sup>120</sup>.

*f) Quarta Comissão Administrativa (1918-1919)*

Com a morte de Sidónio Pais, os sidonistas procuravam reorganizar-se, mas estavam gravemente debilitados. Com a demissão de Afonso Zúquete, em dezembro de 1918, foi nomeado presidente o padre Joaquim José Carvalho, vereador evolucionista na Câmara anterior e antigo presidente monárquico antes de 1908, para além de ser tio de Ribeiro de Carvalho. Ficaram, assim, até fevereiro de 1919, dois sacerdotes, este e o outro evolucionista Alfredo Pereira Lavos, mas ambos em transição para a organização monárquica local. Para além de um militar, mantinham-se também quatro professores, um funcionário superior e um proprietário.

*g) Quinta Comissão Administrativa (1919)*

No País e em Leiria o sidonismo terminou em definitivo em fevereiro de 1919, cerca de três meses depois do assassinato de Sidónio, com a derrota dos últimos resquícios como foi o movimento de Paiva Couceiro, ou a “monarquia do norte”. O governador civil, o militar Agostinho da Conceição Pereira, pedira a exoneração em 31 de janeiro e, por iniciativa dos republicanos locais, foram acertados os novos corpos administrativos e confrontada a Comissão camarária em funções, que renunciou.

João Correia Mateus voltava agora a assumir a presidência, indigitado pelo PRP que nomeava apenas um outro vereador democrático. Cinco independentes, um

---

<sup>120</sup> *O Mensageiro*, de 1 de novembro de 1918. Este semanário católico, cujo director era o monárquico padre Ferreira Lacerda, era claramente defensor do regime ditatorial sidonista.

evolucionista e um unionista fechavam esta lista de consenso até às eleições que se realizariam em maio seguinte.

Cauteloso, o PRP aparentemente não ficava em exclusivo, iniciando uma viragem no lançamento de novos elementos vindos de diferentes lastros económicos. Um professor, mas agora acompanhado de três comerciantes e três proprietários, davam sinais de mudança na política de recrutamento partidário, reconhecendo a necessidade de ir buscar gente que se movimentasse bem no mundo rural<sup>121</sup>.

#### *h) Terceira Câmara eleita (1919-1922)*

Para as eleições de 1919, já o PRP se reorganizara fazendo eleger cinco democráticos com dois independentes, entrando um conservador monárquico pelas minorias, o padre Manuel Marques Combina. O PRP coligara-se com o pequeno Partido Socialista, acabando por não fazer eleger este partido nenhum elemento para a Câmara, tendo-o conseguido apenas para a Junta de Freguesia da cidade.

João Correia Mateus continuou na presidência, trazendo ainda outro republicano da vereação anterior. Dois proprietários, dois comerciantes, dois professores, um regente agrícola e dois sacerdotes, sendo um deles republicano, traçavam o leque profissional da Câmara eleita que parecia continuar a apostar assim em quem detinha influência na generalidade dos eleitores, em particular no campo.

A fraca afluência às urnas e os cem votos de diferença em relação à lista conservadora que agregava monárquicos, católicos e sidonistas, foram aproveitados por estes para desvalorizar a derrota. (...) *Decorreram na maior das indiferenças, as eleições camarárias* (...), diziam, apelando, no entanto, à união de esforços à volta de Manuel Combina<sup>122</sup>.

A única causa, que os unia a todos, continuava a ser os apelos ao governo acerca da necessidade de arrotear e de regular com canais de rega nos campos do Lis entre a

---

<sup>121</sup> *Jornal de Leiria*, suplemento, de 16 de fevereiro de 1919 onde abaixo das grandes parangonas do (...) *viva a república e grande vitória democrática e socialista* (...), eram anunciados os novos corpos administrativos porque (...) *acabou, pois, o poderio oficial dos monárquicos no distrito de Leiria!* (...).

<sup>122</sup> *O Mensageiro*, de 31 de maio de 1919.

cidade e o mar, cujo assoreamento rápido levava à impossibilidade de ter no rio uma via de comunicação, para além de levar à destruição dos campos agrícolas<sup>123</sup>.

i) *Quarta Câmara eleita (1922-1925)*

Este perfil de profissões parecia manter-se na Câmara seguinte, dando continuidade ao mesmo presidente, numa aparente estabilidade que não coincidia com a agitação e os sucessivos governos em Lisboa. O certo é que em Leiria as principais correntes republicanas procuravam a possibilidade de se coligarem face ao crescimento das organizações católicas e conservadoras, isto é, monárquicas.

Aliás, também por todo o País estas eleições seriam muito conturbadas, com muita efervescência à volta da representatividade das minorias e das coligações de última hora. Este estado de coisas levaria mesmo a que, em muitos concelhos, as eleições fossem anuladas e fosse marcado um novo acto eleitoral para 9 de setembro e 1923<sup>124</sup>.

Apesar de todas as diatribes, em Leiria essa repetição não viria a acontecer. Os liberais acabaram por se unir aos católicos mais moderados, procurando dividir os conservadores. No entanto, a ala mais reativa ao regime constituiria a “lista do concelho”, como era denominada, e acusava agora os liberais, cujo líder era também agora o eterno deputado Joaquim Ribeiro de Carvalho, daquela aliança contranatura assente em promessas enganadoras.

Em novembro, após as eleições, os monárquicos da “lista do concelho” regozijavam-se por, face às circunstâncias denunciadas, terem tido mais cem votos que os liberais, ganhando no entanto os democráticos por mais 55 votos<sup>125</sup>.

O PRP manteve-se dominante com seis eleitos, entre os quais dois funcionários públicos, dois comerciantes, um proprietário e um professor. Da vereação anterior manteve-se Correia Mateus, pelos republicanos, e Manuel Marques Combina, pelos monárquicos conservadores.

---

<sup>123</sup> *O Mensageiro*, de 6 janeiro de 1922.

<sup>124</sup> OLIVEIRA, César, *op. cit.*, p. 277.

<sup>125</sup> *O Mensageiro*, de 6 de janeiro e também o mesmo jornal de 28 de outubro e de 18 de novembro, todos do ano de 1922.

Mais uma vez, apenas um momento uniu católicos, republicanos e monárquicos, quando a Câmara deliberou e adjudicou ao escultor Luís Fernandes o monumento em honra dos mortos na 1ª Grande Guerra<sup>126</sup>.

j) *Quinta Câmara eleita (1925-1926)*

A campanha de descrédito dos republicanos em alguma imprensa local tornava-se cada vez mais insistente, tendo em conta a grande instabilidade governativa em Lisboa e, localmente, a reorganização católica à volta da diocese recentemente restaurada, para além da emotividade muito bem ampliada à volta de Fátima.

Já nem a figura tutelar de Correia Mateus assegurava o respeito pelos democráticos. Nas eleições de novembro de 1925, acabou por ser acusado, tal como todos os republicanos, dos maiores *truques* à boa maneira do caciquismo tradicional e acabaria por não concorrer, o que deu mau resultado para o PRP local. Este descrédito republicano atingiu assim o concelho, vendo-se os democráticos desta vez obrigados a coligarem-se com os liberais numa lista única, para salvar o que restava<sup>127</sup>.

Os republicanos tiveram uma derrota estrondosa, elegendo um bancário e dois funcionários públicos, acabando estes por serem declarados inelegíveis. Quanto aos conservadores desta nova “lista do concelho”, foram eleitos seis proprietários.

Cessando esta Câmara funções em maio de 1926 com o movimento militar de Gomes da Costa e a instauração da ditadura, alguns destes vereadores viriam a ser proeminentes figuras políticas no Estado Novo que se seguiria.

### **As Câmaras: em resumo**

Quanto ao impacto público das diversas Câmaras, pela obra feita ou pela mediação dos interesses da população junto do governo central, mesmo através do governador civil do distrito, ficamos com a ideia que foram as Comissões Administrativas mais duradouras e que tiveram que lutar contra fortes resistências,

---

<sup>126</sup> *O Mensageiro*, de 16 de abril de 1924 e também CMLRA/AH/B/BA/01, *Actas das sessões 1923-1925*.

<sup>127</sup> *O Mensageiro*, de 28 de novembro de 1925.

aquelas que mais obra pretenderam fazer, o que se entende se virmos nisto a necessidade de cativar as populações e de esvaziar os argumentos dos adversários. Estamo-nos a referir à primeira, entre 1910 e 1913, e à sidonista.

Na primeira, ao mesmo tempo que eram atacados interesses conservadores com fortes alianças na população rural, introduziam-se medidas inovadoras e pedagógicas. Na segunda, surgiram as primeiras propostas de modernização urbana no que tocava a infraestruturas.

As outras Comissões Administrativas pouco tempo estiveram no poder, remetendo-se pouco mais que a assuntos correntes, ou de sobrevivência política. Quanto às Câmaras eleitas, onde pontificou o último presidente monárquico convertido depois ao republicanismo, geriam os processos eleitorais e as questões municipais que iam aparecendo, lançando Correia Mateus, já na década de vinte, um plano de urbanização inovador para uma cidade em crescimento.

Interessante é ver que a sequência da predominância partidária para as nove Câmaras republicanas de Leiria, teve uma grande aproximação com as sete legislaturas. De 1911 a 1915, registou-se a presença quase total do PRP no Parlamento, enquanto a Comissão Administrativa Municipal de 1910 e a Câmara eleita em 1913 apresentavam listas constituídas também pelos democráticos.

À 2ª Legislatura, ganha também pelo PRP, corresponderam governos igualmente democráticos, apenas interrompidos por Pimenta de Castro. Situação semelhante viria a passar-se em Leiria com a constituição de duas Comissões Administrativas, sendo a segunda de consenso.

A 3ª Legislatura sidonista teve em Leiria mais duas Comissões Administrativas, sendo a última de transição com ascendente democrático. Para a 4ª Legislatura, dominada novamente pelo PRP, também as eleições municipais de 1919 deram a vitória ao mesmo partido. Em 1922, em novas eleições locais, voltaram a ganhar, acontecendo o mesmo no ano seguinte para o Parlamento. Por fim e em tom diferente, este mesmo partido ainda ganhou as legislativas em 1925, mas perde nas eleições municipais, em Leiria, para os conservadores. Este último ano foi o único dissonante, perfilando-se por antecipação, novas personagens na cidade, para o que viria a seguir.

Quanto aos indicadores prosopográficos, alguns ganham relevo se forem vistos transversalmente ao longo de todo o período republicano: a evolução das atividades

profissionais de características urbanas, como professores, funcionários e comerciantes, para as de maior penetração rural, como os sacerdotes e os proprietários.

Também, nesta sequência, verificamos que os recrutados começaram por ser predominantemente urbanos, surgindo um ou outro das freguesias rurais. Após o sidonismo, a base de recrutamento mudou claramente, passando a ser recrutados homens de várias freguesias ganhando agora ascendente sobre os cidadãos. Evidenciavam-se, assim, as diferenças entre o período pujante do PRP na “República Velha” e as suas oscilações com a “República Nova” quando se verificava já a reorganização dos católicos e monárquicos. Mesmo nas eleições de 1922, que deram a vitória aos republicanos, via-se refletida não só a aliança entre as principais fações locais, como a chamada de candidatos de freguesias fora da cidade, com maior influência rural, do que os comerciantes cidadãos e funcionários, demonstrando assim o revigor conservador.

Fernando Farelo Lopes analisa o que seria a “degola” dos corpos administrativos, não só com a mudança de regime, mas também com a própria sucessão de governos e, neste caso, das Câmaras. Diz ele que após a Revolução foi evitada a “degola” completa para poder haver continuidade da gestão corrente e fundamental às instituições, acabando por ser o processo de “adesivagem” uma das razões do fracionamento republicano.

Só em casos de dificuldades de subordinação aos novos poderes, esses cortes com a orgânica anterior eram mais incisivos, levando geralmente a saneamentos e a sindicâncias. O mesmo se passou com as intromissões ditatoriais de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais que, não só cortaram totalmente com o anterior estado de coisas, como o retorno aos modelos anteriores, mas também levaram àquilo que se poderia chamar “degolas”<sup>128</sup>.

O certo é que, em Leiria, alguns nomes afetos ao sidonismo perduraram para além da “República Nova”. Uns voltaram a candidatar-se ou a patrocinar a vitória conservadora nas eleições de 1925 e vários seriam homens-fortes no Estado Novo a nível local, o que prefigura aqui uma coincidência premonitória, mas sobretudo a desagregação da República e a ascensão de novas elites políticas que fariam as elementares pontes de continuidade entre diferentes regimes.

---

<sup>128</sup> LOPES, Fernando Farelo, *Poder político e caciquismo cit.*, pp. 108-109.

## CAP. II - O REGIME AUTORITÁRIO E AS ELITES

### O PAÍS E O REGIME AUTORITÁRIO

A “lição de Salazar”, como síntese ideológica e popular que perpassou todo o período autoritário entre 1926 e 1974, não foi um modelo doutrinário uniforme durante aqueles 48 anos. Apesar da contínua linha repressora da liberdade de expressão característica de todo aquele período, foram notórias as variações na aplicação das políticas, mesmo quando se mantinham princípios como o apelo à ordem imposta pelo Estado ou o ruralismo conservador como modelo de virtude aliado à forte presença da Igreja Católica.

Apesar do cosmopolitismo de António Ferro e das suas simpatias e pioneirismo pelo movimento futurista, e sem deixar de assumir uma clara noção de cultura diferenciada para as elites sociais, os valores da tradição foram por ele teorizados, *grosso modo*, dentro da *política do espírito* fruto da aproximação à austeridade imponente do Estado mussoliniano que o inspirava. Para ele, era este um fator positivo e também diferenciador para o cidadão comum, visível tanto no orgulho nacional em relação ao estrangeiro, como no conservadorismo resignado em relação aos “perigos” da modernidade urbana e industrial.

Estaria aqui a ideia de homogeneidade do corpo nacional que integraria camponeses e cidadãos, patrões e empregados, contribuindo todos para o “bem da nação”. Era esta, de facto, a base organicista e corporativa do regime que se estendeu aos diversos setores económicos com os grémios e os sindicatos nacionais e, após 1936, ao enquadramento social com a Legião Portuguesa e a Defesa Civil do Território, para além da juvenil Mocidade Portuguesa.

Contudo, foram vários os momentos, as condições e a prática dos governos durante o regime autoritário.

O retorno das premissas da “República Velha”, após 1919, trouxe as sequelas da passagem de Sidónio Pais pelo governo e as que se abriram também com a participação de Portugal na Grande Guerra, assistindo-se não só a um ainda maior fracionamento das forças democráticas como à emergência do Partido Comunista e das forças anarco-

sindicalistas agregadas à CGT-Confederação Geral dos Trabalhadores. Por outro lado e em contraponto, reorganizavam-se os católicos e os monárquicos, o patronato na União dos Interesses Económicos, ao mesmo tempo que crescia o movimento do Integralismo Lusitano, de António Sardinha e Rolão Preto.

O primeiro alvo de todos eles era o Partido Democrático, o que levou, no dizer de Oliveira Marques, a que o 28 de maio fosse sobretudo uma resposta conservadora e uma reação antiurbana que aproveitou as clivagens dos não conservadores, arregimentando, ainda numa primeira fase, vários republicanos de índole democrática, mas descontentes<sup>129</sup>.

A queda da I República enquadrava-se, assim, na instabilidade que impedia o reconhecimento da legitimidade de quem governava com o apelo constante à intervenção do Exército, o que viria então a acontecer com sucesso em 28 de maio de 1926<sup>130</sup>. Este objetivo das forças conservadoras em derrubarem os democráticos levou à conjugação momentânea de gente com ideias políticas bem diferentes. Gomes da Costa não se identificava com Mendes Cabeçadas naquilo que fosse além da pressa em depor o governo de António Maria da Silva, assim como a fugaz aproximação do velho general aos integralistas de Rolão Preto não coincidia com o pensamento de outras elites militares, o que o levou a ter que renunciar e permitir a ascensão de Óscar Fragoso Carmona e de Sinel de Cordes.

Com sete governos entre 1926 e 1933, era assim contrariada a ideia de imediata estabilidade governativa face à ingovernabilidade republicana. Os primeiros anos da ditadura militar só estabilizaram com Carmona e com as garantias dadas por este e pelo presidente do Conselho de Ministros, Domingos Oliveira, ao Professor Oliveira Salazar para este retornar ao governo com ampla margem de manobra, tanto na política financeira como na estruturação do regime.

Mesmo assim, os quatro anos que se seguiram ao golpe não só serviram para bloquear a ação dos democráticos como para preparar os princípios ideológicos que passavam pela não submissão ao liberalismo, ao militarismo e ao populismo, fugindo às matrizes democráticas por um lado, mas também às mais totalitárias que corriam na

---

<sup>129</sup> MARQUES, A.H. de Oliveira, *Ensaio de História da I República*, Lx, Horizonte, 1988, p.26.

<sup>130</sup> PINTO, António da Costa, "Portugal Contemporâneo: uma introdução", in Idem (coord.), *Portugal Contemporâneo cit.*, p.28. O autor interpreta a débil legitimidade da I República como resultado das constantes interferências dos militares no pós-guerra.



Europa, assentando, antes, num autoritarismo personificado e constitucionalmente condescendente com a representação das corporações.

Todavia, passados aqueles anos, só a partir de 1930, e durante outros seis anos laboratoriais, se começou a forjar a ideia que redundaria no Estado Novo assente em: a criação da União Nacional ainda em 1930<sup>131</sup>; a eleição do Presidente da República e o plebiscito à nova Constituição em 1933; a eleição dos deputados para a Assembleia Nacional em finais de 1934; a abertura da Assembleia Nacional em 1935; e ainda no ano seguinte, o Código Administrativo que seria confirmado em 1940 com a consequente divisão administrativa do território nacional. Deste modo, os 10 anos iniciais do regime foram intensos e perturbados pelos confrontos entre interesses divergentes àqueles que tinham como ponto comum o antiliberalismo e os que ganharam ascendente no controlo dos pilares do regime que nascia. Por um lado, viriam a ser afastados os apaniguados de Rolão Preto, defensores da visão mussoliniana do Estado, e por outro, acentuava-se a decrepitude da ação republicana, mesmo com alguns atentados a Salazar pelo meio.

Também com o impacto da guerra civil em Espanha, este não deixou de ser o tempo das depurações, da clarificação da ideia de República orgânica e corporativa e com isto do empolamento do patriotismo como fator de coesão contra os perigos identificados pelos ideólogos do novo regime e que cercariam Portugal. O jornal católico de Leiria, *A Voz do Domingo*, estando muito mais preocupado com a resignação cristã do que com a informação do mundo civil, a propósito da guerra acabava por doutrinar com o exemplo construído em título: *A obra dos comunistas em Espanha*, seguindo os subtítulos: *Se o comunismo vencesse seria como Espanha hoje: fogueira imensa, cemitério de corpos e de almas, e ruínas; dar um viva à Rússia é dar um morra a Portugal*. Seguia-se um rol imenso de descrições bárbaras, sem no entanto referir a credibilidade das fontes. A proteção divina e a direção de Salazar, levavam o Povo a confiar e a seguir quem lhe garantisse a paz<sup>132</sup>.

Todavia, esta proteção ganhava uma característica de confronto no semanário leiriense, *Portugal*, declaradamente anticomunista que, em resposta à sublevação fracassada dos marinheiros dos navios “Afonso de Albuquerque” e “Dão”, que se preparavam para sair do Tejo em apoio dos republicanos espanhóis, escrevia em

---

<sup>131</sup> Idem, *ibidem*, p. 33. Entre outros, também este autor encara a União Nacional como um “antipartido”.

<sup>132</sup> *A Voz do Domingo*, de 6 setembro, 1936.

gritantes parangonas a toda a primeira página: *Ofensiva! Ofensiva! Vamos à ofensiva!*<sup>133</sup>.

A regeneração do País passava pela identificação de um conjunto de valores antagónicos à *decadência republicana* e que deveriam assumir os valores cristãos de sacrifício e orgulho pátrio na reconstrução moral do País, o fortalecimento da autoridade e o controlo financeiro, contribuindo tudo isto para a obra nacional de reconstrução do País.

É nesta linha que Maria Cândida Proença ao comparar as três “regenerações” implantadas em Portugal nos últimos dois séculos, define no séc. XIX, a vintista como uma regeneração política, a fontista como a regeneração social e já no séc. XX a de Salazar como uma autoproclamada regeneração financeira e moral<sup>134</sup>.

Dentro desta perspetiva, já em 1926, Raul Proença era premonitório quando reconhecia que o novo governo fechara os caminhos legais da oposição, restando apenas dois, a revolução ou a abdicação, o que levou a que, passada a década de trinta, a longa vida do regime não se devesse tanto a uma pacificação que resultasse da satisfação geral com a política, mas mais à resignação popular e à mudez a que foram relegados os republicanos democráticos incapazes de resolverem as querelas de que enfermavam desde o regime anterior, pondo-os em queda na identificação popular<sup>135</sup>.

Excetuando as inconsequentes iniciativas revolucionárias antes de 1933, a fugaz passagem do MUNAF-Movimento de Unidade Anti-Fascista, em 1943, quando a “neutralidade colaborante” do governo ainda se sentia germanófila, o afloramento do MUD-Movimento de Unidade Democrática em 1945, ou as manifestações operárias e do campesinato alentejano em sintonia com o Partido Comunista, o momento contestatário que se viria a tornar mais visível por parte da Oposição foram as eleições presidenciais de 1958.

A argumentação defensora da legitimidade e da autoridade do regime não passava tanto por questões de jurisprudência, mas pelo facto do novo e regenerado Estado surgir como o guardião da História e da Cultura pátrias, o garante da ordem e da

---

<sup>133</sup> Portugal, de 13 setembro 1936.

<sup>134</sup> PROENÇA, Maria Cândida, “O conceito de regeneração no Estado Novo”, in PINTO, António da Costa (coord.), *O Estado Novo: das origens ao fim da autarquia, 1926-1959, vol. II*, Lx, Fragmentos, 1983, pp.282-291, p.258.

<sup>135</sup> Raul Proença é citado por BANDEIRA, Filomena, “A oposição externa à ditadura: a revolta de fevereiro de 1927 em Lisboa” in Idem, *ibidem*, p.30.

paz e o protetor tanto das populações nacionais como das colonizadas. Eram estas as razões suficientes para a imposição de um governo que não se queria contestado e assumia um tipo de direito assente em argumentos de valores morais e tradicionais, que passou a lei após a Constituição de 1933<sup>136</sup>.

O debate constitucional, aberto em 1932, ficou restrito às opiniões que dessem contributos de aperfeiçoamento ao regime nascente e não às que o pusessem em causa, mas foi esta noção de austeridade e de organicidade que levou à confirmação da adesão de vários republicanos conservadores, como o antigo colega de Salazar, Bissaia Barreto, que via na nova Constituição a manutenção dos princípios fundamentais da República organicamente democrática e representativa<sup>137</sup>.

Neste aspeto, a questão do ensino foi preponderante. A escola *seguidora cega da tradição, agente de transformação e modeladora de almas*, tomava o mesmo princípio de modelação ideológica a que já se assistira com a República, apesar de aqui os pontos de vista serem diferentes. O ponto de confrontação estava exatamente em contrariar a laicidade anterior e em reativar os sentimentos nacionalistas em função da História e da obra do governo. Deus, Pátria e Família eram a trilogia da “lição de Salazar” que seguiu uma estratégia de política educativa bem definida, apoiada primeiro na ação da AEV-Ação Escolar de Vanguarda e de seguida na MP-Mocidade Portuguesa<sup>138</sup>.

O primeiro passo foi a reorganização curricular do ensino primário, extinguindo as escolas móveis que obedeciam ao princípio vanguardista de “educação para todos”, ao qual se juntavam as dificuldades de controlo. De seguida, foi restringida a escolaridade obrigatória até à 3ª classe, ao mesmo tempo que se reorganizava a formação dos professores chamando transitoriamente gente não habilitada academicamente, mas com provas prestadas e sobretudo fiel ao regime, para lecionar nos “postos” de ensino dos lugares mais recônditos.

Por outro lado, a diferenciação social na educação para as elites tinha o primeiro filtro no ensino secundário liceal, enquanto a generalidade da população era preparada para a resignação, para o trabalho regenerador da moral, trabalhando para uma Pátria gerida pelos mais aptos.

---

<sup>136</sup> GUIMARÃES, Ângela, “O labirinto dos mitos”, in Idem, *ibidem*, p. 109.

<sup>137</sup> Este aspeto é referido por OLIVEIRA, César de, “A evolução política”, in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lx, Presença, 1992, p. 112.

<sup>138</sup> Para este parágrafo e o seguinte ver, STOER, Stephen R.; e ARAÚJO, Helena Costa G., “A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e ruturas, 1926-1933”, in Idem, *ibidem*, pp. 126-139.

Após a estabilização do regime com a publicação do Código Administrativo em 1936, o último dos diplomas legais estruturantes nesta fase, incrementou-se a ideologia no ensino, partindo do princípio que nem todos tinham a mesma aptidão para o saber, cabendo a uns o trabalho braçal e a outros o intelectual, contudo, obedecendo todos ao chefe do governo em prol da Nação e *nada contra a Nação*<sup>139</sup>.

Também a Igreja Católica, tendo arrancado com as principais organizações de leigos em 1933, foi outra peça-chave que completou este organicismo social, sobretudo com as atividades de uma Acção Católica, criada pelo Cardeal Cerejeira e adaptada aos vários setores da sociedade. Tratava-se de uma organização que nas pequenas e médias localidades de província se sustentava em notáveis locais retraídos ou acossados na I República e que agora se viam promovidos aos núcleos das pequenas elites económicas e político-administrativas, arregimentando novos elementos em função dos interesses superiores do Estado.

Passada a grande expectativa da Igreja com o consulado de Sidónio Pais ou com o abrandamento da relação hostil com o Estado durante a presidência de António José de Almeida, não só a projeção de Fátima na diocese de Leiria, como a posterior criação da Acção Católica Portuguesa no mesmo ano da nova Constituição, acentuou a ideia de “cruzada” para a reconquista cristã de Portugal.

Esta proclamada “reconquista cristã” impunha que o “exército” fosse orientado por líderes iluminados no corpo da própria Igreja em conjugação com o poder temporal, o que era vital para o sentimento de obediência ao chefe do governo e para a ordem social, realçando assim a ideia de um País pequeno, mas grande como guardião da fé e da evangelização do mundo, “cantinho” protegido pela benemerência divina e pela “luz” concedida à governação<sup>140</sup>.

---

<sup>139</sup> BARROS, Júlia Teresa Leitão de; e HENRIQUES, Raquel Pereira, “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933”, in Idem, *ibidem.*, pp.149-152.

<sup>140</sup> Uma organização católica denominada “Exército Azul” viria a instalar-se em Fátima, enquanto a “Cruzada Eucarística” era mesmo um dos ramos juvenis da Acção Católica onde eram catequetizados jovens em fase propedêutica para o ingresso nas diversas “Juventudes” de âmbito profissional daquela grande organização. A fase adulta desta progressão tinha o seu estádio superior nas Ligas, também diversas conforme o âmbito profissional que coincidia com o das Juventudes. No entanto, a ideia de cruzada acentuar-se-ia a partir de 1936 com a organização dos “Cruzados de Fátima”, por iniciativa da diocese de Leiria e que se alargaria a outras dioceses, como se pode ver no jornal católico leiriense *A Voz do Domingo*, de 6 janeiro 1936. Esta ideia aqui descrita também a encontramos de forma explícita nas letras de músicas litúrgicas nos grandes cerimoniais de Fátima. Vd. FERREIRA, António Matos, “A Acção Católica: questões em torno da organização da autonomia da ação da Igreja Católica (1933-1958)”, in PINTO, António da Costa (coord.), *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959*, vol. II, cit., pp.282-291.

Mesmo sem o beneplácito, tanto papal como de Salazar, para se tornar num partido católico, indiretamente a Acção Católica Portuguesa intervinha na formação cultural e espiritual das novas elites católicas contribuindo decisivamente para a ascensão dos dirigentes políticos, para além das intervenções gradualmente alargadas a níveis assistencial e educacional.

Quanto ao regime, não sendo oficialmente confessional, não só não era anticlerical como a anterior República, como ainda o Catolicismo viria a ser reconhecido na década de cinquenta como a religião nacional, passando a separação entre o Estado e a Igreja a ser apenas um formalismo jurídico<sup>141</sup>.

Nesta linha ambígua, entre procurar uma clara influência e evitar a confusão entre as organizações de ambos os lados, é interessante ver como os católicos eram preparados em Leiria precisamente por um dos mentores das Cruzadas da Acção Católica e da própria ação da Igreja Católica em Fátima, o cónego José Galamba de Oliveira, fundador e diretor do jornal diocesano *Voz do Domingo*. Dizia ele: (...) *os católicos e a vida política: colaborar com o poder político para o bem comum não é assumir nem a missão nem as responsabilidades nem os métodos nem as obras deste. A Igreja está fora e acima. Em Portugal ela está separada do Estado, não exerce qualquer acção política* (...) <sup>142</sup>.

Tudo isto contribuiu para a progressiva perda de referências políticas nas gerações posteriores a 1926 com a tentativa de obliteração das ideias democráticas, o que teve como contraponto a emergência de um Partido Comunista organizado junto aos meios operários, ao campesinato alentejano e a alguma intelectualidade. Excetuando alguns núcleos restritos e movimentos ocasionais nos momentos eleitorais, só mais tarde, na década de sessenta, apareceria um outro embrião de descontentes que aglutinaria várias tendências que estiveram na base do surgimento do Partido Socialista e mais tarde do Partido Popular Democrático, este com a forte alavanca da “ala liberal” da ANP-Acção Nacional Popular.

---

<sup>141</sup> CRUZ, Manuel Braga da, “O Estado Novo e a Igreja Católica” in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* cit., p. 201. O autor refere que o salazarismo (...) *seria incompreensível sem o catolicismo pois eram uma simbiose entre o conservadorismo nacional e a tradição do catolicismo social do séc. XIX* (...). Não deixa de ser curiosa a referência que a afilhada de Salazar, Maria da Conceição, faz no seu livro de memórias ao catolicismo praticante do seu protetor, que se escusava a algumas práticas elementares para um crente apostólico, como seria o caso da confissão e da comunhão. Vd. RITA, Maria da Conceição de Melo; e VIEIRA, Joaquim, *Os meus 35 anos com Salazar*, Lx, Esfera dos Livros, 2007, pp.78 e 79.

<sup>142</sup> *A Voz do Domingo*, 12 novembro 1961.

No entanto, Salazar havia de se confrontar na década de quarenta com a 2ª Guerra Mundial e a consequente mudança do eixo geo-estratégico do Atlântico para o Pacífico. Na década de cinquenta confrontar-se-ia com as dúvidas que se levantavam com a implantação dos planos de fomento, com o descontentamento de Craveiro Lopes, com a turbulência da candidatura de Humberto Delgado que levaria ao fim do sufrágio direto para a eleição do Chefe do Estado, e ainda com a progressiva pressão internacional sobre a política ultramarina.

O momento da candidatura de Humberto Delgado, é sabido, foi marcante. Em Leiria, tal como em todo o País, o apelo ao voto, através dos órgãos afetos ao poder, foi massivo. Os católicos de *A Voz do Domingo*, os quais antes eram alertados para o facto da Igreja não se comprometer com os regimes, em vésperas das eleições presidenciais não só assumiam uma outra atitude como transcreviam as intervenções de Salazar e abriam uma coluna de *perguntas inocentes* onde, perante o crescendo da candidatura de Humberto Delgado, insinuavam a excessiva confiança ou até capitulação de alguns órgãos do poder face aos interesses *inimigos de Portugal* através da Oposição.

Diziam: (...) *de onde vem o dinheiro das oposições? Porque aumentou nas últimas semanas o movimento das casas de câmbio? Porque ficaram inactivas as comissões da União Nacional? Não é a adular Salazar que se serve a Nação, mas colaborando lealmente (...) É tempo do senhor presidente do Conselho se libertar de camarilhas de adutores para se cercar de quem saiba servir os superiores interesses da Nação!*(...) E concluíam um mês depois com um número dedicado à tomada de posse do contra-almirante Américo Tomás: (...) *havia dois candidatos. A propaganda eleitoral foi viva, sobretudo por parte dos sequazes do outro candidato (...)*<sup>143</sup>.

Os anos sessenta começaram com a guerra colonial, passaram pelas fortes contestações operárias e estudantis e acabaram com o afastamento de Oliveira Salazar da governação. Marcelo Caetano acabaria por ser um protagonista de transição até à revolução de 1974, nas suas hesitações entre a vontade de desenhar uma nova política liberalizante e os condicionamentos impostos pela linha dura do regime.

Em todas estas variantes, durante quase cinco décadas, os protagonistas nas várias funções políticas ora mostravam o ascendente militar, ora o de homens ligados ao

---

<sup>143</sup> Para estas duas citações vd. respetivamente, a *A Voz do Domingo*, de 6 julho 1958 e 9 agosto 1958. Sendo um jornal que raramente se dedicava a questões do *poder temporal*, quando o fazia, apesar de poder criticar sibilamente algumas medidas governativas - o que chegou a valer alguns cortes pela censura - marcava sempre a sua incompatibilidade em relação a atos eleitorais.

Direito. Localmente, também numas alturas era vista a conveniência de recrutamento nas proximidades, enquanto noutras ocasiões a conveniência política optava pelo recrutamento exterior. Todas estas opções foram bem visíveis em Leiria conforme as conjunturas políticas.

Quanto à direção doutrinária, tradicionalmente a esquerda política portuguesa rotula o Salazarismo e o Estado Novo como uma ideologia de tipo fascista apenas um pouco mais moderada do que na Alemanha ou mesmo na Itália, devido ao peso da religiosidade. Contudo, Quirino de Jesus falava numa *ideologia simultaneamente liberal, nacionalista e humana*, enquanto Eduardo Lourenço já fala numa *ideologia ambígua* por fugir ao debate político, tornando a política uma *prática assética* executada por uma pequena elite para uma grande massa despolitizada, o que parece ser o entendimento mais correto<sup>144</sup>.

Face ao nazismo alemão e ao fascismo italiano, uma terceira via do autoritarismo europeu era o que parecia sugerir Salazar que, a partir de 1933, não detinha nem uma legitimidade revolucionária nem eleitoral, apesar de a mascarar. Optava por um “catolicismo social”, por não possuir um guia ideológico sistematizado, assumindo-se um líder com os limites do poder mal definidos, mas amplos e com capacidade para mobilização de massas sempre que isso se mostrava oportuno<sup>145</sup>.

De alguma forma, também Franco Nogueira, admirador de Salazar, parecia reconhecer a inexistência de uma ideologia estruturada, preferindo falar numa prática de governo pragmática, assente na moral católica e na hierarquia de obediência orgânica e corporativa, que designava de “doutrina social” ou “ritual de administração” atendendo ao quadro doutrinário muito simples, onde se procurava passar uma ideia de governação cristã e humanista em contraponto com os laicos direitos individuais de cidadania<sup>146</sup>.

---

<sup>144</sup> Quirino de Jesus é citado por OLIVEIRA, César de, “A evolução política” cit. in ROSAS, Fernando, *op.cit.*, p. 112. Vd.também LOURENÇO, Eduardo, *Cultura e política na época marcelista: entrevista de Mário Mesquita*, Lx, Cosmos, 1996, pp.49 e 50. O autor, historiando o Estado Novo compara Salazar a De Gaulle, ambos influenciados por Maurras, com a diferença do primeiro ser um *revolucionário da conservação* e o segundo um *conservador revolucionário*. Contudo, fica nítido, na perspetiva do autor, o afastamento de Salazar das linhas do fascismo puro europeu.

<sup>145</sup> PINTO, António da Costa, “O salazarismo e o fascismo europeu” in VVAA, *Salazar e o salazarismo*, Lx, D. Quixote, 1989., pp. 162 e 163. O autor ao explicar que Salazar não dependendo de um partido que enquadrasse as massas para a glorificação pública permanente, ele próprio dava instruções de quais os momentos em que essas “manifestações espontâneas”, como ficaram conhecidas, se mostravam úteis. Citando Max Weber, traça ainda este tipo de perfil de governante como uma *mistura de autoridade legal, tradicional e carismática*.

<sup>146</sup> NOGUEIRA, Franco, *Juízo Final*, Porto, Civilização, 1992, p.19.

Isto, apesar da ação repressiva em relação à oposição, a qual aquele antigo governante não refere.

Nestas interpretações ideológicas, alguns autores ainda chegam a defender que, atendendo à clara e progressiva desativação das forças monárquicas e ao reforço do patriótico sentido de soberania da Nação, para além da instalação de uma instituição parlamentar, do ponto de vista da estrutura política se mantinham alguns dos princípios liberais. Na verdade os três poderes liberais estavam apenas aparentemente distribuídos no princípio de “democracia orgânica” prescrito na Constituição de 1933, mas submetidos à autoridade do chefe do governo.

Por tudo isto, a “lição de Salazar” perdurou uma enquanto modelo de resignação e de não intervenção política das massas populares, mas acabou por ter várias versões num só mestre e vários assistentes, enquanto efetiva prática política.

## **O ambiente em Leiria**

Nas vésperas do golpe militar de 28 de maio de 1926, nada transparecia em Leiria sobre previsões da reviravolta política que iria acontecer. No dia 25, o governador civil exonerava o administrador do concelho de Pedrógão Grande e a 27 ainda nomeava interinamente um novo administrador<sup>147</sup>. O próprio semanário republicano *A Voz do Povo*, saído neste mesmo dia, nenhuma preocupação mostrava.

A partir de 5 de junho já se sucediam os telegramas de saudação ao novo governo e em particular ao general Gomes da Costa, vindos de várias Câmaras Municipais e dos administradores dos concelhos. Apesar de vir a tomar posse apenas no dia 26 de junho, o primeiro governador civil da ditadura militar foi nomeado no dia 7 e tratava-se do alcobacense residente em Leiria, Henrique Pereira do Vale. Era oficial do Exército com o curso de piloto-aviador e viria a ser, mais tarde, um dos impulsionadores da Base Aérea de Monte Real.

Algumas freguesias estavam, ainda, em pleno processo eleitoral, lançado anteriormente, chegando neste dia a informação de Albergaria dos Doze (Pombal) com

---

<sup>147</sup> ADLRA/GCLRA/D/036, *registo de telegramas*, livº 1919-1928.



vitória esmagadora da lista nacionalista<sup>148</sup>. Perante isto e a mudança de diretrizes políticas, o novo governador telegrafava de imediato para os administradores dos concelhos a questionar sobre o calendário eleitoral<sup>149</sup>.

No dia 10 voltava a sair *A Voz do Povo* com uma nota oficiosa do PRP-Partido Republicano Português intitulada: *Máxima serenidade! Estamos perante o domínio da força!* Denunciava já as acusações indiscriminadas que eram feitas aos republicanos sem garantia de julgamentos sérios onde os acusados pudessem *lavar a honra*. Em tom contrário, a 12 o *Mensageiro* reconhecia o sentido antidemocrático dos revoltosos e regozijava-se: (...) *temos, enfim, a tranquilidade?*

No entanto, não se apercebia ainda que o futuro não iria permitir reclamações públicas e face às *perdas da República* exigia várias infraestruturas novas para a Região. Não deixava, também, de alertar para os elementos permissivos aos republicanos que rodeariam Gomes da Costa. Estaria a referir-se a Mendes Cabeçadas, ainda antes do início das depurações que se avizinhavam entre os líderes da ditadura. Avisava ainda: (...) *Cautela Sr. General! (...) o movimento salvador é a formal condenação dos partidos políticos (...).*

Estes confrontos internos entre os líderes da revolta eram empolados pelos republicanos, situação visível em *A Voz do Povo* do dia 24 que noticiava os desentendimentos entre Mendes Cabeçadas, Gomes da Costa e Sinel de Cordes, que levaram à queda do primeiro em 17 de junho, lamentando, desde já, a extinção das escolas superiores numa *medida de salvação nacional* para controlo do ensino.

No que tocava à Câmara de Leiria, a presidência de Adriano Cândido de Magalhães vinha já a ser impugnada pela “lista do concelho”, conservadora, desde as eleições de 1925. Agora, Pereira do Vale viu o seu trabalho facilitado com a sentença de 16 de julho, do Tribunal Administrativo de Coimbra, que confirmou a inelegibilidade do presidente republicano. O governador civil nomeou, de imediato, uma Comissão Administrativa presidida pelo prestigiado professor e já vereador ao tempo do governo sidonista, José Saraiva.

Quanto a equipamentos e infraestruturas, a imprensa continuava a insistir na denúncia de estradas calamitosas, tendo chegado os telefones e a eletrificação à cidade.

---

<sup>148</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>149</sup> Idem, *ibidem*.

Quanto ao resto, na I República tinha aumentado o número das escolas primárias, tinha sido instalada uma escola de formação de professores e reaberto o Seminário diocesano, o que provava o abrandamento anticlerical e o retorno pujante dos católicos com uma diocese restaurada que integrava Fátima.

Por outro lado, os homens de *A Voz do Povo* foram vendo o seu caminho a estreitar-se, por variadíssimas razões, mas também com a sucessão de cortes feitos pela censura que eram cada vez mais visíveis nos espaços em branco que apresentava, chegando mesmo a glosar o corte total de um artigo na primeira página com a impressão de uma irónica cruz negra com a legenda *R.I.P.(requiem in pax)*. Pouco tempo depois, a 31 de dezembro, publicava o último número dando as boas-festas aos leitores com uma declaração de fé na República e o incentivo: (...) *liberdade de pensamento e de crítica!*<sup>150</sup>.

No ano seguinte uma nova tentativa republicana com Teófilo Braga da Costa Santos, António Mendes Barata e José Baptista dos Santos, levava ao efémero reaparecimento de um velho título, *Notícias de Leiria*, em janeiro de 1927 e que durou até março seguinte. Os lamentos perante o atraso do desenvolvimento de Leiria e a carência de *republicanização do Povo Português* eram as ideias predominantes.

Só em 1929 os republicanos voltariam a ressurgir na imprensa local, mas agora com outra direção e com homens que tinham surgido na fase final da I República, afetos às linhas mais conservadoras. Horácio Eliseu era um exemplo de um quadro superior da Administração Pública não filiado que surgiu a partir de 19 de abril de 1927 na direção da Comissão de Iniciativa e passava a dirigir um semanário republicano, *A Ideia*, com o cuidado de se anunciar independente.

Quanto à Comissão de Iniciativa de Leiria, desde o momento da sua criação que realizou um trabalho notável, mas foi depois de 1929 que se tornou mais intensa a sua atividade com a organização da 1ª Exposição Regional (distrital) das Atividades Económicas; a promoção gráfica da Região numa *linha modernista equilibrada*; a adjudicação do projeto de Camilo Korrodi, filho de Ernesto, para o parque desportivo da cidade; o arranjo do espaço envolvente das termas de Monte Real; e os painéis em azulejo da estação dos caminhos de ferro.

---

<sup>150</sup> *A Voz do Povo*, de 23, 26 e 29 setembro 1926.

Já com Eliseu na direção o que era sintomático na procura de pontos de equilíbrio, era a nomeação, a 11 de maio deste mesmo ano, dos professores Alfredo de Carvalho e Narciso Costa, simpatizantes do novo regime em construção, para vogais da Comissão de Iniciativa em substituição de Ernesto Korrodi e de Eduardo de Azevedo Monteiro.

Todavia, outros palcos juntavam personalidades diferentes. Em 1927, já tinham surgido as primeiras restrições em relação aos espetáculos e a Inspeção Geral dos Teatros oficiava ao governador civil que passava a ser obrigatório o visionamento prévio a todos os divertimentos públicos<sup>151</sup>, mas permitindo um tom de modernidade, como já havia acontecido naquele mesmo ano com aparecimento do semanário *A Fita*.

Em 1 de agosto de 1930, o nacionalsindicalista, tenente Virgolino, trazia ainda aos cinéfilos leirienses um novo título dedicado à 7ª Arte, o *Colipo Cine*. Este semanário manter-se-ia até 25 de outubro de 1931 com relatos exaustivos sobre a produção cinematográfica em Hollywood, ousadas fotografias das estrelas de cinema e *fait-divers* sobre as suas vidas.

Mais um ano passado e seria ainda, em 17 de maio, que estreava no Teatro D. Maria Pia, a revista *Leiria Marca!*, com guião de Horácio Eliseu e que se tornaria num estrondoso sucesso. Tratava-se de uma crítica suave aos últimos cinco anos de Leiria, que correspondiam aos anos da Ditadura Militar, acabando a realçar as grandes potencialidades da região.

## A DITADURA MILITAR (1926-1933)

Leiria pouco tinha crescido com a República. O censo de 1930 dava 26 930 homens e 30 208 mulheres para o concelho, enquanto a cidade teria cerca de 1 000 pessoas a mais do que em 1910, sendo cerca de 2 800 homens e de 3 300 mulheres. Perto de 50%, na cidade, eram analfabetos, passando a 75% no concelho<sup>152</sup>. Quanto à atividade económica, apenas o comércio parecia florescer<sup>153</sup>. No que tocava à indústria,

---

<sup>151</sup> ADLRA/GCLRA/E/001-005, *Actas da Comissão de Inspeção aos Teatros em Leiria*, cx. 17.

<sup>152</sup> DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo da População Portuguesa em 1 de Dezembro de 1930*, Lx, Imp.Nac.,1933.

<sup>153</sup> Na imprensa de Leiria da época, era notável o número de anúncios comerciais publicados semanalmente.

existiam alguns fornos de cerâmica, a Fábrica de Cimentos da Maceira-Lis tinha-se confirmado como indústria de ponta, enquanto na Marinha Grande se mantinham os vidros da Fábrica estatal e algumas outras unidades fabris. A agricultura continuava a ser a atividade principal, o que continuaria por muitos anos<sup>154</sup>.

Quanto a equipamentos e infraestruturas, a imprensa continuava a insistir na denúncia de estradas calamitosas, tendo chegado os telefones e a eletrificação generalizada à cidade. Do ponto de vista social, as elites conservadoras que já emergiam nos últimos anos da República, fixavam o seu campo de atuação tanto nos postos da Administração como nos cargos políticos, como ainda nas áreas das diversas organizações de interesses.

Em Leiria, as tertúlias sociais continuavam nas mesmas associações que já existiam desde o princípio da República, sendo ultimamente mais visíveis as referências à circulação de algumas das famílias tradicionais não só nos negócios, como na participação social, ou tão só nas idas a Lisboa ou a banhos no verão e cuja discrição tinha sido mais sentida nos anos posteriores a 1910.

Os tempos finais do período republicano liberal foram premonitórios quanto aos atores políticos que se seguiriam. Os conservadores, nas últimas eleições municipais, já tinham eleito para a Câmara um conjunto de nomes que viriam a ser protagonistas nos anos da ditadura militar e posteriormente no Estado Novo. Eram sobretudo proprietários que mostravam uma enorme capacidade de influência junto do eleitorado e católicos que viam já a rampa descendente do regime laico enquanto a restaurada diocese de Leiria, que incluía Fátima, ganhava uma importância inusitada com a fé popular a partir deste centro de peregrinações.

Por esta altura declinava a frenética imprensa republicana, existindo no momento de transição de regimes apenas dois jornais em Leiria: o republicano *A Voz do Povo* que duraria apenas mais um ano e *O Mensageiro*, que desde 1914 se vinha a assumir como um paladino católico e antirrepublicano, tendo em 1926 uma larga projeção a nível distrital. Nos anos seguintes este manter-se-ia, surgindo mais alguns títulos até 1936 numa aparente volatilidade conforme a necessidade de marcação de posições.

---

<sup>154</sup> Anos mais tarde, em 1940, os padrões recenseados na área do sector primário no distrito eram cerca de 77.700, enquanto na área do vidro eram indicados 32, nos cimentos um e na cerâmica 422, sendo todos os outros ligados ao fabrico artesanal. Vd. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *VIII Recenseamento Geral da População, Distrito de Leiria, em 12 de Dezembro de 1940*, Lx, Astória, 1944.

Logo a abrir o ano de 1926 aquele decano da imprensa local puxava a toda a largura da primeira página: *Por Deus, pela Pátria e pelo Rei!*, num rasgado elogio a Paiva Couceiro, e em março denunciava: *O País a saque!*, ao mesmo tempo que apelava ao último reduto que seria a união do distrito, com o lançamento de um congresso regional<sup>155</sup>. No dia 22 de maio, seis dias antes da revolução, continuava a reclamar melhoramentos que os republicanos descuravam no concelho, mas louvava o mérito de dois, Correia Mateus e Tito Larcher, no empenho na defesa do distrito.

Mesmo na véspera do movimento militar, a 27 de maio do mesmo ano, também no republicano *A Voz do Povo* nada transparecia. Neste dia apenas dava eco à instabilidade académica e apelava como lema publicitário: (...) *fazer a propaganda deste jornal é um dever dos republicanos*.

Por aqui apercebemo-nos de quais os sentimentos expectantes no advento da revolução de 28 de maio e como iriam evoluir ao longo de décadas. De facto, logo no primeiro mês que se seguiu ao movimento militar que instaurou a ditadura, surgiram as primeiras reações na imprensa local. *A Voz do Povo* transcrevia uma nota oficiosa do PRP, em 10 de junho, onde denunciava as acusações indiscriminadas de corrupção que agora eram feitas aos políticos republicanos e exigia julgamentos sérios para todos terem oportunidade de lavar a honra. Ainda nesse mesmo mês, a 24, noticiava o contragolpe que levou ao derrube de Mendes Cabeçadas e lamentava a (...) *medida de salvação nacional* (...) para controlo do ensino por parte do novo poder com a extinção das escolas primárias superiores.

Já os católicos conservadores de Leiria reconheciam, no jornal de José Ferreira Lacerda, o sentido antidemocrático dos revoltosos. Embrenhados na confusão ideológica inicial da ditadura militar, iam-se adaptando à medida que a situação decorria. Acompanhavam, para já, a força que estava aparentemente do lado de Gomes da Costa, e todos aqueles que poderiam fazer a ligação com o ideal republicano, mesmo que fosse numa perspetiva mais “musculada” como em Mendes Cabeçadas, eram uma ameaça. A linha encabeçada por Carmona e que seria vitoriosa no final, ainda não se vislumbrava. Aproveitavam também para questionar qual o lugar dos monárquicos na

---

<sup>155</sup> *O Mensageiro*, de 30 de janeiro e 6 de março, respetivamente, ambos de 1926. O diretor, padre Ferreira Lacerda, atacava insistentemente os republicanos como causadores do descabro do País e da Região, pela falta de investimento e de estratégia de desenvolvimento. A questão distrital, que se viria a acentuar no Estado Novo, já era aqui sentida como motivo de querelas de vizinhança o que poderia levar à perda de alguns pólos administrativos em Leiria.

nova ordem, apesar da convicção de um Estado sem partidos: *Cautela sr. General! (...) o movimento iniciado no dia 28 p.p. e coroado pela apoteose do desfile das tropas nas avenidas de Lisboa no dia 6, não foi a derrota do partido democrático, como para aí se diz. Esse movimento salvador é a formal condenação dos partidos políticos (...)*<sup>156</sup>.

De igual forma, tal como no derrube da Monarquia em 1910, também agora em Leiria se pressentia e se refletia a amálgama de interesses que dirigiu o movimento militar. Para o País, o grande argumento de coesão popular viria a ser o orgulho nacional, assim como a nível regional o papel do distrito visto da cidade, passou a ter uma carga “bairrista” de agregação de interesses divergentes ao longo dos cerca de 200 quilómetros que separavam a ponta norte, Castanheira de Pêra, da ponta sul, o Bombarral.

As querelas regionalistas, desde o séc. XIX, sempre questionaram a validade do distrito, acabando por ser o mote doutrinário de algumas elites leirienses de onde resultaram várias tentativas para uma maior agregação através de congressos distritais. Em 1929 teve lugar uma Feira de Actividades Económicas do Distrito, realizando-se outra em 1940 como resposta à divisão territorial trazida pelo Código Administrativo, coincidindo esta última com as festas nacionais do Duplo Centenário que foram descentralizadas nas capitais de província e em mais algumas cidades de referência regional. A estas, seguir-se-ia o grande Congresso do Distrito, em 1943<sup>157</sup>.

O apelo começara na imprensa de Leiria já em 1926 e continuara numa linha de aproveitamento de oportunidades naquela fase menos clara da Revolução. No entanto, rapidamente, este estado de coisas foi-se clarificando. A necessidade da coesão foi sendo acentuada em Leiria à medida que o novo regime se ia estruturando, apesar do

---

<sup>156</sup> *O Mensageiro*, de 12 de junho de 1926, repetia estas reclamações ao mesmo tempo que alertava os leitores através de um aviso aberto a Gomes da Costa para os elementos que o rodeariam e seriam mais permissivos com os republicanos. O diretor deste jornal, como já dissemos, era o padre José Ferreira Lacerda que, logo que este título surgiu em 1914, se assumiu como monárquico.

<sup>157</sup> *Ibidem*, ao longo dos anos de 1939 e 1940. Também no fundo arquivístico pessoal do Comissário da Exposição de Leiria de 1940 encontramos abundante informação. Vd. também ADLRA/PSS/HSE/A/004 e Idem/29-C-4/*correspondência*. A Exposição de Leiria, que acabou por ser um êxito, esteve ameaçada por Bissaia Barreto, presidente da Junta de Província da Beira Litoral, a achar desnecessária atendendo aos festejos oficiais a realizar em Coimbra e em Caldas da Rainha, a não ser que fosse considerada uma iniciativa particular. Caldas da Rainha, por se integrar na Província da Estremadura, entendia que, apesar da grande Exposição de Lisboa, uma outra localidade desta Província merecia a descentralização, o que deveria acontecer necessariamente ali, tal como também aconteceu. Dentro desta “tenaz”, a Exposição de Leiria parecia não ter espaço, mas acabaria por se realizar graças aos “bastidores” da política, tendo sido eficaz a ação dos notáveis da Casa do Distrito de Leiria em Lisboa.

ceticismo evoluir entre uma perspetiva de irracionalidade no desenho do território distrital e uma outra de demonstração das suas virtualidades.

Em 1927, após Carmona ter assumido o poder e chamado Salazar para as Finanças, a imprensa já dava nota de uma nova organização política em preparação que deveria vir a regenerar o descrédito do partidarismo anterior, apesar de no ano seguinte ainda se repetir a contestação ao processo de recenseamento eleitoral em curso sem estar aprovado um Código Administrativo. O que estava em causa era precisamente perceber se viriam a ser definidos círculos eleitorais e quais<sup>158</sup>.

Todavia, as rivalidades regionais tendiam a acentuar-se com a ditadura e era o poder impositivo desta que não deixava que as querelas se estendessem para fora de um círculo de elite muito restrito. A 26 de agosto de 1927, Caldas da Rainha era elevada a cidade em festejos que tiveram a presença de Óscar Fragoso Carmona. Os esforços de António Montez, do irmão Paulino Montez e do presidente da Câmara, Saudade e Silva, foram fulcrais na criação de uma nova capitalidade a sul do distrito. Na década de trinta, esta ambição de maior autonomia administrativa viria a trazer novos confrontos de âmbito regionalista com Leiria.

Também o movimento nacionalsindicalista, de pendor mussoliniano, surgia em Leiria pela ação de dois oficiais subalternos que fundaram em 1928 uma delegação da Liga Nacionalista e um outro jornal com um título em antecipação, *União Nacional*. Abrindo o primeiro número, em 5 de julho, com *Viva a ditadura!* em largas parangonas, apelavam a que este governo de matriz militar não fosse transitório mas definitivo, mantendo o tom nos números seguintes onde, recuperando um epíteto oitocentista, se destacavam as referências ao anterior parlamento republicano, (...) *o solar dos barrigas* (...) e à inoperante e (...) *senil Sociedade das Nações* (...), assumindo-se (...) *cordealmente adversários dos partidos políticos...sem exceções de espécie alguma*<sup>159</sup>.

É interessante seguir o percurso deste título enquanto existiu. Ainda em 1929 mostrava-se adepto do regionalismo, levando mesmo um velho republicano, Tito

---

<sup>158</sup> *O Mensageiro*, de 21 de janeiro de 1928, *inter allia*. Na verdade, ainda não tinha sido percebido que, tanto para o plebiscito que viria a aprovar a Constituição de 1933 como para as eleições legislativas até 1945, haveria apenas um único círculo nacional.

<sup>159</sup> Os tenentes Marino Ferreira e José Virgolino não apareceram de imediato como responsáveis do jornal, o que viria a acontecer no ano seguinte, mas os seus artigos marcaram desde o início o registo editorial deste título. Sendo um jornal de cariz muito mais panfletário do que noticioso, as citações feitas neste parágrafo correspondem a textos publicados, respectivamente, em 12 de julho e 2 de agosto de 1928.

Larcher, a escrever nas suas páginas sobre o tema. O empenho à volta dos protagonismos regionais era de tal forma apaixonante que, a 15 de junho de 1929, Larcher, acreditando na defesa regionalista feita pelo jornal *União Nacional* e no recente apelo a monárquicos e a republicanos conservadores a (...) *esquecerem os velhos agravos e a procurarem o entendimento no apoio à ditadura*, escrevia exatamente sobre a defesa do distrito e da Estremadura. Por outro lado, o jornal definia o modelo de governo ideal: (...) *a dissolução dos partidos é uma coisa que se impõe (...) o efeito moral deste rasgo seria enorme porque a experiência já feita pelo máximo dos ditadores, Benito Mussoline, na Itália, deu o mais completo e profícuo dos resultados* (...)<sup>160</sup>.

Ainda neste mesmo ano, apesar das dificuldades de coesão dos interesses distritais, Leiria juntava vontades dentro das diferentes simpatias partidárias e a 1 de novembro abria a já referida 1ª Feira das Actividades Económicas, Industriais, Agrícolas e Pecuárias do distrito. Não tendo sido possível realizar um congresso de unidade distrital, como já há uns anos alguns vinham a pedir, foi conseguido fazer no devoluto convento da Portela uma exposição que teve como grandes mentores o padre Ferreira Lacerda, Horácio Eliseu e o alcobacense Vieira Natividade<sup>161</sup>.

Eliseu, democrata moderado que continuaria a ter uma carreira pública de sucesso à frente das Matas Nacionais, com o médico Serafim Pereira, o farmacêutico José Lino e os professores da ala mais conservadora, José Saraiva, Arnaldo Cardoso e Cunha, e Álvaro Laborinho, eram os mentores do novo semanário, *A Ideia*, que se apresentava no nº 1 em 2 de maio de 1929, dizendo que: (...) *somente a democracia poderá evitar o formidável cataclismo que seria o entre-choque das tendências extremistas*.

Era nesta ideia de republicanismo consensual que a 11 desse mesmo mês registavam o momento de união que tinha sido a inauguração do monumento aos mortos da Grande Guerra que, honrando o passado, tinha na inauguração da primeira cabine telefónica o símbolo do presente, ambas a merecerem a vinda do presidente Óscar Carmona.

Esta perspetiva conciliadora levava mesmo o jornal a uma equívoca crença republicana ao declarar Salazar como (...) *homem superior* (...), avisando pouco depois

---

<sup>160</sup> *União Nacional*, de 15 de junho de 1929.

<sup>161</sup> A reportagem fotográfica e documentação da organização estão em ADLRA/PSS/HSE/A.



que: (...) *quando o governo da ditadura der por finda a sua missão, é indispensável que os portugueses, aproveitando a lição dos erros cometidos, demonstrem a superioridade e a excelência da democracia* (...), mas sem adivinharem que o semanário não iria além desse mesmo ano<sup>162</sup>.

Por outro lado, no ano seguinte, o *União Nacional*, quando já acusava o confronto com outras forças situacionistas, nas vésperas do anúncio da nova organização política do mesmo nome, procurava ainda uma afirmação radical, caracterizando de forma prudente o Estado Novo em construção e as diferenças em relação ao poder assente no Partido fascista italiano, não perdendo a esperança e incitando com um exemplo: (...) *mais outra lição, em Itália a milícia fascista, essa formação patriótica onde se apoia a ordem, a autoridade e a justiça e que fornece os batalhões de assalto ao exército regular* (...) *no corrente ano com cem mil “balillas”* (...) *tornaram-se camisas negras* (...) *em Portugal a organização do Estado Novo em marcha* (...) *as lições de fora serão bem aproveitadas porque a ditadura portuguesa é uma ditadura diferente* (...) *porque não tem ditador. Desta vez o ditador é a Nação e esta está a aprender as lições de fora* (...) <sup>163</sup>.

Passada uma semana, na “miscigenação” ainda visível entre nacional-sindicalistas e integralistas, o jornal homenageava António Sardinha, apesar do contínuo louvor à ditadura entrecortado pelos alertas sobre os perigos de retorno aos governos não militares e de base parlamentar.

Contudo, neste ano de 1930, com o anúncio de uma futura organização civil que tanto lhe tinha motivado desconfianças por se poder assemelhar a mais um partido, a homónima União Nacional preparada por Oliveira Salazar para apoio ao Estado Novo após o plebiscito à Constituição, a estratégia mudava prevendo a necessidade de sobrevivência e declarando a ação pioneira do integralismo naquilo que agora era anunciado. Em 2 agosto afirmava que tinha sido: (...) *feita a apresentação do programa da União Nacional, almejada organização civil de apoio à Ditadura* (...) *no programa vimos estampados os nossos pontos de vista* (...) *compulsemos a “União Nacional”* (jornal) (...) *até no nome* (...) *no programa há presidencialismo* (...) *horrível presidencialismo* (...) *nós que fomos alcunhados de perigosíssimos integralistas, mas*

---

<sup>162</sup> *A Voz do Povo*, de 21 junho 1929 para a referência a Salazar e de 12 de julho do mesmo ano para a declaração da convicção que a ditadura seria transitória até repor a estabilidade republicana.

<sup>163</sup> *Ibidem*, de 13 de setembro de 1930.

(...) o senhor ministro das Finanças disse:(...) estamos no momento decisivo em que, vindo a nós tantos homens de boa vontade, nos hão-de abandonar muitos dos que supunham estar connosco e agora verificam que andavam equivocados (...).

Passada uma semana, em 9 de agosto, o apelo tinha a região como destinatária, apontando para aquilo que poderia fazer perigar o sentimento nacionalista uno e ditatorial, com o título do artigo de fundo: *A ditadura dos municípios*. Alertava, aqui, para a necessidade de travar o regresso da lógica partidária em eleições municipais, pois estando os interesses da Nação em primeiro lugar, o que interessava era uma frente única que estivesse de acordo com as diretrizes da ditadura nacional, sem esquecer o contributo do desenvolvimento regional. Contudo, o jornal clarificava a sua posição face ao anúncio da nova organização “cívica”, também chamada União Nacional, com o desabafo: (...) *os vindeirinhos, marombistas e oportunistas disseram que tínhamos virado a casaca, mas a nossa forma de pensar é: republicana, nacionalista e anti-democrática*.

Este jogo político confirmava como o grupo nacionalsindicalista de Leiria tratava as questões regionais, tema sempre muito sensível na cidade. Com os primeiros avisos do que poderia vir a lesar a capitalidade de Leiria na próxima Reforma Administrativa, a Associação Comercial tomou a liderança de uma ação de descontentamento e de prevenção.

Perante as notícias de uma provável reforma, a 8 de novembro, numa reunião com os notáveis da terra promovida com o objetivo de sensibilizar o governo para o que poderia vir a lesar esta capital de distrito, todos acharam bem, mas também a maioria se escusou a formar qualquer comissão, restando o próprio presidente da Associação, Joaquim Ramos Pinto, o velho republicano e distritalista Tito Larcher, e ainda o professor do liceu e anterior presidente da Comissão Administrativa da Câmara, José Saraiva, que assumiram fazer um estudo das potencialidades de Leiria.

Os diretores do *União Nacional* tendo sido igualmente convidados, acabaram por noticiar no jornal a continuidade ao seu pensamento antirregionalista, mostrando-se maleáveis às medidas de estruturação do regime ao mesmo tempo que intercalavam com exemplos elogiosos do *duce* Benito Mussolini, justificavam a recusa: (...) *é prematuro e porque se os desígnios do governo (ditadura) se impozeram pela primazia dos*

*interesses gerais da nacionalidade que coloca acima de quaisquer outros, entende que para segundo lugar devem ser relegados os interesses regionais (...)*<sup>164</sup>.

No ano seguinte, a Comissão de Iniciativa lançava um *Manifesto para a integridade do distrito* que seria publicado 5 anos mais tarde pelo jornal *O Distrito de Leiria* (nova série), no momento da aprovação do Código Administrativo que secundarizaria os distritos face às províncias.

Quanto ao *União Nacional*, apesar da sanha antidemocrática, não deixava de mostrar magnanimidade, recebendo nas suas colunas o “camaleão” político da I República, Joaquim Ribeiro de Carvalho, para justificar em carta aberta a prisão e o degredo de Gomes da Costa, personalidade que, segundo ele, se deixara enredar por quem era anti-parlamentarista em vez de ter, apenas, posto ordem nos partidos. Dizia, (...) *Impolítico, alienou as simpatias dos partidos que queriam a ordem (...)*, não tendo conquistado aqueles que eram apertadários porque estes (...) *esperavam uma espada e viram uma pena*. Numa justificação aparentemente contraditória, os erros que levaram ao afastamento do general eram vistos na perspectiva de ainda assim ter sido condescendente com as várias fações agregadas pelo golpe militar e não ter sido mais contundente na depuração dos corruptos para mais tarde repor um regime democrático purificado.

Ribeiro de Carvalho que havia sido proprietário de jornais, que circulara entre vários partidos e só não fora deputado no período sidonista, continuava a mostrar a sua tendência adaptativa ao doutrinar moral no que respeitava ao velho general: (...) *deixou-se enredar num vespeiro de políticos e jornalistas, creaturas que não podia consentir que se lhe aproximassem*<sup>165</sup>. Parecendo querer bater no terreno do próprio adversário, este republicano acabava por se mostrar nas páginas do *União Nacional* um exemplo daquilo que o jornal tanto vituperava.

Já antes, numa outra tentativa de assomo dos republicanos com o semanário *Linha Geral*, em 19 de outubro de 1931, Ribeiro de Carvalho fazia uma “prova de vida” e escrevia: (...) *Viva a República que não morrerá nunca!* (...), seguindo-se em revigor doutrinário os *10 mandamentos dos republicanos*, para além de uma caricatura do Papa curvado à passagem de uma *bota fascista*.

---

<sup>164</sup> *União Nacional*, de 8 de novembro de 1930. O artigo é assinado por um dos codiretores, o tenente Marino Ferreira.

<sup>165</sup> *Ibidem*, de 17 de novembro de 1930.

No ano seguinte, os nacionalsindicalistas, perante os trabalhos preparatórios da Constituição e daquilo a que o novo regime chamaria “democracia orgânica”, ainda se perfilavam contra o anunciado fim da ditadura militar, mas a partir daqui estas pequenas diatribes cessaram e em 1933, o ano começaria com loas do semanário nacional-sindicalista e de *O Mensageiro* à organização política União Nacional, assim como à obra já feita por Salazar.

Mesmo assim, o jornal católico continuava a insistir na causa distrital revelando temores acerca de uma divisão administrativa do território que, com certeza pelo acesso a outras informações, parecia adivinhar<sup>166</sup>. Em março deste ano eram glorificadas a “obra da ditadura”, os resultados do plebiscito à Constituição e a eleição presidencial de Óscar Fragoso Carmona, começando em caixa alta uma campanha pedagógica explicativa do conceito de Estado Novo<sup>167</sup>.

No dia 19 deste mês, precisamente no dia em que era plebiscitada a Constituição do Estado Novo, saía o primeiro número do semanário católico *A Voz do Domingo* dirigido pelo cônego José Galamba de Oliveira<sup>168</sup>. Assumindo um caráter mais pastoral do que o “civilista” *O Mensageiro*, o novo jornal, apesar da premissa “a César o que é de César, a Deus o que é de Deus”, não deixaria de tomar posição em relação às coisas da política, sobretudo na consolidação do regime e nas relações com a Igreja. Fátima seria uma das fortes vertentes deste jornal com uma eficaz estratégia de penetração nas populações rurais, muito mais que qualquer outro, até muito recentemente.

Enquanto o *Linha Geral* optava por não se declarar mais *jornal republicano*, em cabeçalho, passando a ser de *renovação democrática* e acompanhando assim um movimento nacional de sobrevivência republicana com aquela denominação, também ainda neste ano os antigos democráticos ao procurarem contrariar o ascendente sufocante do novo regime, precisamente em 5 de outubro, surgiam com um novo jornal, *Gente Livre*, que não iria além de dezembro seguinte.

---

<sup>166</sup> O diretor, Padre José Ferreira Lacerda, antigo monárquico, foi um dos fundadores da Comissão Concelhia da União Nacional (organização política) em Leiria.

<sup>167</sup> *União Nacional*, de 28 de junho de 1931. O jornal lançava na primeira página o alerta: (...) *a finalidade constitucional da ditadura não deve, não pode ser o sufrágio universal*. Mais tarde, já *O Mensageiro*, de 18 de março de 1933, mais alinhado com a situação, mostrava o investimento do Estado Novo no distrito, em 907.893\$56 de melhoramentos rurais e 728.292\$00 de melhoramentos urbanos. O mesmo jornal na semana seguinte anunciava o número de inscritos nos cadernos eleitorais do distrito, 66 757; os votos favoráveis, 47 513; as abstenções, 19 003; e os votos contrários, 241.

<sup>168</sup> Este jornal fundiu-se com *O Mensageiro* em 2013, por opção da Diocese, extinguindo-se assim os títulos que ostentavam desde os seus primeiros números, dando origem a um novo, a partir deste ano, denominado *O Presente*.

Apanhando os ventos de descontentamento de algumas elites face à próxima reforma administrativa, este era um jornal *democrata, regionalista e proletário* que, durante três meses, deambulou entre a defesa do distrito, os elogios a Norton de Matos e a reabilitação do sempiterno Joaquim Ribeiro de Carvalho: (...) *homem que sempre lutou para a República apesar dos erros*. No último número saído em 28 de dezembro de 1933, o editorial glosava os cortes da censura num artigo de fundo que acabaria por não ser publicado, pondo em título: *O jornal sai sem fundo*. Por aí ficou.

Neste ano já tinha “abatido colunas”, forçadamente, a Loja Gomes Freire, do Grande Oriente Lusitano Unido, em Leiria. Muitos dos velhos republicanos leirienses estavam já desgastados e alguns resignados. Inácio Veríssimo de Azevedo seria ainda detido e terá sido a filha a desmontar a Loja e a esconder várias alfaias<sup>169</sup>.

## OS GOVERNADORES CIVIS NO PERÍODO MILITAR

Tendo sido nomeados, em todo o País, novos governadores logo a seguir ao 28 de maio de 1926, estes foram encarregados de instalar as comissões administrativas camarárias nos concelhos onde não houvesse Câmaras eleitas, ou no momento em que se verificassem renúncias de mandatos. Foi o tempo da grande predominância de governadores civis militares, com mais competências que os anteriores como as policiais, devendo estruturar os corpos da polícia dos distritos, o que lhes transmitia um novo poder e autoridade<sup>170</sup>. As restantes competências transitórias vinham do Decreto nº 12073 de agosto de 1926, que procurava conciliar, transitoriamente, alguma legislação republicana com os Códigos Administrativos de 1878 e de 1896.

---

<sup>169</sup> Em 1989, a Senhora D. Dulcina de Azevedo, filha de Inácio, falou-nos na desagregação dos republicanos maçons de Leiria e na detenção do pai, já em 1933, no ano em que seria institucionalizado o Estado Novo. Pressentindo essa detenção, a D. Dulcina, na altura ainda jovem, terá sido ela própria, com mais alguém, que desmontaram os principais símbolos maçónicos da Loja e tê-los-ão escondido nas motas do rio Lis. Esta data de 1933 não coincide com a data avançada na obra já citada *A Maçonaria e a implantação da República*, que aponta o ano de 1923. Contudo, podemos admitir que não se tratará de um lapso em absoluto; provavelmente, a partir de 1923 a Loja poderá ter suspenso funções devido às evidentes dificuldades de relacionamento e de gestão, mas sem ter sido extinta.

<sup>170</sup> O Decreto nº 9356, de 8 janeiro de 1924, extinguiu os administradores do concelho, o que foi reconfirmado em 1927, passando também algumas das suas funções para os presidentes das Câmaras, o que levantava alguma dificuldade política nas que vinham das últimas eleições republicanas e ainda não tinham Comissões Administrativas de confiança política nomeadas. O Código Administrativo de 1937 viria a recuperar fugazmente a figura dos administradores de concelho. Vd. também CEREZALES, Diego Palácios, “Técnica, política e o dilema da ordem pública no Portugal contemporâneo (1851-1974)”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de; e MARQUES, Tiago Pires (coord.), *Lei e ordem: justiça penal, criminalidade e polícia, sécs. XIX-XX*, Lx, Horizonte, 2006, pp. 159 a 161.

Não sentindo a necessidade de ir buscar fora alguém alheio à pressão local, o movimento militar confiou na lealdade de um dos seus homens, o capitão Henrique Pereira do Vale, natural de Alcobaça e residente em Leiria, que foi incumbido de reorganizar a Administração distrital, sendo tomado como exemplo para o conservador *O Mensageiro* que, logo, o felicitou, mostrando as suas boas qualidades por ser: (...) *alheado de todas as facções políticas apesar de integrado nos fins do movimento nacional*<sup>171</sup>.

Havendo em Leiria uma Câmara eleita em 1925, surgia no entanto a coincidência do Tribunal Administrativo ter dado provimento à impugnação que os conservadores haviam feito, alegando condições de ilegitimidade do presidente Adriano Cândido Magalhães. Lida a sentença em julho de 1926, de imediato Pereira do Vale nomeou uma Comissão Administrativa afeta ao movimento revolucionário, com o civil e prestigiado professor do liceu de Leiria, José Saraiva, na presidência com uma vereação conservadora reforçada por dois militares<sup>172</sup>.

Contudo, as perturbações no seio do grupo de comando do golpe refletiam-se nos reajustamentos a fazer na Província e, a 11 de setembro, Henrique Pereira do Vale cessava funções como governador civil passando a assumir transitoriamente este cargo, o governador substituto e secretário do Governo Civil, João Marques da Costa.

Só a 20 de Abril do ano seguinte tomaria posse como governador, António Manuel Pereira, confirmando-se a instabilidade governativa da ditadura, contrariamente ao que se pretendia mostrar. Este deixaria funções em 9 de dezembro ainda de 1929, sendo formalmente exonerado em 18 de fevereiro de 1930.

No ano seguinte era constituída a Junta Geral do Distrito, que passava a integrar quatro militares, recebendo o governador civil uma nota do governo central para colaborar no estudo de (...) *uma organização política que apoie a ditadura*<sup>173</sup>. Até 1933, de facto, os governadores civis procuraram sobretudo garantir tanto a ordem pública

---

<sup>171</sup> *O Mensageiro*, de 12 de junho de 1926.

<sup>172</sup> *Ibidem*, de 17 de julho de 1926. Já foi referido em capítulos anteriores que a anterior nomeação de Adriano Cândido Magalhães para presidente da Câmara de Leiria, após as eleições de 1925, havia sido impugnada pela lista conservadora mais votada. A sentença do Tribunal Administrativo veio facilitar a decisão do governador civil nomear uma nova Comissão Administrativa vigiada com a presença dos capitães Costa Ferreira e Costa Gomes, o primeiro de infantaria e o segundo de artilharia, oriundos precisamente dos dois aquartelamentos da cidade.

<sup>173</sup> *Ibidem*, de 12 novembro 1927. Este jornal, ao mesmo tempo que dava conta das nomeações do major Lobo Alves de Sousa para presidente da Junta Geral e, para vogais, dos capitães Pereira Pascoal, Conte Turpia e Duarte Alves, e do farmacêutico Baptista da Costa, dava ainda conta do lançamento dos trabalhos para organização da futura União Nacional.

como a boa ordem política, isto é, a neutralização dos descontentes e as condições de organização das estruturas do novo regime. Todavia, a permanência no cargo era curta, conforme aconteciam os sucessivos reajustamentos ministeriais, o que contrariava a ideia de estabilidade governativa que se queria impor. Para sete anos, Leiria teve sete governadores civis.

Apenas dois ganhariam relevo. Em 18 de fevereiro de 1930 era nomeado pela primeira vez o capitão José Rodrigues da Silva Mendes, que viria a ser exonerado em 9 de setembro de 1931. No entanto, viria mais tarde, a partir de 1933, a ser novamente governador civil de Leiria, até se confrontar com o levantamento operário da Marinha Grande, em 18 de janeiro de 1934, situação que lhe custaria o lugar pouco depois<sup>174</sup>.

Exatamente em substituição deste oficial, após a sua primeira saída, era nomeado para governador o advogado de Alvaiázere, Manuel José Ribeiro Ferreira, que seria mais tarde um dos impulsionadores da Casa do Distrito de Leiria, em Lisboa. Manter-se-ia no cargo até transitar para chefe de gabinete do Ministro do Interior, em 19 de abril de 1933, ao que não seria alheia a sua lealdade e capacidade de mobilização. Essa confirmação poderíamos vê-la em 21 de Janeiro deste mesmo ano e em vésperas do plebiscito à nova Constituição, com o louvor que lhe era dado pelo *O Mensageiro*, não só pela grande mobilização geral que conseguira para uma jornada de apoio a Salazar, como pelas obras de aproveitamento hidráulico do Rio Lis e de novas estradas que conseguira trazer para Leiria.

Era neste sentido que, ao entender que a aceitação da Constituição em plebiscito implicava a continuidade do Presidente da República, Manuel Ribeiro Ferreira se apressava a enviar um telegrama a Óscar Fragoso Carmona com: (...) *as minhas maiores felicitações pelo voto quasi unânime da Nação que prorrogou mandato de V.Ex*<sup>175</sup>. Seis dias depois, também não esquecia o verdadeiro homem do poder e enviava um outro telegrama a António de Oliveira Salazar: (...) *Presidente do Ministério (...) pelo resultado do apuramento do plebiscito (...)*, assim como, após uma intensa troca de telegramas com os concelhos sobre os resultados eleitorais, o governador telegrafava ao Ministro do Interior, felicitando-o pelos resultados do: (...) *apuramento do plebiscito que revela formalmente apoio da Nação com Governo da Ditadura*.

---

<sup>174</sup> Quarenta anos depois, este militar viria, ainda, a ser saneado da presidência da Junta Distrital de Leiria, quando se deu a revolução democrática de 25 de abril de 1974.

<sup>175</sup> Telegrama enviado em 21 de março de 1933. Vd. ADLRA/GCLRA/D/021, *registo de telegramas cit.*

Tendo sido nomeado chefe de gabinete deste ministro, em 28 de abril, foi então novamente nomeado para governador civil, o capitão José Rodrigues da Silva Mendes, mantendo-se dois anos no cargo até ser exonerado, pouco depois do levantamento vidreiro de 18 de janeiro de 1934.

## A PRESENÇA MILITAR NA CÂMARA MUNICIPAL

Já vimos como, poucos dias depois de instaurada a ditadura militar, o último governador civil republicano, José Francisco Antunes Cabrita, foi substituído no lugar de governador civil pelo capitão do Regimento de Artilharia local, Henrique Pereira do Vale. Este era não só um homem alinhado com o movimento militar, como conhecedor do meio, e acima de tudo detinha peso militar<sup>176</sup>. Como também vimos, no princípio de julho a Câmara renunciou, o que facilitou a vida ao novo governador.

O jornal *O Mensageiro* felicitava o governador com a rápida nomeação da Comissão Administrativa Municipal, tendo como presidente, José Saraiva, que já tinha experiência na vereação da I República durante a Comissão Administrativa sidonista. Viria a ser acompanhado no Executivo por mais dois militares, oficiais oriundos de cada um dos regimentos da cidade, um proprietário agrícola, um comerciante, um professor, um industrial e um engenheiro director industrial. Todos estes civis tinham estado ligados às listas conservadoras do período final do regime anterior<sup>177</sup>.

Era o tempo das mudanças e da tutelar presença militar. Não só a Junta Geral do Distrito passava a ser constituída por um major, três capitães e apenas um comerciante, como também o regedor passava a ser um tenente da Guarda Nacional Republicana. Enquanto isto, o mesmo jornal não deixava de denunciar as dívidas acumuladas pelas Câmaras republicanas numa dramatização para justificar as dificuldades de realização de obra nos tempos mais próximos ou, então, para enaltecer ainda mais os novos

---

<sup>176</sup> Pereira do Vale, natural de Alcobaça mas radicado no concelho de Leiria, tinha feito o curso de piloto aviador e foi um dos obreiros do campo de aviação de Monte Real, perto da sua casa, que depois viria a ser a Base Aérea nº 5.

<sup>177</sup> *O Mensageiro*, de 17 julho de 1926. Todos os vereadores civis da Comissão Administrativa já o eram na última Câmara republicana, eleitos pelas listas conservadoras. A aparente solidariedade com a renúncia do presidente Adriano Magalhães deveu-se apenas para acelerar o processo de nomeação da nova Comissão Municipal. O presidente agora nomeado, José Saraiva, era um professor de reconhecido mérito nacional, com várias publicações sobre a História de Portugal. Era pai dos futuros investigadores António José Saraiva e José Hermano Saraiva, vindo este a ser ministro da Educação nos finais da década de sessenta.



gestores municipais se alguma coisa viessem a concretizar: (...) *como poderá a nova Câmara fazer alguma coisa?* (...).

Contudo, ao longo do primeiro ano de vigência, esta agressividade antirrepublicana abrandava numa ou outra ocasião como quando era dada conta da reintegração de alguns funcionários afastados com o movimento de maio<sup>178</sup>, ou com algumas atitudes amistosas em relação a Correia Mateus, o ex-sacerdote que fora o último presidente ao tempo da monarquia e que, tendo posteriormente aderido ao PRP, teve uma presença quase contínua na Câmara de Leiria. No entanto, o estado de saúde deste merecia o respeito de todos, até falecer a 21 de agosto de 1928<sup>179</sup>.

Em abril de 1929, não só era necessário que a ditadura começasse obra de propaganda, como a estruturação do regime obrigava a alterações de maior confiança. Para a presidência da Comissão Administrativa Municipal era nomeado, no dia 23, o oficial do Exército, Mário Ramos Silva, que viria depois a ser um dos responsáveis locais da Legião Portuguesa. No entanto, manter-se-ia no cargo pouco mais de meio ano.

De qualquer modo, era logo no dia 11 do mês seguinte que o general Oscar Fragoso Carmona visitava Leiria para inaugurar uma cabine telefónica e o Monumento aos Mortos da Grande Guerra. Sendo o projeto do escultor Luis Fernandes, este monumento foi um pretexto para os raros momentos de união entre republicanos e os defensores da ditadura, tanto nas campanhas e coletas feitas, como na festa de inauguração.

No entanto, pouco tempo depois, a 2 de dezembro, um outro oficial do Exército, José Pereira Pascoal, substituíu Mário Ramos Silva na Comissão Administrativa Municipal, acompanhando, assim, as diversas reestruturações que se foram dando ao longo do governo da ditadura militar. Contudo, a normalização e o prolongamento no exercício nos cargos não tardaria. José Pereira Pascoal, cultivador das boas relações, faria a transição para a Câmara já enquadrada no modelo do Estado Novo e manter-se-ia até 1935.

---

<sup>178</sup> *Ibidem*, de 17 e 24 dezembro de 1927. Com o anúncio das funções do administrador do concelho passarem para os presidentes das Câmaras, o jornal alertava para os perigos onde isso pudesse acontecer em concelhos onde ainda funcionassem Câmaras eleitas no período republicano.

<sup>179</sup> Pouco tempo depois após a morte de Correia Mateus, a Comissão Administrativa Municipal homenageava-o atribuindo o seu nome precisamente a uma rua na zona da cidade projetada por ele.

Na verdade, a gestão dos recursos libertados pela Administração Central, assim como o investimento sugerido por esta, ou a execução de outras funções políticas consequentes de diretivas governamentais, eram as questões primordiais nas Câmaras do regime autoritário. Era isto que víamos em Leiria a partir da década de trinta.

Contudo, o *União Nacional*, em 1930, entre as homenagens e o contínuo louvor à ditadura, ia deixando alertas sobre os perigos de retorno aos governos civilistas e parlamentares. O jornal via com desconfiança o anúncio da organização civil, a homónima União Nacional, preparada por Oliveira Salazar para apoio ao Estado Novo após o próximo plebiscito à Constituição. A estratégia deste semanário mudaria, entretanto, prevendo a necessidade da sua própria sobrevivência e declarando o pioneirismo das ideias do Integralismo Lusitano naquilo que agora era anunciado.

Em 1933, na preparação do plebiscito para a aprovação da Constituição, as obras camarárias apareciam semanalmente na imprensa a par daquilo que era o investimento central. Tudo apresentado como se fosse uma única e grande obra, apenas com executores diferentes: o governador civil como mandatário do poder central e o presidente da Câmara que também o era, com funções mais locais.

Intervenções em escolas ou a abertura de novos estabelecimentos de ensino, estradas camarárias e nacionais, o alargamento da rede telefónica, os melhoramentos na linha ferroviária do Oeste e as obras de hidráulica para a rega e correção do leito do rio Lis, foram as notícias de uma insistente glorificação de Salazar ao longo de todo esse ano e daquilo que viria a ser o Estado Novo. Não havia distinção entre as obras camarárias e as obras do Estado e por isso mesmo. (...) *A obra da ditadura no distrito de Leiria*, em março de 1933, enchia os cabeçalhos apresentando números para impressionar, com a prioridade dada ao desenvolvimento rural<sup>180</sup>.

Tal como os governadores civis, os presidentes da Câmara, que deixaram de ser eleitos durante todo o regime autoritário, sucederam-se conforme os perfis mais ajustados aos momentos políticos na estruturação do Estado Novo. O prestigiado

---

<sup>180</sup> *O Mensageiro*, genericamente, para todo o ano de 1933. Em 18 de março esta frase era puxada a toda a largura da 1ª página, mostrando para sete anos de ditadura 907.893\$53 para melhoramentos rurais e 728.292\$00 para melhoramentos urbanos. No entanto, Leiria não se encontrava nos distritos prioritários no que tocava aos grandes investimentos. Vd. também OLIVEIRA, César de (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local dos finais da Idade Média até à União Europeia*, cit., p. 324, onde o autor aponta o distrito de Leiria para o período anterior aos Planos de Fomento (1928-1952), como o 14º, apenas, nas prioridades de investimento do Estado, não havendo obras públicas com investimento exclusivo da Câmara.

professor do liceu, José Saraiva, fez a transição de regimes, mas pouco tempo esteve no cargo. Mais seguros estiveram os três militares que se seguiram até 1933 e que, mais tarde, viriam a exercer altas funções na Legião Portuguesa.

## O ESTADO NOVO

Também em Leiria a pedagogia da singeleza rural e resignada foi assumida com várias tendências, ainda mais com o facto do peso da influência de Fátima ser sentido em continuidade na política local, porventura de forma mais nítida que na política nacional. Em registo contrário, também o proletariado da Marinha Grande pesava de perto nas decisões locais, sobretudo na ação dos governadores civis e no recrutamento dos deputados, ficando Peniche mais longe e com menor peso político, apesar da comunidade piscatória ser ali permeável à presença comunista, ganhando maior evidência por tudo se passar à sombra da fortaleza-prisão que recebeu vários dos mais importantes opositores políticos.

O próprio *Linha Geral* viria a passar em silêncio a revolta operária na Marinha Grande de 18 de janeiro de 1934, suspendendo a publicação no final do mês até abril, quando reapareceu já como *quinzenário regional e de cultura*, fazendo desaparecer o comentário político durante os poucos meses em que ainda subsistiu.

No entanto, passado algum adormecimento estratégico após o plebiscito à Constituição, o semanário *União Nacional* voltava à propaganda nacional-sindicalista. Em 20 de janeiro de 1935, mesmo após as depurações feitas sobre os integralistas, evocava a memória de António Sardinha e apelava: (...) *infiltramos a sua memória no nosso coração e gravemos bem dentro de nosso cérebro a sua obra grandiosa* (...), enquanto em 17 do mês seguinte atestava a reeleição de Óscar Carmona nas eleições desse mesmo dia, chamando-lhe (...) *o único sobrevivente do 28 de Maio* (...), e passava a receber, regularmente, um articulista de peso, o próprio Francisco Rolão Preto.

Ao transcrever ao longo de quatro páginas o discurso daquele nacional-sindicalista num encontro com intelectuais afetos à causa, terminava em tom de aviso:

(...) a revolução não tem limites (...) para além da revolução, a revolução. A revolução que pára e hesita já não é revolução!<sup>181</sup>.

O modelo comparativo vinha de fora, apesar dos muitos cidadãos que se recusavam a ver o exemplo de estadistas, tanto em Mussolini, como em Adolf Hitler: (...) *quasi diariamente vemos em grande parte da imprensa das esquerdas mas também das direitas, um ataque cerrado às mais pequenas atitudes dos novos governantes germânicos (...) ainda há pouco vimos num jornal um ataque à ameaça que o governo germânico fez a um país seu vizinho de lhe promover o desvio do turismo (...) como que um castigo por determinada acção contra a Alemanha (...) um jornal que se diz das direitas atacou esta forma de coerência (...) haja coerência!*<sup>182</sup>.

Contudo, neste ano de 1935, a União Nacional, a nova organização política, apertava o cerco à imprensa e publicava o seu próprio órgão de comunicação fazendo reaparecer um título que fora influente no regime monárquico e já ressurgira temporariamente na I República, *O Distrito de Leiria*. Claramente doutrinário, no que tocava às notícias, referia-se sobretudo à vida dos órgãos representantes do poder.

No ano seguinte, a estabilização do Estado Novo fixava-se com o novo Código Administrativo, para além da confirmação das purgas sobre os que pretendiam ser mais zelosos que o próprio governo. O ano de 1936 foi drástico para os nacionais-sindicalistas leirienses. Entre julho e agosto, os dois diretores do *União Nacional* viam-se obrigados a fazer declarações públicas. Primeiro, Marino Ferreira que: (...) *estava livre de compromissos com qualquer agrupamento político, mas sempre intransigentemente nacionalista e indefectivelmente sindicalista (...) a explicação desta declaração dá-las-ei oportunamente*. Dias depois, seria José Virgolino a assegurar que: (...) *desde 30 de Maio me encontro ausente e afastado virtualmente do jornal, e nenhuma responsabilidade tenho no que nele foi publicado neste intervalo*. Por fim, em agosto não querendo anunciar o encerramento, optavam por um tom legalista atendendo à proibição de coincidências nominativas entre organizações: (...) *para cumprimento do artº 5º do decreto nº 26589 de 14 de Maio, vai este semanário brevemente mudar de título* (...) <sup>183</sup>.

---

<sup>181</sup> *União Nacional*, de 3 março 1935.

<sup>182</sup> *Ibidem*, de 15 agosto 1935.

<sup>183</sup> *Ibidem*, de 23 e 26 julho 1936 e 2 agosto do mesmo ano, respetivamente. O capitão Virgolino, passado algum tempo seria mesmo despromovido, baixando à patente de tenente, segundo testemunho oral de pessoas que o conheceram.

Ainda em agosto, no dia 23, estes dois oficiais apresentavam o *Portugal* com o compromisso editorial de ser um *semanário anti-comunista* e justificavam o trabalho feito anteriormente. A razão da mudança de título estava na necessidade cada vez maior de (...) *uma frente de combate contra as forças anti-fascistas*. José Virgolino despedia-se ainda dos leitores e do corpo redatorial reforçando o que já tinha dito no *União Nacional*, por (...) *ser forçado a sair*. Aquele semanário aguentar-se-ia durante cinco anos, mas de facto só no primeiro número este oficial apareceu como codirector.

Marino Ferreira, sempre belicista, parecia continuar imune à fixação do regime, alertando para o que lhe parecia ser permissividade face à nova organização parlamentar do regime, e saudava como vitória sua aquilo que lhe pareciam ser reminiscências da linha fascista mussoliniana, como era o caso do novo estatuto da Legião Portuguesa<sup>184</sup>.

O tom pedagógico encontrávamo-lo em *O Mensageiro*, ao longo de 1936, nas considerações sobre *o Parlamento no Estado Novo*, ao mesmo tempo que retomava com maior ânimo a discussão regionalista e questionava a divisão das Províncias perante a necessidade de ultrapassar o facto pernicioso dos alunos dos 6º e 7º anos do liceu terem que ir a Santarém fazer exames, o que seria escusado no caso de se dar a promoção de Leiria a capital de Província. Era nítida a pressão e o alerta relativos às rivalidades e protagonismos regionais perante a aproximação do Código Administrativo que seria publicado ainda nesse mesmo ano e confirmado quatro anos mais tarde<sup>185</sup>.

Já o outro jornal católico, *A Voz do Domingo*, mais preocupado com a doutrinação religiosa e não tanto com o debate civilista, numa pequena “cacha” sem quaisquer comentários criava uma outra expectativa ao anunciar, logo em janeiro desse ano, na intermediação do governador civil junto às várias *corporações administrativas*, para ser constituída uma comissão com o antirregionalista e nacional-sindicalista Marino Ferreira e com os distritalistas assumidos Américo Cortês Pinto e Eduardo Monteiro, para tratar da hipótese de Leiria vir a ser: (...) *sede de província ao serem*

---

<sup>184</sup> *Portugal*, de 18 setembro 1936. A criação da Legião como estrutura miliciana surgia como entidade paramilitar anticomunista, numa ideia reforçada com os acontecimentos que redundaram na guerra civil espanhola. Marino Ferreira, nacional-sindicalista, desde sempre confesso admirador de Hitler e de Mussolini, declarava: (...) *porque éramos partidários acérrimos da organização de uma força com as características da Legião envergámos com muito prazer a camisa azul!* Em *Portugal*, de 22 novembro 1936, Marino Sanches Ferreira dedica este número ao nacionalismo e anti-semitismo, não só dando a Alemanha de Hitler como exemplo, como colocando a toda a largura da 1ª página uma tarja vermelha com uma negra cruz suástica, como ainda dando a última página a uma crónica intitulada *O movimento anti-judaico na Europa*, onde a Alemanha e a Polónia eram dados como exemplos na “expatiação” dos judeus detentores da economia dos países.

<sup>185</sup> *O Mensageiro*, de 9 de janeiro de 1936.

*extintos os actuais distritos administrativos*. Em maio voltava a noticiar nova reunião daquela comissão com várias *federações de municípios* do distrito, do norte do Ribatejo e de alguns concelhos já do norte distrito de Lisboa, com a insistência da sede de província em Leiria<sup>186</sup>.

O que se constatava não era tanto a convicção das virtudes da divisão distrital, mas mais os protagonismos ou capitalidades regionais, acabando por ser um enorme desalento o esvaziamento de competências do distrito com uma divisão entre uma artificial Beira Litoral e a Estremadura, cuja fronteira passava por uma linha entre Leiria e a Marinha Grande, ficando a primeira subordinada a Coimbra onde pontificava Bissaia Barreto, enquanto a segunda tendia para Lisboa. Tanto assim foi que os influentes locais voltaram a vir a público na imprensa e o próprio representante local do governo, o governador civil Mário de Vasconcelos, clamava: (...) *o distrito de Leiria não pode nem deve morrer!*<sup>187</sup>.

Os nacionalistas vindos da linha de Rolão Preto, que antes foram esquivos quanto a esta questão, só em janeiro de 1937 davam uma discreta notícia numa página interior do *Portugal*, acusando a inoperância de quem agora reclamava. Dava nota de uma exposição feita pelas forças vivas da cidade ao Presidente do Conselho, concluindo: (...) *a inclusão de Leiria na província de Coimbra é um golpe profundo na nossa cidade. Depois do choque que sofreu, fazemos os mais sinceros votos que aproveite a lição (...) o Código Administrativo sujeito a rectificações (...) façamos todos nós por merecer uma rectificação favorável a Leiria (...)*.

Três semanas depois já mudavam de tom, recusando as acusações que lhes seriam feitas de capitulacionismo, com uma nota de redação: *Pela verdade!* E passavam a indicar todos os números, desde o já extinto *União Nacional*, em que alertavam para os perigos que a nova divisão administrativa poderia trazer para o distrito. A partir daqui entravam no coro da contestação com grandes títulos: *Leiria reclama!*<sup>188</sup>.

Baixando o tom público dos protestos, no entanto a questão da coesão e complementaridade entre as várias localidades do distrito passou a ser o mote, sobretudo nos apelos à criação de uma Casa do Distrito, em Lisboa, o que viria a

---

<sup>186</sup> *A Voz do Domingo*, de 26 janeiro e 24 maio, respetivamente, ambos do ano de 1936.

<sup>187</sup> *O Mensageiro*, de 14 de maio de 1938.

<sup>188</sup> Para os dois momentos referidos neste parágrafo, vd. *Portugal* de 3 e 24 de janeiro de 1937, respetivamente.

acontecer ainda em 1938, mas também no empenho para uma grande Exposição distrital em 1940.

Por outro lado, a questão operária na vizinha Marinha Grande, com os confrontos laborais e a miséria reinante nas famílias dos operários, dos desempregados e daqueles que estavam presos, passavam quase despercebidos do cidadão comum de Leiria, apesar dos escassos 10 km de distância. A revolta de 18 de Janeiro de 1934, apesar dos ecos populares, não foi percebida pela população leiriense, a quem foi transmitida uma ideia de um momento de desvario de uns tantos marginais.

Àquela data, o único jornal republicano *Linha Geral*, estando já numa fase de transição de propriedade, silenciou os acontecimentos, tal como *O Mensageiro* e o *União Nacional* omitiram a notícia. Curiosamente foi o católico *A Voz do Domingo* que abriu com dois artigos de impacto contrastante na primeira página: *Palavras serenas*, um deles, e *A sangue e fogo*, o outro. No primeiro ensinava: (...) *depois da tempestade é bom deitar-se o balanço (...) a falta de educação religiosa da maior parte desses rapazes (...) as más companhias (...) a perda de valores da família (...) mas o Estado também tem culpas (...) falta a vigilância nas escolas, nos livros, no cinema (...)*. No segundo, focando sobretudo o País e não tanto a Marinha Grande, noticiava em tom seco e de alerta face àquilo que seria o terror: (...) *comunistas, bolchevistas e anarquistas juntaram-se com o beneplácito dos antigos políticos (...) queriam transformar Portugal numa Rússia (...) graças a Deus o Exército dominou-os (...)*.

Esta tentativa de demonstração do envolvimento de toda a oposição ao regime era aproveitado como sério aviso, mas parecia que nada tocava diretamente aos leirienses apesar da proximidade geográfica de uma terra que, além do mais, pertencia à própria diocese de Leiria, situando-se assim numa área coberta pelo jornal. Os acontecimentos no país eram descritos telegraficamente, com os necessários cuidados de censura, o que tornava mais visível o “recado” ao Governo ao pôr em causa a humilhante atuação das chamadas *forças da ordem* nos acontecimentos naquela vila. No final da peça jornalística era dedicada uma pequena nota: (...) *na Marinha Grande atacaram a GNR que se rendeu sem dar um tiro (...)*. A conclusão de tudo isto era: (...) *as centenas de desvairados revolucionários presos e dezenas de famílias na miséria (...)*, derivando de imediato o jornal para outras notícias, transmitindo a ideia que o 18

de janeiro tinha sido um dramático episódio folhetinesco distante dos bons portugueses<sup>189</sup>.

No entanto, o drama social naquela vila tomava tais proporções que, logo em 1935, um ano após o motim que levou os primeiros degredados para o Tarrafal, o bispo de Leiria D. José Alves Correia da Silva escrevia a Salazar chamando a atenção para o estado desesperado das famílias. Terá errado ao publicitar a carta na imprensa regional, o que poderá ter levado a que o seu apelo não fosse ouvido, voltando a fazê-lo quatro anos mais tarde, agora sem a publicação da nova missiva, passando apenas a notícia de ter pedido a amnistia reforçando o apelo para ser atendida a situação de extrema pobreza das famílias que ficaram sem amparo. Esta, agora, mereceu apenas uma pequena notícia para realçar a benignidade do prelado<sup>190</sup>.

Já outro aspeto da imagem social e promocial de Leiria sofreria um rude golpe com problemas na Comissão de Iniciativa, que foi auditada pelo Tribunal de Contas, tendo sido obrigada a pagar 20% das receitas anuais em dívida ao Conselho Nacional de Turismo, com retroatividade desde a sua instalação. Este percalço nas finanças da Comissão iria debilitá-la implacavelmente, acelerando a sua extinção e a criação da Comissão Municipal de Turismo, três anos mais tarde<sup>191</sup>.

O regionalismo e a grande Exposição do Duplo Centenário, na cidade, dominavam agora as atenções. Acabaria por ser a Casa do Distrito na capital que, ao juntar um conjunto de personagens gradas ao regime ali residentes, viria a realizar durante os dez anos seguintes um trabalho notável em sessões culturais de valorização do distrito e nos bastidores políticos, tanto para a organização da Exposição e realização de um grande congresso distrital, como na demonstração da inoperacionalidade das províncias, como ainda nos convites à participação de protagonistas de vários concelhos do distrito com interesses potencialmente divergentes. A partir de meados da década de

---

<sup>189</sup> Para estes parágrafos vd. *A Voz do Domingo*, de 28 janeiro 1934.

<sup>190</sup> A primeira carta foi publicada no *União Nacional*, de 17 fevereiro 1935 e dizia: (...) *com o seu exílio a miséria entrou nos seus lares...enquanto os que os aliciaram continuam em liberdade...ousa pois esperar que V. Ex<sup>a</sup> concederá aos exilados da Marinha Grande a liberdade de voltarem ao seio das suas famílias onde o nome de V.Ex<sup>a</sup> será justamente abençoado* (...). Quatro anos mais tarde, apenas uma pequena notícia surgiria em *O Mensageiro*, de 15 de abril de 1939.

<sup>191</sup> COMISSÃO DE INICIATIVA DE LEIRIA, *Comissão de Iniciativa em 10 anos de gerência*, Leiria, Mendes Barata, 1936.



cinquenta baixariam as bandeiras de coesão e sobreviveriam as querelas de vizinhança, pelo que a Casa declinou<sup>192</sup>.

Quanto aos festejos do Duplo Centenário, o governo decidiu descentralizá-los pelas capitais das províncias e por outras localidades consideradas de importância estratégica. Assim, Coimbra, liderada por Bissaia Barreto, teria a sua Exposição por ser capital da Beira Litoral. Apesar da capital da Estremadura ser Lisboa, Caldas da Rainha, elevada a cidade recentemente, em 1927, com vários caldenses ilustres dos quais se destacava o influente António Montês, director da Emissora Nacional, reclamava o seu próprio evento descentralizado, parecendo não haver espaço para um outro, em Leiria.

Contudo, a Casa do Distrito de Leiria em Lisboa e a Câmara da cidade não fugiram ao confronto nestas rivalidades “fronteiriças”, por vezes ácidas, e a Exposição de Leiria acabaria por ir avante com grande sucesso e várias visitas ministeriais. Nesta sequência, foi ainda enviada uma petição à Comissão Revisora do Código Administrativo, assinada por 788 freguesias do País, para ser revista a divisão administrativa em vigor<sup>193</sup>.

Passado este momento de empolgantes sentimentos nacionalistas e regionalistas, a acalmia política e social local seria apenas afetada com as notícias de uma guerra na Europa que só não parecia mais longínqua porque era sentida a escassez de bens alimentares e a chegada de refugiados a Alcobaça e a Caldas da Rainha. A gratidão a Salazar e à “mediação” da Igreja para a neutralidade portuguesa até ao final do conflito, e ainda as campanhas de solidariedade às vítimas do violento ciclone de fevereiro de 1941, não deixavam transparecer as dificuldades e os compromissos ambíguos do regime, ou mesmo a consciência do que viria a ser o mundo no após-guerra<sup>194</sup>.

---

<sup>192</sup> A Casa do Distrito de Leiria em Lisboa abriu em 1938, na onda do regionalismo muito característico na altura, mas também como *lobby* leiriense na capital. Reunindo inicialmente ilustres figuras da cultura e da política de várias terras do distrito e radicadas em Lisboa, foi um pólo defensor da unidade distrital e de projeção cultural, apesar de algumas personagens tanto do sul como do norte deste território se irem afastando. Tendo os primeiros artigos a apelar a uma associação deste tipo surgido no *O Mensageiro*, alguns mesmo da lavra do caldense António Montez, este acabaria por nunca se envolver na instalação da Casa. Dois antigos governadores civis, um de Alvaiázere, Manuel Ribeiro Ferreira, e outro de Lisboa, Artur Lobo da Costa, seriam os seus grandes mentores. Vd. ADLRA/ASS/CDLRA/A/001, *actas e Idem, ibidem*,/8/B/001, *actas*.

<sup>193</sup> *O Mensageiro*, de 27 de abril de 1940.

<sup>194</sup> *O Mensageiro*, de 8 de fevereiro de 1941. Nestes dois concelhos foram criadas colónias de recolhimento de crianças órfãs de guerra e este jornal registava a atitude de Portugal neutral mostrando o canto sossegado e acolhedor que era o País com a chamada a título de 1ª página: *Portugal parque infantil da Europa – salvemos as crianças vítimas da guerra!*. Quinze dias depois, o mesmo jornal noticiava a extraordinária tempestade que tinha assolado o país e as várias campanhas de solidariedade abertas pelo governo e pela Igreja.

Passada a década de quarenta, a de cinquenta começou com a longa presidência obreira do presidente da Câmara, Magalhães Pessoa. Vindo de Cantanhede como funcionário judicial, a sua militância e as circunstâncias proporcionar-lhe-iam que Leiria se transformasse numa oportunidade de ascensão política. Durante alguns anos diligenciou no desenvolvimento urbano e social, até surgirem problemas com a construção do estádio.

Os planos anuais de atividades da Câmara passaram a ser publicados na imprensa, destacando-se a contínua preocupação com a abertura de escolas, estradas, fontanários, saneamento, habitação social, um novo Palácio da Justiça que não chegaria a concretizar-se no seu mandato, e uma nova e moderna Escola Comercial e Industrial que abriria em 1955.

Contudo, quando chegou a notícia da sua substituição, ela foi sublimada em tom de rotatividade normal e com os maiores encómios nos jornais católicos, enquanto o liberal moderado *Região de Leiria*, ao informar a posse do rico proprietário e novo presidente Olímpio Duarte Alves, deixava escapar secamente para quem entendesse: (...) *foi exonerado deste cargo o sr. Dr. Manuel Magalhães Pessoa, actual deputado à Assembleia Nacional* (...), Uma semana depois voltava a noticiar nova exoneração, agora do vice-presidente Francisco Dias, adiantando numa comparação irónica a posse do sucessor Camilo Korrodi: (...) *se tiver verga e tempo, Leiria pode esperar dele realizações e remodelações* (...), sem adivinhar ainda o próximo final de mandato de Magalhães Pessoa na Assembleia Nacional<sup>195</sup>. Quanto ao mais, a cidade parecia adormecida e apenas estranhava as “absurdas” posições de alguns países na O.N.U.-Organização das Nações Unidas na contestação à política colonial portuguesa, em particular na Índia.

Adivinhando-se as eleições para a Assembleia Nacional para o final do ano, o recenseamento eleitoral de 1957 merecia alguma atenção do mesmo *Região de Leiria* que apelava à inscrição dos leirienses dizendo: (...) *como seria aberrante tender para ideias, regimes e processos inadequados à época de esclarecimento e de libertação* (...) *cada português deve possuir responsabilidade de eleitor e dela usar* (...) <sup>196</sup>.

---

<sup>195</sup> *Região de Leiria*, de 25 julho e 1 agosto, ambos, de 1957. O mesmo jornal voltaria a noticiar o violento acidente de automóvel que, pouco depois, deixaria Magalhães Pessoa muito traumatizado e hospitalizado, insinuando a sua perturbação face aos acontecimentos.

<sup>196</sup> *Ibidem*, de 26 fevereiro 1957.

Com a proximidade do ato eleitoral e perante a passividade dos candidatos, José Galamba de Oliveira, diretor de *A Voz do Domingo*, arriscava uma prosa pedagógica na sua qualidade de personalidade grande de relevo no clero católico. O tema era forte mas prudente e algo contraditório e inquieto com a sobrançeria inoperante dos representantes do regime: (...) *não discutimos regimes. A Igreja e nós com ela, estamos acima dos regimes. Não discutimos partidos nem ideologias políticas: não temos tempo para isso (...) não se pode dizer o mesmo de cada católico em particular (...) dir-se-à que as presentes eleições são um arremedo de eleições, que vote-se ou não se vote, os candidatos escolhidos pela União Nacional serão igualmente eleitos (...). Nem sempre será assim (...) tempo virá e pode não ser longe em que outras listas e outros candidatos venham (...) solicitar os votos dos católicos (...) se houvesse um número de votos sem os quais se não ficasse eleito ou um máximo de cortes, ultrapassando os quais o candidato ficasse derrotado (...) talvez certas nulidades nunca tivessem acalentado ultrapassar os umbrais do Palácio de S. Bento (...). Vamos às urnas, vamos votar! (...). Ficar em casa é cobardia (...) e pode também ser ingratidão para homens que aceitaram a candidatura*”<sup>197</sup>.

Sem sobressaltos, perante 65% dos eleitores que usaram o seu direito de voto no concelho e 63,8% no distrito, que votaram nos escolhidos do regime, *O Mensageiro* permitia-se perguntar: (...) *não consta que alguém da oposição tenha votado (...) porquê? porque a oposição até a si se opõe* (...) <sup>198</sup>.

A agitação aconteceria em 1958 com a campanha de Humberto Delgado em todo o País e em Leiria onde existia um pequeno grupo republicano onde já pontificava um futuro primeiro presidente da Assembleia da República democrática, Vasco da Gama Fernandes, e outros profissionais liberais, comerciantes e professores<sup>199</sup>.

Com o escândalo provocado pelo facto do candidato Arlindo Vicente admitir o apoio comunista e de Humberto Delgado, sendo um general até há pouco envolvido no regime vigente, considerar demitir Salazar, *O Mensageiro* definia quem seriam os eleitores inteligentes e patriotas tendo em atenção o outro candidato Américo Tomás.

---

<sup>197</sup> *A Voz do Domingo*, de 13 outubro 1957.

<sup>198</sup> *O Mensageiro*, de 9 novembro 1957.

<sup>199</sup> A Comissão Republicana de Leiria que tradicionalmente organizava os jantares e as romagens a cada dia 5 de Outubro, era constituída pelos advogados Vasco da Gama Fernandes, Joaquim Fernandes Lisboa, Alberto Ferreira e Afonso de Sousa, pelos comerciantes António Lopes Moreira, José da Silva Brosque e Augusto Ceíça Baltazar, pelo médico Serafim Lopes Pereira, pelos professores Joaquim da Rocha e Silva, José Lino Franco e Miguel Lino Franco e ainda pelo funcionário de finanças Aníbal Varela. Vd. *Região de Leiria*, de 27 setembro 1956.

Dava-se ainda à ousadia de perguntar: (...) *onde estão os monárquicos?*<sup>200</sup>, confirmando que haviam desaparecido com o Estado Novo, enquanto caricaturava os opositores como caducos republicanos ressuscitados, todavia com o perigo do envolvimento comunista.

A tranquilidade das “forças vivas” voltaria com os resultados oficiais da eleição presidencial, apesar de algumas freguesias de Leiria se terem deixado enredar na (...) *aventura do desconhecido* (...) em vez de terem optado pelas certezas de quem já tinha mostrado vasta obra<sup>201</sup>.

Assim continuou a acontecer com a crise de 1961 e o início da guerra colonial. O ambiente local recetivo à mensagem *orgulhosamente sós* do Presidente do Conselho de Ministros parecia virar-se contra o mundo, fazendo subir extraordinariamente o número de populares a oferecerem-se como voluntários para as colónias, acabando por ficar vários deles desiludidos por não serem aceites<sup>202</sup>.

Em Leiria, *A Voz do Domingo* assumia a defesa do império, sabendo que a sua penetração no conservador mundo rural era bem maior do que a dos outros jornais aqui publicados. O primeiro trabalho de fundo aparecia a 16 de abril, e toda a primeira página era dedicada a: *A nossa Província de Angola*. Dois meses depois já não se atribuíam os acontecimentos apenas a *bandoleiros*, passando-se a centrar o problema no facto de Portugal ser o guardião da mensagem cristã e o último reduto anticomunista, avisando: *Angola, nós e o mundo: estamos em guerra com o comunismo!*<sup>203</sup>.

Foi também um ano de eleições e o zelo do cónego José Galamba de Oliveira que, por vezes, levava a que os seus artigos fossem censurados, aproximava-o da belicosidade dos antigos nacional-sindicalistas. Ora defendendo que a Igreja não devia interferir nos negócios de Estado, ora lembrando que os católicos não deviam ser

---

<sup>200</sup> *O Mensageiro*, de 17 de maio de 1958. Perante o quadro dos candidatos presidenciais, o velho monárquico convertido ao Estado Novo, Ferreira Lacerda questionava: (...) *os monárquicos onde estão? Se os há, não os vimos, a actual Situação comeu-os* (...). Já o amador da pintura, Arlindo Vicente, era invetivado por admitir o apoio comunista: (...) *borrou a pintura!* (...), enquanto na direção de Humberto Delgado seguia o aviso: (...) *Meu general estragou tudo! Obviamente, demita-se!* (...) *que promessa tão impolítica, pois foi anti-patriótica* (...) *um acto contra a nossa Pátria!*(...).

<sup>201</sup> *O Mensageiro*, de 14 de junho de 1958. Os resultados oficiais das eleições não conseguiram evitar a vitória de Humberto Delgado em três mesas de freguesias do concelho de Leiria, Bidoeira, Carvide e Gândara dos Olivais. O mandatário distrital daquela candidatura foi Vasco da Gama Fernandes.

<sup>202</sup> A onda emotiva foi impulsionada pelas descrições macabras nas emissoras radiofónicas, assim como pela circulação de imagens na imprensa e em feiras exibindo cenas sanguinolentas, o que motivou muitos populares a responderem ao inflamado apelo patriótico e oferecem-se como voluntários para Angola. Nós próprios lembramo-nos de alguns vizinhos de rua cuja juventude já havia passado e, mesmo assim, ofereceram-se, no entanto, sem sucesso.

<sup>203</sup> *A Voz do Domingo*, de 4 de junho de 1961.

alheios ao governo das coisas terrenas para melhor se aproximarem da vontade divina, antes do ato eleitoral apelava ao voto como forma não só de legitimar os eleitos como de os responsabilizar, denunciando sibilamente os compadrios existentes numa vitória antecipada: (...) *há uma lista única e estão praticamente eleitos os deputados da União Nacional (...) mas nem por isso se deve tolerar que fiquemos comodamente em casa.*

Após as eleições, ocorridas a 12 de novembro, não achava necessário publicar os resultados, mas passava a denunciar o que pensava que deveria ser evitável como permissividade a qualquer aproximação de parlamentarismo, chamando a si o papel de arauto junto do Povo: (...) *terminou esta espécie de Carnaval em que, por convenção, se pode dizer tudo (...) contínua campanha de ódios contra Portugal. Temos que resistir e vencer, mas unidos (...). Não vá contudo julgar-se que os seis deputados são apenas verbos de encher numa aparência de democracia (...) há problemas que urge tratar às claras (...) que o saibam fazer os senhores deputados (...) a prometida lei da imprensa para tudo clarificar junto da opinião pública?*<sup>204</sup>

Por outro lado, a recente vaga de emigração para a Europa, sobretudo para França, e na qual Leiria estava na linha da frente, dividia as opiniões<sup>205</sup>. Tratava-se da secular diáspora portuguesa que matava a fome a muitos e permitia a entrada de divisas que o País passava a entesourar, mas a frente de guerra necessitava de braços jovens e era a emigração clandestina que passava a estar na mira das acusações.

Acabariam, no entanto, por ser precisamente estas divisas que, conjugadas com algumas medidas de política económica com a adesão de Portugal à EFTA-European Free Trading Association (Associação Europeia para o Comércio Livre), permitiram que Leiria desse um salto desenvolvimentista a partir desta década. Não só a paisagem rural mudou, com as construções “pastiche” das edificações da Europa central - na cidade novos arruamentos e bairros nasceram com o dinheiro aforrado pela emigração.

A cidade, que já beneficiara recentemente de uma obra dispendiosa por iniciativa de Magalhães Pessoa, um estádio grandioso à época e subaproveitado, sentia atenuada a frustração face à demolição do teatro oitocentista “D. Maria Pia”, com o aparecimento de novas fortunas, uma das quais seria a fonte da oferta mecénática de um novo cineteatro que ficaria com o nome do doador. O dinheiro público que para ali

---

<sup>204</sup> *A Voz do Domingo*, de 5 e 19 de novembro, ambos de 1961.

<sup>205</sup> ARROTEIA, Jorge Carvalho de, *Atlas da emigração portuguesa*, Lx, SEE, 1985, p.174. O autor demonstra em números como o distrito e o concelho de Leiria lideravam os índices de emigração nacional entre 1950 e 1970.

estava destinado acabaria, assim, por ser equacionado para a construção de uma piscina municipal<sup>206</sup>.

A inauguração deste cineteatro, as campanhas futebolísticas internacionais, ou a passagem do Papa Paulo VI a caminho de Fátima, faziam a cidade não reparar na contestação estudantil, nas sucessivas crises operárias na Marinha Grande, nas prisões e fugas de Peniche, olhando longinquamente para a situação dos que emigravam, ou mesmo dos que iam para a guerra. A informação era, de facto, moldada para um coro de sucessos<sup>207</sup>.

A “Oposição” em Leiria, liderada por Vasco da Gama Fernandes e Henrique Vareda, de vez em quando ainda conseguia umas colunas moderadas no jornal *Região de Leiria*, ou aceder aos órgãos sociais do Rotary Club, do Ateneu Desportivo de Leiria, ou do Grémio Literário, únicos locais de confluência de ideologias diferentes desde que as contrárias ao regime não fossem evidenciadas. Mesmo o *Região de Leiria*, de tradições mais liberais, não publicava todos os textos dos seus colaboradores, como aconteceu com um deles habitualmente defensor do operariado marinhense que, ao reclamar em “carta ao director” da não publicação de um outro texto seu, teve como resposta: (...) *nem sequer se fará a composição gráfica da carta (...) o leitor que não seja ingénuo concluirá dos motivos (...)*<sup>208</sup>.

Todavia o regime, parecendo perene, em 1968 sofreu um forte abalo com a revelação da incapacidade de Salazar para governar. As notícias passavam aos leirienses pelo filtro da rádio, ou através dos cuidados da imprensa local: (...) *Uma queda, que obrigou a operação, mas é boa a recuperação do Senhor Presidente do Conselho*<sup>209</sup>.

---

<sup>206</sup> O velho teatro D. Maria Pia, de arquitetura exterior muito singela, mas com um interior à maneira dos mais dignos teatros oitocentistas, pertencia a uma sociedade patrocinada pela Câmara. Foi demolido para *embelezamento* do centro da cidade, em 1958. Ficando apenas com um pavilhão provisório, que envergonhava a terra para a passagem de filmes, demoraram quase dez anos as divergências sobre o local e o projeto. Só passado este tempo surgiria o ato mecenático do rico industrial José Lúcio da Silva em ofertar à Câmara a construção do novo edifício, o que lhe valeu ser agraciado com uma comenda, permitindo ainda que a anterior sociedade construísse com a edilidade as piscinas municipais. Lúcio da Silva tinha começado como moço de fretes numa agência bancária local, tornando-se num exemplo local do *self made man*, típico do crescimento económico da década de sessenta.

<sup>207</sup> O Papa Paulo VI veio a Portugal em plena crise aberta com o governo português. Aterrou no concelho de Leiria, em Monte Real, e parou na cidade antes de continuar para Fátima, tendo gerado uma onda de entusiasmo por parte da população, completamente desconhecadora dos meandros políticos da visita.

<sup>208</sup> *Região de Leiria*, de 2 de agosto de 1962.

<sup>209</sup> *A Voz do Domingo*, de 15 Setembro 1968, noticiava o que não podia ser omitido mas, de forma cuidada, como se tudo estivesse dentro da normalidade, apesar de um incómodo acidente. A partir daqui passou a limitar-se a dar as notas oficiais.

Com a inevitável substituição de Salazar por Marcelo Caetano, ainda *A Voz do Domingo* dizia em 6 de outubro daquele mesmo ano: (...) *a vida tem que continuar!* A isto juntaram-se os ecos de Maio de 68 em França, da nova crise estudantil e das eleições de 1969 com o aparecimento de listas opositoras<sup>210</sup>.

Marcelo Caetano era recebido com simpatia, bem mais por uma inédita popularidade televisiva do que pelas medidas renovadoras. A imprensa na fase final da década de sessenta e até 1974 enchia-se de avisos sobre a sensatez política, para além de pequenas informações de conteúdo anódino, parecendo que nada havia de importante na região que merecesse ser notícia.

A “lição de Salazar” também em Leiria tinha ganho perspetivas diferenciadas conforme os momentos, mantendo-se una apenas nas virtualidades rurais e na confiança devida pela proteção dos poderes civis e eclesiásticos.

### **O Estado Novo e a representação social das elites, em Leiria**

Na I República as elites com intervenção política vinham sobretudo da cidade e vários notáveis usavam os diversos títulos dos jornais para se afirmarem como proprietários, como diretores, ou com outras funções de destaque. Cada tendência política foi-se afirmando com um título afeto.

Quanto a este aspeto verificou-se uma alteração profunda com a chegada da ditadura. O conservadorismo estava patente nos negócios, nos domínios fundiários e nas ligações às organizações religiosas. O poder de influência junto às populações tornou-se, formalmente, mais distante mas, exatamente, este peso formal tornava-o ainda mais eficaz que anteriormente.

As mudanças de protagonistas eram, sem dúvida, muito menos rotativas do que no período anterior, mas ainda assim as conjunturas políticas iam ditando as substituições dos candidatos a deputados, no governo civil e na Câmara Municipal. O certo é que a maior estabilidade na manutenção dos cargos levou a um dignificação dos

---

<sup>210</sup> As listas da “Oposição”/CEUD foram permitidas com a chamada “primavera marcelista”, mas vigiadas de perto. Exemplo disso mesmo foi o impedimento da candidatura de Alberto Costa, líder estudantil e futuro ministro no regime democrático, pelo governador civil de Leiria, José Damasceno Campos. Vd. ADLRA/GCLRA/G/008, *correspondência (eleições)*, (1969)..

mesmos em rituais de deferência que, afinal, não passavam de uma cenografia que levava a reverenciar o regime.

Na imprensa e nos discursos protocolares o empolgamento de louvor era permanente mesmo quando as saídas de cena não aconteciam pelos motivos mais nobres. As elites do Estado Novo protegiam-se na sua imagem pública, pois isso significava a própria proteção do poder central aos olhos da população naquilo que era um insistente argumento sobre a missão exemplar e sacrificada em prol do País. Por exemplo, o afastamento nunca explicado de um presidente da Câmara, Manuel de Magalhães Pessoa, indiciava problemas sérios, apesar dos elogios públicos que sempre lhe foram dirigidos.

A relação distante que obrigava a um tratamento reverencial estendia-se aos estratos médios do poder económico, do poder político e do poder administrativo, multiplicando-se a cadeia de intermediários para tratarem as questões necessárias junto às camadas populares.

A imprensa continuava a ser um importante meio de veiculação e modelação de ideias, mas as restrições à liberdade de expressão inibiam a anterior proliferação de títulos. Já em 1925, Leiria apresentava apenas dois títulos, o republicano *A Voz do Povo* e o decano *O Mensageiro*. Nos anos seguintes, excetuando este último que, entusiasticamente, se adaptava ao novo regime, iam surgindo ainda alguns títulos com sucessivas mudanças dos proprietários ou dos diretores. Todavia, deixámos de ver nestas funções os próprios protagonistas políticos, ao contrário do que acontecera na I República.

Parecia haver agora um jogo de sombras. Tínhamos os ideólogos locais com responsabilidades na União Nacional a escreverem regularmente, mas não tínhamos a assinar qualquer artigo quem passava pela presidência da Câmara, pelo Governo Civil, ou pela Assembleia Nacional. A estratégia das elites do Estado Novo parecia recuada aos olhos do público dentro de um manto de intangibilidade muito característica do poder autoritário.

Alguns títulos ainda foram aparecendo ligados aos republicanos, mas também aos nacional-sindicalistas que, entre 1928 e 1936, manteriam o *União Nacional*. Também a Igreja Católica em 1933 havia lançado um segundo jornal, *A Voz do*



*Domingo*, de teor muito mais cuidadoso do que *O Mensageiro* na mensagem pastoral e no zelo da “atitude cristã”<sup>211</sup>.

No entanto, a partir de 1937, quando se entrou na fase da consolidação do regime, os três títulos que já existiam, *O Mensageiro*, *A Voz do Domingo*, e *Região de Leiria*, este laico e um pouco mais liberal, mantiveram-se sós até 1974, continuando mesmo os três até ao ano de 2013, apesar das grandes alterações no panorama da imprensa local com o regime democrático<sup>212</sup>.

No que toca ao associativismo recreativo e cultural, tudo parecia mais definido. Organizações da elite para a elite eram em Leiria: o Grémio Recreativo e Literário, clube de grande seletividade nos associados masculinos (admitia o acesso em dias de festa às esposas e filhas) que vinha desde a I República e se manteria ao longo de todo o Estado Novo, dedicando-se ao sossego da leitura, às conversas resguardadas, aos jogos de sala e às festas de sociedade; o Aero-Club, criado no início da década de cinquenta, juntava militares e civis com acesso ao *brevet* de voo; o Rotary Club, nascido em 1961 tinha a filantropia como objetivo e era outro clube de cavalheiros que discutiam o quotidiano do mundo e da cidade; e em Lisboa, a Casa do Distrito, que surgiu em 1938 e manteve o dinamismo durante a década de quarenta era, essencialmente, uma organização masculina para vultos da política, da cultura, da vida castrense ou empresarial, mas também acessível a senhoras, onde a promoção dos valores culturais e das potencialidades económicas da Região era o fator de coesão.

Curiosamente, as elites pareciam reconhecer-se mesmo quando estavam em campos políticos opostos. Nestas agremiações encontrávamos personalidades gradas ao Estado Novo, mas também velhos republicanos agora sem atividade política conhecida, como ainda alguns oposicionistas declarados. Eram pontos de convivência cordial e cavalheiresca, próprios de uma pequena urbe, deixando para os espaços de controlo da

---

<sup>211</sup> *A Voz do Domingo*, este título extinto recentemente, como já referimos, foi fundado pelo cónego José Galamba de Oliveira, um clérigo que foi durante anos o homem de confiança do bispo D. José Alves Correia da Silva na construção de Fátima como “altar do mundo”. Tratava-se de um jornal mais vocacionado para o mundo rural do que para a cidade, não deixando o fundador e diretor de passar uma meticulosa mensagem política dentro dos parâmetros da “lição de Salazar”, tão zelosa que não deixou de ser, algumas vezes, alvo da censura. Já o *União Nacional* apareceu antecipando o momento em que foi lançada a organização que viria a ter funções de caráter partidário permitida pelo regime, exatamente, com a mesma denominação. Tratava-se de uma sagaz tática de pressão e condicionamento fascizante tendo em conta as linhas de força do que seria a nova organização. O jornal mantinha uma linha de aclamação da revolução de 28 de maio de 1926 e de admiração pela obra de Mussolini que deveria ser tida como exemplar.

<sup>212</sup> Para a sucessão e caracterização dos títulos da imprensa escrita local durante o Estado Novo, vd. anexos no final.

Administração a nível local e para os períodos das campanhas eleitorais, as rixas que por vezes não eram apenas verbais.

Isto mesmo era ainda visível na efémera Liga Pró-Leiria criada em janeiro de 1955 e que pretendia recriar na cidade o dinamismo e a promoção da capitalidade distrital, à semelhança daquilo que a já desativada Casa do Distrito havia feito em Lisboa nas décadas anteriores. Apoiada pelos poderes públicos para aproveitar a onda dos Planos de Fomento, no entanto, as pequenas rivalidades entre os protagonismos locais não deixariam chegar longe esta Liga. De qualquer modo, era evidente que a aglutinação das referências da terra, ora quando se tornava premente defender a coesão territorial, ora quando se tornava conveniente atacar a Oposição, deixava sempre espaço para relações socialmente amistosas até quando não eram absolutamente sinceras.

Estas deferências viam-se no associativismo leiriense ou noutras ocorrências, mesmo quando se tratava de antigos adversários políticos que muito se tinham digladiado. O padre José Ferreira Lacerda fundador de *O Mensageiro* em 1914, assumido anti-republicano, próximo das ideias nacionais-sindicalistas após 1926 e convertido em definitivo ao Estado Novo, em 1 de janeiro de 1955 dedicava meia primeira página do jornal ao Natal do Colégio Moderno de Lisboa e à notável obra em prol do ensino em Portugal do leiriense João Soares, ex-dirigente do Partido Republicano Português e ex-ministro democrático.

Já o Ateneu Desportivo de Leiria e o Orfeão de Leiria eram associações geridas por elites intelectuais, por vezes com uma ou outra intervenção oposicionista, mas vocacionadas para camadas sociais mais populares. Já nos finais da década de sessenta o clube desportivo União Desportiva de Leiria apareceria claramente sob o patrocínio do presidente da Câmara, Bernardo Pimenta, como popular plataforma impulsionadora, identitária e de promoção da Região.

Para além das pequenas coletividades claramente populares, outras organizações com relevo social seriam ainda as Ligas da Acção Católica, a Santa Casa da Misericórdia que, passada a I República, retomava a tutela eclesiástica, a Legião Portuguesa e a Defesa Civil do Território, as delegações distritais dos Grémios, dos sindicatos nacionais e da FNAT-Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho, a Comissão Municipal de Turismo e a Associação Comercial, agora menos poderosa que anteriormente.

Obviamente, nestas últimas, o acesso era reservado aos indefetíveis do regime, tendo os seus poderes de influência de grande peso, tanto para o recrutamento de protagonistas, como nos condicionamentos impostos a partir da atividade de cada uma.

Naturalmente, a organização mais poderosa era a própria União Nacional, a única organização política admitida pelo regime, associação com funções partidárias, por onde passaram, tanto pelos órgãos da Comissão Concelhia como pelos da Comissão Distrital, vários dos principais atores políticos.

Alguns dos participantes na vida política do regime já haviam participado nas últimas vereações republicanas da Câmara de Leiria, eleitos nas listas conservadoras-católicas, ou mais remotamente na Comissão Administrativa Municipal sidonista.

Aliás, tanto o padre José Ferreira Lacerda como o capitão José da Silva Mendes, anterior governador civil, como ainda o antigo vereador e abastado proprietário Olímpio Duarte Alves, foram os fundadores das Comissões Concelhia e Distrital da União Nacional. Também o oficial do Exército, José Pereira Pascoal, que seria comandante distrital da Legião Portuguesa e presidente da Comissão Distrital da União Nacional, tinha feito a transição entre regimes, tal como o jovem médico Rui Acácio da Luz, igualmente destacado dirigente político local que assumiria o cargo de presidente da Comissão Municipal de Turismo e era filho de José Acácio da Luz, vereador na conservadora e última Câmara republicana.

A capacidade de influenciar, até meados do século, ainda se via pela riqueza fundiária, pelas lojas abertas na cidade, ou pelas possibilidades de empregar e pelo controlo de decisões quotidianas sobre os cidadãos, o que estava nas mãos da elite burocrática. Estes lugares de gestão administrativa estiveram quase sempre guardados para quem jurava e praticava a fidelidade ao regime, chegando a sua projeção social a níveis muito superiores à realidade funcional<sup>213</sup>.

Quando surgiu o surto industrial ligado às madeiras e aos plásticos, a região respirou muito dinheiro novo de gente que até há pouco vivia nos patamares inferiores da sociedade. A associação de alguns destes recém enriquecidos a elementos de famílias

---

<sup>213</sup> CRUZ, Manuel Braga da, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lx, Presença, 1988, pp. 235 e 236. O autor mostra em quadro a representatividade dos vários sectores profissionais na União Nacional ao longo de todo o regime autoritário num *ranking* que põe em evidência o recrutamento de militantes nos sectores de maior contacto e influência sobre o cidadão comum na seguinte sequência: proprietários, funcionários, comerciantes, industriais, professores do ensino primário, médicos, engenheiros, professores do ensino secundário, enfermeiros, padres, advogados e outros.

tradicionalmente influentes, foi a conjugação do metal com o nome na abertura de canais burocráticos que uns não conseguiam por desconhecimento e os outros também não, sem o dinheiro.

A partir da década de sessenta, esta elite manteve e reforçou o estatuto com o alargamento de património, mas também com o estudo, empregos, fidelização partidária e “bons” casamentos dos seus filhos. Quanto ao resto, o retrato foi mudando, ao declinar o poder económico e social do comércio e da agricultura, enquanto emergia o da indústria e mesmo do imobiliário.

Contudo, os espaços de lazer como alguns cafés *chics* da cidade, as termas de Monte Real do rico proprietário e ativo político Olímpio Duarte Alves, ou a seleta praia de S. Pedro de Muel, retiro do poeta Afonso Lopes Vieira, passaram ao longo de todo este período a ser locais de tertúlia e de negócio, tanto político como financeiro.

Quanto ao protagonismo feminino nas diversas organizações sociais e políticas, era praticamente nulo ao longo de todo o período ditatorial. A capacidade eleitoral das mulheres era extremamente limitada e estas apenas integravam discretamente as organizações católicas, a Mocidade Portuguesa Feminina, ou a delegação local do Movimento Nacional Feminino durante a guerra colonial. Oriunda destes movimentos, surgiu a única vereadora já na fase final do regime, não havendo outras que se destacassem, a não ser uma fugaz diretora no Orfeão de Leiria<sup>214</sup>.

#### - A imprensa

Eram aparentes banalidades aquilo que o único órgão da imprensa não enfeudado ao regime ou à Igreja Católica, relatava. De facto, o *Região de Leiria*, dirigido pelo filho do fundador, a partir da década de sessenta, dava quase sempre grande destaque de primeira página às atividades ou a meras reuniões do Rotary Club, a exposições na galeria do Turismo e ao desporto. Além disto, surgiam as pequenas

---

<sup>214</sup> Helena Duarte Carvalhão, com ascendentes familiares na política ativa, era filha de um nacional-sindicalista diretor do antigo *União Nacional* e sobrinha de um republicano, maçom. Foi uma reputada professora do liceu, delegada do Mocidade Portuguesa Feminina e nomeada para a vereação na fase final do mandato de Bernardo Pimenta, último presidente da Câmara no regime ditatorial. Foi a primeira mulher, em Leiria, no exercício de funções políticas. Após 1974, Helena Carvalhão conheceria outras perspetivas políticas, mantendo uma actividade social, ainda, notável nos começos do séc. XXI. Atualmente, dirige uma Academia Sénior que fundou, uma organização de demonstração de competências diversas para aposentados.

notícias de acontecimentos ocasionais, ou as crónicas situacionistas do professor Manuel Matias Crespo que viria a ser vereador ainda neste regime, e as de enaltecimento da cultura popular de José Travassos dos Santos, vindo ambos a transitar para os jornais católicos, *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*, após 1974.

A 16 de março de 1974, no dia da primeira tentativa de sublevação militar, o *Região de Leiria* dava, então, larga cobertura ao incêndio do Hotel Central, local de referência na I República e cujo desastre lançou o pânico na zona antiga da cidade. Só no dia 23, numa pequena notícia da segunda página se referia em título: *Insoburdinação militar*, limitando-se a transcrever sem qualquer comentário o comunicado da Secretaria de Estado da Informação e Turismo, acrescentando simplesmente que haviam sido exonerados os generais Costa Gomes e Spínola.

No dia 27 de abril, enquanto a primeira página mantinha os padrões habituais, relatando a obra do Estado Novo no distrito, era ainda na segunda página que trazia: *Última hora! Levantamento militar com o fim de fazer terminar o regime que há muitos anos tem vigorado neste País!*. Mais nada acrescentava, misturando-se aqui a cautela com a necessidade, naquela época, de fechar a edição com alguns dias de antecedência.

## **As eleições para a Assembleia Nacional**

### *- O recrutamento dos deputados*

Perante o cenário descrito, é fácil perceber a desconfiança de Salazar face a outros interesses que não fossem o reforço da unidade à volta do governo. Por isso, os regionalismos eram estimulados enquanto fator de dinâmica local, mas necessariamente teriam que ser condicionados perante o interesse geral, dito o *interesse superior da Nação*.

Assumindo o princípio de que não podia haver Estado forte onde o governo não o fosse, a política não era admitida como debate, por ser considerado improdutivo e assim, inibidor da ação. A política era, antes, entendida para obter a adesão dos homens, subordinando-se ao governo e este à moral e ao direito. O Estado, através do governo, sentia-se no direito e com a razão de tudo controlar, desde as redes sociais e

profissionais até à própria economia, não só com planificação de prioridades e formas de produção, como com as proibições da greve e do *lock out*, na convicção que só assim seria forte e equilibrado.

A ausência de espírito crítico permitia, no dizer de Manuel Braga da Cruz: (...) *a acalmção dos espíritos* (...) porque (...) *politicamente só existe o que o público sabe que existe* (...), acabando, neste afã de controlo, o Estado de direito por evoluir para um Estado de polícia. Não se tratava de uma ditadura de partido ou de movimentos, mas de uma ditadura de governo ou do seu chefe num (...) *monismo político que nasceu, viveu e morreu pelo sonho do império*<sup>215</sup>.

Assim, a insistência no lema *tudo a bem da Nação e nada contra a Nação*, reforçou o significado na eleição dos representantes parlamentares<sup>216</sup>. Tanto durante os anos de construção do regime (1926-1933), portanto no período de conceção do Parlamento ou Assembleia que deveria vir a servir o regime, como naqueles em que se iriam sentir as consequências do Código Administrativo de 1936, ou ainda nos anos de crise coincidentes com a guerra na Europa. Até 1945, as eleições legislativas subordinavam-se a um único círculo eleitoral nacional e os deputados não eram eleitos regionalmente, não se comprometiam com causas locais, reforçando assim a ideia de *deputados da Nação*. Contudo, o próprio mentor do sistema já se apercebia da necessidade de mobilização popular a nível local, acabando as diferentes regiões por fornecer, tacitamente, os seus representantes para a Assembleia<sup>217</sup>.

Após 1945, numa ligeira abertura de aparência liberalizante para uma nova Europa democrática, as Províncias começariam a justificar a sua inoperacionalidade após 13 anos de existência, o que se acentuaria com a definição de círculos eleitorais coincidentes com os distritos administrativos.

O distrito de Leiria passaria a eleger seis deputados, enquanto antes, mesmo não sendo em representação distrital, a Região já tinha tido seis eleitos daqui oriundos na 1ª

---

<sup>215</sup> CRUZ, Manuel Braga da, “Salazar e a política” in VVAA, *Salazar e o salazarismo cit.*, pp. 62-66. O autor identifica um sistema eleitoral plurinominal de modo a garantir a consonância entre os interesses do governo e os eleitos para a Assembleia Nacional que tinha poderes fiscalizadores e legislativos diminuídos, ficando para a Câmara Corporativa o aconselhamento técnico da ação legislativa.

<sup>216</sup> É de notar a pedagogia veiculada pelo *O Mensageiro cit.*, de 9 de janeiro de 1936.

<sup>217</sup> CRUZ, Manuel Braga da, *O partido de Estado no salazarismo, cit.*, pp. 96 e 102. O autor cita Marcelo Caetano ao descrever o *presidencialismo bicéfalo* do Estado Novo, com o Presidente da República reduzido a uma magistratura representativa e arbitral face ao *presidencialismo funcional* do Presidente do Conselho de Ministros, naquilo que se poderia chamar um *ditadura do chefe do governo* ou pessoalização da ação governativa. É esta interpretação que nos leva a assumir no texto a atribuição das decisões políticas não ao governo, à Assembleia ou à União Nacional, mas a Oliveira Salazar.

Legislatura (1935-1938); três na 2ª (1938-1942); dois na 3ª (1942-1945); ensaiando novamente seis na 4ª Legislatura (1945-1949). Parece isto dizer que a área geográfica correspondente ao distrito justificava os seis deputados iniciais que a partir de 1945 se confirmaram. Todavia, a divisão administrativa proposta por Amorim Girão, enquanto esteve na ordem do dia, não deixou de abalar seriamente a representatividade local.

Após o plebiscito à Constituição de 1933, as eleições legislativas realizar-se-iam a partir do ano seguinte, de quatro em quatro anos, até 1973<sup>218</sup>. Contudo, até 1945, o único círculo para todo o País aproximava o sistema de verdadeiros plebiscitos e só a partir daquele ano o regime teve necessidade de dar a aparência de uma pseudo abertura democratizante.

Contudo, passado o fugaz ensaio da frente oposicionista, o MUNAF-Movimento de Unidade Nacional Anti-fascista, em 1943, dois anos depois a oposição reunia-se no MUD-Movimento de Unidade Democrática e, apesar de se ter chegado a convencer da bondade do regime, acabou por se retirar após uma forte ação repressora desencadeada dias antes do ato eleitoral, face aos receios da sua inusitada mensagem da publicidade eleitoral<sup>219</sup>.

Os círculos eleitorais, já a coincidirem com os distritos administrativos, levaram a que a reorganização da União Nacional se fizesse com base em estruturas concelhias e distritais, tornando-se mais controladora, enquanto a oposição política continuava sem direito a organizar-se, a não ser de forma muito limitada nos momentos eleitorais. Tratava-se de um “eleitoralismo de Estado”, numa concorrência simulada onde os movimentos oposicionistas apenas aproveitavam o tempo na defesa dos mais elementares direitos cívicos sem oportunidade de apresentar projetos políticos alternativos<sup>220</sup>.

---

<sup>218</sup> As eleições de 1945 realizaram-se antecipando um ano à periodicidade de quatro. O MUD que havia sido permitido fazer campanha, acusou o governo da antecipação para impedir a possibilidade de se organizar.

<sup>219</sup> SANTOS, Maria Helena Carvalho dos, “Do outro lado do Estado Novo” in VVAA, *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia*, vol. I, Lx, Ed. Fragmentos, 1987, pp.71 e 72. A autora cita a revista londrina *Time*, onde é referida a repressão sobre o MUD por parte da polícia *de preparação alemã*, após a surpresa de Salazar com os ecos da oposição na imprensa, acrescentando que: (...) *os regimes autoritários podem alterar um pouco o jogo político mas não facilitam as aberturas. Quando muito discutem-se ideias e não a sua prática.*

<sup>220</sup> QUINTAS, José Manuel (J.M.Q.), “Eleições para a Assembleia Nacional”, in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M.Brandão (dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol I, Lx, Bertrand, 1996, pp. 288 a 291. Vd. também CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o Estado no salazarismo*, cit., p. 257 onde o autor define este eleitoralismo, comparando o detentor do poder ao comprador privilegiado que opera de maneira preventiva.

Em consequência da perturbação política causada pela campanha de Humberto Delgado para a eleição presidencial em 1958, a partir daqui estas eleições passariam a ser sufragadas por um colégio eleitoral constituído na própria Assembleia Nacional, passando o número de deputados para 130. Quanto às legislativas, só em 1969, já no período marcelista, as listas não enquadradas pela Acção Nacional Popular chegariam pela primeira vez à boca das urnas, assistindo-se em 1971 a um novo aumento do número de deputados para 150, ainda fruto da “abertura” política às “províncias ultramarinas”. No entanto, o círculo de Leiria apresentaria sempre seis eleitos.

A Assembleia Nacional era um órgão de soberania, tal como o Presidente da República e o Governo, mas na verdade não passava de uma instituição que basicamente ratificava a produção legislativa governamental, ou quando muito geria consensos entre interesses ocasionalmente divergentes, sobretudo de carácter local. A partir da revisão constitucional de 1945 o governo adquiriu competências legislativas para além das que antes detinha em caso de urgência, acentuando-se muito mais o papel secundário da Assembleia.

Por sua vez, a Câmara Corporativa era um órgão consultivo da Assembleia, constituído por elementos cooptados pelo governo e por representantes das corporações profissionais e sociais. Sendo criteriosamente escolhidos, contudo não deixavam de surgir aqui alguns elementos dissonantes, acabando esta Câmara secundária por ser um órgão onde se verificava alguma pressão dos interesses corporativos.

No que tocava ao recrutamento político, o leque de seleção era muito mais restrito e mais estável do que no anterior regime republicano. Como já vimos, a representação dos diversos interesses diluía-se face àquilo que os líderes identificavam como interesse nacional, não havendo escolha como seria próprio da alternância num regime democrático. O recrutamento cingia-se, assim, aos que transmitiam confiança à única organização com funções de partido, a União Nacional que, após 1969, se reconverteria em ANP-Acção Nacional Popular. Apesar de ser dada a oportunidade legal de poderem ser eleitos todos os que tivessem capacidade de voto, excluindo os presos por delito político ou os que pusessem em causa a soberania da Nação, a União Nacional, cujo presidente era o próprio chefe do governo, seleccionava dentro dos que lhe estavam próximos quem viria a assumir os cargos políticos, tendo em conta os conhecimentos especializados de cada um, ou a necessidade de apaziguamentos



regionalistas, ou ainda de qualquer outra de compensação. Isto era feito sem alargar o campo de recrutamento a uma malha social à qual fosse alheia.

Na verdade, durante quarenta anos os deputados foram sempre propostos pela União Nacional, enquanto perdurou, e depois pela ANP, muitas vezes escolhidos diretamente pela Comissão Executiva Nacional, mas era comum serem propostos a esta pelas Comissões Distritais. Contudo, o número de militantes não era esmagador no hemiciclo, o que sugeria que o recrutamento era feito pelo aparelho partidário ante gente de confiança que poderia mostrar a sua fidelidade de outras formas para além da sua filiação.

Quanto aos eleitores, o primeiro diploma legal do Estado Novo que passava a regulamentar os atos eleitorais, a partir de 1933, mantinha a capacidade de voto, tal como já vinha da I República, para os homens com mais de 21 anos de idade, ou emancipados, que soubessem ler e escrever, podendo também a partir de agora votar os analfabetos que tivessem rendimentos que garantissem uma tributação ao Estado com algum relevo. Quanto às mulheres, também havia uma novidade em relação ao regime anterior, sendo-lhes permitido o voto desde que fossem cabeças-de-casal ou possuidoras de habilitação escolar equivalente ou superior ao ensino secundário. Marcelo Caetano alargaria genericamente o direito de voto a todos os portugueses que soubessem ler e escrever e aos analfabetos contribuintes sem limites mínimos.

Todavia, o recenseamento eleitoral não era estimulado, nem sequer a própria participação no ato de votar, o que não era sentido como necessidade prioritária pois a Oposição não se chegava a apresentar nas urnas, sendo assim preferível a passividade. Um primeiro exemplo disto foram as eleições presidenciais de 1928. Três anos antes, as eleições municipais, apesar de controversas, haviam sido extraordinariamente concorridas, mas agora na freguesia urbana votaram apenas 384 eleitores com 17 votos nulos<sup>221</sup>.

Como a chamada ao recenseamento não era sentida pela população, a imprensa também pouco destaque lhe dava e mesmo quando isso acontecia, por iniciativa dos setores mais liberais, acabavam por ser pequenas notas. Apesar destes constrangimentos, o *Região de Leiria* mostrava empenho e risco em 1957, com a aproximação das legislativas nesse ano e das presidenciais no ano seguinte, ao apelar e

---

<sup>221</sup> *O Mensageiro*, de 1 abril 1928

destacar desta forma: (...) *Recenseamento eleitoral (...) como seria aberrante tender para ideias, regimes e processos inadequados à época de esclarecimento e de libertação (...) cada português deve possuir capacidade de eleitor e dela usar (...)*<sup>222</sup>.

De facto, a população alheava-se do recenseamento voluntário e as comissões concelhias criadas para esta tarefa, sendo todas da confiança da União Nacional, faziam incidir o seu trabalho conforme os momentos ou o campo social onde fosse mais pertinente atuar<sup>223</sup>. Apenas no período marcelista se verificaria alguma disposição em alargar o número de inscritos nos cadernos eleitorais e era feita alguma pressão junto aos funcionários públicos para votarem, de modo a evitar qualquer surpresa nociva ao regime.

Assim, a tradicional percentagem elevada de votos favoráveis aos deputados do regime, em cada momento eleitoral, não correspondia à verdadeira participação dos cidadãos. Entre o plebiscito para a Constituição em 1933 e a revisão de 1945, enquanto houve apenas um único círculo eleitoral para todo o País, Portugal oscilou entre um pouco menos de sete milhões de habitantes e oito milhões e meio, nunca chegando ao milhão e duzentos mil eleitores recenseados e acabando por votarem menos de 50% destes.

Quando os deputados passaram a ser votados por círculos eleitorais, em 1945, o distrito de Leiria tinha cerca de 360.000 habitantes e 62.200 eleitores inscritos, votando cerca de 47.400. Até à entrada do governo marcelista estes números pouco variaram e se atendermos a umas eleições dos meados do Estado Novo, em 1957, no distrito de Leiria havia 64.055 inscritos, votando 63,8%, pouco mais de quarenta mil, enquanto no concelho da capital do distrito havia 10.003 recenseados votando 65%, o que correspondia a 6.501 eleitores<sup>224</sup>. Nas últimas eleições legislativas, em 1973, para cerca de 380.000 habitantes no distrito, estavam recenseados 95.200, votando cerca de 69%, isto é, 65.700 eleitores<sup>225</sup>.

Curioso será ainda acompanhar as percentagens no distrito, concelho a concelho. O concelho de Leiria manteve sempre uma percentagem de votantes superior à média

---

<sup>222</sup> *Região de Leiria*, de 26 fevereiro 1957.

<sup>223</sup> CRUZ, Manuel Braga da, *op.cit.*, pp. 200 e 201.

<sup>224</sup> *O Mensageiro*, de 9 novembro 1957 acrescentava ufano em relação às eleições deste ano: (...) *não consta que alguém da oposição tenha votado (...) porquê? Porque a oposição até a si se opõe.*

<sup>225</sup> Para os dados demográficos gerais vd. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *Recenseamentos Gerais da População de 1930, 1950 e 1970*. Para os dados referentes aos recenseamentos eleitorais e número de votantes, vd. CRUZ, Manuel Braga da, *op.cit.*, pp. 196, 216 e 217.

do distrito, enquanto o centro operário da Marinha Grande registou sempre as percentagens de votantes mais baixas<sup>226</sup>.

#### *- Os partidos políticos*

O Partido Nacional-Sindicalista, de Francisco Rolão Preto que, a partir de 1930, procurava fazer a purga dos integralistas e, apesar de ainda absorver monárquicos se aproximava progressivamente dos fascistas de inspiração mussoliniana, tentou antecipar-se para condicionar a ideologia do novo regime, com o apelo ao nacionalismo e ao antiparlamentarismo, procurando fazer-se afirmar como único movimento político a partir de 1932.

Todavia, Salazar, após uma estratégia de consolidação da sua posição no governo e de definição das linhas de ação futura, instituiu por decreto a União Nacional, precisamente naquele ano de 1932, declarando ser desnecessária qualquer outra organização política face aos interesses da unidade orgânica do país. Seria, assim, perniciosa a existência de uma formação que contrariasse estes princípios.

A liberdade de expressão, de reunião e de associação passavam a ser reguladas por leis especiais, dando assim o perfil de antipartido ao único partido do regime que, na perspetiva dos ideólogos, não representava qualquer das partes mas procurava aglutinar todos os interesses numa só direção.

Sendo, no dizer de César Oliveira, uma frente congregadora das várias tendências de direita para apoio ao Estado Novo, os próprios estatutos identificavam a União Nacional como uma associação cívica e não como um partido político, pois não promovia nem o debate político, nem um guia para o governo levar à prática as linhas de uma ideologia. Pelo contrário, ficava-se como executora subsidiária das políticas do governo.

O regime rejeitava as lutas pelo poder e o clientelismo partidário que considerava o anátema da I República e pretendia projetar um Estado representativo das

---

<sup>226</sup>O *Mensageiro* era o jornal regional que sempre procurava apresentar mapas das votações nos vários anos em que se realizavam.

diversas corporações, assente numa base não partidária, assumindo-se por isso autoritário<sup>227</sup>.

O governo do Estado Novo ainda se queria mostrar distante dos princípios teóricos dos fascismos ao controlar o aparelho do Estado e ao chamar a si as representações sociais oriundas das corporações, mesmo sem lhes dar autonomia decisória e admitindo, constitucionalmente, uma “democracia orgânica” com a aparência de pluralismo corporativo. Por isso, os nacionais-sindicalistas foram empurrados para um limbo de clandestinidade, acabando muitos deles por serem absorvidos mais tarde pelo regime, enquanto outros, como o próprio Rolão Preto derivavam erraticamente por várias alianças, até perderem influência<sup>228</sup>.

Na verdadeira clandestinidade, como já dissemos, o Partido Comunista organizava-se junto aos agregados operários, ao campesinato alentejano e a algumas franjas intelectuais.

Para além destes, apenas os movimentos frentistas que, em vésperas de eleições, arregimentavam os descontentes e os democratas, podiam fazer campanha, apesar de vigiados e limitados. Assim se explicam os já citados MUNAF, em 1943, e o MUD, em 1945 e 1949, tal como mais tarde a CDE-Comissão Democrática Eleitoral e a CEUD-Comissão Democrática de Unidade Eleitoral, já em 1969, o primeiro mais próximo do Partido Comunista e o segundo do grupo que fundaria o Partido Socialista, chegando mesmo a apresentar-se nas urnas.

---

<sup>227</sup> OLIVEIRA, César de, “A evolução política” in ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo cit.*, p.123, diz que a União Nacional era uma associação cívica de cariz partidário por chamar a si a propaganda do regime, a educação cívica, a escolha dos deputados e a selecção do pessoal dirigente da Administração Pública. Também CRUZ, Manuel Braga da, *op.cit.*, pp. 14 a 26 e 162 a 163, não só cita Robert Michels quando define partido como uma organização que representa uma parte da sociedade, como Hannah Arendt na distinção entre autoritarismo e totalitarismo, como ainda interpreta a perspetiva de Salazar sobre a União Nacional como uma associação cívica e não um partido político.

<sup>228</sup> PINTO, António da Costa, *Os camisas azuis, ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lx., Ed. Estampa, 1994. O autor descreve a ascensão do movimento nacional sindicalista que começou por agregar os integralistas de António Sardinha, e que, fruto de várias cisões internas que levaram ao ascendente de Francisco Rolão Preto, admiravam as políticas de Mussolini e de Hitler, chegando mesmo a acusar Salazar de centrista pouco resistente às influências dos defensores do parlamentarismo. O autor destaca dois períodos para este movimento, após o afastamento dos integralistas: de 1932 a 1934, em que os nacionais sindicalistas tentaram ativamente condicionar Salazar; de 1934 a 1936, período em que ficaram debilitados face à política cada vez mais autocrática do ditador e que levou à proibição de qualquer atividade política deste movimento. A partir daí, até ao final da 2ª Guerra Mundial, teria ficado, apenas, uma “rede de amigos” que se foi esboroando. Rolão Preto acabaria por vir a ser um opositor a Oliveira Salazar, apoiante de várias iniciativas da Oposição democrática, entre as quais a candidatura de Humberto Delgado, em 1958.

Também a partir de 1969, após a saída de António de Oliveira Salazar do poder e com as remodelações orientadas por Marcelo Caetano, a UN-União Nacional daria lugar à nova denominação de ANP-Ação Nacional Popular numa tentativa de transformar um partido que era, essencialmente, uma escola de quadros políticos, num partido mais vasto de agregação popular. A *renovação na continuidade* passava por dar expressão política à governação com mais debate, apesar de controlado, visível no apelo que Melo e Castro fazia no Congresso de Tomar da ANP, de 1973, para a dinamização de associações cívicas desde (...) *que não contestassem o essencial*<sup>229</sup>.

Em Leiria tudo esteve muito próximo do panorama nacional. Nos finais da década de vinte, integralistas e nacional-sindicalistas estavam organizados e, logo que foi dado conhecimento de estar em marcha uma nova formação política por iniciativa de Salazar, lançaram o já referido jornal *União Nacional*, numa estratégia de antecipação a que não era alheia a confusão nas denominações, sendo assim uma aparente forma de pressão. Em 1933, deu-se a ilegalização dos partidos e os nacionais-sindicalistas começavam a prever dificuldades vindo a fechar o *União Nacional* cinco anos depois, acabando o mesmo grupo de homens por abrir um novo título, o *Portugal*, como já vimos, identificando-se em cabeçalho como *jornal anti-comunista* que viria a perder a atividade a partir de 1941.

O partido governamental começou por absorver os conservadores e católicos que na fase final da I República já se haviam mostrado, assim como ao tempo de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais, numa continuidade política que confirmaria no futuro poder personagens que transitaram de um regime para o outro com cargos políticos de importância local.

De facto, instalado o Estado Novo, a União Nacional viria a distribuir pelos seus aderentes os postos administrativos de maior relevo, criando assim uma rede de controlo visível na Administração, no meio militar com ligações à Legião Portuguesa, para além dos elos também visíveis nas organizações católicas, a partir de onde muitos viriam a fazer carreira política.

Depois de 1969, verificou-se a captação e promoção de jovens quadros de perfil tecnocrata, para além de outros elementos de camadas sociais menos habituadas ao palco político, sobretudo nas freguesias rurais, fazendo subir com isto as expectativas de

---

<sup>229</sup> CRUZ, Manuel Braga da, *op.cit.*, p.163.

melhoramentos locais ou de empregos públicos, sendo os próprios serviços camarários muito apeteceíveis.

Nos dados avançados por Manuel Braga da Cruz, na passagem da UN para a ANP, entre 1969 e 1970, para os cerca de 370.000 habitantes do distrito de Leiria, que representavam perto de 4,5% da população do País, havia 4.104 militantes da U.N. que representavam à volta de 4% do total nacional<sup>230</sup>.

Quanto ao Partido Comunista, as notícias na altura não circulavam a não ser por restrita via clandestina, mas tinha núcleos organizados na Marinha Grande com extensões a outras localidades entre as quais a própria cidade de Leiria, através de alguns profissionais liberais, professores e também funcionários administrativos.

Já os restantes movimentos oposicionistas que se organizavam periodicamente aquando das campanhas eleitorais, contavam aqui com líderes aguerridos, sobretudo profissionais liberais que mantinham tertúlias em organização informal, ou surgiam nos órgãos sociais de coletividades prestigiadas, tudo dentro do espaço citadino, estendendo-se apenas episodicamente às freguesias rurais<sup>231</sup>.

Na verdade, enquanto no mundo rural a capacidade de influência estava sobretudo nos decisores administrativos e nos proprietários, geralmente gente ligada ao regime, os oposicionistas tinham um campo de atuação mais limitado e urbano, apesar dos contactos que médicos e advogados adversários da “Situação” tinham com clientes do campo.

A partir de 1971, estes movimentos oposicionistas acabariam por contar com a proximidade do grupo reformista, “semioposição” da ANP, a chamada “ala liberal” que, em Leiria, tinha um destacado elemento, Tomás de Oliveira Dias, antigo presidente do CADC-Centro Associativo Democrata-Cristão, de Coimbra, e muito ligado a outras organizações católicas<sup>232</sup>.

---

<sup>230</sup> Idem, *ibidem*, p.228.

<sup>231</sup> Dois líderes respeitados da Oposição leiriense foram os advogados Henrique Vareda e Vasco da Gama Fernandes, tendo este último, após 1974, aderido ao Partido Socialista e chegado a Presidente da Assembleia da República. Entre algumas tertúlias organizadas com pretextos sugestivos para encontros dos “reviralhistas” estavam as homenagens aos republicanos, no dia 5 de Outubro de cada ano, fortemente vigiadas pela polícia e pela PIDE. A estes encontros acorriam profissionais liberais, alguns comerciantes e tipógrafos, arriscando a presença um ou outro professor, atendendo à contingência do juramento de fidelidade feito nas tomadas de posse dos funcionários que, sendo quebrado, levaria certamente ao afastamento de funções.

<sup>232</sup> FERNANDES, Tiago, “A Ala Liberal da Assembleia Nacional (1969-1973): um perfil sociológico” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, nº 24, Lx., Coop.Penélope, 2001, pp.35-64. O autor

Já em 1974, mas antes de Abril, numa altura em que se multiplicavam ações perturbadoras do regime, como reuniões e eleições nos sindicatos dos bancários, dos motoristas, dos metalúrgicos, etc., ou ainda os movimentos católicos juvenis e operários que geravam, igualmente, inquietação, Oliveira Dias organizaria, em fevereiro, na sede do Grémio Recreativo e Literário de Leiria, uma sessão de esclarecimento da SEDES com eminentes nomes da ex-“ala liberal”, como Francisco Sá Carneiro, Marcelo Rebelo de Sousa, Magalhães Mota e Manuel Porto. O jornal de cariz mais liberalizante, *Região de Leiria*, diria na semana seguinte: (...) que *sempre é possível haver uma discussão adulta e civilizada acerca de assuntos que nos tocam a todos*<sup>233</sup>.

- *Prosopografia dos deputados*<sup>234</sup>

a) *A proveniência profissional*

Apesar de só a partir de 1945 os deputados serem eleitos regionalmente através de círculos eleitorais coincidentes aos distritos administrativos, na verdade desde a data da primeira eleição em 1934, com um único círculo nacional, as diversas regiões foram de alguma forma representadas, como já dissemos.

Assim, podemos encontrar, desde o primeiro momento, eleitos com forte ligação ao distrito de Leiria por serem de cá naturais, por estarem cá radicados, ou por terem exercido quaisquer funções localmente, demonstrando depois a continuidade dos afetos à terra.

---

acentua o conceito de semioposição a grupos de reformistas de um regime que pretendem mudanças a partir dos meios internos do aparelho político aos quais podem recorrer. O grupo de 19 deputados eleitos nas eleições de 1969, partiram desse pressuposto, tendo Francisco de Sá Carneiro feito sentir a Marcelo Caetano que essa seria uma condição de participação. Falhadas todas as tentativas de alguma regeneração interna, Sá Carneiro abandonou a Assembleia denunciando o falhanço da “primavera marcelista” e arrastando outros consigo.

<sup>233</sup> Para as informações sobre reuniões e movimentos associativos e ainda para a iniciativa da SEDES, Vd. ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência expedida*, cx. 824 e também *Região de Leiria*, de 20 fevereiro 1974, para este último evento.

<sup>234</sup> Os dados biográficos dos deputados foram recolhidos em ASSEMBLEIA NACIONAL, *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*, várias Legislaturas, Lx, AN, vários anos e também CRUZ, Manuel Braga da; e PINTO, António da Costa (coord.), *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, vols. I e II, Lx, AR/ICS, 2005.

Na 1ª Legislatura encontramos seis nomes com estes tipos de ligações, diminuindo para três na 2ª e para dois na 3ª. Esta queda acabaria por ser sustida em 1945 quando as reações à implantação das Províncias e ao consequente esvaziamento do distrito subiam de tom, acabando este por ter o primeiro fôlego restaurador com a criação do círculo eleitoral e a possibilidade de eleger seis deputados, o que se manteria até ao fim do regime.

Por outro lado, também poderíamos encontrar nomes relacionados com Leiria eleitos por outros círculos. Para esta abordagem optámos por tomar em consideração, até ao ano de 1945, todos os nomes com fortes ligações ao distrito, e a partir daí os 6 eleitos pelo círculo de Leiria, em cada momento eleitoral.

Em 32 eleitos para onze legislaturas, 15 exerciam predominantemente a advocacia ou a magistratura, 6 eram quadros superiores da Administração, 4 industriais, 3 militares, 2 médicos, um arquiteto e um comerciante.

Este ascendente esmagador de juristas tornava-se ainda mais nítido se repararmos que dos altos funcionários, três eram também licenciados em direito. De qualquer modo a acumulação de funções fazia a regra, encontrando-se oito advogados que acumulavam com outros cargos políticos e ainda outros seis com funções de administradores de empresas, de conservador ou de notário. Quanto aos cargos administrativos, um quadro superior era também industrial, enquanto o médico era inspetor de saúde e o arquiteto professor universitário.

Era nítida a preocupação em garantir uma cultura generalista que demonstrasse facilidade na interpretação dos diplomas legais, para além da capacidade argumentativa, o que seria mais facilmente atribuído aos juristas. Depois, seria dada uma segunda preferência ao conhecimento do aparelho administrativo, sendo também compensados os serviços prestados, proporcionando uma passagem pela Assembleia Nacional. Seriam estes os critérios de seleção política entre os detentores de cargos superiores na Administração.

A distribuição das várias profissões ao longo das onze legislaturas dá-nos uma leitura mais distinta das razões das escolhas. A presença militar, sobretudo nas primeiras, era uma forma de Salazar satisfazer as pretensões de uma forte corporação que instaurara o regime e de quem ele necessitava como garante da estabilidade e não



como fonte de inquietação. Excetuando a 3ª Legislatura, até à 7ª (1957-1961) houve sempre a presença de um militar eleito.

Estabilizado o regime, mas iniciada a guerra colonial, Salazar assumiria a pasta da Defesa, após neutralizar o golpe de Botelho Moniz e o movimento de Beja, passando os militares a serem dispensados de se candidatarem a deputados pelo círculo de Leiria. Aliás, o oficial eleito na década de cinquenta, Horácio de Sá Viana Rebelo, apesar de ser casado com uma senhora do distrito, de Castanheira de Pêra, era estranho à realidade regional e nem sequer desempenhou as funções de deputado por ser nomeado, ainda na 6ª Legislatura, Secretário de Estado.

Já a incidência dos funcionários públicos deu-se principalmente a partir do lançamento dos planos de fomento, mantendo-se com a necessidade de uma nova perspectiva de gestão para as colónias durante a guerra, o que coincidiu com o aumento do número de deputados dali oriundos. Com a 10ª e 11ª Legislaturas (1969-1973; 1973-1974), já no período marcelista, ganhou ascendente a vertente tecnocrata e de gestão, apesar do lastro transversal da formação em direito.

De notar, igualmente, que excetuando o caso de dois industriais e de um comerciante que possuíam o curso geral dos liceus, todos os restantes 29 eleitos, entre 1934 e 1973, possuíam formação académica superior, o que demonstra o cuidado na formação de quadros de elite por parte da União Nacional, permitindo apenas a ascensão política daqueles que eram superiormente habilitados, ou então dos que detinham outros atributos financeiros ou de influência excecionais.

Optando por um outro modelo de identificação profissional, Manuel Braga da Cruz encontra as profissões liberais, os burocratas e os militares, por esta ordem, como os setores profissionais de maior peso para as onze legislaturas. Apesar dos quadros superiores da Administração e dos militares, nesta tabela global, terem proporcionalmente maior peso parlamentar que no distrito de Leiria, na verdade, os perfis dos eleitos aproximam-se entre este caso local e o panorama nacional<sup>235</sup>.

---

<sup>235</sup> CRUZ, Manuel Braga da, *op.cit.*, p. 209. O autor apresenta um quadro de setores profissionais e não de profissões para cada uma das onze legislaturas do Estado Novo.

gráfico 13: Profissões dos deputados por Leiria, 1934-1974<sup>236</sup>

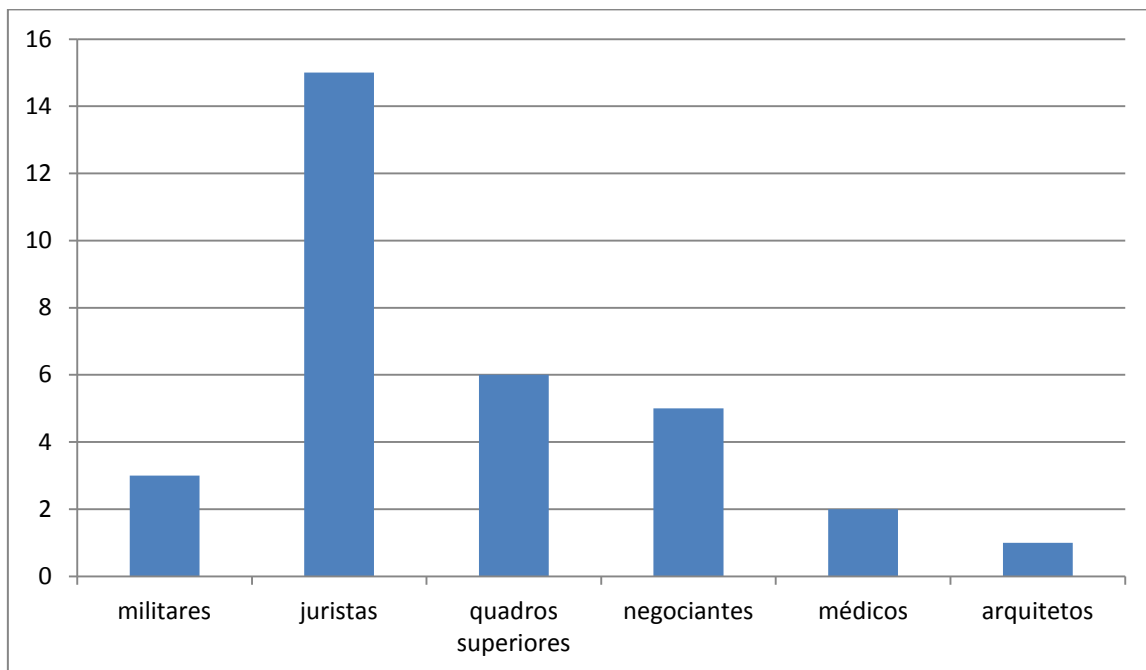
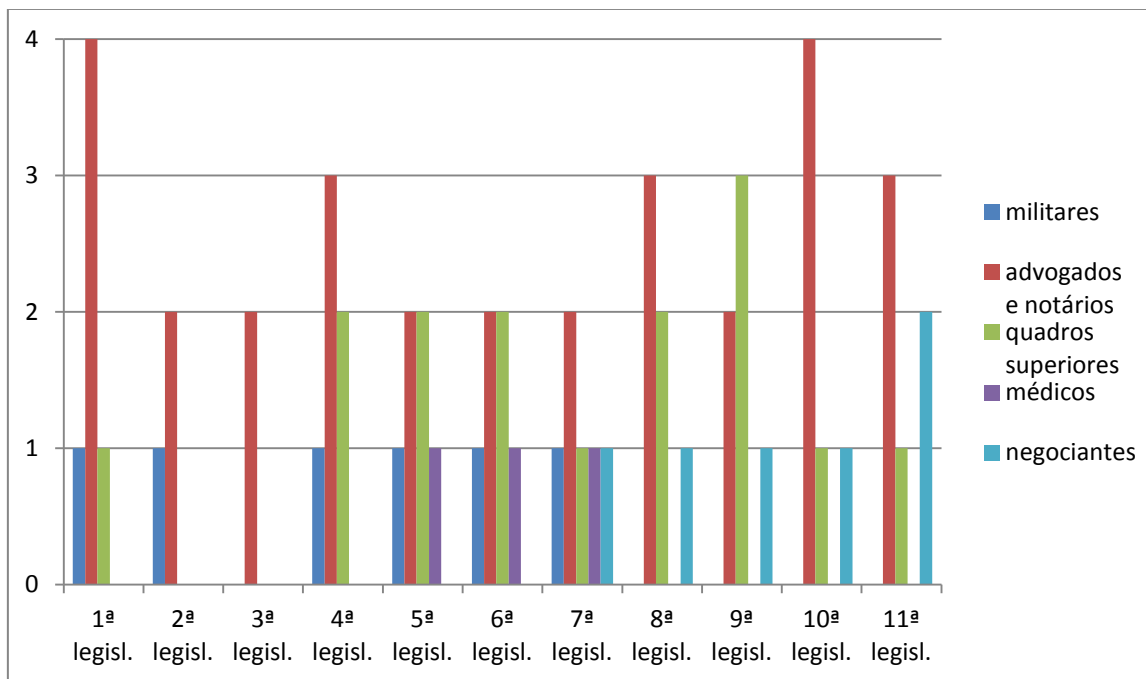


gráfico 14: Profissões dos deputados por Leiria, 1934-1974: dados por Legislatura<sup>237</sup>



<sup>236</sup> ASSEMBLEIA NACIONAL (AN), *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*, (várias Legislaturas), Lx, AN, vários anos. Vd. também Quadro C/1, vol.II do presente trabalho (Anexos).

<sup>237</sup> AN, *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa cit.*. Vd. também CASTILHO, J.M. Tavares de, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, nº 24, Lx., Coop.Penélope, 2001, pp. 65-84. Vd ainda Quadro C/1 cit. (Anexos).

b) *A idade e a duração nos cargos*

Dos deputados eleitos entre as décadas de 30 e de 40, encontramos dois que já tinham exercido cargos políticos na I República, no período de crescimento nacionalista e conservador nas legislaturas de 1923 e de 1926; outros dois que detiveram funções públicas durante o ministério de Sidónio Pais; e ainda um outro que deteve um cargo político ao tempo de Pimenta de Castro. Torna-se claro que o Estado Novo recuperou alguns veteranos das lutas antirrepublicanas, mas procurou regenerar a política com gente do novo pensamento.

Dentro daqueles que, mesmo eleitos num único círculo nacional, tinham fortes ligações à região, encontramos na 1ª Legislatura, para o caso de Leiria, uma das médias de idades mais jovens, de 39,8 anos. A partir da 4ª Legislatura, quando os deputados passaram a ser eleitos por círculos eleitorais, foi dada a primazia à experiência e a média de idades no distrito de Leiria subiu para 47,5 anos. Nas duas legislaturas seguintes, a continuidade de algumas figuras fez ainda subir mais a média de idades para 49,5 e 55,7 anos, respetivamente.

Contudo, a mudança de estratégia política com os problemas coloniais, levou a uma renovação dos escolhidos para a Assembleia, com o seco despedimento dos antigos e a média baixou para os 52,5 anos, voltando a subir na seguinte para os 57,6<sup>238</sup>. Em 1969, com a renovada ANP e a ascensão tecnocrata, a entrada de sangue novo foi evidente, passando para uma média de 42 anos de idade, subindo em 1973 para os 48.

Esta interpretação é confirmada com a incidências nas repetições, conforme o seguinte quadro:

---

<sup>238</sup> CRUZ, Manuel Braga da; e PINTO, António da Costa (coord.), *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, cit., vols. IV e V, Lx, AR/ICS, 2005. Os autores de várias entradas referem o estilo seco do presidente da Assembleia, Albino Reis, nas justificações de dispensa dos deputados para as legislaturas seguintes: *sem interesse parlamentar*. Também CASTILHO, J.M.Tavares de, *op.cit.*, expõe a distribuição etária dos deputados à Assembleia Nacional, legislatura a legislatura.

<u>PERÍODO</u>	<u>LEGISLATURA</u>	<u>DEPUTADOS REPETENTES</u>
1938-1941	2ª	2
1941-1945	3ª	2
1945-1949	4ª	2
1949-1953	5ª	4
1953-1957	6ª	4
1957-1961	7ª	3
1961-1965	8ª	4
1965-1969	9ª	5
1969-1973	10ª	2
1973-1974	11ª	2

Apenas um deputado atravessou todas as legislaturas entre 1934 e 1973, Ulisses Cruz Aguiar Cortês, apesar de, a partir da quarta, ter exercido sempre funções governativas. Vemos assim, na sequência das legislaturas, pequenos reajustamentos correspondentes a tempos de crise, tendo em contraponto o rejuvenescimento trazido com a chegada de Marcelo Caetano ao governo.

gráfico 15: Média etária dos deputados por Leiria, 1934-1974: dados por Legislatura<sup>239</sup>

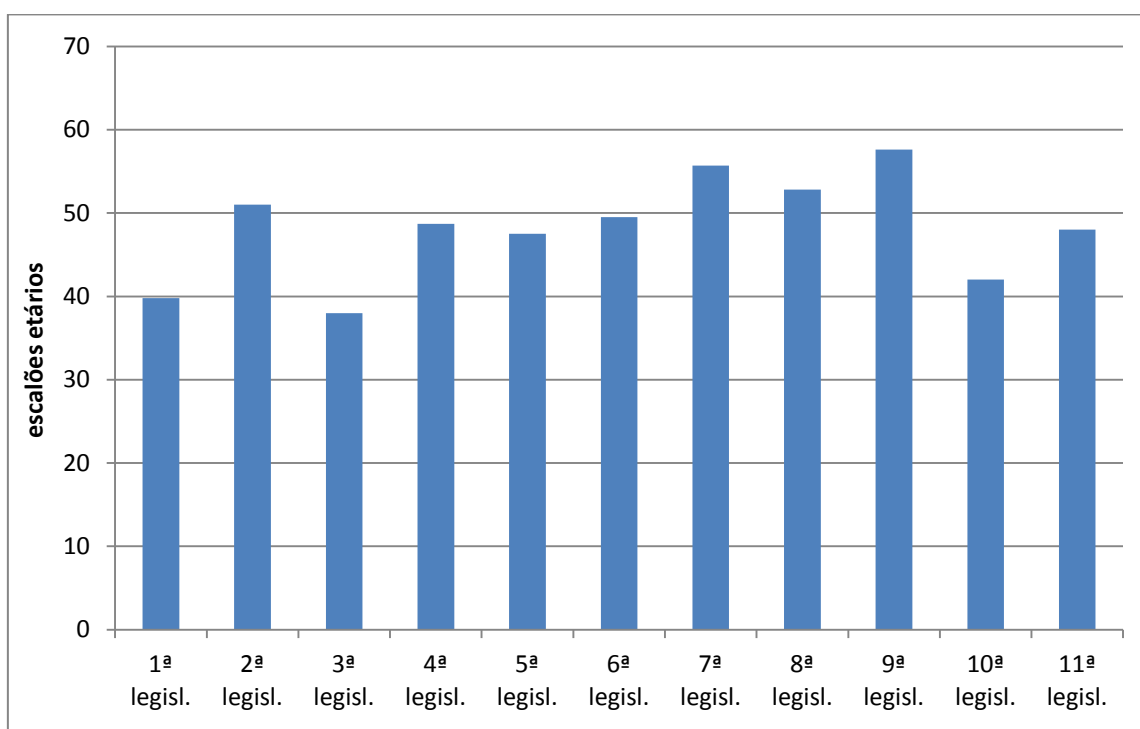
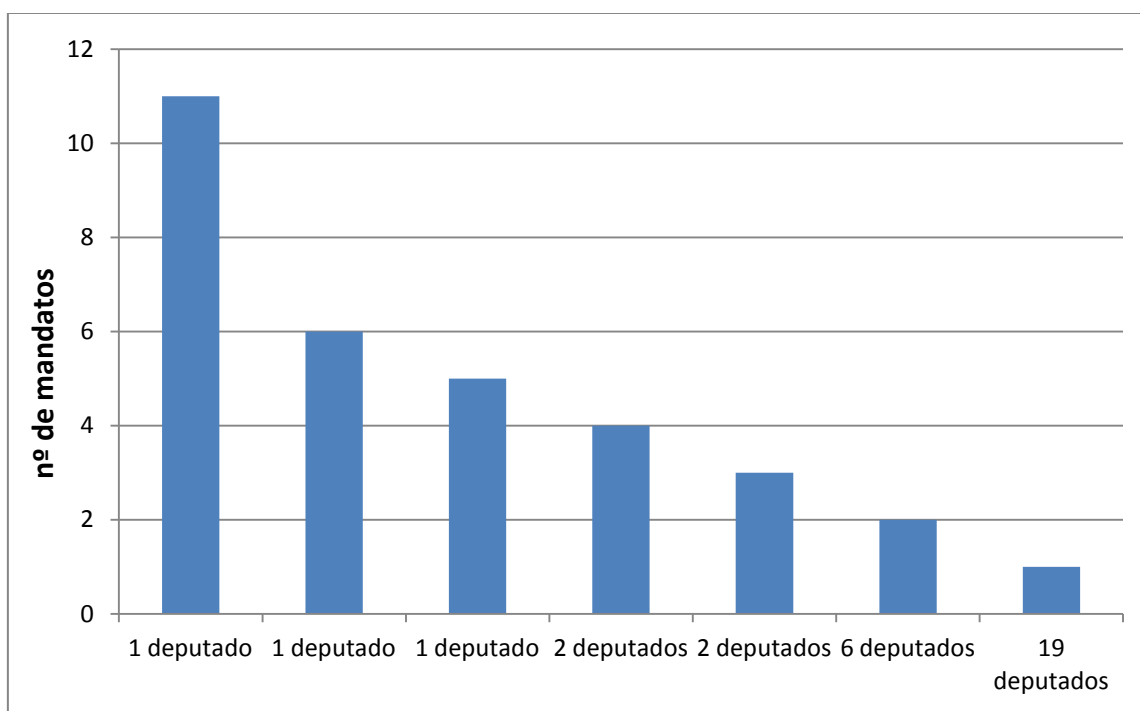


gráfico 16: Número de mandatos dos deputados por Leiria, 1934-1974<sup>240</sup>



<sup>239</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>240</sup> Idem, *ibidem*.

### *c) A naturalidade*

Apesar de Oliveira Salazar não mostrar muita confiança nas representações regionais, preferindo que estes interesses se diluíssem nos superiores interesses da Nação, na verdade, como já dissemos, a emulação regional acabava por ser um motor desenvolvimentista com o empenhamento das “forças vivas”. O regionalismo continuava a ser uma razão de peso na ideologia do Estado Novo, dando continuidade a uma tradição que vinha já da I República.

Os Congressos distritais e as Casas regionais na capital eram uma consequência dessa “emotividade racional”, como eram, igualmente, um meio de pressão. Salazar manipulava habilmente estas questões, levando o sentimento nacionalista a baixar à escala regional, regulando os excessos, ora com a promoção, ora com a despromoção dos protagonistas, ou com a chamada de atenção para as prioritárias causas nacionais.

Regionalistas, mas quase sempre fiéis aos ditames do chefe supremo, os deputados por Leiria não necessitaram de ser recrutados fora. Dos 32, 6 eram naturais da cidade, 16 naturais de outras localidades do distrito, 2 naturais de outros distritos mas radicados na cidade de Leiria e 6 naturais de outros distritos, mas radicados em localidades do distrito. Neste grupo, tínhamos o caso de maior afastamento à realidade local com Horácio de Sá Viana Rebelo, como vimos, apesar de ser casado com uma senhora de Castanheira de Pêra. Por fim, houve apenas dois deputados naturais de outros distritos que não estavam radicados no de Leiria; no entanto, um tinha sido cá governador civil e o outro técnico da delegação local do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.

### *d) O trabalho parlamentar*

Os deputados por Leiria foram, na generalidade, muito discretos. Destacaram-se mais aqueles que foram chamados a funções governativas do que aqueles que se ficaram pelo trabalho de produção legislativa.

Recrutados localmente, pareciam carregar esse ónus, limitando-se a intervenções de interesse para as terras de onde eram oriundos. Se tivermos em atenção as sete legislaturas assentes em círculos eleitorais, entre 1945 e 1974, foram apenas apresentados, pelo conjunto destes deputados, cinco requerimentos e outros tantos projetos de lei, que acabariam por não ter seguimento. Podendo ter um trabalho exaustivo nas diversas comissões, contudo, a capacidade de iniciativa para gerir a concertação de vontades numa visão política alargada para a globalidade nacional, parecia não ser o maior atributo dos parlamentares daqui oriundos, sugerindo que os políticos de Leiria estariam mais à vontade nas negociações de bastidores.

Até mesmo em intervenções ocasionais houve sempre, ao longo de todos estes anos, quem passasse as várias sessões de cada legislatura sem tomar a palavra vez alguma. Ganha assim relevo, em contraponto, verificar que nas 7ª e 8ª Legislaturas, em 1957/61 e 1961/65, dois deputados, em cada uma delas, tenham tido mais de 20 intervenções, quase sempre motivadas por questões económicas (indústria) ou por questões sociais locais. Estes parlamentares acabariam por não ser reconduzidos na legislatura seguinte<sup>241</sup>.

A aparente passividade geral confirmava, por um lado, o papel também ele passivo do órgão de soberania que era a Assembleia Nacional, parecendo que nem estas situações de maior atividade e aguerridas eram bem aceites, como não o seria o amorfismo completo.

O rejuvenescimento da Assembleia na 10ª Legislatura começou por levar para ali a politização do debate, sobretudo por iniciativa da chamada “ala liberal”, que contou também com a adesão de deputados de Leiria. Todavia, a renúncia da maior parte deste grupo devido ao bloqueio permanente feito às suas propostas, coartou a possibilidade de concretizar quaisquer iniciativas parlamentares.

Poderemos concluir que os deputados por Leiria, não só no período marcelista, como ao longo do regime autoritário, não se distanciaram da caracterização geral

---

<sup>241</sup> ASSEMBLEIA NACIONAL, *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa cit.*, vários anos. Trataram-se dos deputados José Rodrigues da Silva Mendes, oficial do Exército, com 18 intervenções na 7ª Legislatura; do industrial marinhense Vitor dos Santos Galo, com 20 intervenções na 8ª Legislatura; Rui Moura Ramos, quadro superior dos serviços prisionais em Leiria, com 26 intervenções também na 8ª Legislatura. Este seria ainda reeleito na 10ª Legislatura, no período marcelista, numa tática de equilíbrio com os ultraconservadores com os quais estava conotado. Vd. também SILVA, Elisa Lopes da, “Ramos, Rui Moura”, in CRUZ, Manuel Braga da; e PINTO, António da Costa (coord.), *op.cit.*, pp. 427 e 428, onde a autora induz a conotação do deputado com a linha mais ortodoxa do regime.

traçada por J.M. Tavares de Castilho: uma média de idades a rondar os 50 anos, com a primazia do curso de Direito, sendo a maior parte altos funcionários, ou presidentes de Câmaras Municipais e dirigentes da União Nacional/ANP. As ruturas da “primavera marcelista” com o salazarismo, quanto ao recrutamento, não foram além de um ou outro tecnocrata, portanto, mais no método que na política efetiva<sup>242</sup>.

## A CÂMARA CORPORATIVA

A outra representação da sociedade portuguesa que funcionava junto da Assembleia Nacional era a Câmara Corporativa, como já falámos. Aqui, os procuradores não eram eleitos nem tinham, do ponto de vista formal, uma ligação às regiões, ao contrário dos deputados que, sendo representantes da Nação, eram eleitos por círculos.

Na verdade, os procuradores à Câmara Corporativa eram delegados das diversas corporações profissionais, dos municípios, da Igreja, das universidades e de entidades assistenciais, mas a indicação vinha geralmente da própria União Nacional<sup>243</sup>. Mesmo assim, talvez por os procuradores virem de diversas áreas profissionais com relações de trabalho que geravam outras necessidades que não eram tão sentidas no espírito de funcionalismo dos deputados da Assembleia Nacional, era na Câmara Corporativa que encontrávamos alguns nomes que fugiam à ortodoxia do regime e onde podia acontecer algum debate com maior sustentação técnica com reflexos políticos nos pareceres que eram pedidos a esta Câmara, dentro das suas funções consultivas. Contudo, pouco passaria daí.

---

<sup>242</sup> CASTILHO, J.M. Tavares, “A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)” in PINTO, António da Costa; e FREIRE, André, *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras, Celta, 2003, p.64. O autor explica como, perante os obstáculos ao refrescamento que poderia vir da “ala liberal”, o marcelismo acabou por não diferir, significativamente, do salazarismo tanto na prática administrativa, como na política, acabando por mudar, apenas algumas formas de atuação.

<sup>243</sup> Para além das informações correntes acerca da Câmara Corporativa, suportámo-nos nas ideias que perpassam, genericamente, do trabalho de FERREIRA, Nuno Estevão Figueiredo Miranda, *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, dissertação de doutoramento em Ciências Sociais/Sociologia Política, Lx, ICS, 2009, repositório online da UL. Também as os critérios para as nomeações dos procuradores são evidenciadas em CASTILHO, J. M. Tavares de, *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*, Lx, Assembleia da República/Texto Editora, 2010.



Sendo as competências funcionais claramente secundárias, não vinculativas e de apoio à Assembleia Nacional, nestas circunstâncias ainda era tentada alguma pressão junto ao Parlamento e junto ao governo, vinda dos diversos setores económicos e sociais, apesar das inibições à intervenção política ativa.

Na verdade, esta Câmara, que pretendia dar uma semelhança de sistema bicameral, debateu-se sempre com um enorme campo de ambiguidades, desde logo a partir do seu primeiro presidente, Domingos Fezas Vital. A dupla dependência do Governo e da Assembleia Nacional criavam constrangimentos inultrapassáveis, apesar das presidências de Marcello Caetano (1934, 1942, 1949 e 1956) e de Luis Supico Pinto (1957, 1961, 1965 e 1969), tentarem que a Câmara Corporativa ganhasse algum protagonismo com os sucessivos pareceres produzidos.

Por outro lado, apesar das corporações terem um enquadramento nacional, o regime não deixava também aqui de ir buscar gente com fortes ligações a cada uma das regiões, de forma a apaziguar as pretensões locais, prestigiando-as com a chamada de quem era sentido como representante local.

Por isso, o distrito de Leiria viu-se sempre representado neste órgão, sendo a maioria procuradores, gente com claro envolvimento político na União Nacional, e naturais de localidades do distrito onde tivessem interesses profissionais, ou estando radicados em Lisboa, fossem detentores de lugares com destaque profissional. Quem mantinha os laços às terras de origem eram procuradores que estavam em representação dos municípios, ou um ou outro empresário.

Naturalmente, a nomeação dos procuradores tinha sempre eco na imprensa local, sinal de que os grupos da terra procuravam ver neles intermediários junto ao poder central, mas a maioria estava, de facto, alheada dos problemas que, sendo tão importantes localmente, eram na maioria das vezes tão irrelevantes para quem estava longe.

Atendendo a esta circunstância de grande imponderabilidade quanto à representatividade local, não se torna pertinente uma abordagem de carácter prosopográfico. Apenas listamos em anexo os procuradores com ligações mais visíveis ao distrito para melhor percebermos os percursos daqueles que assumiram os diversos cargos políticos.

### **A unidade nacional, os distritos e as querelas regionais**

Em relação à I República, os governadores civis do Estado Novo contrastavam com os do regime anterior pelo menos em dois aspetos: o período de manutenção dos cargos e a respeitabilidade formal projetada em público. Quanto ao primeiro, a longevidade do governo garantia a manutenção dos nomeados que lhe fossem fiéis, podendo-os substituir pelo interesse na chamada para outros cargos, por alguma atitude de maior lassidão, ou pela escolha de perfis mais ajustados às conjunturas de cada momento. De qualquer modo, excetuando os tempos ainda indefinidos da ditadura militar, apenas um governador civil esteve no cargo menos de um ano (onze meses), chegando um deles, Mário de Vasconcelos, a permanecer no cargo nove anos e onze meses.

A elevada média de tempo de permanência levava a uma maior visibilidade que não era descurada na obrigação de divulgarem a ação governativa. Como não havia imprensa adversa, este delegado local do governo central era visto como o transmissor para Lisboa dos méritos ou dos deméritos da região, e serão estas as razões da respeitabilidade permanentemente evidenciada, o que de facto não acontecia no regime anterior.

Na verdade, entre 1926 e 1974, o recrutamento tanto dos deputados como dos presidentes das Câmaras fugiram à lógica de ascensão política e de eleição, próprios dos regimes democráticos. Já no caso dos governadores civis, pesem embora os momentos políticos de maior centralização ou descentralização, ou até um ensaio de regionalização com as províncias após 1936, o certo é que, mesmo com sucessivas alterações de competências, aqueles magistrados sempre se mantiveram desde 1835 com uma representatividade que nunca mudou: a representação do governo no espaço distrital. Por isso foram sempre nomeados e tiveram sempre que merecer a confiança política dos governos. Aliás, os corpos administrativos que chegaram até aos primeiros governos de Salazar eram os mesmos que já vinham do Código Administrativo de 1878 que, por sua

---

<sup>244</sup> Os dados biográficos sobre os governadores civis foram recolhidos em ADLRA/GCLRA/*tomadas de posse/1926-1974*, CABRAL, João, *Anais do Município de Leiria*, vol. III, Leiria, CML, 2ª ed., 1993, pp. 299 a 309 e PEREIRA, António Manuel, *Governantes de Portugal cit.*

vez, já tinha atravessado toda a I República, apesar das profundas alterações com as Leis nºs 88/1913, 621/1916 e 1453/1923.

Tendo sido nomeados novos governadores logo a seguir ao 28 de Maio de 1926, foram encarregados de instalar as comissões administrativas camarárias nos concelhos onde não houvesse Câmaras eleitas, ou no momento em que se verificassem renúncias de mandatos. Foi o tempo da grande predominância de governadores civis militares, ainda com mais competências por terem sido extintos, em 1924, os administradores dos concelhos, alargando-lhes, assim, as competências policiais com a estruturação dos corpos de polícia distritais<sup>245</sup>. As restantes competências transitórias vinham do Decreto nº 12073 de agosto de 1926, que procurava conciliar as leis republicanas já faladas com os Códigos Administrativos de 1878 e de 1896.

Não foi necessário ir buscar fora alguém imune à pressão local, confiando o movimento militar na lealdade de um dos seus homens, o capitão Henrique Pereira do Vale, natural de Alcobaça e residente em Leiria, que foi incumbido de reorganizar a Administração distrital, razão pela qual o conservador *O Mensageiro* o felicitava e o apontava como exemplo pelas suas boas qualidades por ser: (...) *alheado de todas as facções políticas apesar de integrado nos fins do movimento nacional*<sup>246</sup>.

Em 1927, era constituída a Junta Geral do Distrito que passava a integrar quatro militares, recebendo o governador civil uma nota do governo central para colaborar no estudo de (...) *uma organização política que apoie a ditadura*<sup>247</sup>. Até 1933, de facto, os governadores procuraram sobretudo garantir tanto a ordem pública, como a boa ordem política, neutralizando os descontentes ao mesmo tempo que criavam as condições para estruturar o novo regime.

No caso do distrito de Leiria, enquanto este segundo objetivo decorreu com normalidade, já o primeiro sofreu enormes sobressaltos, em particular na Marinha

---

<sup>245</sup> O Decreto nº 9356, de 8 janeiro de 1924, extinguiu os administradores do concelho, o que foi reconfirmado em 1927, passando também algumas das suas funções para os presidentes das Câmaras, o que levantava alguma dificuldade política nas que vinham das últimas eleições republicanas e ainda não tinham Comissões Administrativas de confiança política nomeadas. O Código Administrativo de 1937 viria a recuperar fugazmente a figura dos administradores de concelho. Vd. também CEREZALES, Diego Palácios, “Técnica, política e o dilema da ordem pública no Portugal contemporâneo (1851-1974) cit.” in ALMEIDA, Pedro Tavares de e MARQUES, Tiago, *Lei e Ordem cit.*, pp. 159 a 161.

<sup>246</sup> *O Mensageiro*, de 12 de junho de 1926.

<sup>247</sup> *O Mensageiro* de 12 de novembro de 1927. Este jornal, ao mesmo tempo que dava conta das nomeações do major Lobo Alves de Sousa para presidente da Junta Geral e dos vogais, capitães Pereira Pascoal, Conte Turpia e Duarte Alves, e do farmacêutico Baptista da Costa, dava ainda conta do lançamento dos trabalhos para organização da futura União Nacional.

Grande<sup>248</sup>. A criação dos sindicatos nacionais de tutela estatal, com a ilegalização dos sindicatos democráticos, ao que se juntou uma sucessão de despedimentos nas fábricas daquela localidade com a fome a ser uma ameaça bem visível, redundou numa série de greves e manifestações que culminaram num levantamento operário que deveria ser nacional mas, apesar de se terem verificado ocorrências noutras localidades, ganhou especial relevo nesta vila. Referimo-nos ao levantamento operário de 18 de janeiro de 1934 que acabaria por ficar conotado com uma revolta localizada na Marinha Grande, por ter sido ali que os incidentes ganharam importância.

Contudo, a forma como estes acontecimentos foram abafados tanto no local pela força, como na opinião pública, deveram-se à atitude do governador civil, outro militar, Silva Mendes que, sendo rápido nas ordens de contra-ataque, não terá tido uma prevenção eficaz atendendo aos diversos rumores que já corriam antes. Silva Mendes seria glorificado pela imprensa local, mas não se manteria no cargo por muito tempo, apesar de ainda lhe ser proporcionada, mais tardiamente, uma outra nomeação para presidente da Junta Geral do Distrito, cargo que ainda deteria em 1974, quando aconteceu a revolta militar que deu origem ao regime democrático.

Mais gratificante para o governador anterior, Manuel Ribeiro Ferreira, terá sido, precisamente um ano antes dos acontecimentos com os operários vidreiros, a mobilização geral para a grande jornada de apoio nacional a Salazar pouco antes do plebiscito à Constituição. Com uma insistente campanha anunciando os grandes melhoramentos devidos ao génio do governante, como as obras de aproveitamento hidráulico do rio Lis, as novas estradas e o serviço mais cuidado dos caminhos de ferro, a “obra da Ditadura” como ficou gravado em lápide em alguns destes equipamentos,

---

<sup>248</sup> NUNES, Hermínio de Freitas, *Augusto Costa: um vidreiro no Tarrafal, memórias do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*, Marinha Grande, ed. autor., 1998, pp. 33 a 63. O autor descreve com recurso a testemunhos orais diretos para além de vária documentação, as causas e o desenlace do levantamento operário na Marinha Grande, nesta data. Sobre o “18 de janeiro de 1934” ver também do mesmo autor, *Alvorada da esperança, notas biográficas: apontamentos para a história do 18 de janeiro de 1934*, Marinha Grande, ed. autor., 1999, e ainda PATRIARCA, Maria de Fátima, *O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, (texto policopiado), Marinha Grande, Museu da Fábrica Santos Barosa, 1997, e da mesma autora, “O 18 de janeiro: uma proposta de releitura” in *Análise Social*, vol. XXVIII, Lx, ICS, 1993, onde é acentuado o caráter nacional do movimento de contestação ao regime de Oliveira Salazar e não, apenas, um movimento local, apesar de ser na Marinha Grande onde os acontecimentos eclodiram.

Manuel Ribeiro Ferreira viu compensado o seu trabalho com a ascensão a deputado, passando a pesada pasta da questão operária marinhense a Silva Mendes<sup>249</sup>.

Aprovada a Constituição em 1933, as prioridades legislativas do regime viraram-se para o novo Código Administrativo que seria publicado condicionalmente em 1936, mas cujos reajustamentos previstos levaram a que só fosse efetivamente assumido com o Decreto nº 31 095, de 31 de dezembro de 1940. Para os distritos, este Código retirava-lhes a figura de corpo administrativo o que, aliás, já era previsto na Lei nº 1945, de Dezembro de 1936, que o antecedeu e criava as Juntas de Província.

Em Leiria, esta questão era delicada e já se arrastava desde a I República. Os concelhos do norte do distrito, servidos por péssimas vias de comunicação, tendiam para uma comunicação mais fácil com Coimbra, enquanto no sul o desenvolvimento de Caldas da Rainha, mais próxima de Lisboa e servida por uma linha férrea do Oeste mais favorável para as estâncias balneares vizinhas, levava a que esta cidade pretendesse uma menor subordinação administrativa em relação a Leiria.

Os conflitos regionalistas entre as elites destes dois centros urbanos vinham a subir de tom desde a elevação de Caldas da Rainha a cidade em agosto de 1927 por mérito do presidente da Câmara, José Saudade e Silva. Tudo ganhava um novo pretexto de discussão com a disputa da primazia na organização das Exposições comemorativas do “Duplo Centenário”, agravando-se o estado de coisas com a instalação da Junta da Província da Beira Litoral, cuja capital era em Coimbra e tinha como fronteira sul a passar logo abaixo de Leiria, separando-a do resto do distrito.

Tanto foi o clamor na cidade que o próprio governador civil, Mário Machado, arriscou o lugar ao vir a público bradar que: (...) *o distrito não pode morrer!*<sup>250</sup>. Foi notável a sagacidade política deste governador que, sendo natural de Cantanhede, portanto insuspeito quanto aos afetos bairristas, acabou por levar a bom porto esta tarefa, agradando aos leirienses sem deixar de aplicar as diretivas governamentais em hábeis negociações que lhe valeram a permanência durante quase dez anos no cargo.

Esta questão era, na verdade, mais emotiva e dramática atendendo ao facto de o presidente da Junta de Província da Beira Litoral, Fernando Bissaia Barreto, ser um amigo pessoal de Oliveira Salazar, mas também um cirurgião a quem o Hospital da

---

<sup>249</sup> *O Mensageiro*, de 21 de janeiro de 1933.

<sup>250</sup> Tratava-se de uma citação já referida por nós anteriormente, em parangona a toda a largura da 1ª página de *O Mensageiro*, de 14 de maio de 1938.

Misericórdia de Leiria recorria e, como tal, muito apreciado, para além de ser natural de uma outra vila do distrito, Castanheira de Pêra. O alinhado *O Mensageiro* chamava agora à primeira página as farpas lançadas tanto às elites caldenses como ao presidente da Junta de Província da Beira Litoral: *Leiria e as festas centenárias: coisas sérias e atitudes ingratas!*<sup>251</sup>.

No entanto, as Juntas de Província nunca seriam dotadas de recursos suficientes para concretizarem este ensaio de regionalização, tendo em 1945 os círculos eleitorais trazido um novo fôlego aos distritos, por serem coincidentes, e novas competências aos governadores civis, confirmando-se em pleno, apesar de mais tarde, a recriação dos anteriores corpos administrativos, as Juntas Distritais, com o Decreto-Lei nº 42536, de 28 de setembro de 1959.

Passada a convulsão das eleições presidenciais de 1958, o papel do governador civil abrandava nas preocupações em relação à implantação dos planos de fomento, sendo necessário um novo perfil para o controlo não só da emigração, progressivamente crescente, como das reações face ao despoletar da guerra colonial, ou ainda do crescimento dos movimentos oposicionistas. O abastado proprietário Olímpio Duarte Alves, político local de largo *curriculum* e de grande influência na União Nacional, em 1959, parecia ser a personagem talhada para gerir estas questões e para recuperar o estatuto para a Junta do Distrito, face ao declínio progressivo das províncias.

Reforçado, de novo, com as competências de magistrado administrativo distrital, o que levava também ao reforço de Leiria como capital do distrito, o governador civil desenvolveria uma intensa atividade em manifestações de repúdio contra as deliberações da ONU lesivas da política ultramarina portuguesa, mostrando o exemplo da esposa ao assumir a organização local do Movimento Nacional Feminino<sup>252</sup>, mas

---

<sup>251</sup> *O Mensageiro*, de 24 de fevereiro de 1940. Pelo menos uma das principais figuras caldenses, António Montez, que viria a integrar o corpo diretor da Emissora Nacional, era amigo do director deste jornal que usualmente lhe dedicava os maiores encómios, sendo mesmo articulista e defensor da Casa do Distrito em Lisboa, até a questão dos protagonismos regionais a propósito do Duplo Centenário ganhar contornos de grande melindre.

<sup>252</sup> O jornal de tonalidade mais liberalizante *Região de Leiria*, nos anos de 1960 e 1961, várias vezes ia mostrando, ora mais seca ora mais ironicamente, a actividade do governador civil, sem perder no entanto o tom respeitoso. As elites oposicionistas não comunistas criticavam, mas não afrontavam directamente os detentores dos poderes. Pelo contrário, um cronista, eventualmente mais próximo dos ideais comunistas, em 6 de julho de 1961, ultrapassava a censura e destoava em relação ao que se passava em Angola: *Que vergonha! Que descalabro! Só a jorrar sangue se arrancarão proveitosos ensinamentos e conclusões!*. Este cronista seria silenciado nos números seguintes dando azo a um comentário do diretor do jornal já citado anteriormente, (...) *se o leitor for inteligente perceberá porque não publicamos (...)*.

também passava a ter um papel fulcral no controlo das facilidades ou do próprio interesse do governo acerca da emigração que buscava a Europa.

Até 1974 foram mudando os protagonistas, mas este ambiente manter-se-ia mesmo após o Código Administrativo de 1969 que confirmaria como órgãos administrativos distritais, o Conselho do Distrito composto por procuradores dos concelhos, e ainda a Junta Distrital com uma comissão eleita pelo próprio Conselho do Distrito. O governador civil mantinha-se como (...) *o magistrado administrativo imediato representante do governo* (...), com uma longa lista de competências administrativas, de inspeção, policiais e políticas, entre as quais a de (...) *chamar a atenção aos presidentes das Câmaras Municipais para as leis e regulamentos emanados pelo governo*.

No papel de tutela policial, apenas lhe escaparia a DGS-Direcção Geral de Segurança, herdeira da PIDE-Polícia de Informação e Defesa do Estado, havendo no entanto um contacto direto acerca as questões de carácter “subversivo”, podendo as ocorrências serem detetadas e registadas pela PSP-Polícia de Segurança Pública ou pela GNR-Guarda Nacional Republicana, acabando por serem dirigidas para a DGS através do governador civil.

No País, desde os finais da década de sessenta até 1974, as agitações estudantil, laboral e contestária à guerra colonial cresciam e o distrito de Leiria tinha núcleos de resistência organizados em várias localidades, sobretudo nos centros industriais de Castanheira de Pera, da Marinha Grande e de Vieira de Leiria, e ainda no centro piscatório de Peniche.

O governador civil recebia informação permanente das greves e de outras manifestações nestas localidades, de quem as instigava, da largada de panfletos contra o regime, de informações sobre a idoneidade (...) *e bom comportamento moral e civil* (...) de quem exercia funções públicas, ou dos (...) *que não oferecem garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado* (...), nas eleições que sucediam em alguns sindicatos<sup>253</sup>.

---

No que toca à emigração vd. BAGANHA, Maria Ioannis, “Emigração” in ROSA, Fernando e BRITO, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo* cit. pp. 294 a 297 e ainda ARROTEIA, Jorge Carvalho de, *op.cit.*

<sup>253</sup> São várias as referências deste tipo na correspondência confidencial do Governo Civil. Vd. *inter alia*, ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx.40.

Na Marinha Grande, as manifestações, as reuniões clandestinas e as greves começavam a tornar-se vulgares, mas a 13 de fevereiro de 1974 eclodiu uma nova greve e um levantamento operário na Fábrica de Limas Tomé Feteira, em Vieira de Leiria<sup>254</sup>. A agravar ainda mais o ambiente, o ato premonitório da revolução de 25 de Abril, partiu exatamente de um quartel do distrito, a 16 de março deste ano, com a saída frustrada de uma coluna militar de Caldas da Rainha em direção a Lisboa. Sendo uma situação que ultrapassou completamente o governador, limitou-se este, posteriormente, a fazer circular informação ou a receber as promessas de fidelidade de várias entidades, aparentemente sem prever o que se viria a passar cerca de um mês depois.

Tanto assim era que, a 10 de abril, o autor da obra *30 Anos de Estado Novo*, reclamava junto ao governador Manuel Machado da ausência de apoios para a 2ª edição em termos veementes e até de coação moral: (...) *não verifiquei até agora o apoio que necessito (...) numa obra que se opõe ao sensacionalismo de certos livros e agitações das Caldas (...) a encomenda deverá ser acompanhada do respectivo pagamento (150\$00/cada) (...) e deve V.Ex<sup>a</sup> determinar que todos os departamentos dependentes prestem o seu apoio (...)*. Face a esta autoritária demonstração de fidelidade ao regime implicando quem não a demonstrasse, o governador civil acabado de chegar, sabendo que não tinha havido resposta a um pedido anterior, despacharia: (...) *procurar no processo do ano passado*<sup>255</sup>. Todavia, não houve tempo para a resposta.

#### - Prosopografia dos Governadores Cíveis<sup>256</sup>

##### a) A permanência no cargo

Como dissemos, excetuando o período correspondente à ditadura militar em que a permanência no cargo dos governadores civis foi curta atendendo às indecisões de sistema governativo, os aspetos de um sistema consolidado foram uma característica.

---

<sup>254</sup> Idem/ D/028, *correspondência expedida*, cx.828.

<sup>255</sup> José Oliveira, o autor, exibia os elogios, apesar de sóbrios, de Marcelo Caetano, em carta recebida neste dia, para vincar o compromisso moral que as instituições deveriam assumir para apoiarem a 2ª edição da sua obra. Vd. Idem/ D/028, *correspondência expedida*, cx.840. Quanto à 1ª edição desta obra, tratava-se de OLIVEIRA, José, *30 Anos do Estado Novo: 1926-1956*, Lx, ed.autor, 1957.

<sup>256</sup> Para os dados prosopográficos, vd. ADLRA/GCLRA/E/096-004, *Autos de posse (1926-1974)* e tb. LAPA, Albino, *op. cit.*



Apenas dois permaneceram menos de um ano, sendo um deles o último, que não foi além de um mês porque se deu a revolução de 25 de abril de 1974.

Neste sentido, mesmo levando em conta três governadores substitutos que se mantiveram em funções mais de dois meses, a média de permanência para quinze destes magistrados ao longo de 48 anos, foi de três anos e dois meses, o que é muito diferente daquilo que se passou na I República.

À medida que o Estado Novo se consolidava, a tendência era para a manutenção dos governadores civis por mais tempo, com destaque para quatro períodos em que a estabilidade era essencial desde que fosse garantida por alguém de confiança. São eles: o período que coincide com a confirmação do Código Administrativo de 1936 e a 2ª Guerra Mundial, mantendo-se Mário de Vasconcelos entre 1936 e 1944; o tempo do lançamento dos Planos de Fomento, com João Ferreira Dias Moreira entre 1951 e 1959; os anos que abalaram profundamente o regime com as sequelas das eleições presidenciais de 1958 e os novos assomos oposicionistas a que se juntaram as questões da emigração e a guerra colonial, foram confiados a Olímpio Duarte Alves entre 1959 e 1968; e o período da renovação marcelista com alguma abertura política controlada, em que permaneceu José Damasceno Campos entre finais de 1968 até março de 1974.

#### *b) O percurso*

O percurso político dos governadores civis reflete quais os que, efetivamente, assumiram o cargo em missão ocasional, ou quais os que foram nomeados em consequência da sua carreira política, podendo ou não ser premiados de seguida pelo trabalho realizado no distrito.

Sendo possível detetar o percurso de doze dos quinze que exerceram funções, se excetuarmos os que passaram antes de 1933, todos detiveram funções no aparelho da União Nacional, ou mais tarde na ANP. Assim, dos três militares, apenas um tinha antecedentes como governador civil em Beja e em Aveiro, sendo posteriormente ainda governador na Horta e deputado à Assembleia Nacional. Dos funcionários, quadros superiores da Administração, dois foram governadores civis substitutos e um outro manteve-se como personalidade de referência local, mas sem assumir outros cargos políticos de relevo. Apenas um, que havia sido anteriormente secretário do governo civil

de Leiria, foi procurador à Câmara Corporativa antes de tomar posse como governador civil, tendo depois tido ainda nomeação idêntica para Bragança.

Além destes, exerceram funções dois juristas já com experiência política, um como administrador do concelho de Alvaiázere e o outro como presidente da Câmara de Vila Nova de Ourém. O primeiro chegou a ser também presidente da Câmara de Alvaiázere e transitou para deputado na Assembleia Nacional, tal como ainda aconteceu com outros dois governadores, havendo um outro que foi chamado para chefe de um gabinete ministerial.

Já o proprietário e empresário, Olímpio Duarte Alves, tinha dado provas como vereador da Câmara de Leiria no último mandato da I República e como presidente da mesma Câmara já no Estado Novo, tendo sido ainda procurador à Câmara Corporativa. Após a passagem pelo governo civil, dedicou-se sobretudo à atividade empresarial.

#### *c) As profissões e habilitações académicas*

Todo o regime autoritário se caracterizou pela predominância de juristas nos cargos políticos de maior relevância. A legitimação do regime parecia estar diretamente relacionada com os homens da jurisprudência e só com a abertura marcelista começámos a ver a ascensão de outros técnicos na perspectiva de alicerçar o País noutros pilares do desenvolvimento.

Dos quinze governadores civis que passaram durante este regime, pelo distrito de Leiria, seis eram advogados, havendo ainda um outro licenciado em direito que exercia funções de gestão administrativa. Oriundos do setor castrense, encontramos três militares, tendo dois feito passagens ocasionais no período anterior a 1933, acabando o terceiro, mais tarde, por fazer o lugar duas vezes. Dos três quadros superiores da Administração nomeados, apenas o último fez carreira política, sendo os outros apenas governadores substitutos.

Todos estes possuíam formação superior, correspondendo assim às condições preferenciais para o cargo conforme estipulavam os Códigos Administrativos do regime, que davam à licenciatura uma das primeiras prioridades, ou, quando assim não era, dever-se-ia levar em conta o exercício de presidência de Câmaras Municipais, ou

ainda, em alternativa, a idoneidade política associada a uma prestação tributária relevante. Nesta última condição encontramos Olímpio Duarte Alves, empresário com largas provas políticas dadas mas, apenas, com a escolaridade obrigatória.

#### *d) A naturalidade e a média de idades*

Não parece ter sido difícil encontrar, localmente, personagens de confiança, equidistantes das querelas de protagonismo de vizinhança, e de competência reconhecida para os objetivos que se queriam atingir.

Apenas três governadores eram completamente estranhos ao distrito, com a curiosidade de um deles, Mário de Vasconcelos, natural de Cantanhede, ter permanecido no cargo vários anos e ser o homem que, habilmente, se confrontou com a nova divisão administrativa do território ao mesmo tempo que apelava à coesão distrital. Dois eram naturais de localidades do distrito de Leiria, outros dois eram naturais da própria cidade, enquanto seis, não sendo daqui naturais, estavam aqui radicados.

Certo é que os que atravessaram os períodos de maior perturbação política tinham já uma maturidade de experiência feita. Mário de Vasconcelos tinha 56 anos quando foi chamado a funções, entre 1936 e 1944, e Olímpio Duarte Alves foi nomeado quando já tinha 70 anos de idade, cumprindo entre 1958 e 1964.

Os mais jovens, na casa dos 30 anos, encontramo-los quando o regime era igualmente jovem e procurava a consolidação, mas a média geral de idades anda perto dos 45 anos e sugere, de facto, o recrutamento em escalões etários amadurecidos.

## A CÂMARA MUNICIPAL

### **O Estado Novo e os Municípios**

Por não estarem sujeitas ao sufrágio dos eleitores, as elites municipais durante o regime autoritário terão que ser enquadradas num grupo que alimenta o distanciamento nas relações entre o pessoal político e os munícipes, de modo bem diferente das atitudes

próprias daqueles que constroem as carreiras políticas em regimes onde é necessário garantir a simpatia dos eleitores.

Não só esta diferença é fundamental para percebermos quem ascendia nos municípios portugueses entre 1926 e 1974, como a necessidade de fazer obra não tinha em conta a popularidade para captação de votos, porque não havia mercado eleitoral a conquistar. A manutenção do cargo tinha muito mais em conta a demonstração pública da bondade do regime, mostrando, por outro lado, ao governo as boas capacidades dos executores das políticas locais.

O centralismo tutelar, assim como a falta de recursos financeiros e de equipamentos que pudessem permitir qualquer autonomia decisória quanto a melhoramentos, levava à avaliação permanente dos presidentes por parte da tutela bicéfala entroncada nos Ministérios das Finanças e do Interior.

Por outro lado, a preocupação de Salazar em travar o crescimento urbano por entender que ele seria propício a um controlo político mais difícil dos cidadãos, tinha também aqui, no que tocava a Leiria, um exemplo de pequena cidade estrategicamente bem localizada, mas profundamente ruralizada, com meia dúzia de famílias tradicionais um pouco mais cosmopolitas que as restantes. Estas, na generalidade, teriam passado dificuldades na I República, mas viriam novamente a emergir, fazendo valer sobretudo os bens fundiários que possuíam, bem como o acesso a posições administrativas de relevo.

Os republicanos, vindos do anterior regime, ligados ao comércio ou a algumas profissões liberais, passaram a ser marginalizados politicamente, mostrando uma perda gradual de atividade, apesar de alguns deles virem a ser integrados na estrutura social local.

Na verdade, passados os primeiros dois anos da ditadura militar que se caracterizaram por uma amálgama de ideologias antiliberais que se confrontavam, a entrega da pasta das Finanças por Óscar Carmona a Oliveira Salazar, a partir de 1928, levou a que este comesse a tarefa de dar a primazia ao reforço do poder executivo numa centralização que viria a secundarizar o poder parlamentar e muito mais os poderes locais. O Ministério das Finanças passou a ser o árbitro de todos os investimentos públicos, cuja chancela era condição incontornável para qualquer cabimento de verbas, fosse qual fosse a tutela, fosse qual fosse o município.

Como já afirmámos anteriormente, a visão da unidade da Nação levava o governante a desconfiar do regionalismo e do municipalismo, por se poderem tornar fonte de disputas e de desperdício de recursos públicos<sup>257</sup>. Apenas os estimulava de forma controlada, como patamares básicos para a ideia nacionalista e como estímulo às “forças vivas” locais para darem os seus contributos em melhoramentos diversos.

É exatamente neste sentido que o corporativismo, enfatizado na macroestrutura da Câmara Corporativa, se fazia sentir muito mais a nível municipal, sobretudo na composição dos Conselhos Municipais que elegiam os vereadores e fiscalizavam a ação dos presidentes das Câmaras.

Por outro lado, a estas elites corporativas, que afinal representavam as elites económicas e sociais das comunidades, também não lhes era permitida autonomia nem em termos de decisão ou de escolha de interesses alternativos, nem em termos de investimentos, impondo uma aproximação artificial entre as lideranças económicas e sociais locais. Isto é, não chegando a um estado de amadurecimento enquanto setores sociais de vanguarda, acabavam por depender umas das outras e depender todas do Estado, resumindo-se linearmente a uma máxima *quem tem poder está sempre com quem manda*<sup>258</sup>.

De facto, o elogio do ruralismo, para além das virtudes da modéstia e da resignação cristã, tinha também como objetivo a dispensa do crescimento urbano de modo a facilitar um nivelamento social e político entre as camadas intermédias, onde poucos teriam possibilidades de ascensão. Foi o que se passou até à década de sessenta, passando nesta altura a haver uma mudança estratégica com as remessas de dinheiro, as novas ideias e as oportunidades de negócio descobertas por uma emigração que aliviava o peso demográfico nas aldeias empobrecidas e aumentava as divisas, para além de novas oportunidades de investimento industrial com a adesão de Portugal à EFTA.

---

<sup>257</sup> OLIVEIRA, César de, “O corporativismo do Estado Novo e os municípios” in Idem (dir.) *A História dos Municípios e do Poder Local*, cit., p. 303. O autor refere o trabalho *A questão Municipal*, de Manuel Pires Bento com prefácio de Lino Neto, onde em 1928 já se problematizava o futuro dos concelhos com o regime saído de Maio de 1926, argumentando com a tradição histórica do municipalismo português como garante dos interesses das comunidades.

<sup>258</sup> SOUSA, Paulo Silveira e, “Caciquismo e poder local sob o Estado Novo: o mundo das peitas e dos caciques funcionários” in OLIVEIRA, César de, *História dos Municípios e do Poder Local* cit., p.333. O autor, a propósito de temas literários reflectores do ambiente do Estado Novo, explica como o regime agregava os notáveis e caciques locais, permitindo-lhes um confronto de interesses divergentes desde que fossem controlados pela “situação”.

Mesmo assim, em localidades sem antecedentes históricos de proletarização, como era o caso das freguesias do concelho de Leiria onde se instalavam as indústrias dos plásticos, o emprego da maior parte do novo operariado era conseguido através das relações parentais ou outro tipo de subordinação social aos patrões, muitas vezes padrinhos de batismo ou de casamento. Contudo, a tradição levava à manutenção de um “segundo emprego” com o tratamento das suas pequenas courelas de autossubsistência, em horários pós-laborais. Neste aspeto, o operariado de Leiria tinha grandes diferenças em relação ao proletariado tradicional do vizinho centro vidreiro da Marinha Grande.

A grande maioria da população continuaria ligada por longos anos ao setor primário e, apesar da “diáspora estrutural” da população portuguesa, a pouca mobilidade interna, que foi uma característica do regime autoritário, refletia a fraca atração dos centros urbanos junto às populações das aldeias ou, noutra escala, de mudanças massivas de uma região para outra. Só com a abertura marcelista se daria início ao processo de litoralização e urbanização intensa de alguns polos do País, consequência dos investimentos feitos onde a funcionalidade das vias de comunicação era mais fácil de concretizar<sup>259</sup>.

Já a estabilização dos corpos administrativos municipais demorou cerca de dez anos, após a instauração da ditadura. A sucessão de Comissões Administrativas nomeadas pelos governadores civis foi-se mantendo até ao Código Administrativo de 1936, o que tornava as Câmaras fortemente dependentes daquele magistrado administrativo.

Em 1937, este estado de coisas mudou. Não acabaram os distritos, mas os novos corpos administrativos supramunicipais passaram a ser as Juntas de Província, mais

---

<sup>259</sup> OLIVEIRA, César de, “O corporativismo do Estado Novo e dos Municípios” cit, in Idem, *ibidem*, pp. 292 e 293. Observando os censos da população, os índices de crescimento locais vão-se equivalendo até aos finais da década de sessenta. Também os mesmos censos mostram para Leiria, entre 1930 e 1970 um crescimento de 67.138 para 78.950 habitantes, com uma evolução de cerca de 11.800 para quarenta anos, dos quais 1.100 correspondiam ao crescimento da própria cidade verificado sobretudo na década de sessenta. Vd. DIREÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo cit.*, e INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *11º Censo da População-1970, 1º vol.*, Lx, INE, s.d.. De igual modo já referimos os números para os “patrões” agrícolas no distrito em 1940 inscritos no *VIII Recenseamento da população cit.*, indicadores da massiva predominância de trabalhadores rurais. Igualmente, no *11º Censo cit.*, agora já não em termos de patrões mas de todos os trabalhadores, destes os que se dedicavam ao sector primário para todo o distrito continuavam acima dos 100.000, mas os que se encontravam ligados genericamente ao sector secundário já se equivaleriam (só para a indústria transformadora eram 32.300), sobrando ainda uns milhares para o terciário. Também Jorge Arroiteia, já por nós anteriormente citado, refere as motivações e as consequências da emigração continuada desde o séc. XIX, pelo que se pode falar em “diáspora estrutural”, um conceito devido a Miriam Halpern Pereira.

longínquas como no caso de Coimbra em relação a Leiria, para além da falta de regulamentação e de meios inequívocos para o exercício de tutela.

Sem ganharem grande autonomia, os municípios passavam a ser encarados como *uma parcela do território do Estado* e tinham no presidente, nomeado pelo governo e fiscalizado pelo Conselho Municipal, um gestor da “coisa pública” local que controlava as Juntas de Freguesia, únicos órgãos diretamente eleitos pelos chefes de família, para nomear os regedores que detinham funções policiais.

A cadeia do poder local começava no presidente do Conselho que nomeava os ministros, passava pelo titular da pasta do Interior que nomeava por sua vez os presidentes das Juntas de Província ou, depois de 1959, os governadores civis e os presidentes das Câmaras. Eram os presidentes das Juntas de Província, enquanto existiram e depois, então, os governadores civis que nomeavam as Comissões Administrativas Municipais quando fosse caso disso, enquanto os presidentes dos Executivos Municipais detinham funções policiais nas localidades que não possuíam Polícia de Segurança Pública, definindo ainda os pelouros dos vereadores, apesar destes só poderem usufruir de delegação de competências depois de 1969.

Numa linha complementar, os “chefes de família” e os outros eleitores capacitados elegiam as Juntas de Freguesia que ganhavam representação no Conselho Municipal. Este, por sua vez, era composto também pelos representantes das corporações locais, pelas associações de classe e assistenciais<sup>260</sup>, elegia os vereadores, votava as bases dos orçamentos anuais, dos planos de urbanização e fiscalizava a ação do outro órgão administrativo que era o próprio presidente da Câmara.

Ainda, quanto aos presidentes das Câmaras e vice-presidentes, era aconselhado que possuísem um curso superior, que fossem naturais ou residentes no próprio município, ou então antigos vereadores, ou ainda vogais do próprio Conselho Consultivo. Este dava parecer sobre as nomeações para estes cargos, apesar de não ser vinculativo. Contudo, em casos justificados pela conjuntura política e se se verificasse desacordo ou inexistência de um perfil disponível para gerir as situações em causa, poderiam ser nomeadas personalidades vindas do exterior do concelho.

---

<sup>260</sup> A caracterização dos eleitores já foi por nós referida quando tratámos das eleições para a Assembleia Nacional.

Tínhamos assim os municípios corporativos com uma aparência formal de democracia orgânica definida constitucionalmente e instalada a nível local. Contudo, nada se passava sem o controlo da União Nacional que, ao supervisionar os grémios e os sindicatos, dominava todos os outros postos onde se posicionava a oligarquia local constituída por proprietários, funcionários, comerciantes e profissionais liberais.

Tratava-se de um aproveitamento com benefícios mútuos, controlando o regime a grande maioria das figuras que nestas circunstâncias poderiam ganhar características caciqueiras, tanto no âmbito económico como no burocrático. Os eventuais caciques continuavam, assim, a exercer a sua influência, mas dentro dos parâmetros instituídos pelo regime<sup>261</sup>.

Os três órgãos administrativos municipais tinham, por princípio, mandatos de quatro anos, apesar de não coincidirem nos tempos do início e do término atendendo à nomeação ministerial para os presidentes das Câmaras, à eleição nos Conselhos Municipais para os vereadores, para além do processo de cooptação dos elementos para o Conselho. Os concelhos de 1ª ordem, como o de Leiria, integravam seis vereadores e a cidade viria a corresponder à generalidade do País, no que tocava aos mecanismos das políticas municipais.

César de Oliveira tomando como ponto de referência o ano de 1952, ainda na fase de arranque dos Planos de Fomento, observava que em 303 municípios havia 108 presidentes licenciados, sendo a grande maioria advogados. Precisamente, neste ano em Leiria, o presidente Manuel Magalhães Pessoa era licenciado em direito como quase todos os que passaram ao longo do regime. Apenas um não tinha frequência de curso superior, se entendermos neste nível a formação de oficiais do Exército, que era Olímpio Duarte Alves que, no entanto, tinha já uma larga experiência como vereador<sup>262</sup>.

As nomeações para os Conselhos Municipais e as eleições para as Juntas de Freguesia eram igualmente por quadriénios. Não fugindo muito ao que era comum na generalidade dos municípios, o Conselho Municipal de Leiria era constituído por um representante das Casas do Povo, outro do Grémio da Lavoura, um outro do Grémio do Comércio, um representante das Ordens que alternava entre a dos Médicos e a dos

---

<sup>261</sup> SOUSA, Paulo Silveira e, “Caciquismo e poder local sob o Estado Novo cit.” in OLIVEIRA, Cêsar de, *História dos Municípios e do Poder Local cit.*, p. 332. O autor, a partir de algumas imagens da literatura portuguesa, infere esta agregação, que na verdade era óbvia, tendo Leiria vários exemplos entre os quais o grande proprietário e empresário Olímpio Duarte Alves.

<sup>262</sup> OLIVEIRA, César de, *ibidem.*, p.323, onde o autor descreve os requisitos preferenciais para a nomeação dos presidentes das Câmaras Municipais.



Engenheiros, um elemento da Misericórdia e dois elementos representativos de dois Sindicatos Nacionais a escolher entre eles. Os eleitores para as Juntas de Freguesia, como já dissemos, tinham o mesmo perfil capacitário dos recenseados para as eleições legislativas já por nós descrito no subcapítulo referente à Assembleia Nacional.

Antes do Código de 1936 existiam, como braço operativo das edilidades, as Comissões de Iniciativa e Fomento Turístico, mas depois daquele diploma legal junto às Câmaras passaram a funcionar as importantes Comissões Municipais de Turismo, Venatória, de Higiene, e de Arte e Arqueologia, onde eram colocadas personalidades de referência política que exerciam também ali um vasto poder de influência pelas decisões tomadas sobre os interesses dos cidadãos ou pelos recursos que moviam.

### **A Câmara Municipal e os anos da consolidação do regime**

Entre 1936 e 1950, em termos nacionais, ganhou prioridade a administração política do território, passando-se na década seguinte ao planeamento económico. As Câmaras, entidades de execução local das políticas públicas, seguiram estes guiões, tanto na escolha dos edis, como nos seus planos de atividades.

Todavia, só após 1936, acabaram as Comissões Administrativas e as Câmaras passaram a ter presidentes efetivos nomeados conforme o que fora prescrito no Código Administrativo. A partir daqui, um novo tipo de recrutamento surgiria, pois o filtro de seleção encontrava-se apenas no aparelho de suporte ao regime e não no confronto eleitoral.

A experiência de gestão e de representatividade social são requisitos comuns em qualquer regime para as candidaturas às lideranças municipais. No entanto, num regime autoritário a fidelidade ideológica ao governo e as competências para uma execução política, conforme os interesses do governo central veiculados através do partido único, são condições incontornáveis para a nomeação dos presidentes.

Conseguido o cargo, não se poderá falar em detenção nos mesmos moldes dos regimes democráticos. Em democracia, a avaliação das competências feita pelos partidos representados é importante, mas é muito mais importante a avaliação da

popularidade feita pelo eleitorado, pois o domínio dos mecanismos de controlo dos mercados eleitorais é a condição essencial.

Já nos regimes autoritários, a imagem criada dentro do aparelho partidário é preponderante, sobretudo se ela passar pela boa execução política na transmissão da imagem do regime para o povo. Ficando os presidentes mais sujeitos ao poder discricionário do partido do regime, é essa a condição que torna os cargos precários. Todavia, a aparência de uma maior estabilidade nestes regimes, só o é enquanto for garantida a confiança, ao contrário daqueles que se sujeitam a acesas disputas partidárias. Daí depende a longevidade política, não querendo isto dizer que não se verifiquem mecanismos de apropriação de mandatos, desde que não se verifique colisão com os interesses do único partido ou do próprio governo.

As funções periféricas e honoríficas, aparentemente não remuneradas, podem ser um reforço dos seus poderes de influência, tendo sido essa uma constante com os presidentes das Câmaras do Estado Novo. Em municípios dependentes do poder central, com uma exígua capacidade de gerar receitas, só o reforço da honorabilidade formal do cargo poderia atenuar os desequilíbrios entre a satisfação dos cidadãos e a gestão municipal.

Na verdade, essa honorabilidade formal só interessava em termos da imagem encenada do regime e não tanto da concretização da vocação histórica dos concelhos quanto à gestão das transformações demográficas e sociais, ou no apoio ao desenvolvimento das atividades económicas. As questões primordiais nas Câmaras de um regime autoritário vão pouco além da gestão dos recursos libertados pela Administração Central<sup>263</sup>.

É isto que poderíamos ir vendo em Leiria a partir da década de trinta. Já em 1933, na preparação do plebiscito para a aprovação da Constituição, as obras camarárias apareciam semanalmente na imprensa a par daquilo que era o investimento central, afinal como sendo tudo a mesma obra apenas com apresentadores diferentes, o governador civil para este último e o presidente da Câmara para o primeiro.

Obras em escolas ou a abertura de novos estabelecimentos de ensino, estradas camarárias e nacionais, o alargamento da rede telefónica, os melhoramentos na linha

---

<sup>263</sup> GARRAUD, Philippe, *op. cit.*, pp. 139-146. O autor vai dissertando e apontando formas das quais se pode inferir o que afirmamos nos dois últimos parágrafos.

ferroviária do Oeste e as obras de hidráulica para a rega e correção do leito do rio Lis, foram as notícias de insistente glorificação de Salazar e daquilo que viria a ser o Estado Novo, ao longo de todo esse ano. Não havia distinção entre as obras camarárias e as obras do Estado e por isso mesmo *A obra da ditadura no distrito de Leiria*, em março de 1933, enchia os cabeçalhos apresentando números para impressionar, com a prioridade dada ao desenvolvimento rural<sup>264</sup>.

Após a publicação do Código Administrativo, havia que gerir os conflitos entre as elites dos centros urbanos às quais aquele Código favorecia nuns casos e retirava protagonismos, noutros. Leiria, ao ser integrada na Beira Litoral, dependente de Coimbra, e com o sul do distrito, logo abaixo da cidade, integrado na Estremadura onde Caldas da Rainha se afirmava como um importante *lobby* político, mostrava um descontentamento generalizado. Tanto, que o governador civil, Mário de Vasconcelos, se sentiu aparentemente motivado a pôr em risco o seu lugar de representante do governo com um discurso de apoio à centralidade distrital, apesar dos oito anos de manutenção no cargo indiciarem que a gestão política desta questão era apreciada superiormente, podendo não ser, efetivamente, tão “bairrista” como parecia<sup>265</sup>.

Perante este descontentamento, o presidente da Câmara escolhido continuava a ser um militar, mas agora natural de Leiria e tido na população como uma pessoa cordata<sup>266</sup>. Foi, de facto, um período em que as questões regionalistas ganharam ênfase com o presidente a gerir um equilíbrio de forças muito instável. Apoiantes do movimento distritalista, mas também apoiantes discretos do grupo que quis avançar e discutir com as Comissões Executivas Nacionais, tanto das Comemorações do Duplo Centenário, como da União Nacional, parecia resignar-se com o papel secundário reservado a Leiria,

---

<sup>264</sup> *O Mensageiro*, genericamente, para todo o ano de 1933. Em 18 de março esta frase era puxada a toda a largura da 1ª página, mostrando para sete anos de ditadura 907.893\$53 para melhoramentos rurais e 728.292\$00 para melhoramentos urbanos. No entanto, Leiria não se encontrava nos distritos prioritários no que tocava aos grandes investimentos. Vd. também, OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, p. 324, onde o autor aponta o distrito de Leiria para o período anterior aos Planos de Fomento (1928-1952), como o 14º, apenas, nas prioridades de investimento do Estado, não havendo obras públicas com investimento exclusivo da Câmara.

<sup>265</sup> Esta questão da gestão local à volta da divisão administrativa do território já foram por nós abordadas no capítulo dedicado aos governadores civis do Estado Novo.

<sup>266</sup> O coronel Teles de Sampaio Rio pertencia a uma família de tradições locais tratada com muita delicadeza pela imprensa local; também testemunhos orais ainda possíveis, retratam este militar como uma pessoa de fino trato. O perfil militar na obediência hierárquica a que se juntava o conhecimento próximo dos ambientes onde se movia a elite local, transmitia ao regime confiança na escolha deste homem para gerir localmente uma questão tão sensível como a da divisão administrativa do território onde a capitalidade de Leiria saía obviamente lesada. Esta questão que envolvia o aparecimento da Casa do Distrito de Leiria em Lisboa e a realização de Exposições evocativas do Duplo Centenário já foi abordada por nós em capítulo anterior.

deixando para uma entidade exterior e privada, a Casa do Distrito, em Lisboa, o grande empenho neste processo.

Todavia, não negou o apoio logístico e financeiro essencial ao movimento distritalista, através de ações concretas, sobretudo depois de março de 1940, quando se percebeu que a iniciativa de Leiria naquelas comemorações sempre avançava. O mesmo se passou três anos mais tarde com a realização de um grande congresso distrital<sup>267</sup>.

Passada a onda de emoções regionalistas e acabada a guerra na Europa, o tempo político virava-se agora para uma perspetiva de desenvolvimento, mesmo que fosse muito débil. Em 1944, saiu o governador civil Mário de Vasconcelos, satisfazendo-se as elites locais com a nomeação para aquele cargo de Acácio de Paiva, parente de Teles Sampaio Rio, natural da terra e filho de um poeta do mesmo nome muito admirado localmente. Por outro lado, no ano seguinte, Sampaio Rio saía da Câmara e era nomeado um jurista, funcionário judicial em Leiria, profundamente conhecedor dos mecanismos processuais da Administração, Manuel de Magalhães Pessoa, natural de Cantanhede.

Foi uma longa presidência com um grande investimento nas obras públicas. Não tendo Portugal aderido ao Plano Marshall, a estratégia passava por afirmar alternativas que o dispensassem, pelo que os finais da década de quarenta foram anos de preparação para o arranque dos Planos de Fomento, quinquenais, que teriam início em 1950. Este ano foi tomado como exemplo por César Oliveira para demonstrar as receitas incipientes da grande maioria dos municípios portugueses.

Segundo aquele autor, cerca de 50% dos municípios portugueses geravam menos de mil contos de receitas anuais, sendo a sua gestão tão pouco profissionalizada que os próprios presidentes apenas recebiam uma gratificação e não um vencimento, não sendo obrigados à exclusividade de funções. O voluntarismo local era o motor da administração municipal, de tal forma que era comum o lançamento de subscrições,

---

<sup>267</sup> ADLRA/PSS/HSE/D/003, *correspondência da Feira de 1940*, (1938-1940). Esta atitude de apoio contido é nítida na correspondência trocada com o comissário da Exposição Distrital de Leiria que se confrontava com o facto da Comissão Executiva Nacional e a Junta de Província da Beira Litoral não verem razão para uma exposição com carácter oficial em Leiria, havendo já uma em Coimbra e outra com apoios oficiais também em Caldas da Rainha, agora uma cidade pertencente a outra província, a Estremadura. A Exposição de Leiria foi um ponto de união das elites leirienses e acabou por vingar com assinalável êxito. O Congresso, três anos depois, organizado pela Casa do Distrito, foi outro marco de revigor distritalista. João Bonifácio Serra defendeu igualmente estes entendimentos numa conferência no Arquivo Distrital de Leiria, em 11 junho 2008, tendo o trabalho no prelo para publicação próxima.

motivando o empenho das “forças vivas” e das populações para os melhoramentos públicos necessários<sup>268</sup>.

Tudo era tão precário que um homem da situação e futuro ministro, César Moreira Baptista, não se inibia de denunciar e alertar para os perigos com os quais o regime se poderia confrontar atendendo ao estado de pobreza da maioria das Câmaras, sem os recursos elementares e sem qualquer autonomia promotora do desenvolvimento local, o que era agravado pela dependência da dupla tutela dos Ministérios do Interior e das Finanças<sup>269</sup>. Isto mostrava, por um lado, a situação económica e financeira do país e a necessidade de alguma coisa mudar, enquanto, por outro, também era revelador da desconfiança de Salazar, como já foi dito, em relação às forças locais potenciais produtoras de interesses divergentes tendo em atenção o objetivo principal centrado na unidade nacional.

Magalhães Pessoa preparou e realizou a transição para novas formas de estar na gestão camarária. Rodeado, na sua primeira vereação, por dois juristas, dois industriais, um professor, um regente agrícola e um médico, tinha desenhado uma equipa que percebia a reconversão económica e social necessária. Assim, o obreirismo do presidente apostou nos primeiros planos de urbanização consistentes do ponto de vista técnico, nas obras de recuperação e de edificação de equipamentos, nas infra-estruturas planificadas, publicando na imprensa todos os anos, a partir de 1950, o orçamento anual projetado e o plano de atividades<sup>270</sup>.

Para a cidade, o novo edifício da Escola Comercial e Industrial, o Palácio da Justiça, o primeiro bairro social, a Cadeia Comarcã e a nova Casa dos Magistrados tinham o equivalente na satisfação das freguesias rurais, com as fontes, os lavadouros, as escolas, as estradas e a electrificação (...) *Graças a Deus e à boa vontade dos ilustres titulares das pastas da Justiça e das Obras Públicas o que ontem não passava de uma*

---

<sup>268</sup> Na imprensa de Leiria eram frequentes os apelos à participação em cortejos de oferendas e outras coletas organizados pelo próprio governador civil e pelo presidente da Câmara a favor de várias obras, sobretudo assistenciais. Vd. *inter alia* o jornal *Região de Leiria*, de 7 de dezembro de 1950, a propósito do Instituto de Assistência à Família e da Misericórdia de Leiria, ou mesmo título de 1 de fevereiro de 1951, a propósito da Ordem Terceira de S. Francisco.

<sup>269</sup> OLIVEIRA, César, *op.cit.*, p. 312-314. O autor cita César Moreira Baptista, na altura jovem técnico e ideólogo do regime, que alertava para as debilidades das políticas municipais como potencial factor de descontentamentos.

<sup>270</sup> Este estilo empreendedor do presidente da Câmara levou à atitude inédita de publicitar, não só para conhecimento dos cidadãos como também como política de propaganda, quais os seus objetivos anuais, granjeando enorme popularidade. Os planos de atividades anuais publicados nas primeiras páginas da imprensa local saíam, normalmente, entre outubro e novembro do ano anterior e evidenciavam os melhoramentos preconizados para as várias localidades do concelho e os dinheiros previstos.

*aspiração e de uma esperança, representa hoje uma consoladora e feliz realidade! (...)* assim manifestava o presidente ao Conselho Municipal, em 1952, a sua humildade política por ser um mero executor de vontades superiores<sup>271</sup>.

Durante os 13 anos que se seguiram, ao mesmo tempo que se mantinham os mesmos perfis profissionais, as vereações iam mudando enquanto o presidente ia ficando, premiado com a acumulação de outro cargo, o de deputado da Nação<sup>272</sup>. Tudo se parecia conjugar entre a boa capacidade de mobilização de Magalhães Pessoa e o equilíbrio entre a ética política e a obtenção de suportes financeiros, abrindo-lhe as portas para uma longa e ascensional carreira política<sup>273</sup>.

O seu dinamismo levou-o a uma outra grande obra, o estádio municipal que já não viria a inaugurar. Exonerado em 1957, no ano seguinte viu-se obrigado a apresentar no Conselho Municipal um relatório justificativo das contas de gerência do final do seu mandato<sup>274</sup>.

O grande empresário, proprietário e figura eminente da União Nacional, Olímpio Duarte Alves, com experiência camarária como vereador tanto neste regime como ainda na última vereação da I República, para além de ter sido Procurador à Câmara Corporativa, assumiu transitoriamente a presidência da Câmara até 1959. Sem o espírito obreiro do antecessor, talvez por isso chamasse para vice-presidente o arquiteto Camilo Korrodi, acabando por inaugurar a nova Escola Comercial e Industrial já lançada

---

<sup>271</sup> Esta fórmula de apresentação do Plano de Atividades para 1953, mostrava a modéstia que não desdenharia ser reconhecida, de quem faz obra como simples executor de desígnios superiores, mas mostrava sobretudo a dependência da Câmara em relação ao governo central. Assim, a possibilidade de inscrever no plano algumas obras já era uma vitória que se assinalava mesmo antes de se terem iniciado. Vd. CMLRA/AH/B/BA/12, *Planos actividades/1953*.

<sup>272</sup> Na década de 50 mantiveram-se alguns vereadores vindos da 1ª vereação de Magalhães Pessoa, mas mesmo quando havia renovação, a presença de industriais, comerciantes, de um regente agrícola e de um médico foram perfis profissionais que se fixaram. Em 1950 registou-se ainda alguma inovação com a presença de um homem ligado ao património cultural, Fernando Pais de Almeida e Silva, conservador dos Palácios e Monumentos Nacionais, que mais tarde viria a ser nomeado presidente da Câmara de Caldas da Rainha.

<sup>273</sup> Manuel Magalhães Pessoa parecia encaixar-se no modelo dos presidentes de Câmaras com maiores probabilidades de aspirarem à ascensão numa carreira política, na qual a etapa seguinte seria a de deputado, tal como define GARRAUD, Philippe, *op.cit.*, pp. 139-140.

<sup>274</sup> *Região de Leiria*, de 22 de fevereiro de 1958. Não tendo sido possível encontrar o original deste relatório, não foi também encontrada outra documentação que ajudasse a percebê-la melhor, o que parece confirmar que a saída abrupta de Magalhães Pessoa nunca foi oficialmente esclarecida. Fica o relato um pouco evasivo do jornal e as coincidências apontadas sem outra interpretação. No entanto, já depois de exonerado, Magalhães Pessoa foi alvo de várias manifestações públicas de apreço pela obra feita. O regime aparentemente protegia quem afastava por ser esta uma forma de também se proteger com a imagem de um modelo de governação exemplar e de missão.

anteriormente, mas deixando também a marca da demolição do cineteatro D. Maria Pia<sup>275</sup>.

### **Dos anos sessenta ao fim do regime**

Após a convulsão política provocada pelas eleições presidenciais de 1958 e com o retorno dos distritos aos corpos administrativos do Estado, Olímpio Duarte Alves passaria para o governo civil assegurando esta magistratura, enquanto era chamado para a Câmara novamente um militar, Henrique Perez Brandão, oficial do Regimento de Infantaria 7 de Leiria e aqui residente, com tirocínio municipalista feito no comando dos Bombeiros Municipais.

Tratava-se de um oficial mais ligado à eficácia das cadeias hierárquicas que propriamente às realizações de carácter popular. Havendo ainda hoje quem se lembre dos seus regulamentos disciplinares camarários, Perez Brandão teve que se confrontar de imediato com jovens contestatários da política municipal, alguns vindos do ambiente estudantil coimbrão ainda inebriados com as movimentações geradas com a candidatura de Humberto Delgado<sup>276</sup>.

Para além disto, ultimou algumas obras lançadas ainda ao tempo de Magalhães Pessoa, não evitando em algumas delas conflitos com proprietários de terrenos expropriados como aconteceu, em particular, bem no centro da cidade com a construção do Palácio da Justiça ao lado dos Paços do Concelho e com a abertura da Praça que ficava em frente<sup>277</sup>.

---

<sup>275</sup> Olímpio Duarte Alves, proprietário agrícola e empresário no setor hoteleiro e do termalismo em Monte Real, enquadrava-se na oligarquia local e corporativista, com poder de influência exercido e aproveitado dentro do aparelho partidário. Também SOUSA, Paulo Silveira e, “Caciquismo e poder local sob o Estado Novo cit.” in OLIVEIRA, César de, *História dos Municípios e do Poder Local cit.*, pp. 332-333 se refere a este tipo de exemplos.

<sup>276</sup> O médico José Ferreira Júnior, que posteriormente viria a ser um dos fundadores da Comissão Concelhia do PPD-Partido Popular Democrático, hoje PSD, era um jovem licenciado em 1959 que escrevia textos sobre os malefícios das políticas administrativas nas Câmaras Municipais. Mesmo atendendo ao cariz mais liberal do jornal *Região de Leiria*, o artigo escrito neste jornal em 26 de Fevereiro de 1959, um mês e meio antes da tomada de posse do capitão Brandão na presidência da Câmara Municipal, não deixa de ser surpreendente atendendo ao agravamento do cerco feito pela censura prévia após as eleições presidenciais de 1958.

<sup>277</sup> A mão-de-obra do Palácio da Justiça, excetuando os técnicos qualificados, foi inteiramente constituída por reclusos e o terreno onde foi construído, frente à Câmara Municipal, era parte integrante de uma quinta cidadina pertencente a uma família antiga de grande peso social em Leiria. O presidente da Câmara, segundo vários testemunhos orais, entre os quais funcionários da altura e membros da própria

No entanto, não só a eclosão da guerra colonial chamou aos quartéis os militares que desempenhavam funções civis, como a própria rigidez deste oficial não lhe dava o perfil mais aconselhável para levar por diante a participação municipal nos Planos de Fomento, no arranque industrial proveniente da adesão de Portugal à EFTA, ou na gestão da saída massiva de emigrantes com a consequente entrada de divisas que traziam o impacto em novos projetos urbanísticos.

Este papel estaria guardado, a partir de 1963, para o inspetor escolar Bernardo Pimenta, homem da União Nacional, mas com uma outra visão social e flexível na aprendizagem da nova estratégia política. Foi precisamente na década de 60 que Leiria deu um salto de crescimento urbanístico e industrial. Sendo este e os concelhos vizinhos da Batalha, de Porto de Mós, de Ourém e de Pombal, os de maiores índices nacionais de emigração para França, como já referimos no capítulo anterior, o dinheiro aforrado pelos emigrantes despoletou um novo desenho da malha urbana e do casario rural.

Paralelamente a isto, o arranque industrial, sobretudo no sector dos plásticos, mas também das madeiras e da resinagem, lançou Leiria para níveis de crescimento pouco habituais, por vezes desequilibrado no que tocava à harmonização da paisagem tanto urbana como rural, como ainda entre a disponibilidade de novos bens e o tempo de amadurecimento de novas elites ou de massa crítica adaptada a uma nova conjuntura económica. Mesmo assim, o ensino secundário, tanto no liceu como na Escola Comercial e Industrial, teve um crescimento notável. No país verificava-se, neste período, um notável crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita* para o qual Leiria contribuía fortemente<sup>278</sup>.

Esta flexibilidade adaptativa de Bernardo Pimenta às mudanças permitiu-lhe mesmo sobreviver ao assomo tecnocrata consequente da ascensão ao governo de Marcelo Caetano, adaptando-se com facilidade à evolução do conceito de Estado Novo para o de Estado Social que passava a estar presente. Tendo já sido este presidente, graças ao mecenato de José Lúcio da Silva, que abriu um moderno cineteatro, outros novos equipamentos sociais surgiram nestes anos, como as piscinas municipais, escolas, um novo edifício do liceu, bairros sociais, obras de embelezamento urbano, de apoio ao lazer e à cultura. Apesar de tudo isto, o contributo de Leiria para os índices de

---

família Charters d'Azevedo, não teve contemplações nem compensações nos cortes que mandou fazer não só para aquela construção como para a abertura da Praça da República, desenhada segundo alguns para receber desfiles militares.

<sup>278</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, p.299.



desenvolvimento do distrito não conseguia que este ficasse colocado na primeira metade da tabela dos investimentos do Estado a nível nacional, a não ser no ensino secundário e nos equipamentos de saúde e assistência<sup>279</sup>.

Passadas as prioridades básicas dos Planos de Fomento da década de 50, uma nova visão integrada, que fazia pensar num planeamento que atenuasse os desequilíbrios regionais, levaria a este panorama nacional. À escala concelhia o presidente da Câmara parecia adotar a mesma visão em relação às diversas freguesias.

Bernardo Pimenta rodeou-se de elementos ortodoxos da antiga União Nacional e de novos interventores da Acção Nacional Popular, detetando-se no perfil da suas vereações, já no início da década de setenta, as preocupações sociais ao integrar dois elementos ligados ao apoio social, entre os quais a primeira mulher vereadora, a professora Helena Moreira Duarte Carvalhão, delegada distrital da Mocidade Portuguesa Feminina que estava ligada a obras assistenciais da Igreja, assim como o vereador e comerciante, Luis Roda, também ligado à Ordem Terceira de S. Francisco. Os outros eram um empresário do ramo automóvel, um industrial, um professor, um jurista e um solicitador.

Com esta equipa, o presidente manter-se-ia à frente do município até à revolução de 25 de abril de 1974, momento em que renunciou de imediato. Seriam dois vereadores seus, Vitor Gonçalves primeiro e Carlos Pimenta depois, que manteriam a gestão municipal até a entregar, mais tarde, ao presidente nomeado para a nova Comissão Administrativa, tenente-coronel Rui Carvalho dos Santos<sup>280</sup>.

---

<sup>279</sup> Idem, *ibidem* p. 325. O autor faz um *ranking* dos investimentos distritais em 1971, colocando o distrito de Leiria, dentro dos 18 existentes, em lugares modestos no que tocava a vias de comunicação, escolas primárias, abastecimento de água e saneamento, não querendo isto dizer que fosse dos mais problemáticos do país mas, tão só, não havendo casos de desenvolvimento exemplar em praticamente nenhum, Leiria teria os problemas básicos em vias de resolução dando lugar a outras prioridades, na perspectiva de uma política integrada saída do pensamento de Francisco Pereira de Moura, o economista procurador à Câmara Corporativa que, não sendo afecto ao regime, foi o mentor do III Plano de Fomento já na vigência de Marcelo Caetano.

<sup>280</sup> O solicitador Carlos Pimenta viria a ser o primeiro presidente eleito já no regime democrático, pelas listas do PPD-Partido Popular Democrático.

## A prosopografia

Num grupo tão reduzido e heterogéneo de protagonistas, como é o caso dos presidentes da Câmara Municipal de Leiria no regime autoritário, a interpretação dos perfis, das condições de recrutamento e da carreira deve levar muito mais em conta as diversas conjunturas em que surgiram do que as características habituais de quem se sujeita a uma primeira seleção feita pelo partido, e a uma segunda seleção no confronto eleitoral.

Contudo, alguns aspetos merecem relevo. Em primeiro lugar, verificou-se uma maior estabilidade nos cargos, duplicando, ou mais, a média de duração dos mandatos. Na I República para 16 anos, houve oito presidentes, dando uma média de 2 anos por mandato. No regime autoritário para 48 anos houve dez presidentes, o que dá uma média de quatro anos e nove meses por mandato.

Esta aparente estabilidade não deixou de ter pontos críticos e outros de grande continuidade. Assim, foi em 1935, ainda na fase de transição dos mandatos vindos da ditadura militar para os governos do Estado Novo, que o comandante da polícia, João Fróis de Almeida, teve que assegurar a gestão camarária apenas por um mês. Em sinal contrário, os dois mandatos civis correspondentes aos períodos de crescimento com os Planos de Fomento e a adesão de Portugal à EFTA ultrapassaram os onze anos cada um.

É nítido que a presença de militares surgiu em momentos em que eram necessárias medidas preventivas no que tocava à “acalmação” até 1935, ou mesmo com a longa presidência do coronel Teles Sampaio Rio, entre 1935 e 1945, no período de implantação do Código Administrativo, mas também da guerra civil de Espanha e da 2ª Guerra mundial e depois, entre 1959 e 1963, nas sequelas da candidatura de Humberto Delgado. Já os civis apareceram nos momentos de reconstrução económica ou de alguns cuidados com as políticas sociais.

Como já vimos, os presidentes das Câmaras deveriam ter habilitação superior, ter experiência em vereações ou, pelo menos, nos Conselhos Municipais. A União Nacional assumia-se como um escol de elites políticas, as quais tinham que apresentar qualificações que dessem alguma garantia no desempenho das competências que lhes seriam atribuídas.

Os seis militares eram oficiais com curso feito na Escola do Exército, o quadro superior dos Serviços Judiciais, Manuel Magalhães Pessoa, era licenciado em direito, o professor do liceu que foi presidente da primeira Comissão Administrativa, José Saraiva, era licenciado em Histórico-Filosóficas, o inspetor escolar Bernardo Pimenta tinha cursado na Escola do Magistério de Coimbra, um curso médio, mas tinha passado pelo Conselho Municipal. Apenas o empresário Olímpio Duarte Alves não era diplomado, mas tinha experiência em várias vereações, para além de ter sido Procurador à Câmara Corporativa, como já vimos.

A partir de 1935 todos os civis eram filiados na União Nacional e mais tarde na ANP, enquanto os militares tinham cargos na Legião Portuguesa, não havendo assim qualquer permissividade a elementos não controláveis pelo regime.

No entanto, o regime confiava nos homens da terra: cinco eram naturais do concelho e dos outros cinco, eram conhecedores da realidade de Leiria, ou por estarem cá radicados, ou terem exercido cargos relevantes.

Quanto à carreira política, um veio a ser posteriormente governador civil e dois vieram a ser deputados sem continuidade política posterior, enquanto seis tinham já passado anteriormente pelas vereações, dos quais três deles tiveram experiência camarária durante o anterior regime liberal.



### CAP. III - O REGIME DEMOCRÁTICO (1974- 2000)

#### UM NOVO REGIME DEMOCRÁTICO

##### **Democracia direta e democracia representativa**

Ao observarmos as elites políticas num regime autoritário, encontramos evidentes diferenças em relação às de um regime democrático, apesar de nem todas as formas de demonstração de poder e de conforto social serem dissonantes.

Sabendo que, apesar das exceções, é comum encontrarmos notáveis oriundos de uma elite económica que se refugiam numa aparente modéstia quando opinam sobre a política, demonstrando uma sobrançeria condescendente sobre quem a ela se dedica, já a elite política não aprecia as análises que recaem sobre si, apesar de as suportar por se tratar de uma sujeição democrática<sup>281</sup>.

Nos dias de hoje, os sistemas democráticos são discutidos e se a democracia direta se tornou numa forma de participação impossível, tanto pelo crescimento demográfico, como pela evolução do próprio conceito que levou a um sistema de representação, o certo é que nos regimes democráticos, tal como os concebemos, não há maiorias vencedoras. Isto é, as maiorias não estão representadas nos vencedores de umas eleições, porque quem assume as decisões políticas e reclama a representação da maioria é apenas a maior das minorias simples<sup>282</sup>. De fora, ficam as outras minorias derrotadas, os votos inválidos e os abstencionistas que, no conjunto, são de facto a maioria.

Alexis de Tocqueville e Jean Jacques Rousseau, percursores da teorização da Liberdade, já duvidavam da ideia de “poder popular” ao questionarem quem estaria incluído no Povo<sup>283</sup>. O primeiro constatava que a democracia já passara a ser um método de escolher governos, onde a prioridade estava nas cautelas e nos mecanismos necessários para o processo não resvalar. O segundo, ao procurar um suporte ideológico

---

<sup>281</sup> Esta atitude das elites económica e política é bem analisada por alguns autores, entre os quais, DAHL, Robert, *op.cit.*, pp. 76-87.

<sup>282</sup> ARBLASTER, Anthony, *A Democracia*, Lx, Europa-América, 2004, pp. 14-17.

<sup>283</sup> Idem, *ibidem*, pp. 19-23 e 81-83.

para a democracia direta, reconhecia-a apenas possível para pequenas comunidades, atendendo à incontornável fragmentação dos interesses nas sociedades mais alargadas.

Assim, não poderemos falar num governo gerido *pelo* Povo num regime democrático nos dias de hoje. Nos países que, tradicionalmente, reconhecemos como democratas, são diversas as formas de fazer surgir um corpo de governantes e de legisladores que reclamam prestar um serviço *para* o Povo, por serem os seus legítimos representantes após o voto. Não sendo, assim, o Povo quem governa, esta é a democracia representativa, tal como nós a conhecemos.

Não deixa, contudo, de se poder levantar uma nova dúvida. O que é o interesse geral, ou interesse nacional? Poderá ele existir em democracia e quem o define e como se define?

A dúvida subsiste porque é fácil perceber que aquilo que existe será, tão só, um conjunto de vários interesses parcelares ou particulares, aos quais também poderemos chamar diversidade e que, momentaneamente, ora coincidem com uns, ora com outros, formando assim ocasionais maiorias de interesses comuns.

Na verdade, o “interesse geral” só seria clarificado em absoluto se o aglomerado das minorias se obrigasse ou sujeitasse à imposição de interesses partilhados, perdendo-se no entanto, desta forma, os direitos de cidadania e de diversidade democrática<sup>284</sup>.

Bastará ver alguns exemplos num ou noutro setor de atividade, para verificarmos as dificuldades em identificar um interesse geral. Como diz Arblaster, na Saúde Pública, por vezes, confunde-se se os interesses prioritários estão do lado dos profissionais ou dos doentes, ou no Ensino, se do lado dos professores ou dos alunos, ou ainda na governação política, se esses interesses prioritários cabem aos governantes, aos seus apoiantes, ou à maioria dos governados.

Na perspetiva representativa, (...) *o Povo tem a obrigação de preencher o cargo mas não de dirigir o seu ocupante*, o que deveria ter como contrapartida *o eleito falar no mesmo tom dos que o elegeram*<sup>285</sup>. Contudo, no caso português, o sistema de representação proporcional, através do método de Hondt, e em “listas fechadas”, os eleitos para o Parlamento são votados em círculos eleitorais com uma área geográfica correspondente aos distritos administrativos, mas apesar desta eleição a nível regional

---

<sup>284</sup> ARBLASTER, Anthony, *op.cit.*, pp. 99-102.

<sup>285</sup> Idem, *ibidem.*, p. 70 refere a primeira citação de Walter Lippmann; e p. 110 refere a segunda citação de Aneurin Bevin.

acabam por vir a assumir uma representação nacional, o que não só leva que a grande maioria dos eleitores não conheça os eleitos, como estes, no desempenho das suas funções, deixam de responder pelas causas regionais passando a responder conforme os objetivos partidários nos seus compromissos com as causas nacionais. Aliás, a situação torna-se ainda mais questionável, ao saber-se que a eleição dos deputados não depende tanto dos seus eleitores, ou até dos militantes de base partidários, mas muito mais do seu número de ordem nas listas, ordenação feita pelas estruturas cimeiras dos partidos políticos.

Esta distanciação agrava-se com as promessas de interesse regional feitas em campanha eleitoral que depois submergem na escala de prioridades dos interesses globais dos partidos, ou ainda pela secundarização dos candidatos, muitos deles absolutamente desconhecidos dos eleitores, porque o que tem relevo nas eleições legislativas é, na verdade, saber quem vai ser o futuro primeiro-ministro.

Tudo isto justifica a controvérsia quando um deputado assume dar prioridade aos interesses da sua região, que o elegeu, correndo o risco de contrariar as imposições partidárias. Isto é, o argumento do “interesse geral” leva que a verdadeira representatividade dos círculos se perca na proporcionalidade eleitoral e na disciplina partidária porque, afinal, os eleitores não votam em candidatos, votam em partidos, tendo como objetivo principal a nomeação do primeiro-ministro.

Entre a frase atribuída a Winston Churchill: (...) *a democracia é o melhor de todos os maus sistemas* (...) e a ideia de ser imperioso o estabelecimento da democracia nos diversos países, sendo impensável a existência de um regime democrático sem estruturas partidárias, é, igualmente, imperioso não esquecer as minorias que não se veem representadas nos partidos, mas às quais terão que ser garantidos direitos, obtendo delas contributos inegáveis para o robustecimento e regeneração permanente da ideia democrática.

Isto é, sendo impossível a democracia direta nos dias de hoje, o sistema representativo será o garante dos direitos de cidadania se estimular a participação cívica, o grau de exigência e a rotatividade, de modo a possibilitar que os interesses divergentes mas importantes, porque correspondem a estratos relevantes da população, se vejam representados alguma vez.

Será este método de circulação de interesses que superará o mero debate pluralista, assumindo o perfil de poliarquia como Robert Dahl defende<sup>286</sup>, havendo ainda correntes partidárias, entre as quais algumas portuguesas que, defendendo um sistema misto entre as representações plurinominal e uninominal, defendem também a obrigatoriedade de, periodicamente, os parlamentares terem sessões abertas nas regiões que os elegeram<sup>287</sup>.

Todas estas questões passaram a ser motivo de análise em Portugal, a partir de abril de 1974. A partir da implantação do regime democrático verificaram-se alterações profundas, tanto na organização política do País, como no retrato social.

Podendo vir as bases do arranque económico da década de 60, na verdade, foi a partir da década de 70 que o regime democrático instituiu as liberdades sindical, de associação e de participação política, assim como a democracia representativa. O municipalismo foi reforçado com um novo conceito de “poder local” e logo a partir de 1975, pela primeira vez, Portugal teve eleições sujeitas a um verdadeiro sufrágio universal. Tudo isto, não só levou a mudanças drásticas nos processos de recrutamento dos protagonistas políticos, como as próprias políticas públicas passaram a ter outros princípios de atuação e de avaliação por parte dos eleitores. A proteção social garantida pelo Estado, as garantias dadas pelas políticas de saúde, a democratização do Ensino e a própria laicidade do Estado foram princípios constitucionais que mudaram, verdadeiramente, o panorama político do País<sup>288</sup>.

Como perpassa da ideia de António Barreto, o impulso de desenvolvimento, consequente da adesão de Portugal à CEE-Comunidade Económica Europeia, posterior UE-União Europeia, um segundo impulso após a entrada na EFTA na década anterior,

---

<sup>286</sup> DAHL, Robert, *op.cit.* Todo o trabalho de Dahl acerca de New Heaven aponta para o princípio da circulação das elites, o que ele defende como poliarquia, sistema que garantiria a satisfação e a participação na política de grupos com interesses descontínuos.

<sup>287</sup> FREIRE, André (coord.), *Recrutamento parlamentar: os parlamentares portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*, Lx, STAPE, 2001, pp. 36-37. O autor constata, através de entrevistas feitas a dirigentes dos grupos parlamentares, que esta é uma opinião de defesa do actual sistema ao mesmo tempo que o credibiliza.

<sup>288</sup> BARRETO, António (org.), “Três décadas de mudança social” in Idem, *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lx, ICS/UL, 1996, pp. 38-60. Neste artigo, o autor faz um retrato genérico do País entre o regime autoritário e o regime democrático e refere que na década de 60, com a adesão à EFTA e o surto de emigração para a Europa em que a perspectiva do regresso favorecia as remessas avultadas de divisas, Portugal teve as primeiras condições de arranque económico o que terá sido prejudicado pelas características do regime e pela guerra colonial. Com a consolidação do regime democrático, com a adesão à CEE e a integração dos “retornados” como uma nova mola impulsionadora da economia, aumentou PIB, o emprego, o consumo, os níveis de bem estar e Portugal deixou, na altura, de ser um País de emigração e passou a ser de imigração.



em conjugação com as novas estruturas democráticas, com a retirada de África e a viragem para a Europa, tudo isto levou a significativas mudanças no perfil das elites económicas, assim como na generalidade da sociedade portuguesa.

A inversão do peso dos tradicionais três setores económicos, passando o terciário a assumir uma preponderância atingida com uma celeridade notável e de forma bem demarcada, levou também a um novo peso do aparelho do Estado e ao crescimento do funcionalismo, assim como à litoralização do País graças aos centros procurados pelos sistemas logísticos, sendo muito mais propícios aqueles onde eram fáceis as comunicações, o que arrastava grande parte da população vinda do interior. A par disto, a emancipação feminina e o gradual acesso da mulher a cargos nos serviços, incluindo dirigentes, levou à mudança da tradicional célula familiar que foi modelar na “lição de Salazar”.

Por outro lado, o “poder local” sendo um motor do desenvolvimento e de autonomia regionais, acabou por não ser cumprido na totalidade, tanto pelo “adormecimento” da regionalização previsto na Constituição de 1976, como pelo “jogo labiríntico” de intermediação das autarquias entre o poder central e os interesses das populações<sup>289</sup>. Fosse pelo genuíno interesse e necessidade do desenvolvimento local, fosse pelas necessidades de fidelização dos “mercados eleitorais” locais, o FEF-Fundo de Equilíbrio Financeiro distribuído às autarquias quase nunca foi equilibrado em relação às despesas, sendo ainda estas instituições locais tentadas a sucessivas candidaturas aos sucessivos Quadros Comunitários de Apoio numa aposta desenvolvimentista, mas que tem implicado que suportem diretamente uma percentagem desse investimento, endividando-se ainda mais. As autarquias procuram, assim, gerar outras fontes de receita e a “negociarem” com a Administração Central diversos investimentos, tornando-se assim, muitas vezes, num dos elos mais visíveis do *spoil system*.

Com tais mudanças, alguns setores das elites tradicionais claudicaram, ascendendo outros, havendo, no entanto, outros ainda que conseguiram a reconversão e

---

<sup>289</sup> RUIVO, Fernando, “Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 33, Coimbra, CES/FEUC, out.1991, pp. 189-200. O autor retrata as relações, tanto institucionais como personalizadas, entre as autarquias e o Estado que se torna num “Estado negocial” perante as cedências ou negociação de investimentos para além das capacidades financeiras das instituições locais, favorecendo uma labiríntica teia de “agenciamentos”.

o prolongamento do seu estatuto no novo regime, tal como aconteceu nas mudanças de regime anteriores, como veremos.

## LEIRIA: TRANSIÇÃO DAS ELITES POLÍTICAS ENTRE O REGIME AUTORITÁRIO E O REGIME DEMOCRÁTICO

Curiosamente, foi em Leiria que se realizaram as célebres Cortes de 1254, no reinado de D. Afonso III, onde pela primeira vez aconteceu a “representação popular”, sendo certo que esta representação não ia além dos “homens bons” dos concelhos que eram, afinal, uma elite não aristocrata, mas detentora de uma notável capacidade económica. Passados 720 anos, a representação democrática foi instaurada no país. Numa cidade média de província, como Leiria, as mudanças sociais e políticas tornaram-na num relevante observatório sobre as alterações vividas.

Em fevereiro de 1974, José Damasceno Campos deixou o Governo Civil de Leiria e foi nomeado governador civil do distrito de onde era oriundo, Bragança, vindo para Leiria Manuel Machado, anterior presidente da Câmara de Tomar e vogal da ANP no distrito de Santarém. À vista da opinião pública nada se passava de anormal, para além do conhecimento das manifestações estudantis e operárias no País e da desconfiança progressiva em relação à guerra colonial.

No dia 14 de março desse ano, dois dias antes da subvelação militar iniciada em Caldas da Rainha, uma cidade do distrito, *O Mensageiro* noticiava com aparente despreocupação a posse do novo governador no anterior dia 6, assim como a remodelação ministerial e o apoio das “forças vivas” à política ultramarina, após a publicação dos livros *Portugal e o futuro*, de António Spínola, e *Portugal amordaçado*, de Mário Soares. Relevava sobretudo, num longo trabalho, a *unidade do distrito*, uma recorrente questão sobre a coesão do território administrativo.

Na semana seguinte, a 21, já era deixada numa pequena notícia interior: (...) *a insubordinação militar sem êxito (...) presos 33 oficiais (...) as responsabilidades estão a ser apuradas (...)*. Henrique Perez Brandão, um oficial que havia sido um rígido presidente da Câmara no difícil período entre 1960 e 1964, era desde já nomeado 2º comandante do regimento de Infantaria 7, na cidade.

No entanto, passado cerca de um mês, acontecia a revolução de abril e no que respeita à Câmara de Leiria, o presidente Bernardo Pimenta renunciou passados poucos dias, no início de maio, mantendo-se a vereação até agosto seguinte, apesar de o vice-presidente Vítor Gonçalves ter assegurado funções, apenas, até junho, quando ocorreu uma reunião que foi interrompida por elementos da CDE-Comissão Democrática Eleitoral e exigiam a sua renúncia imediata.

Só em julho os partidos recém-criados chegaram a um acordo sobre a constituição da nova Comissão Administrativa Municipal e assim, apesar de algumas demissões, foi um outro vereador, Carlos Pimenta que, não sendo considerado um ortodoxo do regime cessante, se manteve entre junho e agosto e assegurou a transmissão de poderes para a referida Comissão Administrativa presidida por um oficial de tradições liberais e ligado ao MFA-Movimento das Forças Armadas, Rui Carvalho dos Santos, natural de Leiria.

Os restantes vogais distribuíam-se pela seguinte forma: um jovem empresário, um engenheiro e um comerciante foram indicados pelo PS-Partido Socialista; um advogado, um professor e um funcionário foram indicados pelo PCP-Partido Comunista Português; enquanto um outro engenheiro e um outro advogado foram indicados pelo PPD-Partido Popular Democrático<sup>290</sup>.

Curiosamente, estes perfis profissionais pareciam fugir ao retrato mais proletário e vanguardista que o momento revolucionário parecia requerer. Contudo, não possuindo ainda o PS uma estrutura amadurecida localmente, o recrutamento terá sido feito nos simpatizantes imediatos cujo *curriculum* melhor se adequava à gestão municipal. Já o PPD, não tendo igualmente tradição como partido, beneficiou dos elementos próximos da chamada “ala liberal” dos tempos marcelistas e que se passaram quase em bloco para o novo PPD, trazendo boa parte do “aparelho” da ANP. Por fim, o PCP, chamou gente urbana, claramente da “vanguarda” das massas, capaz de impor e aguentar o debate.

Todavia, é interessante reter alguns factos. Como sempre acontece em momentos de rutura, a mudança de regime levou a compromissos de fé na democracia

---

<sup>290</sup> Bernardo Pimenta pediu a demissão em 3 de Maio coincidindo com um *plenário popular* convocado pela CDE, que teve lugar no Ateneu Desportivo de onde saiu uma *lista de democratas de Leiria* que, no dia seguinte, foi levada ao comandante do Regimento de Infantaria e de onde deveria sair a Comissão Administrativa. Esta foi a razão da interrupção da reunião camarária no início de Junho. No entanto, após um primeiro acordo entre a CDE, PS e PPD para a Comissão Administrativa, o PCP contestou, sendo a lista refeita. Tudo isto levou a que a tomada de posse se desse, apenas, em 21 de Agosto. Vd. ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência*, cx. 843.

por parte de alguns que, não sendo apelidados de “adesivos” como na I República, eram, agora, “vira-casacas”, mesmo quando se confirmaram algumas continuidades por necessidade de manutenção das estruturas dos serviços. Outros, foram envolvidos em processos mais dramáticos, como foram os casos dos saneamentos e das ocupações de organismos e empresas por parte dos trabalhadores ou de outras franjas das populações.

O governador civil, Manuel Machado, apresentou a demissão logo a 27 de abril, mas o secretário do Governo Civil, Luis de Almeida Trindade, asseguraria a interinidade até setembro, confrontando-se mesmo com algumas situações de grande melindre, como foi o surgimento dos partidos políticos e as posições que foram tentando ocupar, em particular na constituição das Comissões Administrativas Municipais do distrito. O certo é que Luis Trindade parece nunca ter sofrido qualquer afronta pessoal nestes meses de alguma perturbação revolucionária, mantendo-se no seu cargo de secretário durante cerca de 20 anos mais.

Ainda assim, logo após o movimento que depôs o governo de Marcelo Caetano, verificavam-se atitudes próprias do momento revolucionário. Umas, inesperadas como foi o caso de, em 30 de abril, o Executivo da Câmara da vila vidreira da Marinha Grande que insistia em manter-se em funções se dirigiu através do Governo Civil e de forma inflamada ao Presidente da Junta de Salvação Nacional: (...) *expressando o sentimento do Povo do seu concelho manifesta a V.Ex<sup>a</sup> todo o apoio às gloriosas Forças Armadas (...) para a construção de um Portugal maior aonde todos os Portugueses tenham lugar (...)*<sup>291</sup>.

Outras, em diferente perspetiva, poderíamos encontrá-las em vários exemplos. A 6 de maio, a Mesa da Misericórdia via-se perante a contestação dos médicos do hospital que, em plenário, criaram uma Comissão de Gestão Provisória do Hospital e declaravam (...) *as Misericórdias incapazes de satisfazer as necessidades de assistência médica (...)*, levava a que o Provedor e o mordomo-mor que geria o hospital fizessem, igualmente, uma exposição à Junta de Salvação Nacional, também através do Governo Civil, com as razões da sua demissão, sem deixar de invocar: (...) *aqui me tem a depositar nas mãos da Junta de Salvação Nacional o lugar de Provedor (...) para a constituição de nova Mesa (...)*.

---

<sup>291</sup> Telegrama de 30 de Abril de 1974. Vd. ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência*, cx. 829.

No dia seguinte, não deixava de ser assinalável que o pároco da Sé, padre Jacinto de Sousa Gil, contestasse *a título pessoal* e por escrito a posição dos clínicos<sup>292</sup>. Em outubro, seria a vez do pessoal de enfermagem laico, não só contestar o corpo de enfermeiras religiosas, como a própria Comissão de Gestão Provisória do Hospital, constituída quase exclusivamente por médicos e já nomeada após a demissão da Mesa da Misericórdia.

Ainda em maio de 1974, nos Serviços Municipalizados de Águas e Electricidade, vários trabalhadores forçavam um processo de saneamento do engenheiro delegado e coordenador local da ANP, Afonso de Lemos Proença, do chefe dos serviços de águas, João Belo Rodeia e do chefe dos serviços administrativos, José Maria Ferreira. Prudente, o governador civil interino solicitou um inquérito às atividades de cada um, dando-lhes a possibilidade de defesa, o que fizeram. Contudo, o momento não era favorável aos três que tiveram que sair, não deixando de regressar mais tarde, com a singularidade de Lemos de Proença vir a ser eleito presidente da Câmara, primeiro pelas listas do CDS e depois pelo PPD/PSD<sup>293</sup>.

Também em junho, ainda se mantinha inalterável a mesma Junta Distrital, cujo presidente era um antigo governador civil, o oficial reformado José da Silva Mendes, sendo vice-presidente um anterior vereador, o advogado António Dias Coelho. No dia 28, acharam por bem testemunharem a sua (...) *expressão de apoio à Junta de Salvação Nacional* (...), o que não foi suficiente para resistirem à nomeação do novo governador civil no mês de setembro seguinte<sup>294</sup>. Antes disto, Luis Trindade já havia dado cumprimento à ordem do Ministro da Administração Interna e suspenso o processo de recenseamento eleitoral que havia sido iniciado em janeiro anterior, com cadernos já ultimados em diversos concelhos<sup>295</sup> e no dia 18 do mês de setembro recebia uma comunicação do Quartel General da Região Militar de Tomar onde se integrava Leiria, a determinar que as Juntas de Freguesia só deveriam ser dissolvidas (...) *se os Povos se manifestarem junto ao Governo Civil* (...), tal como este deveria resistir às *pressões partidárias* na constituição das novas Comissões Administrativas Municipais<sup>296</sup>.

---

<sup>292</sup> Processo existente em Idem/*ibidem*, cx. 823.

<sup>293</sup> Processo existente em Idem/*ibidem*, cx. 824.

<sup>294</sup> Carta do presidente da Junta Distrital, de 28 de Junho. Vd. Idem/*ibidem*, cx. 843.

<sup>295</sup> Ofício nº 4805, de 21 de Maio, do Ministro da Administração Interna em Idem/*ibidem*, cx. 810.

<sup>296</sup> Circular de 18 de Junho. Vd. Idem/*ibidem*, cx. 845.

Contudo, entre junho e setembro desenrolar-se-ia mesmo o complicado processo de substituição das Câmaras e de várias Juntas de Freguesia, e era nomeado o novo governador civil, o socialista Joaquim da Rocha e Silva, após as movimentações, no país, da chamada “maioria silenciosa” de 28 de setembro, movimento de apoio a António de Spínola, mas cujo fracasso o acabaria por levar à demissão da Presidência da República.

Até ao final de 1975, o ambiente revolucionário foi-se agravando, mantendo-se os processos de saneamento, para além das primeiras desilusões e dos focos de tensão perante as divergências ideológicas.

### **O 25 de Abril na imprensa de Leiria**

Na altura, não só a surpresa e desconfiança, mas também o facto da imprensa local fechar as edições quase com uma semana de antecedência, levou a que os três jornais da cidade fossem muito contidos, ou mesmo omissos nos últimos dias de abril, como já referimos. Só no mês seguinte ao movimento militar, a 2 de maio, o católico *O Mensageiro* alinhava na festa e trazia a toda a largura da primeira página uma fotografia da manifestação popular em Leiria, de 27 de abril anterior, com o título: *Triunfou o Movimento das Forças Armadas! A paz é possível*. A 4 de maio o *Região de Leiria* já se mostrava seguro chamando, então também, a toda a primeira página: *Liberdade – Pão – Justiça: na hora da redenção!*, relatando a manifestação organizada pela CDE na cidade de Leiria e a prisão dos agentes da DGS-Direcção Geral de Segurança, enquanto um dos seus articulistas tradicionais, José Travassos dos Santos avisava: (...) *reconquistada a democracia, só nas nossas mãos está o poder de conservá-la* (...), e o responsável editorial, Manuel Matias Crespo, enchia as páginas interiores com pequenas crónicas de carácter geral, por enquanto, sem controvérsia. No entanto, a política, em notícias, ou em artigos de novos colaboradores, viria a ganhar um novo espaço no jornal.

A *Voz do Domingo*, perante uma situação que parecia colidir com tudo o que defendera antes, cautelosamente, escrevia a 5 de maio: (...) *esperamos que estes acontecimentos contribuam para o bem estar da sociedade portuguesa* (...) *vamos orar fervorosamente pela nossa Pátria e pelo nosso Povo* (...) *alguns países já reconheceram a Junta* (...) *os comentários da imprensa estrangeira variam* (...).

No entanto, na semana seguinte, mantinha ainda a sua atitude ambivalente anunciando que a *União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho manifesta o seu apoio à Junta de Salvação Nacional (...), mantendo a confiança na Padroeira para proteger os Portugueses e Portugal (...)*.

José Galamba de Oliveira deixava a direção de *A Voz do Domingo* sem quaisquer comentários, apercebendo-se que tendo sido um acérrimo defensor do regime anterior, este não era o seu tempo à frente de um jornal católico Não deixaria, no entanto, de continuar exercer a sua vasta influência na diocese, através da obra social que tinha construído e das suas ligações a partir de Fátima<sup>297</sup>.

O cargo de diretor foi transitoriamente assumido pelo padre Henrique Fonseca até agosto, quando um outro padre ainda jovem e de largo curriculum académico, Augusto Ascenso Pascoal, o asseguraria, depois, até ao ano seguinte. Nesta altura, viria a ser assumido por um outro clérigo oriundo do Ensino laico, Joaquim Domingues Gaspar. A linha deste jornal manter-se-ia numa perspetiva pastoral e de aparência política distante, mas não deixaria de ser contundente nalguns momentos, com grande turbulência no primeiro ano após a revolução causadas pelas desconfianças sobre aqueles que haviam colaborado com o regime anterior.

Contudo, o outro jornal católico, *O Mensageiro*, rapidamente se apercebia que o ambiente político poderia fugir aos padrões tradicionais e conservadores e no dia 16 de maio já avisava que: (...) *só com civismo salvamos a Nação e o Povo Português (...)*, mostrando receios pelo *desgoverno* face à euforia das manifestações, do aparecimento de partidos políticos, da nova discussão sobre as colónias, dos saneamentos e questionava: (...) *o que é a liberdade?*

No mês seguinte, no dia 20 de junho, ia mais longe que o próprio *A Voz do Domingo* para noticiar a saída do diretor desta, o influente cónego José Galamba de Oliveira, e uma semana depois já declarava o seu afastamento gradual em relação ao rumo que a revolução estava a tomar: (...) *O que pretende a CDE? (...) não compreendemos a democracia da CDE (...) é a hora dos católicos (...) a hora ainda é nossa se quisermos (...) não formar um partido político mas (...)*.

---

<sup>297</sup> José Galamba de Oliveira era tido como um dos construtores da extraordinária referência católica de Fátima. Para além de ser fundador e diretor de *A Voz do Domingo*, também o foi de *A Voz de Fátima*, mentor de várias instituições de apoio social, para além de ser o grande dinamizador das ramificações da Acção Católica e das organizações de revigor católico a partir de Fátima.

Na verdade, a CDE vinha a liderar o processo em Leiria, não só com plenários populares, como com a exigência de demissão da Câmara que ainda se manteve em funções cerca de dois meses mais, mesmo após a renúncia do presidente Bernardo Pimenta. Sugeriu nomes para a nova Comissão Administrativa, afrontando diretamente os interesses que se haviam consolidado no anterior regime.

Quando começou a campanha sobre o divórcio, *O Mensageiro* não hesitou em fazer o combate à ideia, escolhendo claramente o seu lado da “barricada”, como dizia em 22 de agosto: (...) *ser reaccionário nem é crime nem defeito (...) é afinal, ser livre (...) quem não reage (...) e não condena desmandos?(...)*.

No dia 17 de junho aconteceu um grande incêndio na zona histórica da cidade, tendo ardido o antigo Seminário cujo edifício, já há alguns anos, havia sido entregue à Junta Distrital que tinha ali instalado um Internato para rapazes. Ao relatar o caso, no dia 22, o mesmo jornal trazia o comunicado assinado pelo ainda presidente daquela Junta, José Rodrigues da Silva Mendes, onde este lamentava o sucedido, apontava soluções para o destino dos rapazes e confiava nos novos poderes democráticos.

No entanto, a 13 de julho começavam, no *Região de Leiria*, as primeiras desilusões ou desconfianças e Travassos dos Santos já listava os partidos políticos existentes, identificando-os com os respetivos símbolos e com o que entendia como matriz ideológica de cada um.

Com a viragem do governo à esquerda após a saída de Spínola, em 28 de setembro, no dia 2 de novembro seguinte, o novo cronista Manuel Jerónimo Pascoal, bem mais liberal, alertava também para uma (...) *noção errada de democracia*. A partir do dia 9, Matias Crespo voltava à primeira página, agora com crónicas impiedosas sobre o *processo revolucionário em curso*, o PREC. Tanto Matias Crespo como Travassos dos Santos, após a estabilização do regime, passariam a colaborar nos jornais católicos *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*.

Estes jornais marcavam cada vez mais a sua posição de afastamento em relação ao “caminho para o socialismo” prescrito pelo PREC e *A Voz do Domingo*, logo a seguir à renúncia de Spínola, questionava em tom de lamento, a 6 de outubro: (...) *para onde caminhamos?* (...) lembrando que (...) *o Santo Padre condena o marxismo e o capitalismo* (...).



Após a saída daquele general e a determinação do processo de descolonização, os conservadores de Leiria tornar-se-iam progressivamente mais cáusticos, apesar de a 15 de março de 1975, após a “intentona” de direita do dia 11, o *Região de Leiria* chamar a título a (...) *desesperada e louca intentona* (...), e relatar as manifestações de apoio ao MFA-Movimento das Forças Armadas, em Leiria. A este propósito Jerónimo Pascoal escrevia um violento artigo contra os amotinados ao qual pôs o sugestivo título: *Vade retro reacção!*

Neste ano multiplicavam-se os comícios e as manifestações, envolvendo posições públicas dos vários partidos, dos sindicatos e até de alguns serviços públicos. O reforço das políticas mais próximas do MDP/CDE e do PCP após o mês de março, a caminho do *verão quente* desse ano, levavam o PPD a afirmar-se localmente como o defensor das liberdades, com o apoio de grupos organizados de católicos, auto-denominados *grupo de cristãos pelo desagravo à Igreja*<sup>298</sup>.

No dia 19 de abril de 1975, o mesmo jornal parafraseava o bíblico *Sermão da Montanha*, em título de um trabalho onde descrevia as *bem-aventuranças* das nacionalizações em curso, enquanto Travassos dos Santos questionava para onde caminhava *a moral juvenil*. A preocupação do jornal estava também em transcrever os procedimentos para o primeiro ato eleitoral democrático numa pedagogia prescrita pela Comissão Nacional de Eleições.

O recenseamento de 1975 apontava 55.728 eleitores para o concelho de Leiria, residindo na cidade 8.660, muito mais do que em Alcobaça, Pombal ou Caldas da Rainha<sup>299</sup>. Para este universo, nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 3 de Maio, votaram no País 91,73% dos eleitores, no distrito de Leiria votaram 89,81%, enquanto no concelho votaram 91,2% dos inscritos nos cadernos eleitorais.

Já quanto à distribuição dos votos ela foi diferente em Leiria do resto do País. O resultado nacional deu a vitória ao PS com 37,87%, seguido do PPD com 26,38%, o

---

<sup>298</sup> Em 1975, Leiria acompanhou as vicissitudes desse ano, muito características no País. A norte do Tejo verificava-se uma reação muito forte à viragem à esquerda do regime. Enquanto o CDS ainda hesitava em assumir a visibilidade aberta, o PPD ia-se, aqui, robustecendo pela rede de influências herdadas da ANP e com o reduto católico de uma diocese que integrava Fátima. A mobilização para a oração com a implícita crítica às novas ideias ascendentes era permanente, não só na imprensa do próprio Santuário, como nos dois jornais católicos de Leiria, bem à maneira do papel que já coubera a *O Mensageiro* durante a I República. Além da imprensa, este processo está bem documentado em ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência*, cx. 864.

<sup>299</sup> Fonte: COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES (CNE), [http://eleicoes.cne.pt/sel\\_eleicoes.cfm](http://eleicoes.cne.pt/sel_eleicoes.cfm) e *Região de Leiria*, de 25 Janeiro 1975.

PCP com 7,65% e o CDS com 6,94%, enquanto no distrito a ordem foi: PPD, 35,55%; PS, 33,15%; CDS, 6,76% e PCP, 6,44%. O concelho registou: PPD, 40%; PS, 28%; CDS, 13,87%; PCP, 2,39%. O sinal conservador era nítido, tendo os restantes partidos resultados irrelevantes.

Aliás, a tensão no período que ficou conhecido por *verão quente* foi decisiva em Leiria. No País, extremava-se uma linha de esquerda que se revia no governo de Vasco Gonçalves, havendo outras linhas, também extremadas, das forças conservadoras que haviam de redundar primeiro no assalto às sedes de partidos à esquerda do PS e depois nas movimentações militares que levaram ao *25 de novembro* e à quebra do ascendente da esquerda revolucionária.

Por cá, em 25 e 26 de agosto, foram incendiadas e assaltadas as sedes do PCP, do MDP/CDE e do MES, o escritório de advocacia do líder da CDE, Henrique Vareda, tendo havido ainda um tiroteio de onde resultaram um morto e alguns feridos. Em novembro, a Base Aérea de Monte Real, a escassos 6 Km da cidade, foi ocupada por para-quedistas revoltados e acabaria por ser o aparelho do PPD que mobilizou milhares de populares a cercarem as instalações militares até os revoltosos se renderem às tropas leais a Ramalho Eanes, o novo chefe militar e político<sup>300</sup>.

Quanto aos assaltos às sedes partidárias, *O Mensageiro*, em 28 de agosto, limitava-se a dizer que: (...) *a situação em Leiria esteve tensa* (...), atribuindo as responsabilidades aos *esquerdistas* e aos militares do Copcon-Comando Operacional do Continente. Já em relação ao *25 de novembro* e aos acontecimentos em Monte Real, vangloriava-se dois dias depois, no dia 27: (...) *Horas de incerteza vividas em Portugal* (...) *autoridades militares controlam agora o País* (...) *a Base Aérea de Monte Real foi libertada com a participação das massas populares que ali acorreram e impuseram a sua vontade* (...).

*A Voz do Domingo* que mantinha uma alta taxa de leitura nas freguesias rurais e nas comunidades emigrantes daqui saídas, subtilmente mostrava em contraponto aquilo que poderia ser confundido entre o caminho para as democracias populares e aquelas que assentavam nos pressupostos das economias de mercado, e a 12 de outubro

---

<sup>300</sup> Por testemunho dos próprios, como Tomás de Oliveira Dias, David Gomes, António Zúquete e outros, os líderes do PPD local terão contatado os antigos regedores e presidentes de Juntas de Freguesia do regime anterior, para além de vários párocos que, por sua vez, mobilizaram as populações, sobretudo de Monte Redondo, Bajouca, Bidoeira e Amor que cercaram a Base Aérea, munidos de chuços, foices, matracas, caçadeiras, etc. Um painel de azulejos, com uma pintura *naïf* junto à entrada da Junta de Freguesia da Bajouca é, ainda hoje, também um testemunho desses momentos.

adivinhou o caos num artigo intitulado *Ordem e Disciplina*: (...) ouvimos a um responsável revolucionário que a ordem não era um valor absoluto (...) preferimos sistemas menos perfeitos (...) mas como os que dão o pão aos nossos emigrantes (...) e a 7 de dezembro congratulava-se com (...) o fim da ameaça da guerra civil e da chantagem política e a manifestação apoteótica das populações em Monte Real, em 25 de Novembro (...).

Este jornal passava agora a contar com novos articulistas que ocupavam os espaços de primeira grandeza, assinando os mais agressivos com pseudónimos, como era o caso de “Júlio Romano”, “Um trabalhador”, “Alguém”, “E.”, ou outros que, com certeza, seriam personalidades bem conhecidas e influentes. Era o caso de “Um trabalhador” que, ainda a 7 de dezembro, tal como Galamba de Oliveira fizera em 1933, esclarecia como deveria ser a atitude dos católicos face à política: (...) *alhear-se da política é alhear-se da sociedade (...) pensar só em política é outro exagero (...) uma espécie de fanatismo (...) nem anemia e, menos ainda, “diarreia política” (...) sim a um conhecimento adequado às capacidades de cada um (...) como cidadão e como cristão* (...).

Mantinha-se a linha de apelo aos católicos para estarem atentos às políticas que colidissem com os princípios definidos pela Igreja, mas a intervenção direta estaria guardada só para alguns que orientariam os demais e cuja seleção seria uma consequência das capacidades e oportunidades, sendo escusadas as preocupações de intervenção cívica por parte de todos.

No ano seguinte, por ter ficado desapossado das suas instalações, o PCP reclamava uma sede junto do Ministro da Administração Interna, atendendo que: (...) *os senhorios não têm garantias do Governo Civil de Leiria de manutenção da ordem pública* (...) <sup>301</sup>.

A partir do ano de 1976, *O Mensageiro* passava a ter novas causas de combate: (...) *abortar é matar!; o ensino: escolas ou antros de perversão?; o fim do ciclo do império e a triste sorte dos portugueses* (...); *a derrocada de Portugal* (...). Não só o tom era progressivamente mais alarmista, como a partir de 23 de junho passou a ter mais um articulista regular, o industrial Lúcio Tomé Féteira que, no seu primeiro artigo

---

<sup>301</sup> Esta carta, que foi remetida pelo ministro ao governador civil para parecer, datada de 23 de agosto de 1976, evidenciava os ataques sofridos no ano anterior e a recusa sistemática de vários proprietários em facultarem instalações para uma sede. Vd. ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência*, cx. 904.

intitulado *Mama sume*, precisamente o lema das tropas especiais “comandos”, exortava a coragem e o sacrifício dos portugueses face à (...) *vergonha da História Nacional como a querem transformar com a recusa em assumir as razões da guerra colonial*.

Em outubro, para além do espaço para as suas crónicas, o empresário que vira as suas fábricas em Vieira de Leiria ocupadas pelos trabalhadores, teria ainda a oportunidade para dar uma longa entrevista no jornal: *Lúcio Tomé Féteira e o seu pensamento*, onde dissertava sobre política, economia e as ligações à terra natal.

No que tocava à Câmara, os protagonistas ligados aos partidos entendidos como “direita” continuaram a aproveitar as redes de influências vindas dos tempos da ANP, tendo em atenção, sobretudo, a ruralidade da maioria das freguesias do concelho de Leiria e a influência da Igreja que, num Estado agora laico, continuava aqui com um peso muito forte, visível na mensagem política veiculada pela sua imprensa, *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*, que continuavam. Aliás, este último aproximava-se da mensagem do primeiro, eventualmente com estilos diferentes, tendo em vista os seus públicos-alvo, mais ruralizados o primeiro e mais urbano o segundo.

Em 12 de dezembro de 1976 era exibida a percentagem de 65% de eleitores nas eleições autárquicas, falando no (...) *desânimo, nada dos 90% de 1975(...)*, satisfazendo-se ainda com os resultados no distrito com oito Câmaras do PPD/PSD, sete do PS, uma do CDS e nenhuma do PCP, apesar dos fortes núcleos da Marinha Grande e Peniche.

Assim, nas primeiras eleições municipais, teríamos precisamente o solicitador e ex-vereador que transmitiu os poderes entre regimes, a candidatar-se como cabeça de lista do PPD e a ganhar, mantendo-se nas eleições seguintes, até 1983.

A partir de 1976, abria-se caminho ao poder local, mas a política nacional continuava a suscitar reações na imprensa de Leiria, sobretudo na mais conservadora. *A Voz do Domingo* adotava o tom de alerta máximo a partir dos finais de 1976, pelos anos seguintes, realçando as insistentes crises políticas, as perturbações na escola pública, a moral e as *boites*, as novas dificuldades da disciplina de Religião e Moral nas escolas, a maçonaria, a desqualificação da família tradicional com o divórcio e o aborto, de tal modo que a 18 de dezembro o cronista, “Um trabalhador”, chamava a atenção para a nota da Conferência Episcopal acerca da discussão sobre a interrupção voluntária da gravidez, de forma extraordinariamente dramática: (...) *Prepara-se em Portugal uma*

*nova matança dos inocentes (...) temos que salvar a democracia (...) que está a ser feita por homens com passado anti-fascista, mas pouco amadurecidos para a convivência democrática (...).*

Esta marca de cariz ultramontano da imprensa católica foi-se mantendo ao longo dos anos. Em 7 de julho de 1980, *A Voz do Domingo* vinculava a pastoral dos bispos portugueses que reafirmava: (...) *a Igreja não deve alhear-se da política (...) deve-se combater o absentismo, mas recusar votar em projectos ou pessoas de inspiração marxista, condenando o totalitarismo (...).* Aproximavam-se as eleições presidenciais que Ramalho Eanes ganharia à 1ª volta com o apoio do Partido Comunista. Apesar do candidato ser um homem de inspiração cristã, este apoio ainda mais decepção e desconfiança motivava pelo que, em 14 de dezembro, o mesmo jornal escrevia: (...) *Ramalho Eanes continua presidente (...) resta-nos acatar democraticamente a decisão do Povo Português e esperar que o “novo” presidente cumpra as promessas que fez e não se intrometa nas áreas do poder que não são da sua competência (...).*

Três anos depois, novamente ano de eleições legislativas, o clamor era ainda mais drástico pela pena dos seus articulistas que transmitiam a ideia da desnecessidade dos partidos e das saudades autocráticas. “Júlio Romano”, a 27 de fevereiro, citava: (...) *Já Salazar dizia (...) que nunca ouvira as oposições derrotadas a darem razão aos vencedores...entregue-se o poder a quem dispense o País dos gastos do parlamentarismo (...).* Na véspera das eleições, saía a 24 de abril o mesmo articulista com a explicação: (...) *porque não vou votar! (...) votar é também uma questão de fé (...), de tal modo desincentivador da participação cívica que, na mesma primeira página, o novo diretor, Domingues Gaspar, se via obrigado a lembrar numa “cacha” a posição da Igreja Católica: (...) ficar em casa por comodismo é traição a Deus e à Pátria. Portanto, um católico deve votar e votar em consciência (...).*

O certo é que o PS viria a ganhar, lamentando, desta vez *O Mensageiro* no dia 28 de abril, (...) *o regresso ao socialismo*, apesar da margem mínima e de, no distrito, os maiores partidos terem eleito quatro deputados cada. Recordava ainda as denúncias que fizera na semana anterior: (...) *Blasfémia! Slogan usado por vozes marxistas: se Cristo cá viesse votava PS.*

No final do ano, em *A Voz do Domingo* de 20 de novembro, “Um trabalhador” dissertava de forma curiosa, com certeza não introspetiva, sobre *O fanatismo*, como chamava a título: (...) *são complexas as causas deste fenómeno (...) importa sobretudo*

*denunciar a instrumentalização das pessoas (...) ao serviço de megalómanos. A História os há-de julgar. E sobretudo, Deus que conhece todos os segredos escondidos nos refolhos do coração humano (...).*

Em 1986, a 6 de fevereiro, *O Mensageiro* descobria que (...) *Mário Soares tira a máscara (...) é o candidato dos comunistas (...)*; a 20 de março denunciava (...) *os títeres da utopia e do oportunismo (...)*; reforçando a ideia a 1 de maio, chamando-lhes: (...) *os ídolos do regime abrilino (...)*. A par disto, já com os novos colaboradores, empenhava-se também nos temas regionalistas e do património civil e religioso. Em vésperas de eleições, novamente, *A Voz do Domingo* trazia em 29 de setembro, a carta do bispo D. Alberto Cosme do Amaral aos padres da diocese onde lembrava não só a coincidência de datas entre uma iniciativa católica e o ato eleitoral, como aquilo que deveria significar: (...) *votar cristãmente é (...) num elemento primordial na celebração do Dia Anual da Diocese (...)*.

Quanto ao *Região de Leiria* os textos eram mais abertos, mas o jornal apresentava um formato também conservador, não só pela inexistência de um critério editorial claro, como pelo grafismo e pelo débil rigor na pesquisa noticiosa, sobretudo ao tempo de José Ângelo Baptista dos Santos como diretor e de alguns cronistas permanentes que mais tarde se transfeririam para os jornais católicos. Em meados da década de oitenta, com a direção de Lucínia de Azambuja, já se verificou um investimento na qualidade com o recrutamento de um jovem corpo de redatores, profissionalizando-se em definitivo na década de noventa, quando foi adquirido pela *holding* empresarial Grupo Lena.

De qualquer modo, o formato noticioso deste jornal sempre foi mais distanciado da emotividade que os outros, excetuando-se o empenho sobre os equipamentos infraestruturais que se foram perfilando para Leiria, como era o caso da discussão à volta do novo Hospital Distrital, do mercado, da rede viária e do Ensino Politécnico. Este, sendo já noticiado em 11 de abril, motivava o lamento de vir sem a valência de uma Escola Superior Técnica, modelo que já estava criado em vários distritos.

A morte de Sá Carneiro, nesse ano, poderá ter sido o último trabalho jornalístico com uma subjetividade não camuflada, como aconteceu a 12 de dezembro: (...) *Trágico acidente de aviação!* Depois de transcrever a nota oficial do governo, fechava com o comentário: (...) *que Deus tenha piedade de todos nós e de alguns desvarios.*

A partir da década de noventa, não só *O Mensageiro* como *A Voz do Domingo* estabeleceram corpos redatoriais mais fixos, mas sempre coerentes com a sua linha editorial. O *Região de Leiria* e os novos *Jornal de Leiria* e *Diário de Leiria*, que surgiram nos finais da década de oitenta, evoluíram para uma estrutura profissional com elevados índices de qualidade.

### **Elites de Leiria: Representações sociais e representações políticas**

Ao olharmos para a coloração partidária vemos um ascendente nítido do PPD/PSD, seguido do PS, na detenção dos cargos não só políticos, mas também na maioria das organizações de interesses. A transferência de notáveis da antiga ANP pode indicar que a estrutura, ou o aparelho partidário de influência social, se transferiu do anterior regime para o atual de forma quase intacta, ou por passagem direta e imediata de alguns protagonistas, pela recuperação mais tardia de outros, ou ainda pela ascensão dos filhos de alguns, já no período democrático.

#### *- Leiria: um mapa das organizações de interesses*

Com os direitos conquistados após 1974, um novo mapa associativo surgiu em Leiria. Por um lado, velhas associações perderam fulgor e poder de influência como, por outro, passaram a proliferar novas agremiações de interesses cívicos, culturais, desportivos e profissionais, reveladoras de uma ânsia de desenvolvimento e promoção regionais, sendo, sobretudo, novos pontos emissores de vozes com intervenção.

Na cidade e nas freguesias do concelho, este foi um surto com grande expansão que, com o andar dos anos, veio a sofrer um natural processo de seleção, vingando as de maior impacto social, ou as que conseguiram dar um ajustamento de profissionalização à sua estrutura administrativa, tornando-se muito difícil a sobrevivência das que mantiveram um estatuto de coletividade assente no amadorismo tradicional.

As que vingaram, ou se tornaram uma voz atuante na defesa de interesses específicos dos seus associados, passaram a prestar serviços que foram justificando apoios financeiros de natureza pública numa estreita ligação entre estas organizações e

os centros de decisão da Administração Central e Local. Associações desportivas, culturais, de solidariedade social e até mesmo de índole profissional, ao prestarem serviços de grande utilidade e importância à comunidade necessitam de apoios traduzidos numa grande proximidade dos poderes, enquanto estes reconhecem não só o relevante suporte social das atividades realizadas, como a capacidade de intervenção e influência nas comunidades. A isto não são indiferentes os partidos políticos ao procurarem recrutar apoiantes em momentos-chave<sup>302</sup>.

Já César Oliveira citava o estudo coordenado por Juan Mozzicafredo ao afirmar que o eleito local põe grande empenhamento no desenvolvimento económico, social e cultural do seu concelho, ao procurar investimentos que tragam relevância tanto às localidades que o integram como àquilo que é o espelho da sua ação, muitas vezes sem ter em conta a complementaridade e os equilíbrios que seriam mais racionais, com equipamentos e infraestruturas comuns a freguesias ou a concelhos vizinhos<sup>303</sup>. Assim, enquanto no regime anterior os atores políticos eram recrutados mais pela sua influência institucional e menos pelo seu reconhecimento popular, uma diferença, que se torna vulgar com o novo período democrático, é a incidência nos percursos políticos que começam na relevância mostrada nas organizações associativas, ou que lhes dão continuidade, após uma presença no palco político.

Por outro lado, no que toca ao universo associativo, poderemos ainda reter outros aspetos:

- as freguesias rurais ganharam um peso político que superou o da cidade. O sufrágio universal trouxe a possibilidade de voto a uma população que anteriormente não o tinha, sentindo-se isso mesmo nas freguesias exteriores à zona urbana, cujo somatório de eleitores é superior a uma população citadina que ainda veio a sofrer uma gradual perda face às políticas urbanísticas que foram arrastando residentes para fora do centro da urbe;

---

<sup>302</sup> Para além da genuína e relevante intervenção social de muitas associações, os “mercados eleitorais” não deixam de se fazer sentir, numa relação “oferta/procura”. O seu trabalho justifica os apoios públicos, sem os quais não sobreviveriam e por isso terão que os procurar, enquanto a sua influência e reconhecimento público são também um fator de ponderação nos apoios a dar, o que será legítimo e se pode constatar, por exemplo, nos diversos regulamentos de apoio associativo explícitos na página eletrónica da Câmara Municipal de Leiria. No entanto, não deixa de ser também um outro fator de ponderação o recrutamento de elementos para a constituição de listas em momentos eleitorais, ora como elegíveis, ora como apoiantes ativos.

<sup>303</sup> OLIVEIRA, César de, *op. cit.*, p.389.



- perante esta realidade, não só os presidentes das Juntas de Freguesia, com assento na Assembleia Municipal e forte capacidade de influência nas suas freguesias, passaram a ganhar uma nova importância no xadrez político, sobretudo nas eleições municipais, como passaram a ser recrutados, ora na malha dos maiores empregadores locais, ora na malha associativa com maior reconhecimento por parte das populações;

- mesmo assim, é na cidade que estão os principais *opinion makers*. Uns, claramente virados para nichos citadinos, interessantes pelo cunho intelectual ou pela modernidade urbana que podem transmitir às causas, apesar de se mostrarem desligados das realidades periféricas. Outros, por serem também influentes no mundo rural pelo exercício das suas profissões, ou pela dimensão financeira que ostentam.

Por tudo isto e até mesmo pela proximidade dos poderes, as organizações associativas da cidade acabam por ganhar, na maior parte das vezes, uma importância mais visível. Poderíamos excetuar, talvez, o caso da freguesia dos Marrazes que, estando na continuidade da cidade, sempre manteve uma relação tanto de rivalidade como de complementaridade com esta, sobretudo no campo desportivo. O certo é que os grandes fornecedores de atores políticos a nível de topo, no concelho de Leiria, estiveram quase sempre na cidade, até recentemente.

É, igualmente, interessante perceber as mudanças que o regime democrático trouxe ao mundo associativo. Em vinte cinco anos multiplicaram-se as associações, sobretudo de carácter recreativo e de solidariedade social, apesar de não se confirmar nestas últimas uma fonte de recrutamento de protagonistas políticos, ao contrário das primeiras.

Na cidade e vindos do anterior regime, o seletto Grémio Literário e Recreativo, ponto de encontro das elites anteriores, entrou em agonia; o Ateneu e o Orfeão, vindos também dos tempos anteriores, mas mais populares, dirigidos por elementos oriundos das camadas sociais intermédias e mais liberais, reciclaram os seus objetivos, passaram a oferecer novos serviços com grande êxito, profissionalizando as estruturas administrativas; a União Desportiva de Leiria, após a convulsão e hesitação de rumo nos anos subsequentes a 1974, assumiu o caminho de sociedade anónima desportiva, apesar de serem bem visíveis os detentores do poder; os rotários mantiveram-se sabendo manter uma discreta influência feita de equilíbrios entre verdadeiros independentes e pessoas do PSD e do PS; enquanto os Lion's chegavam a Leiria, já na década de oitenta, procurando equilíbrios semelhantes, mas com maior tendência para ligações entre o

PSD e o CDS/PP<sup>304</sup>; a Associação Comercial foi perdendo a grande influência política que teve anteriormente e caminhou para a defesa do comércio tradicional; já a consolidação da democracia e as novas perspectivas de desenvolvimento fizeram surgir o NERLEI, inicialmente Núcleo Empresarial de Leiria, como extensão da Associação Empresarial Portuguesa, que depois se autonomizaria, mantendo o mesmo acrónimo mas com a denominação de Associação Empresarial de Leiria. Passou a dar destaque a um novo conceito de empresário que aglutina o industrial e o promotor de serviços, isto é, todo setor terciário que abrange uma elite económica que relega para segundo plano o comerciante tradicional.

Enquanto nos períodos políticos anteriores, os quadros associativos se identificavam mais pela estratificação social, agora essa perspectiva não deixou de ser relevante, mas tornou-se muito mais evidente o posicionamento profissional ou a tendência partidária.

Entre as associações de carácter profissional, como os produtores de madeiras, os suinicultores, construção e obras públicas, etc., algumas representam grupos pesados da economia local enquanto outras, desportivas, ou ligadas a classes profissionais, foram aparecendo, como aquelas ligadas às várias modalidades desportivas, às delegações sindicais, etc., com a relevância social já descrita acima, apesar de nem todas terem, de igual modo, peso como produtoras de protagonistas políticos.

Todavia, a ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria merece uma atenção especial. Tendo na origem militantes ou simpatizantes do PPD/PSD, uns dissidentes, outros descontentes com a política camarária cujo presidente também era do mesmo partido, tinham outra particularidade comum no facto de terem estado próximos na “ala liberal” dos últimos tempos marcelistas. Tendo como elo de ligação a contestação ao presidente da Câmara, Lemos de Proença, em 1989, juntaram outros elementos oriundos da área socialista mas distanciados, e ainda independentes, para fundarem uma associação cívica que se tornou numa incubadora de atores da política local e de onde saíria uma futura presidente da Câmara e alguns vereadores, deputados e

---

<sup>304</sup> Tratando-se de movimentos internacionais com carácter filantrópico, o Rotary e os Lion's abriram-se já na década de noventa à adesão feminina. Os primeiros chegaram a Leiria ainda durante o Estado Novo e tinham uma forte presença de gente liberal, enquanto os Lion's chegaram já depois do regime democrático estabelecido. Vistos, publicamente, como grupos de algum elitismo, na verdade recrutam associados com algum relevo profissional num princípio de exemplo público, mas também favorecem o estabelecimento de uma rede de conhecimentos não despreciando. Ambos os grupos estão estatutariamente proibidos de trazerem ao seu seio o debate partidário ou religioso, mas acabam por ser centros informais de entendimentos diversos, numa linha transversal às simpatias partidárias.

governadores civis, apesar de alguns não terem chegado a assumir cargos diretivos na associação.

Ao longo da década de 90, a ADLEI realizou três congressos distritais com duas vertentes de discussão muito fortes: o desenvolvimento sustentado de Leiria; e a coesão regional mantendo os indicadores de capitalidade desta cidade. Face ao crescimento desarmónico do concelho, ao que se juntava a crescente ideia de regionalização e o anúncio do fim dos distritos, Leiria via os concelhos do norte deste território administrativo a aproximarem-se de Coimbra, enquanto o sul cada vez reconhecia menos o protagonismo da capital distrital e reanimava as rivalidades bairristas com as vozes que se centravam em Caldas da Rainha, revigorando um conceito de Oeste, relativamente recente<sup>305</sup>.

Sentindo a ameaça de perda de centros de decisão intermédia, o grande mentor era o ex-elemento da “ala liberal marcelista”, com fortes ligações à Igreja, cofundador da SEDES e do PSD, Tomás de Oliveira Dias, ao qual se juntaram alguns empresários e outros desiludidos com aquele partido. O debate lançado num primeiro congresso, procurava definir uma Região de influência de Leiria: coincidiria com os limites da diocese, do distrito, ou da velha ideia de Estremadura? Tratava-se de um tema que se tornaria recorrente nos congressos seguintes<sup>306</sup>.

---

<sup>305</sup> A noção de uma região do Oeste começou a ganhar evidência entre as décadas de 60 e de 70, sustentada nas facilidades de comunicação entre as localidades tocadas pela Linha Ferroviária do Oeste, entre Lisboa e Caldas da Rainha, apesar daquela via se prolongar até à Figueira da Foz, mas cada vez pior servida à medida que se avançava para norte. Sendo o maior núcleo urbano entre Leiria e Lisboa durante muitos anos, Caldas da Rainha era o centro da contestação à hegemonia administrativa de Leiria. No entanto, a partir das décadas de 80 e 90 e fora do distrito, mas ainda na subregião do Oeste, Torres Vedras tornou-se numa pujante referência de crescimento, o que lhe viria a dar forma para capitalidade turística regional.

<sup>306</sup> Até 2007, a ADLEI promoveu quatro congressos regionais, sempre que a questão da regionalização esteve mais premente, e sempre com as rivalidades regionalistas presentes. Foi permanente a tentativa de realinhar os discursos de alguns notáveis do sul do distrito, como se passaria nos 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> congressos. Apesar de todas as indefinições, foi-se clarificando que os cinco concelhos centrais: Leiria, Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós e Pombal, são os que mostram uma maior interação com a mais-valia de comportarem uma grande concentração industrial e de serviços. Ourém, sendo do distrito de Santarém e de uma NUT 3 diferente, é outro concelho que sempre fez sentir largos apelos, de um lado e outro, para a junção a Leiria.

Contudo, não só escasseia dimensão a estes concelhos muito proativos, como os poderes políticos, apesar da representatividade evidenciada nas conclusões dos congressos, nunca foram muito recetivos, começando pelo alheamento da Câmara de Leiria, ao tempo de Lemos Proença, que não nutria quaisquer simpatias pela ADLEI. Vd. *ADLEI-Congresso do distrito de Leiria e Alta Estremadura, textos*. (1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> Congressos), Leiria, ADLEI, 1993 e 1999, respetivamente.

No que toca à representação das elites, mesmo quanto à detenção de cargos de natureza política ou administrativa, outros organismos poderiam ser evidenciados para além dos que escolhemos. A Assembleia Distrital, a Assembleia Municipal, a Associação de Municípios da Alta Estremadura, as Escolas, os serviços desconcentrados da Administração, ou mesmo as 29 Juntas de Freguesia do Concelho, poderiam ser vistos como setores de representação de elites com influência política. Contudo, as decisões de fundo sempre estiveram no corpo dos deputados, nos governadores civis e na Câmara.

Quanto à grande variedade de outras organizações de interesses que reflitam as representações sociais dessas mesmas elites, elas são tantas, não só na cidade como por todo o concelho, que assumimos uma escolha claramente subjetiva, mas que nos pareceu ser a que melhor evidencia por onde circularam os protagonistas políticos até ao ano 2000. Naturalmente, também há que relevar que muitos, ao circularem por várias organizações, sobretudo associativas, numas tiveram cargos dirigentes e noutras, apenas, de simples associados, mas o facto de por lá terem passado indicia sempre que a organização teve importância para eles, ou eles tiveram importância para a organização.

Outro “corredor” de passagem são os concelhos da Marinha Grande, Batalha, Porto de Mós, Pombal, Ourém e Leiria, não só pela grande interação empresarial, pela circulação de naturais e residentes, como ainda pelo intercâmbio associativo ao que se junta a própria agregação diocesana. A ideia de uma grande área metropolitana com um pólo catalizador central em Leiria, com ação concertada em todos estes concelhos, é antiga e com um debate tão insistente como o da coesão distrital. Isto é visível tanto nos objetivos de atuação na imprensa de Leiria, como nas associações de âmbito profissional e mais em particular, empresarial. No entanto, o nosso objecto é, apenas, Leiria como caso de estudo.

Há ainda que ter em atenção um outro grupo profissional com visibilidade social, os militares, que foram os executores da mudança de regime e ganharam natural protagonismo com a revolução democrática e a ação do MFA-Movimento das Forças Armadas. Todavia, acabariam por perder notoriedade com a estabilização política e a

consolidação das novas regras para a intervenção dos partidos, o que levou à consequente extinção dos órgãos políticos de base castrense.

Por fim, vejamos a questão do género. No regime democrático, a ascensão feminina na representatividade social, económica e política, vulgarizou-se, apenas, após a entrada no séc. XXI. Os últimos 25 anos do séc. XX não foram mais do que um tempo, aparentemente, preparatório para a posterior e progressiva presença na vida política e social, graças à fixação feminina nas estruturas administrativas dos serviços públicos.

No associativismo, a partir do arranque democrático, as mulheres foram igualmente ocupando lugares de direção, sobretudo em associações de solidariedade social, sendo ainda assim lugares, muitas vezes, secundários. O certo é que no último quartel do século passado, a democracia apresentava menos de uma dezena de mulheres em lugares diretivos onde pudéssemos vislumbrar alguma influência política. No entanto, uma delas foi mesmo presidente da Câmara Municipal<sup>307</sup>.

#### *- Elites eclesiásticas*

No que toca às elites eclesiásticas, elas sempre foram muito ativas, desde a I República, com a visibilidade que lhes era dada por dois jornais católicos em Leiria e outros publicados a partir de Fátima que, sendo do distrito de Santarém, é também da diocese de Leiria e a cerca de 20 km desta cidade. Para além destes, há que ter em conta outros boletins paroquianos, provenientes da atividade da Ação Católica, enquanto a própria proximidade de Fátima leva a uma enorme influência do clero sobre as populações.

Ainda assim, no regime democrático, estas elites tornaram-se mais discretas com o reforço da laicidade do Estado, após 1974, o que não quer dizer que se tornassem menos influentes.

---

<sup>307</sup> Isabel Damasceno Campos, filha do penúltimo governador civil no regime democrático, era quadro superior dos CTT, em Leiria, oriunda da JSD-Juventude Social Democrata e presidente da ADLEI. Contra as expetativas foi lançada pelo PSD, após a rutura deste partido com o presidente da Câmara, Lemos de Proença, seu militante, ao que se seguiram outras querelas e desistências. Apresentada com pouco tempo de antecedência em relação à campanha eleitoral, na verdade conseguiu um surpreendente movimento de apoio partidário e de outros notáveis independentes que a levaram à vitória.

Numa região conservadora, partidos como o PSD e mesmo o CDS, para além de herdarem parte das estruturas da anterior ANP, tiveram campo favorável nas populações e no clero para expandirem as suas ideias. A Igreja Católica manteve a sua posição de primazia em relação às outras confissões, inclusivamente na organização dos núcleos de solidariedade social, apesar de, na década de noventa, outras Igrejas Evangélicas terem também alargado a sua ação social.

A evolução do distanciamento entre as políticas locais e a Igreja foi lenta, acabando esta por ter, por exemplo, um papel primordial nas políticas do Turismo, com a Região de Turismo a reconhecer a grande “âncora” em que se tornou o turismo religioso, adotando para a sua denominação “Região de Turismo Leiria/Fátima” à semelhança do que já se passara com a denominação da própria diocese.

De qualquer modo, o clero deixou de ser visível como interventor direto nas coisas da política, não deixando de ser referência para consulta ou para exercício do seu múnus de influência discreta.

#### - A Maçonaria

Não nos detivemos nas organizações ligadas à Maçonaria durante o regime democrático. Todavia, tendo tido uma exposição e intervenção nítida na I República, a velha Loja Gomes Freire terá sido encerrada na década de vinte ou de trinta.

Durante o Estado Novo, houve maçons ligados à Oposição que mantiveram o espírito, reabrindo uma nova Loja já na década de oitenta com a denominação da antiga, onde terão estado presentes velhos oposicionistas. Com o aparecimento de novas Obediências e alguma massificação dos quadros, alguns maçons poderão ter assumido lugares de alguma proeminência política, localmente, mas sem a interferência direta das suas Lojas, como acontecia no regime liberal. *São os maçons que, individualmente, podem intervir, e bem, mas não é a Maçonaria que interfere...*, parece ser uma palavra de ordem comum às diversas Obediências.

Como exemplos, não só o primeiro governador civil do regime democrático, Rocha e Silva, era maçom, como o era o oposicionista à ditadura, Vasco da Gama Fernandes, que veio a ser presidente da Assembleia da República.

No que toca à imprensa e em termos da sua expansão, ela ganha algum paralelismo com o mundo associativo. Com o término da censura, para além das rádios locais a partir da década de oitenta, verificou-se uma proliferação de jornais, boletins e revistas, alguns de carácter ocasional, sobretudo nas diversas freguesias. A cidade deixou de ser o único repositório das notícias e da mostra de opiniões, mas no entanto foi aqui que se concentraram os mais influentes, uns como proprietários, outros como diretores e outros ainda como articulistas.

Assim, na imprensa citadina a situação não se compara à proliferação de títulos do período liberal republicano até 1926, conforme as conotações partidárias, nem à fixação rígida de três títulos, como aconteceu no período autoritário com conteúdos normalizados pela censura e um ascendente confessional claro. Na verdade, apesar de algumas tentativas mais conotadas partidariamente, os títulos que vinham do período autoritário vieram a sobreviver até recentemente, com *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo* a manterem a sua vinculação à diocese, sendo o primeiro mais urbano e o segundo vocacionado para um público mais rural e para a emigração, enquanto o *Região de Leiria* recuperava a sua matriz liberal e se tornava, durante as décadas de setenta e de oitenta, num jornal sem uma linha ideológica vincada, aberto às mais variadas opções, apesar da proximidade a homens como Vasco da Gama Fernandes e Henrique Vareda que, antes, haviam liderado a Oposição local ao Estado Novo<sup>308</sup>. Na década de noventa, o pujante grupo empresarial Lena adquiriu não só este título como outros no distrito e no País.

Seguindo uma estratégia semelhante a outros grupos, o *Região de Leiria*, a partir do momento em que foi adquirido por aquela *holding*, procurou reforçar a sua matriz liberal, apostou na qualidade gráfica, profissionalizou toda a sua estrutura, mantendo-se como o jornal regional de maior tiragem em todo o distrito, assumindo claramente como

---

<sup>308</sup> O *Região de Leiria* foi propriedade dos descendentes do fundador até à compra pelo Grupo Lena, em 1996. Logo após 1974, até aos finais da década de 80, o filho do fundador, também chamado José Baptista dos Santos acolheu as mais diversas intervenções num espírito de grande abertura, genuinamente liberal, voluntarista e amador, mas sem criar um grafismo homogéneo e um conteúdo coerente, mantendo a diversidade. Já a filha deste, Lucínia Azambuja, estruturou o corpo redatorial, trazendo uma nova linha editorial que viria a ganhar características de grande profissionalização, sobretudo para um jornal regional, ainda mais com a integração no novo grupo empresarial.

compromisso editorial o seu próprio título, isto é, uma abordagem ao distrito e ainda ao concelho de Ourém (distrito de Santarém) como áreas de influência de Leiria.

Ao contrário da I República onde a detenção de órgãos da imprensa era uma direta pretensão partidária, agora esse interesse deixava de ser assumido diretamente pelos partidos. Ao passar a ser um negócio empresarial, a propriedade de títulos deixava de ostentar uma atitude explicitamente doutrinária, mantendo alguma distância aparente em relação aos partidos do “arco do poder”.

Contudo, a imprensa não deixava de se aproximar deles ocasionalmente, nem estes ficavam imunes à influência dos conteúdos informativos ou de crónica. A viragem dos interesses de fortes agentes económicos para a área dos *media* cujos assinantes, compradores, ou anunciantes muitas vezes não chegam para cobrir diretamente os custos, tem a ver com a promoção, com equilíbrios e com posicionamento de interesses para as diversas empresas desses grupos.

Excetuando a episódica tentativa de alguns jovens maoístas nos “anos quentes” de 1975, em lançarem um jornal com uma clara marca ideológica marxista-leninista, o *Campos do Lis*, outras tentativas apareceram, mas com o posicionamento político muito mais sublimado, dando a primazia a causas regionais. No entanto, outros dois títulos surgiram na década de oitenta e vingaram até hoje: o *Diário de Leiria* que, sendo um jornal diário, sobreviveu por ser de pequeno volume que dedica a maior parte do corpo de texto a notícias e artigos de âmbito nacional ou da zona centro do País.

Na verdade, o proprietário, Adriano Callé Lucas, sediado em Coimbra, detém outros títulos com *layout* semelhante em Coimbra, Aveiro e Viseu, tendo assim destacado em cada uma destas cidades um número muito reduzido de jornalistas e responsáveis comerciais; o *Jornal de Leiria*, inicialmente uma iniciativa arrojada e irreverente de um grupo de jovens, vários deles oriundos da Juventude Social-Democrata, recuperou um título da I República, mas sendo agora um jornal completamente diferente. Apostando na irreverência e em notícias incómodas para os diversos alvos de análise, foi-se enredando em dificuldades financeiras até ser adquirido por um outro grupo económico, Movicortes, que criou a empresa Jorlis para gerir este jornal e outros que adquiriu em Pombal, Alcobaça e ainda outras localidades dos distritos de Leiria e de Santarém.



A estratégia foi muito semelhante à do Grupo Lena, excetuando a visibilidade pública e intervenção política, sendo mais discreta a do presidente daquele grupo empresarial, António Barroca, que a do presidente do Conselho de Administração da Movicortes, José Ribeiro Vieira, ex-oficial do Movimento das Forças Armadas, vereador independente pelo PS, fundador do PRD e mandatário distrital de candidaturas à presidência da República, às eleições legislativas e à presidência da Câmara Municipal, ora pelo PSD, ora pelo PS, para além da presidência da NERLEI-Associação Empresarial de Leiria.

## **A Região e o regionalismo**

### *- A divisão administrativa do território: uma velha querela*

Uma questão, sempre presente e controversa em Leiria, é a divisão administrativa do Território. Também o regime democrático não só não resolveu este problema, como o foi adiando com alguns momentos de debate caloroso. A Constituição da República, por um lado, aponta para um processo de criação de regiões administrativas, enquanto por outro, alguns serviços, a organização partidária e os círculos eleitorais continuam a ter por base os distritos.

No entanto, o cerne da discussão, com a saída da cidade de centros de decisão intermédia, é a possibilidade de perda de eficácia no apoio aos cidadãos, de quebra dos índices de empregabilidade e o protagonismo regional na demarcação de uma área de influência. A concentração destes pólos em localidades diferentes das atuais tornou sempre esta questão uma pedra de toque de grande melindre local.

O senso comum diz que, da mesma maneira que Leiria não reconhece ascendente na dinâmica económica de Coimbra para depender dela administrativamente, também Caldas da Rainha, não tanto pela sua dimensão económica mas mais pela tradicional ligação a Lisboa, sempre manteve este diferendo em relação a Leiria. As ancestrais ligações entre localidades foram a razão para muitas destas rivalidades. Já vimos como até à década de oitenta a rede viária entre Leiria e as terras do distrito a norte de Pombal implicava grandes dificuldades para deslocações,

sendo muito mais fáceis as ligações daqueles concelhos com Coimbra. Também a linha do Oeste facilitava a ligação entre Caldas da Rainha e Lisboa, bem melhor do que com a capital do distrito, onde, afinal, durante muito tempo se concentraram serviços que obrigavam os cidadãos a dirigir-se.

Noutra perspetiva, o concelho de Ourém estaria para Santarém como o norte e o sul do distrito de Leiria estariam para esta cidade. Ourém está a cerca de 20 km de Leiria com diversas extensões empresariais de um lado e outro, assim como ramos familiares que se estabeleceram nos dois concelhos. Leiria sempre entendeu que Ourém tem mais ligações históricas e económicas à Estremadura e àquela cidade do que ao Ribatejo e a Santarém, sendo correspondida por várias freguesias e personalidades ourensenses que têm manifestado o interesse em serem incluídos, antes no distrito e agora na NUT-3 (Numenclatura de Unidade Territorial) de Leiria (Pinhal Litoral). Acresce o facto de Fátima ser uma freguesia do concelho de Ourém, mas da diocese de Leiria, sendo sobretudo um pólo turístico muito atrativo.

Os concelhos do distrito onde a interação com Leiria tem sido fácil são: Pombal, Marinha Grande, Batalha e Porto de Mós. A Nazaré mostrou em vários momentos a mesma diponibilidade, mas sendo um “enclave” implantado no concelho de Alcobaça, acaba por ser arrastada pelas decisões desta, como aconteceu, de forma muito discutida, com a constituição das Comunidades Urbanas. A este propósito, o presidente da Câmara da Nazaré chegou a argumentar a continuidade com o concelho de Leiria através do mar. Assim, não só a diocese se estende a Ourém denominando-se, atualmente, Diocese de Leiria-Fátima, como o próprio Turismo integrou igualmente Ourém e assumia, até 2013, a semelhante denominação de Leiria-Fátima por uma questão de imagem internacional.

Por outro lado, a Associação de Municípios de Leiria começou por agregar também aquele concelho, mas com a constituição das Comunidades Intermunicipais e a obrigatoriedade de candidaturas a fundos europeus em conformidade com as NUTs-3 (as mais pequenas divisões dentro das Numenclaturas de Unidades Territoriais), Ourém teve que sair, mantendo no entanto uma cooperação de decisões supramunicipais noutras áreas. O certo é que este conjunto de concelhos perde escala para uma grande Área Metropolitana, ou Região como era a velha pretensão.

Na verdade, enquanto a coesão distrital, desde o séc. XIX, foi um problema permanente para as elites leirienses, visível na imprensa de forma continuada e noutra

documentação, sobretudo em momentos em que se aproximavam alterações aos Códigos Administrativos, a possibilidade de criação de novas regiões administrativas, com o processo que levou ao referendo de 1998, voltou a trazer a discussão.

Contudo, tendo a antiga ideia de Estremadura vindo a ser sucessivamente restringida ao longo dos séculos, ela viria a ser ainda mais seccionada com a artificial extensão de uma Beira Litoral a sul de Leiria, quando foram criadas as províncias no Código Administrativo de 1936. Por outro lado, entre Torres Vedras (distrito de Lisboa) e Caldas da Rainha e depois até Alcobaça, ia crescendo a noção de uma subregião autodenominada “Oeste”. Assim, Leiria, via-se numa Beira que, historicamente, não reconhecia e que, administrativamente, a faria depender de Coimbra, enquanto se esvaía a ideia de uma região estremenha que, numa aproximação ao desenho do território distrital, lhe poderia garantir algum protagonismo regional.

A coesão era visível nos cinco concelhos onde, curiosamente, assentava a diocese o que, partir da década de setenta, motivou uma nova noção de afirmação geográfica denominada “Alta-Estremadura”. José Travassos dos Santos terá sido um pioneiro da ideia nos tempos recentes, argumentando com as características etnográficas e históricas e acabou por ser progressivamente corroborado por intelectuais locais, associações e políticos que fixaram a ideia na Associação de Municípios e no Turismo.

Também a Associação Comercial, agora renomeada ACILIS-Associação Comercial e Industrial de Leiria, passou a prospetar associados em todos os concelhos da Alta-Estremadura. O NERLEI-Núcleo Empresarial de Leiria e depois Associação Empresarial de Leiria, tentou atuar numa primeira fase em todo o distrito e em Ourém, acabando por se restringir a oito concelhos. Do mesmo modo, uma associação como a ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria que começou em 1989 com dois objetivos, um de produção de pensamento como uma SEDES<sup>309</sup> à escala local, e outro de fiscalização e pressão direta sobre a Câmara da altura, acabou por realizar três congressos até ao final do séc. XX e outro já em 2007, hesitando sempre em assumir a Região de Leiria como o nicho da Alta-Estremadura, ou como uma Estremadura que englobaria o distrito e ainda o concelho de Ourém.

---

<sup>309</sup> SEDES-Associação para o Desenvolvimento Económico e Social. Foi fundada nos anos finais do regime autoritário, sendo um lufada de ar fresco sobre o pensamento económico e social, e logo político, do país, fundado por gente ilustre do mundo empresarial e universitário que aproveitou a onda de rejuvenescimento tecnocrata marcelista. Perdurou como referência de pensamento e debate ao longo do regime democrático.

Com esta ideia de subregião mais restrita, assistiu-se a um trabalho de cooperação profícuo entre os concelhos de Leiria, Marinha Grande, Pombal, Batalha, Porto de Mós e Ourém, juntando temporariamente Alcobaça e Nazaré no Turismo, de onde acabaram por sair já em 2009. A dinâmica económica deste conjunto de concelhos viria a superar mesmo os indicadores médios nacionais.

Todavia, também esta perspetiva levou à progressiva dissociação não só em relação ao norte do distrito, mas sobretudo à dinâmica do Oeste que envolvia os concelhos desde Alcobaça a Torres Vedras. Significou isto que, face às várias propostas partidárias para o processo de regionalização, em particular em 1998 quando se realizou o referendo nacional, a Alta Estremadura perdia escala para se afirmar como Região Administrativa, ficando Leiria condicionada entre a perda dos concelhos a sul e a dependência de Coimbra a norte. Esta foi a razão para que os argumentos de continuidade do distrito fossem sempre por aqui predominantes, como veremos.

#### *- O regionalismo na imprensa local*

A imprensa, após 1974, revelou-se um excelente espelho das pretensões e das dúvidas locais. *O Mensageiro* que, desde 1914, sempre se mostrou um combatente pela causa, continuava agora a assumir a defesa do distrito, não deixando de insistir nas boas razões da Alta-Estremadura, tanto mais que era uma ideia muito cara a Travassos dos Santos que, entretanto, passou aqui a colaborar, tal como a Matias Crespo, que viria a ser diretor. *A Voz do Domingo*, para manter a mesma ideia, bastava-lhe evidenciar a coesão diocesana. O *Região de Leiria*, na década de setenta, ainda com Matias Crespo e Travassos dos Santos, mas mesmo depois, ostentava no próprio título e nas suas pretensões de cobertura geográfica a importância de se definir uma área de influência de Leiria. Nos finais da década de oitenta, o *Jornal de Leiria* surgiria com o objetivo de agitar consciências pelas mãos de uns quantos jovens, mas tanto nessa altura, como depois de ter sido adquirido pela empresa Jorlis, também o objectivo de uma progressiva penetração em todo o distrito se tornou evidente.

Interessante é observar que, perante a constatação de dificuldades de captação de audiências das elites políticas e económicas fora dos concelhos da Alta-Estremadura, as

empresas detentoras destes dois últimos jornais investiram noutros títulos em Pombal, Alcobaça e Nazaré.

Já o *Diário de Leiria*, que surgiu em 1987, pertence a um grupo económico familiar que detém outros diários em Coimbra, Aveiro e Viseu, assumindo como compromisso editorial ser *a voz das Beiras*, o que trouxe logo uma controvérsia no primeiro ano de publicação. Tendo vindo desde fevereiro desse ano com alguns números experimentais e de periodicidade irregular, em outubro este jornal anunciou a edição diária em definitivo, provocando um irónico comentário, no dia 23 deste mês, por parte do *Região de Leiria*, atendendo que outros diários do grupo eram publicados em cidades cuja competitividade se confrontava com Leiria, terra com um crescimento notável na altura e que ambicionava vir a ser, a médio prazo, a terceira do País. Ironizava o *Região de Leiria* que (...) *a família Lucas vai pugnar para que Leiria venha a ser a 4ª ou 5ª cidade do País? (...) não se pode servir a dois senhores, segundo o Evangelho de S. Lucas! (...) Leiria não pertence às Beiras (...) trata-se de uma publicação quase irregular e desconhecida até há pouco (...) e por nós também gostaríamos de fazer um diário (...)*. O certo é que vingou.

Excetuando o episódico *Campos do Lis*, lançado em 1975 por um conjunto de jovens ligados ao MRPP-Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, todos os outros títulos que surgiram na cidade até ao ano 2000, para além de serem efémeros, traziam sempre um objetivo de agregação distrital com extensão a Ourém.

Os exemplos sobre estes avanços e recuos são inúmeros. Logo em 1974, aproveitando o momento de ruturas e mudanças, em 21 de novembro, o *Região de Leiria* era categórico ao afirmar que (...) *a bem do Povo, o concelho de Vila Nova de Ourém deve passar para o distrito de Leiria (...)*, numa campanha que se seguiria por vários números.

Em 22 de maio de 1977, o mesmo jornal clamava contra uma iniciativa regional da delegação da Direcção-Geral dos Desportos, em Coimbra, denominada *Beiríades*, que levava à perguntar (...) *quem acode à Estremadura?* Em 1980 definiam-se novas regiões de turismo e até *A Voz do Domingo* prevendo a associação de Alcobaça e da Nazaré a Leiria, glosava a 16 de março (...) *o Oeste dividido?* (...), voltando o *Região de Leiria* à carga, em 5 de setembro, de forma violenta a propósito da criação da Região do Turismo do Oeste, desta vez defendendo ainda uma regionalização onde o conceito de Alta-Estremadura fosse argumento justificativo para a autonomizar (...) *a bela*

*adormecida Estremadura, o abominável Oeste e a necessária regionalização (...).* Desde Figueiró dos Vinhos a Tomar, descendo até Alcobaça, oferecendo a Caldas da Rainha o interesse em se associar, seria esta uma região homogênea e produtora de riqueza.

Todavia, tendo já passado para o jornal católico, Travassos dos Santos que, em abril, ainda se congratulava com a possibilidade de Leiria vir a ser a capital de uma Região denominada Alta-Estremadura<sup>310</sup>, a 9 de novembro de 1986, na mesma *A Voz do Domingo*, já contestava o processo de regionalização que estava lançado em discussão pública por perceber que, dificilmente, Leiria viria a ser o centro de uma Região Administrativa, e desabafava (...) *só nos resta combater a regionalização (...).*

Enquanto isto, o *Região de Leiria* dissertava igualmente sobre o tema, após questionar desconfiadamente em 14 do mesmo mês (...) *Leiria, capital da Região Administrativa da Alta-Estremadura?* (...), para no dia 26 do mês seguinte justificar as razões da possível nova divisão administrativa se fosse tido em conta o contributo para a produção de riqueza das localidades, justificando (...) *o que é regionalizar? (...) é democratizar e desenvolver (...)*, o que, para o caso de Leiria, seria admissível se fosse uma espécie de justa carta de alforria.

Por seu lado, *O Mensageiro*, também com a colaboração de Travassos dos Santos e agora já com a direção de Matias Crespo, reafirmava o seu historial de jornal regionalista e abria em dezembro um fórum de debate que se prolongaria por vários números, com a tónica na definição de uma *região leiriense*, ou de uma tradicional área de influência de Leiria, que justificasse uma região administrativa. Na verdade, a predominância dos argumentos invocados recaía, sobretudo, nos modelos etnográficos e numa interpretação histórica, muito mais que nos atuais indicadores económicos e sociais, ao contrário do que se viria a passar tanto na outra imprensa de carácter civilista como a nível associativo e político.

O ano de 1987 marcou uma discussão profunda e de alguma forma inquietante para as elites leirienses. Em 16 de abril, o *Jornal de Leiria*, passado o amadorismo da primeira fase de existência, procurava agora novos créditos com uma extensa entrevista ao governador civil, Rui Garcia da Fonseca, onde este insistia na capacidade económica

---

<sup>310</sup> *A Voz do Domingo*, de 14 abril 1986.

local e reavivava as querelas bairristas no sentido de mobilizar a opinião pública ao afirmar que (...) *é legítima a luta de Leiria pela não dependência de Coimbra* (...).

No mês anterior, no dia 20, tinha aparecido o *Diário de Leiria* com um nº 0 e após algumas edições experimentais, iniciava finalmente, com o nº 8, em 13 de outubro, a sua publicação diária, estabelecendo em compromisso editorial (...) *a nossa orientação liberal defensora dos interesses de Leiria e cidades vizinhas, através da regionalização e descentralização efectiva dos poderes* (...), sendo ainda *a voz das Beiras*, o que motivou a tirada já descrita do *Região de Leiria*, onde avisava que não se podia servir a dois senhores.

Os resultados do censo do ano anterior, publicados neste mês de outubro, mais do que uma interpretação global da litoralização progressiva do País, pareciam confirmar a atratividade da região e a eventual capitalidade de Leiria. No distrito residiam, agora, cerca de 435 mil indivíduos que correspondiam a 4% da população nacional, enquanto o concelho capital, o mais populoso e com maior arrecadação fiscal, mostrava um crescimento com 81.781 residentes, em 1970; 98.020, em 1981; e um pouco mais de 100.000, em 1986.

#### *- Regionalismo institucional e nas organizações de interesses*

No dia 10 de novembro de 1987 era assinada a escritura da AMLEI-Associação de Municípios de Leiria, de seguida chamada Associação de Municípios da Alta-Estremadura, que era um embrião de uma possível Região ou Sub-Região Administrativa e que englobava os tradicionais concelhos de Leiria, Marinha Grande, Pombal, Batalha, Porto de Mós e ainda Ourém, do distrito de Santarém. A solenidade do ato que se queria que fosse comprometedor para o governo, acabou por ficar nas competências e responsabilidades delegadas, conforme as vagas palavras do ministro Valente de Oliveira, transcritas no dia 11 pelo *Diário de Leiria*: (...) *as associações de municípios representam um estádio muito promissor e indispensável no processo de descentralização* (...).

Mais concreto, o recém-criado NERLEI, que viria a ser um parceiro muito ativo da AMLEI, juntou-se de imediato a reclamar para Leiria um centro avançado de

tecnologias da informação, como instrumento fundamental para promover a Região como ela merecia.

Pressentindo a pujança do crescimento, também a Associação Portuguesa de Management viria aqui a realizar, em novembro, um ciclo de conferências dedicadas à regionalização, tendo também o *Diário de Leiria* no dia 28, citado as dúvidas de Tomás de Oliveira Dias: (...) *o distrito de Leiria é o espelho do País (...) tem zonas com um poder de compra acima da média (...) e outras muito carenciadas (...) a regionalização será útil se nos permitir ir mais longe (...).*

Três anos mais tarde, a discussão entre adeptos da regionalização e anti-regionalistas intensificava-se e o governo de Cavaco e Silva preparava já a Lei-Quadro das Regiões Administrativas, que viria a ser a Lei nº 56/91. A 2 de março de 1990, o *Região de Leiria* ao lamentar a progressiva perda de centros de decisão intermédios na cidade, voltava a perguntar: *Onde está a Região de Leiria? (...).*

Por outro lado, o *Jornal de Leiria*, do ativo empresário José Ribeiro Vieira, evidenciava as suas reticências em relação a novas divisões administrativas, ao questionar a 26 de abril: (...) *regionalizar é preciso? (...)*, alertando, no dia 31 do mês seguinte, para a possibilidade de secessão do distrito: (...) *Caldas da Rainha pode abandonar Leiria com os ventos da mudança pelo difuso projecto de regionalização (...).*

Um pouco mais de três meses passados, a inviabilidade da coesão dos concelhos do atual distrito tornava-se mais nítida num entrevista publicada a 6 de setembro com o título *Municípios vizinhos queixam-se de Leiria*, feita a Miguel Guerra, presidente da Câmara de Alcobaça, onde cavava diferenças: (...) *Leiria tem procurado limitar o desenvolvimento dos outros concelhos (...).* Curiosamente, ele próprio tinha sido diretor de um jornal de curta existência já no período democrático, o *Distrito de Leiria*.

A imprensa traduzia os entendimentos predominantes a nível da Câmara, da Associação de Municípios, da NERLEI e de outros *opinion-makers* locais, mas por esta altura um novo interlocutor surgia também com grande audiência junto dos órgãos de comunicação. A ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria, como já dissemos, liderada por Tomás de Oliveira Dias que já se afastara do PPD/PSD, descontente com a política de Cavaco Silva e estando também em oposição aberta à



Câmara presidida por Lemos de Proença, este igualmente do PSD, passava agora a ser um novo e forte parceiro na discussão.

A ADLEI nascera em 1989 e as grandes preocupações estavam na gestão urbanística por parte da Câmara, na preservação do vasto património histórico dos concelhos da Alta-Estremadura, na identificação de uma Região de Leiria que se sustentasse como argumento para um próximo processo de regionalização e, mais discretamente, na promoção de novos quadros que contribuíssem para a regeneração da prática política. A distinção entre crescimento e desenvolvimento foi, desde a primeira hora, uma pedra de toque de todas as intervenções desta associação, até hoje.

Importante era também o facto de ter nascido fora da tutela dos poderes públicos, assumindo um papel fiscalizador e ampliador da informação, o que lhes foi motivando alguma desconfiança, apesar das evidências de cordialidade. A imprensa regional dava eco às posições da ADLEI, tanto mais que um dos fundadores era o proprietário do *Jornal de Leiria*, constatando-se a boa receptividade conseguida pela ideia de refrescamento junto da opinião pública mais esclarecida.

Logo em 1990, esta associação lançou uma sondagem para fundamentar o diagnóstico das políticas públicas e o gosto de se viver em Leiria. Em maio do ano seguinte recuperou as ideias da década de quarenta e lançou um *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e da Alta Estremadura*, sob o tema geral: *Que futuro?*, dirigido à sociedade civil e às Administração Local e Central representadas no distrito e ainda em Ourém.

Sob os auspícios do Presidente da República, Mário Soares, que também tinha ligações a Leiria pelo lado paterno, e do presidente da Assembleia da República, o leiriense Vitor Crespo, não só pela novidade como pelas personalidades convidadas, foram superadas as dificuldades de ligação a alguns concelhos, sobretudo do sul e do norte do distrito, tendo uma participação que superou as expetativas iniciais.

Foram constituídas quatro secções: Desenvolvimento do Económico e Ordenamento do Território; Educação, Cultura e Desporto; Qualidade de Vida e Ambiente; e Defesa do Património Histórico, e para além das dezenas de comunicações, os convidados especiais para cada uma delas, foram personalidades locais de projeção nacional, como Almerindo Marques, José Manuel Amado da Silva, Francisco de Oliveira Dias e José Mattoso.

Das longas conclusões, bastará reter aqui as 3ª e 4ª da 1ª Secção: (...) *o conjunto dos concelhos do distrito de Leiria e outros que o desejem, deverá ser reconhecido como núcleo coeso e aberto de uma região mais alargada, no quadro da regionalização que vier a ser aprovado; (...) deverá adoptar-se a designação de Região da Alta Estremadura, porque histórica, geográfica e etnograficamente sempre pertenceram à Estremadura (...)*<sup>311</sup>.

É de notar que, também na secção “Defesa do Património Histórico”, as conclusões levariam a ADLEI a impulsionar o aparecimento do CEPAE-Centro de Estudos do Património da Alta Estremadura, mais tarde, apenas, Centro de Estudos do Património da Estremadura. Na verdade, a identificação de uma região de Leiria com um conceito regionalista de raiz histórica, confrontava-se com a dinâmica cada vez mais autónoma do Oeste e essa era a razão para a opção se restringir à Alta Estremadura levando a que os concelhos do sul do distrito não se revissem naquela noção de espaço geográfico, justificando assim alguma ausência de colaboração. Esta foi uma das razões para a alteração da denominação do CEPAE, assim como foi a razão para uma outra estratégia de atração nos congressos seguintes.

Com o prenúncio da revisão constitucional realizada em 1995 e que instituiu a obrigatoriedade de sujeição da regionalização a um referendo, tornava-se necessário clarificar e reforçar a posição de Leiria e assim, naquele mesmo ano, a ADLEI não só organizou o seu 2º Congresso, em maio, ainda denominado *II Congresso de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o presente, navegar o futuro*, como em outubro participou na coorganização de um outro Congresso sobre o futuro do Turismo na Região. Por um lado, o tema geral da nova iniciativa revelava as pretensões, mas a questão da definição do território continuava dúbia. Tanto assim era que foi o próprio presidente da Câmara de Caldas da Rainha, Fernando Costa, e o deputado do PSD, Feliciano Barreiras Duarte, oriundo do Bombarral, a afirmarem que, com tal conceito, era impossível o Oeste associar-se. Uma das conclusões foi, precisamente, a *institucionalização do Congresso* e a rejeição das Comissões de Coordenação da Região Centro e de Lisboa e Vale do Tejo por dividirem um distrito que deveria ser redesenhado e integrar toda a Alta-Estremadura e o Oeste.

---

<sup>311</sup> ADLEI, *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura: que futuro? – Textos*, Leiria, ADLEI/Scripto, 1993. Também para os 2º e 3º congressos, ver actas indicadas adiante. Em 2007 realizou-se ainda um 4º congresso cujas atas foram publicadas em *4º Congresso-Região de Leiria: inovação e oportunidades*, Leiria, ADLEI, 2008.

A ideia levaria mesmo à declaração que (...) *através de comunicações apresentadas por congressistas vindos do sul da Região, foram realçadas experiências cuja apreciação (...) torna fundamental fazer (...) a Liga Estremenha*<sup>312</sup>.

Esta Liga nunca se viria a concretizar e não ficando nada claro quanto ao espaço regional, na verdade, a ADLEI passou a considerar como Região de Leiria o distrito e ainda o concelho de Ourém, apesar do Oeste se ir afirmando cada vez mais autónomo e Ourém não mostrar unanimidade sobre a união administrativa a Leiria, o que se ia tornando mais controverso com a aproximação do referendo de 1998.

A falta de clarificação levou a intensos debates até ao ato referendário de 8 de novembro daquele ano, não se vislumbrando uma ideia consensual em relação a qualquer das propostas de divisão administrativa apresentadas pelos partidos políticos, passando-se o mesmo com os concelhos a sul de Alcobaça. Assim, foi-se adivinhando a opção maioritária pela continuidade do distrito face à ideia de regionalização, o que se confirmou, aliás com as maiores percentagens de voto contra a regionalização obtidas entre o Tejo e o Vouga.

Contudo, não sendo um referendo vinculativo atendendo a uma taxa de abstenção superior aos 50%, o problema manter-se-ia e em 1999, não só em jeito de balanço, mas também com a próxima definição do terceiro quadro comunitário de apoio às Regiões, a ADLEI lançou um 3º Congresso, agora prudentemente denominado *Distrito de Leiria e Estremadura: as linhas que nos unem e nos movem*, claramente com o objetivo de buscar complementaridades na grande diversidade já diagnosticada e numa tentativa de reavivar a coesão de um distrito que tinha condições para projetar uma imagem de pujança, de tradição e de modernidade. A iniciativa foi, significativamente, descentralizada com secções a decorrerem em Caldas da Rainha, Marinha Grande e em Pombal.

As grandes questões tornavam-se recorrentes, apesar dos apelos que acabavam por não ter um acolhimento correspondente, nem da parte de vários autarcas, nem do poder central. Na verdade, sendo iniciativas que envolveram sempre mais de três centenas de pessoas e decorreram na sua maior parte no concelho de Leiria, com representantes de todo o distrito, elas eram espúrias em relação a instituições

---

<sup>312</sup> ADLEI, 2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro - textos, Leiria, ADLEI, 1999.

representativas dos poderes, em particular à Câmara de Leiria, o que era demonstrativo de clivagens nos interesses mais imediatos entre as elites sociais e as elites políticas.

O certo é que, novamente, a recuperação de protagonismo administrativo, não só para Leiria como para os concelhos do distrito, era uma ambição que tinha em linha de conta os níveis de desenvolvimento demonstrados e o reconhecimento do empreendedorismo regional que deveria ser estimulado com a proximidade de centros de decisão, com a concentração de massa crítica e a maior capacidade de resposta à empregabilidade. Era esta a tónica discursiva das elites de Leiria, através da ADLEI, que procuravam gerir os equilíbrios no distrito sugerindo uma maior coesão e atenuando rivalidades.

Foi neste sentido que ganharam força as seguintes exigências: (...) *devolução ao distrito de serviços desconcentrados que já possuiu (...) na elaboração do 3º Quadro Comunitário de Apoio (...) deverá ser encarada e contrariada a divisão artificial do distrito (...) deve ser feito o aprofundamento dos laços históricos e de identidade que unem o distrito de Leiria ao concelho de Ourém e uma eventual integração deste no distrito de Leiria, se for essa a vontade das populações (...) rejeição da partição artificial do distrito de Leiria pela CCRC (Comissão de Coordenação da Região Centro) e CCRLVT (Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo), o que tem originado divisões, defendendo a criação de uma nova CCR sedeadada em Leiria (...) devendo ainda ser constituído um forum permanente para a avaliação da evolução destas questões (...)*<sup>313</sup>.

O distrito, na verdade, entre o censo de 1981 e 1999, tinha crescido em mais de onze mil residentes, o que era um sinal da sua vitalidade, tendo o concelho de Leiria quase o dobro da população, 106.580 pessoas, que o segundo maior concelho, Alcobaça, com 55.310 pessoas. A indústria no distrito ocupava 65,9% dos empregados e o setor primário 2,9%, numa viragem extraordinária com os dados anteriores ao regime democrático. Apesentava, ainda, outros dados que impressionavam: o concelho de Leiria apresentava cerca de 12.800 empresas vocacionadas para os setores secundário e terciário, mais do dobro de Alcobaça ou Pombal, os concelhos que se seguiam, enquanto a nível distrital estavam aqui presentes 17,7% das empresas nacionais e 5,9%

---

<sup>313</sup> ADLEI, 3º Congresso do Distrito de Leiria e Estremadura: as linhas que nos unem e nos cosem – conclusões, Leiria, ADLEI, 1999.

da capacidade empregadora e ainda 4,4% dos balcões bancários, concentrando-se em Leiria 47 agências com um total de depósitos de 196 milhões de contos<sup>314</sup>.

Sobretudo, a conurbação Leiria-Marinha Grande era uma evidência considerada nos mais variados estudos, não só encomendados localmente, como nas análises sobre a nova divisão administrativa, ou sobre o Turismo. Na orla destes dois concelhos, Pombal e Porto de Mós iam, igualmente, mostrando o progressivo crescimento dos setores secundário e terciário em detrimento do primário<sup>315</sup>.

As razões apresentadas eram relevantes, mas não havendo condições políticas para o lançamento de uma segunda consulta popular a breve prazo, ou para uma revisão constitucional que retirasse a obrigatoriedade daquele tipo de consulta, não só se foi sentindo nova e progressivamente a dissociação de interesses entre o norte e o sul do distrito para investimentos infraestruturais e consequentes candidaturas a fundos europeus, como também para uma estratégia do turismo. O distrito foi-se mantendo apenas como uma magistratura de influência do governador civil e cada vez mais como resultado da organização espacial dos aparelhos partidários coincidente com os círculos eleitorais.

Assim, a questão da definição de uma Região passou a ser assumida pelo Instituto Politécnico, que tem escolas em Leiria, Caldas da Rainha e Peniche, e instalou um Centro de Investigação, precisamente com base em estudos sobre Identidades e Diversidades, que viria a organizar conferências e a publicar textos, precisamente sob o tema: *Pensar a Região de Leiria*<sup>316</sup>.

---

<sup>314</sup> Para estes parágrafos vd. NERLEI, *Leiria, terra de progresso e iniciativa*, Leiria, NERLEI, 1999. Trata-se de um estudo encomendado por esta associação que, tendo uma estratégia de articulação de uma rede empresarial que catapultasse as empresas e o distrito para a captação dos fundos europeus que se avizinhavam, não só participou activamente no 3º Congresso da ADLEI, como desenvolveu ao longo do ano vários debates sobre estes temas.

<sup>315</sup> Não só a NERLEI encomendava estudos, como as próprias Câmaras pediram outros diversos à CEDRU-Centro de Estudos de Desenvolvimento Rural e Urbano, como ainda o Turismo encomendou um plano estratégico, em 1996 à empresa de consultoria Roland & Berger, apontando todos para as mesmas conclusões que surgem plasmadas em César Oliveira, *ob. cit.*, pp. 490-492.

<sup>316</sup> Já depois do ano 2005, com o governo de José Sócrates, a necessidade de ajustar a distribuição de fundos europeus a regiões do País, levou à necessidade de reforçar as estruturas das NUTS 2 e 3, integrando aí novos conceitos de agremiações municipais, como foram as Comunidades Urbanas e depois Comunidades Intermunicipais, o que agora delimitaria com argumentos técnicos as regiões e sub-regiões, conforme a Lei nº 45/08. Por outro lado, a Reforma da Administração também levou ao PRACE-Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, em 2008, com a fusão, redimensionamento, ou extinção de vários serviços, o que implicou reacções diversas sempre receosas da eventual perda de centros de apoio e de decisão. A este propósito a ADLEI, ainda lançaria em Abril de 2007, o 4º Congresso já referido, denominado *Região de Leiria: inovação e oportunidades*.

Em Leiria, também a questão regionalista se terá acomodado a um conceito restrito e conservador de Alta Estremadura muito próximo das fronteiras de uma diocese que, a partir de Fátima, se achava favorecida pelos desígnios superiores. As elites leirienses da década de setenta e de oitenta, numa reação ao espírito revolucionário da época, terão visto nesta ideia territorial uma trincheira de luta com alguma displicência sobranceira em relação ao laicismo evidente nalguns setores com os quais o Oeste estaria mais conotado, devido à proximidade e ao facto de ser uma estância de veraneio de elites lisboetas.

Os discursos de notáveis locais até ao final do séc. XX, incluindo autarcas, estão recheados de elogios ao individualismo empresarial, tido como muito característico da Alta Estremadura e um motor de arranque do empreendedorismo e da emancipação, deixando no entanto para um segundo plano a cooperação e o consequente alargamento do espaço de intervenção.

## O PARLAMENTO

### **O recrutamento dos parlamentares**

Estando nós num sistema representativo e tendo já questionado as condicionantes que o caracterizam, cabe agora perceber como é feito o recrutamento dos que, representando os eleitores e o Povo, vão tomar decisões políticas.

Nas carreiras políticas confrontam-se duas perspetivas: uma, com os candidatos que conduzem a ação porque concebem um fim, agindo não para se modificarem, mas para defenderem esse fim ou interesses por corresponderem a uma convicção que lhes molda a forma da ação; outra, com os candidatos cuja valia depende da forma como conseguem conciliar o maior número de influências a nível local, ajustando o seu programa entre as diferentes forças locais e as diretivas do seu partido. Aqui, a popularidade será a garantia do maior número de votos. Todavia, se não conseguir um espaço para demarcar o seu pensamento, ficará à mercê dos *wire-pullers* (manobradores), ativando o *spoil system* (votos vs. favores).

Estas condicionantes aparecem nos processos e nas várias etapas para o recrutamento dentro dos contextos partidários e são estes que emolduram o sistema político<sup>317</sup>. No entanto, em todos os partidos será seguido sempre um percurso idêntico: os aspirantes a deputados só surgirão dos elegíveis que mostrem motivação e recursos (pensamento, popularidade, ação, retórica, meios financeiros). Estes aspirantes submetem-se à apreciação dos *gatekeepers*, ou decisores nos vários patamares dos aparelhos partidários que avaliam, filtram e definem os candidatos. Estes, por sua vez, terão que demonstrar as suas capacidades de persuasão junto dos eleitores para, finalmente, poderem ser deputados.

## Os atos eleitorais

Logo no primeiro ato eleitoral livre, nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1975, no distrito e no concelho de Leiria, o PPD contrariou os resultados nacionais. Mesmo com os fortes núcleos operários da Marinha Grande, Leiria, Alcobaça, Castanheira de Pera, Mira de Aire e Peniche, e os piscatórios também de Peniche e da Nazaré, a ruralidade marcadamente conservadora, assim como os serviços urbanos correspondiam ao panorama comumente traçado para norte do Tejo onde as forças de esquerda mostravam dificuldades de mobilização perante reações fortíssimas, arrastando neste processo o próprio Partido Socialista que deambulava, ainda, entre a assunção da matriz marxista, ou a sua rejeição<sup>318</sup>.

Foram, assim, eleitos pelo PPD: José Ferreira Júnior, médico e com passado de oposicionista ao Estado Novo; Tomás de Oliveira Dias, advogado e empresário, anterior deputado na chamada “ala liberal” da ANP; Abílio Freitas Lourenço, operário; José Gonçalves Sapinho, diretor de colégio; José Manuel Ferreira, mecânico. Pelo PS, todos

---

<sup>317</sup> Estes mecanismos são explicados por FREIRE, André, “Recrutamento parlamentar e reforma das instituições” in PINTO, António da Costa; e FREIRE, André, (orgs.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras, Celta, 2003, pp.181-183. Pedro de Magalhães também caracteriza os comportamentos eleitorais em Portugal, com o facto de acima das ideologias partidárias, a “desafetação” da massa de eleitores que decidem as vitórias eleitorais, leva a que a importância do voto começa pelas características do candidato ao que se segue a sua relação com a conjuntura do momento. Para isto, vd. conclusões de FREIRE, André; LOBO, Marina Costa; e MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*, Lx, ICS, 2004.

<sup>318</sup> Ficou célebre a frase, eventualmente descontextualizada, de Mário Soares que, ao querer demarcar o PS dos partidos de matriz comunista e numa tentativa de mobilizar simpatizantes mais liberais, disse: *o Partido Socialista terá que colocar o marxismo na gaveta*, como foi reproduzida amplamente na imprensa e assim ficou como uma memória-chave para o futuro.

os eleitos tinham um vasto *curriculum* de oposição ao regime autoritário: Jorge Campinos, jurista e dirigente do PS; António Aires Rodrigues, eletricista; Luis Kalidás Barreto, sindicalista e administrativo da indústria de lanifícios; Amílcar de Pinho, advogado; Vasco da Gama Fernandes, advogado que havia sido mandatário distrital na candidatura presidencial de Humberto Delgado, em 1958. O CDS elegeu Francisco de Oliveira Dias, médico. O PCP não conseguiu eleger qualquer candidato.

Um ano depois, em 1 de maio de 1976, nas primeiras eleições de legislatura, o número dos recenseados subiu no País e desceu no distrito, apesar de ter subido também no concelho. Também aumentou, igualmente, a abstenção e os resultados nacionais voltaram a dar a vitória ao PS mas no distrito o PPD voltou a ganhar, agora a menor distância do PS, conseguindo o PCP eleger, desta vez, um deputado.

No entanto, o que ganha relevo é o facto do aumento do número de eleitores parecer ter beneficiado o CDS que duplicou os votos, no concelho de Leiria, passado um ano, sendo aqui o partido mais votado. O PPD e o PS conseguiram eleger quatro deputados cada, o CDS dois, e o PCP um.

Na verdade, com exceção das 1ª e 3ª Legislaturas, a predominância clara foi do PPD/PSD, Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata, sobretudo no período de mudança de ciclo na democracia portuguesa, que corresponde à passagem do ascendente militar para o civil e a uma estabilidade governativa na década de oitenta, que antes não se verificava<sup>319</sup>.

Apenas nas eleições de 6 de outubro de 1985, com o aparecimento do PRD-Partido Renovador Democrático que, em Leiria, tinha como principal figura local precisamente o empresário e ex-oficial, José Ribeiro Vieira, se viria a desenhar um quadro de deputados diferentes, ainda assim, à custa do PS<sup>320</sup>. O PPD/PSD elegeu cinco deputados, o PS dois, o PRD dois, o CDS um e a APU-Ação Popular Unitária (afeta ao PCP), um.

Todavia, em 19 de julho do ano seguinte, com a primeira maioria absoluta conseguida pelo PPD/PSD, liderado por Aníbal Cavaco Silva, o PRD deixaria de ter deputados por Leiria, elegendo o PPD/PSD nove, o PS apenas dois, não havendo outros

---

<sup>319</sup> Nas eleições para a 3ª Legislatura em 25 de abril de 1983, também *O Mensageiro*, 28 abril 1983, parecia desalentado com o título, *Regresso ao socialismo!*, apesar de no distrito o PPD/PSD ter tido 35,6% dos votos e o PS 32,8%, elegendo quatro deputados cada um.

<sup>320</sup> *Região de Leiria*, de 11 outubro 1996, no trabalho de transcrição dos resultados, colocava em título: *PSD, o grande vencedor. PRD entrou em força.*



partidos representados. O distrito apresentava, agora, 335.238 inscritos, tendo votado 241.684 eleitores, 69,5% do total, com uma descida de 0,8% de votantes em relação às eleições de 1985, enquanto os resultados nacionais apresentavam 72,6% de eleitores e uma quebra de 2,6% em relação ao anterior ato eleitoral.

Para as eleições seguintes, até 1999, tudo voltou à normalidade, em termos de resultados, para o distrito. Em Leiria, a supremacia do PPD/PSD diferia da rotatividade que se foi verificando a nível nacional.

A grande predominância de mandatos do PSD, e no que toca em especial a Leiria e aos concelhos que a envolvem, excetuando a operária Marinha Grande, confirma o conservadorismo do eleitorado que, até ao ano de 2000, parece contrariar a alternância que caracterizou o País. Leiria afasta-se do entendimento geral que vê no PSD e no PS, os partidos *catch all*, interclassistas e aliados à Igreja Católica para beneficiarem do voto religioso, aos quais poderiam caber, conforme os candidatos e as conjunturas, uma massa de eleitores sem preferências ideológicas<sup>321</sup>.

Pelo contrário, aqui, o interclassismo poderá ser visto, apenas, nas organizações de interesses cidadinas, mas o conservadorismo de cariz religioso é bem visível na maior proximidade do PSD e do CDS à Igreja Católica que acaba por manter, no último quartel do séc. XX, a tradição de influência social e política que ostentava no regime anterior. O voto religioso parece ser determinante, ao mesmo tempo que, conjuntamente, com a atitude política dos empregadores locais, de grande proximidade com os empregados, inibe nestes a quebra de reverência e a laicidade das instituições que, segundo António Barreto, seriam duas das grandes diferenças em relação ao período anterior a 1974. O resultado é a desconfiança em relação às políticas de maior responsabilidade social que acabam por diferenciar o PS<sup>322</sup>.

---

<sup>321</sup> FREIRE, André, *Portugal a votos cit.*. Também, vd. CALVO, Kerman; e outros, “Voto religioso em Portugal e em Espanha” in FREIRE, André; LOBO, Marina Costa; e MAGALHÃES, Pedro, (orgs.), *Eleições e cultura política*, Lx, ICS/UL, 2007, pp.171, 175 e seguintes. Ao compararem a importância da religiosidade na opção de voto, em Portugal e em Espanha, os autores entendem que os chamados partidos *catch all* que, em Portugal corresponderiam ao PSD e ao PS, se aliariam com a Igreja Católica para beneficiarem dos votos dos eleitores crentes. Contudo, em Leiria, ao longo do séc. XX mostrou sempre muita dificuldade em sentir a aliança da Igreja sendo abominado na imprensa católica o conceito de socialismo, muito conotado com comunismo. O ascendente do PSD nos resultados eleitorais, serão uma evidência de um conservadorismo com algum paralelo na I República.

<sup>322</sup> CALVO, Kerman; e outros, *Voto religioso em Portugal e em Espanha cit.* Os autores demonstram como o voto religioso pode ser determinante nos resultados eleitorais em Portugal e em Espanha, passado o tempo de arranque dos regimes democráticos. Já vimos como, no caso de Leiria, a influência de Fátima e a doutrinação ao longo de dezenas de anos, modelou comportamentos das elites políticas locais, assim como da generalidade dos eleitores.

Vejamos os resultados nacionais em termos comparativos com os do distrito de Leiria e apenas, para os partidos que elegeram deputados<sup>323</sup>:

<b>1975: Assembleia Constituinte</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no Recenseamento	6.177.698		246	268.199		11
Nº de votantes	5.666.696	91,73		240.871	89,8	
PS	2.145.618	37.9	115	79.846	33.1	5
PPD	1.495.017	26.4	80	85.633	35.6	5
PCP	709.659	12.5	30	15.509	6.4	0
CDS	433.343	7.6	16	16.287	6.8	1

<b>1976: 1ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	6.407.602		259	277.690		11
Nº de votantes	5.393.853	83,3		222.694	80,2	

<sup>323</sup> Para estes e os seguintes resultados das eleições legislativas vd. STAPE-Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, *Eleições da Assembleia da República*, (nos vários anos das eleições).

PS	1.886.932	35	106	69.224	31,1	4
PPD	1.296.246	24,2	71	69.350	31,1	4
CDS	857.179	15,9	41	43.212	19,4	2
PCP	785.594	14,6	40	16.227	7,3	1
UDP	91.364	1,7	1	2.129	1	0
<b>1979: intercalares</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	6.757.152		246	294.421		11
Nº de votantes	5.915.168	87,5		254.182	86,3	
AD	2.662.859	45	125	142.556	56,1	7
PS	1.622.515	27,4	73	58.754	23,1	3
APU	1.121.374	19	47	27.503	10,8	1
UDP	127.246	2,2	1	3.765	1,5	0

<b>1980: 2ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	6.925.243		246	300.826		11
Nº de votantes	5.917.355	85,4		251.191	83,5	
AD	2.788.320	47,1	131	149.933	59,7	<b>7</b>
FRS	1.658.266	28	73	57.053	22,7	3
APU	1.000.975	16,9	41	24.419	9,7	1
UDP	81.920	1,4	1	2.617	1	0

<b>1983: 3ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	7.151.349		246	309.917		11
Nº de votantes	5.629.996	78,6		238.567	77	
PS	2.046.733	36,4	100	78.137	32,8	4
PPD/PSD	1.522.152	27	73	84.925	35,6	4
APU	1.024.175	18,2	44	22.574	9,5	1
CDS	697.127	12,4	29	38.451	16,1	2

<b>1985: 4ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	7.621.504		246	331.832		11
Nº de votantes	5.744.321	75,4		243.585	73,4	
PPD/PSD	1.711.001	28,9	86	93.504	38,4	5
PS	1.195.722	10,8	56	47.334	19,4	2
PRD	1.036.323	18	45	37.944	15,4	2
APU	893.216	15,5	38	19.769	8,1	1
CDS	559.527	9,7	21	29.382	12,1	1

<b>1987: 5ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	7.741.147		246	335.238		11
Nº de votantes	5.623.121	72,6		241.684	72,1	
PPD/PSD	2.819.984	50,1	145	146.831	60,8	9
PS	1.254.205	22,3	59	45.270	18,7	2
CDU	685.109	12,2	39	14.311	5,9	0
PRD	277.249	4,9	7	7.569	3,1	0
CDS	244.076	4,3	4	14.600	6	0

<b>1991: 6ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de votantes
Inscritos no recenseamento	8.322.481		226	358.145		10
Nº de votantes	6.573.332	68,2		240.602	67,2	
PPD/PSD	2.861.430	50,4	132	147.276	61,2	7
PS	1.659.881	29,3	71	55.441	23	3
CDU	501.840	8,1	17	10.752	4,5	0
CDS	248.784	4,4	5	11.437	4,8	0
PSN	95.935	1,7	1	3.446	1,4	0

<b>1995: 7ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	8.719.404		226	374.841		10
Nº de votantes	5.854.425	67,1		245.851	65,6	
PS	2.567.152	43,8	111	90.263	36,7	4
PPD/PSD	1.990.508	34	85	106.565	43,3	5
CDS/PP	532.007	9,1	15	28.002	11,4	1
CDU	504.007	8,6	15	11.113	4,5	0

<b>1999: 8ª Legislatura</b>	<b>País</b>			<b>Distrito de Leiria</b>		
	totais	%	Nº de lugares	totais	%	Nº de lugares
Inscritos no recenseamento	8.673.822		226	375.893		10
Nº de votantes	5.363.960	61,8		232.785	61,9	
PS	2.359.939	44	112	85.589	36,8	4
PPD/PSD	1.733.818	32,3	80	99.091	42,6	5
CDU	483.716	9	17	12.357	5,3	0
CDS/PP	449.310	8,4	15	23.088	9,9	1
B.E.	131.840	2,5	2	3.843	1,7	0

Siglas: PS-Partido Socialista; PPD-Partido Popular Democrático; PCP-Partido Comunista Português; CDS-Centro Democrático Social; UDP-União Democrática Popular; AD-Aliança Democrática (PPD+CDS+PPM-Partido Popular Monárquico); APU-Aliança Popular Unitária (PCP+MDP/CDE-Movimento Democrático Português/Centro Democrático Eleitoral+PEV-Partido Ecologista “Os Verdes”); FRS-Frente Republicana Socialista (PS+MES-Movimento de Esquerda Socialista); PSD-Partido Social Democrata (PPD); PRD-Partido Renovador Democrático; CDU-Comissão Democrática Unitária (PCP+PEV); PSN-Partido da Solidariedade Nacional; PP-Partido Popular (CDS); B.E.-Bloco de Esquerda (UDP+LRS-Liga Revolucionária Socialista)

gráfico 17: Regime democrático, total de mandatos por partido no Parlamento, pelo círculo de Leiria, 1975-2002<sup>324</sup>

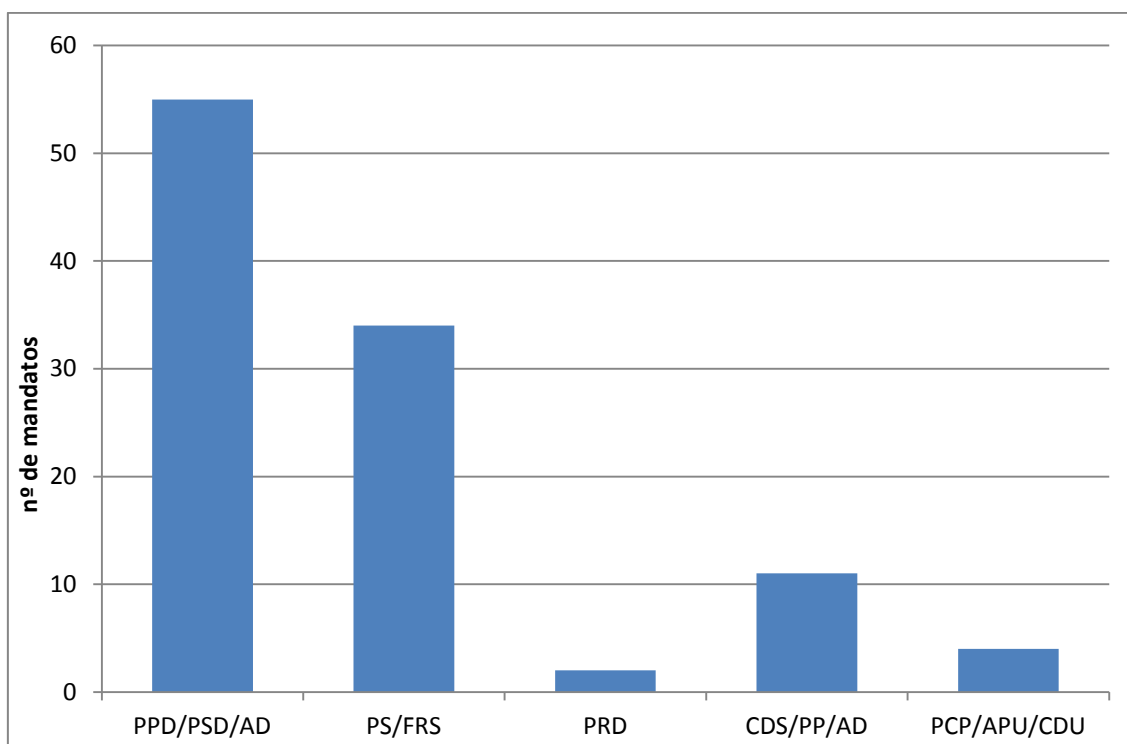
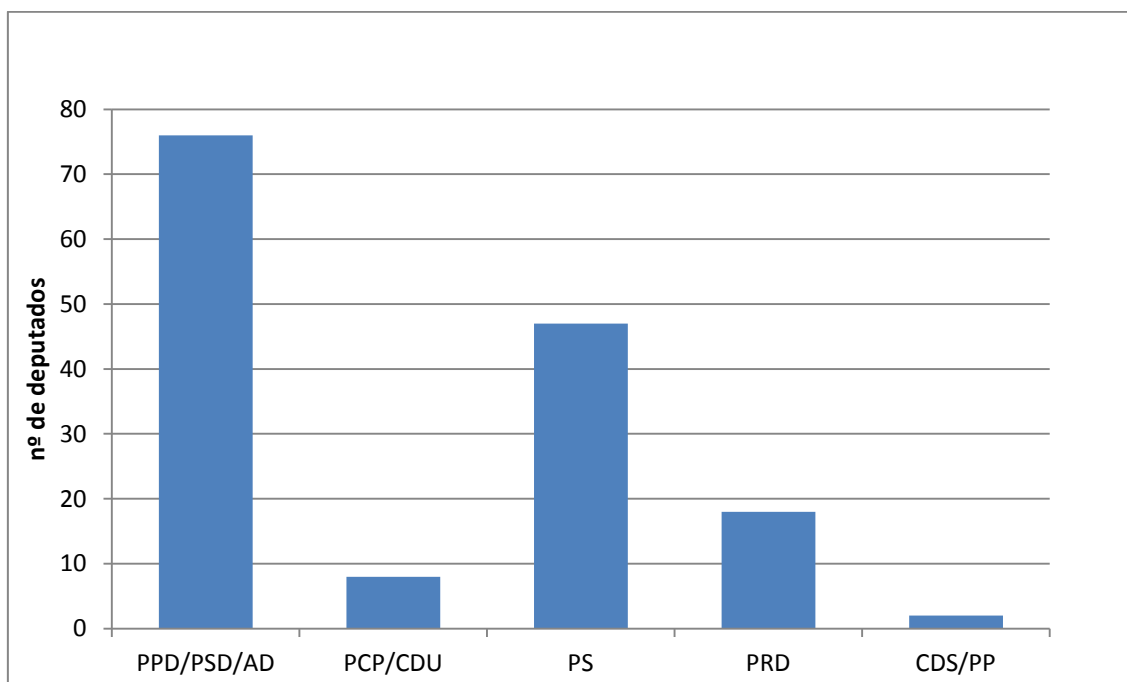


gráfico 18: Regime democrático, total de deputados, pelo círculo de Leiria, que tomaram assento no Parlamento, 1975-2002<sup>325</sup>



<sup>324</sup> STAPE-Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, *Eleições para a Assembleia da República* (nos vários anos das eleições). Vd.também o Quadro D/1, vol.II do presente trabalho (Anexos).

<sup>325</sup> Idem, *ibidem*.



Para um total de 106 mandatos, neste círculo eleitoral, desde a Constituinte até à 9ª Legislatura, corresponderam um total de 151 assentos, mantendo-se notório predomínio do PSD. Dos 55 mandatos conquistados por este partido, tomaram assento 76 deputados, enquanto ao segundo partido, o PS, para 34 mandatos couberam 47 assentos.

Esta rotação de deputados em cada mandato, dever-se-á a diversos fatores que não serão exclusivos do círculo de Leiria:

- a fraca atração pela Constituinte e pela 1ª Legislatura atendendo aos vencimentos de deputado;
- a desadaptação de alguns;
- a busca posterior de candidatos com qualificação superior para “enriquecerem” as bancadas;
- o Parlamento servir de trampolim para outras funções, abrindo, assim, vagas temporárias.

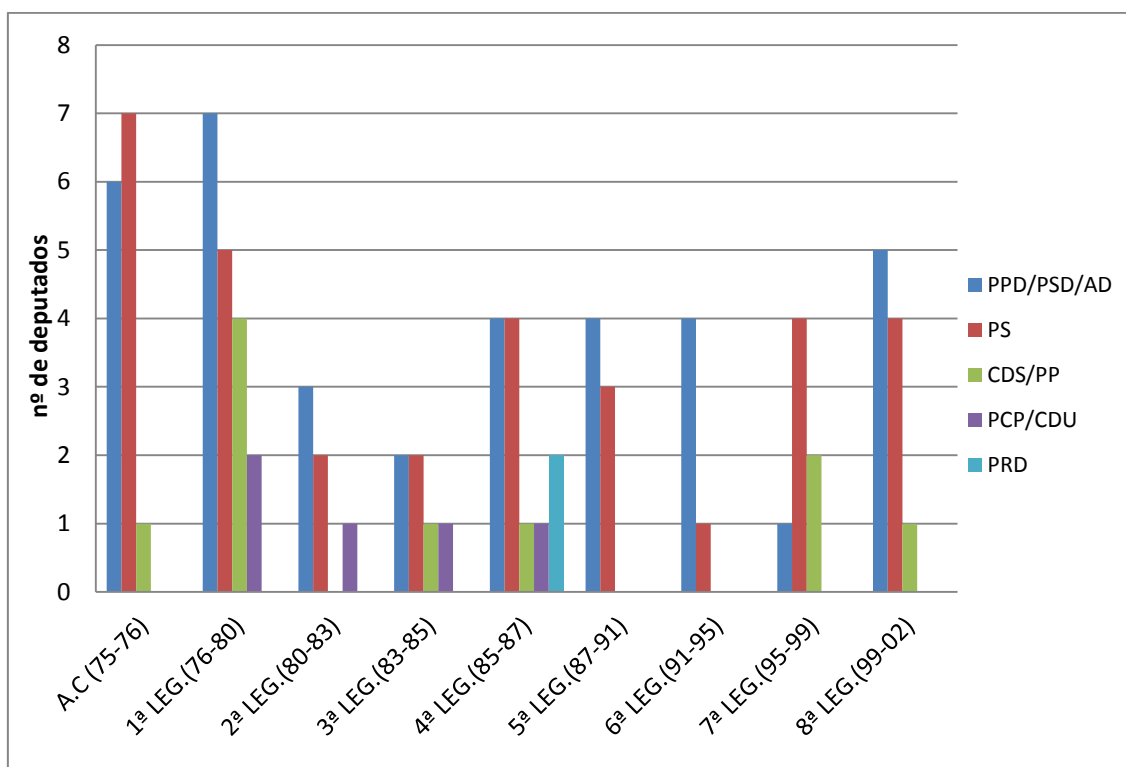
No que toca à renovação das elites nos diferentes atos eleitorais, verifica-se uma mudança sem ruturas, mantendo os partidos mais votados alguns candidatos por duas ou três legislaturas. Isto será um sinal de resguardo da experiência, ou mesmo de profissionalização no desempenho das funções, até a um novo momento de profundas alterações, sejam elas governamentais, ou de lideranças partidárias nacionais ou até locais, vicissitudes que provocam a renovação ou o retorno de quadros antigos.

Quanto à profissionalização política dos eleitos, ela poderá ser visível nos cabeças de lista de todos os partidos e em algumas continuidades na sequência de responsabilidades partidárias sobretudo, mas também por vezes, autárquicas, ou até governamentais. Contudo, excetuando a presença, durante um ou dois mandatos, de responsáveis partidários, as carreiras políticas dos eleitos não serão a grande preocupação dos partidos, acabando por estar na linha de pensamento de André Freire quando prefere falar na fidelização garantida por um “fechamento” partidário em vez de profissionalização<sup>326</sup>.

---

<sup>326</sup> FREIRE, André, *Recrutamento parlamentar e reforma das instituições cit.*, pp. 181 e 182.

gráfico 19: Regime democrático, deputados pelo círculo de Leiria estreantes por Legislatura e por partido, no Parlamento, 1975-2002 (íntegra eleitos substituídos e em substituição)<sup>327</sup>



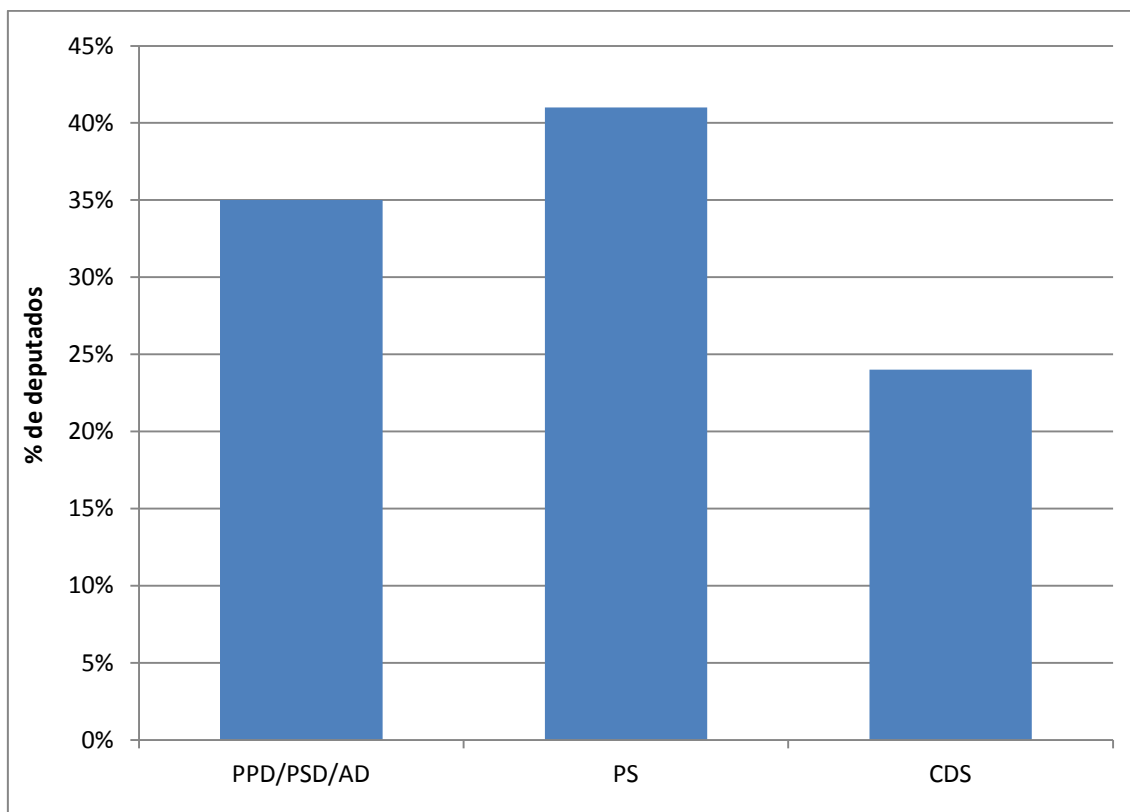
Acerca dos deputados oriundos de outras regiões, a sua presença parece demonstrar um débil debate interno com consequente amadurecimento de massa crítica que leva a verdadeira democratização no interior dos partidos.

Os partidos têm necessidade de colocar nos vários círculos figuras de topo que garantam uma perspetiva global que supere os interesses localizados, impondo-as onde é mais frágil a argumentação para a escolha de figuras da região. Estes candidatos vindos de fora, mais nítidos no PS até à estabilização completa da democracia e ainda na 9ª Legislatura, ou no PSD após a “mudança de ciclo”, são sempre cabeças de lista, podendo ainda outros posicionarem-se como números dois.

Estando os militantes-base arredados da escolha, não deixam estes de sentir que lhes é passado um atestado de menoridade, enquanto os patamares sociais mais ativos sentem a falta de correspondência entre o seu contributo para uma região que é fortemente produtora de riqueza, e a sua representação política.

<sup>327</sup> STAPE-Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, *Eleições para a Assembleia da República* cit., (nos vários anos das eleições). Vd.também o Quadro D/1 cit. (Anexos).

gráfico 20: Regime democrático, percentagem de deputados, pelo círculo de Leiria e por partido, sem vínculo ao distrito, 1975-2002<sup>328</sup>



Já quanto à participação feminina, em Leiria ela revela-se tardia e em números muito reduzidos, não havendo qualquer proximidade percentual entre o número de lugares atribuídos e o número de eleitoras.

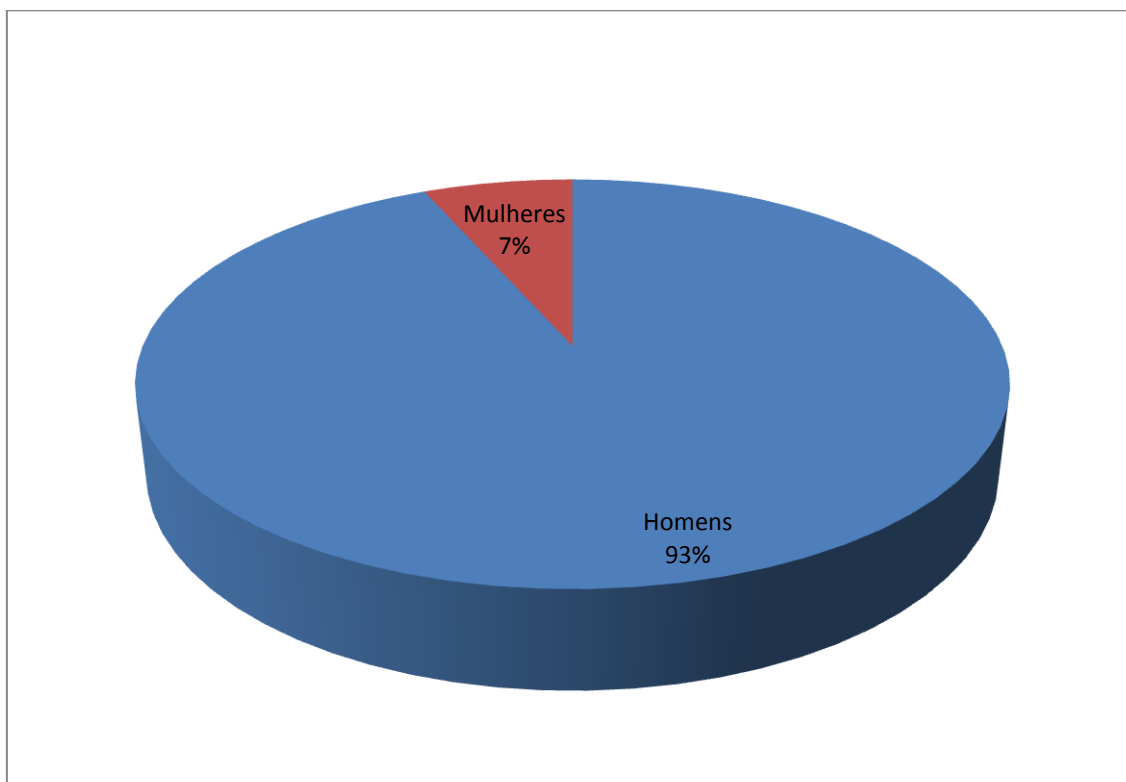
Será curioso observar que tendo sido o PS, em 1999, que propôs quotas de participação feminina, no círculo de Leiria são os partidos à sua direita que, tanto em números absolutos como percentuais, mais candidatas apresentaram até à 9ª Legislatura.

A atividade política das mulheres, em cada um dos partidos, teve dificuldade em conseguir impor-se aos *gatekeepers* locais ou nacionais em termos de cabeças de lista a exceção está nas 8ª e 9ª Legislaturas, quando o CDS-Centro Democrático Social entregou a liderança do círculo a uma mulher que, no entanto, era oriunda de outra região. Temos, assim, em Leiria um panorama semelhante ao do resto do País.

<sup>328</sup> Idem, *ibidem*.

<p><b>Nº de deputadas eleitas, no círculo de Leiria por Partido e por Legislatura<sup>329</sup></b></p> <p><b>(entre a Constituinte e a 4ª Legislatura não foi eleita qualquer candidata)</b></p>				
	5ª Legislatura (1987-91)	6ª Legislatura (1991-95)	7ª Legislatura (1995-99)	8ª Legislatura (1999-02)
PPD/PSD	2	1	1	2
PS		1	1	1
CDS				1

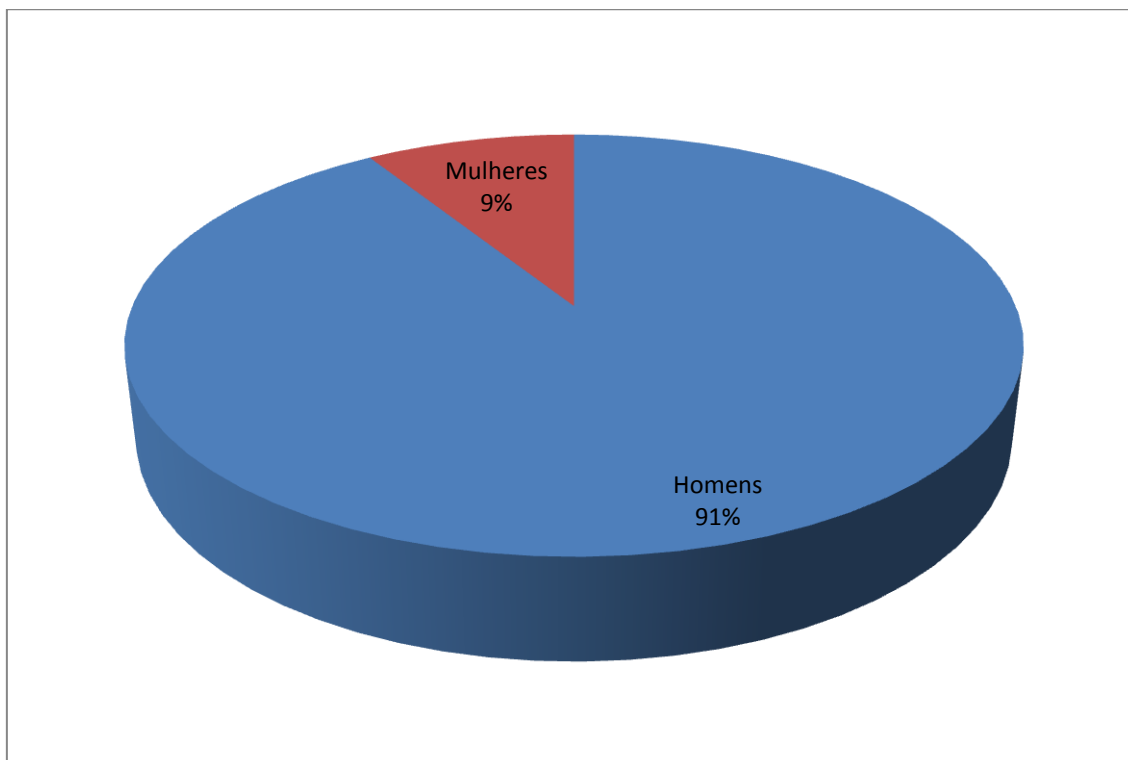
gráfico 21: Regime democrático, distribuição de género – masculino/feminino -, dos deputados pelo círculo de Leiria, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição)<sup>330</sup>



<sup>329</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>330</sup> Idem, *ibidem*.

gráfico 22: Regime democrático, distribuição de género - masculino/feminino - no Parlamento, 1975-2002: dados globais<sup>331</sup>



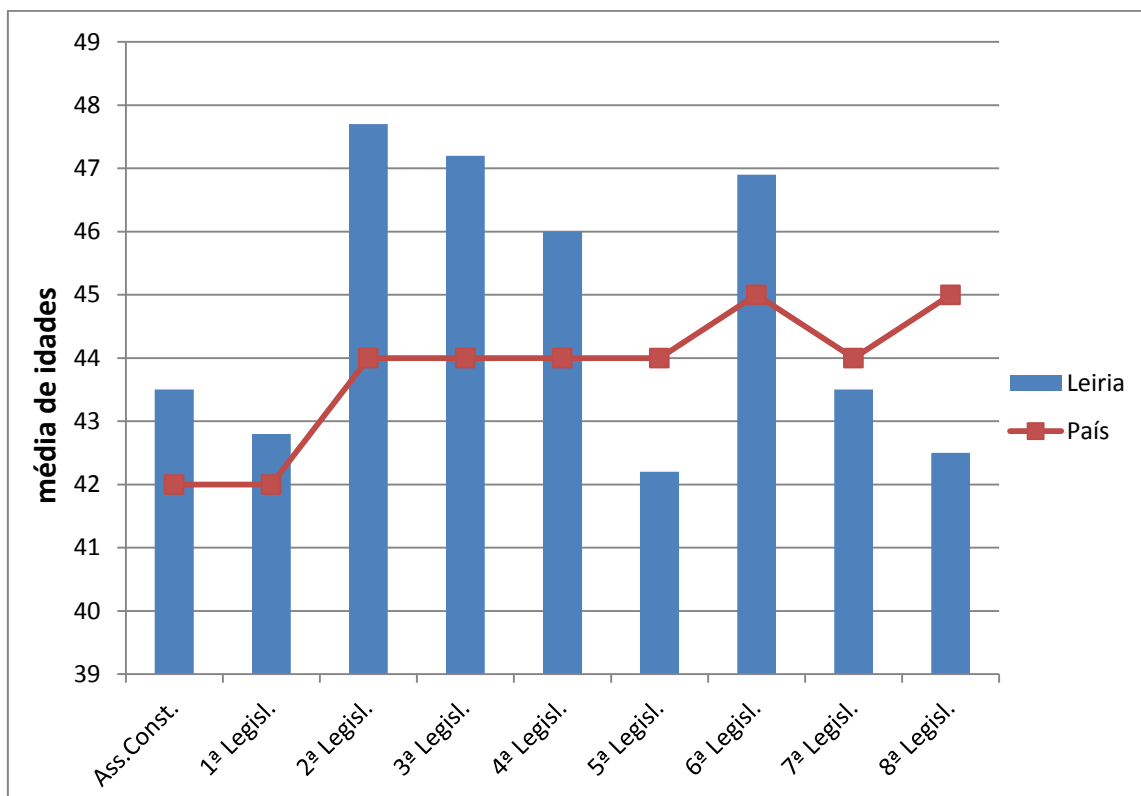
Para a média de idades dos deputados por Leiria, esta aproxima-se à média da população ativa na região e no País. O escalão etário predominante dos 40 anos revela a escolha da maturidade, mas ainda com margem de progressão no futuro. As exceções vão para o PCP e PRD, que não tiveram continuidade dos eleitos, e para o CDS que revela uma média de idades, até à 9ª Legislatura, superior à geral embora tenha que se levar em conta que houve três Legislaturas sem representação do CDS.

Todavia, no que respeita à média geral para as idades dos deputados, Leiria também tem acompanhado o panorama nacional, coincidindo com a maturação, ou um eventual caminho para a profissionalização temporária da atividade<sup>332</sup>.

<sup>331</sup> FREIRE, André, “Lógicas de recrutamento parlamentar: 1975-1999”, in *Sociologia-Problemas e Práticas*, Lx, CIES-IUL/Ed.Mundos Sociais, nº 28, 1998, p.120.

<sup>332</sup> Idem, “Recrutamento parlamentar e reforma das instituições” cit., p. 204. O autor compara as médias de idades dos deputados portugueses com os deputados (...) da generalidade das democracias da nossa área geocultural(...) e levanta esta possibilidade.

Gráfico 23: Regime Democrático, comparação da média de idades dos deputados pelo círculo de Leiria com os dados nacionais, 1975-1999<sup>333</sup>



Para as habilitações literárias, excetuando a Constituinte e a 1ª Legislatura, que aconteceram numa fase de rutura com as elites tradicionais em que os partidos se preocupavam em recrutar dentro de estratos sociais mais populares, a primazia passou, posteriormente, claramente, a tender para os habilitados com estudos superiores. O apetrechamento dos eleitos com um lastro de conhecimentos alargado, estão na razão desta incidência, incluindo o partido que tem a sua base no operariado, o PCP.

O ensino básico perdeu expressão a partir da 2ª Legislatura e os cursos médios (profissionalizantes) mantiveram-se, sobretudo no PS, um partido com penetração também no grande lastro de funcionários e trabalhadores de média qualificação.

Contudo, é neste mesmo partido que notamos uma maior procura de doutorados, apesar de serem poucos em números absolutos, o que, para além do natural enriquecimento das listas de candidatos, estará ligado à necessidade de ter especialistas habilitados para a discussão de temas de grande especificidade.

<sup>333</sup> STAPE, *op.cit.* e FREIRE, André, *Lógicas do recrutamento parlamentar cit.*, p.121.

gráfico 21: Regime democrático, habilitações literárias dos deputados pelo círculo de Leiria, por partido, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição)<sup>334</sup>

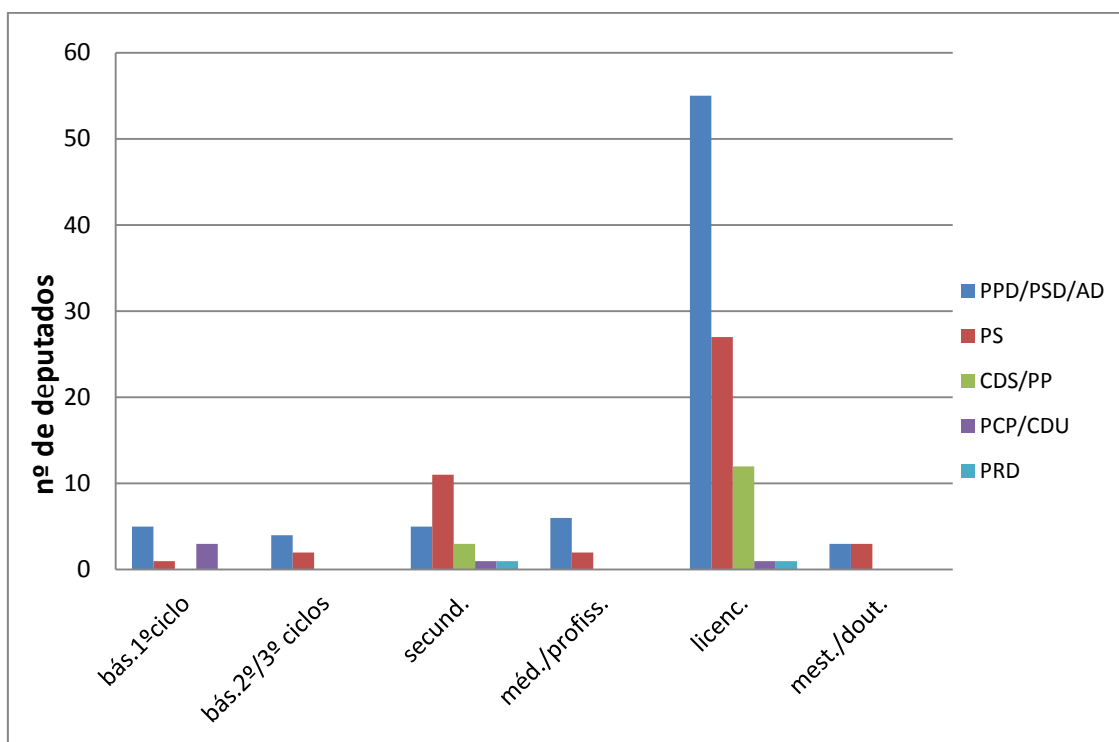
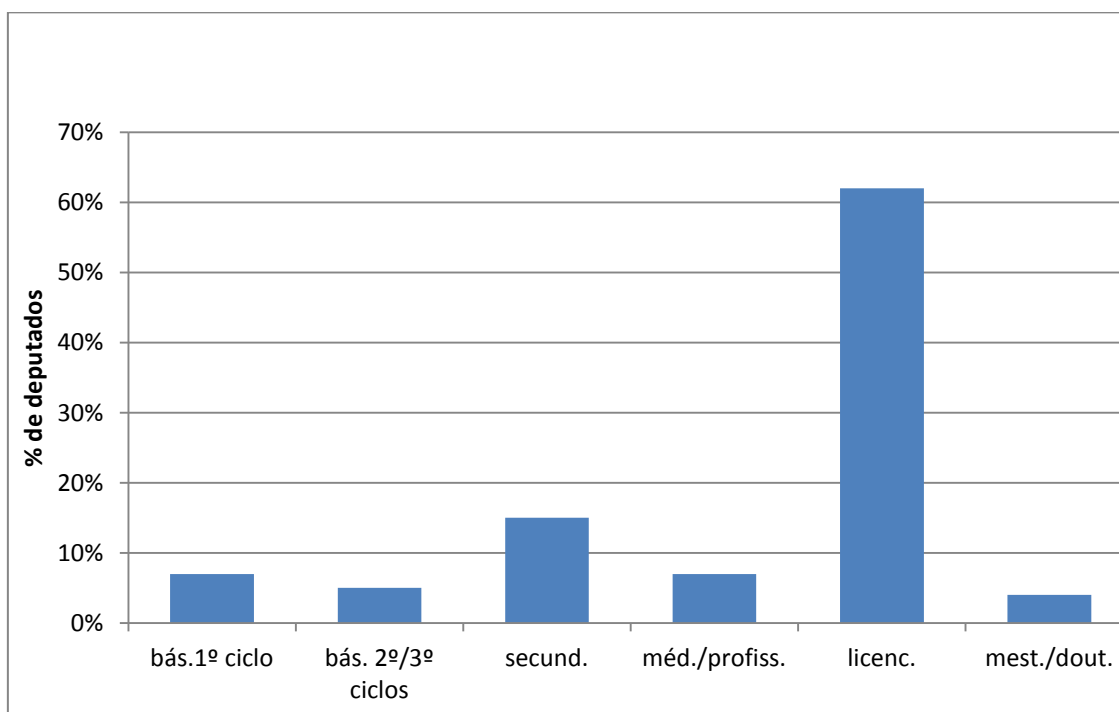


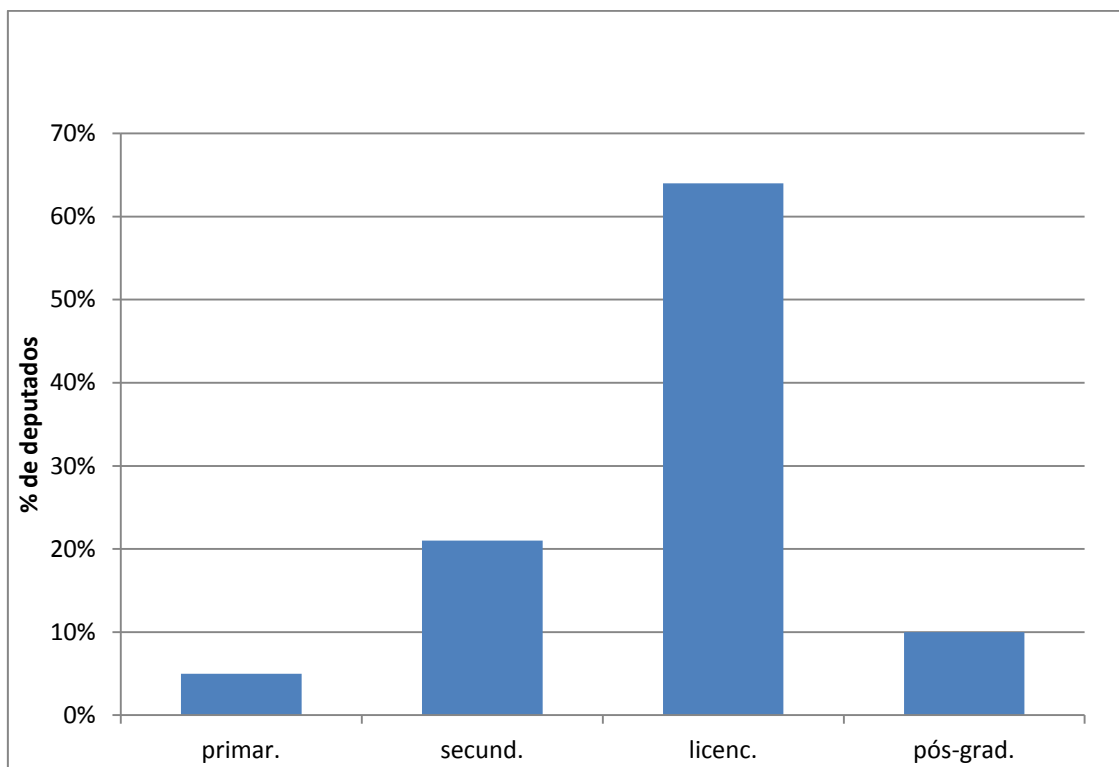
gráfico 22: Regime democrático, distribuição das habilitações literárias dos deputados do círculo de Leiria, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição)<sup>335</sup>



<sup>334</sup> STAPE, *op.cit.*

<sup>335</sup> Idem, *ibidem.*

gráfico 23: Regime democrático, distribuição das habilitações literárias dos deputados ao Parlamento, 1975-1999: dados globais<sup>336</sup>



Nesta sequência, as áreas profissionais predominantes estão na linha da caracterização das habilitações literárias dos deputados.

Na Constituinte e na 1ª Legislatura, com exceção do CDS, todos os partidos recrutaram operários, o que teve como contraponto a inclusão de proprietários fundiários nas listas do PPD/PSD. Com a progressiva procura de candidatos de perfil académico mais evoluído, encontramos depois a grande predominância de juristas, seguidos de altos quadros e administradores empresariais. O ensino, assim como uma multiplicidade de profissões liberais e técnico-profissionais são as áreas que a seguir ganham relevo.

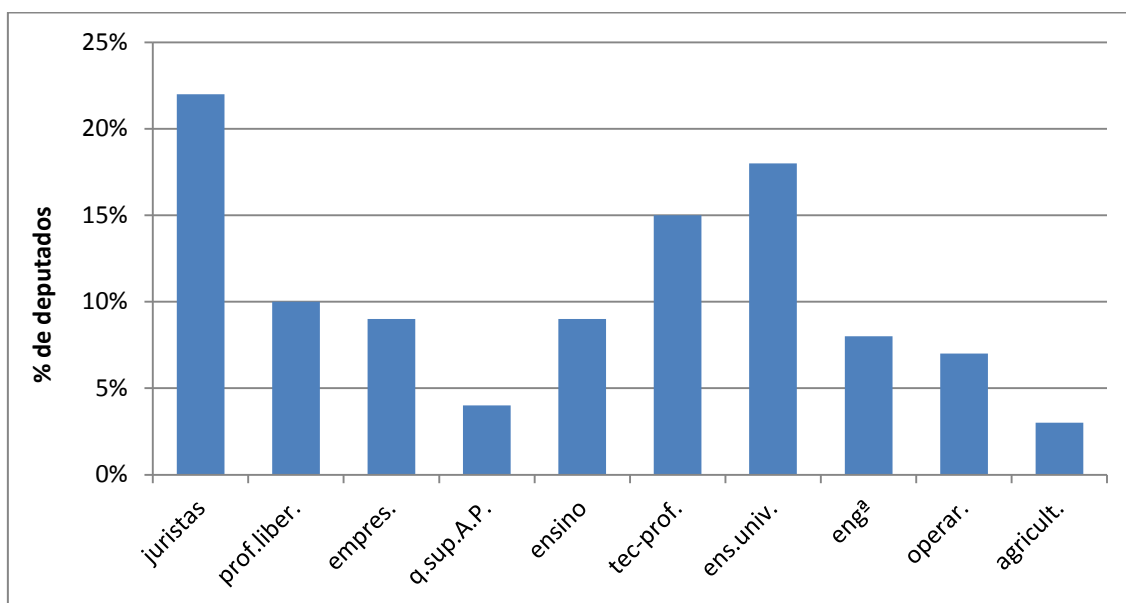
O ecletismo, a oratória, a facilidade no contraditório e o fácil uso da legislação estarão nessa grande procura de juristas. Em Leiria, os empresários eleitos mostrarão que a dinâmica do tecido empresarial consegue impor candidatos aos *gatekeepers*, apesar de, excetuando raras situações, não demonstrar no Parlamento o mesmo protagonismo mostrado localmente. Quanto aos docentes, que aparecem em número

<sup>336</sup> FREIRE, André, *Lógicas de recrutamento parlamentar cit.*, pg. 127.

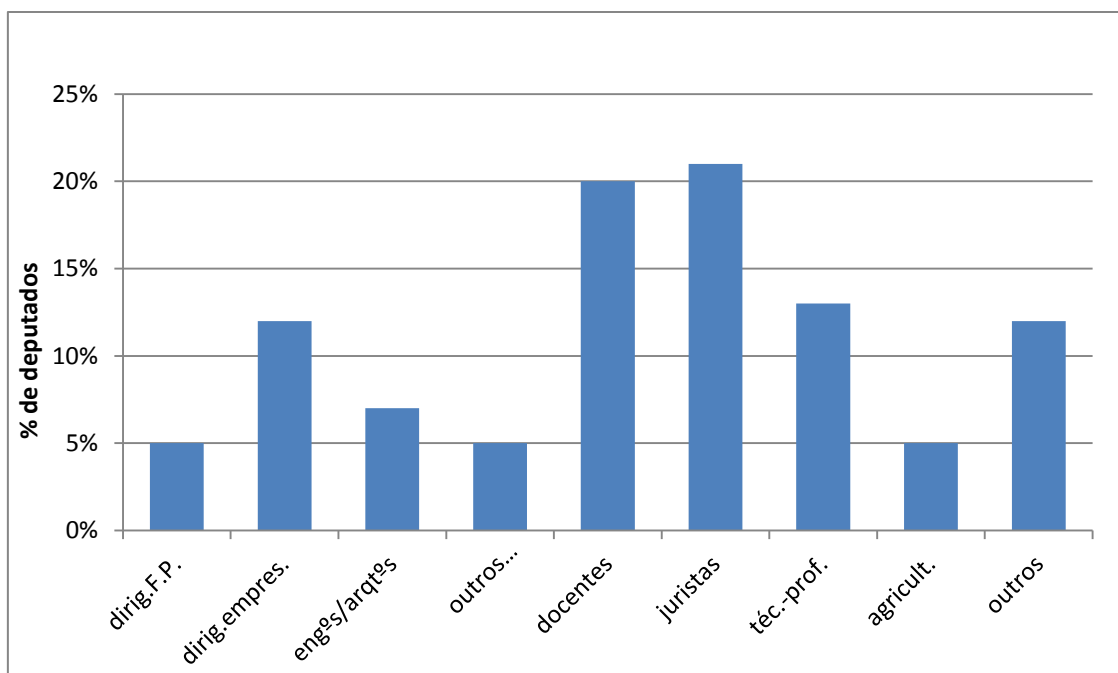


razoável, o seu recrutamento dever-se-á não só à capacidade de influência local, mas também à previsível fácil adequação às novidades discursivas. Só muito perto do final do século as áreas técnicas começaram a ganhar relevo.

**gráfico 24: Regime democrático, distribuição das profissões dos deputados pelo círculo de Leiria, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição)<sup>337</sup>**



**gráfico 25: Regime democrático, distribuição das profissões dos deputados ao Parlamento, 1975-2002: dados globais<sup>338</sup>**



<sup>337</sup> STAPE, *op.cit.*

<sup>338</sup> FREIRE, André, *Lógicas de recrutamento parlamentar cit.*, pp.130-131.

## **Iniciativas legislativas**

Face aos critérios de recrutamento, vejamos as iniciativas legislativas dos deputados por Leiria, sobretudo após a chamada “mudança de ciclo” (1985-1999), com a estabilização das legislaturas.

Com uma intensa atividade nas diversas comissões e como relatores de propostas e resoluções, os deputados por Leiria tendem a ter uma passagem discreta aos olhos dos eleitores, em consequência de estarmos perante um “sistema fechado”, de votação em partidos cujos deputados eleitos não tinham uma responsabilidade local, apesar de pertencerem a listas feitas por distritos administrativos. No confronto entre a linearidade das premissas que dizem que os contributos locais levam ao interesse geral, ou pelo contrário, que o interesse nacional não pode ficar refém dos interesses particulares, os deputados sentem que a representatividade dos círculos eleitorais é prometida nas campanhas para as eleições como questão fundamental para evitar o fosso entre os eleitores e os seus representantes, enquanto no Parlamento os debates se submetem às prioridades definidas pelos aparelhos centrais dos partidos.

Estaremos, aqui, perante o “nó górdio” da representatividade proporcional.

Os eleitores, de facto, elegem candidatos a nível regional, mas sendo uma votação fechada, estão a votar em partidos com a particularidade de a verdadeira motivação do voto ser a escolha do primeiro-ministro. Os eleitos serão, assim, deputados com representatividade nacional sem conhecerem a grande massa que representam e o mesmo se passando na perspetiva inversa, alterando-se a escala dos interesses locais das promessas feitas em campanha, criando a incompreensão em quem os elege e o desconforto em quem é eleito.

Nestes 14 anos abordados, as iniciativas legislativas dos deputados por Leiria, com carácter eminentemente regional, são de 2,2/ano, esgotando-se nesta média 1,6 propostas por ano de mudança de estatuto de localidades (aldeias a vilas e vilas a cidades). Já as iniciativas de carácter nacional, que se devem apenas a dois deputados, entre todos os eleitos ao longo destes anos, surgem com uma média de 0,8/ano, acabando por haver, assim, uma média geral de 3 iniciativas por ano.

Nos primeiros 25 anos de regime democrático (1975-2000) e não sendo o Parlamento um espelho da estratificação social portuguesa, Leiria também acompanha o

perfil do candidato-tipo a deputado, como uma figura de meia idade, com curso universitário e com fortes probabilidades de ser jurista, sem desprezar os altos quadros empresariais, ou as profissões liberais. A disponibilidade pessoal, a aptidão para algum ecletismo e o reconhecimento pessoal a nível local e a experiência em cargos políticos, são condições para serem escolhidos, mantendo-se, no entanto, a dificuldade em garantir um cabeça de lista oriundo da região. Por outro lado, tendo as mulheres grandes dificuldades em serem recrutadas, aquelas que o foram faziam predominar o perfil de professora.

Contrastando com a rotatividade governativa, em Leiria verificou-se a predominância clara do PPD/PSD, mas tal como na generalidade dos partidos no Parlamento, a renovação feita ao longo das várias legislaturas garantiu sempre um núcleo duro com alguma continuidade, em todas as representações eleitas, por dois ou três mandatos, de modo a não criar ruturas na experiência acumulada.

### **Os deputados do círculo eleitoral de Leiria**

Em termos de quadro geral, também aqui são evidentes diferenças no recrutamento, em relação ao regime anterior. Não só o espectro profissional alarga, pelas respostas sociais que os partidos sentem necessidade em dar, como a preocupação com a popularidade dos candidatos passa a ser uma outra necessidade não sentida antes, tendo agora em vista a captação do “mercado eleitoral”.

Nesse sentido, o PPD/PSD, tendo feito passar pela Assembleia Constituinte, num momento de ambiente de euforia popular, profissionais operativos, um serralheiro qualificado e um mecânico, para além de um professor, de um engenheiro, de um advogado e de um médico, marcou igualmente o tom antirrevolucionário com um nome oriundo da anterior “ala liberal” e de outros que tinham passado pela ANP, acontecendo o mesmo nas eleições para a 1ª Legislatura.

gráfico 26: Regime democrático, nº de mandatos pelo círculo de Leiria ao Parlamento, por grupo partidário, 1975-1999<sup>339</sup>

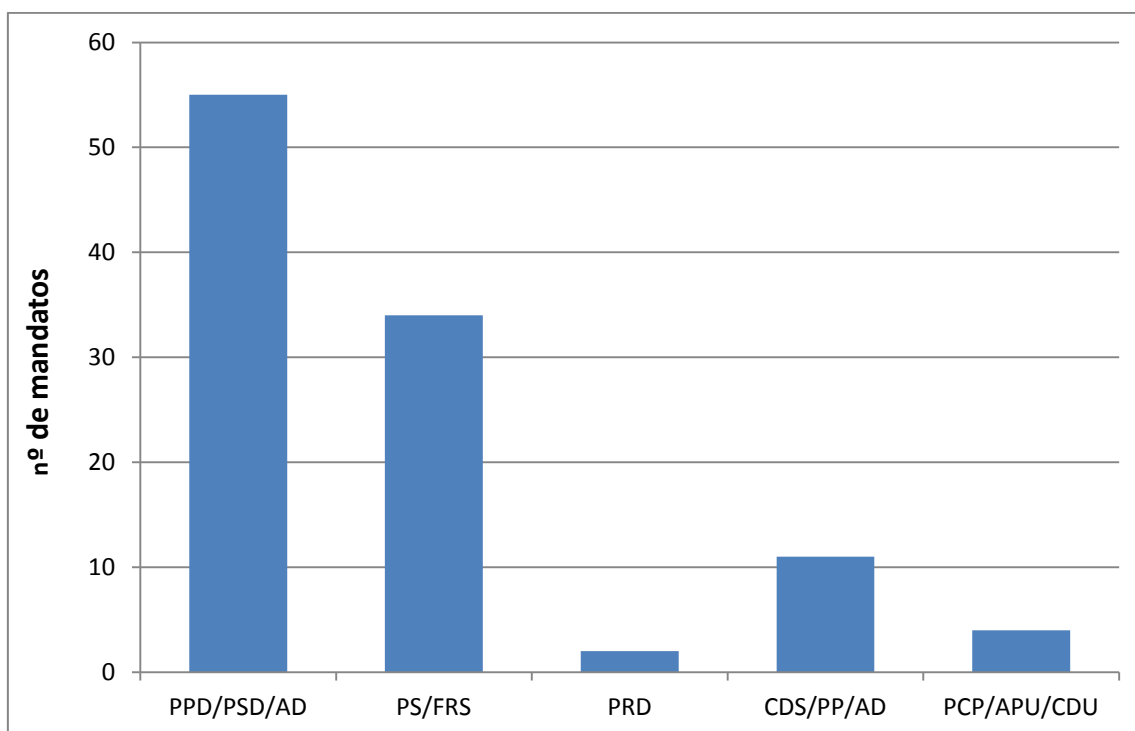
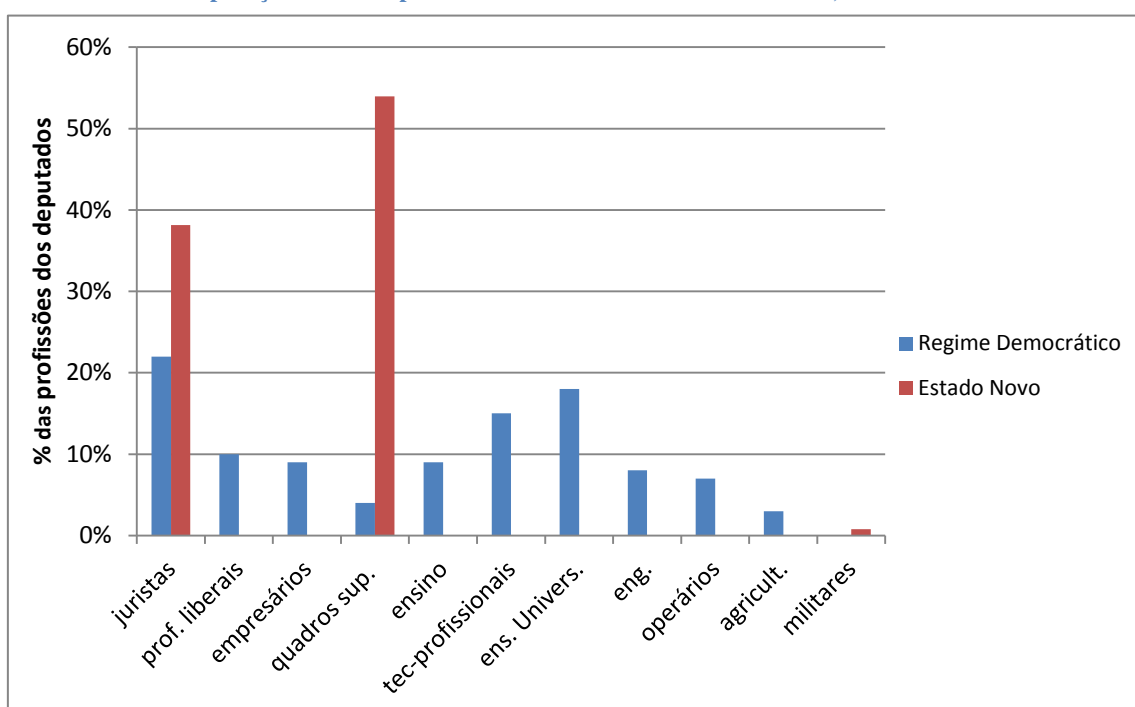


gráfico 27: Distribuição profissional dos deputados pelo círculo de Leiria no regime Democrático em comparação com os deputados do mesmo círculo no Estado Novo, 1975-1999<sup>340</sup>



<sup>339</sup> STAPE, *op.cit.*

Por aqui se observa o seguinte:

- para além das óbvias diferenças no que respeita ao processo de recrutamento do pessoal político no regime autoritário e no regime democrático, sobretudo quanto ao importante fator de popularidade quando há eleições, o alargamento do leque profissional é evidente numa tentativa de dar resposta a novos requisitos de gestão política própria do desenvolvimento. As mudanças sociais não só levaram ao surgimento de outros protagonistas que passaram a ser recrutados, tanto pelas novas competências, como pelo reconhecimento social anterior às candidaturas. Comparando com o Estado Novo, verificou-se um decréscimo gradual da hegemonia dos licenciados em direito.

Contudo, entre 1974 e 2000 e sobretudo no partido predominante, o PPD/PSD, são visíveis as continuidades com protagonistas ligados à fase final do regime anterior. O “aparelho” da ANP foi bem aproveitado pelo PPD, mantendo as redes de influência, às quais não era alheia a forte presença da Igreja Católica.

Naturalmente, outras análises deverão ser feitas a partir das prosopografias das elites políticas de Leiria, sobretudo para a perceção mais apurada de quem são, como são recrutadas, como se adequam ao exercício dos cargos, como ascendem e como se renovam. Neste âmbito, caberá o cruzamento dos dados que incluam as representações nas mais diversas organizações de interesses locais, como o associativismo, a imprensa e os centros de decisão empresarial, percebendo quais são aquelas que, no regime democrático, passaram a ser “incubadoras” da nova classe política.

## OS GOVERNADORES CIVIS

Desde a criação dos Governos Civis em 1835 até ao atual regime democrático, entre as várias competências que foram tendo, aquelas que lhes permitiam o exercício de um poder efetivo, em representação do governo central, eram a tutela sobre os municípios e a coordenação de todos os serviços do Estado localizados no distrito. Isto tanto se passou na I República, apesar dos 16 anos de banalização do cargo devido à

---

<sup>340</sup> Idem, *ibidem* e CASTILHO, J.M. Tavares, “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização” in *Penélope*, nº 24 cit., pp. 65-84. Vd.também Quadros C/1 e D/1 cit. (Anexos).

grande transitoriedade verificada, como ao longo do regime autoritário, período no qual a autoridade do Estado era enfatizada na representatividade dos seus agentes.

No entanto, ainda ao tempo do regime autoritário estas competências foram sendo gradualmente diminuídas, numa ténue evolução das ideias de desconcentração e de descentralização de decisões delegadas por cada ministério nos serviços regionais. A partir da Constituição de 1976, este estado de coisas veio a evoluir ainda mais.

Não só o artº 291º daquela lei-base do regime aponta para a criação futura de regiões administrativas, o que retiraria a pertinência da continuidade dos distritos, como a própria evolução do novo conceito de poder local, com o progressivo alargamento das competências das Câmaras Municipais, levou também à quebra dessa tutela anterior, sobretudo com os decretos-lei nºs 252/92 e 316/95.

Assim, os governadores civis do regime democrático foram-se mantendo numa perspetiva precária em termos de longevidade institucional, perdendo gradualmente competências de intervenção decisória nas autarquias e nos próprios serviços desconcentrados do Estado, acabando por ficar, apenas, com a emissão de passaportes, a coordenação distrital dos processos eleitorais, da proteção civil, das forças de segurança e do serviço de estrangeiros, para além de uma questionável representatividade do governo central, ou de uns apoios ocasionais e limitados a entidades que respondiam a critérios que poderiam depender de um pequeno poder discricionário do governador.

Contudo, a representatividade do governo, mantendo-se em termos formais, na verdade começou a ser progressivamente questionada perante a resposta direta das autarquias e dos serviços desconcentrados do Estado a outros órgãos intermédios com diferentes patamares de decisão. Ao invés, esta representatividade ou justificação de existência dos governos civis veio a ser progressivamente entendida, pelos agentes económicos e sociais locais, como a obrigatoriedade de auscultação das necessidades locais para serem transmitidas ao governo. Na prática, segundo alguns, pouco mais atribuições acabariam por vir a ter do que a delegação do Ministério da Administração Interna, sendo assim, apenas, um órgão de pequena “magistratura de influência” dependente das boas relações cultivadas e da representação feita do distrito junto ao governo e não tanto do governo no distrito<sup>341</sup>.

---

<sup>341</sup> Esta ideias perpassam da análise para os governos civis no regime democrático feita por SOBRAL, Jorge, *As divisões administrativas de Portugal ao longo dos tempos*, Lx, Audaces, 2008.

Sendo, formalmente, os representantes do governo, os governadores não eram sufragados e mantinham-se no cargo enquanto era demonstrada a confiança política, podendo mudar a qualquer momento, sobretudo quando havia mudanças governativas, ainda mais quando estas provinham de novas correlações de forças na Assembleia da República.

Em Leiria, esta situação foi sempre muito evidente, mesmo na década de setenta em que o regime ainda não estava suficientemente consolidado e a ação do governador civil era mais nítida no sentido da credibilização do regime, movendo esforços no sentido de controlar a euforia revolucionária, garantindo o equilíbrio de forças na forma que entendia como mais adequada.

Logo em 27 de abril de 1974, o governador Manuel Machado, que havia chegado há menos de dois meses, pediu a exoneração deixando interinamente no lugar o secretário do Governo Civil, Luis de Almeida Trindade<sup>342</sup>. Só após os acontecimentos de 28 de setembro, desse ano, que levaram à renúncia do presidente da República, António Spínola, as funções foram entregues a um professor respeitado tanto do ponto de vista profissional, como pela sua oposição ao anterior regime, Joaquim da Rocha e Silva. Sendo conhecidas as suas simpatias socialistas, era tido como um moderado e manteve-se ao longo do PREC-Processo Revolucionário em Curso, dos sucessivos governos provisórios e dos primeiros constitucionais que foram suportados por uma maioria legislativa socialista.

Todavia, entre abril de 1974 e a nomeação de Rocha e Silva passaram cerca de cinco meses, *servindo de governador civil* o interino, Luis Trindade, que não foi alvo da onda de saneamentos de quadros superiores que aconteceram noutros organismos públicos e garantiu a continuidade da administração civil e política do distrito. Por ele passaram situações prementes nos meses seguintes à revolução democrática, como foram os próprios saneamentos nos serviços, greves, manifestações e as posses de várias Comissões Administrativas Municipais. Esta permanência provará, tanto a necessidade em evitar um colapso político-administrativo local, como o próprio profissionalismo daquele funcionário que foi reconhecido pelos novos poderes. Por outro lado, também

---

<sup>342</sup> Tratava-se, não do secretário pessoal, mas do secretário do organismo, figura administrativa que corresponde *grosso modo* a um diretor executivo.

atesta algumas dificuldades em acertos por parte dos partidos que passavam a estar no palco político<sup>343</sup>.

A partir da nomeação do primeiro governador do regime democrático, Luis Trindade voltaria ao seu posto de Secretário e continuaria durante mais de vinte anos. Por outro lado, as alterações governativas verificadas, com seis governos provisórios e nove governos constitucionais, dos quais três de coligação, entre 1974 e 2000, levaram à nomeação de seis governadores para este período, contrastando com os 27 nomeados apenas para 16 anos da I República e mesmo com os seis governadores em sete anos de ditadura militar (1926-1933), só perdendo em termos de média de longevidade para os nove nomeados em 41 anos de Estado Novo.

Apesar das dificuldades e até se verificar uma efetiva consolidação do regime, na década de 80, a perspetiva comum dos maiores partidos sobre essa consolidação levava a que se cuidasse da estabilidade possível a nível local, nomeando personalidades respeitadas por um largo espectro partidário, mesmo quando eram oriundas de partidos adversários.

A instalação das novas Comissões Administrativas Municipais começou por ser um dos primeiros grandes problemas, tanto quando o governador se confrontava com o imobilismo ou a reação contrária às diretivas governamentais, ou quando tinha que ser travão a alguns impulsos extemporâneos. Neste sentido temos, por exemplo, o abaixo-assinado recebido ainda pelo governador interino, em junho de 1974, vindo do Pedrógão Grande e onde era exigida a recondução no lugar do anterior presidente da Câmara, Adelino Pereira Marques, sem dar azo a *alterações revolucionárias*, ou à nomeação de uma Comissão Administrativa.

Só no dia 1 de agosto, a DGAL-Direcção Geral da Administração Local mostrava vontade em querer impôr algumas regras e dava instruções para a instalação das novas Juntas de Freguesia cujas comissões, ao surgirem de um plenário popular ou

---

<sup>343</sup> Luis Trindade assinava sempre: *servindo de governador civil, o secretário do Governo Civil*, nunca tendo assumido o posto como interino. Para além das alterações da própria Administração, própria do período revolucionário e para as quais ele era o elo de ligação com os ministérios, com a Junta de Salvação Nacional, ou com as Forças Armadas, teve ainda que gerir politicamente a emotividade e convulsões que sucederam um pouco por todo o distrito. Manteve-se como secretário durante os mandatos de seis governos civis diferentes. Vd. ADLRA/GCLRA/D/028, *Correspondência expedida, abril-setembro 1974*. Importa notar, contudo, que uma das dificuldades de consulta no fundo do governo civil existente no Arquivo Distrital de Leiria, são os diversos processos vazios, sobretudo relativos à demissão de presidentes de Câmaras e de Juntas de Freguesias, assim como de outras situações que suscitaram controvérsia social e política.



partidário, deveriam ter o parecer do Governo Civil para posterior despacho do Ministro da Administração Interna. Na mesma linha, a mesma Direção Geral, no dia 21 ainda de agosto, informava que o Ministério não reconhecia (...) *comissões de inquérito para saneamentos no interior dos corpos administrativos* (...), recomendando que também deveriam ser reintegrados os que haviam sido forçados a sair dos serviços da Administração Pública, por motivos políticos, antes de 1974<sup>344</sup>. O regime começava a querer zelar pela justiça em relação aos que haviam sido lesados durante o Estado Novo, ao mesmo tempo que evitava “degolas administrativas”, situação semelhante ao que acontecera na I República, de modo a evitar a rutura na Administração.

Noutro sentido, temos a carta que o PS de Leiria fez chegar, a 6 de novembro de 1974, ao governador Rocha e Silva, queixando-se da desequilibrada constituição da Comissão Administrativa camarária da cidade, visto que os vogais do MDP/CDE com os do PCP formavam a maioria, para além de os resultados das reuniões naqueles partidos não terem legitimidade pelo facto do voto não ser secreto. O governador despachou a 29 do mesmo mês: (...) *arquite-se e não se ligue. Só o governo pode interferir no assunto*<sup>345</sup>. Joaquim da Rocha e Silva resistiu a toda a turbulência do período revolucionário, mantendo-se quase quatro anos e meio, entre outubro de 1974 e fevereiro de 1979, mesmo quando tinha que se opor ao seu próprio partido.

As ocupações de empresas por trabalhadores, ou os saneamentos, foram outros casos de grande melindre com os quais o primeiro governador se deparou. Em dezembro confirmava-se já a crise do setor vidreiro, não só com as dificuldades competitivas face à produção estrangeira, mas também com as convulsões laborais que se verificavam<sup>346</sup>. Contudo, estes casos foram recorrentes não só na Marinha Grande e na Vieira, os dois centros mais ativos no que tocava às movimentações operárias, mas também em Castanheira de Pera e Leiria, ou até mesmo em localidades de forte pendor conservador como era o caso da Batalha. Em localidades pequenas, como esta, em que os empregadores eram muito poucos mas com larga influência, ao que se juntava o forte ruralismo e o conservadorismo católico, a tendência antirrevolucionária era sempre

---

<sup>344</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência*, cx. 811.

<sup>345</sup> *Idem/ibidem*, cx. 836. Trata-se de uma carta timbrada e assinada pelo presidente da Comissão Concelhia do PS, de 6 de Novembro.

<sup>346</sup> Em 26 de dezembro de 1974, as principais fábricas da Marinha Grande, umas intervencionadas e outras ainda não, faziam chegar uma exposição conjunta ao Governo Civil face à grave crise que as afetava, o que se confirmaria com o fecho sucessivo de várias, nos anos seguintes.

muito forte, o que torna mais surpreendente a ocupação da Estalagem da vila que era um espaço turístico de elevada qualidade.

Este foi um exemplo de um processo turbulento que levou à prisão temporária do proprietário pelas forças militares e a interrogatórios feitos por civis não identificados, ao mesmo tempo que a população era mobilizada contra a nova gestão da comissão de trabalhadores. Entre maio e julho de 1975, exatamente nas vésperas do chamado *verão quente*, Rocha e Silva desdobrar-se-ia em contatos com os militares, com o Sindicato dos Trabalhadores de Hotelaria, com a própria Comissão de Trabalhadores e com a Comissão de Saneamento e Reclassificação, para a melhor saída da situação sem colidir com as eventuais justas reclamações dos trabalhadores, sem afrontar o proprietário e família, pessoas do seu conhecimento pessoal e sem provocar reações extemporâneas na população<sup>347</sup>.

Uma outra faceta da “magistratura de influência” poderá estar patente no hábito, desde cedo criado, com o meritório apoio às causas cívicas e nos subsídios aleatórios atribuídos a diversas associações do distrito, sobretudo ao apetrechamento dos corpos de bombeiros, assim como na abundante faturação de restaurantes, arquivada como documentação confidencial, sobretudo nos meses que antecederam as eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975 e para as Legislativas, em 1976<sup>348</sup>.

Precisamente, neste ano de 1976, uma nova questão se levantava com o apoio e alojamento a garantir aos desalojados das ex-colónias, os “retornados”. A instalação e o funcionamento da delegação de Leiria do IARN-Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, que havia sido criado em setembro do ano anterior, foi um problema continuado e que se prolongou por alguns anos. A situação económica no regresso apressado de muitos, a deficiente perceção das razões que o motivaram, as dificuldades de alojamento temporário e a garantia da dignidade pessoal para centenas de regressados, os conflitos frequentes, o controlo das verbas e os esforços para reintegração de todos, tudo isto foi uma nova contingência que o governador teve que encarar numa ação de atenção permanente como é visível na extensa documentação produzida<sup>349</sup>.

---

<sup>347</sup> O processo desta ocupação encontra-se em ADLRA/GCLRA/D/027, *correspondência confidencial*, cx. 41.

<sup>348</sup> Idem, *ibidem*, mesma caixa, e ainda Idem, *ibidem*, cxs. 893 e 894.

<sup>349</sup> Vd. *inter alia*, Idem/D/028, *correspondência*, cx. 902 e outras.

Ao mesmo tempo que o governo assumia a preocupação no combate ao analfabetismo e na aposta na subida de nível escolar dos portugueses, Rocha e Silva era um intermediário junto às Câmaras Municipais para serem estudadas condições para a construção de novas escolas do Ensino Preparatório (últimos ciclos do Ensino Básico).

Por outro lado, a proximidade da nova Constituição da República, com o anúncio da criação de Regiões Administrativas, colocou o governador numa atitude de prudência, sem tomadas de posição pública, sabendo-se, no entanto, que não era um adepto por achar que existiria maior eficácia com a manutenção dos distritos<sup>350</sup>. Estas foram as questões que se mantiveram durante todo o mandato e que, apesar da mudança de governo, se estenderam para o governador civil seguinte.

O empresário José Augusto dos Santos da Silva Marques, do PPD/PSD, foi quem se seguiu. Esteve cerca de um ano, ao tempo do governo de coligação PPD/CDS, optando por uma interventiva carreira de deputado, com o governo de Cavaco e Silva, tendo chegado a presidente do Grupo Parlamentar do PPD/PSD e assim, nos poucos meses em que esteve no governo civil de Leiria, deu continuidade àquilo que o seu antecessor do PS vinha a desenvolver, acabando por ser um mandato de transição. Era já a fase de estabilização progressiva do regime, esta da passagem de Silva Marques, que tinha um passado de opositor ao Estado Novo e chegado a militar clandestinamente no PCP, tendo posteriormente aderido ao PPD/PSD e sido nomeado para a direção da Segurança Social de Leiria. Após a prestação parlamentar, acabaria por vir assegurar a gestão de empresas suas, no concelho de Porto de Mós, sem mais intervenção política direta.

O médico Rui Manuel Lemos Garcia da Fonseca, igualmente do PPD/PSD, manteve-se cerca de 12 anos ao longo de grande parte do consulado do 1º ministro Aníbal Cavaco e Silva. Foi um tempo em que este médico foi ator na mudança de um País saído de um período revolucionário e que, com sobressaltos sociais de permeio, viria a aderir à CEE-Comunidade Económica Europeia. Em abril de 1985, o *Jornal de Leiria* denunciava situações de fome e de salários em atraso, tal como em junho iniciava

---

<sup>350</sup> Para os vários processos de criação de escolas do Ensino Preparatório, vd. Idem/*ibidem*, cx. 903. Acerca do prenúncio do processo de regionalização, o jornal *Região de Leiria*, 24 janeiro 1974 e seguintes, abriu uma campanha sobre o assunto durante vários números, com base na criação de cinco regiões e de duas grandes áreas urbanas, sendo Leiria integrada no centro, numa região denominada “Beiras”, o que não era aceite pela generalidade das elites leirienses. O governador civil, Rocha e Silva, nunca tomou posição pública mas, mais tarde, quando já não exercia funções, ouvimos de viva voz que não era um entusiasta, argumentando que as grandes questões que teve de enfrentar, teriam sido de resolução muito mais difícil se não estivessem confinadas a uma coordenação distrital.

a campanha contra uma anunciada central térmica a carvão, para uma zona de fronteira entre os concelhos de Leiria e de Pombal<sup>351</sup>. Eram problemas de extrema gravidade, os quais Garcia da Fonseca elencou como prioritários numa entrevista que deu ao *Região de Leiria*, em 31 de janeiro de 1986, ano em que ainda se viveram situações efervescentes, em fevereiro, na Marinha Grande, durante a campanha eleitoral de Mário Soares.

Estava-se em novo ciclo político com a primeira conquista, em eleições, de uma maioria absoluta. Portugal confirmaria ainda a sua adesão à União Europeia, na altura CEE, o que permitiu que os tempos levassem a um novo crescimento económico. Em novembro de 1984, já havia sido concretizado o alojamento dos desalojados das ex-colónias com a construção de um bairro social, em Leiria, para os mais carenciados. Foi também construída a primeira Escola Superior, a de Educação, que iniciou funções em 1986, continuando as diligências para a instalação definitiva do Instituto Politécnico com uma segunda Escola Superior, agora a de Tecnologia e Gestão que abriria em 1990. Foram ainda iniciadas, em 1987, as negociações para cedência de terrenos por parte da Câmara para a construção do novo Hospital Distrital, assim como da vinda de uma delegação da Polícia Judiciária para Leiria, ou também o fecho da auto-estrada nº 1 que passou a servir Leiria.

Nessa senda de reajustamentos desenvolvimentistas, era conseguido o necessário entendimento social para se iniciarem as demolições das habitações clandestinas que, desde 1975, tinham ocupado quase toda a orla marítima, em particular na estância de S. Pedro de Muel<sup>352</sup>, para além de inúmeros licenciamentos e apoios a coletividades, de uma forma bem demonstrativa dos benefícios que bafejaram o País com a adesão à União Europeia<sup>353</sup>. O distrito de Leiria mostrava índices de crescimento de tal forma otimistas que, mesmo na Marinha Grande onde a crise do vidro continuava, tal como a dos plásticos em Leiria, muitas empresas eram recicladas garantindo o emprego aos

---

<sup>351</sup> *Jornal de Leiria*, de 18 abril 1985 e seguintes, para a grave situação de salários em atraso em diversas empresas em crise. O mesmo jornal, a partir de Junho, tal como o *Região de Leiria*, a partir de maio e outra imprensa, abririam uma campanha denunciando o *crime ambiental* com a possibilidade de instalação dde uma central a carvão no distrito.

<sup>352</sup> Estas habitações sem qualquer licenciamento, ordenamento, ou outras condições infra-estruturais, criaram uma enorme mancha ao longo da orla marítima, entre a Praia do Pedrógão e a Nazaré, acabando por ser um grave problema legal, ambiental e turístico. As ordens de demolição destas casas começou por se confrontar com grandes oposições dos proprietários. Com as políticas governativas e a acção local do governador civil, o processo acabaria por avançar sem problemas de maior. V. *inter allia*, *Diário de Leiria*, de 20 novembro 1987

<sup>353</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência*, cx. 108-E-16.

operários, com novas apostas como a crescente indústria dos moldes, ou outras tecnologias de ponta.

A entrada de dinheiro oriundo de programas europeus de ajuda teve um crescimento em dez anos acima de 100% em relação ao arranque do FEF-Fundo de Equilíbrio Financeiro e do FEDER-Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional. Em Leiria, o primeiro terá permitido uma entrada de 628.358\$00, em 1986 e de 1.557.870\$00, em 1993, enquanto o segundo entre 1986 e 1988 significou a entrada de 701.149\$00, sendo de 16.265.722\$00, entre 1988 e 1993<sup>354</sup>.

A saída de Garcia da Fonseca, em dezembro de 1991, motivou uma movimentação com alguma movimentação multipartidária no sentido de continuar no cargo, apesar do governo continuar assente numa maioria parlamentar do PPD/PSD e acabar por ser nomeado um ex-autarca daquele partido, que se manteria cerca de cinco anos. Francisco Coutinho, anterior presidente da Câmara da Batalha, derrotado nas eleições de 1990, via o partido a confortá-lo com aquela nomeação.

Com a vitória do PS, em 1996, seria nomeado um outro ex-autarca socialista, Júlio Henriques, que havia sido presidente da Câmara em Castanheira de Pera e perdera, de forma inesperada, as eleições de 1994, sendo também assim alvo de um reconhecimento pelo seu partido com a nomeação<sup>355</sup>. Assumiu ele próprio tratar-se de uma nomeação de curta duração atendendo à previsão da extinção dos distritos e a concretização das novas regiões administrativas, conforme apontava o próprio programa do governo, o que não viria a acontecer. Foi este debate que caracterizou o ano de mandato de Júlio Henriques que, apesar das clivagens quanto a esta questão, geriu com grande popularidade os contactos que fez ao longo da sua permanência até ser nomeado presidente do Serviço Nacional dos Bombeiros, atendendo, além do mais, aos seus conhecimentos como anterior autarca de uma região crítica na época dos incêndios, Castanheira de Pera.

Carlos Ascenso André, também socialista, seria o último governador civil do séc. XX, tomando posse em 1997. Professor universitário, natural do concelho de Leiria, ao assumir funções quase no momento em que se verificou a derrota da

---

<sup>354</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, pp. 573 e 583.

<sup>355</sup> Júlio Henriques era um autarca que ganhara eleições anteriores por larga margem, tendo sido dada previamente como certa a sua reeleição. Contudo, os níveis de abstenção levaram a que perdesse pela diferença de um voto, o que o tornou num caso verdadeiramente exemplar no que toca às previsões face aos resultados.

regionalização em referendo, passou a ser visto como o advogado do distrito junto ao governo central, gerindo de forma satisfatória para os interesses locais a grave crise vidreira na Marinha Grande que mais uma vez caíra sobre as fábricas de produção artesanal, que ainda funcionavam, e levava a uma sucessão de falências de empresas de referência. Além disto, intermediou no descontentamento das populações e dos partidos da oposição, decorrente da implantação do processo da coíncineração que esteve prevista para a cimenteira da Maceira-Lis, o que acabaria por não acontecer.

### **Governadores civis: prosopografia**

Dos seis governadores, após outubro de 1974, o primeiro, o quinto e o sexto eram militantes do PS, enquanto os segundo, terceiro e quarto eram militantes do PPD/PSD, correspondendo às maiorias legislativas que davam suporte aos governos.

Todos estavam radicados, profissional e familiarmente, no distrito, sendo quatro naturais de localidades deste território administrativo. Destes, um era natural do concelho de Leiria e dois ainda viviam nesta cidade há longos anos, querendo isto dizer que a representação do governo assentou, durante o regime democrático, na confiança em personalidades locais, de alguma forma prestigiadas, ou de mérito reconhecido pelos partidos políticos.

As figuras de referência pela sua experiência ou passado oposicionista ao regime autoritário, foram as escolhidas para os anos que se seguiram à revolução democrática. O primeiro governador, Joaquim da Rocha e Silva, tinha já 70 anos quando foi nomeado e era um professor respeitado para além do seu passado oposicionista; o segundo, tendo apenas 41 anos de idade à data da nomeação, empresário, e militando já no PPD/PSD, havia sido opositor ao regime autoritário com militância no PCP, tendo chegado a viver na clandestinidade; o terceiro, o médico Rui Garcia da Fonseca, com 62 anos quando foi nomeado, granjeava igualmente grande respeitabilidade. A partir daqui, com o regime consolidado, baixou a média de idades, ganhando evidência o mérito reconhecido pelos partidos.

No que tocava tanto à formação académica como às áreas profissionais, em seis personalidades, temos quatro habilitados com cursos superiores. O primeiro (PS), era professor do ensino técnico e consultor de empresas, o que se refletia num largo espectro

de conhecimentos em áreas políticas diversas; o segundo (PPD/PSD), era economista e empresário; o terceiro (PPD/PSD), era médico; o sexto (PS), era professor universitário.

Não só a popularidade, como o reconhecimento social dos nomeados se mostrava importante, como o lastro de conhecimentos que facilitassem a argumentação no discurso político, era levado em conta.

Mesmo o quarto governador, que completaria posteriormente os estudos universitários, vinha já do ensino secundário, para além de ter deixado recentemente a presidência da Câmara Municipal da Batalha, configurando aqui um reconhecimento partidário (PPD/PSD) semelhante ao que se passaria com o quinto (PS) que, sendo funcionário público, também perdera a presidência de Castanheira de Pera.

Tendo em conta as idades, os possíveis critérios de recrutamento, os percursos, ou *cursus honorum*, não ganham uma evidência extraordinária. O cargo parece ser mais relevante como ponto de chegada do que como posto catapultador para uma carreira de ascensão.

Na verdade, parece mais importante o percurso antecedente que permitia ali chegar, que o destino posterior. O primeiro governador (PS) era um reconhecido professor e consultor contabilístico, com passado oposicionista e após a passagem pelo Governo Civil retirar-se-ia da política ativa; o segundo (PPD/PSD), era um médico conceituado, tendo passado pela Câmara de Leiria, ainda ao tempo do Estado Novo, vindo depois a deter o cargo quase honorífico de presidente da Assembleia Municipal; o terceiro (PPD/PSD), foi igualmente oposicionista, empresário e dirigente do serviço de Segurança Social, vindo a ser depois, ainda, um ativo presidente do grupo parlamentar do partido, mas apesar de ter sido o único a fazer um início de carreira política, acabou por se retirar para os seus afazeres empresariais; o quarto (PPD/PSD), havia sido, antes, presidente de uma Câmara Municipal até perder umas eleições e retirar-se-ia da política ativa, igualmente, depois da passagem pelo cargo, enveredando por um escritório de advocacia; o quinto (PS), fora também presidente de uma outra Câmara Municipal do distrito, vindo a ser nomeado, após a passagem pelo Governo Civil, presidente do Serviço Nacional de Bombeiros, retirando-se de seguida da vida política; e o sexto (PS), com uma anterior passagem pela Assembleia Municipal de Ourém e sendo professor universitário, desenvolvendo uma atividade cultural visível, veio depois a manter a atividade política como deputado municipal e renunciaria ao cargo de deputado na Assembleia da República para o qual chegou a ser eleito, tendo uma curta experiência

num projeto empresarial e assumido funções diretivas numa Faculdade da Universidade de Coimbra, cargo que não corresponde a uma nomeação de confiança política, mas a eleição pelos seus pares.

Poderíamos interpretar, num primeiro olhar, o cargo de governador civil nos 26 anos de regime democrático, no final do séc. XX, não tanto como uma etapa ascensional na carreira política, mas como um prémio ou reconhecimento de fim de carreira. No entanto, não seriam despiciendo os conhecimentos ativados no cargo que poderiam ser de grande utilidade em atividades posteriores que não fossem, exatamente, de política ativa.

## A CÂMARA DE LEIRIA NO REGIME DEMOCRÁTICO

### A transição

A Câmara de Leiria é um exemplo da continuidade de uma elite política local entre os regimes autoritário e democrático. A inexistência de uma rutura nítida terá a ver com alguns fatores como os que seguem:

- a proximidade e interdependência das elites económicas locais, mesmo quando são concorrentes;
- o conservadorismo marcado pela influência das organizações próximas da Igreja Católica;
- a inexistência de um proletariado permeável às ideologias de rutura, a não ser na Marinha Grande<sup>356</sup>;
- uma pequena burguesia, oriunda do comércio e dos serviços, assim como as camadas populares urbanas, dissociada dos líderes da anterior oposição democrática;

---

<sup>356</sup> A partir da década de 60 assistiu-se, em Leiria, ao grande desenvolvimento da indústria dos plásticos, para além da cerâmica, das madeiras e mais tarde, dos moldes, como já vimos. Contudo, o operariado local era rural, mantendo sempre as suas courelas ou outros meios complementares que lhes permitissem auferir mais alguns proventos. Estas condições, ao que se juntavam, muitas vezes, as relações parentais ou de vizinhança com os patrões, não criaram em Leiria um proletariado no sentido marxista, mas antes, rurais, pequenos proprietários, que tinham na fábrica, não apenas a “venda da força do trabalho”, mas uma razão remuneratória que juntavam a outros pequenos rendimentos.



- uma classe média diminuta, constituída por profissionais liberais e quadros superiores, e igualmente dissociada tanto da pequena burguesia urbana como do mundo rural.

A composição dos órgãos diretores da maioria das organizações de interesses, na fase final do Estado Novo, era demonstrativa da proximidade de notáveis com interesses diferentes na política, na economia, ou na sociedade, mas que se cruzavam de forma insistente nesses mesmos órgãos sociais. Como já vimos, também foi clara a influência das elites eclesiásticas diocesanas e do efeito de Fátima sobre as opções políticas, tendo sido estas condicionantes que caracterizaram a transição de regimes ao que se juntou, igualmente, a transição da estrutura da ANP, em particular para o novo PPD.

Excetuando a perturbação própria dos meses que se seguiram à revolução, ou uma ou outra demissão sem retorno consequente dessa mesma perturbação, a maioria dos notáveis e detentores de cargos de topo nos serviços administrativos desconcentrados acabou por ser integrada no novo regime e vários vieram a protagonizar situações como antes não o tinham feito. A Câmara de Leiria é um desses exemplos de reintegração e continuidade. Passado o tempo da Comissão Administrativa inicial e do seu presidente, o militar Rui Carvalho dos Santos, nomeado em agosto de 1974, os três presidentes que se seguiram até ao ano 2000 demonstram essa continuidade de protagonistas entre os regimes.

O anterior presidente, Bernardo Pimenta, pediu a exoneração a 3 de maio, logo após a confirmação dos ventos da mudança com o 1º de maio de 1974. Foi o vice-presidente, o professor do Ensino Primário, Vitor Gonçalves, que ficou a presidir ao Executivo Municipal, não se vislumbrando nem a renúncia coletiva da Câmara que vinha do anterior regime, nem indicações por parte do Governo nesse sentido. Como vimos, também o último governador civil do regime autoritário, Manuel Machado, havia renunciado a 27 de abril e não havendo, de imediato, outra nomeação, ficou o secretário do Governo Civil, Luis Trindade, como interino.

O pedido de exoneração do presidente da Câmara foi entregue em manuscrito e pessoalmente ao governador interino, para este o fazer seguir para o ministro da Administração Interna. Vitor Gonçalves, para garantir a gestão municipal, informava no dia 7 de maio que se punha (...) *incondicionalmente à disposição da Junta de Salvação Nacional* (...), ressaltando, todavia, que era (...) *com imenso prejuízo da minha vida*

*profissional*<sup>357</sup>. As instituições, para já, pareciam continuar a funcionar com a saída de uns dirigentes, mas com a manutenção de todo o corpo intermédio. A 13 de maio, por exemplo, Vitor Gonçalves ainda diligenciava, junto da Direcção Geral do Ensino Superior, e sugeria onde poderiam existir terrenos disponíveis para a instalação de uma Escola Politécnica<sup>358</sup>.

Com o tempo, acabariam por surgir os primeiros sobressaltos. O Partido Comunista estava organizado na Marinha Grande, mas não tanto em Leiria, apesar da proximidade geográfica a cerca de 10 km, e de alguns dirigentes serem naturais e residirem nesta cidade. De facto, os rostos da anterior Oposição leiriense enveredavam por rumos partidários mais liberais, como era o caso de José Ferreira Júnior que optava pelo PPD, Vasco da Gama Fernandes que passava a militar no PS, e José Henriques Vareda, advogado com largo trabalho na defesa de vários comunistas, passou a liderar o MDP/CDE local, na verdade o mais próximo do PCP.

César de Oliveira, referindo-se ao País, fala numa generalizada (...) *ruptura com os municípios corporativos*<sup>359</sup>. Contudo, em Leiria, não foi assim que aconteceu de imediato. Não se registou por cá qualquer movimentação da CDE no sentido de ser apressada a nomeação do governador civil, nem surgiu nenhuma Comissão de Trabalhadores na Câmara que assumisse o *poder local*, ou um Centro Popular “25 de Abril” que explicitamente reclamasse a *gestão democrática da Câmara*.

Enquanto o PS e o PPD se procuravam organizar, a CDE foi, na verdade, mais lesta e convocou um plenário popular para o dia 23 de maio, no Ateneu Desportivo de Leiria, num espaço onde caberia um máximo de 100 pessoas. Daqui, sairia uma lista de democratas que, no dia seguinte, foi entregue ao comandante do Regimento de Infantaria 7 e de onde deveria sair a próxima Comissão Administrativa Municipal. Nesse mesmo dia, 24, estando marcada uma reunião ordinária da Câmara Municipal, os militantes da CDE irromperam por ela exigindo a exoneração coletiva do Executivo e a entrega do poder municipal àquele grupo partidário, argumentando que seriam estes

---

<sup>357</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, cx. 825.

<sup>358</sup> É, talvez, uma das primeiras informações sobre a possibilidade de vinda do Ensino Politécnico para Leiria. A Câmara confessava-se surpreendida com uma carta da referida Direcção Geral, de 19 de abril, ainda anterior à queda do regime autoritário, que solicitava um espaço de 20 a 30 há onde pudesse ser instalada uma escola deste nível de ensino. No dia 13 de maio, Vitor Gonçalves respondia que não existiam terrenos municipais disponíveis com aquela área, mas indicava os terrenos anexos à Prisão-Escola, onde anos mais tarde e sem aparente relação directa com estas diligências, os edifícios do Politécnico seriam instalados. Vd. Idem/*ibidem*, cx.840.

<sup>359</sup> Para esta citação e interpretações seguintes vd. OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, pp. 349-351.

quem melhor estava preparado para representar o Povo. A renúncia coletiva não aconteceria por não ser reconhecida a legitimidade do ato, mas Vitor Gonçalves pediria a demissão no dia seguinte, apesar de se manter em funções até 18 de junho<sup>360</sup>.

O certo é que estas manifestações aceleraram o processo de constituição de uma Comissão Administrativa Municipal, levando o comandante do Regimento de Infantaria 7, José Bastos Pinto, a arbitrar a situação, como mandatário do MFA-Movimento das Forças Armadas e da JSN-Junta de Salvação Nacional. Nas imediatas reuniões com os partidos, foi apontado o nome de Afonso Acácio de Carvalho Pinto de Abreu Serra, diretor da Escola Preparatória D. Dinis, para presidir àquela Comissão. No entanto, a 6 de junho este professor apresentaria escusa para a nomeação<sup>361</sup>.

Em nova reunião do dia 17 de junho entre aquele militar e os representantes da CDE, do PPD, do PS e do PCP, foram aprovados nomes para vogais da Comissão Administrativa. No entanto, não havia lugares suficientes para que todos os partidos ficassem representados em igual número, não deixando o PCP e a CDE de rejeitarem a proposta que a representação de um deles pudesse ser feita pelo outro, o que acabaria por levar a que fosse o PPD a ter apenas um representante<sup>362</sup>.

Nesse dia, 17 de junho, também se dava a substituição de Vitor Gonçalves na presidência interina da Câmara cessante por um outro vereador, o solicitador Carlos Pimenta, mas seria mais tarde, só após a exoneração do diretor geral da Administração Autárquica, no dia 3 de julho que, no dia 8 deste mês, a Câmara foi formalmente dissolvida, sem sofrer qualquer vaga de *assaltos democráticos* como aconteceu com outras Câmaras resistentes, e acabando a vereação presidida por Carlos Pimenta por se manter em funções mais algum tempo<sup>363</sup>.

No dia 18 de julho, ainda se negociava, e só após alguns dias foi acordada entre o comandante de Infantaria 7, o comandante da Região Militar, sedado em Tomar, e o governador civil interino, Luis Trindade, qual a informação que deveria ser enviada ao ministro da Administração Interna por já haver um nome de uma personalidade recetiva

---

<sup>360</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência cit.*, cx. 825. A relação dos democratas surge numa carta enviada, no dia 31 de maio pelo comandante do Regimento ao governador civil interino, assegurando a ilegitimidade da pretensão.

<sup>361</sup> Idem, *ibidem*. O comandante do Regimento dá esta informação no próprio dia ao governador civil interino.

<sup>362</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>363</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, p. 351. O autor caracteriza esta onda de *assaltos democráticos* como uma forma do MDP/CDE impôr as Comissões Administrativas Municipais de acordo com os seus critérios.

para presidir à Comissão Administrativa, o coronel Rui Carvalho dos Santos, natural de Leiria. Passado um mês, no dia 19 de agosto, três dias antes da tomada de posse da nova Comissão, Luis Trindade já nomeava o vogal mais velho desta Comissão, Joaquim Marques Confraria, do PS, para assumir funções como presidente interino até à posse definitiva do novo corpo municipal e para se inteirar dos processos existentes<sup>364</sup>. Só em 22 de agosto entraria em funções a Comissão Administrativa Municipal, quatro meses depois da revolução<sup>365</sup>.

A estabilização do regime coincidiu com a revitalização económica da década de oitenta e a chegada das ajudas financeiras europeias. Em termos sociais, os períodos dramáticos das falências, dos salários em atraso e do desemprego pareciam ter soluções alternativas e consumava-se a integração dos que haviam retornado das ex-colónias cuja dinâmica de sobrevivência acabaria por ser, também, um motor económico da Região.

Por outro lado, o crescimento que se adivinhava em Portugal, em particular no litoral e em Leiria, atraía gente e fez cair os índices de emigração por não se vislumbrarem já na Europa os sonhos de riqueza das décadas anteriores. De quase 13/1000 que emigravam em 1973, quinze anos depois, não chegavam a 1/1000, verificando-se, pelo contrário, o regresso de muitos emigrantes e de outros luso-descendentes<sup>366</sup>.

Até ao ano 2000, a hegemonia do PPD/PSD assentou em pressupostos conservadores, aos quais não seria alheia a forte presença da Igreja Católica e o recrutamento feito em individualidades vindas de áreas profissionais de grande impacto público com ligações, ora diretas, ora familiares, às antigas estruturas da ANP. Esta influência foi uma das razões da longevidade dos presidentes nos cargos, como se verificou depois de 1974.

No entanto, já o mesmo não se passou com os outros elementos que integraram os vários Executivos camarários. Em 41 anos, entre 1933 e 1974, tinham passado 45

---

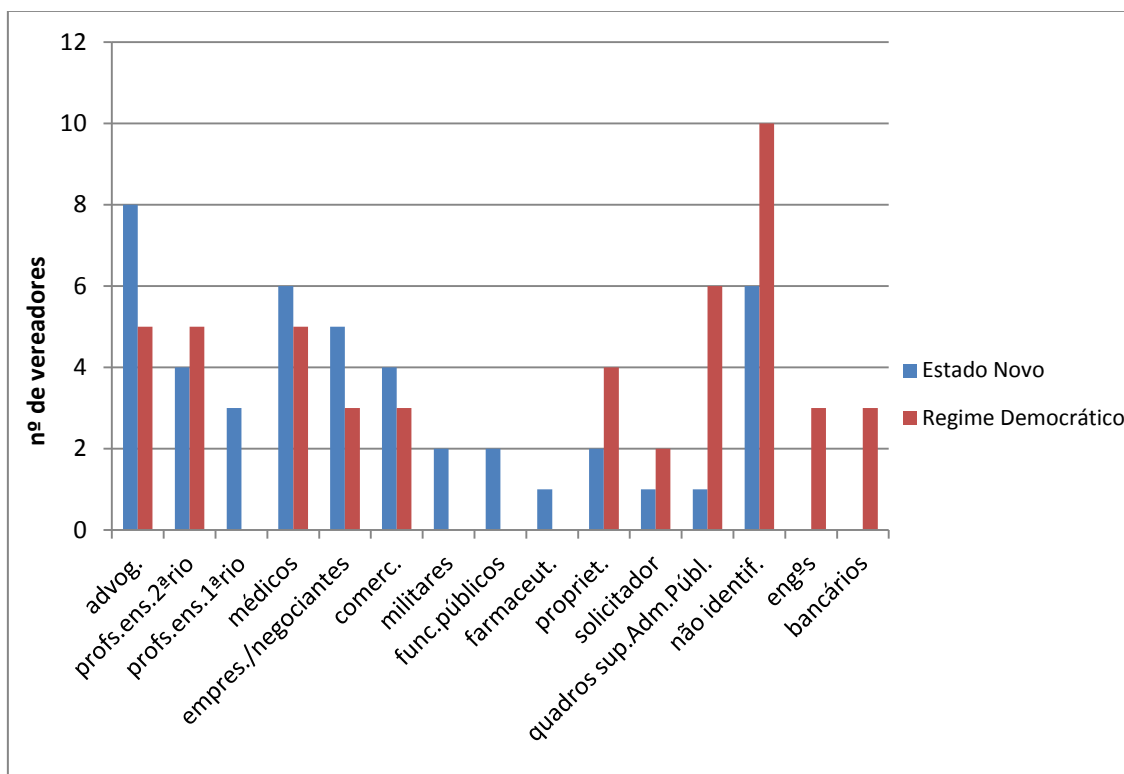
<sup>364</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência cit.*, cx.825. Rui Carvalho dos Santos, sendo natural de Leiria, estava a prestar serviço fora tornando-se necessário dar andamento a diversas diligências para esta nova nomeação, o que demorou o processo. Era um oficial liberal, com um perfil de grande humanidade e gerador de consensos, como era reconhecido, tanto pela generalidade dos militares subordinados que trabalharam com ele, como por aqueles com quem trabalhou na Câmara, no Turismo e nas diversas associações onde colaborou.

<sup>365</sup> Idem, *ibidem*. Informações de Luis de Almeida Trindade, *servindo de governador civil*, ao ministro da Administração Interna, em 19 de agosto.

<sup>366</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, citando o INE como fonte, dá os índices de emigração, para Leiria, em 1973: 12,97/1000; e em 1988: 0,99/1000.

vereadores, enquanto nos 23 anos seguintes, após 1974 até 2000, passaram 48 indivíduos pelas diferentes vereações, o que revela a necessidade de satisfazer um maior leque social, passando a ser a representação das freguesias nos Executivos uma marca sempre evidente. Daqueles 48, o quadro profissional, foi como segue:

**gráfico 28: Regime democrático, comparação das profissões dos vereadores da Câmara de Leiria, no regime autoritário e no regime democrático<sup>367</sup>**



Apesar da diversidade profissional não ser muito diferente, o certo é que se observa um reforço das áreas mais técnicas no regime democrático, vista a necessidade de ir agora buscar gente conhecida nas populações, e também o progressivo ecletismo da gestão municipal com a rápida e contínua delegação de novas competências no poder local. No regime autoritário não só esta noção de poder local não existia, como as Câmaras estavam dependentes do interesse nacional, ou das diretrizes governamentais e consequente libertação de créditos para as prioridades do desenvolvimento municipal.

<sup>367</sup> CMLRA/AH/C/E/10/Eleições, 1976-1997. Vd.também Quadro D/6, vol.II do presente trabalho (Anexos).

A coincidência na composição camarária nos dois regimes está na representação de género. A última vereação no regime anterior integrou, pela primeira vez, uma mulher. Entre 1974 e 2000, surgiu, apenas, uma vereadora em substituição, e uma outra mulher foi diretamente eleita mas, desta vez, presidente, em 1998. Só depois, nos primeiros anos do séc. XXI, a representação feminina surgiria com notável pujança.

### **A Comissão Administrativa Municipal**

A equipa camarária, presidida pelo militar Rui Carvalho dos Santos, integrava três vogais do PS: o industrial Adelino Ferreira Carvalho, o engenheiro Joaquim Vieira Pereira e o comerciante Joaquim Marques Confraria; dois vogais da CDE: o gerente de hotelaria Luis Martinho da Silva Santos, e o professor Vitor Manuel Marques; dois vogais do PCP: o advogado José Guarda Ribeiro e o contabilista Fernando Antunes Canais; um vogal do PPD: o engenheiro Diamantino Carvalho Henriques Seco.

Desde cedo a pretensão de mostrar obra foi evidente, começando, como impunha a circunstância, por fazer um levantamento das dívidas do município e pedindo um empréstimo bancário, logo em novembro, para a construção de um novo mercado que acabaria por vir a ser construído anos mais tarde. Nas primeiras medidas, constou ainda a aquisição de terrenos para as feiras semanais e anuais e profundos melhoramentos no parque desportivo<sup>368</sup>.

Não tendo sido no mandato desta Comissão Administrativa que qualquer destas obras avançou, no entanto, o arranjo de estradas municipais, de escolas, de fontenários e a eletrificação das freguesias rurais foram a prioridade deste Executivo que, tendo apenas dois anos para o exercício do mandato, acabou por dar prioridade à regulamentação da construção e urbanismo, numa época em que a euforia revolucionária levava a diversas quebras das prescrições regulamentares.

---

<sup>368</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência*, cx. 826.

## A primeira Câmara eleita

Em 12 de dezembro de 1976 realizaram-se as primeiras eleições municipais do novo regime e iniciava-se agora, verdadeiramente, o início de uma nova ideia de gestão autárquica e democrática. As autarquias, passados 50 anos, não só voltavam a ter as suas Câmaras diretamente eleitas, através de um sufrágio universal que nunca chegara a haver na I República, como o governo central lhes começou a atribuir competências e meios de financiamento que sustentariam o conceito de “poder local”. Tratava-se de um conceito de gestão municipal independente da anterior tutela dos Governos Cívicos, dependente do Estado central em termos de fiscalização e da organização territorial, mas autónoma em termos de influência política e de decisão na execução de políticas públicas locais, desde que fossem enquadradas no que era legalmente prescrito.

Passava, a partir de agora, a consumir-se a perspetiva constitucional aprovada neste mesmo ano, que garantia algumas ambições de descentralização nas atribuições dadas aos vários níveis de autarquias (freguesias, municípios e futuras regiões administrativas), cabendo ao Estado a correção de desigualdades<sup>369</sup>.

Nestas primeiras eleições, é interessante confrontar os resultados nacionais com os concelhios, no que toca às organizações políticas que conseguiram eleitos<sup>370</sup>:

Partidos	País		Concelho de Leiria	
	% nac.	Nº total de mandatos	% concelhia	Nº de mandatos
PS	33,01	691	24,48	2
PPD	24,30	624	37,50	4
CDS	16,62	217	25,52	3

<sup>369</sup> Para estes parágrafos e sobre esta perspetiva do novo “poder local” vd. OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, pp. 354 e 385 ao referir RUIVO, Fernando, *Portugal, um retrato singular*, Porto, Afrontamento.

<sup>370</sup> COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, CNE, *Resultados Eleitorais*, [www.portaldoeleitor.pt/historicoderesultados](http://www.portaldoeleitor.pt/historicoderesultados).

Carlos Pimenta, o anterior vereador do último Executivo de Bernardo Pimenta, confirmava a transferência do aparelho captador de votos da antiga ANP para o PPD, tendo sido convidado para liderar a lista deste partido que levava ainda outros protagonistas da fase final do anterior regime. Não só pela sua profissão de solicitador, como pela sua ação associativa no Grémio Literário e no Rotary Club, mas sobretudo por estar ligado à fundação e ter sido um dos primeiros dirigentes da União Desportiva de Leiria, era uma personagem que granjeava popularidade ao que acrescia o facto de, apesar da colaboração na última Câmara do regime anterior, estar razoavelmente relacionado com os meios oposicionistas.

Os partidos da direita política mostravam a sua pujança no concelho, tendo o PPD/PSD conseguido quatro eleitos, o CDS três e o PS dois. Pelo PPD/PSD foram eleitos: António Dias Coelho, advogado e vereador na última Câmara do Estado Novo; Francisco Sismeiro, comerciante e igualmente vereador naquela anterior Câmara, Artur Francisco, um proprietário e anterior militante da ANP que demonstrou uma grande capacidade de mobilização nos momentos revolucionários mais críticos, na Maceira-Lis. Pelo CDS: João Ferreira Bernardino, inspetor escolar, ex-militante da ANP, antigo colega de profissão de Bernardo Pimenta e colega de Carlos Pimenta nos primeiros órgãos diretores da União de Leiria; Henrique Charters Ribeiro, proprietário; e Domingos José de Almeida Soares, advogado. Pelo PS: Joaquim Marques Confraria, comerciante e anterior vogal da Comissão Administrativa; e Joaquim Luis das Neves Vieira Pereira, engenheiro e igualmente vogal da mesma Comissão.

Apesar da turbulência revolucionária com agitação própria dos saneamentos, das manifestações e, sobretudo, das movimentações que levaram aos acontecimentos de 25 de novembro de 1975, Leiria confirmava a sua tendência conservadora e de continuidade nestas primeiras eleições autárquicas democráticas.

Contudo, pela sua tomada de posse a 3 de janeiro de 1977, Carlos Pimenta fez questão em publicar o seu *curriculum* na imprensa local onde destacava o seu envolvimento nas campanhas eleitorais para a Presidência da República de Norton de Matos, de Quintão Meireles e de Humberto Delgado. Declarava ainda que deixaria expressos na ata da primeira reunião a que presidiu, os seus ideais democráticos<sup>371</sup>.

---

<sup>371</sup> *Região de Leiria*, de 8 janeiro 1977.



## A segunda Câmara

Em dezembro de 1979, Carlos Pimenta voltaria a candidatar-se, obtendo novamente uma vitória, embora mais tangencial, coincidindo na vitória com os resultados nacionais, mas com um resultado inverso no que tocava ao CDS, que subia em Leiria e descia drasticamente no País:

Partidos	País		Concelho de Leiria	
	% nac.	Nº total de mandatos	% concelhia	Nº de mandatos
PS	28,74	516	17,70	2
PPD/PSD	16,53	475	39,88	4
CDS	7,63	156	30,69	3

O presidente tomou posse a 3 de janeiro de 1980 com a seguinte vereação, pelo PPD/PSD: Artur Francisco, proprietário e anterior vereador pelo PPD/PSD, Augusto Rodrigues Oliveira, profissional de seguros e solicitador, João de Oliveira Faustino, proprietário; pelo CDS/PP: Domingos José de Almeida Soares, advogado e já vereador no mandato anterior, José António Nunes Teixeira, e Adelino Júlio Morais das Neves, comerciante; pelo PS: Joaquim Marques Confraria, comerciante e já vereador no mandato anterior, e Armando Lopes de Oliveira Manso, engenheiro.

Logo em setembro, Carlos Pimenta congratulava-se com a nomeação da primeira Comissão Instaladora do futuro Instituto Politécnico de Leiria, constituída pela professora universitária, Ana Maria Brigham dos Santos Costa, pelo inspetor do Ministério da Educação, José Ventura da Cruz Pereira e pelo professor do Ensino Secundário, José Veríssimo de Azevedo, este familiar de homens notáveis da I República em Leiria<sup>372</sup>. Era isto, de facto, um sinal de vitalidade, apesar das vicissitudes

---

<sup>372</sup> *Ibidem*, de 26 setembro 1980.

que o processo de instalação viria a sofrer e a abertura da primeira Escola Superior de Educação, se verificar apenas em 1986.

Noutra perspetiva, em outubro, surgia a Assembleia Cultural de Leiria que, apesar da sua curta duração, se desdobrou na presença na imprensa com a denúncia e sugestões diversas sobre o património edificado do concelho e em particular, o da cidade. Constituída por jovens arquitetos, outros dedicados às artes e ainda uma ou outra figura mais experiente, mas rompendo com o núcleo que modelava as referências culturais a partir dos jornais mais conservadores de Leiria, Rui Ribeiro, Jorge Estrela e Virgílio Boavida apresentavam-se no *Região de Leiria* do dia 3 de outubro de 1980, sugerindo a instalação de um museu no castelo como forma de recuperar o património museológico existente e quase ao abandono e de vitalizar aquele monumento histórico.

Contudo, a grande obra deste Executivo seria a construção do mercado fechado, no meio de grande controvérsia e que já vinha a ser pensado desde 1974. Estas e outras polémicas levariam mesmo à derrota de Carlos Pimenta e do PPD/PSD nas eleições seguintes.

### **A terceira Câmara**

A perda das eleições pelo PPD/PSD, em dezembro de 1982, não reflete uma rutura com os protagonistas do regime anterior, apesar de já terem passado oito anos sobre a revolução democrática. Pressentindo a sua capacidade de penetração, o CDS convidou Afonso Lemos de Proença, natural de Sernancelhe, administrador dos SMAS-Serviços Municipalizados até 1974 e o mentor da eletrificação do concelho nesse tempo, para além de ter sido o último responsável pela ANP no concelho de Leiria.

Muito próximo do penúltimo governador civil do regime anterior, José Damasceno Campos, assim como do último presidente da Câmara no mesmo regime, Bernardo Pimenta, Lemos de Proença fora também Provedor da Misericórdia de Leiria e acabara por ser alvo de um processo de saneamento nos SMAS, em 1974, por parte da Comissão de Trabalhadores, tendo declarado em sua defesa que nunca militara na ANP<sup>373</sup>.

---

<sup>373</sup> ADLRA/GCLRA/D/028, *correspondência*, cx. 824.

Tendo passado pelo Brasil, regressou para aceitar o convite do CDS e ganhou as eleições, com o mesmo número de lugares que o PPD/PSD, levando à perda de um representante do PS. Lemos de Proença dava, assim, início a uma longa magistratura na autarquia municipal de Leiria apesar de, no futuro, vir a integrar as listas do PPD/PSD, acabando por ter, neste partido, uma carreira ascensional no aparelho diretivo.

Em comparação com os resultados nacionais, verificou-se o seguinte:

<b>Partidos</b>	<b>País</b>		<b>Concelho de Leiria</b>	
	<b>% nac.</b>	<b>Nº total de mandatos</b>	<b>% concelhia</b>	<b>Nº de mandatos</b>
PPD/PSD	15,01	439	31,03	3
PS	31,18	618	20,66	2
CDS	7,44	185	37,25	4

A 3 de janeiro de 1983 o novo presidente tomou posse com a seguinte vereação: pelo CDS/PP, Adelino Júlio Moraes das Neves, comerciante e vereador no mandato anterior, Luis de Sousa Santos, engenheiro, e Carlos Henriques Jorge, jurista e quadro superior da Administração; pelo PPD/PSD, Carlos dos Santos Pimenta, solicitador e anterior presidente da Câmara, Augusto Rodrigues de Oliveira, profissional de seguros e solicitador e ainda vereador no mandato anterior, João de Oliveira Faustino, proprietário e vereador no mandato anterior; pelo PS, Joaquim Marques Confraria, comerciante e vereador nos mandatos anteriores, e José Ribeiro Vieira, empresário e independente eleito pelas listas do PS.

O novo presidente percebera que a sua popularidade se devia à impulsão que lhe fora dada pelo partido pelo qual fora eleito, mas acima de tudo pela forma como era reconhecido nas freguesias rurais enquanto responsável pela eletrificação de vários lugares. Na verdade, o peso eleitoral do conjunto destas freguesias era superior ao da

cidade onde, na altura, se concentrava o maior número de eleitores socialistas sem, contudo, serem suficientes para a vitória.

Aproveitando a estabilidade progressiva do regime e os novos fluxos de dinheiro com os apoios da CEE-Comunidade Económica Europeia e depois, UE-União Europeia, o crescimento foi visível, mas ia sendo declinada a harmonia urbanística e os cuidados com o património histórico e a cultura urbana. Os dinheiros do FEF-Fundo de Equilíbrio Financeiro, do FEDER-Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, além de outros programas específicos, ou das taxas e das licenças sobretudo na área da construção, e ainda das derramas e da contribuição predial, passavam a ser as maiores fontes de receitas onde a autarquia focava os seus interesses e começavam a possibilitar projetos antes irrealizáveis<sup>374</sup>. No entanto, tudo isto iria fazer surgir, desde cedo, movimentações ora de apoio, ora de descontentamento, estes em particular em vários setores citadinos que, no entanto, não suplantavam os apoios que o presidente exibia<sup>375</sup>.

Nesta altura, o próprio *Região de Leiria*, quatro dias após a posse, no dia 7 de janeiro, publicou uma carta aberta manifestando a sua total disponibilidade para o apoio que o concelho devia demonstrar ao novo presidente que trazia novas expectativas para o concelho e para o ambiente político. Todavia, a pequena intelectualidade urbana mostrava já alguma desconfiança e não tardaria muito que, nas páginas do mesmo jornal, comessem a surgir, artigos de opinião e outros trabalhos jornalísticos com diversas questões polémicas.

A 11 de fevereiro, Orlando Cardoso já denunciava a inexistência de uma verdadeira política cultural para Leiria; a 1 de julho era o próprio jornal, em artigo de fundo, que trazia uma nova carta aberta dirigida ao presidente da Câmara, desta vez intitulada: *As dúvidas*; em 29 do mesmo mês, onde eram noticiados os exemplos de: (...) *o que Leiria tinha de belo* (...), acrescentando a forte denúncia da poluição do rio Lis, para além da polémica não só sobre a localização do novo hospital que já estava prometido, como do arrastamento do projeto.

---

<sup>374</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, pp. 443-445 e 573-583. O autor sustenta que, sobretudo, a partir da Lei 98/84, de 29 de Março, passou a haver um crescimento exponencial das receitas municipais assentes nos licenciamentos, o que seria reforçado com a Lei 1/87, de 6 de Janeiro. Quanto aos fundos europeus, vimos já como o mesmo autor demonstra um aumento superior à duplicação de entradas de dinheiros em cerca de sete anos, entre 1986 e 1993.

<sup>375</sup> Também no governo onde surgiam dois leirienses, Vitor Pereira Crespo com a pasta da Educação e Ciência, e António José Baptista Cardoso e Cunha, com a pasta da Agricultura e Pescas, era tido como uma situação favorável à nova Câmara. Vd. *Região de Leiria*, de 11 janeiro 1980.

## A quarta Câmara

Olhando para os vários momentos eleitorais em Leiria, constatamos que, apesar de ter havido anos em que se verificou uma grande proximidade nos resultados entre as eleições legislativas e as autárquicas, nem sempre se verificou a coincidência que os partidos vencedores numas, o fossem também nas outras. Na verdade, a personalização do ato eleitoral, por um lado no primeiro-ministro, por outro no presidente da Câmara, debilita as fidelidades partidárias.

Sobretudo, nas autarquias, é determinante a popularidade do candidato, muito mais que a sua equipa, o seu programa, ou o partido que representa, apesar de, quando o candidato se transfere de partido, permitir sempre uma quebra de votos que reflete o número dos eleitores mais hesitantes. Leiria poderia ser um excelente observatório quanto a estes aspetos<sup>376</sup>.

Nas eleições legislativas de 1985, o PPD/PSD fora o grande vencedor, tendo acontecido o mesmo nas autárquicas em termos nacionais, mas em Leiria, em 15 de dezembro, Lemos de Proença voltava a levar o CDS/PP a uma vitória agora folgada, fazendo descer o PPD/PSD para três vereadores e o PS, apenas, para um. Tomou posse no início de janeiro de 1986, tendo na vereação: (...) *sete caras novas, embora com o mesmo timoneiro. Vamos ao trabalho!* (...) empolgava-se, novamente, o *Região de Leiria*, de 27 daquele mês.

Entre os resultados nacionais e os de Leiria, a constatação era a seguinte:

---

<sup>376</sup> Quanto à inexistência de correspondência de resultados eleitorais entre as Legislativas e as Autárquicas, são evidentes os exemplos em OLIVEIRA, César, *op.cit.*, 374. O mesmo autor cita RUIVO, Fernando, *op. cit.*, igualmente, para mostrar os resultados de um estudo demonstrativo que os principais fatores de decisão no voto nos candidatos às Câmara Municipais, são: ser conhecido no concelho, 72,8%; características pessoais, 49,6%; programa, 45,8%; partido, 42,5%. Na verdade, a diferença entre um candidato que se apresenta diretamente em contato continuado com o eleitorado, como é o caso de uma eleição municipal, e aquele que é, apenas, uma indicação partidária, levam a estas particularidades.

<b>Partidos</b>	<b>País</b>		<b>Concelho de Leiria</b>	
	<b>% nac.</b>	<b>Nº total de mandatos</b>	<b>% concelhia</b>	<b>Nº de mandatos</b>
PPD/PSD	35,11	819	30,93	3
PS	28,34	574	10,58	1
CDS	10,04	202	45,03	5

Desta vez, o Executivo era composto pelos seguintes vereadores: pelo CDS/PP, Carlos Henriques Jorge, jurista e vereador no anterior mandato; Domingos João de Carvalho, proprietário; Mário Gabriel Lopes Jácome, advogado e empresário do ramo imobiliário; e José da Silva Guimarães, advogado; pelo PPD/PSD, Jacinto de Sousa Gil, gestor de instituição de solidariedade e anterior pároco de Leiria; José Domingos Carvalho, advogado; e Luis Heleno Cardoso, bancário; pelo PS, Joaquim Marques Confraria, comerciante e vereador nos mandatos anteriores.

Todavia, a controvérsia ia subindo de tom, sobretudo nas elites citadinas mais ilustradas.

Logo na primeira semana de janeiro de 1986 estalou o primeiro contencioso, curiosamente não tanto entre o PPD/PSD e o CDS/PP, mas entre personalidades afetas àqueles partidos, numa situação claramente desmonstrativa das continuidades vindas do regime anterior. Enquanto o CDS vencera para a Câmara, o PPD/PSD vencera para a Assembleia Municipal tendo como cabeça de lista o respeitado fundador do partido, Tomás de Oliveira Dias que tinha igualmente fortes ligações à Igreja Católica desde os tempos em que havia dirigido, quando foi estudante em Coimbra, o CADC-Centro Académico da Democracia Cristã e a partir dali ter sido também um dos fundadores do movimento Justiça e Paz. Do lado do CDS/PP, o cabeça de lista derrotado para a Assembleia Municipal havia sido José Damasceno Campos, penúltimo governador civil ao tempo do Estado Novo, ex-militante da União Nacional e da ANP, mas que já havia sido nomeado presidente das Misericórdias Portuguesas no regime democrático e ainda

continuar a sua integração no atual regime com uma futura nomeação para diretor geral dos Serviços Prisionais. Era um homem muito próximo de Lemos de Proença.

Numa inusitada ação de acordos, vários deputados municipais do PPD/PSD, muito próximos do presidente da Câmara, juntaram-se aos deputados do CDS na primeira sessão da Assembleia Municipal e acabariam por eleger para presidente da Assembleia, Damasceno Campos em detrimento de Oliveira Dias. Ao relatar a *bronca no PSD*, o *Jornal de Leiria*, de 8 de janeiro, citava Tomás de Oliveira Dias que anunciava o abandono da política partidária e desabafava: (...) *o PPD está cheio de cristãos-novos!*

Em 17 de julho também um grupo de engenheiros civis, liderados por dois antigos vereadores, Joaquim Vieira Pereira, do PS e Domingos Seco, do próprio PPD/PSD, denunciavam a má qualidade da construção em Leiria e propunham-se eles próprios a fiscalizarem os serviços de fiscalização camarários<sup>377</sup>.

O ano de 1989 foi calamitoso com as chuvas e as cheias no início do ano. A Proteção Civil reportava a existência de: (...) *valas naturais tapadas ou substituídas por manilhas de calibre insuficiente (...) má conservação das motas dos rios...inexistência de limpeza dos leitos há mais de 20 anos (...) casas e instalações industriais em terrenos facilmente inundáveis...*<sup>378</sup>.

Também a ADLEI lançou uma sondagem que já referimos, em fevereiro, para perceber os pontos positivos e negativos no quotidiano de quem vivia na cidade e o *Jornal de Leiria* sintetizava, a 5 de abril: (...) *a insatisfação do lado de cá de Leiria (...) falta de regras planificadoras do crescimento, de espaços verdes e de lazer para os jovens (...).*

No entanto, também foi o ano em que a Câmara conseguiu terrenos para novas Escolas Preparatórias e Secundárias, criou a Escola Profissional, conseguiu negociar com o Estado mais terrenos para o Instituto Politécnico, criou condições para a vinda de um Polo da Universidade Católica, delineava uma estratégia para realojamento habitacional e recebia novas competências para a instalação de escolas pré-primárias nas freguesias rurais e para garantir os transportes escolares. Neste ano foram

---

<sup>377</sup> *Jornal de Leiria*, de 17 julho 1986

<sup>378</sup> Para este e parágrafos seguintes, vd. CMLRA/ARQ.ADM./relatórios de actividades-1989.

subsidiadas 69 coletividades desportivas e recreativas, 32 associações culturais e 38 de solidariedade social.

Também por tudo isto e precisamente na altura em que se anunciava o arranque de um instrumento fulcral para o ordenamento e desenvolvimento das terras, o PDM- Plano Diretor Municipal, era o PPD/PSD que espreitava a oportunidade de aliciar Lemos de Proença e com isso afastar ainda mais alguns históricos como Oliveira Dias e outros<sup>379</sup>.

Este, ainda em 4 de outubro de 1990, declarava no *Jornal de Leiria* que: (...) *seria salutar uma candidatura independente à Câmara de Leiria*, mas ninguém se perfilou para avançar ou apoiar de forma substantiva. No fervor eleitoral que se seguiu, ainda a oposição pedia uma inspeção à gestão camarária, nada acontecendo, no entanto, que ganhasse outro relevo<sup>380</sup>.

### **A quinta Câmara**

Controlando o mercado eleitoral rural, tendo como apoiantes vários empresários da construção civil, convidando alguns deles para presidentes de Juntas de Freguesia, Lemos de Proença sentia-se dominante em relação às elites intelectuais e económicas mais urbanas, sabendo que a maioria dos votos vinha das localidades periféricas, como percebera a importância de ter nas Juntas de Freguesia importantes empregadores que, não só captassem o voto, numa estratégia próxima do “caciquismo” liberal, como ainda impulsionassem o desenvolvimento das terras, sobretudo com a construção.

O PPD/PSD, na altura, também com pessoas na Comissão Concelhia ligadas ao ramo imobiliário<sup>381</sup>, percebera igualmente como este presidente poderia ir garantindo

---

<sup>379</sup> Várias figuras que estiveram no arranque do PPD, em Leiria, com Tomás de Oliveira Dias, viriam a afastar-se do partido, localmente, durante todo o tempo em que Lemos de Proença esteve na Câmara e viriam a ser parte do núcleo que fundou, em 1989, a ADLEI. Referimo-nos, por exemplo, a António Zúquete, David Gomes, Carlos Rodrigues, José Ferreira Júnior, para além de outros.

<sup>380</sup> Vd. *Jornal de Leiria*, 22 novembro 1990.

<sup>381</sup> O presidente da Comissão Política Concelhia do PPD/PSD era Francisco Rodrigues, comerciante, também com interesses no setor imobiliário. Uma larga zona, nos arrabaldes da cidade, de terrenos agrícolas à beira-rio, desvalorizados pelas dificuldades legais para serem urbanizados, alguns dos quais haviam sido adquiridos por Francisco Rodrigues, no mandato seguinte foram, exactamente, integrados no plano de urbanização como uma zona de expansão da cidade. Havia, ainda, outros elementos na Comissão Política ligados à promoção imobiliária, para além de algumas Juntas de Freguesia serem lideradas por pessoas do setor.



vitórias e conseguiria estabelecer um acordo com ele, ao que não seria alheio o facto de se estar em pleno apogeu do Governo de Cavaco e Silva e dos fundos europeus que chegavam.

Nas eleições do final de 1990, Lemos de Proença surgiu como candidato do PPD/PSD, partido do qual se tornaria militante e no qual chegaria a lugares de responsabilidade partidária a nível nacional, num processo que não foi pacífico dentro do próprio PSD, tendo-se chegado a verificar *grande celeuma nas eleições para a Comissão Concelhia* do partido onde foi reeleito para presidente, Francisco Fernandes Rodrigues, comerciante e promotor imobiliário, precisamente o homem que desafiara Proença a transferir-se para o seu lado.

A vitória acabaria por não ser fácil, mas confirmou-se. A troca de partido operada pelo candidato a presidente e a oposição urbana levaram a uma surpreendente subida do PS para quatro vereadores, tantos como o PSD, caindo em orfandade política o CDS, o anterior partido vencedor, que não foi agora além de um vereador. Constatava-se que persuasão eleitoral cabia muito mais ao candidato eleito que ao partido que o enquadrava<sup>382</sup>.

Entre os resultados nacionais e os concelhios, verificou-se:

Partidos	País		Concelho de Leiria	
	% nac.	Nº total de mandatos	% concelhia	Nº de mandatos
PS	32,40	728	29,20	4
PPD/PSD	31,49	780	45,22	4 (ganhou)
CDS	9,14	179	17,41	1

Foram eleitos para a vereação: pelo PPD/PSD, Zeferino do Sacramento Pereira, jurista e quadro superior da Administração; Alfredo de Azevedo Maia, engenheiro; e

<sup>382</sup> A propósito da eleição para o mandato anterior já elencámos, em nota, os fatores de maior ponderação nos eleitores na escolha do candidato.

Vitor Manuel Domingos Lourenço, professor do Ensino Secundário. Pelo PS, Joaquim Marques Confraria, comerciante e vereador nos anteriores mandatos; Cândido Manuel Ferreira, médico; Guy Américo Stoffel Fernandes da Costa, professor do Ensino Politécnico, e José Manuel Carraça da Silva, professor do Ensino Politécnico. Pelo CDS/PP, Ambrósio Nunes Ferreira, professor do Ensino Secundário.

Havendo uma renovação quase completa na vereação e perante o perigo nas votações face ao equilíbrio nas representações do PS e do PSD, Lemos de Proença conseguiu negociar a atribuição de pelouros com todos, atenuando assim os efeitos da oposição. Interessante é também o facto do PS apresentar um candidato permanente, vindo desde 1974, que já tinha recebido pelouros do mesmo presidente nos mandatos anteriores. Relevante era também a presença de dois professores do Ensino Politécnico que tinha aberto a primeira Escola, apenas, em 1986.

Foi um mandato que, tendo alguns percalços políticos, foi empreendedor como consequência da competitividade entre vereadores das três matizes partidárias presentes. Um dos vereadores do PS, Guy Stoffel sairia e seria substituído pela professora do Ensino Secundário, Dulce Pedrosa, enquanto José Manuel Silva acabaria o mandato como independente, vindo a ser eleito deputado municipal nas eleições seguintes como independente nas listas do PPD/PSD. No entanto, também se adivinhava algum desconforto relativo à gestão política, por parte de alguns vereadores do PSD.

Verificou-se, sobretudo, a aposta no Ensino Especial, num Polo do ISLA-Instituto Superior de Línguas e Administração, na habitação social, no alargamento dos transportes escolares e na rede do Ensino Pré-Primário, assim como na polémica discussão pública do PDM. Estas foram algumas marcas deste período.

Por outro lado, a Câmara começou a confrontar-se com graves problemas de poluição oriunda da massiva instalação de suiniculturas nos arredores da cidade sem regulamentação capaz, assim como com o progressivo desordenamento urbanístico. No final, o número de entidades subsidiadas tinha subido notoriamente: 79 associações culturais, das quais 32 na cidade; 130 associações desportivas, das quais também 32 na cidade, 70 associações de solidariedade social, com um encargo, no ano de 1993, de cerca de 73.500.000\$00 para a área desportiva, 28.900.000\$00 para a área da cultura e de 76.900.000\$00 para a área social<sup>383</sup>.

---

<sup>383</sup> Para estes dados, vd. CMLRA/ARQ.ADM./relatórios de actividades-1990 a 1993.

## A sexta Câmara

A ação de Lemos de Proença provocou danos no PS e agravou clivagens no PSD com o grupo dos sociais-democratas mais urbanos a afastar-se cada vez mais das lides partidárias, apesar do investimento que a Câmara começou a fazer na área da cultura, uma das áreas mais sensíveis para a classe média, sendo a outra o equilíbrio urbanístico.

A nova candidatura do presidente saiu mais uma vez vitoriosa, em 1994, com uma renovação total na vereação, apesar de não conseguir, mais uma vez, a maioria absoluta.

Entre os resultados nacionais e os concelhios, podemos comparar:

<b>Partidos</b>	<b>País</b>		<b>Concelho de Leiria</b>	
	<b>% nac.</b>	<b>Nº total de mandatos</b>	<b>% concelhia</b>	<b>Nº de mandatos</b>
PS	36,10	796	33,40	3
PPD/PSD	33,72	806	39,10	4
CDS	8,39	135	17,83	2

O PPD/PSD elegeu quatro elementos: o próprio Lemos de Proença, Felizardo José Prezado dos Santos, médico; Helder Manuel Matias Roque, médico; Francisco Fernandes Rodrigues, comerciante, promotor imobiliário e presidente da Comissão Concelhia do PSD; o PS elegeu três: Mário Ferreira Matias, gestor bancário, António José de Almeida Sequeira, bancário, João de Almeida Eliseu, quadro superior da Administração e ex-deputado à Assembleia Constituinte; pelo CDS/PP: Fernando Alberto Lopes dos Santos, médico, José Esperança Ferreira Lourenço, médico e presidente da Comissão Concelhia do CDS.

Do lado do PS, o anterior vereador, José Manuel Silva, passava a ser deputado municipal pelo PSD, sendo ainda nomeado diretor da Escola Profissional. Do lado do

PSD, o anterior vereador, Vitor Lourenço, era igualmente deputado municipal e era nomeado diretor do Cine-Teatro municipal. Na vereação estava agora presente o próprio presidente da Concelhia do PSD e um homem que, na altura, era seu apoiante direto, Helder Roque. Felizardo dos Santos, médico e proprietário na zona antiga da cidade, estaria mais próximo dos históricos do partido que estavam em afastamento progressivo.

Tendo distribuído, novamente, pelouros por todos os vereadores, não foi um mandato pacífico. Por um lado, levantou-se a controvérsia à volta da urbanização de terrenos à beira rio, para onde se expandiria a cidade e onde um dos vereadores teria interesses. Por outro, abriu-se um contencioso entre o presidente e Felizardo dos Santos, o que levou à saída deste e à sua substituição por outro ex-vereador, próximo de Lemos de Proença, o engenheiro Azevedo Maia.

No entretanto, foi ultimado o PDM, construíram-se as primeiras ETAR-Estações de Tratamento de Resíduos, sempre com grande polémica, foi iniciada a construção de uma rede de polidesportivos nas freguesias e foi inaugurada a nova Biblioteca Municipal.

Apesar de tudo, isto não obstou que Lemos de Proença chegasse ao final do mandato muito desgastado, com grandes fissuras dentro do próprio partido, sendo voz corrente que a própria direção nacional não apoiaria a sua recandidatura.

### **A sétima Câmara**

Na verdade, em abril de 1997, toda a imprensa de Leiria relatava as divergências que grassavam na Comissão Política Concelhia do PSD, com várias diligências de notáveis locais junto ao presidente nacional do partido, Marcelo Rebelo de Sousa, que anunciaria um outro militante, ex-deputado, João Poças Santos, como cabeça de lista à candidatura à Câmara.

No entanto, os conflitos internos terão sido tão gravosos que, surpreendentemente, o putativo candidato do PSD viria a renunciar em agosto, apenas a pouco mais de dois meses do ato eleitoral. Seria, então, nomeada pelo presidente nacional a filha do antigo governador civil do tempo do regime ditatorial, Damasceno

Campos que, tendo sido em 1986 candidato derrotado pelo CDS à Assembleia Municipal, havia conseguido uma maioria na eleição interna para presidente da mesma Assembleia.

Isabel Damasceno Campos Costa, quadro superior de uma empresa de telecomunicações, oriunda das Juventudes Centrista e Social Democrata, acabaria por reunir à sua volta a elite urbana social democrata, tendo como certo que o aparelho do partido mobilizaria os eleitores das freguesias rurais. Em outubro de 1998, era a primeira mulher eleita para a presidência da Câmara, com uma tangencial maioria absoluta, elegendo o PSD cinco vereadores e o PS, quatro.

Lemos de Proença não se conformou e para além de várias tentativas de recuperação da imagem dentro do partido, acabaria por se recandidatar, também, agora como independente, mas desta vez estava de tal modo desgastado que não iria além de 3,4% dos votos<sup>384</sup>.

Em termos comparativos, entre os resultados nacionais e os locais, verificou-se:

<b>Partidos</b>	<b>País</b>		<b>Concelho de Leiria</b>	
	<b>% nac.</b>	<b>Nº total de mandatos</b>	<b>% concelhia</b>	<b>Nº de mandatos</b>
PS	38,07	869	38,35	4
PPD/PSD	32,85	803	43,35	5

Pelo PPD/PSD foram também eleitos: Vítor Manuel Domingos Lourenço, professor do Ensino Secundário e vereador no penúltimo mandato; Pedro Manuel Pereira de Faria, empresário; Fernando Manuel Brites de Carvalho, engenheiro e anterior presidente de uma Junta de Freguesia; Paulo Jorge Rabaça Saraiva, professor

<sup>384</sup> A este propósito, poderá ser interessante olhar para um romance publicado na altura por PINHEIRO, João de Deus, *Eu abaixo assinado*, Lx, Difel, 1987. Deus Pinheiro havia sido ministro da Educação quando se iniciou a construção do Politécnico de Leiria. A trama do romance assenta nesta cidade, exatamente com as negociações para o arranque de um Politécnico, tendo o ficcionado presidente da Câmara a alcunha do *senhor 10%*. Ora, em Leiria, circulava há vários anos uma alcunha maledicente referente ao *senhor 7,5%*.

do Ensino Secundário; pelo PS, Raul Miguel de Castro, quadro superior da Administração e anterior presidente da Câmara da Batalha; José da Silva Alves, advogado e presidente da Comissão Política Concelhia do PS; António José de Almeida Sequeira, bancário e anterior vereador; e Acácio Fernando dos Santos Lopes de Sousa, quadro superior da Administração.

Pelo lado do PSD verificou-se a estratégia de ir recrutar um vereador que pudesse garantir o conhecimento de processos em continuidade, outro que era elemento dos órgãos sociais da influente NERLEI-Associação Empresarial de Leiria, ainda um outro que garantia a ligação às freguesias rurais e um jovem. O PS apostou num candidato que havia criado uma boa imagem de gestão municipal na vizinha vila da Batalha, sendo no entanto um independente que, na presidência da Batalha, representava o CDS. A transferência entre partidos, ideologicamente tão distantes, não teve o sucesso que o partido esperava.

O desenvolvimento da rede de jardins de infância foi um dos primeiros objetivos do mandato de Isabel Damasceno, assim como o reforço dos apoios sociais e do património histórico. Foi concretizada a aquisição de edifícios com valor patrimonial e o apoio a museus de âmbito associativo e temáticos, assim como a reformulação das piscinas municipais e o apoio mais alargado ao associativismo.

No fim do segundo ano de mandato, e referindo-nos apenas a subsídios, estes encargos no ano de 2000, quase duplicaram em relação à entrada do último mandato de Lemos de Proença, sendo agora de cerca de 31.000.000\$00 para a cultura, 158.000.000\$00 para o desporto e idêntico valor para o apoio social.

No entanto, não só não era resolvida a contento do eleitorado urbano a questão museológica, como o anúncio da organização por Portugal do campeonato da Europa de futebol levou esta Câmara a empenhar-se na construção de um novo estádio com resultados financeiros e eleitorais bem negativos a médio prazo<sup>385</sup>.

---

<sup>385</sup> Isabel Damasceno teria ainda mais dois mandatos, acabando por ser derrotada em 2009, precisamente pelo candidato que vencera em 1998, sendo o principal argumento deste a grande debilidade financeira da Câmara com todas as consequências que isso provocava, e que era resultado do serviço da dívida afeta ao estádio, assim como os custos inerentes da sua própria manutenção e fraca rentabilização o que, só passado algum tempo sobre a sua construção, começou a ser deveras problemático.

## As Câmaras no regime democrático (1974-2000): conclusão

Entre 1974 e 2000, Leiria teve níveis de desenvolvimento que acompanharam os indicadores para as cidades médias do litoral português, a norte do Tejo, que foram, na verdade, aquelas que foram mais significativas quanto a este aspeto. Nalguns casos, o concelho superou mesmo as médias nacionais.

Tanto no que toca a receitas anuais da Câmara Municipal e à atribuição do FEF, ou no que toca aos índices demográficos, aos índices de aumento de natalidade e de decréscimo da mortalidade, ou ao decréscimo da emigração, ou ainda o crescimento dos setores secundário e terciário, assim como os índices de empregabilidade na conurbação Leiria-Marinha Grande foram, nos anos finais do séc. XX, indicadores muito animadores para Leiria não a descolando, pela via negativa, dos municípios de média dimensão<sup>386</sup>.

As diferenças poderão ter estado na organização do crescimento, na gestão política, no recrutamento dos atores nessa gestão e na relação das elites políticas locais com os governos centrais. Dos quatro presidentes que assumiram funções a partir de 1974, a única caracterização com afinidades entre três deles é em relação ao seu recrutamento.

Excetuando o presidente da Comissão Administrativa, um militar nomeado no período de transição em que o poder castrense era ainda visível através do MFA-Movimento das Forças Armadas, da Junta de Salvação Nacional e depois do Conselho da Revolução, após ele verificou-se o retorno das elites políticas leirienses ao *stablishment* anterior à revolução democrática, com o reaparecimento de alguns protagonistas políticos realinhados com o novo regime. Esta é a característica comum para os três presidentes que se seguiram.

As elites dominantes, mesmo as que se encontravam descontentes com o regime autoritário, eram conservadoras e próximas da Igreja Católica. Apesar de uma Oposição liberal ativa, não se verificava, antes, a sua penetração ao nível das camadas mais populares e apenas em alguma classe média, como nos professores, estudantes, profissionais liberais e raros comerciantes, enquanto a força da organização do Partido

---

<sup>386</sup> SILVA, Carlos Nunes, “O financiamento dos municípios” in OLIVEIRA, César, (dir.), *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lx. Círc.Leitores, 1996, pp. 455, 464, 475 a 480, 489 a 493.

Comunista se sentia, sobretudo, fora de Leiria, na Marinha Grande, na Vieira (concelho da Marinha Grande) e em Peniche. Mesmo nos centros fabris de Castanheira de Pera, de Mira de Aire, ou até de Leiria, não se encontrava um proletariado consciente, na perspetiva concetual marxista.

Assim, é fácil perceber a dificuldade de implantação dos chamados partidos de esquerda, incluindo o Partido Socialista, situação que se alastrava a outros concelhos vizinhos como Batalha, Porto de Mós e Pombal, curiosamente, os mais próximos de Fátima. Com o *verão quente* de 1975 que originou graves incidentes no assalto às sedes dos partidos à esquerda do PS e culminou com o cerco popular à sublevada Base Aérea de Monte Real, poderíamos dizer que a sorte ficou traçada em termos de próximas tendências eleitorais.

Em todos estes acontecimentos esteve envolvida a elite política de Leiria que tinha sido próxima da ex-ANP, sobretudo a ala mais liberal que ganhava agora novo protagonismo ao chamar os anteriores postos intermédios para a mobilização popular.

Nesta perspetiva, o PSD sentiu-se à vontade para chamar um antigo vereador da última Câmara do Estado Novo, que tinha a vantagem de um passado algo liberalizante, para ganhar as primeiras eleições democráticas para a Câmara de Leiria. Esta continuidade de notáveis entre os regimes, continuou, não só a nível de alguns vereadores e deputados municipais, como no terceiro ato eleitoral autárquico o CDS, um partido ainda com uma forte conotação ao passado em grande parte do País, foi recrutar um homem que tinha sido responsável pela ANP local e havia sido alvo de um saneamento por parte da Comissão de Trabalhadores dos Serviços Municipalizados que, para além disso, trouxe para a presidência da Assembleia Municipal o penúltimo governador civil do anterior regime.

Face ao sucesso individual alcançado, sobretudo, junto às populações rurais, o PPD/PSD iria mais tarde convidá-lo para seu candidato, abrindo-lhe a possibilidade de alguma ascensão no próprio aparelho do partido. Quando este presidente passou a exhibir fortes sintomas de desgaste, seria uma sua correlegionária e filha daquele antigo governador civil que seria a candidata seguinte, transmitindo algum “refrescamento” para os descontentes urbanos que se encontravam em processo de afastamento.

O certo é que os resultados das eleições autárquicas em Leiria não refletem uma correspondência, tanto com os resultados das eleições legislativas, como com os das



autárquicas a nível nacional. Com um andamento muito autónomo vingaram sempre dois fatores predominantes: o reconhecimento e popularidade do candidato a presidente por um lado, e por outro, o ambiente conservador e de continuidade de protagonistas vindos do regime anterior.

Estas continuidades refletem também, sem dúvida, o afã empreendedor dos presidentes, não deixando a Câmara de promover um enorme crescimento urbano, sobretudo nos mandatos de Carlos Pimenta e de Lemos de Proença, fruto da atratividade e capacidade económica da Região. As receitas oriundas de taxas e licenças do setor das obras tinham uma extraordinária relevância nas finanças municipais que levavam a que o interesse na construção pela entidade reguladora que é a Câmara, tivesse uma correspondência direta por parte dos promotores.

No entanto, uma parte influente das elites urbanas sempre deixaram vincado o seu descontentamento com os desequilíbrios paisagísticos e de bem-estar, do qual a ADLEI, liderada pelo social-democrata em rota de afastamento, Tomás de Oliveira Dias, deu eco.

Todavia, sendo filiada no PPD/PSD, mas oriunda da ADLEI, a gestão de Isabel Damasceno levou-a à preocupação em deixar obra visível de onde resultou a construção desmesurada do estádio municipal com graves problemas para o futuro financeiro da autarquia.

César Oliveira sustenta que uma relação personalizada entre a população e o seu presidente, ultrapassando assim questões ideológicas ou de filiação partidária, é uma característica de concelhos com uma população inferior a 30.000 habitantes e onde um centro urbano é claramente dominador em relação a toda a população concelhia. No entanto, o concelho de Leiria tendo cerca do quádruplo daquele número de habitantes e com algumas freguesias no anel periférico à cidade com grande dimensão e actividade, mantém claramente o mesmo tipo de relação perante os resultados eleitorais<sup>387</sup>.

Ainda mais, a Câmara, ao longo de 26 anos (1976-2000) de gestão do CDS e do PSD, tornou-se o maior empregador do concelho, por via direta ou indireta, tendo em

---

<sup>387</sup> OLIVEIRA, César de, *op.cit.*, p.384. Percebendo-se o princípio enunciado pelo autor para Câmaras de pequena dimensão onde não só o contacto pessoal é altamente influenciador, como as próprias Câmaras acabam por ser o principal centro empregador dos concelhos, na verdade, sendo de muito maior dimensão e com uma dinâmica privada muito elevada, Leiria poderia forçar à revisão desta análise. Tanto assim é, que em 1998 o candidato do PS, sendo um independente que foi presidente da Câmara da Batalha pelo CDS, falhou a vitória por escassos 2000 votos, acabando por vir a ganhar em 2009, dando uma vitória inédita ao PS, mas com uma lista recheada de independentes.

conta os próprios serviços municipais, os serviços municipalizados, as empresas municipais e pessoal colocado nas Juntas de Freguesia, alargando exponencialmente os apoios em subsídios dados a dezenas de coletividades, o que é uma outra forma de criação de dependências. Apesar da grande dinâmica empresarial privada, isto prova a continuidade de dependência da autarquia e a pouca maturidade e autonomia das elites económicas que acabam por não absorver o cerne do mercado de trabalho, dependendo até das encomendas que a Câmara lhes possa fazer.

Rui Carvalho dos Santos, militar, fez um percurso por outras organizações de interesses na cidade, após a passagem pela Câmara. Carlos Pimenta, ainda no regime anterior passara pelos rotários e pelo Grémio Literário que, entretanto, agonizou, e ainda pela União Desportiva de Leiria, da qual fora fundador. Lemos de Proença fora provedor da Misericórdia e Isabel Damasceno, para além dos influentes laços familiares e do percurso feito nas Juventudes partidárias, ganhara notoriedade na ADLEI, o que lhe dava a aura de “refrescamento” tão bem aceite pelos sociais-democratas descontentes.

Após a saída da Câmara, nenhum regressou às suas atividades profissionais de origem e excetuando Lemos de Proença, os outros três fizeram, não só um novo percurso associativo posterior, como desenvolveram outras actividades de âmbito político. Carvalho dos Santos e Carlos Pimenta foram presidentes da Região de Turismo, cargo que também foi ocupado por um vereador de Lemos de Proença, e Isabel Damasceno, após 2009 viria a ser nomeada gestora do “Maiscentro”, programa de gestão de fundos comunitários para as autarquias da NUT 2, na Região Centro.

Quanto aos vereadores, em 48 que passaram pela Câmara entre 1974 e o ano 2000, cerca de 41,6% eram advogados, médicos, professores e quadros superiores da Administração, com cinco de cada setor profissional. Esta insistência terá a ver com o reconhecimento social das profissões e em particular das próprias personalidades, a capacidade de preparação para o debate própria das atividades exercidas e maior facilidade de conhecimento de alguns temas específicos na área da gestão municipal. Os médicos poderiam fugir a este conjunto lógico, apesar de não lhes ser estranho o ecletismo de pensamento e de ação, mas poderiam assentar as suas competências políticas na respeitabilidade e reconhecimento por parte das populações. Na verdade, num só mandato, entre 1990 e 1994, estiveram presentes quatro vereadores médicos, o que será uma situação pouco comum.

Os outros vereadores seriam personalidades com peso político nos aparelhos partidários locais, ao qual se ajustaria igualmente o reconhecimento social ou o domínio de matérias com as quais a Câmara se confrontaria muito de perto. No caso da gestão de Lemos de Proença, tanto na vereação como em algumas Juntas de Freguesia, vemos a presença de várias pessoas oriundas do ramo imobiliário.

Um outro facto merece relevo, a presença feminina. Tendo havido uma primeira vereadora na última Câmara do Estado Novo, só em 1993, e por substituição, uma mulher voltou à vereação pelo PS; a partir daí a presença feminina na Câmara só se faria sentir, a partir de 1998, com a presidente Isabel Damasceno.

No entanto, após o 2º mandato desta, em 2002, é que se viria a tornar vulgar que todos os partidos tivessem mulheres em lugares elegíveis nas listas de candidaturas, passando a haver várias vereadoras.



## CONCLUSÕES

Conhecida a controvérsia académica sobre a aceitação de três regimes republicanos no séc. XX português, ou a exclusão do período autoritário deste conceito de *res publica* por não obedecer aos princípios básicos de uma participação pluralista, optámos por considerar como um espaço temporal republicano, genericamente, por ausência de um regime dinástico, todo o período entre 1910 e o ano 2000, apesar dos momentos bem distintos. Foi neste período que assentou o nosso objeto de estudo.

Apesar das debilidades do ciclo liberal na I República, ou daquelas que, para o período democrático, tocam nos critérios da representação política e na participação dos cidadãos na vida cívica do País, tal como já foi questionado por vários estudiosos, assumimos a essência republicana não só para estes dois regimes, como entendemos fazê-lo para o período da ditadura militar (1926-1933) e para o do Estado Novo que se seguiu (1933-1974), mesmo tendo em conta a estrutura corporativa do Estado e a inibição da intervenção plural dos grandes interesses da sociedade, ou ainda o cerceamento das liberdades elementares que estão associadas à ideia de República.

Face a isto, os 90 anos abordados têm como objeto as elites da República em Leiria nos três regimes identificados, visando a sua caracterização no que toca: aos modelos de recrutamento; à carreira e às representações; ao desempenho; às continuidades e descontinuidades nos momentos de mudança; e até que ponto elas foram agentes do desenvolvimento local.

Contudo, apesar da rutura de regime em 1910, há elos sociais de continuidade que poderiam sugerir que tratássemos todo o séc. XX, incluindo os primeiros dez anos de monarquia, não o tendo feito, apenas, devido ao término do regime dinástico e às mudanças dos protagonistas cimeiros.

## O RECRUTAMENTO

### A questão do género

A política, em Leiria, até ao ano 2000, foi uma atividade masculina. Não sendo esta uma exclusividade local, o certo é que a participação feminina em cargos públicos, até à década de setenta, limitava-se ao ensino. Antes do atual regime democrático, mesmo nas famílias de maior peso social, a atividade da mulher era, sobretudo, caseira ou de um mundanismo muito limitado, participando eventualmente em organizações da Igreja Católica ou em ações de benemerência, ora mais restritas, ora mais abrangentes, como foi o caso da Sub-Cruzada das Mulheres Portuguesas, durante a 1ª Guerra Mundial, e do Movimento Nacional Feminino durante a Guerra Colonial, ou ainda a participação ativa na Sopa dos Pobres, esta ainda assim dirigida por homens, e na Mocidade Portuguesa Feminina, ao longo do Estado Novo.

Não são conhecidos casos de intervenção pública fora destes quadros, excetuando a nomeação de uma professora do liceu e delegada da Mocidade Portuguesa Feminina, para vereadora nos últimos dois anos do regime autoritário. Tratou-se de uma situação inédita localmente, e rara em termos nacionais, devendo-se esta nomeação a uma perceção que o presidente da Câmara, Bernardo Pimenta, e a ANP de Marcelo Caetano perscrutavam como uma necessidade de ténue envolvimento feminino no esforço do País face à guerra nas Colónias para onde saíam milhares de jovens mancebos, deixando famílias em situações de grande preocupação.

Mesmo no universo associativo anterior a 1974, fora das organizações da Igreja ou dos movimentos de apoio aos soldados nas guerras ou às suas famílias, apenas se verificou uma fugaz passagem de outra mulher pela presidência do Orfeão de Leiria, em 1972.

Com o regime democrático, a partir de 1974 até 2000, deu-se o progressivo aparecimento das mulheres em desempenhos profissionais com visibilidade pública e a assunção de cargos de decisão intermédia em diversos organismos da Administração. Estas mudanças foram consequência da abertura no acesso às Universidades que tinha já um notório crescimento nos finais da década de sessenta e inícios de setenta, o que viria

a ser um percurso preparatório para o reconhecimento geral na participação associativa e política, como se viria a confirmar já depois da passagem para o séc. XXI.

Antes, só na década de noventa se começou a vulgarizar a presença feminina na direção das associações, e muito em particular naquelas que eram dedicadas à solidariedade social, de onde não surgiram experiências de circulação para a atividade política.

Apenas a ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria, organização cívica surgida em 1989 com objetivos inovadores em relação à participação dos cidadãos nas coisas públicas, teve uma presidente em 1997 que, no ano seguinte, chegaria a presidente da Câmara. Aliás, foi a terceira mulher, desde 1972, a atingir um cargo no Executivo municipal, pois no regime democrático apenas houve uma rápida passagem de uma vereadora do PS, em 1993.

Também no que toca às representações parlamentares, o panorama no círculo de Leiria para estes 25 anos democráticos do séc. XX não foi além de 7% de participação feminina, sendo que nenhuma era oriunda do concelho de Leiria. Apesar de ter sido o PS a propôr quotas numa perspetiva de paridade, foi o CDS o primeiro partido a apresentar uma mulher como cabeça de lista nas eleições, para as sétima e oitava Legislaturas. Todavia, para este período, a percentagem de deputadas em termos nacionais também não foi além dos 9%.

Na verdade, só a partir da última viragem de século, Leiria se abria com naturalidade à presença feminina nos diversos cargos e ofícios.

### **Das redes pessoais aos interesses coletivos**

As questões que seguem, são duas das que formulámos como partida para este trabalho:

- se as diferentes elites foram, claramente, agentes do progresso e da promoção da região, assumindo-se como autoras de projetos sociais e políticos alternativos entre si e de interesse para largos e diferenciados estratos das populações;

- se, pelo contrário, a predominância se mantinha na estratégia de sobrevivência partilhada e de aliança nas opções de fundo, mesmo quando existiam conflitos de interesses entre si.

Parece-nos que as conclusões a que, agora, chegamos responderão de forma clara àquilo que foi enunciado.

Durante todo o séc. XX, os notáveis leirienses vindos dos quadrantes políticos mais diversos, conviveram nas mesmas organizações associativas, que surgem assim como palcos discretos e transversais na modelação de influências. Esta constatação evidencia a concertação de interesses mais alargados, ou *lobbyings* ocasionais, o que não implica a figura de tráfico de influências. Por outro lado, este “condomínio” também será uma consequência de elites interdependentes num meio pequeno, mesmo quando são concorrenciais, mas sem apresentarem estratégias claramente autónomas ou alternativas quando passam para o plano político.

O *cursus honorum* dos diversos protagonistas políticos ao longo dos três regimes republicanos, entre 1910 e o ano 2000, revelam as organizações que os catapultaram, tanto pelas redes pessoais estabelecidas, como pela notoriedade pública que lhes proporcionaram. As mesmas organizações sempre se mostraram atentas a abrir-lhes também as portas de funções diretivas, após a passagem por este ou aquele cargo público, não só pela experiência que poderiam trazer, como pelo prestígio que igualmente poderiam emprestar, como ainda pelo reforço de influências que poderiam exercer.

Apesar da grande atividade observada nas 29 freguesias do concelho do final do séc. XX, sendo que das principais associações saíram diversos presidentes de Junta, sobretudo depois de 1974, foi das associações citadinas de caráter cívico, cultural ou recreativo que saíram alguns dos principais protagonistas políticos de Leiria. É no mundo associativo citadino que se concentram as elites económicas que avalizam a maturidade social e política de outros membros mais vocacionados para as causas sociais ou políticas. Sobretudo, neste associativismo da cidade, encontramos personalidades que são opositoras entre si nas ideologias e concorrentes no mercado, mas que mostram, nas redes sociais que frequentam em comum, a sua atitude cavalheiresca e de entendimento acerca dos pontos de maior afinidade.



É, assim, num ambiente cordato que se mantêm, geralmente, as elites económicas fora da boca de cena do palco político, parecendo resguardarem-se numa espécie de fosso de orquestra onde procuram marcar o ritmo dos seus candidatos, enquanto estes assumem a visibilidade, crenes nas suas capacidades de persuasão e nos apoios de retaguarda.

Além das associações de carácter cultural, desportivo e cívico, duas de âmbito profissional, ganharam especial importância: a Associação Comercial, na I República; e a NERLEI-Associação Empresarial, após a consolidação do regime democrático. Durante o período autoritário, a União Nacional e a posterior Ação Nacional Popular tudo controlavam, acantonando-se as elites de Leiria no Grémio Recreativo e Literário, grupo que viria progressivamente a agonizar ao longo do último quartel do século, após a revolução de 1974.

O mundo associativo é um claro promotor da imagem dos candidatos a cargos políticos. A partir do destaque e dos apoios espontaneamente adquiridos nesta área, um outro panorama se abre, passando o escrutínio a ser outro. Outros filtros estão nos partidos políticos e cabe aos *gatekeepers* a missão de selecionar os candidatos e de os levar a superar os primeiros obstáculos das votações internas. Os fatores de ponderação a levar em conta serão a capacidade do candidato em convencer a generalidade dos eleitores, a sua popularidade, e também as suas competências técnicas. Todavia, outros indicadores condicionam os votos dos elementos das Comissões Concelhias, como a fidelidade ao partido ou, sobretudo, as contrapartidas de benefícios locais que os candidatos deverão garantir, freguesia a freguesia, se forem eleitos.

O que sobreleva sempre é o facto de as associações surgirem como as primeiras interlocutoras no diálogo, não só com os políticos enquanto desempenham o papel de candidatos, mas também depois, ao longo do desempenho dos que foram eleitos para os cargos. As organizações associativas assumem-se como representações dos cidadãos, de forma organizada e de grande proximidade às realidades locais.

### **O peso das carreiras políticas**

Ao ser levado em conta as mudanças de ciclo que trazem novos protagonistas com anteriores experiências políticas reduzidas, os indicadores de politização para

aqueles que virão a deter cargos mostram que as dificuldades de renovação levam geralmente à recondução de vários elementos em funções administrativas e de alguns com anteriores funções políticas, mas a experiência em funções partidárias ou as de natureza de gestão com reconhecimento social serão sempre critérios que estipulam a base de recrutamento.

Em Leiria, vemos na I República que, para 17 deputados dos dois círculos do distrito, todos tinham experiência partidária e apenas um não deu continuidade à sua experiência política, ficando-se, apenas, por um mandato. Para além da Assembleia Constituinte e consequente 1ª Legislatura, só na terceira, sidonista, se verificaram 100% de estreantes, característica também acentuada na 5ª Legislatura, onde subiram a cerca de 60% (quatro em seis deputados).

Também a grande maioria dos governadores civis exibia experiência partidária e circulava entre governos civis de diferentes distritos, ou para a Câmara Municipal da cidade. Aqui, os presidentes, para além do compromisso partidário, mostravam, com frequência, uma anterior experiência municipal, ou ainda de cargos públicos de algum relevo.

Entre 1926 e 1933, os governadores civis foram militares afetos ao espírito ditatorial, enquanto para a Comissão Administrativa Municipal foram recuperados elementos não só da administração municipal sidonista, como da última Câmara eleita na 1ª República, onde já se fazia sentir o forte pendor conservador. Contudo, excetuando o primeiro, todos os outros presidentes eram militares que vieram a singrar na carreira e na Legião Portuguesa.

A partir de 1933, com o Estado Novo, em 32 deputados do distrito de Leiria para onze legislaturas, todos eram filiados na União Nacional e na posterior ANP-Ação Nacional Popular, verificando-se em cinco legislaturas, entre 1949 e 1969, mais de dois repetentes, o que significa que o regime ia mantendo um cerne de experiência, mas optava pela circulação premiando alguns presidentes de Câmara ou outros quadros com passagens temporárias e em acumulação na Assembleia Nacional.

Quanto aos 15 governadores civis, também todos filiados e com experiência nos corpos dirigentes locais da União Nacional e da ANP, provinham de cargos públicos relevantes ou da presidência da Câmara Municipal, circulando também para outros distritos ou para outras Câmaras Municipais.

No regime democrático, a rotação dos deputados passou a ser menor, apesar de ser resguardada uma pequena percentagem que garantisse a renovação. A experiência partidária era premiada nos lugares de topo, elegíveis, várias vezes tinham como base de recrutamento quadros exteriores ao distrito. Por outro lado, o recrutamento de independentes, sobretudo nas áreas mais técnicas, passou a ser visível.

Os seis governadores civis, nos últimos 25 anos do séc. XX, eram todos filiados, e excetuando o primeiro, tinham experiência autárquica. Dos presidentes da Câmara, igualmente filiados, apenas a última não desempenhou funções partidárias ou públicas de relevo no regime anterior, sendo, todavia, filha de um destacado elemento da ANP que viria a exercer funções de responsabilidade na Administração do regime democrático e ainda na Assembleia Municipal de Leiria.

Após a abordagem prosopográfica, é nítido perceber o percurso ascensional, pelo menos durante algum tempo, entendendo-se como ascensão a sucessiva detenção de cargos, partindo daqueles que são menos relevantes para os de maior relevo, ou a passagem de cargos locais (Juntas de Freguesia, Câmara Municipal) para cargos de relevância nacional (Governo Civil, Parlamento, Governo da Nação).

Tanto em termos nacionais como no círculo de Leiria, as profissões liberais, quando garantem uma maior popularidade, são largamente representadas, sendo maioritária a presença de juristas no Parlamento, sobretudo nos regimes autoritário e democrático, onde chegam a um total de 51% dos deputados, sinal de procura de polivalência e capacidade de argumentação, escasseando, por sua vez, as habilitações técnicas, até ao final do séc. XX.

### **Continuidades e descontinuidades**

Entre a Monarquia e a I República, entre esta e o regime ditatorial, ou ainda entre este e o novo regime democrático, verificaram-se sempre continuidades de protagonistas. Na primeira mudança de regime do século passado, aconteceu a substituição dos detentores dos cargos políticos, assomando assim novos protagonistas ligados às profissões liberais e ao comércio e desaparecendo, momentaneamente, figuras ou nomes de famílias tradicionais. Como diz Robert Dahl, numa comunidade pequena e tradicional ao governo dos “patrícios” sucede uma nova classe emergente

ligada a um novo tipo de interesses económicos e a uma diferente visão de liderança e de desenvolvimento local<sup>388</sup>.

Contudo, no campo da Administração, poucos saneamentos se deram e mesmo quando aconteceram, vários funcionários superiores acabariam por ser readmitidos, tendo exemplos assim nas Escolas, nos Correios, na Fazenda Pública e na própria Câmara. A noção de que a “degola administrativa” poderia fazer entrar em colapso a Administração, manteve os funcionários dos cargos mais elevados na Câmara, no Governo Civil e na Junta do Distrito.

No campo político, a reconversão acabaria também por se fazer. Os membros mais velhos das famílias afidalgadas retiraram-se, aparentemente, da atividade política para os seus afazeres intramuros mas, mesmo assim, alguns estiveram no motim monárquico que, em julho de 1912, estalou numa freguesia vizinha da cidade e viriam a estar, entre 1914 e 1915, na fundação da Caixa Agrícola, enquanto outros familiares mais novos aderiam a movimentos e partidos enquadrados no regime republicano.

Já a Igreja Católica sempre alimentou em Leiria um terreno avesso à ideia de ruturas e de laicidade, aliás, como na grande maioria do País fora das grandes urbes ou dos centros industriais ou agrícolas mais proletarizados. Contudo, o ano de 1917 viria a ser marcante para determinar uma grande influência da Igreja no perfil político da Região.

Apesar de pertencer ao distrito de Santarém, a localidade de Fátima ficava muito próxima e tornava-se num inesperado fenómeno de crença popular, vindo a ser integrada a partir de 1918 na restaurada diocese de Leiria. Rapidamente, passou a ser um centro de irradiação da mensagem catequética de combate ao republicanismo e depois ao comunismo, sendo ainda, após 1926, um pólo de concentração e de doutrinação do clero, através dos jornais e das organizações católicas ali estabelecidas com extensões a Leiria.

Não só a influência da “mensagem de Fátima” ganhou um ascendente extraordinário nas populações rurais das localidades vizinhas, como as elites políticas de Leiria passaram, ao longo de todo o Estado Novo, a procurar uma grande proximidade

---

<sup>388</sup> DAHL, Robert, *op. cit.*, pp. 21-23 e 80-82. O autor refere uma sequência de líderes políticos perante momentos de ruptura. O governo estaria, inicialmente, nas mãos das famílias tradicionais, os “patrícios”, aos quais se seguiriam os representantes de novos tipos de interesses económicos, numa rotação poliárquica ou de interesses alternativos, que levava a novas perspectivas da gestão pública.

com as elites eclesiásticas que, deixando de ter a participação política ativa que haviam tido na I República, passaram a ter um poder de influência incontornável.

É fácil constatar que, com a Ditadura Militar após 1926, foram sobretudo os democráticos aqueles que foram afastados, apesar de virmos a encontrar alguns deles em novos negócios ou na direção de associações socialmente marcantes. Todavia, as elites que logo se perfilaram com a Ditadura tinham tido um tirocínio na Câmara sidonista e na Câmara eleita em 1925.

Alguns republicanos mais moderados chegaram mesmo a convencer-se que a Ditadura Militar não era mais do que uma necessidade temporária e corretora de alguns desvios do regime liberal. Foi neste propósito que mantiveram jornais até 1933 onde era assim que escreviam, acabando alguns por serem admitidos em funções de relevo pelo Estado Novo porque, sendo à partida moderados, seriam também um exemplo da complacência que a Ditadura pretendia exhibir.

Surpreendentemente, entre o regime ditatorial e o democrático, também as ruturas foram mínimas, apesar dos percalços próprios da agitação revolucionária. Na Câmara e no Governo Civil saíram o presidente e o governador, respetivamente, mas continuaram os principais responsáveis administrativos. No governo civil, foi o secretário que assumiu a interinidade até à nomeação do primeiro governador civil da Democracia, em setembro de 1974, enquanto na Câmara o conjunto dos vogais se manteve em funções até agosto.

A Câmara seria mesmo um laboratório de recuperação de notáveis do passado. Após a Comissão Administrativa e com as primeiras eleições de 1976, facilmente os partidos da direita se aperceberam da recetividade antirrevolucionária do eleitorado. Não só a Igreja havia tido um papel decisivo no período revolucionário de maior melindre, como o PPD havia recebido o aparelho captador de votos vindo da anterior ANP. Os líderes do PPD local vinham da “ala liberal” do período marcelista, agrupados à volta de um homem que havia sido deputado, muito próximo de Sá Carneiro, da Igreja e da SEDES. O “25 de novembro”, assim como outras ocasiões de mobilização popular tinham testado precisamente essa capacidade através de outros homens que já haviam exercido funções de regedores ou de presidentes de Juntas de Freguesia. Tinham, assim, reconhecidos meios e capacidade de atuação. Por isso, o recurso a notáveis do passado para o Executivo municipal e para as Juntas de Freguesia tornou-se comum.

Mais tarde, quando o PPD/PSD apostou na renovação, nas eleições do final de 1997, fê-lo com um grupo absolutamente novo, mas liderado por uma familiar do penúltimo governador civil do regime ditatorial que, por sua vez, já havia sido presidente da Assembleia Municipal de Leiria no regime democrático.

Por outro lado, mas de forma complementar ao referido ascendente de protagonistas recuperados do anterior regime e apesar do progressivo avanço da laicidade do Estado, o certo é que o clero, após 1974, e a imprensa católica tiveram sempre um papel de grande importância e de influência nas populações rurais. Até hoje, uma das preocupações dos candidatos à Câmara é a conquista da simpatia do corpo eclesial. Nesta perspetiva, novas áreas de influência se foram desenhando, a partir do reconhecimento de Fátima como uma âncora do turismo da região, passando o próprio Santuário a ter assento permanente na Comissão Regional de Turismo, enquanto ela existiu.

Endogenia e fraca renovação das elites políticas leirienses são algumas razões destas continuidades e o resultado de uma série de fatores que passam pela garantia de interesses comuns a elites pouco autónomas e, por isso, não alternativas entre si.

## ELITES POLÍTICAS DE LEIRIA: O DESEMPENHO E OS PADRÕES DE CONDUTA

### **No desenvolvimento local**

As elites leirienses sempre pareceram deter uma autonomia insuficiente entre si, quase nunca se afirmando com projetos verdadeiramente alternativos, como já foi dito, estabelecendo frágeis alianças entre os interesses de umas ou outras, com os interesses alargados da comunidade concelhia. Apesar das opções políticas que tomavam, sobretudo no ciclo liberal e no regime democrático, era fácil confirmar as transferências entre partidos, sendo habitual a conjugação de esforços nas diversas organizações de interesses, o que indiciava com alguma frequência entendimentos e desentendimentos fugazes, mas sem grande profundidade.

Os consensos e a transversalidade partidária nas diversas organizações de interesses tornam-se benquistos mas, na verdade, revelam a inexistência de estratégias

alternativas consistentes. Tanto no que toca às elites políticas como às económicas, os locais de tertúlia eram os mesmos, o que também acontecia durante o regime autoritário, havendo sempre uma interdependência político-económica que não propiciava um amadurecimento permitindo-lhes apresentar uma verdadeira alternância, na perspetiva poliárquica. Esta poderá ser uma causa para um deficitário poder negocial junto das instâncias governativas superiores, confronto que se tornava visível, apenas, em alguns momentos ocasionais de desenvolvimento.

Ao longo de todo o séc. XX, Leiria teve personalidades daqui naturais com funções governativas, ou em cargos superiores no aparelho da Administração. No entanto, não se poderá dizer que essa tenha sido uma razão para se terem verificado investimentos especiais na terra de origem. Todas essas personalidades já antes se haviam radicado fora da região, particularmente em Lisboa, e a relação com Leiria sempre pareceu não ser mais do que uma referência de localização.

Dever-se-à excetuar a década de quarenta e a criação da Casa do Distrito de Leiria, na capital do país, onde algumas dezenas de ilustres leirienses se reuniam em debate ou em promoção dos valores locais, mas sobretudo em oposição ao Código Administrativo de 1936-40, lesivo para os interesses do distrito e em particular da sua capital.

Durante a I República não se verificou nenhum investimento estrutural, para além da ação visionária de Correia Mateus na Câmara Municipal que desenvolveu um plano de urbanização moderno e prolongado no tempo. Foi um homem que se impôs localmente a todas as forças políticas. Outros melhoramentos, resultantes do poder central, foram furtivos, enquanto no Parlamento os deputados do distrito se dedicaram sobretudo a um trabalho de retórica política, como era o caso de Joaquim Ribeiro de Carvalho, presente em quase todas as Legislaturas e muito próximo de António José de Almeida, tal como João Soares era próximo de Afonso Costa.

Na transição para o regime autoritário, a Comissão de Iniciativa conseguiu fazer um excelente trabalho de promoção da região, sendo extinta abruptamente, em 1936. A partir dessa altura, como foi dito, a Casa do Distrito em Lisboa começava a desenvolver uma importante atividade e em 1940 Leiria conseguiria fazer vingar uma iniciativa promocional de grande significado como foi a Exposição Distrital do Duplo Centenário da Nação, para além de evitar a secessão deste território administrativo.

Na década de sessenta, assistiu-se à emergência de uma nova elite económica, fruto da adesão de Portugal à EFTA e do impulso local da indústria dos plásticos, mas era ainda uma elite com uma voz política discreta, apesar de eficaz nos corredores da Câmara Corporativa.

A partir da instalação do regime democrático, Leiria teve três deputados do círculo como presidentes da Assembleia da República, um pelo PS, outro pelo CDS e outro ainda pelo PSD, mas o trabalho parlamentar da generalidade dos eleitos assentou sobretudo, até ao ano 2000, nas rotinas das diversas Comissões e em alguns requerimentos. Apenas um deles, líder da bancada do PPD/PSD, desenvolveu um notável trabalho de intervenção política e de propostas legislativas, tanto de âmbito regional como nacional.

Aliás, a percentagem de cabeças de lista, para eleições legislativas, oriundos do exterior do círculo, foi de cerca de 24% para o CDS, 35% para o PPD/PSD e 41% para o PS, o que revela que Leiria tem sido débil na produção de elites autónomas, sendo esta uma razão para aquela percentagem de atores políticos que não são de cá naturais. Foi, mesmo, um deputado do distrito, natural do Bombarral e que exerceu funções governativas que, mais tarde, em 2005, viria a afirmar que Leiria era *gigante económico e um anão político*<sup>389</sup>.

A própria gestão urbana foi-se enleando na recuperação de vultos do anterior regime, perdendo o concelho protagonismo regional, o que viria a motivar diversas reações em momentos específicos.

### A “tenaz” regionalista

Uma terceira questão de partida pretendia perceber qual o poder negocial das elites locais, a sua circulação e a ação nas mudanças sociais perante as continuidades ou descontinuidades próprias das ruturas políticas.

Parte das resposta a esta problemática já foi demonstrada, mas as conclusões que seguem tornam mais evidentes as dificuldades, a acomodação ou as conquistas das elites leirienses.

---

<sup>389</sup> DUARTE, Feliciano Barreiras, *Leiria: gigante económico, anão político - propostas para um plano de desenvolvimento*, Lx, Âncora ed., 2005.



Não fugindo às tradicionais querelas “bairristas” entre terras vizinhas com alguma capacidade de agregação dos agentes económicos e das populações, Leiria desde cedo sentiu estas condicionantes em relação a Coimbra e a Caldas da Rainha.

Durante a I República, Coimbra era hegemónica no que tocava aos ensinos liceal e superior, e aos equipamentos de saúde. Nesta sequência concentrava também o comércio mais moderno fora de Lisboa e Porto, assim como alguma indústria. Não só as dificuldades de comunicações viárias com a capital do distrito empurravam as populações entre Pombal e Figueiró dos Vinhos a caminharem mais facilmente para os lados do Mondego, como o facto da diocese de Leiria ter sido restaurada apenas em 1918, com a entrada do bispo em 1920, permitia que o bispado coimbrão penetrasse e estendesse a sua influência até ao próprio concelho leiriense.

Também a sul, o patriarcado de Lisboa estendia-se pelo distrito de Leiria dentro, até Alcobaça, tal como ainda hoje. Juntava-se a esta condição, o facto de Caldas da Rainha ser uma vila termal afamada, com centros de veraneio bem perto e com mais população que Leiria, apesar dos índices de analfabestimo serem maiores. Era melhor servida pela Linha do Oeste do que a capital do distrito, o que aproximava a região caldense mais de Lisboa do que de Leiria onde, no entanto, os alunos tinham que vir fazer os exames liceais distritais e onde existia o governo civil, organismo incontornável na tutela dos municípios e das atividades políticas e económicas.

Por tudo isto o distrito carecia de uma identidade coesa e desde cedo as elites destes centros urbanos se debateram, uns em Leiria pela unidade distrital com a capital aqui, outros a norte e a sul pelo não reconhecimento do protagonismo regional e administrativo daquela cidade.

Com o regime autoritário, este estado de coisas tendeu a agravar-se. Em 1936-40 foi publicado o novo Código Administrativo que esvaziava os governos civis de competências distritais e definia novas Províncias, passando a “fronteira” de uma Beira Litoral a sul de Leiria e cuja capital passava a ser Coimbra, enquanto a Estremadura passava a fechar a norte acima de Alcobaça, com a óbvia capital em Lisboa.

O Estado Novo reforçaria o estabelecimento em Coimbra dos principais centros intermédios de decisão administrativa que, no que tocava à gestão hídrica, de energia, rede viária e sistemas de saúde ali viriam a continuar, apesar das províncias não terem

vingado politicamente e de se ter verificado, novamente, um reforço do papel dos distritos a partir de década de cinquenta.

Já em democracia, mudaram as razões, mas continuou a essência do problema.

A prescrição constitucional sobre a criação de regiões administrativas veio relançar um intenso debate sobre a eventual vantagem da manutenção de um distrito coeso admissivelmente redesenhado; sobre qual será efetivamente a “região de Leiria”, isto é, qual é claramente a sua área de influência; ou quais os argumentos que Leiria deveria expôr para garantir o estabelecimento dos centros de decisão da administração regional.

Um dado preocupante para as elites locais foi o desenho das NUTs 2 e NUTs 3 (Numenclatura de Unidades Territoriais) que dividiram o distrito, para além dos serviços desconcentrados irem obedecendo progressivamente a um mosaico hierárquico que em nada coincidia com as fronteiras distritais.

Perante esta situação, a coordenação geral por parte do governo civil carecia de eficácia e as suas competências efetivas foram-se mantendo com a coordenação das forças de segurança, da proteção civil e dos atos eleitorais, restringindo-se a partir daí à representação do governo numa voluntariosa “magistratura de influência”, sujeita às pressões locais para a inversão do sentido das atribuições essenciais, acabando por ser bem mais um veículo dos anseios da região junto ao governo. Assim, os distritos foram perdendo pertinência, assentando neles pouco mais do que os círculos eleitorais e, com isso, a própria organização partidária.

A norte, Coimbra manteve-se como um exemplar centro universitário e de serviços de saúde, mas foi perdendo em competitividade económica para outras cidades da zona centro do País, como Viseu, Aveiro e Leiria, garantindo no entanto a sede de diversos serviços regionais. A sul, a partir da década de setenta, desenvolvia-se o conceito de Oeste como uma sub-região com uma dinâmica de promoção muito autónoma e dois pólos de desenvolvimento muito próximos, como são Caldas da Rainha e Torres Vedras, esta cidade já do distrito de Lisboa.

A partir da década de oitenta, com o acesso aos fundos europeus, novamente Leiria teve um segundo arranque de desenvolvimento, estabelecendo uma conurbação com a Marinha Grande, que acabaria por reconverter a indústria vidreira, já pouco competitiva, em tecnologias de ponta. Estes dois concelhos tinham bons complementos

na indústria emergente de Pombal e de Porto de Mós, estabelecendo ainda a agregação da Batalha e uma interação muito intensa com o vizinho concelho de Ourém, apesar de este já pertencer ao distrito de Santarém.

Na verdade, Leiria ia apresentando índices de crescimento superiores à média nacional e muito superiores aos outros concelhos do distrito, confirmando uma forte atratividade, progressivamente bem servida pela rede viária, ao que acrescia a localização no centro do País já marcado por uma profunda litoralização.

À medida que aqueles indicadores se afirmavam e perante a evidência de uma maior produção de riqueza em relação ao Oeste, cuja ideia se desenvolvia a sul, o que também se sentia em relação a Coimbra, foi entre as décadas de setenta e de oitenta que começou a ser desenvolvido nos jornais católicos da cidade um conceito de Alta Estremadura que, por um lado, coincidia com os limites da diocese e, por outro, integrava cinco concelhos vizinhos que, no conjunto, mostravam índices de crescimento invejáveis.

Inicialmente assente em argumentos históricos e etnográficos, rapidamente as elites intelectuais, económicas e políticas alargaram os argumentos à economia e à demografia, procurando demonstrar que, no caso de se concretizar a regionalização, a Alta Estremadura, com capital em Leiria, justificaria ser uma região administrativa. O certo é que o grande problema das querelas regionalistas é a perda de escala, o que, neste caso, seria primordial para o diálogo europeu. Leiria ficava apertada a norte e a sul numa “tenaz” onde uma hipotética região administrativa perdia argumentos.

Perante o natural risco de perda da oportunidade, apesar dos argumentos invocados, no referendo de 1998 o “não” foi esmagador no distrito de Leiria, pelas razões descritas, a norte e a sul e dentro da vaga de abstenções que se verificou, que não permitiu que o referendo fosse deliberativo.

Através da imprensa e dos congressos da ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria, as elites sociais do distrito, e em particular de Leiria, mostraram as suas preocupações e também os seus desencontros quanto à causa regional.

## A imprensa

A imprensa local é um instrumento natural da representação social das elites leirienses, se observarmos os proprietários, os diretores, ou os principais articulistas.

Na I República proliferaram os títulos, a maioria deles explicitamente comprometidos com os seus interesses político-partidários, mesmo quando os compromissos editoriais eram omissos quanto aos enquadramentos ideológicos. Na verdade, a mensagem política estava sempre presente, excetuando nos casos de um jornal afeto ao movimento espírita, a dois hebdomadários cinéfilos e a outros dois desportivos.

Relevante foi o aparecimento, em 1914, de *O Mensageiro*, jornal católico e antirrepublicano com uma mensagem muito contundente até 1926, estilo que recuperaria entre 1974 e 1980, mantendo-se como jornal diocesano até muito recentemente. Seria o paladino da restauração da diocese e o primeiro entusiasta na divulgação do sentido católico de Fátima.

Esta caracterização da imprensa na I República manter-se-ia com diversas alterações de títulos, até 1933. Neste ano, estando já em declínio um outro jornal de simpatias mussolinianas, surgiria um segundo semanário católico, *A Voz do Domingo*, evidenciando assim a pujança local da Igreja numa diocese que integrava a terra que era promovida como “altar do mundo”.

Em 1937, já se consolidava o Estado Novo e excetuando aqueles dois jornais católicos, todos os outros títulos haviam cessado, surgindo agora um novo, laico, o *Região de Leiria* e seriam apenas os três que atravessariam todo o regime ditatorial até aos primeiros anos do séc. XXI. Os dois primeiros passavam a mensagem pastoral e apoiavam claramente o regime. O terceiro, acabava por ser um conjunto de notícias e artigos, uns inócuos, outros mais próximos do ideário da situação e outros mais liberalizantes, mas sempre dentro das condicionantes impostas pela censura.

Com o regime democrático, novamente, este retrato mudaria. Por um lado, abriu-se um novo campo de publicação de títulos na cidade e, sobretudo, nas diversas freguesias do concelho. No entanto, era na urbe que se concentravam os principais *opinion makers* dos órgãos de comunicação escritos, mesmo tendo em conta o

aparecimento das rádios locais. Era, também, na cidade que a seleção feita pelos leitores – e, logo, pelos clientes da publicidade –, determinava quais os títulos que se manteriam. Assim, até à estabilização do novo regime, os jornais católicos insistiriam na sua missão de porta-bandeiras da mensagem cristã face aos perigos dos desmandos de inspiração marxista e maçónica, tal como os identificavam. Só após a década de oitenta, este combate passaria a ser menos incisivo.

Para além dos jornais católicos, na cidade manter-se-iam, até ao final do séc. XX, mais dois semanários e um diário, não sendo agora detidos por notáveis com o explícito compromisso político-partidário, como na I República, mas por grupos empresariais que transformaram aqueles títulos em produtos de negócio, profissionalizados, convincentes e, também, de proximidade ora cáustica ora elogiosa em relação aos poderes públicos.

#### ELITES NUMA CIDADE MÉDIA DE PROVÍNCIA. LEIRIA, UM CASO DE ESTUDO?

Esta é a questão final para a qual tentaremos dar resposta. São múltiplas as definições de elites, entre as quais caberão as elites políticas e as locais. Não será essa a nossa preocupação, apesar de ser necessário caracterizar estes protagonistas numa cidade média de província, como é Leiria, para quase todo o séc. XX.

Naturalmente, havendo largos pontos de coincidência nas definições de diversos estudiosos sobre esta problemática, detetam-se grupos com laços de interesses comuns, apesar de se confrontarem, bem mais no que toca às lideranças do que nas oposições de ideários.

Nas ruturas políticas, verificadas com os três regimes republicanos, os argumentos que fundamentavam o derrube de estatuto das elites que saíam apeadas do protagonismo, acabavam por ser perpetuados com as naturais adequações pelos novos grupos emergentes, graças ao mérito que reconheciam ser seu nas conquistas do poder ou nas representações sociais. São os rituais de casta, ou *identidades continuadas* que, de uma geração para outra, serão herdadas, mas noutras são claramente posições conquistadas<sup>390</sup>.

---

<sup>390</sup> LIMA, Maria Antónia de Pedroso, *op.cit.*, pp. 36-38.

Assim, a rivalidade entre as elites coexistentes num mesmo período, tem tocado mais nas lideranças, quando deveria, igualmente, levar à construção de projetos alternativos. Verificando-se esta insuficiência, ela acontece quando as elites são interdependentes, pouco amadurecidas e pouco autónomas entre si e, no caso das elites económicas, quando acabam por depender dos poderes públicos que por vezes tanto atacam. No fundo, quando assim é, os notáveis podem-se desentender, mas nunca põem verdadeiramente em causa os direitos e os privilégios que lhes são comuns<sup>391</sup>.

Nas grandes urbes estas proximidades poderão existir, mas diluem-se mais facilmente que em comunidades mais pequenas onde a empregabilidade, a visibilidade ou até a parentalidade criam relações ainda mais próximas entre os diversos grupos de notáveis políticos e destes com os principais actores económicos. Tem sido este um traço comum em Leiria.

Com a I República ascenderam os comerciantes e os profissionais liberais, mas a teia parental era evidente entre grande parte deles e com os anteriores protagonistas políticos. Organizavam-se em comum nas redes de sociabilidade e de interesses económicos.

No regime autoritário, a aglutinação de alguns republicanos, em organizações onde se destacavam líderes afetos ao novo poder, foi uma constante, apesar dos conflitos originados, sobretudo, por iniciativa policial. Naturalmente, algumas incompatibilidades seriam evidentes, mas este “condomínio” veio a continuar no regime democrático com a recuperação de elementos do período anterior e a junção de uma nova geração mais tecnocrata nas redes de sociabilidade e em investimentos económicos.

Na verdade, as lideranças estiveram quase sempre muito mais em causa que, propriamente, a alternativa em projetos de interesse alargado. Nesta perspetiva, Leiria não se afastará da generalidade das pequenas e médias cidades de província, a não ser com a presença da Igreja Católica. Como já dissemos, a proximidade de Fátima terá sido uma das razões para um ruralismo muito acentuado que, durante muito anos, se prolongou até à zona urbana. As elites eclesiásticas, com intervenção na prática política na I República, e com intervenção apenas doutrinária e social, mantiveram sempre instrumentos de persuasão de grande eficácia.

---

<sup>391</sup> DAHL, Robert, *op.cit.*, pp. 84-87.

Na I República, as dissensões republicanas e ascensão conservadora tiveram a mesma correspondência em Leiria que no País, tendo em conta a dimensão dos acontecimentos de Fátima. Os resultados para as eleições legislativas, a caracterização das carreiras parlamentares, das habilitações e das profissões, sempre aproximaram os resultados locais dos nacionais.

Durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, o centralismo governativo apenas pressentiu a renitência local na década de quarenta, com a defesa do distrito e na década de sessenta, com a industrialização dos plásticos. Próximo, na Marinha Grande, as elites industriais confrontavam-se com o operariado vidreiro, situação que, no entanto, parecia não afetar Leiria. Quanto ao mais, o governo central e a União Nacional, ou posterior ANP, ditavam as regras sempre “a bem da Nação”, tanto aqui como no resto do País.

No regime democrático, para além do predomínio constante do PPD/PSD, em todos os atos eleitorais as percentagens de votantes apenas diferiu umas décimas dos resultados nacionais, tal como a abordagem prosopográfica aos parlamentares nos mostra localmente percentagens que quase coincidem com as percentagens nacionais no que toca à representação de género, de idades, de carreiras políticas, de habilitações e de profissões. Tanto no círculo de Leiria, como para a globalidade do País e no conjunto de todas as eleições legislativas, encontramos um pouco mais de 60% de eleitos com um curso superior, sendo maioritários os licenciados em Direito; já em termos globais encontramos, apenas, cerca de 21% destes diplomados para cerca de 56% naquele círculo.

Por aqui se conclui que, em Leiria, algumas particularidades poderão fazer desviar o perfil das elites políticas locais da generalidade das elites das cidades médias de província. Mesmo com o desenvolvimento verificado a partir da década de 60 e confirmado nos primeiros 25 anos do regime democrático, Leiria atingiu índices de crescimento notáveis, mas tal como na generalidade do País as suas elites negligenciaram, como diz Pedro Magalhães, no que toca ao estímulo da participação cívica dos cidadãos<sup>392</sup>, o que é visível no gradual crescimento da abstenção nos atos eleitorais e na insuficiência da participação feminina, assim como acompanharam com lógicas semelhantes o recrutamento e as carreiras dos atores políticos.

Contudo, encontramos alguns indicadores de diferença merecedores de uma atenção especial. A influência das elites eclesásticas trouxe uma forte importância ao

---

<sup>392</sup> FREIRE, André; LOBO, Marina Costa; e MAGALHÃES, Pedro (orgs.), *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002 cit.*

“voto religioso” que acentuou, de forma diferente uma clivagem recorrente de resultados, tanto para as eleições legislativas como autárquicas, entre os dois partidos *catch all*, O PSD e o PS. Em Leiria a laicidade do Estado democrático não foi evidente nos primeiros 25 anos de democracia, ao que se juntou uma relação muito próxima entre entidades patronais e empregados, confundindo-se a ambição destes, em se tornarem pequenos patrões, com outras atividades que continuaram ligadas à agricultura. Temos, assim alguns aspetos, que se completaram com a transferência de grande parte do aparelho da ex-ANP para o PPD/PSD, que terão contribuído para um predomínio sem alternativa deste partido no último quartel do séc. XX.

Este ambiente social será a razão das elites leirienses não se mostrarem verdadeiramente alternativas entre si, preferindo o imediatismo do impacto dos candidatos apresentados, do que a alternância de interesses diferenciados e representativos de largos estratos da população. Esta transversalidade, muito aceite em termos sociais, terá inibido opções políticas como, entre outras, foi o caso particular da regionalização.

Desde 1835, o distrito teve um desenho geográfico que trouxe dificuldades em manter laços a norte e a sul de forma politicamente solidária com a “capital”. O “fechamento” das elites locais criou uma coesão interna e temporária, mas nunca deixaram de sentir uma “tenaz” que se tornou impeditiva de um alargamento de escala que fosse além de um conceito de Alta Estremadura com um território quase coincidente com a diocese.

Estas serão as razões que se desviarão da generalidade do País, dando a Leiria algumas especificidades não despiciendas, enquanto, em tudo o mais, se aproxima do retrato nacional.



## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### Abreviaturas:

ADL – Ateneu Desportivo de Leiria  
ADLEI – Associação para o Desenvolvimento de Leiria  
ADLRA – Arquivo Distrital de Leiria  
AHAR – Arquivo Histórico da Assembleia da República  
AHM – Arquivo Histórico Militar  
ASS – associações (grupo de arquivos)  
CDLRA – Casa do Distrito de Leiria  
CMLRA/AH – Câmara Municipal de Leiria/Arquivo Histórico  
CMLRA/ARQ.ADM. – Câmara Municipal de Leiria/Arquivo Administrativo  
CNLRA6 – cartório notarial de Leiria, 6º ofício  
coord. – coordenação  
cx. - caixa  
dir. – direção  
GLRL – Grémio Literário e Recreativo de Leiria  
HSE – Horácio da Silva Eliseu  
livº - livro  
JFO – Junta de Freguesia do Olival  
org. - organização  
NC – Narciso Costa  
NOT – notariais (grupo de arquivos)  
PLRA – paróquia de Leiria  
PRQ – paroquiais (grupo de arquivos)  
PSS – pessoais (grupo de arquivos)  
s.d. – sem data  
SCMPLRA – Subcruzada das Mulheres Portuguesas de Leiria  
TBLSL – Tito Benevenuto de Lima Sousa Larcher  
vol. – volume  
VVAA – vários autores

## **Documentação arquivística:**

*ADL/Livros de Atas*

*ADLEI/Livros de Atas*

*ADLRA/ASS/CDLRA/A/001, Actas (1943)*

*ADLRA/ASS/SCMPLRA (1916).*

*ADLRA/GCLRA/B/001, Termos de juramento, (1906-1936).*

*ADLRA/GCLRA/D/008, Correspondência com autoridades diferentes do distrito, (1887-1915).*

*ADLRA/GCLRA/ D/021, Registo de telegramas,(1933).*

*ADLRA/GCLRA/D/027,Correspondência confidencial, cx.5 (1905-1919); cx.49 (1912); cx.40 (1974); cx.41 (1975-1978); cxs 893 e 894 (1976).*

*ADLRA/GCLRA/D/028, Correspondência expedida, cxs.810, 811, 823, 824, 825, 826, 828, 829, 836, 840, 843 e 845 (1974); cx.864 (1975); cxs. 902 e 904 (1976); cx. 108-E-16 (1984-1987).*

*ADLRA/GCLRA/D/032, Correspondência recebida de administradores do concelho (1910-1937).*

*ADLRA/GCLRA/D/034, Correspondência recebida das Câmaras Municipais do Distrito, (1911-1912); (1913-1916); e (1920-1922).*

*ADLRA/GCLRA/D/036, Registo de telegramas recebidos, Livºs 1882-1892; 1878-1914; 1904-1912; 1919-1928.*

*ADLRA/GCLRA/E/001-005, Actas da Comissão Geral dos teatros, (1927).*

*ADLRA/GCLRA/E/006-002, Correspondência sobre emigração, (1900-1910).*

*ADLRA/GCLRA/E/018-016, Irmandades, Confrarias e Misericórdias, (1911).*

*ADLRA/GCLRA/E/096-004, Autos de posse, (1926-1974).*

*ADLRA/GCLRA/G/008, Correspondência (eleições), (1969).*

*ADLRA/NOT/CNLRA6, 1-1/62, Actos notariais, (1915).*

*ADLRA/PRQ /PLRA, 12/1/23, batismos, (1902).*

ADLRA/PSS/HSE/A/004, *correspondência*.

ADLRA/PSS/HSE/29-C-4, *correspondência*.

ADLRA/PSS/HSE/D/003, *correspondência da Feira de 1940 (1938-1940)*.

ADLRA/PSS/NC, vols. 14; 27; 28, (1915).

ADLRA/PSS/TBLSL/A/21, *panfletos republicanos (1910-1926)*.

AHAR/Livros Políticos, 2ª a 7ª Legislaturas, Câmara dos Deputados, B.A.N., (1915-1926).

AHAR/ Livro de Registo do Pessoal Político da Assembleia Nacional Constituinte e Câmara dos Deputados (1911-1915).

AHM/DIV/3/7, procs.2432,1352,2832,1633,3717,3746,2254 e 3690.

AHM/Listas Gerais de Antiguidades dos Oficiais/Almanaque do Exército, 1930-1950.

CMLRA/AH/B/BA, Câmara e Administração do Concelho: Registo de folhas de pagamentos, (1904-1013).

CMLRA/AH/B/BA/01, Actas das sessões (1910-1925).

CMLRA/AH/C/E/10/Eleições, (1976-1997).

CMLRA/AH/B/BA/12, Planos actividades (vários anos).

CMLRA/AH/C/E/10, Registo de correspondência expedida, Livº 1910-1913; Livº 1914-1917; Livº 1917-1922; Livº 1922-1925.

CML/ARQ.ADM./Relatórios de actividades (1989; 1990; 1991; 1992; 1993).

GLRL, Livros de actas (1918-1932)

JFO/Junta da Paróquia, Livros de actas (1910)

**Imprensa local (hemeroteca do Arquivo Distrital de Leiria):**

*A Capa*, nºs 1-8, Novembro 1911-Dezembro 1912

*A Fita*, nºs 1-26, Janeiro 1924-Agosto 1924

*A Região*, nºs 1-6, Janeiro 1922-Abril 1922

*A Semana de Leiria*, nºs 1-31, Julho 1928-Março 1929

*A Semana de Leiria*, nº 0, Maio 1985 (nova série)

*A Voz do Domingo*, nºs 1-..., Março 1933-...

*A Voz Infantil*, nºs 1-60, Setembro 1918-Dezembro 1919

*A Voz do Povo*, nºs 1-155, Abril 1923-Julho 1927

*Campos do Liz*, nºs 1-17, Setembro 1975-Junho 1976

*Colipo Cine*, nºs 1- 26, Agosto 1930-Outubro 1931

*Diário de Leiria*, nºs 0-..., Março 1986-...

*Echos do Liz*, nºs 53-104, Janeiro 1908-Dezembro 1908

*Flor do Liz*, nºs 1-17, Maio 1921-Outubro 1921

*Ideia*, nºs 1-15, Maio 1929- Agosto 1929

*Gente Livre*, nºs 1-11, Outubro 1933-Março 1934

*Jornal de Leiria*, nºs 1-119, Janeiro 1917-Outubro 1919

*Jornal de Leiria*, nºs 1-..., Março 1984-... (nova série)

*Leiria Desportiva*, nºs 1-30, Outubro 1925-Maio 1925

*Leiria Ilustrada*, nºs 153-573, Janeiro 1908-Outubro 1916

*Linha Geral*, nºs 1-115, Outubro 1931-Setembro 1936

*Liz*, nºs 1-10, Janeiro 1913-Julho 1913

*Notícias da Cidade*, nºs 1-14, Maio 2000-Novembro 2000

*Notícias de Leiria*, nºs 1-72, Janeiro 1927-Julho 1928

*Notícias de Leiria*, nºs 1-300, Julho 1999-Outubro 2005

*O Anunciador*, nºs 1-442, Setembro 1915-Julho 1916

*O Districto de Leiria*, nºs 1345-1496, Janeiro 1908-Novembro 1910

*O Distrito de Leiria*, nºs 1-69, Outubro 1919-Abril 1921 (nova série)

*O Distrito de Leiria*, nºs 2-26, Novembro 1935-Julho 1936 (nova série)

*O Distrito de Leiria*, nºs 5-29, Julho 1979-Agosto 1981 (nova série)

*O Leiriense*, nº 164, Abril, 1907 (nova série)

*O Leiriense*, nº 1, Março 1917 (nova série)

*O Mensageiro*, nºs 1-..., Outubro 1914-...

*O Radical*, nºs 14-281, Janeiro 1911-Abril 1917 (deu continuidade ao *O Rebelde*)

*O Rebelde*, nºs 1-13, Novembro 1910-Janheiro 1911

*Portugal*, nºs 1-241, Agosto 1938-Maio 1941

*Povo de Leiria*, nºs 1-65, Dezembro 1920-Março 1922

*Região de Leiria*, nºs 1-..., Outubro 1935-...

*Semana Desportiva*, nºs 1-25, Outubro 1929-Julho 1930

*Sol do Porvir*, nºs 1-72, Dezembro 1923- Dezembro 1929

*Tribuna do Povo*, nºs 1-56, Agosto 1919-Outubro 1920

*União Nacional*, nºs 1-412, Julho 1928-Agosto 1938

*Voz do Povo*, nºs 1-115, Abril 1925-Fevereiro 1927

### **Bibliografia e webgrafia de referência geral:**

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Materiais para a História eleitoral e parlamentar, 1820-1926*. Obtido de <http://purl.pt/5854/1/resultados-eleitorais.html>, (s.d.).

ARROTEIA, Jorge Carvalho de. *Atlas da emigração portuguesa*. Lisboa: Secretaria de Estado da Emigração, 1985.

ASSEMBLEIA NACIONAL. *Anais da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa*. Lisboa: Assembleia Nacional, (várias legislaturas).

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, *Memórias das Legislaturas*, (vários anos), Lx, A.R., 1993; <http://www.parlamento.pt/DeputadoGP/Paginas/Deputados.aspx>

BARRETO, António (org.). *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa: ICS/UL, 1996

COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES, CNE, *Resultados Eleitorais*, [www.portaldoeleitor.pt/historicoderesultados](http://www.portaldoeleitor.pt/historicoderesultados).

CRUZ, Manuel Braga da. *Dicionário Biográfico Parlamentar, 1935-1974*, vols. I e II. Lisboa: Assembleia da República/Instituto de Ciências Sociais, 2005.

DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA. *Censo da População Portuguesa em 1 de Dezembro de 1930*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1933.

IMPrensa NACIONAL. *Estatística Demográfica: censo da população portuguesa, 1911; Parte IV-Censo das povoações*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *11º Censo da População-1970, 1º vol*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, (s.d.).

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da População de 1930*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1931.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral da População de 1950*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1951.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamentos Gerais da População de 1970*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1971.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. *VIII Recenseamento Geral da População, Distrito de Leiria, em 12 de Dezembro de 1940*. Lisboa: Astória, 1944.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal, 2º vol*. Lisboa: Palas, 1973.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Parlamentares e ministros da 1ª República*. Lisboa: Assembleia da República/Afrontamento, 2000.

NOGUEIRA, Franco. *Juízo Final*. Porto: Civilização, 1992.

OLIVEIRA, César de. *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

PINHEIRO, João de Deus. *Eu abaixo assinado*. Lisboa: Difel, 1987.

RITA, Maria da Conceição de Melo; e VIEIRA, Joaquim. *Os meus 35 anos com Salazar*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2007.

ROSAS, Fernando; e BRITO, J.M.Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo, vol I*. Lisboa: Bertrand, 1996.

SECRETARIADO TÉCNICO PARA OS ASSUNTOS ELEITORAIS. *Eleições da Assembleia da República*. Lisboa: STAPE (vários anos com processos eleitorais).

### **Bibliografia sobre Portugal contemporâneo:**

ALMEIDA, Pedro Tavares de, e MARQUES, Tiago Pires (coord.). *Lei e ordem: justiça penal, criminalidade e polícia, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Horizonte, 2006.

BANDEIRA, Filomena. “A oposição externa à ditadura: a revolta de Fevereiro de 1927 em Lisboa” in PINTO, António da Costa (coord.). *Do Estado Novo ao fim da autarcia, vol. II*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

BARROS, Júlia Teresa Leitão de; e HENRIQUES, Raquel Pereira. “A educação do Estado Novo nos anos 30 – com base na rejeição de uma proposta de livro de 1933” in ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.

CEREZALES, Diogo Palacios. “Técnica, política e o dilema da ordem pública no Portugal contemporâneo (1851-1974)” in ALMEIDA, Pedro Tavares de; e MARQUES, Tiago Pires (coord.). *Lei e ordem: justiça penal, criminalidade e polícia, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Horizonte, 2006.

CRUZ, Manuel Braga da. “Estado Novo e a Igreja Católica” in ROSAS, Fernando (dir.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da. *O Partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença, 1988.

FERREIRA, António Matos. “A Acção Católica: questões em torno da organização da autonomia da acção da Igreja Católica (1933-1958)” in PINTO, António da Costa

(coord.) *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, vol. II*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

FERREIRA, Nuno Estevão Figueiredo Miranda. *A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência*, dissertação de doutoramento em Ciências Sociais/Sociologia Política, Lisboa: ICS, 2009, repositório online da UL.

GUIMARÃES, Ângela. “O labirinto dos mitos” in PINTO, António da Costa (coord.). *Do Estado Novo ao fim da autarcia, vol. II*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

LOURENÇO, Eduardo. *Cultura e política na época marcelista: entrevista de Mário Mesquita*. Lisboa: Cosmos, 1996.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *Ensaio de História da I República*. Lisboa: Horizonte, 1988.

OLIVEIRA, César de. “A evolução política” in ROSAS, Fernando (dir.) *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.

OLIVEIRA, José de . *30 Anos do Estado Novo: 1926-1956*. Lisboa: edição de autor, 1957.

PEREIRA, Miriam Halpern; e HENRIQUES, Lurdes. *Diagnóstico dos arquivos intermédios da Administração Central*. Lisboa: IAN/TT, 2003.

PINTO, António da Costa, *Os camisas azuis, ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945)*, Lisboa: Ed. Estampa, 1994

PINTO, António da Costa (coord.). *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, vol. II*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

PINTO, António da Costa. “O salazarismo e o fascismo europeu” in VVAA, *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, 1989.

PINTO, António da Costa. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: D.Quixote, 2004.

PROENÇA, Cândida. “O conceito de regeneração no Estado Novo” in PINTO, António da Costa (coord.). *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia, 1926-1959, vol. II*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.

RUIVO, Fernando. *Portugal, um retrato singular*. Porto: Afrontamento, 1993.



RUIVO, Fernando. “Um Estado labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 33, Coimbra: CES/FEUC, out.1991.

SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. “Do outro lado do Estado Novo” in PINTO, António da Costa (coord.). *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia*. Lisboa: Fragmentos, 1983.

SILVA, Carlos Nunes. “O financiamento dos municípios” in OLIVEIRA, César, (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*, Lisboa: Círc.Leitores, 1996.

SOBRAL, Jorge. *As divisões administrativas de Portugal ao longo dos tempos*. Lisboa: Audaces, 2008.

STOER, Stephen R.; e ARAÚJO, Helena Costa G.. “A contribuição da educação para a formação do Estado Novo: continuidades e ruturas, 1926-1933” in ROSAS, Fernando (coord.). *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Presença, 1992.

VVAA. *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: D. Quixote, 1989.

### **Bibliografia sobre teoria e elites políticas em geral:**

AGULHON, Maurice. *La Republique au village*. Paris: Plon, 1970, reed. 1979.

ARBLASTER, Anthony. *A Democracia*. Lisboa: Europa-América, 2004.

BESSA, António Marques (coord.). *Elites e poder*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 1997.

DAHL, Robert. *Qui gouverne?*, (trad. Pierre Birman e Pierre Birnbaum, *Who governs? Democracy and power in an American city*). Paris: Armand Colin, 1971.

GABRIEL, Père. “Elite y Republica. Sobre las elites profesionales y económicas en el republicanismo español del siglo XIX” in *Historia Contemporanea: Nuevos Estudios sobre las elites*, 2ª S, nº 23, Barcelona: UAB, 2001.

GARRAUD, Philippe. *Profession: homme politique, la carrière politique des maires urbains*. Paris: L'Harmattan, 1989.

INNERARITY, Daniel. *A transformação da política*. Lisboa: Teorema, 2005.

PINTO, António da Costa. *Elites, sociedade e mudança política*. Oeiras: Celta, 2003.

ZAKARIA, Fareed. *O futuro da liberdade: a democracia iliberal nos Estados Unidos e no mundo*. Lisboa: Gradiva, 2004.

### **Bibliografia sobre elites em Portugal:**

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *A construção do Estado Liberal. Elite política e burocracia na “Regeneração” (1851-1890)*, dissertação de doutoramento em Sociologia Política, Lisboa: FCSH, repositório online da UNL.

ALMEIDA, Pedro Tavares de. “Comportamentos eleitorais em Lisboa (1878-1910) in *Análise Social*, vol. XXI (85), Lx, ICS, 1985

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Materiais para a História eleitoral e parlamentar, 1820-1926*. Obtido de <http://purl.pt/5854/1/resultados-eleitorais.html>, (s.d.).

ALMEIDA, Pedro Tavares de. *Eleições e caciquismo no Portugal oitocentista (1860-1890)*. Lisboa: Difel, 1991.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; e SANTOS, Marta Carvalho dos. “Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico” in CATROGA, Fernando (dir.). *Revista de História das Ideias*, vol.27, separata, Coimbra: IHI/FLUC, 2006.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; MARQUES, Tiago Pires. *Lei e ordem: justiça penal, criminalidade e polícia, sécs. XIX-XX*. Lisboa: Horizonte, 2006.

ARAÚJO, António de. “Mandarins, senhores da terra e políticos” in PINTO, António Costa; e FREIRE, André (org.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras: Celta, 2003.

CALVO, Kerman; e outros. “Voto religioso em Portugal e em Espanha” in FREIRE, André; LOBO, Marina Costa; e MAGALHÃES, Pedro, (orgs.), *Eleições e cultura política*, Lisboa: ICS/UL, 2007.

CASTILHO, J.M. Tavares de. “A Assembleia Nacional, 1934-1974: esboço de caracterização” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, nº 24, Lisboa: Coop.Penélope, 2001.

CASTILHO, J.M. Tavares. “A elite parlamentar do marcelismo (1965-1974)” in PINTO, António da Costa; e FREIRE, André. *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras: Celta, 2003

CASTILHO, J. M. Tavares de. *Os procuradores da Câmara Corporativa, 1935-1974*, Lisboa: Assembleia da República/Texto Editora, 2010.

CATROGA, Fernando. “O poder “paroquial” como polícia no séc. XIX português” in ALMEIDA, Pedro Tavares de; e MARQUES, Tiago Pires. *Lei e Ordem: justiça penal, criminalidade e polícia-séculos XIX-XX*. Lisboa: Horizonte, 2006.

FERNANDES, Tiago. “A Ala Liberal da Assembleia Nacional (1969-1973): um perfil sociológico” in *Penélope, Revista de História e Ciências Sociais*, nº 24, Lisboa: Coop.Penélope, 2001.

FREIRE, André, “Lógicas de recrutamento parlamentar: 1975-1999”, in *Sociologia-Problemas e Práticas*, Lisboa: CIES-IUL/Ed.Mundos Sociais, nº 28, 1998.

FREIRE, André; LOBO, Marina Costa; e MAGALHÃES, Pedro (orgs.). *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*, Lisboa: ICS, 2004.

FREIRE, André. *Recrutamento parlamentar: os parlamentares portugueses da Constituinte à VIII Legislatura*. Lisboa: STAPE-Secretariado Técnico de Apoio ao Processo Eleitoral, 2001.

FREIRE, André. “Recrutamento parlamentar e reforma das instituições” in PINTO, António da Costa; e FREIRE, André, (orgs.), *Elites, sociedade e mudança política*, Oeiras: Celta, 2003.

LAPA, Albino. *Governadores Civis de Portugal*. Lisboa: edição de autor, 1962.

LIMA, Maria Antónia Pedroso. *Portugal de perto: grandes famílias, grandes empresas*. Lisboa: D.Quixote, 2003.

LOPES, Fernando Farelo. “Clientelismo, crise de participação e deslegitimação na 1ª República” in *Análise Social*, vol. XXVI (III), Lisboa: ICS, 1991

LOPES, Fernando Farelo. *Poder político e caciquismo na 1ª República Portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1994.

PEREIRA, António Manuel. *Governantes de Portugal desde 1820 até ao Dr. Salazar*. Porto: Manuel Barreira, 1952.

QUINTAS, José Manuel (J.M.Q.). “Eleições para a Assembleia Nacional” in ROSAS, Fernando e BRITO, J.M.Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. Lisboa: Bertrand, 1996.

SERRA, João Bonifácio. “Os poderes locais: administração e política no 1º quartel do séc. XIX” in OLIVEIRA, César de. *História dos Municípios e do poder local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

SILVA, Elisa Lopes da (2005). “Ramos, Rui Moura” in CRUZ, Manuel Braga da; e PINTO, António da Costa (dir.). *Dicionário biográfico parlamentar: 1935-1974*, vols. I e II. Lisboa: Assembleia da República/Instituto de Ciências Sociais, 2005.

SOUSA, Fernando de; e GONÇALVES, Silva. *Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real*. Vila Real: Governo Civil de Vila Real, 2002.

SOUSA, Paulo Silveira e. “Caciquismo e poder local sob o Estado Novo: o mundo das peitas e dos caciques funcionários” in OLIVEIRA, César de (dir.). *História dos Municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

TENGARRINHA, José Manuel. *História do Governo Civil de Lisboa*. Lisboa: Governo Civil de Lisboa, 2002.

### **Bibliografia de âmbito local:**

ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria. *1º Congresso para o Desenvolvimento de Leiria e Alta Estremadura: que futuro? – Textos*. Leiria: ADLEI/Scripto, 1993.

ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria. *2º Congresso do Distrito de Leiria e Alta Estremadura: ouvir o passado, navegar o futuro - textos*. Leiria: ADLEI, 1999.

ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria. *3º Congresso do Distrito de Leiria e Estremadura: as linhas que nos unem e nos cosem – conclusões*. Leiria: ADLEI, 2002.

ADLEI-Associação para o Desenvolvimento de Leiria. *4º Congresso-Região de Leiria: inovação e oportunidades*. Leiria: ADLEI, 2008.

CABRAL, João. *Anais do Município de Leiria, vols. I, II e III, 2ª ed.* Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1993.

CAMPOS, Maria da Graça. *O Ateneu Desportivo de Leiria e a sociabilidade na cidade*, Lisboa: FCSH/UNL, 2008, tese de Mestrado inédita.

COELHO, José Dias. *Leiria entre 1920 e 1940: sociabilidade e vida quotidiana*. Leiria: Magno, 1999.

COMISSÃO DE INICIATIVA DE LEIRIA. *Comissão de Iniciativa de Leiria em 10 anos de vigência: relatório em 31 de Dezembro de 1935*. Leiria: Mendes Barata, 1936.

DUARTE, Feliciano Barreiras. *Leiria: gigante económico, anão político - propostas para um plano de desenvolvimento*. Lisboa: Âncora, 2005.

FILIPE, Alda Maria Mourão; e SERRÃO, Maria Isabel Costa. “Leiria: imagens da vida urbana através da imprensa local (1854-1910)” in *Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região-Actas*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1991.

GOMES, Saúl António; e MOREIRA, Maria da Luz. *Junta de Freguesia de Leiria: percursos de uma instituição*. Leiria: Junta de Freguesia de Leiria, 2003.

GONÇALVES, Alda Sales Machado: *Os Pacatos Leirienses em meio século de desporto amador*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2000.

JERÓNIMO, M. *Aspectos da emigração no concelho de Leiria (1960-1964)*. Lisboa: Univ. Aberta, 2011, tese de Mestrado inédita.

MOREIRA, Maria da Luz; e OLIVEIRA, Vera. *ACILIS, Associação Comercial e Industrial de Leiria, Batalha e Porto de Mós: 100 anos, 1902-2002*. Leiria: Acilis, 2002.

NERLEI-Núcleo Empresarial da Região de Leiria. *Leiria, terra de progresso e iniciativa*. Leiria: NERLEI, 1999.

NUNES, Hermínio de Freitas. *Alvorada da esperança, notas biográficas: apontamentos para a história do 18 de janeiro de 1934*. Marinha Grande: ed.autor, 1999.

NUNES, Hermínio de Freitas. *Augusto Costa: um vidreiro no Tarrafal, memórias do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*. Marinha Grande: edição de autor, 1998.

PATRIARCA, Maria de Fátima. *O 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande*, (texto policopiado). Marinha Grande: Museu da Fábrica Santos Barosa, 1997.

PATRIARCA, Maria de Fátima. “O 18 de janeiro: uma proposta de releitura” in *Análise Social*, vol. XXVIII. Lisboa: ICS, 1993.

PINTO, Fernanda. *As vereações de Pombal, 1812-1926, ou memórias para a sua História*. Pombal: Câmara Municipal de Pombal, 2010.

SOUSA, Acácio Fernando de. “A Câmara de Leiria da Monarquia à República” in *Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região-Actas*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1991.

SOUSA, Acácio Fernando de. “De Leiria ao Brasil: pobreza e sonhos de riqueza na primeira década do séc. XX” in *IV Colóquio sobre a História de Leiria e da sua Região (História Contemporânea): Actas*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2005.

SOUSA, Acácio de. *Rotary Club de Leiria: 50 anos em ação!*. Leiria: RCL, 2012

VINAGRE, Ana Bela da Silva. *A Cruzada das Mulheres Portuguesas de Leiria*. Leiria: Folheto Edições, 2008.

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

gráfico 1: Distribuição partidária por Legislatura dos deputados eleitos nos círculos de Leiria/Alcobaça: .....	76
gráfico 2: Distribuição partidária dos deputados, por Legislatura, a nível nacional: 1911-1926 .....	77
gráfico 3: média etária dos deputados a nível nacional e pelos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926 .....	79
gráfico 4: Deputados estreantes por Legislatura, 1911-1926: comparação dos dados nacionais com os círculos de Leiria/Alcobaça .....	81
gráfico 5: Nível de instrução dos deputados pelos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926 .....	82
gráfico 6: Distribuição das profissões dos deputados por Legislatura, nos círculos de Leiria/Alcobaça, 1911-1926 .....	84
gráfico 7: Distribuição das profissões dos deputados dos círculos de Leiria/Alcobaça em comparação com os dados nacionais, 1911-1926.....	85
gráfico 8: Distribuição de deputados eleitos pelos círculos de Leiria/Alcobaça sem vínculos locais, 1911-1926 .....	86
gráfico 9: Naturalidades dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926 .....	96
gráfico 10: Duração dos mandatos dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926 .....	97
gráfico 11: Perfil etário dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926.....	98
gráfico 12: Profissões dos Governadores Cívicos de Leiria, 1910-1926 .....	99
gráfico 13: Profissões dos deputados por Leiria, 1934-1974 .....	178
gráfico 14: Profissões dos deputados por Leiria, 1934-1974: dados por Legislatura...	178
gráfico 15: Média etária dos deputados por Leiria, 1934-1974: dados por Legislatura	181
gráfico 16: Número de mandatos dos deputados por Leiria, 1934-1974.....	181
gráfico 17: Regime democrático, total de mandatos por partido no Parlamento, pelo círculo de Leiria,.....	264
gráfico 18: Regime democrático, total de deputados, pelo círculo de Leiria, que tomaram assento no Parlamento, 1975-2002.....	264
gráfico 19: Regime democrático, deputados pelo círculo de Leiria estreantes por Legislatura e por partido, no Parlamento, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição).....	266
gráfico 20: Regime democrático, percentagem de deputados, pelo círculo de Leiria e por partido, sem vínculo ao distrito, 1975-2002 .....	267
gráfico 25: Regime democrático, habilitações literárias dos deputados pelo círculo de Leiria, por partido, .....	271
gráfico 26: Regime democrático, distribuição das habilitações literárias dos deputados do círculo de Leiria, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição) .....	271
gráfico 27: Regime democrático, distribuição das habilitações literárias dos deputados ao Parlamento, 1975-1999: dados globais .....	272
gráfico 28: Regime democrático, distribuição das profissões dos deputados pelo círculo de Leiria, 1975-2002 (integra eleitos substituídos e em substituição) .....	273
gráfico 29: Regime democrático, distribuição das profissões dos deputados ao Parlamento, .....	273
gráfico 30: Regime democrático, nº de mandatos pelo círculo de Leiria ao Parlamento, por grupo partidário, 1975-1999.....	276

gráfico 31:Distribuição profissional dos deputados pelo círculo de Leiria no regime Democrático em comparação com os deputados do mesmo círculo no Estado Novo, 1975-1999 .....	276
gráfico 32: Regime democrático, profissões dos vereadores da Câmara de Leiria, 1974-2000 .....	293





